



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1624

Quinta-feira - 27 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	2	Lauro Muller .....	404	AGIR .....	834
Arroio Trinta .....	15	Lebon Regis .....	404	CIMCATARINA .....	835
Ascurra .....	15	Leoberto Leal .....	410	CIMVI .....	869
Atalanta .....	18	Luzerna .....	413	CIS/AMARP .....	869
Balneário Rincão .....	19	Massaranduba .....	415		
Benedito Novo .....	20	Meleiro .....	415		
Biguaçu .....	20	Modelo .....	416		
Blumenau .....	22	Navegantes .....	416		
Bom Jesus do Oeste .....	33	Nova Trento .....	421		
Braço do Trombudo .....	33	Novo Horizonte .....	432		
Brusque .....	55	Orleans .....	434		
Caçador .....	59	Palhoça .....	435		
Camboriú .....	213	Palmitos .....	452		
Campo Alegre .....	215	Papanduva .....	459		
Campos Novos .....	239	Passo de Torres .....	461		
Canoinhas .....	242	Passos Maia .....	467		
Capinzal .....	249	Paulo Lopes .....	496		
Catanduvas .....	251	Penha .....	497		
Caxambu do Sul .....	296	Pinheiro Preto .....	498		
Chapadão do Lageado .....	301	Pomerode .....	500		
Cocal do Sul .....	308	Ponte Serrada .....	517		
Concórdia .....	309	Porto Belo .....	517		
Cordilheira Alta .....	310	Rio do Sul .....	518		
Coronel Freitas .....	311	Salto Veloso .....	545		
Coronel Martins .....	311	Santa Rosa do Sul .....	556		
Correia Pinto .....	313	Santiago do Sul .....	556		
Curitibanos .....	313	São Bento do Sul .....	557		
Dionísio Cerqueira .....	316	São Carlos .....	559		
Faxinal dos Guedes .....	316	São Domingos .....	560		
Forquilha .....	317	São João do Sul .....	583		
Fraiburgo .....	318	São José .....	584		
Frei Rogério .....	329	São Lourenço do Oeste .....	595		
Garopaba .....	331	São Miguel do Oeste .....	597		
Garuva .....	331	São Pedro de Alcântara .....	615		
Gaspar .....	332	Schroeder .....	615		
Grão Pará .....	334	Serra Alta .....	663		
Guaramirim .....	343	Siderópolis .....	664		
Herval d'Oeste .....	344	Sombrio .....	677		
Imbituba .....	345	Tigrinhos .....	680		
Indaial .....	365	Timbé do Sul .....	701		
Ipumirim .....	369	Timbó .....	701		
Irineópolis .....	369	Treze Tílias .....	742		
Itá .....	372	Tunápolis .....	772		
Itapiranga .....	372	Urussanga .....	789		
Itapoá .....	376	Vargem Bonita .....	806		
Ituporanga .....	379	Videira .....	807		
Jacinto Machado .....	380	Vitor Meireles .....	833		
Joaçaba .....	381				
Lages .....	402				

### Consórcios

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Antônio Carlos****PREFEITURA****PORTARIA N 520/2014**

PORTARIA Nº 520/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, MAURICIO CAMARA DE MAGALHÃES, do cargo temporário de MEDICO - 20H, a partir de 30 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 521/2014**

PORTARIA Nº 521/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, EMERSON JOSE PAULI, do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 30 de novembro de 2014, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 522/2014**

PORTARIA Nº 522/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, FRANCI MARI MANES, do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 30 de novembro de 2014, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 523/2014**

PORTARIA Nº 523/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, VALERIO CARDOSO, do cargo temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 30 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 524/2014**

PORTARIA Nº 524/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, NATALINO JOAO WEBER, do cargo temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 30 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA N 525/2014**

PORTARIA Nº 525/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ROBERTO WEBER, do cargo temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 30 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA N 526/2014**

PORTARIA Nº 526/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, NAZARENO JOSE ANTUNES, do cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 30 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

#### **6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO**

6º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 27/11/2014 a 29/12/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 26 de novembro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MOTORISTA CATEGORIA D

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04	Luciany José Gonçalves	1835

#### **PORTARIA N 527/2014**

PORTARIA Nº 527/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/25014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ANA CARLA MARILDA COSTA LOPES, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 528/2014**

PORTARIA Nº 528/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ANA PAULA RICHARTZ, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 529/2014**

PORTARIA Nº 529/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARCIA REGINA SILVA, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, para atuar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 530/2014**

PORTARIA Nº 530/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, NAZARENO JOSE ANTUNES, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 531/2014**

PORTARIA Nº 531/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, VALERIO CARDOSO, para o cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.



**PORTARIA N 532/2014**

PORTARIA Nº 532/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, NATALINO JOAO WEBER, para o cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, para atuar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 533/2014**

PORTARIA Nº 533/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ROBERTO WEBER, para o cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 534/2014**

PORTARIA Nº 534/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, RICARDO ROBERTO VARGAS, para o cargo

efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, para atuar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 535/2014**

PORTARIA Nº 535/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARIANA BORGES ULIANO, para o cargo efetivo de FONOAUDIOLOGO, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 536/2014**

PORTARIA Nº 536/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MAURICIO CAMARA DE MAGALHÃES, para o cargo efetivo de MEDICO - 20H, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 537/2014**

PORTARIA Nº 537/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ROGER AZEVEDO DE OTERO, para o cargo efetivo de MEDICO - 20H, para atuar na Secretaria Municipal de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 538/2014**

PORTARIA Nº 538/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, VALERIA PEREIRA SILVA, para o cargo efetivo de MEDICO PSQUIATRA - 20H, para atuar na Secretaria Municipal de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 539/2014**

PORTARIA Nº 539/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, SUZANA PRIM, para o cargo efetivo de ENFERMEIRO, para atuar na Secretaria Municipal de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 01 de dezembro de 2014,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 540/2014**

PORTARIA Nº 540/2014.

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora ALINE ALVES, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, a contar de 20 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 541/2014**

PORTARIA Nº 541/2014.

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidores efetivos, a partir de mês de novembro a servidores conforme abaixo relacionado:

ANGELO ALVES DA SILVA - Motorista  
VALMIR LIBERATO DUARTE - Motorista  
MARIANA BORBA - Técnico de Enfermagem  
JOSIANE MULLER - Enfermeiro - 20H  
LINETE RITA V. N. DE FARIAS - Medico Pediatra -20H  
ANA KAROLLINY TESTONI - Enfermeiro  
FERNANDO HENRIQUE MONN - Médico - 40H  
ROSANGELA T. WEBER - Auxiliar de Manut. e Conservação  
JULIANY NASCIMENTO SILVA - Medico Ginecologista

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 542/2014**

PORTARIA Nº 542/2014.

Concede Gratificação a servidores.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, a servidores efetivos a partir do mês de novembro de 2014, conforme abaixo relacionado:

LINETE RITA V. N. DE FARIAS - Medico Pediatra -20H  
FERNANDO HENRIQUE MONN - Médico - 40H  
JULIANY NASCIMENTO SILVA - Medico Ginecologista

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 543/2014**

PORTARIA Nº 543/2014.

Concede Gratificação a servidores.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, a servidores efetivos a partir de 01 de dezembro de 2014, conforme abaixo relacionado:

MAURICIO C. DE MAGALHAES - Médico - 20H  
ROGER AZEVEDO DE OTERO - Médico - 20H  
VALERIA PEREIRA SILVA - Medico Psiquiatra - 20H

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**PORTARIA N 544/2014**

PORTARIA Nº 544/2014.

Concede Insalubridade a servidores.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidores efetivos a partir de 01 de dezembro de 2014, conforme abaixo relacionado:

MAURICIO C. DE MAGALHAES - Médico - 20H  
ROGER AZEVEDO DE OTERO - Médico - 20H  
VALERIA PEREIRA SILVA - Medico Psiquiatra - 20H  
SUZANA PRIM - Enfermeiro  
MARCIA REGINA SILVA - Auxiliar de Manut. Conservação  
NAZARENO J. ANTUNES - Auxiliar de Manut. Conservação  
VALERIO CARDOSO - Operador de Maquina  
NATALINO J. WEBER - Operador de Máquina  
ROBERTO WEBER - Operador de Máquina  
RICARDO R. VARGAS - Operador de Máquina

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 26 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 021/2014****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 021/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 008/2014 - Inexigibilidade nº 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis; Objeto: Aditar o valor do presente contrato, que consiste na "aquisição de passes escolares para alunos do ensino médio e técnico e superior residentes no Município de Antônio Carlos - SC"; Valor do Aditivo: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 254.400,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Antônio Carlos, 21 de novembro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.801.000,00	34.819.836,84	2.868.036,15	20.859.306,71	3.763.132,02	18.444.941,44	95,94	52,97
Legislativa	1.380.000,00	1.380.000,00	163.233,55	780.938,46	163.233,55	780.938,46	4,06	56,59
Ação Legislativa	1.380.000,00	1.380.000,00	163.233,55	780.938,46	163.233,55	780.938,46	4,06	56,59
Administração	2.310.300,00	2.540.791,47	302.988,25	2.021.379,54	372.244,83	1.838.663,83	9,56	72,37
Planejamento e Orçamento	485.000,00	489.200,00	39.111,97	303.143,60	54.770,51	272.521,77	1,42	55,71
Administração Geral	1.813.300,00	2.039.591,47	263.876,28	1.718.235,94	317.474,32	1.566.142,06	8,15	76,79
Defesa Civil	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	102.000,00	164.295,57	13.556,03	59.583,92	12.184,51	49.885,47	0,26	30,36
Policimento	46.000,00	108.295,57	12.158,03	52.929,86	10.831,00	43.606,87	0,23	40,27
Assistência Comunitária	56.000,00	56.000,00	1.398,00	6.654,06	1.353,51	6.278,60	0,03	11,21
Assistência Social	349.000,00	364.118,62	48.983,02	271.040,59	49.038,51	243.485,02	1,27	66,87
Assistência ao Idoso	55.000,00	57.000,00	9.418,02	47.410,53	9.015,39	41.949,68	0,22	73,60
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	167,37	2.702,48	167,37	282,40	0,00	2,57
Assistência Comunitária	283.000,00	296.118,62	39.377,63	220.927,58	39.855,75	201.252,94	1,05	67,96
Previdência Social	1.520.000,00	1.520.000,00	211.661,66	1.033.019,38	211.661,66	1.033.019,38	5,37	67,96
Previdência do Regime Estatutário	1.520.000,00	1.520.000,00	211.661,66	1.033.019,38	211.661,66	1.033.019,38	5,37	67,96
Saúde	5.060.200,00	6.376.103,64	692.900,52	5.359.028,72	1.057.847,24	4.737.578,03	24,64	74,30
Atenção Básica	4.775.200,00	6.004.640,99	659.871,10	5.026.156,64	993.299,75	4.458.026,87	23,19	74,24
Vigilância Sanitária	67.000,00	102.727,88	10.082,04	76.195,20	13.597,83	67.878,98	0,35	66,08
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	49.579,45	5.067,04	46.278,84	6.142,36	40.496,58	0,21	81,68
Alimentação e Nutrição	193.000,00	219.155,32	17.880,34	210.398,04	44.807,30	171.175,60	0,89	78,11
Educação	5.183.060,00	6.366.392,62	725.295,00	4.953.158,51	851.883,12	3.878.373,12	20,17	60,92
Ensino Fundamental	3.186.560,00	3.636.032,18	419.423,82	2.671.582,91	512.522,94	2.528.004,73	13,15	69,53
Ensino Médio	160.000,00	197.659,80	78.018,30	197.658,10	55.972,30	151.879,10	0,79	76,84
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	20.930,00	78.265,00	0,41	97,83
Educação Infantil	1.736.500,00	2.432.700,64	220.447,48	1.996.512,10	255.052,48	1.112.818,89	5,79	45,74
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	7.405,40	7.405,40	7.405,40	7.405,40	0,04	37,03
Cultura	333.000,00	466.087,00	41.506,45	261.173,32	43.633,40	220.401,50	1,15	47,29
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	120.260,00	0,00	29.049,94	0,00	10.000,00	0,05	8,32
Difusão Cultural	313.000,00	345.827,00	41.506,45	232.123,38	43.633,40	210.401,50	1,09	60,84

Continua 1/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	30.801.000,00	34.819.836,84	2.868.036,15	20.859.306,71	3.763.132,02	18.444.941,44	95,94	52,97
Infra-Estrutura Urbana	7.473.000,00	8.407.240,66	320.886,05	3.204.378,06	549.172,69	2.917.335,31	15,18	34,70
Serviços Urbanos	4.731.000,00	4.957.288,25	0,00	136.288,25	0,00	136.288,25	0,71	2,75
Saneamento	2.742.000,00	3.449.952,41	320.886,05	3.068.089,81	549.172,69	2.781.047,06	14,47	80,61
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.704.000,00	2.741.250,00	168.064,09	1.630.722,16	243.309,87	1.508.604,55	7,85	55,03
Comércio e Serviços	2.704.000,00	2.741.250,00	168.064,09	1.630.722,16	243.309,87	1.508.604,55	7,85	55,03
Turismo	145.000,00	154.900,00	9.849,67	45.951,36	6.936,67	43.038,36	0,22	27,78
Transporte	145.000,00	154.900,00	9.849,67	45.951,36	6.936,67	43.038,36	0,22	27,78
Transporte Rodoviário	101.000,00	51.000,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00	0,25	94,12
Desporto e Lazer	101.000,00	51.000,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00	0,25	94,12
Desporto Comunitário	1.100.000,00	1.217.067,26	53.432,22	525.763,21	75.201,97	484.180,00	2,52	39,78
Encargos Especiais	1.100.000,00	1.217.067,26	53.432,22	525.763,21	75.201,97	484.180,00	2,52	39,78
Serviço da Dívida Interna	825.000,00	855.150,00	115.699,64	665.169,48	126.784,00	661.438,41	3,44	77,35
Outras Transferências	485.000,00	485.000,00	70.564,88	364.907,94	70.564,88	364.907,94	1,90	75,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	340.000,00	370.150,00	45.134,76	300.261,54	56.219,12	296.530,47	1,54	80,11
	128.440,00	128.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.987.000,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.082.000,00	1.131.946,93	193.735,82	779.580,40	193.735,82	779.580,40	4,06	68,87
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	1.616,30	7.411,71	1.616,30	7.411,71	0,04	37,06
Planejamento e Orçamento	20.000,00	20.000,00	1.616,30	7.411,71	1.616,30	7.411,71	0,04	37,06
Administração	298.000,00	303.700,00	74.797,99	253.174,00	74.797,99	253.174,00	1,32	83,36
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	1.911,04	8.149,78	1.911,04	8.149,78	0,04	45,28
Assistência Social	280.000,00	285.700,00	72.886,95	245.024,22	72.886,95	245.024,22	1,27	85,76
Assistência ao Idoso	5.000,00	5.000,00	653,44	2.946,42	653,44	2.946,42	0,02	58,93
Assistência Comunitária	4.000,00	4.000,00	653,44	2.946,42	653,44	2.946,42	0,02	73,66
Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	163.000,00	170.200,00	25.196,32	115.011,82	25.196,32	115.011,82	0,60	67,57
	152.000,00	156.700,00	23.440,51	107.169,36	23.440,51	107.169,36	0,56	68,39

Continua 2/3





Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	1.082.000,00	1.131.946,93	193.735,82	779.580,40	193.735,82	779.580,40	4,06	68,87
Vigilância Sanitária	163.000,00	170.200,00	25.196,32	115.011,82	25.196,32	115.011,82	0,60	67,57
Educação	11.000,00	13.500,00	1.755,81	7.842,46	1.755,81	7.842,46	0,04	58,09
Ensino Fundamental	393.000,00	448.000,00	62.978,94	275.699,09	62.978,94	275.699,09	1,43	61,54
Educação Infantil	242.000,00	272.000,00	35.776,44	164.109,57	35.776,44	164.109,57	0,85	60,33
Cultura	151.000,00	176.000,00	27.202,50	111.589,52	27.202,50	111.589,52	0,58	63,40
Difusão Cultural	35.000,00	26.300,00	3.997,04	17.971,19	3.997,04	17.971,19	0,09	68,33
Urbanismo	35.000,00	26.300,00	3.997,04	17.971,19	3.997,04	17.971,19	0,09	68,33
Serviços Urbanos	110.000,00	96.546,93	14.798,31	65.320,97	14.798,31	65.320,97	0,34	67,66
Agricultura	110.000,00	96.546,93	14.798,31	65.320,97	14.798,31	65.320,97	0,34	67,66
Extensão Rural	50.000,00	54.200,00	8.518,26	36.646,02	8.518,26	36.646,02	0,19	67,61
Desporto e Lazer	50.000,00	54.200,00	8.518,26	36.646,02	8.518,26	36.646,02	0,19	67,61
Desporto Comunitário	8.000,00	8.000,00	1.179,22	5.399,18	1.179,22	5.399,18	0,03	67,49
TOTAL (III) = (I + II)	8.000,00	8.000,00	1.179,22	5.399,18	1.179,22	5.399,18	0,03	67,49
	31.883.000,00	35.951.783,77	3.061.771,97	21.638.887,11	3.956.867,84	19.224.521,84	100,00	53,47

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 26/11/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR Prefeito Municipal	CARLICE B. SCHMITZ Contador CRC/SC - 14.636	ANA CARLA PRIM Controle Interno
---	--	------------------------------------

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.801.000,00	30.801.000,00	4.498.281,68	14,60	21.912.112,64	71,14	8.888.887,36
RECEITAS CORRENTES	23.376.000,00	23.376.000,00	3.955.914,31	16,92	20.546.224,94	87,89	2.829.775,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.062.000,00	2.062.000,00	289.467,06	14,04	1.960.464,28	95,08	101.535,72
IMPOSTOS	1.858.000,00	1.858.000,00	267.902,42	14,42	1.752.239,93	94,31	105.760,07
TAXAS	204.000,00	204.000,00	21.564,64	10,57	208.224,35	102,07	-4.224,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	725.000,00	725.000,00	153.260,53	21,14	596.741,63	82,31	128.258,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	458.000,00	458.000,00	70.958,03	15,49	314.255,52	68,61	143.744,48
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	267.000,00	267.000,00	82.302,50	30,82	282.486,11	105,80	-15.486,11
RECEITA PATRIMONIAL	1.802.000,00	1.802.000,00	253.815,82	14,09	1.263.875,61	70,14	538.124,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.801.000,00	1.801.000,00	253.815,82	14,09	1.263.875,61	70,18	537.124,39
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.000,00	8.000,00	480,00	6,00	4.945,20	61,82	3.054,80
Outras Receitas Agropecuárias	8.000,00	8.000,00	480,00	6,00	4.945,20	61,82	3.054,80
RECEITA DE SERVIÇOS	69.000,00	69.000,00	13.003,79	18,85	157.656,18	228,49	-88.656,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.535.000,00	18.535.000,00	3.201.860,38	17,27	16.136.112,02	87,06	2.398.887,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.980.000,00	17.980.000,00	3.098.324,38	17,23	15.746.966,02	87,58	2.233.033,98
Transf. de Conv.	555.000,00	555.000,00	103.536,00	18,66	389.146,00	70,12	165.854,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	175.000,00	175.000,00	44.026,73	25,16	426.430,02	243,67	-251.430,02
Multas e Juros de Mora	79.000,00	79.000,00	19.067,04	24,14	81.787,27	103,53	-2.787,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.000,00	22.000,00	14.978,84	68,09	290.665,80	321,21	-268.665,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	74.000,00	74.000,00	9.980,85	13,49	48.976,95	66,19	25.023,05
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.425.000,00	7.425.000,00	542.367,37	7,30	1.365.887,70	18,40	6.059.112,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.150.000,00	4.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.150.000,00	4.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	220,85	22,09	935,77	93,58	64,23
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.264.000,00	3.264.000,00	542.146,52	16,61	1.364.951,93	41,82	1.899.048,07
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.264.000,00	3.264.000,00	542.146,52	16,61	1.364.951,93	41,82	1.899.048,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.082.000,00	1.082.000,00	193.735,82	17,91	793.632,33	73,35	288.367,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.082.000,00	1.082.000,00	193.735,82	17,91	793.632,33	73,35	288.367,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	902.000,00	902.000,00	137.479,26	15,24	607.606,69	67,36	294.393,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	902.000,00	902.000,00	137.479,26	15,24	607.606,69	67,36	294.393,31
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	180.000,00	180.000,00	56.256,56	31,25	186.025,64	103,35	-6.025,64

Continua 1/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>193.735,82</b>	<b>17,91</b>	<b>793.632,33</b>	<b>73,35</b>
Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	180.000,00	180.000,00	56.256,56	31,25	186.025,64	103,35
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>4.692.017,50</b>	<b>14,72</b>	<b>22.705.744,97</b>	<b>71,22</b>
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>4.692.017,50</b>	<b>14,72</b>	<b>22.705.744,97</b>	<b>71,22</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>4.692.017,50</b>	<b>14,72</b>	<b>22.705.744,97</b>	<b>71,22</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.859.452,51</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.306.404,10</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.859.452,51	—	—	1.306.404,10	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>30.801.000,00</b>	<b>4.018.836,84</b>	<b>34.819.836,84</b>	<b>2.868.036,15</b>	<b>20.859.306,71</b>	<b>3.763.132,02</b>	<b>18.444.941,44</b>	<b>52,97</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>19.580.400,00</b>	<b>2.575.954,72</b>	<b>22.156.354,72</b>	<b>2.760.669,87</b>	<b>17.712.622,66</b>	<b>3.365.307,07</b>	<b>16.510.061,90</b>	<b>74,52</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.655.200,00	173.592,58	12.828.792,58	2.000.621,83	9.825.498,18	2.001.520,33	9.823.789,68	76,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	137.800,00	0,00	137.800,00	13.573,86	80.222,49	13.573,86	80.222,49	58,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.787.400,00	2.402.362,14	9.189.762,14	746.474,18	7.806.901,99	1.350.212,88	6.606.049,73	71,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.105.160,00</b>	<b>1.442.882,12</b>	<b>10.548.042,12</b>	<b>107.366,28</b>	<b>3.146.684,05</b>	<b>397.824,95</b>	<b>1.934.879,54</b>	<b>18,34</b>
INVESTIMENTOS	8.726.960,00	1.442.882,12	10.169.842,12	50.375,26	2.845.115,69	340.833,93	1.633.311,18	16,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	378.200,00	0,00	378.200,00	56.991,02	301.568,36	56.991,02	301.568,36	79,74

Continua 2/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.801.000,00	4.018.836,84	34.819.836,84	2.868.036,15	20.859.306,71	3.763.132,02	18.444.941,44	52,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	128.440,00	0,00	128.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.987.000,00	0,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.082.000,00	49.946,93	1.131.946,93	193.735,82	779.580,40	193.735,82	779.580,40	68,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	902.000,00	49.946,93	951.946,93	137.479,26	607.606,69	137.479,26	607.606,69	63,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.000,00	0,00	180.000,00	56.256,56	171.973,71	56.256,56	171.973,71	95,54
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.883.000,00	4.068.783,77	35.951.783,77	3.061.771,97	21.638.887,11	3.956.867,84	19.224.521,84	53,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.883.000,00	4.068.783,77	35.951.783,77	3.061.771,97	21.638.887,11	3.956.867,84	19.224.521,84	53,47
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.481.223,13	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.883.000,00	4.068.783,77	35.951.783,77	3.061.771,97	21.638.887,11	3.956.867,84	22.705.744,97	63,16

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.628.975,53

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 26/11/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR Prefeito Municipal	CARLICE B. SCHMITZ Contador CRC/SC - 14.636	ANA CARLA PRIM Controle Interno
---	--	------------------------------------

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0036/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, 0 KM, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONVÊNIO TR 2514 E PROCESSO 1621/2014 FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA.

Valor máximo R\$ 47.790,00 (quarenta e sete mil, setecentos e noventa reais).

Origem dos Recursos:

\* Recurso Estadual: R\$ 34.996,62 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).

\* Recurso Municipal: R\$ 12.793,38 (doze mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos), conforme, conforme plano de trabalho.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 12/12/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 12/12/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 26 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## Ascurra

### PREFEITURA

#### LEI Nº 1385, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1385, de 24 de novembro de 2014.

Autoriza a celebração de convênio entre os Municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio para manutenção do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a celebração de Convênio de Cooperação entre os Municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, através de seus respectivos Fundos Municipais de Saúde, para manutenção do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em cumprimento ao disposto no Projeto base SAMU/192 com a Coordenação da Regional de Blumenau/SC, nos termos da minuta em anexo, a qual fica homologada e passa a fazer parte da presente Lei.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução no disposto no artigo 1º desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica dos Fundos Municipais de Saúde dos Entes conveniados, nos seguintes elementos de despesa:

- a) 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo;
- b) 4.4.90.52.00.00 - Material Permanente;
- c) 4.4.90.51.00.00 - Obras e instalações (Melhoria de Instalações Físicas);
- d) 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- e) 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
- f) 3.1.90.11.01.00.00 - Pessoal Civil.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 24 de novembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 24 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

#### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2014

Termo de Convênio de Cooperação que celebram entre si os Municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, objetivando a manutenção do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em cumprimento ao disposto no Projeto base SAMU/192 sob a Regulação da Regional de Blumenau/SC.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, estabelecida à Rua Benjamin Constant, nº 221, Centro, no município e Comarca de Ascurra/SC, neste ato representado por seu Prefeito MOACIR POLIDORO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001.03, com sede na Rua de



Lurdes nº 47, Bairro Caminho de Lurdes, na cidade de Ascurra - SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social JOÃO VANSUITA, CPF nº 435.917.609.00, doravante denominada simplesmente FMS ASCURRA/SC; MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna/SC, representado por seu Prefeito NICANOR MORRO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001.80, com endereço à Avenida Florianópolis, 107, Centro, Apiúna/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde AMARILDO JOSÉ MOSER, CPF nº 657.186.239-53, doravante denominado FMS APIÚNA/SC; e o MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio/SC, representado por seu Prefeito PAULO ROBERTO WEISS, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.246.073/001-84, com endereço à Rua Barão do Rio Branco, nº 1069, Centro, Rodeio/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde ODAIR JOSÉ COLAÇO, CPF nº 042.023.899-99, doravante denominado FMS RODEIO/SC, têm conveniado, mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem como objeto a manutenção do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em cumprimento ao disposto no Projeto base SAMU/192 sob a Coordenação da Regional de Blumenau, para atendimento dos usuários do SUS nos Municípios conveniados, a partir de sua sede na cidade de Ascurra/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E DA UTILIZAÇÃO

2.1 - Para viabilizar o objeto conveniado, competem aos partícipes as seguintes responsabilidades:

##### I - Ao FMS ASCURRA/SC:

- a) Disponibilizará o local físico para sede do serviço na cidade de Ascurra/SC e os equipamentos para atendimento, bem como custear todas as despesas e medicamentos necessários ao funcionamento da unidade base do SAMU/192;
- b) Designar 04 (quatro) profissionais habilitados para compor a equipe de atendimento, composto de 02 (dois) motoristas e 02 (dois) técnicos de enfermagem, responsabilizando-se pela manutenção de sua remuneração e demais benefícios e encargos.

##### II - Ao FMS APIÚNA/SC:

- a) Designar 02 (dois) profissionais habilitados para compor a equipe de atendimento, incluindo 01 (um) motorista e 01 (um) técnico de enfermagem, responsabilizando-se pela manutenção de sua remuneração e demais benefícios e encargos.

##### III - Ao FMS RODEIO/SC:

- a) Designar 02 (dois) profissionais habilitados para compor a equipe de atendimento, incluindo 01 (um) motorista e 01 (um) técnico de enfermagem, responsabilizando-se pela manutenção de sua remuneração e demais benefícios e encargos.

2.2 - Os recursos oriundos do repasse do Governo Federal para manutenção do SAMU/192 serão repassados ao FMS ASCURRA/SC, na conta corrente nº 1506-6, da Agência 1478-8 do Banco do Brasil S.A, em nome do Fundo Municipal de Saúde - CNPJ nº 11.241.709/0001-03.

2.3 - Ficam incorporadas ao presente Termo as condições estabelecidas no acordo firmado entre os Municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio e o Ministério Público, em reunião datada de 17/09/2014,

referente à regularização da implantação do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

2.4 - Compete aos profissionais designados para manutenção do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência:

- a) Usar os espaços físicos e a infraestrutura disponibilizados exclusivamente para o fim a que se destinam;
- b) Zelar pela limpeza, organização e manutenção das áreas destinadas exclusivamente para as equipes de trabalho, e das áreas de utilização comum junto a sede do SAMU;
- c) Responsabilizar-se por eventuais danos causados no imóvel, materiais e/ou equipamentos utilizados, bem como pela manutenção do serviço e pela qualidade dos atendimentos;
- d) Respeitar inteiramente as diretrizes implantadas em conjunto pelas Secretarias Municipais de Saúde dos Entes conveniados, e aplicadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ascurra, no que se refere à conduta, postura, silêncio, convivência, organização e limpeza das áreas utilizadas;
- e) Cumprir as escalas de serviço, comunicando previamente qualquer alteração ou ocorrência que prejudique o serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - As chamadas emergenciais endereçadas a base do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência permanecerão sendo realizadas através do fone 192 e gerenciadas pela respectiva Central de Regulação, sendo priorizados os atendimentos relacionados aos casos clínicos de urgência/emergência.

3.2 - Nos casos de congestionamento de qualquer um dos sistemas emergenciais, as solicitações de atendimento poderão ser direcionadas a instituição que tiver disponibilidade de atendimento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica dos Fundos Municipais de Saúde dos Entes conveniados, nos seguintes elementos de despesa:

- a) Material de Consumo: 3.3.90.30.00.00;
- b) Material Permanente: 4.4.90.52.00.00;
- c) Obras e instalações (Melhoria de Instalações Físicas): 4.4.90.51.00.00;
- d) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física: 3.3.90.36.00.00;
- e) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: 3.3.90.39.00.00.
- f) Pessoal Civil: 3.1.90.11.01.00.00

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO

5.1 - Este Convênio reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso VII do Artigo 112 da Constituição Estadual, no Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas Leis Municipais nº 1385/2014 (Ascurra), nº 0748/2014 (Apiúna) e nº 1923/2014 (Rodeio).

#### CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

6.1 - O presente Convênio vigorará por 5 (cinco) anos, a contar de sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer momento, por qualquer uma das partes conveniadas, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Ascurra/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.



E por estarem assim justos e acordes, as partes assinam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, perante as testemunhas abaixo, que também assinam.

Município de Ascurra - SC, 24 de novembro de 2014.  
Moacir Polidoro João Vansuita  
Município de Ascurra Secretário de Saúde do Município de Ascurra

Nicanor Morro Amarildo José Moser  
Município de Apiúna Secretário de Saúde do Município de Apiúna

Paulo Roberto Weiss  
Município de Rodeio

Odair José Colaço  
Secretário de Saúde do Município de Rodeio

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**LEI Nº 1386, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1386, de 24 de novembro de 2014.

“ALTERA A CODIFICAÇÃO E NOMECLATURA DAS FONTES DE RECURSO CONSTANTES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E INCLUI AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIO DO CIAPS”.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Acurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e suas alterações, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alteradas as fontes de recursos constantes nos relatórios da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 conforme planilha em anexo.

Parágrafo Único - A alteração mencionada no caput deste artigo se faz necessária tendo em vista alteração da codificação e nomenclaturas da Tabela de fonte de recursos publicada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina para o respectivo exercício e atendimento ao sistema e-sfinge.

Art. 2º - Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 o projeto atividade para transferência de Recursos ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, com a Finalidade de organização da rede de atenção à saúde mental nos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental, conforme codificação abaixo:

Órgão: 05 SECRETARIA DE SAUDE  
Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 10.301.0070.2065 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

30000000000000 DESPESAS CORRENTES  
31000000000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
31710000000000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS  
10200 Receitas de Impostos - Saúde R\$ 22.659,74

33000000000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33710000000000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS  
10200 Receitas de Impostos - Saúde R\$ 2.547,07

400000000000000 DESPESAS DE CAPITAL

44000000000000 INVESTIMENTOS	
44710000000000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	
10200 Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 286,83
Total .....	R\$ 25.493,64

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 24 de novembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 24 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**LEI Nº 1387, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1387, de 24 de novembro de 2014.

"ALTERA A LEI N.º 1329 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013, PLANO PLURIANUAL QUE INCLUI AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIO DO CIAPS."

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e suas alterações, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluído na Lei nº 1329 de 29 de Outubro de 2013, PPA do quadriênio 2014 à 2017 o projeto atividade para transferência de Recursos ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, com a finalidade de organização da rede de atenção à saúde mental nos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental, conforme codificação abaixo:

Órgão: 05 SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 10.301.0070.2065 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL R\$ 81.161,55

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 24 de novembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 24 de novembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

### LEI N.º 1397/2014

LEI N.º 1397/2014

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 830.200,00 (Oitocentos e trinta mil e duzentos reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.000,00  
 04.123.0013.2.005 - Manutenção dos Serviços Financeiros  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 65.000,00  
 28.123.0016.2.008 - Pagamento de Inativos e Pensionistas  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 75.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 25.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 70.000,00  
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 18.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
 26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 90.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....

..... R\$ 5.000,00  
 08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integ. a Família - PAIF  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 08.244.0073.2.043 - Benefícios Eventuais  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 - Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0107 - Transferências do Fundeb 40% no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 80.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 27.812.0058.1.004 - Construção e Reformas de Dependências Esportivas  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 12.361.0040.1.013 - Ampliação da Rede Física - Ensino Fundamental  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 15.000,00	
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 107.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 15.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 15.000,00	
12.361.0049.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 25.000,00	
12.365.0049.2.020 - Manutenção da Merenda Escolar - Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 15.000,00	
12.366.0052.2.024 - Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 15.000,00	
06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 20.000,00	
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0073.2.032 - Assistência a Família	
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 5.200,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 5.000,00	

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 26 de novembro de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PP 090/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E LASER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 090/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 15/12/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação através de empresa do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção de Uma Pista de Skate no espaço recreativo Lagoa do Jacaré, com área de 47,00m², no Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 26 de Novembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock

#### LEI 169/2014

LEI Nº 169/2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Convenio com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, tendo por objeto a interligação dos sistemas de informática do respectivo órgão e do Município de Balneário Rincão, através do projeto REGIN, visando a consecução de meios de acesso para pesquisas mútuas as bases de dados, gerando informações necessárias para registro, emissão do numero de inscrição no CNPJ, do numero de inscrição estadual, de alvará de funcionamento e de alvará de bombeiro, além do fornecimento de dados para emissão de alvará sanitário das empresas constituídas e respectivas alterações.

Art. 2º- A celebração do presente convênio não gerará ônus algum para o Município.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 19 de novembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 19 de novembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Benedito Novo****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2014

Referente: Processo Licitatório nº 62/2014

Contratado: SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO TIPO FURGÃO TETO ALTO TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA REMOÇÃO BÁSICA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor Total Contratado: R\$ 104.800,00

Data Assinatura: 26/11/2014

Vigência: 26/11/2014 a 31/12/2014

Benedito Novo, 27 de novembro de 2014

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****PP 248/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 248/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E FAMABI.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 27 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2014**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014. ACRESCENTA ATIVIDADES AO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2014.

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela LC 66/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o anexo I da Instrução Normativa nº 02/2014, acrescida, das seguintes atividades:

CNAE	ATIVIDADE
6190-6/01	Provedores de Acesso às Redes de Comunicações
6190-6/02	Provedores de Voz sobre Protocolo de Internet – Voip; Voz sobre IP – Voip; Serviço de Rede Especializado para provimento de serviços de comunicação em voz, dados e imagens; Serviço de Estabelecimento de Redes de Telecomunicações.
6190-6/99	Suporte a PABX; Serviço de circuito especializado fixo para suporte à interligação de redes e PABX.
6311-9/00	Transcrição de dados para processamento, tratamento de dados para processamento

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de novembro de 2014

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário Municipal da Fazenda



**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, UPA 24 HORAS E CEO COM VIGÊNCIA PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 28/11/2014, às 15h59min do dia 11/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 11/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (11/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (11/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 28/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 26 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2014 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, POLICLÍNICA, CEO, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 28/11/2014, às 13h59min do dia 11/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 11/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (11/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (11/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 28/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 26 de novembro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

## Blumenau

### PREFEITURA

#### **PORTARIA Nº 18.243/2014**

PORTARIA Nº 18.243, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.  
APLICA A PENALIDADE DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL I.R.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, II, do mesmo diploma legal, resolve:

#### APLICAR

à servidora pública municipal I.R., matrícula nº 200123, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a penalidade disciplinar de SUSPENSÃO por 25 (vinte e cinco dias) dias, prevista no artigo 185, II, combinado com o art. 188, da LC 660/07, por infringir os artigos 176, I, V, VI; 177, XIX e 190, V da LC n.º 660/07, com observância as recomendações contidas do relatório final exarado pela 2ª CPASD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 19 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.247/2014**

PORTARIA Nº 18.247, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

FRED SCHWARZ, do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 18 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8747/11/2014;

CHARLES JEAN BERGER, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 17 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8765/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 18.248/2014**

PORTARIA Nº 18.248, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DISPENSAR**

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

IOLE JOSÉ XAVIER PEREIRA, Fiscal de Obras e Posturas, lotado no Gabinete do Vice Prefeito, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Relacionamento com Associações de Moradores, FGC-100%, designado pela Portaria nº 17.980, de 21/07/2014, no dia 18 de novembro de 2014;

KELLI REGINA LOHN, Técnico em Enfermagem, lotada no Gabinete do Vice Prefeito, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Relacionamento com Consórcios e Ongs, FGC-70%, designada pela Portaria nº 17.879, de 04/06/2014, no dia 18 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.250/2014**

PORTARIA Nº 18.250, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA KELLI REGINA LOHN PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NO GABINETE DO VICE PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DESIGNAR**

a servidora pública municipal KELLI REGINA LOHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada no Gabinete do Vice Prefeito, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Relacionamento com Associações de Moradores, FGC-100%, no dia 19 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.252/2014**

PORTARIA Nº 18.252, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a solicitação contida no Memo nº 2125/2014, de 20/11/14, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à seleção de empresa para gerenciamento, controle e apoio à fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação das Ruas: Arnold Hemmer, Ewaldo Jansen e Vale do Selke, do Município de Blumenau, conforme especificações constantes do Edital de Concorrência nº 03-038/2014 e Anexos - Tipo Técnica e Preço - SEMOB.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos servidores públicos abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

JONI MACHADO, matrícula nº 92042-7, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras Conveniadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;  
ALEXANDRE BALEN, matrícula nº 22242-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;  
ANA CRISTINA CANCHERINI BRANDT, matrícula nº 22450-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

CLEYTON LUIS GRIESHABER, matrícula nº 22894-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;

JONAS JACINTO, matrícula nº 22182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 24 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção.

**PORTARIA Nº 18.253/2014**

PORTARIA Nº 18.253, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando Nº 62/14, de 24/11/2014, da Diretoria de Pessoal, resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica Oficial Especial a fim de realizar exame clínico na

data de 03/12/2014, às 8:30horas, no Ambulatório Geral de Ortopedia do Hospital Santo Antônio, Consultório 4, localizado na Rua Itajaí, 535, Vorstadt, na servidora pública municipal Ana da Silva, candidata ao cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, aprovada pelo Concurso Público nº 01/2011:

I- Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dr. LUCAS BARBIERI MANTOVANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Ambulatório de Ortopedia;

III- Dr. RONALDO VANDRE MACEDO MARQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Ambulatório de Ortopedia.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria, deverá avaliar a servidora nos seguintes itens:

I - capacidade laborativa para a função de Técnico em Enfermagem, visto sua inscrição no Programa de Reabilitação Profissional na função de Auxiliar de Enfermagem até 22/10/14;

II - avaliação e descrição do exame físico de membros superiores para subsidiar decisão médica do SESOSP em relação à aptidão ou inaptidão em exame ocupacional admissional, na função de Técnico em Enfermagem.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 24 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 486/2014 - SEFAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 486/2014

CONTRIBUINTE : ANDY & MY REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
ENDEREÇO: RUA SANTA ROSA 10 - ITROUPAVA NORTE - BLUMENAU - SC  
Inscrição no CMC: 92008 CNPJ: 12.937.324/0001-30  
Processo Fiscal : 2014/180  
Sócios: MILENE ALAM DA SILVA; CLAUDENIR LEAL DA SILVA JUNIOR; THAIS ALAM DA SILVA DO QUENTAL

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no artigo 150 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	187.348,00
Imposto a Recolher	3.746,96
Atualização Monetária	443,14
Juros de Mora	1.179,70
Multa p/ infração	2.095,05
Total Geral	7.464,85

### DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: Maio/2011 a Agosto/2013

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas período citado (NOTABLU).

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

### 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU).

### 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2 % (dois por cento) (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a) Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 10223/2013

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

### 6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

EDILSON MAFRA

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Matrícula nº 15.773-2

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

**ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 486/2014**

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Maio		62,80	62,80	74,60	11,80	31,33	105,93
Junho		69,60	69,60	82,67	13,07	33,90	116,57
Julho		66,11	66,11	78,53	12,42	31,41	109,94
Agosto		147,34	147,34	175,02	27,68	68,26	243,27
Setembro		74,39	74,39	88,36	13,97	33,58	121,94
Outubro		137,43	137,43	163,25	25,82	60,40	223,65
Novembro		156,44	156,44	185,83	29,39	66,90	252,72
Dezembro		189,43	189,43	225,01	35,58	78,25	303,77
2012							
Janeiro		134,64	134,64	150,62	15,98	51,21	201,83
Fevereiro		196,03	196,03	219,30	23,27	72,37	291,67
Março		67,96	67,96	76,03	8,07	24,33	100,36
Abril		135,56	135,56	151,65	16,09	47,01	198,66
Maio		120,59	120,59	134,90	14,31	40,47	175,38
Junho		127,44	127,44	142,57	15,13	41,34	183,91
Julho		138,30	138,30	154,72	16,42	43,32	198,04
Agosto		170,66	170,66	190,92	20,26	51,55	242,47
Setembro		139,80	139,80	156,40	16,60	40,66	197,06
Outubro		176,49	176,49	197,44	20,95	49,36	246,80
Novembro		241,38	241,38	270,03	28,65	64,81	334,84
Dezembro		174,65	174,65	195,38	20,73	44,94	240,32
2013							
Janeiro		124,10	124,10	131,03	6,93	28,83	159,86
Fevereiro		105,01	105,01	110,87	5,86	23,28	134,16
Março		122,88	122,88	129,74	6,86	25,95	155,69
Abril		284,93	284,93	300,84	15,91	57,16	358,00
Maio		102,72	102,72	108,46	5,74	19,52	127,98
Junho		203,00	203,00	214,34	11,34	36,44	250,77
Julho		35,72	35,72	37,71	1,99	6,03	43,75
Agosto		41,56	41,56	53,88	2,32	6,58	50,46
Totais		3.746,96	3.746,96	4.190,10	443,14	1.179,70	5.369,80

EDILSON MAFRA  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO  
Matrícula nº 15.773-2

**PORTARIA Nº 374/2014 - SEMUS**  
PORTARIA Nº 374 / 2014 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

no uso de suas atribuições, com base no Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 2º, 3º e 8º da Lei complementar nº 84 de 09 de junho de 1995, RESOLVE:

DESIGNAR

A servidora pública municipal abaixo relacionada para exercer as atribuições de Fiscal de Serviços em Saúde à contar do dia 10 de novembro de 2014.

MAT	NOME
69650-8	GARDENIA DE ANDRADE CABRAL

Secretaria Municipal de Saúde, em 19 de novembro de 2014.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 129

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 129

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
228.595/2014	03.11.2014	GISELE BREMER	30 horas para 40 horas	03.11.2014
228.822/2014	14.11.2014	MILENE BARBOSA CRUZ ROCHA	30 horas para 40 horas	03.11.2014
28.822/2014	14.11.2014	CINTIA LARISSA CAZAGRAN- DA DE OLIVEIRA	30 horas para 40 horas	03.11.2014
28.822/2014	14.11.2014	SARA HOFFMANN TERNES	30 horas para 40 horas	01.11.2014
28.834/2014	19.11.2014	JULIANA ANTONIUTTI BRAN- TES DE ARRUDA	20 horas para 40 horas	03.11.2014
228.836/2014	20.11.2014	MARCIA ZAKALUK DA SIL- VEIRA	30 horas para 40 horas	17.11.2014
28.839/2014	21.11.2014	LUCIANE ERONDINA VIEIRA	20 horas para 40 horas	17.11.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 130

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 130

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DÍAS	PERÍODO	
28814	2014	12.11.2014	2014/11/008631	RITA DE CASSIA ANTUNES	419	19.09.2013	12.11.2014
28737	2014	12.11.2014	2014/11/008593	SARA FRANCINE CIOATO	380	21.10.2013	06.11.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 131****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 131**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.731/2014	07.11.2014	CLECI FATIMA DA SILVA	40 horas para 30 horas	01.10.2014
28.833/2014	19.11.2014	RAFAELA BENDINI LOPES	35 horas para 20 horas	03.11.2014
28.840/2014	21.11.2014	DEISE REGINA PAUL EXEL	40 horas para 30 horas	30.10.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 132****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 132**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA**

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28847/2014	ADILANO WEISS	Operador de Máquina	15/11/2014
28847/2014	ADRIANA FERNANDES	Técnico em Enfermagem.	09/11/2014
28847/2014	ANA CLAUDIA SIMOES BORGES	Cirurgião Dentista	05/11/2014
28847/2014	BENTO MARCELINO CERCHIARI	Médico - 15 Horas	01/11/2014
28847/2014	CAROLINE REGINA FERREIRA SOBRAL	Farmacêutico	17/11/2014
28847/2014	CLEBER ANTONIO FIORINI	Médico	09/11/2014
28847/2014	CLECI FATIMA DA SILVA	Técnico em Enfermagem.	27/10/2014
28847/2014	CLEUSA MATTEUCCI	Técnico em Enfermagem.	29/11/2014
28847/2014	CRISTIANE DEON	Médico	26/11/2014
28847/2014	DALVA BARBOSA	Técnico em Enfermagem.	22/10/2014
28847/2014	DANIEL SALVIO MINATTI	Engenheiro Civil	25/11/2014
28847/2014	DANIEL VINICIUS OLIVEIRA KLIEMANN	Médico	14/11/2014
28847/2014	DANIELLE MERHY LEAL MONLLOR	Enfermeiro	16/10/2014
28847/2014	FABIANO NUNES	Médico	24/11/2014
28847/2014	GERSON LANGE FILHO	Geógrafo	18/10/2014
28847/2014	GILBERTO JAIR TESCH	Técnico em Enfermagem.	25/10/2014
28847/2014	GUILHERME SCHMIDT SILVA	Engenheiro Civil	17/10/2014
28847/2014	GUSTAVO HENRIQUE CONCEICAO ELIAS	Médico	01/11/2014
28847/2014	HERBERT HASSE NETO	Médico	28/11/2014
28847/2014	IGOR RANGEL AMARAL NATALIO	Médico	11/11/2014
28847/2014	INEZ CUYASKY ALFARTH	Técnico em Enfermagem.	14/11/2014
28847/2014	IVANICE KOHLER	Ag. Comunitário de Saúde	18/11/2014
28847/2014	JESEBEL IARA AVANCINI	Assistente Social	26/11/2014
28847/2014	JOSE LINO GONCALVES	Médico	01/11/2014
28847/2014	JOSILENE RECH KREUCH	Técnico em Enfermagem.	29/11/2014
28847/2014	JULIANA MARY DE AZEVEDO OURIQUES	Assistente Social	16/10/2014



28847/2014	KLIGIEL VATUTIM BETEZEK DA ROSA	Médico	13/11/2014
28847/2014	LARISSA MARCOS	Agente Administrativo	16/11/2014
28847/2014	LEILA CRISTINA PERDONCINI	Geólogo	16/10/2014
28847/2014	LORENA LETICIA DE OLIVEIRA	Médico	03/11/2014
28847/2014	LUANA PAULA BRAGAGNOLO	Educador Social	15/11/2014
28847/2014	MAGALI SCHLINDWEIN SCHMITT	Educador Social	30/11/2014
28847/2014	MAIARA GRAH	Educador Social	20/11/2014
28847/2014	MANOEL RICARDO DOURADO CORREIA	Geógrafo	29/10/2014
28847/2014	MARCEL MULLER DA SILVEIRA	Médico	12/11/2014
Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28847/2014	MARCELA CAROLINA DE ALMEIDA RESENDE	Técnico em Enfermagem.	02/11/2014
28847/2014	MARCUS VITOR OLIVEIRA	Médico	16/11/2014
28847/2014	MARIA CLARETE CRISTOFOLINI DE ARRUDA	Técnico em Enfermagem.	26/10/2014
28847/2014	MARILAINE DE OLIVEIRA DAVIDE DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem.	22/11/2014
28847/2014	MARILENA MESSINA BROWER	Médico	26/10/2014
28847/2014	MARINA EMILIA MOSER DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem.	10/11/2014
28847/2014	MARINA NEVES FOGACA	Médico	09/11/2014
28847/2014	MICHELE MURAOKA DOMINONI	Cirurgião Dentista	27/10/2014
28847/2014	NARA CRISTINA DE MOURA	Técnico em Enfermagem.	15/11/2014
28847/2014	NATASHA MARTINI	Educador Social	17/11/2014
28847/2014	NEOLI PETRIS	Anal.de Informática	21/11/2014
28847/2014	OTAVIO ROSA SILVEIRA	Cirurgião Dentista	30/10/2014
28847/2014	PATRICIA DO ESPIRITO SANTO	Médico	02/11/2014
28847/2014	PAULA EYNG RATTIN	Cirurgião Dentista	24/11/2014
28847/2014	REJANE CRISTINA LINI	Técnico em Enfermagem.	22/11/2014
28847/2014	RENATA GARLET	Técnico em Enfermagem.	09/11/2014
28847/2014	RICARDO AUGUSTO DE LIMA	Médico	25/10/2014
28847/2014	RICARDO CORREA	Médico	09/11/2014
28847/2014	RICARDO DANTAS LOPES	Médico	11/11/2014
28847/2014	ROMULO RENE STUPP	Educador Social	17/11/2014
28847/2014	SANDRO LEONILDO MARQUES	Médico	31/10/2014
28847/2014	SILVIA CRISTINA WACHHOLZ	Técnico em Enfermagem.	30/10/2014
28847/2014	SIRLEI ALMEIDA SANTOS	Técnico em Enfermagem.	13/11/2014
28847/2014	SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Agente Administrativo	13/10/2014
28847/2014	TARCILA MUELLER VOLLES	Arquiteto	15/11/2014
28847/2014	TARCISIO LUCIO MARTENDAL	Médico	22/11/2014
28847/2014	TOBIAS GARCIA TORRES	Médico	24/11/2014
28847/2014	VALMIR BORGES	Técnico em Enfermagem.	25/10/2014
28847/2014	WALLACE CLEICY DA COSTA	Ag. Serviços Especiais	17/11/2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
 CARLOS XAVIER SCHRAMM  
 Secretário Municipal de Administração

### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 133

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 133

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE**

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:



Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28831	2014	19.11.2014	2014/11/008795	ALINE DE MELO MOREIRA LIMA	05/03/2015	03/05/2015
28832	2014	19.11.2014	2014/11/008798	BIANCA HAMMES KLEIN	07/03/2015	05/05/2015
28735	2014	12.11.2014	2014/11/008559	DEYSE MARIA DEMARCO LEYENDECKER	17/02/2015	17/04/2015
28818	2014	14.11.2014	2014/11/008671	HELOISA CRISTINA VIZENTAINER	03/02/2015	03/04/2015
28730	2014	07.11.2014	2014/11/008453	KARIN MARIANNE SCHILDWACHTER MELO	12/02/2015	12/04/2015
28819	2014	14.11.2014	2014/11/008673	LILIANE VIEIRA VEGA GARRÃO	21/02/2015	22/04/2015
28736	2014	12.11.2014	2014/11/008591	LUCIANA FREDERICO CORDEIRO	23/02/2015	23/04/2015
28600	2014	04.11.2014	2014/11/008338	VANUSA NOWASKY	06/11/2014	04/01/2015

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 134

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 134

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.844	2014	25.11.2014	2014/11/008902	SHEILA DE SOUZA AMORIM	04.02.2015
28.591	2014	03.11.2014	2014/10/008174	ANCO MARCIO DA CRUZ	29.10.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 135

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 135

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28848	2014	26.11.2014	2014/11/008962	ANA MARIA DA SILVA MORAES BUENO	30.03.2003	30.03.2013

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 136****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 136**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28845	2014	26.11.2014	2014/11/008939	MIRIAM SPLITTER HACKBARTH	11.06.2000	11.06.2010

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 137****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 137**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28597	2014	04.11.2014	2014/11/008317	ALIRIA KUHNEN VOITENA	14.02.2002	14.02.2012

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 138****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 138**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28815	2014	13.11.2014	2014/11/008642	REJANE DOMBECK PAMPLONA	05.07.2002	05.07.2012

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 139****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 139**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28598	2014	04.11.2014	2014/11/008327	ADRIANA NUNES NOGUEIRA	03.09.2003	03.09.2013
28599	2014	04.11.2014	2014/11/008330	LILIAN BEWIAHN SCHWABE	03.11.2004	03.11.2014
28602	2014	05.11.2014	2014/11/008380	JUCENIR JORGE TAVARES MENEZES	08.08.2004	08.08.2014
28729	2014	07.11.2014	2014/11/008435	ANTONIO CESAR DA ROSA	24.10.2004	24.10.2014
28816	2014	13.11.2014	2014/11/008650	LEONOR REGINA TAUFENBACK	24.10.2004	24.10.2014
28820	2014	14.11.2014	2014/11/008680	ANGELA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA	09.10.2004	09.10.2014
28821	2014	14.11.2014	2014/11/008683	JOÃO LUIZ CORA-DINI	17.10.2004	17.10.2014
28838	2014	20.11.2014	2014/11/008826	INEIDE REJANE GRAFF ROCHA	15.09.2004	15.09.2014
28841	2014	24.11.2014	2014/11/008881	MARGA WEISSHEIMER ABRAHAM	23.11.2004	23.11.2014
28842	2014	24.11.2014	2014/11/008886	LAURO RIBEIRO LUIZ	23.11.2004	23.11.2014
28846	2014	26.11.2014	2014/11/008940	ANDREIA GESSER	08.09.2004	08.09.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 140****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 140**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
8601/2014	05.11.2014	2014/11/008365	ROSA MARIA DIAS MACHADO	09.07.2004 a 09.07.2014
28732/2014	10.11.2014	2014/11/008484	ADEMAR ALVES	02.11.2004 a 02.11.2014
28733/2014	10.11.2014	2014/11/008482	VALMIRA MULLER DA SILVA	03.11.2004 a 03.11.2014
28734/2014	10.11.2014	2014/11/008487	MARIA NILZA GOMES	12.03.2003 a 12.03.2013
28823/2014	17.11.2014	2014/11/008694	FABIANO SEGURA DIAS	01.08.2000 a 01.08.2010
28824/2014	17.11.2014	2014/11/008713	MARIA DE FATIMA MARTINS BAUMGARTNER	11.07.2000 a 11.07.2010
28828/2014	19.11.2014	2014/11/008742	LOURDES CONSUELO HOLL	01.09.2004 a 01.09.2014
28830/2014	19.11.2014	2014/11/008789	DIONE FLOHR	08.05.2004 a 08.05.2014
28843/2014	24.11.2014	2014/11/008891	ROSANA CORREA	24.11.2004 a 24.11.2014

Blumenau, 26 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 141****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 141**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA CONVERSÃO DE 1/3 PARA PECUNIA**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28817	2014	13.11.2014	2014/11/008664	PAULO GERMANO BOEHM	21.12.2001	21.12.2011

Blumenau, 26 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO Nº 318/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 318/2014

Inexigibilidade de Licitação nº. 159/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a LOCAÇÃO DO TEATRO CARLOS GOMES E ALMOÇO COMEMORATIVO PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO HONORIS CAUSA, APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA DA FURB E HOMENAGEM AO MAESTRO FRANK GRAF E FORMANDOS DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DENTRO DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DA FURB.

Blumenau, 21 de novembro de 2014.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 4618/2014

DECRETO Nº 4618/14 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 65.613,91 (Sessenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e noventa e um centavos).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Administração Geral.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1432)

Valor R\$ 40.613,91 (Quarenta mil, seiscentos e treze reais e noventa e um centavos).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 05 - Secretária Municipal da Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas. (1435)

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1436)

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte: 03.01 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 21 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Decreto 0135/2014

DECRETO Nº 0135/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.088 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

(27) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

(29) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), como segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.088 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

(25) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 26 de novembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

#### Decreto 0136/2014

DECRETO 0136/2014

Cancela Alvará de Funcionamento

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Alvará de Funcionamento nº 93 de 24 de novembro de 2014, com base no ofício 010/2014 ST (Setor de Tributação).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.



Braço do Trombudo, em 26 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE DATA DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014**

RETIFICAÇÃO DE DATA DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve retificar o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014 da seguinte forma:

a) Cláusula Primeira: DA DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

ONDE SE LÊ:

Faz-se necessário alterar data do Edital de Tomada de Preços 06/2014 de 10.12.2014.

Lê-se

Fica designada nova data de abertura do Edital Tomada de Preços 06/2014 para 08.01.2015, de acordo com legislação vigente.

Braço do Trombudo em, 26 de Novembro 2014.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal  
CPF - 891.667.959-15

Testemunhas

Juliana do Nascimento      Alair Franz Hein  
CPF - 041.750.579-71      CPF - 020.357.019-70

**Portaria 0167/2014**

PORTARIA Nº 0167/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Loir Constante da Silva ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 118/2012 de 28.06.2012, a partir de 25.11.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 25.11.2014.

Braço do Trombudo, em 26 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 39/2013			Data do Registro: 27/11/2013		Válido até: 27/11/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 27, preto C8727AL- 10 ml. (12279)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	83,9982	1
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	84,6033	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	84,6439	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	84,6784	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	84,8221	5
2	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 28 Color C8728AL- 8 ml. (12280)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	90,8078	1
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	91,0348	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	91,0640	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	91,0875	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	91,8077	5
3	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 21 preto C9351AL- 5 ml. (12281)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	59,2225	1
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	59,3705	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	59,4089	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	59,4393	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 2/15

**Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 22 Color 9352 AL - 5 ml (12335)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	59,8746	5
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	75,0151	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	74,8432	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	75,1624	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	75,1645	4
5	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto CB335WL - 4.5 ml (12282)	UND	SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	75,2027	5
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	62,1836	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	62,3226	2
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	62,3391	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	62,3569	4
6	Cartucho tinta, original do fabricante da impressora HP 75 Color CB337WL - 3.5ml (12283)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	62,8683	5
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	76,9892	1
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	77,1817	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	77,2909	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
7	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 57 color C6657AL - 19 ml. (12285)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	77,3353	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	77,8370	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	132,6583	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	HP	0	132,4280	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	132,5942	3		
8	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 56 Preto C6656AL - 19 ml. (12286)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	132,6947	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	133,7199	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	93,7689	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	93,8035	2		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	93,8789	3		
9	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto CC640 WB - 4 ml (12287)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	HP	0	93,9062	4		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	94,0033	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	54,0898	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	53,8871	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60, Color C643WB - 3ml (12288)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	HP	0	53,9009	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	53,9282	4		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	54,0754	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	67,2175	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	66,8600	2		
11	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 25, color C6625A - 15 ml (12289)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	67,2116	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	67,2866	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	HP	0	67,3019	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	135,1259	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	134,7178	2		
12	Cartucho tinta original do fabricante, da impressora HP 15 Preto C6615DL - 25 ml (12290)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	HP	0	134,9994	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	135,0680	4		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	135,1639	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	103,1458	1		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
13	Cartucho tinta original do fabricante HP 122XL tricolor CH 564 HB - 7,5 ml (12291)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	102,7186	2		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	102,7847	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	102,9556	4		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	103,4037	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	73,3371	1		
14	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122 XL preto CH 563 HB - 8,5 ml (12292)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	72,8474	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	73,2237	3		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	73,3352	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	73,3843	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	88,4389	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	88,4961	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	88,5161	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	88,5610	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	88,8140	5		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
15	Cartucho de tinta original do, fabricante da impressora HP 901 (color) 13 ml CC656AL. (12293)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	99,1976	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	98,7931	2		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	99,3111	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	99,3952	4		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	99,4456	5		
16	Cartucho de tinta, original do fabricante da impressora HP 901 XL (preto) 14 ml CC654AL. (12294)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	120,4190	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	119,7492	2		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	120,4969	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	120,7201	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	120,7577	5		
17	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Pinnade PRO 901 WIFI, 105 XL (preto) (12295)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	LEXMARK	0	78,2723	1		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	78,1712	2		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	LEXMARK	0	78,3230	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
18	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora, Lexmark Pinnade PRO 901 WIFI, 100 XL (azul) (12296)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	LEXMARK	0	78,3788	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	LEXMARK	0	78,8349	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	LEXMARK	0	98,7041	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	LEXMARK	0	98,7679	2		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	LEXMARK	0	98,7931	3		
19	Cartucho de tinta original do fabricante, da impressora Lexmark Pinnade PRO 901 WIFI, 100 XL (rosa) (12297)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	LEXMARK	0	98,9501	4		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	98,9509	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	LEXMARK	0	98,7041	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	LEXMARK	0	98,7679	2		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	LEXMARK	0	98,7931	3		
20	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Lexmark Pinnade PRO 901 WIFI, 100 XL (amarelo) (12298)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8862)	LEXMARK	0	98,9501	4		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	98,9509	5		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	LEXMARK	0	98,7041	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	LEXMARK	0	98,7679	2		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	LEXMARK	0	98,7931	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL preto CZ 105 AB - 6,50ml (12299)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	LEXMARK	0	98,7679	2
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	LEXMARK	0	98,7931	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEXMARK	0	98,9501	4
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	98,9509	5
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	73,6332	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	72,8474	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	73,6315	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	73,6810	4
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	73,7184	5
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	HP	0	86,4648	1
22	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL tricolor CZ 106 AB - 8 ml (12300)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	85,8202	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	86,4219	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	86,5381	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Toner Compatível 100% novo lacrado Q2612 A (preto). (12301)	UND	SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	HP	0	86,5820	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	62,3133	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	61,9046	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	62,1533	3		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRINT	0	62,4414	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	62,4824	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	62,3132	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	61,9045	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	62,1534	3		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRINT	0	62,4415	4		
24	Toner Compatível 100% novo lacrado CB 435 A (preto). (12302)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	62,4823	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	62,3132	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	61,9045	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	62,1534	3		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRINT	0	62,4415	4		
25	Toner Compatível 100% novo lacrado CB 436 A (preto). (12303)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	62,4823	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	62,3132	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	61,9045	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	62,1534	3		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
26	Toner xerox 6121 cyan original. (12304)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	62,4415	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	62,4823	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		
27	Toner xerox 6121 magenta original. (12305)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		
28	Toner xerox 6121 yellow original (12306)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	484,4877	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	485,3271	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 11/15

**Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Toner xerox 6121 preto original. (12307)	UND	SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	485,3882	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	485,7527	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	489,2455	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	XEROX	0	373,0918	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	372,5097	2
30	Toner Compatível 100% novo lacrado CE 285 A (preto). (12308)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	XEROX	0	372,8732	3
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	XEROX	0	373,9067	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	XEROX	0	377,4180	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	75,4059	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	74,5019	2
31	Toner Compatível 100% novo lacrado TN 650 MFC 8480 DN (preto) (12309)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	74,8845	3
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	75,4719	4
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRINT	0	75,5611	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	162,0340	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 39/2013			Data do Registro: 27/11/2013		Válido até: 27/11/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Toner Compatível 100% novo lacrado impressora Xerox phaser 3125 (preto). (12310)	UND	SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	162,2893	2
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	162,3676	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	162,7123	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	162,7490	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	211,2546	1
33	Toner Compatível 100% novo lacrado impressora Samsung ML 2955 NB (preto). (12313)	UND	SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	211,6174	2
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	211,6894	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	212,2809	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	212,6720	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	134,4705	1
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	134,6656	2
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	134,7473	3
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	134,7921	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	135,2955	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 39/2013      Data do Registro: 27/11/2013      Válido até: 27/11/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
34	Toner Compatível 100% novo lacrado CE 435A/436A (preto), (12314)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	62,5593	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	61,9045	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	62,5816	3		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	62,6466	4		
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	62,7374	5		
35	Toner Compatível 100% novo lacrado, Lexmark E 120 (preto), (12315)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	POTENCIAL	0	83,4288	1		
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	82,8722	2		
			SUPRIMÓVEIS LTDA (8445)	CONNECTION	0	83,3644	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	83,5415	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 39/2013		Data do Registro: 27/11/2013		Válido até: 27/11/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELMO PAPELARIA LTDA EPP (8623)	MASTER PRIN	0	83,6499	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 39/2013		Data do Registro: 27/11/2013		Válido até: 27/11/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2013  
PROCESSO Nº 72/2013

- (8321) - ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
- (8445) - SUPRIMÓVEIS LTDA
- (8623) - ELMO PAPELARIA LTDA EPP
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9207) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME

Braço do Trombudo, 27 de Novembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 11/2014		Data do Registro: 27/05/2014		Válido até: 27/05/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Academia ao Ar Livre com Base de Concreto, para proporcionar o bem estar e o lazer dos munícipes de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Academia ao ar livre com base individual de concreto composta pelos seguintes aparelhos: Volante de Rotação.	UNDS	Celso Moadr Gomes - EPP (9265)	20.000,0000	1
---	--	------	--------------------------------	-------------	---

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizada a fogo de 3" x 2,00 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono de 1" x 1,50 mm. Manipulos de baquete especial para áreas externas. Proteção para as mãos com manoplas de vinil ou borracha de alta resistência. Sistemas de movimentação em tubos padrão volantes em alumínio fundido com acabamento polido e arredondado. Tampas em chapa de aço carbono galvanizado 2 mm estampadas e soldadas. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, com rolamentos selados, e eixos maciços em aço laminado. Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout.

Simulador de Cavalgada INDIVIDUAL:

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado a fogo de 2" x 2,00mm e barra plana de aço carbono galvanizado a fogo de 8 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono galvanizado a fogo de 2" x 2,00mm e 1"1/2 x 2,00mm 1"por 2 mm. Assentos fabricado em alumínio fundido. Tampas em chapa de aço carbono galvanizado de 2 mm estampadas e soldadas. Proteção para as mãos com manoplas de vinil ou borracha de alta resistência. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, com rolamentos duplos selados, eixos maciços em aço laminado, batentes de borracha de alto impacto Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout.

Alongador 3 Alturas:

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado a fogo de 3" x 2,65 mm, estrutura secundária em tubos de aço carbono galvanizado a fogo de 1"1/2 x 2,00mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono galvanizado a fogo de 1" x 2,00mm. Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2014

Número do Registro de Preços: 11/2014		Data do Registro: 27/05/2014		Válido até: 27/05/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Academia ao Ar Livre com Base de Concreto, para proporcionar o bem estar e o lazer dos munícipes de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Simulador de Caminhada DUPLO:

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado de 2" 1/2 x 2.00 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono de 2" x 2.00 mm. Pedais fabricado em alumínio fundido antiderrapante. Tampas em chapa de aço carbono galvanizada 2 mm estampadas e soldadas. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, com rolamentos duplos selados, e eixos maciços em aço laminado. Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout.

Esqui DUPLO:

Estrutura principal em tubos e aço carbono galvanizado a fogo de 2" 1/2 x 2.00 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono galvanizado a fogo de 2" 1/2 x 2.00 mm e 1" 1/4" x 2.00 mm. Pedais fabricado em alumínio fundido antiderrapante. Tampas em chapa de aço carbono galvanizadas 2 mm estampadas e soldadas dando um ótimo acabamento e vedando a poeira e água. Proteção com manoplas de vinil ou borracha de alta resistência. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, e eixos maciços com rolamentos duplos selados, câmara interna de lubrificação. Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout.

Cadeira Pressão de Pernas com Surf

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado a fogo de 3" x 2.00 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono galvanizado a fogo de 2" 1/2 x 2.00 mm, 1" 1/4" x 2.00 mm. Pedais fabricado em alumínio fundido antiderrapante, acento e encosto em alumínio fundido com acabamento em ferro chato 1" x 1/8" e ferro macio redondo 1/2". Tampas em chapa de aço carbono galvanizado de 2 mm estampadas e soldadas dando um ótimo acabamento, proteção em manoplas de vinil ou borracha de alta resistência. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, com rolamentos duplos selados, e eixos maciços em aço laminado. Todas as porcas com sistema PORLOCK arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2014

Número do Registro de Preços: 11/2014		Data do Registro: 27/05/2014		Válido até: 27/05/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Academia ao Ar Livre com Base de Concreto, para proporcionar o bem estar e o lazer dos munícipes de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout.

Simulador de Escada Individual

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado a fogo 2"1/2 x 2.00 mm, 2" x 2.00 mm. Peças de movimentação produzidas em tubo de aço carbono de 2" x 2.00 mm e 1" x 2.00 mm. Pedais fabricado em alumínio fundido antiderrapante. Tampas em chapa de aço carbono galvanizada a fogo 2 mm estampadas e soldadas. Proteção para as mãos em manoplas de vinil ou borracha de alta resistência. Sistemas de movimentação em tubos padrão SCH 80, com rolamentos selados, e eixos maciços em aço laminado. Todas as porcas com sistema PORLOCK e parafusos com trava-rosca de alto torque, todos zincados. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, dando segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação do produto, músculos exercitados e dicas para uso e funções do aparelho, dados do fabricante e contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura do piso de concreto com chumbadores parabout.

Placa Orientativa

Estrutura principal em tubos de aço carbono galvanizado de 2" x 2.00 mm, quadro de contorno da placa em tubos de aço carbono de 1" x 2.00 mm. Placa em chapa galvanizada espessura de 2.00 mm com tamanho de 1000 x 1200 mm. Tampas em chapa de aço carbono galvanizado 2 mm estampadas e soldada. Acabamentos arredondados, sem arestas ou canto vivo, oferecendo maior segurança e conforto aos usuários. Produto inteiramente montado pelo sistema de soldagem MIG e MAG, passa por tratamento de galvanização e pintura feita pelo sistema epóxi poliéster para uso externo e interno. Adesivo de identificação de todos os produtos e dicas de alongamento, músculos exercitados e funções dos aparelho, dados do fabricante e cliente, contato para assistência técnica.

Base de fixação do aparelho com cortes a laser de no mínimo 30 mm de altura mínima do piso de concreto com chumbadores parabout. (13473)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 11/2014			Data do Registro: 27/05/2014		Válido até: 27/05/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Academia ao Ar Livre com Base de Concreto, para proporcionar o bem estar e o lazer dos munícipes de Braço do Trombudo							
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
				PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA (9266)	ZIOBER	0	20 101,0000
							2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 11/2014		Data do Registro: 27/05/2014		Válido até: 27/05/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Academia ao Ar Livre com Base de Concreto, para proporcionar o bem estar e o lazer dos munícipes de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014  
PROCESSO Nº 21/2014

- (9265) - Celso Moacir Gomes - EPP
- (9266) - PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA

Braço do Trombudo, 27 de Maio de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO nº 7.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam delegadas aos servidores a seguir identificados, as competências para a assinatura de requisições, ordens de compra, empenhos, medições e demais atos alusivos a liquidação de despesas, conforme a Secretaria ou Fundo a que pertencam:

- I. Gabinete do Prefeito: Alessandra Silva de Amorim Costa;
- II. Secretaria de Obras e Serviços Públicos: Sergio Gamba;
- III. Diretoria Geral de Infraestrutura: Janice Imhof;
- IV. Secretaria de Educação: Kelly Cristina Bergler;
- V. Secretaria de Saúde: Luis Fernando Sanni;
- VI. Secretaria de Comunicação: Cristina Sapata;
- VII. Secretaria de Fazenda: Maria Estela Cavallini Rossi;
- VIII. Secretaria de Trânsito e Mobilidade: Sabrina Hoeffelmann;
- IX. Fundação Cultural de Brusque: Sara Jane Ternes;
- X. Fundação Municipal de Esportes: Eduardo Gohr;
- XI. Secretaria de Orçamento e Gestão: Rafael Luiz Pinto;
- XII. Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Celso Schwartz;
- XIII. Secretaria de Governo e Gestão Estratégica: Alan Rodrigo Alcantara;
- XIV. Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque: Marcia Terezinha Benvenuti Zen;
- XV. Instituto Brusquense de Planejamento: Elpídio João Grignani Cruz;
- XVI. Instituto Brusquense de Previdência: Alexandre Rafael Melquiades Elias;
- XVII. Procuradoria Geral do Município: Sonia Knihs Crespi;
- XVIII. Controladoria Geral do Município: Gilberto Raul Scherer;
- XIX. Secretaria de Assistência Social e Habitação: Sergio Scheidt.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na presente data, com efeitos a partir de 24 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

### EDITAL N. 047/2014 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 047/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 047/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 047/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 26 de novembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 047/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 26 de novembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

### EDITAL N. 048/2014 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 048/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 048/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 048/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 26 de novembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 048/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 26 de novembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos



**EDITAL Nº 048/2014 CLASSIFICAÇÃO FINAL  
PROCESSO SELETIVO –**

Classificação final Processo Seletivo - Edital nº 048/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL no Processo Seletivo para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	JOICE CHIAMULERA	8,60
002	ALINE CRISTINA MACHADO SANTANA	8,00
003	SIMONE FREITAS	7,80
004	LUCIANE PEREIRA PIRES	7,80
005	ERLITÂNIA BEATRIZ DOS SANTOS	7,00
006	DAIANA RABELO DE FARIA	6,40
007	ANDRESSA CARLA DA SILVA SCHONS	6,20
-	ANA REGINA BECKER DOS SANTOS	NÃO COMPARECEU
-	IVONE TEREZINHA DE OLIVEIRA COELHO	NÃO COMPARECEU

Brusque, 26 de novembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 058/2014  
SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 058/2014

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 058/2014, na modalidade de Tomada de Preços, para serviço de manutenção dos equipamentos de informática do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 16 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**PORTARIA Nº 2367/2014**

PORTARIA Nº 2367/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor LUIZ GIANESINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, lotado na Procuradoria Geral, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período compreendido entre 03/11/2014 a 02/12/2014, referente aos períodos aquisitivos de 01/03/2000 a 31/02/2005.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2525/2014**

PORTARIA Nº 2525/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o servidor PAULO CESAR FREITAG, nomeado pela portaria nº 7720/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança no Trabalho.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2526/2014**

PORTARIA Nº 2526/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável a servidora ANA KELLY PITLOVANCIV, nomeado pela portaria nº 7674/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Bióloga.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2527/2014**

PORTARIA Nº 2527/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) ALAIDE GONÇALVES DA SILVA GALM, nomeado pela portaria nº 7252/2010 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/02/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2528/2014**

PORTARIA Nº 2528/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável a servidora SILVIA CRISTINA THOM, nomeada pela portaria nº 7705/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contadora.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2529/2014**

PORTARIA Nº 2529/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) VALDIR DA SILVA, nomeado(a) pela portaria nº 7705/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/02/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2530/2014**

PORTARIA Nº 2530/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) VALDIR ROSLINDO, nomeado(a) pela portaria nº 7380/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Obras.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12/04/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2531/2014**

PORTARIA Nº 2531/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) DORINEL FORTUNATO DOS REIS, nomeado(a) pela portaria nº 7726/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2532/2014**

PORTARIA Nº 2532/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) ANDERSON CONSTANTINI, nomeado(a) pela portaria nº 7624/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2533/2014**

PORTARIA Nº 2533/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) FAUÉS VINICIUS MEDEIROS, nomeado(a) pela portaria nº 7719/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal do Meio Ambiente.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humanos

**RESOLUÇÃO Nº 9, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**

Resolução Nº 9, de 26 de novembro de 2014.

Autoriza a participação de Servidores no Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento sobre Microempresas e Empresas de pequeno porte nas Licitações.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Guilherme Marchewsky, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos Servidores Jefferson Silveira e Guilherme Murinelli Francisco no Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento sobre Microempresa e Empresas de pequeno porte nas Licitações, a ser realizado pela NDJ Nova Dimensão Jurídica, no dia 28 de novembro de 2014, em São Paulo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.216/2014

DECRETO nº 6.216, de 24 de novembro de 2014.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 2.100,00m<sup>2</sup> (dois mil e cem metros quadrados), objeto do Registro nº 10.601, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Amadeu Lizott, nesta cidade, de propriedade de Neide Maria Driessen Baú e Outros, ficando após o desmembramento constituído de quatro glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Gleba "A" com 525,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), iniciando-se no marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Amadeu Lizott; deste segue confrontando com a Rua Amadeu Lizott com o azimuth 97°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 1; deste segue confrontando com a Gleba B do desmembramento com o azimuth 187°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 8; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 18.793 de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda com o azimuth 277°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 9; deste segue confrontando com a Rua Dom Luiz Colussi com o azimuth 7°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 0=PP;

II - Gleba "B" com 525,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), iniciando-se no marco 1=PP, situado na confrontação com a Rua Amadeu Lizott; deste segue confrontando com a Rua Amadeu Lizott com o azimuth 97°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 2; deste segue confrontando com a Gleba C do desmembramento com o azimuth 187°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 7; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 18.793 de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda com o azimuth 277°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 8; deste segue confrontando com a Gleba A do desmembramento com o azimuth 7°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 1=PP;

III - Gleba "C" com 525,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), iniciando-se no marco 2=PP, situado na confrontação com a Rua Amadeu Lizott; deste segue confrontando com a Rua Amadeu Lizott com o azimuth 97°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 3; deste segue confrontando com a Gleba D do desmembramento com o azimuth 187°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 6; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 18.793 de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda com o azimuth 277°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 7; deste segue confrontando com a Gleba B do desmembramento com o azimuth 7°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 2=PP;

IV - Gleba "D" com 525,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), iniciando-se no marco 3=PP, situado na confrontação com a Rua Amadeu Lizott; deste segue confrontando com a Rua

Amadeu Lizott com o azimuth 97°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 4; deste segue confrontando com a Rua Henrique Júlio Berger com o azimuth 187°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 5; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 18.793 de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda com o azimuth 277°23'56" e a distância de 15,00 metros até o marco 6; deste segue confrontando com a Gleba C do desmembramento com o azimuth 7°23'56" e a distância de 35,00 metros até o marco 3=PP;

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.223/2014

DECRETO Nº 6.223, de 26 de novembro de 2014

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação, na importância de R\$ 177.683,70 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos):

#### 02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

15.452.0020.1.048 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 177.683,70

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros advindos do excesso de arrecadação da receita referente a Contribuição de Melhoria (cauções) das Ruas Xaxim, Manoel Luiz Cordeiro, Maria Schumann Rotta e Jairo Geronimo Coelho de Souza, na importância de R\$ 177.683,70 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 26 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**AVISO DE LICITAÇÃO PR 96-2014 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PORCESSO DE LICITAÇÃO Nº 141/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2014

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 12/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 26 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PR 20-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 26/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 TIPO: MENOR PREÇO  
OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A CASA LAR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 15/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 25 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 24.854**

PORTARIA Nº 24.854, de 19 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Razão	Período
Eliane Souza da Costa	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga vinculada Cassia Regina Maciel – licença tratamento de saúde	21/11/2014 a 19/12/2014
Elói Coscodai Junior	Professor de 1º ao 5º ano, para atuar no projeto de libras	1.3/A	20	Secretaria Municipal de Educação	Vaga Transitória	11/11/2014 a 19/12/2014
Gilmar Seman de Souza	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	03/11/2014 a 19/12/2014
Ligia Maria Weingartner	Professora de Artes	1.3/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga vinculada Josete Lemos, licença tratamento de saúde	17/11/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.855**

PORTARIA Nº 24.855, de 19 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, as cidadãs, a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Elinéia Dias	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Ulysses Guimarães	Vaga vinculada Juvinde Hirsch, Licença Tratamento de Saúde	18/11/2014 a 19/12/2014

Maria Apa- recida Salda- nha de Oliveira	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pieri- na Adami	Vaga vincu- lada Grazie- la Bender, Licença Materni- dade	11/11/2014 a 19/12/2014
Sa- mantha Patrini Susin	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sininho	Vaga vincu- lada Kerolyn Cristina Coronado, Licença Tratamento de Saúde	19/11/2014 a 16/12/2014
Va- nessa Brusco	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Wal- sin Nunes Garcia	Vaga vincu- lada Marile- ne Coelho Gonçalves, Licença Prêmio	19/11/2014 a 16/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 73/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 73/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **7640 - 2014**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **JOÃO BENETTI SOBRINHO**, no bairro GIOPPO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **JOÃO BENETTI SOBRINHO**, no bairro GIOPPO, partindo da RUA IRMÃO LEO GUILHERME RECH ate seu término com área total de pavimentação igual a **2.056,00<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **514,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA JOÃO BENETTI SOBRINHO</b>
Bairro:	<b>GIOPPO</b>
Somatório de testadas:	<b>514,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.056,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>RUA JOÃO BENETTI SOBRINHO</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>28.389,15</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.212,77	0,30	663,83
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	100,77	8,46	852,79
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27,00	30,34	819,11
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	210,00	44,00	9.240,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	50,00	89,51	4.475,63
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	170,40	65,24	11.116,55
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	7,00	174,46	1.221,24
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>95.992,90</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m²	30,84	65,24	2.011,92
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	348,14	65,24	22.711,75
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	69,63	65,24	4.542,35
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	222,16	71,30	15.839,92
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.136,00	0,46	987,90
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.136,00	0,16	347,10
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	267,00	154,24	41.181,41
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	106,80	5,64	602,09
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	502,00	15,48	7.768,45
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>561,29</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	30,84	18,20	561,29
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 124.943,33
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				60,77
<b>VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =</b>				<b>243,08</b>
FORRO = 3,00 CM				ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 2056,00 m²
MACADAME SECO = 15,00 CM				SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 514,00 m
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 60,77 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 243,08 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 124.943,33), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (514,00 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA JOÃO BENETTI SOBRINHO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>288-7</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELA DO 15
JOSÉ CLOVIS ANTUNES	001.03.062.0139.001	16,00	243,0800	3.889,28	3.111,42	259,29
ALESSANDRO GONÇALVES	001.03.062.0147.001	16,00	243,0800	3.889,28	3.111,42	259,29
OTTOFRIED NEUMANN	001.03.062.0163.001	16,00	243,0800	3.889,28	3.111,42	259,29
FRANCISCO CORREA DE ANDRADE	001.03.062.0177.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
JOÃO DORALINO MILDEMBERG	001.03.062.0191.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
VILSON ANTONIO HORNE	001.03.062.0205.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
FLORIANO HORNE	001.03.062.0219.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ALDAIR GOIS DOS SANTOS	001.03.062.0233.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ELEANDRO JOSÉ SPGGIORIN	001.03.062.0247.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
NELSON ANTONIO SPEGGIORIN	001.03.062.0261.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ELEANDRO JOSÉ SPEGGIORIN	001.03.062.0275.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
SIMONE CAMPOS DE OLIVEIRA	001.03.062.0289.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
SIMONE CAMPOS DE OLIVEIRA	001.03.062.0303.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
GENI HUHNN WINIEWSKI	001.03.062.0317.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
FRANCISCO DE AMORIM	001.03.062.0331.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
RODOLFO BERTHON HELLER	001.03.062.0346.001	11,00	243,0800	2.673,88	2.139,10	178,26
MOANDIR SCOTTI	001.03.062.0359.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
TEREZA GRABASCH	001.03.062.0372.001	13,00	243,0800	3.160,04	2.528,03	210,67
RAULINO MORAES	001.03.062.0347.001	35,00	243,0800	8.507,80	6.806,24	567,19
RUA ARNO WILLI FAUTH	-	13,00	243,0800	3.160,04	2.528,03	210,67
LUCIA DE SOUZA	001.03.067.0030.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
IVANIR AGUIDA	001.03.067.0338.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
JOICE CASTILHO	001.03.067.0324.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
PEDRO JOÃO LASKOSKI	001.03.067.0310.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
RUA PADRE JOSÉ CHAMOT	-	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ANA BLAKOSKI	001.03.066.0030.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO	001.03.066.0338.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ZEFERINO BISPO DO AMARAL	001.03.066.0324.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
FRANCISCO LUIZ GALON	001.03.066.0310.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
RUA MARCOS AFONSO VITTO	-	13,00	243,0800	3.160,04	2.528,03	210,67
EDEMIR LUIZ DUTRA E OUTRA	001.03.063.0030.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ILVOR BORTOLINI	001.03.063.0338.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
ELIZABETE URBANO DOS SANTOS	001.03.063.0324.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
MARCOS ANTONIO PIERDONA	001.03.063.0310.001	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
RUA IRMAO GUILHERME RECH	-	14,00	243,0800	3.403,12	2.722,50	226,87
SERVIDAO PREFEITURA	-	3,00	243,0800	729,24	583,39	48,62
<b>TOTAL</b>		<b>514,00</b>		<b>124.943,12</b>	<b>99.954,50</b>	<b>8.329,54</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **JOÃO BENETTI SOBRINHO**, no bairro GIOPPO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	ASSINATURA
JOSÉ CLOVIS ANTUNES	
ALESSANDRO GONÇALVES	
OTTOFRIED NEUMANN	
FRANCISCO CORREA DE ANDRADE	
JOÃO DORALINO MILDEMBERGER	
VILSON ANTONIO HORNE	
FLORIANO HORNE	
ALDAIR GOIS DOS SANTOS	
ELEANDRO JOSÉ SPGGIORIN	
NELSON ANTONIO SPEGGIORIN	
ELEANDRO JOSÉ SPEGGIORIN	
SIMONE CAMPOS DE OLIVEIRA	
SIMONE CAMPOS DE OLIVEIRA	
GENI HUHNI WINIEWSKI	
FRANCISCO DE AMORIM	
RODOLFO BERTHON HELLER	
MOANDIR SCOTTI	
TEREZA GRABASCH	
RAULINO MORAES	
RUA ARNO WILLI FAUTH	
LUCIA DE SOUZA	
IVANIR AGUIDA	
JOICE CASTILHO	
PEDRO JOÃO LASKOSKI	
RUA PADRE JOSÉ CHAMOT	
ANA BLAKOSKI	
JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO	
ZEFERINO BISPO DO AMARAL	
FRANCISCO LUIZ GALON	
RUA MARCOS AFONSO VITTO	
EDEMIR LUIZ DUTRA E OUTRA	
ILVOR BORTOLINI	
ELIZABETE URBANO DOS SANTOS	
MARCOS ANTONIO PIERDONA	
RUA IRMAO GUILHERME RECH	
SERVIDAO PREFEITURA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 69/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 69/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9373 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **ROMULO PEREIRA DE SOUZA**, no bairro FIGUEROA, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **ROMULO PEREIRA DE SOUZA**, no bairro FIGUEROA, partindo da RUA IZIDORO BELOTTO com término A RUA SILVESTRE PETRYKOSKI com área total de pavimentação igual a **1.085,40<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **271,35** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA ROMULO PEREIRA DE SOUZA</b>
Bairro:	<b>FIGUEROA</b>
Somatório de testadas:	<b>271,35 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.085,40 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
RUA ROMULO PEREIRA DA SILVA - 07/10/2013				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>13.033,32</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.168,16	0,30	350,45
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	43,59	8,46	368,89
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18	30,34	546,08
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	135,00	44,00	5.940,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	78,64	65,24	5.130,05
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	4,00	174,46	697,85
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>48.864,14</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	16,28	65,24	1.062,13
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	175,22	65,24	11.431,19
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	35,04	65,24	2.286,24
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	111,85	71,30	7.974,94
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.085,40	0,46	502,00
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.085,40	0,16	176,38
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	135,68	154,24	20.926,17
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	54,27	5,64	305,95
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	271,35	15,48	4.199,14
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>812,99</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	16,28	18,20	296,31
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	3,00	172,23	516,68
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>15.961,95</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	135,68	58,18	7.893,57
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	78,00	33,44	2.608,32
4.3 POÇO DE VISITA	un	2,00	2.730,03	5.460,06
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 78.672,40
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				72,48
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				289,93
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				1085,40 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				271,35 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 72,48 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 289,93 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 78.672,40)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (271,35 ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA ROMULO PEREIRA DE SOUZA</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>310-7</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	06 VEZES C/10%	PARCELADO 15 VEZES
CLODOALDO MACHADO		15,00	289,9300	4.348,95	3.479,16	652,34	289,93
VILSON DE JESUS GONÇALVES DIAS		15,00	289,9300	4.348,95	3.479,16	652,34	289,93
ANTONIO LUIZ BISOTTO		12,00	289,9300	3.479,16	2.783,33	521,87	231,94
EMPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS		39,00	289,9300	11.307,27	9.045,82	1.696,09	753,82
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR		56,60	289,9300	16.410,04	13.128,03	2.461,51	1.094,00
FRIDA SELL		32,00	289,9300	9.277,76	7.422,21	1.391,66	618,52
EUNICE PANATTA CARDOSO FREDERICK		14,00	289,9300	4.059,02	3.247,22	608,85	270,60
ALCINO A. CASSIANO DE OLIVEIRA		14,25	289,9300	4.131,50	3.305,20	619,73	275,43
FLAVINHO HENRIQUE RIBEIRO E OUTROS		18,00	289,9300	5.218,74	4.174,99	782,81	347,92
CÁRITAS SOLIDARIEDADE CAÇADOR		13,50	289,9300	3.914,06	3.131,24	587,11	260,94
CÁRITAS SOLIDARIEDADE CAÇADOR		15,00	289,9300	4.348,95	3.479,16	652,34	289,93
ALMIR ALVES DO NASCIMENTO		15,00	289,9300	4.348,95	3.479,16	652,34	289,93
RUA SILVESTRE PETRYKOSKI		12,00	289,9300	3.479,16	2.783,33	521,87	231,94
<b>TOTAL</b>		<b>271,35</b>		<b>78.672,51</b>	<b>62.938,00</b>	<b>11.800,88</b>	<b>5.244,83</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec. Adj. Ass. Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M. Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **ROMULO PEREIRA DE SOUZA**, no bairro FIGUEROA, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
CLODOALDO MACHADO	
VILSON DE JESUS GONÇALVES DIAS	
ANTONIO LUIZ BISOTTO	
EMPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
FRIDA SELL	
EUNICE PANATTA CARDOSO FREDERICK	
ALCINO A. CASSIANO DE OLIVEIRA	
FLAVINHO HENRIQUE RIBEIRO E OUTROS	
CÁRITAS SOLIDARIEDADE CAÇADOR	
CÁRITAS SOLIDARIEDADE CAÇADOR	
ALMIR ALVES DO NASCIMENTO	
RUA SILVESTRE PETRYKOSKI	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 66/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 66/2014****CAUÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **5350 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA FRANCISCO ALONSO DE SOUZA com término A RUA ELIAS DE MORAES com área total de pavimentação igual a **603,72<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **150,93** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>150,93 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>603,72 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>RUA EUSÉBIO FERREIRA DOS SANTOS - 28/11/2013</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>7.151,68</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	649,75	0,30	194,93
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	23,92	8,46	202,45
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	9	30,34	273,04
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	75,00	44,00	3.300,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	43,42	65,24	2.832,34
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	2,00	174,46	348,93
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>27.179,16</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	9,06	65,24	590,78
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	97,46	65,24	6.358,25
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	19,49	65,24	1.271,65
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	62,21	71,30	4.435,81
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	603,72	0,46	279,22
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	603,72	0,16	98,10
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	75,47	154,24	11.639,53
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	30,19	5,64	170,17
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	150,93	15,48	2.335,64
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>337,04</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	9,06	18,20	164,82
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>9.327,62</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	75,47	58,18	4.390,55
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	66,00	33,44	2.207,04
4.3 POÇO DE VISITA	un	1,00	2.730,03	2.730,03
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 43.995,50
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				72,87
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				<b>291,50</b>
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				603,72 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				150,93 m



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

**CMI = VO X AI**

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 72,87 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 291,50 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 43.995,50)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (291,50 ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>273-9</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	A DO IMÓVEL	PREÇO M/L INEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELA DO 15
OSVALDO RODRIGUES	001.04.401.0098.001	13,00	291,5000	3.789,50	3.031,60	252,63
JANUARIO TESSARI	001.04.401.0062.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
TACIANO LAISMANN	001.04.401.0050.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
CARISSE PEREIRA	001.04.401.0038.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
ALESSANDRA AP. MARTINS	001.04.401.0026.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
ORLANDO ALMEIDA E SIRLENE	001.04.401.0014.001	13,00	291,5000	3.789,50	3.031,60	252,63
JOSÉ AMARILDO ERCEGO	001.04.402.0504.001	20,93	291,5000	6.101,10	4.880,88	406,74
DENISE T. DA C. MACIEL	001.04.402.0307.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
DERICO MIGUEL L. XAVIER	001.04.402.0295.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
JANDIR CONSSEAU SANTOS	001.04.402.0283.001	12,00	291,5000	3.498,00	2.798,40	233,20
ODAIR J. ARANHA	001.04.402.0271.001	20,00	291,5000	5.830,00	4.664,00	388,67
<b>TOTAL</b>		<b>150,93</b>		<b>43.996,10</b>	<b>35.196,88</b>	<b>2.933,07</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Paqvimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
OSVALDO RODRIGUES	
JANUARIO TESSARI	
TACIANO LAISMANN	
CARISSE PEREIRA	
ALESSANDRA AP. MARTINS	
ORLANDO ALMEIDA E SIRLENE	
JOSÉ AMARILDO ERCEGO	
DENISE T. DA C. MACIEL	
DERICO MIGUEL L. XAVIER	
JANDIR CONSSEAU SANTOS	
ODAIR J. ARANHA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 64/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 64/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9798 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **LEONARDO GRANEMANN**, no bairro ALTO BONITO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **LEONARDO GRANEMANN**, no bairro ALTO BONITO, partindo da RUA LUCIANO VITÓRIO BIASI ate seu término com área total de pavimentação igual a **3.423,36<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **855,84** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA LEONARDO GRANEMANN</b>
Bairro:	<b>ALTO BONITO</b>
Somatório de testadas:	<b>855,84 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>3.423,36 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
RUA LEONARDO GRANEMANN - 07/10/2013				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>40.977,17</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	3.684,39	0,30	1.105,32
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	137,14	8,46	1.160,52
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	36	30,34	1.092,15
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	425,00	44,00	18.700,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	9,00	89,51	805,61
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	250,91	65,24	16.368,95
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	10,00	174,46	1.744,63
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>157.550,72</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	51,35	65,24	3.349,97
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	568,88	65,24	37.112,48
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	113,78	65,24	7.422,50
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	363,07	71,30	25.886,55
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	3.503,36	0,46	1.620,30
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	3.503,36	0,16	569,30
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	437,92	154,24	67.543,69
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	175,17	5,64	987,51
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	843,84	15,48	13.058,42
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>934,58</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	51,35	18,20	934,58
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>50.584,94</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	427,92	58,18	24.896,39
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	360,00	33,44	12.038,40
4.3 POÇO DE VISITA	un	5,00	2.730,03	13.650,15
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 250.047,41
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				73,04
<b>VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =</b>				<b>292,17</b>
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				3423,36 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				855,84 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5.      VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 73,04 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR**      = R\$ 292,17 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 250.047,41), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (855,84 ml).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA LEONARDO GRANEMANN</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>308-5</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

- a) Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;
- b) Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
SELMO FRANCISCO DE QUADROS	001.04.063.0297.001	21,00	292,1700	6.135,57	4.908,46	409,04
JOSÉ AIRTON GOMES CARVALHO	001.04.063.0267.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
CLAUDECIR FRANCISCO RAMOS	001.04.063.0253.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
OZIEL DE LIMA	001.04.063.0241.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
ERASMO JOSÉ DE FREITAS	001.04.063.0229.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
JOCELI BORGES VIEIRA	001.04.063.0217.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
ROBERTO CAPINELLE	001.04.063.0205.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
RUA VITOR HUGO PETRY		14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0405.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0367.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0355.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0343.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0331.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0319.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0307.001	21,00	292,1700	6.135,57	4.908,46	409,04
MUNHOZ SAU	001.04.080.0286.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
JETULIO PADILHA DE MORAES	001.04.080.0242.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
JANDIRA PADILHA MORAIS E OUTRA	001.04.080.0228.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
GENI TEREZINHA LAIS MANN	001.04.080.0214.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
VILMAR JOSÉ DE VARGAS	001.04.080.0198.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
ANTONIO ARI SCHULTZ	001.04.080.0186.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
MICHELE ZOTTO SCHULTZ E OUTRO	001.04.080.0172.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
RUA FORTALEZA		14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	001.04.081.0288.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	001.04.081.0244.001	14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	001.04.081.0230.001	15,00	292,1700	4.382,55	3.506,04	292,17
JOVANE S GRACIANO DA SILVA	001.04.081.0214.001	25,60	292,1700	7.479,55	5.983,64	498,64
ACIR JASINSKI	001.04.081.0189.001	14,40	292,1700	4.207,25	3.365,80	280,48
VALÉRIO BLASKWSKI	001.04.081.0175.001	14,41	292,1700	4.210,17	3.368,14	280,68
NELSON MAYER	001.04.081.0162.001	15,10	292,1700	4.411,77	3.529,41	294,12
CLARICE APARECIDA CORREIA	001.04.063.0184.001	18,00	292,1700	5.259,06	4.207,25	350,60
OLI SEMAN DA SILVA	001.04.063.0007.001	12,50	292,1700	3.652,13	2.921,70	243,48
JANDIR F. S PERANCA E OUTROS	001.04.063.0019.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
JANDIR F. S PERANCA E OUTROS	001.04.063.0031.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
SETEMBRINO BORGES DE OLIVEIRA	001.04.063.0043.001	24,00	292,1700	7.012,08	5.609,66	467,47
LUCINÉIA APARECIDA CORDEIRO	001.04.063.0093.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
RUA VITOR HUGO PETRY		14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	001.04.083.0441.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
PEDRO DE OLIVEIRA	001.04.083.0453.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
AMAURI DA SILVA CAETANO	001.04.083.0465.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
ANTONIO CARLOS S PERANCA E OUTROS	001.04.083.0477.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
RONALDO CARLIMDO PRADO	001.04.083.0489.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
SALETE DUARTE MOREIRA	001.04.083.0501.001	12,00	292,1700	3.506,04	2.804,83	233,74
VILMAR ZOLLNER	001.04.083.0513.001	20,70	292,1700	6.047,92	4.838,34	403,19
ALBERTO BRUSTOLIN	001.04.083.0015.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
PEDRO VICENTE SULZBACH	001.04.083.0030.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
BERARDI SULZBACH E CIA LTDA.	001.04.083.0045.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
NELSON ALBIEIRO	001.04.083.0060.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
MARIA SALETE DE FREITAS	001.04.083.0077.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
TEODORO PEREIRA DE SOUZA	001.04.083.0116.001	20,00	292,1700	5.843,40	4.674,72	389,56
RUA FORTALEZA		14,00	292,1700	4.090,38	3.272,30	272,69
CLOVIS PRATES DA SILVA	001.04.084.0020.001	20,03	292,1700	5.852,17	4.681,73	390,14
GILBERTO BOFF	001.04.084.0294.001	15,00	292,1700	4.382,55	3.506,04	292,17
LEONI TEREZINHA B. TWARDWSK E OUTRO	001.04.084.0050.001	15,00	292,1700	4.382,55	3.506,04	292,17
GUSTAVO SEMANN	001.04.084.0065.001	15,00	292,1700	4.382,55	3.506,04	292,17
LUCINDA ISARA ZANIN	001.04.084.0076.001	11,50	292,1700	3.359,96	2.687,96	224,00
JOVANE S GRACIANO DA SILVA	001.04.084.0090.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
ISAURA IRIA TIBES	001.04.084.0137.001	15,50	292,1700	4.528,64	3.622,91	301,91
VILSON SCHULTZ	001.04.084.0151.001	15,10	292,1700	4.411,77	3.529,41	294,12
<b>TOTAL</b>		<b>855,84</b>		<b>250.050,77</b>	<b>200.040,62</b>	<b>16.670,05</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **EGIDIO CORDEIRO**, no bairro MARTELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	ASSINATURA
SELMO FRANCISCO DE QUADROS	
JOSÉ AIRTON GOMES CARVALHO	
CLAUDECIR FRANCISCO RAMOS	
OZIEL DE LIMA	
ERASMO JOSÉ DE FREITAS	
JOCELI BORGES VIEIRA	
ROBERTO CAPINELLE	
RUA VITOR HUGO PETRY	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
MUNHOZ SAU	
JETULIO PADILHA DE MORAES	
JANDIRA PADILHA MORAIS E OUTRA	
GENI TEREZINHA LAISMANN	
VILMAR JOSÉ DE VARGAS	
ANTONIO ARI SCHULTZ	
MICHELE ZOTTO SCHULTZ E OUTRO	
RUA FORTALEZA	
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	
BRUSTOLIN SUPERMERCADO LOGÍSTICA LTDA	
JOVANES GRACIANO DA SILVA	
ACIR JASINSKI	
VALÉRIO BLASKWSKI	
NELSON MAYER	
CLARICE APARECIDA CORREIA	
OLI SEMAN DA SILVA	
JANDIR F. SPERANÇA E OUTROS	
JANDIR F. SPERANÇA E OUTROS	
SETEMBRINO BORGES DE OLIVEIRA	
LUCINÉIA APARECIDA CORDEIRO	
RUA VITOR HUGO PETRY	
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	
PEDRO DE OLIVEIRA	
AMAURI DA SILVA CAETANO	
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS	
RONALDO CARLIM DO PRADO	
SALETE DUARTE MOREIRA	
VILMAR ZOLLNER	
ALBERTO BRUSTOLIN	
PEDRO VICENTE SULZBACH	
BERARDI SULZBACH E CIA LTDA.	
NELSON ALBIEIRO	
MARIA SALETE DE FREITAS	
TEODORO PEREIRA DE SOUZA	
RUA FORTALEZA	
CLOVIS PRATES DA SILVA	
GILBERTO BOFF	
LEONI TEREZINHA B. TWARDWSK E OUTRO	
GUSTAVO SEMANN	
LUCINDA ISAURA ZANIN	
JOVANES GRACIANO DA SILVA	
ISAURA IRIA TIBES	
VILSON SCHULTZ	

8

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 63/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 63/2014****CAUÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9796 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à **RUA FLORENCIO BUSATO**, no bairro ALTO BONITO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na **RUA FLORENCIO BUSATO**, no bairro ALTO BONITO, partindo da Rua LUCIANO VITÓRIO BIASI, com término a Rua VITOR HUGO PETRY, com área total de pavimentação igual a **2.263,60m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **565,90** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA FLORENCIO BUSATO</b>
Bairro:	<b>ALTO BONITO</b>
Somatório de testadas:	<b>565,90 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.263,60 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
RUA FLORENCIO BUSATO - 07/10/2013				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>26.578,70</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.436,20	0,30	730,86
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	87,37	8,46	739,38
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	280,00	44,00	12.320,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	162,08	65,24	10.573,65
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	8,00	174,46	1.395,70
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>103.622,51</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	33,95	65,24	2.215,07
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	373,54	65,24	24.368,94
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	74,71	65,24	4.873,79
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	238,41	71,30	16.998,49
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.303,60	0,46	1.065,42
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.303,60	0,16	374,34
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	287,95	154,24	44.412,69
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	115,18	5,64	649,33
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	559,90	15,48	8.664,45
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>790,19</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	33,95	18,20	617,96
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>32.276,44</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	282,95	58,18	16.462,03
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	228,00	33,44	7.624,32
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09
<div> <div> VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA = R\$ 163.267,84  VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) = 72,13   <b>VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO = 288,51</b> </div> <div> LARGURA DA VIA = 8,00 M  FORRO = 3,00 CM  MACADAME SECO = 15,00 CM  BRITA GRADUADA = 10,00 CM  CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM </div> <div> ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 2263,60 m²  SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 565,90 m </div> </div>				



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

SAT

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 72,13 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 288,51 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 163.267,84), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (288,51 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA FLORENCIO BUSATO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>326-3</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
LUIZ CARNEIRO	001.04.081.0113.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
GERCY CAETANO DA SILVA	001.04.081.0065.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
ARCÍDIO SILVA MACIEL	001.04.081.0051.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
ISMAEL RAIMUNDO E DANIEL RAIMUNDOS	001.04.081.0037.001	9,50	288,5100	2.740,85	2.192,68	182,72
OSVALDO SOARES	001.04.081.0028.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
ROGÉRIO FERNANDES	001.04.081.0014.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
RUA FORTALEZA		14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
GILSON SAMPAIO DE MORAIS	001.04.080.0128.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
LENIRA DE SOUZA FERNANDES	001.04.080.0015.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
OSVALDO DE SOUZA	001.04.080.0071.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA	001.04.080.0056.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
NAIR MARIA DUARTE	001.04.080.0042.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
NAIR MARIA DUARTE	001.04.080.0028.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA	001.04.080.0014.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0515.001	22,50	288,5100	6.491,48	5.193,18	432,77
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0503.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0491.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0479.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0467.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0455.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.04.080.0443.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO	001.04.078.0215.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
VANDERLEI DE QUEIROZ CORDEIRO	001.04.078.0095.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
LUIZ FELIPE RODRIGUES DA CRUZ	001.04.078.0141.001	14,40	288,5100	4.154,54	3.323,64	276,97
CRISTINA SCHMIDT SOUZA	001.04.078.0238.001	23,00	288,5100	6.635,73	5.308,58	442,38
JOEL ANTONIO MARCHIORO	001.04.078.0253.001	15,00	288,5100	4.327,65	3.462,12	288,51
TEREZA ALVES F. DOS SANTOS	001.04.078.0268.001	15,00	288,5100	4.327,65	3.462,12	288,51
EDSON FERREIRA DOS SANTOS	001.04.078.0282.001	14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
JOÃO GOMES	001.04.078.0326.001	30,00	288,5100	8.655,30	6.924,24	577,02
RUA ALDO ELOI GATTERMANN		14,00	288,5100	4.039,14	3.231,31	269,28
MARIA JUSSARA GONÇALVES	001.04.077.0100.001	30,00	288,5100	8.655,30	6.924,24	577,02
RENATO ZANOTI	001.04.077.0122.001	22,50	288,5100	6.491,48	5.193,18	432,77
JOEL VARELA	001.04.077.0134.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
MARIA GORET ESPIT	001.04.077.0148.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
VILMAR CHAVES	001.04.077.0159.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
SILVANO ROBERTO DE MATOS	001.04.077.0170.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
INES PEREIRA DE SOUZA	001.04.077.0182.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
EMERSON MENDES FERREIRA E ELIANE	001.04.077.0218.001	12,00	288,5100	3.462,12	2.769,70	230,81
<b>TOTAL</b>		<b>565,90</b>		<b>163.267,81</b>	<b>130.614,25</b>	<b>10.884,52</b>

5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados **RUA FLORENCIO BUSATO**, no bairro ALTO BONITO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	ASSINATURA
LUIZ CARNEIRO	
GERCY CAETANO DA SILVA	
ARCIDIRO SILVA MACIEL	
ISMAEL RAIMUNDO E DANIEL RAIMUNDOS	
OSVALDO SOARES	
ROGÉRIO FERNANDES	
RUA FORTALEZA	
GILSON SAMPAIO DE MORAIS	
LENIRA DE SOUZA FERNANDES	
OSVALDO DE SOUZA	
SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA	
NAIR MARIA DUARTE	
NAIR MARIA DUARTE	
ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO	
VANDERLEI DE QUEIROZ CORDEIRO	
LUIZ FELIPE RODRIGUES DA CRUZ	
CRISTINA SCHMIDT SOUZA	
JOEL ENTONIO MARCHIORO	
TEREZA ALVES F. DOS SANTOS	
EDSON FERREIRA DOS SANTOS	
JOÃO GOMES	
RUA ALDO ELOI GATTERMANN	
MARIA JUSSARA GONÇALVES	
RENATO ZANOTI	
JOEL VARELA	
MARIA GORET ESPIT	
VILMAR CHAVES	
SILVANO ROBERTO DE MATOS	
INES PEREIRA DE SOUZA	
EMERSON MENDES FERREIRA E ELIANE	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 62/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 62/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9664 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **ELVIRA POPIA PAVELSKI**, no bairro MARTELLO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **ELVIRA POPIA PAVELSKI**, no bairro MARTELLO, partindo da RUA ONOFRE PEREIRA GOMES ate seu término com área total de pavimentação igual a **2.794,80<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **698,70** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA ELVIRA POPIA PAVELSKI</b>
Bairro:	<b>MARTELLO</b>
Somatório de testadas:	<b>698,70 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.794,80 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização


**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR


### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:



Prefeitura Municipal de Caçador-SC

instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.



IPPU

instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador

RUA ELVIRA POPIA PAWELSKI - 13/08/2013

	Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM				31.428,87
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	3.007,90	0,30	902,37
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	103,07	8,46	872,21
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	36,00	30,34	1.092,15
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	326,00	44,00	14.344,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	196,55	65,24	12.822,44
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	8,00	174,46	1.395,70
2.	PAVIMENTAÇÃO				129.253,28
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	41,92	65,24	2.734,89
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	467,41	65,24	30.492,63
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	93,48	65,24	6.098,53
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	298,29	71,30	21.268,23
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.874,80	0,46	1.329,60
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.874,80	0,16	467,16
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	359,35	154,24	55.425,25
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	143,74	5,64	810,33
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	686,70	15,48	10.626,68
3.	SINALIZAÇÃO				762,98
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	41,92	18,20	762,98
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00

VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =

R\$ 161.445,14

VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =

57,77

VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =

231,07

LARGURA DA VIA = 8,00 M

FORRO = 3,00 CM

MACADAME SECO = 15,00 CM

BRITA GRADUADA = 10,00 CM

CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM

ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =

2794,80 m²

SOMATÓRIO DAS TESTADAS =

698,70 m



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 57,77 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 231,07 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 161.445,14), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (231,07 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA ELVIRA POPIA PAVELSKI</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>284-4</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
MARIA DO CARMO BODANESE DA ROSA	001.04.422.0615.001	77,00	231,0700	17.792,39	14.233,91	1.186,16
LUCIANA R. PEREIRA	001.04.422.0349.001	14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
CLAIR BENTO DE OLIVEIRA	001.04.422.0352.001	19,00	231,0700	4.390,33	3.512,26	292,69
RUA VENCESLAU G. VIEIRA		12,00	231,0700	2.772,84	2.218,27	184,86
MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	001.04.096.0295.001	17,00	231,0700	3.928,19	3.142,55	261,88
BONIFACIO MULLER	001.04.096.0308.001	17,00	231,0700	3.928,19	3.142,55	261,88
SEBASTIÃO FERREIRA LOPES	001.04.096.0270.001	12,00	231,0700	2.772,84	2.218,27	184,86
ITOR CANDIDO DOS SANTOS	001.04.096.0259.001	12,00	231,0700	2.772,84	2.218,27	184,86
MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA	001.04.096.0255.001	16,00	231,0700	3.697,12	2.957,70	246,47
RUA IGNEZ BORTOLON PIVATTO		14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
SELI DOS SANTOS	001.04.423.0207.001	17,58	231,0700	4.062,21	3.249,77	270,81
ROMEU ASSIS DE MELLO	001.04.423.0196.001	17,57	231,0700	4.059,90	3.247,92	270,66
LUCIO PAVOSKI	001.04.423.0183.001	17,58	231,0700	4.062,21	3.249,77	270,81
ARMINIO HAHN	001.04.423.0172.001	17,57	231,0700	4.059,90	3.247,92	270,66
RUA EGIDIO CORDEIRO		14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
HELIO ROGERIO DA SILVA	001.04.414.0289.001	29,00	231,0700	6.701,03	5.360,82	446,74
ALMIR MULLER	001.04.414.0246.001	13,30	231,0700	3.073,23	2.458,58	204,88
CRESCENCIO GONÇALVES DE CASTILHO	001.04.414.0302.001	15,00	231,0700	3.466,05	2.772,84	231,07
ENEDINO ALVES BATISTA	001.04.201.0014.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
CLAUDEMIR DE OLIVEIRA SANTOS	001.04.201.0028.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
VALDECIR JOSÉ FERREIRA	001.04.201.0042.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	001.04.201.0055.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
ADELIO BARRETO DE MELLO	001.04.201.0069.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
LUIZ CARLOS SOARES DE SILVEIRA	001.04.201.0082.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
ELENICE DE FATIMA BRAZ	001.04.201.0096.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
DEISY BRAZ DOS SANTOS	001.04.201.0109.001	13,50	231,0700	3.119,45	2.495,56	207,96
MERIVAL CARLIM BELLI	001.04.201.0123.001	14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
MERIVAL CARLIM BELLI	001.04.201.0136.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
JOSÉ ADALTO DOMENICO	001.04.201.0150.001	14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
ARMINIO HAHN JUNIOR	001.04.201.0163.001	14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
ARMINIO HAHN	001.04.201.0177.001	15,00	231,0700	3.466,05	2.772,84	231,07
ARMINIO HAHN	001.04.201.0177.002	11,50	231,0700	2.657,31	2.125,84	177,15
RUA IGNEZ BORTOLON PIVATTO		14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
AMAURO SIDNEI INHAIA E OUTROS	001.04.097.0013.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
MARA REJEANE FORTES DA SILVA	001.04.097.0026.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
MARCIO AURÉLIO PAULO	001.04.097.0039.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
ARMINIO HAHN	001.04.097.0052.001	14,00	231,0700	3.234,98	2.587,98	215,67
ARMINIO HAHN	001.04.097.0065.001	12,00	231,0700	2.772,84	2.218,27	184,86
ANTONIO PEREIRA MALLMANN	001.04.097.0078.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
ELZA CORREA CARDOSO	001.04.097.0091.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
VANESSA SUTIL EGGER	001.04.097.0104.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
FLORIANO BAREZANSKI	001.04.097.0117.001	13,00	231,0700	3.003,91	2.403,13	200,26
ALINE SEGAT SILVA	001.04.097.0130.001	13,30	231,0700	3.073,23	2.458,58	204,88
GERALDO GAIO	001.04.097.0170.001	13,30	231,0700	3.073,23	2.458,58	204,88
<b>TOTAL</b>		<b>698,70</b>		<b>161.448,61</b>	<b>129.158,89</b>	<b>10.763,24</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec. Adj. Ass. Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M. Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua ELVIRA POPIA PAVELSKI, no bairro MARTELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do Edital de Caução, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
MARIA DO CARMO BODANESE DA ROSA	
LUCIANA R. PEREIRA	
CLAIR BENTO DE OLIVEIRA	
RUA VENCESLAU G. VIEIRA	
MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	
BONIFACIO MULLER	
SEBASTIÃO FERREIRA LOPES	
ITOR CANDIDO DOS SANTOS	
MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA	
RUA IGNES BORTOLON PIVATTO	
SELI DOS SANTOS	
ROMEU ASSIS DE MELLO	
LUCIO PAVOSKI	
ARMINIO HAHN	
RUA EGIDIO CORDEIRO	
HELIO ROGERIO DA SILVA	
ALMIR MULLER	
CRESCENCIO GONÇALVES DE CASTILHO	
ENEDINO ALVES BATISTA	
CLAUDEMIR DE OLIVEIRA SANTOS	
VALDECIR JOSÉ FERREIRA	
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	
ADELIO BARRETO DE MELLO	
LUIZ CARLOS SOARES DE SILVEIRA	
ELENICE DE FATIMA BRAZ	
DEISY BRAZ DOS SANTOS	
MERIVAL CARLIM BELLI	
MERIVAL CARLIM BELLI	
JOSÉ ADALTO DOMENICO	
ARMINIO HAHN JUNIOR	
ARMINIO HAHN	
ARMINIO HAHN	
RUA IGNES BORTOLON PIVATTO	
AMAURO SIDNEI INHAIA E OUTROS	
MARA REJEANE FORTES DA SILVA	
MARCIO AURÉLIO PAULO	
ARMINIO HAHN	
ARMINIO HAHN	
ANTONIO PEREIRA MALLMANN	
ELZA CORREA CARDOSO	
VANESSA SUTIL EGGER	
FLORIANO BAREZANSKI	
ALINE SEGAT SILVA	
GERALDO GAIO	

7

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 60/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 60/2014****CAUÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9371 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à **RUA IZIDORO BELOTTO**, no bairro FIGUEROA, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na **RUA IZIDORO BELOTTO**, no bairro FIGUEROA, partindo do Imóvel de propriedade de Ivanilda Figueroa Formigheri e Acenir Clarice Guzzi Moriggi, ate seu término, com área total de pavimentação igual a **3.361,68 m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **840,42** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA IZIDORO BELOTTO</b>
Bairro:	<b>FIGUEROA</b>
Somatório de testadas:	<b>840,42 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>3.361,68 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.			
RUA IZIDORO BELOTTO - 02/10/2013					
Especificações e Serviços		Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM					36.633,00
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	3.618,01	0,30	1.085,40
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	121,41	8,46	1.027,43
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	400,00	44,00	17.600,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	230,76	65,24	15.054,28
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
2. PAVIMENTAÇÃO					152.199,28
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	50,43	65,24	3.289,61
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	546,76	65,24	35.669,07
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	109,35	65,24	7.133,81
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	348,99	71,30	24.883,21
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	3.381,68	0,46	1.564,03
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	3.381,68	0,16	549,52
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	422,71	154,24	65.197,73
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	169,08	5,64	953,21
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	837,42	15,48	12.959,07
3. SINALIZAÇÃO					917,74
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	50,43	18,20	917,74
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO					50.136,37
4.1	REDE DE PVC 150 mm	m	420,21	58,18	24.447,82
4.2	RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	360,00	33,44	12.038,40
4.3	POÇO DE VISITA	un	5,00	2.730,03	13.650,15
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 239.886,39	
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				71,36	
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				285,44	
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				3361,68 m²	
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				840,42 m	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

$$\text{CUSTO METRO QUADRADO} = \text{R\$ } 71,36 / \text{m}^2.$$

$$\text{CUSTO METRO LINEAR} = \text{R\$ } 285,44 / \text{ml (sem a mão-de-obra)}^1.$$

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 239.886,39), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (840,42 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA IZIDORO BELOTTO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>314-0</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7-** Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
CARLA TATIANE KUCHARSKI GALVÃO	001.05.130.0265.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
ADELIR VOLOCHE	001.05.130.0253.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
ADENILSO PIRES DE CAMARGO	001.05.130.0241.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
CLARI VERGINIA VENTURIN DE OLIVEIRA	001.05.130.0229.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
MAURICIO FIGUEIRÓ	001.05.130.0217.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
MARCIA GIOVANA MAZZOTTI	001.05.130.0205.001	12,00	285,4400	3.425,28	2.740,22	228,35
CLODOALDO MACHADO	001.05.130.0193.001	32,00	285,4400	9.134,08	7.307,26	608,94
RUA ROMULO PEREIRA DA SILVA		14,00	285,4400	3.996,16	3.196,93	266,41
FRIDA SELL	001.05.108.0117.001	14,00	285,4400	3.996,16	3.196,93	266,41
MARIO SELL	001.05.108.0172.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
ROSANE SELL	001.05.108.0130.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
NILSON ANTONIO PACHECO	001.05.108.0104.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
CELSO LOCH	001.05.108.0091.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
JOÃO DEOCLIDES DA SILVA	001.05.108.0078.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
SIRLEI FRACARI OZOGOWSKI	001.05.108.0065.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
ADRIANA ROSA GUZZI	001.05.108.0053.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
EDUARDO CAMUZZATO E MARIELE	001.05.108.0040.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
ADAIR JOSÉ DE BASTOS	001.05.108.0027.001	12,80	285,4400	3.653,63	2.922,91	243,58
JUEL CARDOSO DE LIMA E ROSALVA	001.05.108.0018.001	15,49	285,4400	4.421,47	3.537,17	294,76
JOÃO PEDRO DE BASTOS	001.05.108.0206.001	13,00	285,4400	3.710,72	2.968,58	247,38
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	001.05.108.0165.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
JOSÉ LUIZ FIGUEROA	001.05.108.0150.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
JOSÉ LUIZ FIGUEROA	001.05.108.0135.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
PENINSULA AGRO INDUSTRIA E COMERCIO	001.05.108.0120.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
NELSON CAMARGO E NIVA SALETE ALVES	001.05.108.0105.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
EDISON JOSE FIGUEROA	001.05.108.0095.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
EDISON JOSE FIGUEROA	001.05.108.0075.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
FABIO EDER NUNES CASTRO	001.05.108.0060.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
MARIA JOANA RIBEIRO	001.05.108.0045.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
ACENIR CLARICE GUZZI MORIGGI	001.05.108.0030.001	7,50	285,4400	2.140,80	1.712,64	142,72
PREFEITURA M.P. DE CAÇADOR	001.05.107.0922.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
ADILSON RODRIGUES DO AMARAL	001.05.107.0894.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
SANDRA TOMAZINI SCOLARO MORAES	001.05.107.0880.001	13,35	285,4400	3.810,62	3.048,50	254,04
ALVARO CEZAR SCHEVERMANN	001.05.107.0866.001	13,25	285,4400	3.782,08	3.025,66	252,14
GILMAR VAIS	001.05.107.0852.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
GILMAR MACHADO E MARIA EVANILDA	001.05.107.0838.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
MARCIO MARTELLO E EDILAINE	001.05.107.0824.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
ODINEI JOSÉ ARCONTI	001.05.107.0810.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
DAVID D'AGOSTINI	001.05.107.0796.001	13,30	285,4400	3.796,35	3.037,08	253,09
JOICE PORTH	001.05.107.0782.001	14,00	285,4400	3.996,16	3.196,93	266,41
AIRTON ARALDI	001.05.107.0768.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
RITA SALETE DANE LUZ	001.05.107.0754.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
SERGIO DOS SANTOS LIVERIO	001.05.107.0740.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
JANDIR BATISTA GRAEFF E DENISE	001.05.107.0726.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
CLAUDINEI BORCHATE E MARILENE	001.05.107.0712.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
ELISEU PEREIRA	001.05.107.0698.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
MARLON PATRICK MACIEL E SILMARA	001.05.107.0684.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
ADRIANO DA ROCHA COSTA	001.05.107.0670.001	14,70	285,4400	4.195,97	3.356,77	279,73
ANDREIA D'AGOSTINI	001.05.107.0656.001	14,93	285,4400	4.261,62	3.409,30	284,11
EDUARDO GOES DE OLIVEIRA	001.05.107.0018.001	18,00	285,4400	5.137,92	4.110,34	342,53
ANGELO MARTELLO	001.05.107.0033.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
MARCIO ALVES DA SILVA	001.05.107.0048.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
VALDECI JOSÉ SEILING	001.05.107.0063.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
DOZOLINA MARIA ENDRIGO	001.05.107.0078.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
MARIO ANTONIO BURGER	001.05.107.0093.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
DENILSON FERREIRA	001.05.107.0108.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
EZEQUIEL MOREIRA BRANCO	001.05.107.0123.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	001.05.107.0138.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	001.05.107.0153.001	15,00	285,4400	4.281,60	3.425,28	285,44
TUBULAÇÃO EXISTENTE		3,00	285,4400	856,32	685,06	57,09
<b>TOTAL</b>		<b>840,42</b>		<b>239.889,48</b>	<b>191.911,59</b>	<b>15.992,63</b>

6

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador (SC), 10 Novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados **RUA IZIDORO BELOTTO**, no bairro ALTO BONITO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIO	ASSINATURA
CARLA TATIANE KUCHARSKI GALVÃO	
ADELIR VOLOCHE	
ADENILSO PIRES DE CAMARGO	
CLARI VERGINIA VENTURIN DE OLIVEIRA	
MAURICIO FIGUEIRO	
MARCIA GIOVANA MAZZOTTI	
CLODOALDO MACHADO	
RUA ROMULO PEREIRA DA SILVA	
FRIDA SELL	
MARIO SELL	
ROSANE SELL	
NILSON ANTONIO PACHECO	
CELSO LOCH	
JOÃO DEOCLIDES DA SILVA	
SIRLEI FRACARIO ZOGOWSKI	
ADRIANA ROSA GUZZI	
EDUARDO CAMUZZATO E MARIELE	
ADAIR JOSÉ DE BASTOS	
JUEL CARDOSO DE LIMA E ROSALVA	
JOÃO PEDRO DE BASTOS	
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	
JOSÉ LUIZ FIGUEROA	
JOSÉ LUIZ FIGUEROA	
PENINSULA AGRO INDUSTRIA E COMERCIO	
NELSON CAMARGO E NIVA SALETE ALVES	
EDISON JOSE FIGUEROA	
EDISON JOSE FIGUEROA	
FABIO EDER NUNES CASTRO	
MARIA JOANA RIBEIRO	
ACENIR CLARICE GUZZI MORIGGI	
PREFEITURA M.P DE CAÇADOR	
ADILSON RODRIGUES DO AMARAL	
SANDRA TOMAZINI SCOLARO MORAES	
ALVARO CEZAR SCHEVERMANN	
GILMAR VAIS	
GILMAR MACHADO E MARIA EVANILDA	
MARCIO MARTELLO E EDILAINE	
ODINEI JOSÉ ARCONTI	
DAVID D'AGOSTINI	
JOICE PORTH	
AIRTON ARAULDI	
RITA SALETE DANE LUZ	
SERGIO DOS SANTOS LIVERIO	
JANDIR BATISTA GRAEFF E DENISE	
CLAUDINEI BORCHATE E MARILENE	
ELISEU PEREIRA	
MARLON PATRICK MACIEL E SILMARA	
ADRIANO DA ROCHA COSTA	
ANDREIA D'AGOSTINI	
EDUARDO GOES DE OLIVEIRA	
ANGELO MARTELLO	
MARCIO ALVES DA SILVA	
VALDECI JOSÉ SEILING	
DOZOLINA MARIA ENDRIGO	
MARIO ANTONIO BURGER	
DENILSON FERREIRA	
EZEQUIEL MOREIRA BRANCO	
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	
JUAREZ DE SOUZA SANTOS	
TUBULAÇÃO EXISTENTE	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**



**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 59/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 59/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **5351 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **TEODORA**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **TEODORA**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA JOSÉ MARIA com término A RUA FRANCISCO ALONSO DE SOUZA com área total de pavimentação igual a **1.399,68<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **349,92** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA TEODORA</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>349,92 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.399,68 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		Prefeitura Municipal de Caçador-SC			
		instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.		desenvolvimento urbano e planejamento urbano de caçador	
RUATEODORA - 28/11/2013					
Especificações e Serviços		Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM					14.472,18
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.506,41	0,30	451,92
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	45,39	8,46	384,11
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	132,00	44,00	5.808,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	91,39	65,24	5.962,26
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
2. PAVIMENTAÇÃO					63.871,07
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	21,00	65,24	1.369,67
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	230,02	65,24	15.005,72
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	46,00	65,24	3.001,14
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	146,81	71,30	10.467,48
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.419,68	0,46	656,60
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.419,68	0,16	230,70
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	177,46	154,24	27.370,99
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	70,98	5,64	400,17
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	346,92	15,48	5.368,59
3. SINALIZAÇÃO					554,34
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	21,00	18,20	382,11
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO					19.852,67
4.1	REDE DE PVC 150 mm	m	174,96	58,18	10.179,17
4.2	RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	126,00	33,44	4.213,44
4.3	POÇO DE VISITA	un	2,00	2.730,03	5.460,06
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA = R\$ 98.750,27					
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) = 70,55					
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO = 282,21					
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 1399,68 m²					
SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 349,92 m					

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI** = Testada em metros lineares do imóvel

**SAT** = Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 70,55 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 282,21 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 98.750,27)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (349,92 ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA TEODORA</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>275-5</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

PROPRIETÁRIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
ANDRE FRANCISCO FRANÇA	001.04.401.0211.001	16,81	230,1000	3.867,98	3.094,38	257,87
ANTONIO C. MACHADO	001.04.401.0195.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
MARIA PEREIRA CORDEIRO	001.04.401.0183.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
JAIR JOSÉ RODRIGUES	001.04.401.0171.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
IVONEI PIRES	001.04.401.0159.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
IVONETE G. DOS SANTOS	001.04.401.0147.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
LEILA DE FATIMA K. CARDOSO	001.04.401.0135.001	13,00	230,1000	2.991,30	2.393,04	199,42
ANTONINHO ROQUE HAMESTER	001.04.400.0099.001	30,50	230,1000	7.018,05	5.614,44	467,87
GENVIR R.P. MURIGI	001.04.400.0111.001	11,46	230,1000	2.636,95	2.109,56	175,80
VILMAR CARLETTI	001.04.400.0123.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
SÉRGIO ANTONIO FERRASO	001.04.400.0135.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
MARIA EUNICE POLASKI	001.04.400.0147.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
OZEIAS DE LIMA	001.04.400.0159.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
MAURICIO RODRIGUES DE ARAUJO	001.04.400.0171.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
ELSON CORDEIRO CHAVES	001.04.400.0183.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
SUL FORMATO COMP. PLAST. LTDA	001.04.400.0195.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
ASSOCIAÇÃO DE NUCLEOS COMUNITÁRIOS	001.04.400.0207.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
ADRIANA WAJAND	001.04.400.0218.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
ALESSANDRO NOOL	001.04.400.0231.001	12,00	230,1000	2.761,20	2.208,96	184,08
CLEUSA CARDOSO	001.04.400.0222.001	13,00	230,1000	2.991,30	2.393,04	199,42
PREFEITURA M.P. CAÇADOR(RÓTULA)	-	80,00	230,1000	18.408,00	14.726,40	1.227,20
<b>TOTAL</b>		<b>344,77</b>		<b>79.331,58</b>	<b>63.465,26</b>	<b>5.288,77</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **TEODORA**, no bairro MARTELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
ANDRE FRANCISCO FRANÇA	
ANTONIO C. MACHADO	
MARIA PEREIRA CORDEIRO	
JAIR JOSÉ RODRIGUES	
IVONEI PIRES	
IVONETE G. DOS SANTOS	
LEILA DE FATIMA K. CARDOSO	
ANTONINHO ROQUE HAMESTER	
GENVIR R.P. MURIGI	
VILMAR CARLETTI	
SÉRGIO ANTONIO FERRASO	
MARIA EUNICE POLASKI	
OZEIAS DE LIMA	
MAURICIO RODRIGUES DE ARAUJO	
ELSON CORDEIRO CHAVES	
SUL FORMATO COMP. PLAST. LTDA	
ASSOCIAÇÃO DE NUCLEOS COMUNITÁRIOS	
ADRIANA WAJAND	
ALESSANDRO NOOL	
CLEUSA CARDOSO	
PREFEITURA M.P CAÇADOR(RÓTULA)	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 54/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 54/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9784 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **JOÃO THIVES SOBRINHO**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **JOÃO THIVES SOBRINHO**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA SEBASTIÃO ANTONIO DE SOUZA com término A RODOVIA HONORINO MORO com área total de pavimentação igual a **2.368,80<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **592,20** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA JOÃO THIVES SOBRINHO</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>592,20 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.368,80 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Município.**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>RUA JOÃO THIVES SOBRINHO - 07/10/2013</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>27.308,85</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.549,42	0,30	764,83
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	90,21	8,46	763,38
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	290,00	44,00	12.760,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	168,31	65,24	10.980,29
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	7,00	174,46	1.221,24
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>108.358,56</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m²	35,53	65,24	2.318,02
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m²	390,53	65,24	25.476,88
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m²	78,11	65,24	5.095,38
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m²	249,25	71,30	17.771,44
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.408,80	0,46	1.114,07
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.408,80	0,16	391,43
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	301,10	154,24	46.440,91
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	120,44	5,64	678,98
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	586,20	15,48	9.071,45
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>991,13</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	35,53	18,20	646,68
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	2,00	172,23	344,45
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>31.035,11</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	296,10	58,18	17.227,10
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	168,00	33,44	5.617,92
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 167.693,65
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				70,79
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				283,17
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				2368,80 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				592,20 m



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.
- 

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI** = Testada em metros lineares do imóvel

**SAT** = Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 70,79 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 283,17 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 167.693,65), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (592,20 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA JOÃO THIVES SOBRINHO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>318-2</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7-** Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
ANSELMO SIQUEIRA TIBES	001.04.245.0040.001	17,50	283,1700	4.955,48	3.964,38	330,37
JONAS MACHADO	001.04.245.0299.001	14,10	283,1700	3.992,70	3.194,16	266,18
CÉLIA MEZZOMO	01.04.245.0285.001	14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	001.04.245.0270.001	14,30	283,1700	4.049,33	3.239,46	269,96
NEUSA ANTUNES DE LIMA MACIEL	001.04.245.0256.001	14,40	283,1700	4.077,65	3.262,12	271,84
JEFFERSON LUIZ MACIEL	001.04.245.0242.001	15,60	283,1700	4.417,45	3.533,96	294,50
RUA BERNARDINA G. DE OLIVEIRA LOPES		14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
LUIZ WOSNI	001.04.416.0010.001	29,80	283,1700	8.438,47	6.750,77	562,56
MARIA NANCY NAZÁRIO	001.04.416.0120.001	17,50	283,1700	4.955,48	3.964,38	330,37
JAIR GONÇALVES DE MELLO	001.04.416.0110.001	20,00	283,1700	5.663,40	4.530,72	377,56
PAULO STEVÃO NAZÁRIO	001.04.416.0105.001	20,00	283,1700	5.663,40	4.530,72	377,56
HELENO MAZZOTTI	001.04.416.0101.001	53,00	283,1700	15.008,01	12.006,41	1.000,53
MAURO I. MAZZOTTI	001.04.416.0103.001	19,00	283,1700	5.380,23	4.304,18	358,68
HELENO MAZZOTTI	001.04.416.0101.002	27,00	283,1700	7.645,59	6.116,47	509,71
ONORI ANTONIO NUNES	001.04.247.0143.001	33,00	283,1700	9.344,61	7.475,69	622,97
ONORI ANTONIO NUNES	001.04.247.0157.001	14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
ALLAN CARLOS KASPRZAK E MARILENE	001.04.247.0171.001	14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
VALDECIR TIBES DE MORAES	001.04.247.0185.001	14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
GETULIO FERREIRA DE ANDRADE	001.04.247.0233.001	24,50	283,1700	6.937,67	5.550,13	462,51
RUA BERNARDINA G. DE OLIVEIRA LOPES		14,00	283,1700	3.964,38	3.171,50	264,29
OSNI JOSÉ DOS REIS	001.04.086.0740.001	10,00	283,1700	2.831,70	2.265,36	188,78
SÉRGIO ARTUZZO COSTA	001.04.086.0071.001	12,00	283,1700	3.398,04	2.718,43	226,54
CATARINA DOS SANTOS OLIVEIRA	001.04.086.0170.001	15,00	283,1700	4.247,55	3.398,04	283,17
CLAUDIOMIR WICHMANN	001.04.086.0107.001	11,00	283,1700	3.114,87	2.491,90	207,66
PRISCILA BARRICHELO E LUCAS NAZAF	001.04.086.0251.001	16,00	283,1700	4.530,72	3.624,58	302,05
AHMED ABDUL BADAUI	001.04.086.0740.000	15,00	283,1700	4.247,55	3.398,04	283,17
VALIN MÓVEIS	001.04.086.0760.001	83,50	283,1700	23.644,70	18.915,76	1.576,31
JOSÉ CARLOS BRASIL	001.04.086.0080.001	26,00	283,1700	7.362,42	5.889,94	490,83
<b>TOTAL</b>		<b>592,20</b>		<b>167.693,27</b>	<b>134.154,62</b>	<b>11.179,55</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec. Adj. Ass. Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M. Pavimentação

5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **JOÃO THIVES SOBRINHO**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
ANSELMO SIQUEIRA TIBES	
JONAS MACHADO	
CÉLIA MEZZOMO	
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	
NEUSA ANTUNES DE LIMA MACIEL	
JEFERSON LUIZ MACIEL	
RUA BERNARDINA G. DE OLIVEIRA LOPES	
LUIZ WOSNI	
MARIA NANCY NAZÁRIO	
JAIR GONÇALVES DE MELLO	
PAULO STEVÃO NAZÁRIO	
HELENO MAZZOTTI	
MAURO I. MAZZOTTI	
HELENO MAZZOTTI	
ONORI ANTONIO NUNES	
ONORI ANTONIO NUNES	
ALLAN CARLOS KASPRZAK E MARILENE	
VALDECIR TIBES DE MORAES	
GETULIO FERREIRA DE ANDRADE	
RUA BERNARDINA G. DE OLIVEIRA LOPES	
OSNI JOSÉ DOS REIS	
SÉRGIO ARTUZZO COSTA	
CATARINA DOS SANTOS OLIVEIRA	
CLAUDIOMIR WICHMANN	
PRISCILA BARRICHELO E LUCAS NAZAF	
AHMED ABDUL BADAUI	
VALIN MÓVEIS	
JOSÉ CARLOS BRASIL	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 56/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 56/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9802 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **ANGELO BOGIO**, no bairro VILA SANTA CATARINA, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **ANGELO BOGIO**, no bairro VILA SANTA CATARINA, partindo da RUA GEHRARD FEZER com término A RUA JOSÉ DE SOUZA TRINDADE com área total de pavimentação igual a **2.052,00<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **513,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA ANGELO BOGIO</b>
Bairro:	<b>VILA STª CATARINA</b>
Somatório de testadas:	<b>513,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.052,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipa**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>RUA ANGELO BOGIO - 07/10/2013</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>23.624,84</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.208,47	0,30	662,54
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	77,63	8,46	656,95
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18	30,34	546,08
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	255,00	44,00	11.220,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	145,51	65,24	9.492,50
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>94.096,39</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	30,78	65,24	2.008,01
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	339,38	65,24	22.140,42
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	67,88	65,24	4.428,08
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	216,60	71,30	15.443,77
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.092,00	0,46	967,55
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.092,00	0,16	339,95
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	261,50	154,24	40.333,11
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	104,60	5,64	589,68
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	507,00	15,48	7.845,83
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>732,42</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	30,78	18,20	560,20
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>25.520,94</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	256,50	58,18	14.923,17
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	72,00	33,44	2.407,68
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09
<div> <div>VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA = R\$ 143.974,59</div> <div>VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) = 70,16</div> <div>VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO = 280,65</div> </div> <div> <div>LARGURA DA VIA = 8,00 M</div> <div>FORRO = 3,00 CM</div> <div>MACADAME SECO = 15,00 CM</div> <div>BRITA GRADUADA = 10,00 CM</div> <div>CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM</div> <div>ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 2052,00 m²</div> <div>SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 513,00 m</div> </div>				

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 70,16 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 280,65 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 143.974,59), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (513,00 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA ANGELO BOGIO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>324-7</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
SANTA BELLAVER	001.06.086.0600.001	20,00	280,6500	5.613,00	4.490,40	374,20
TEODORICO DOS ANJOS	001.06.086.0550.001	37,00	280,6500	10.384,05	8.307,24	692,27
AFONSO E NELSON MENEGAZZO	001.06.086.0538.001	131,00	280,6500	36.765,15	29.412,12	2.451,01
JERÔNIMO CESAR MARTINS	001.06.086.0327.001	24,00	280,6500	6.735,60	5.388,48	449,04
RUA DOMINGOS PIVATO		14,00	280,6500	3.929,10	3.143,28	261,94
ROBERTO DE BARROS	001.06.085.0012.001	24,00	280,6500	6.735,60	5.388,48	449,04
ALINOR ALVES RIBEIRO	001.06.085.0364.001	24,00	280,6500	6.735,60	5.388,48	449,04
HERD. TEODORICO DOS ANJOS	001.06.089.0090.001	128,00	280,6500	35.923,20	28.738,56	2.394,88
ROBISON KOBREN FOSS	001.06.089.0012.001	49,00	280,6500	13.751,85	11.001,48	916,79
RUA DOMINGOS PIVATO		14,00	280,6500	3.929,10	3.143,28	261,94
VILMAR CESAR BASQUEIRA	001.06.084.0088.001	24,00	280,6500	6.735,60	5.388,48	449,04
LAUDIMAR ANTONIO MATTANA	001.06.084.0124.001	24,00	280,6500	6.735,60	5.388,48	449,04
<b>TOTAL</b>		<b>513,00</b>		<b>143.973,45</b>	<b>115.178,76</b>	<b>9.598,23</b>

Caçador (SC), 10 novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **ANGELO BOGIO**, no bairro VILA STª CATARINA, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
SANTA BELLAVER	
TEODORICO DOS ANJOS	
AFONSO E NELSON MENEGAZZO	
JERÔNIMO CESAR MARTINS	
RUA DOMINGOS PIVATO	
ROBERTO DE BARROS	
ALINOR ALVES RIBEIRO	
HERD. TEODORICO DOS ANJOS	
ROBISON KOBREN FOSS	
RUA DOMINGOS PIVATO	
VILMAR CESAR BASQUEIRA	
LAUDIMAR ANTONIO MATTANA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 52/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 52/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9715 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **EGIDIO CORDEIRO**, no bairro MARTELLO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **EGIDIO CORDEIRO**, no bairro MARTELLO, partindo da RUA ELVIRA POPIA PAVELSKI com término A SERVIDÃO com área total de pavimentação igual a **1.209,60<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **302,40** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA EGIDIO CORDEIRO</b>
Bairro:	<b>MARTELLO</b>
Somatório de testadas:	<b>302,40 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.209,60 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização


**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR


### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:



Prefeitura Municipal de Caçador-SC

instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.



RUA EGÍDIO CORDEIRO - 13/08/2013

	Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM				14.361,53
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.301,83	0,30	390,55
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	47,85	8,46	404,90
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18,00	30,34	546,08
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	150,00	44,00	6.600,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	87,71	65,24	5.722,16
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	4,00	174,46	697,85
2.	PAVIMENTAÇÃO				55.313,77
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	18,14	65,24	1.183,67
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	199,33	65,24	13.003,84
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	39,87	65,24	2.600,77
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	127,22	71,30	9.070,88
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.229,60	0,46	568,69
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.229,60	0,16	199,81
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	153,70	154,24	23.706,30
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	61,48	5,64	346,59
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	299,40	15,48	4.633,22
3.	SINALIZAÇÃO				502,45
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	18,14	18,20	330,22
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23

VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =

R\$ 70.177,75

VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =

58,02

VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =

232,07

LARGURA DA VIA = 8,00 M

FORRO = 3,00 CM

MACADAME SECO = 15,00 CM

BRITA GRADUADA = 10,00 CM

CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM

ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =

1209,60 m²

SOMATÓRIO DAS TESTADAS =

302,40 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- . Largura da Rua 8,00 M
- Forro= 3,00cm;
- Macadame seco= 15,00cm;
- Base de brita graduada =10,00cm; e
- Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 58,02 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 232,07 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 70.177,75)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (302,40 ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA EGIDIO CORDEIRO</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>287-9</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
ODAIR SANTANA	001.04.092.0470.001	14,50	232,0700	3.365,02	2.692,01	224,33
GILMAR FLORENCIO DE ALBUQUERQUE	001.04.092.0471.001	15,30	232,0700	3.550,67	2.840,54	236,71
VALMOR ARLINDO DE GOES	001.04.092.0472.001	14,50	232,0700	3.365,02	2.692,01	224,33
JULIA FERNANDES GOMES	001.04.092.0395.001	21,70	232,0700	5.035,92	4.028,74	335,73
RUA S.D		4,00	232,0700	928,28	742,62	61,89
FAUSTINO GONÇALVES ARAUJO	001.04.414.0355.001	19,70	232,0700	4.571,78	3.657,42	304,79
ACIR RIBEIRO DA SILVA	001.04.414.0335.001	8,70	232,0700	2.019,01	1.615,21	134,60
SEBASTIAO BRAULIO DA SILVA	001.04.414.0315.001	13,30	232,0700	3.086,53	2.469,22	205,77
ANDRESSA ISABEL DA SILVA	001.04.414.0370.001	13,00	232,0700	3.016,91	2.413,53	201,13
MILTON DE LIMA VELHO	001.04.414.0327.001	13,00	232,0700	3.016,91	2.413,53	201,13
HELIO ROGERIO DAS SILVA	001.04.414.0289.001	12,00	232,0700	2.784,84	2.227,87	185,66
ISAC EICHEMBACH	001.04.413.0023.001	8,40	232,0700	1.949,39	1.559,51	129,96
JOSÉ OLIDIO	001.04.413.0024.001	12,00	232,0700	2.784,84	2.227,87	185,66
JOÃO INEVALDO DA SILVA	001.04.413.0039.001	13,00	232,0700	3.016,91	2.413,53	201,13
ALTAIR ALVES E OLIVIA ALVES	001.04.413.0092.001	12,00	232,0700	2.784,84	2.227,87	185,66
ALBERTO BLEICHER	001.04.413.0079.001	12,00	232,0700	2.784,84	2.227,87	185,66
JESUS ALVES PADILHA	001.04.413.0090.001	14,00	232,0700	3.248,98	2.599,18	216,60
RUA "A"		11,00	232,0700	2.552,77	2.042,22	170,18
PAULO RAIMUNDO	001.04.423.0101.001	14,00	232,0700	3.248,98	2.599,18	216,60
MOACIR VIVALDINO DOS SANTOS	001.04.423.0119.001	14,00	232,0700	3.248,98	2.599,18	216,60
MARCIO CAZAR CHAVES E MARISTELA	001.04.423.0134.001	14,00	232,0700	3.248,98	2.599,18	216,60
ARMINO HAHN	001.04.423.0172.001	28,30	232,0700	6.567,58	5.254,06	437,84
<b>TOTAL</b>		<b>302,40</b>		<b>70.177,97</b>	<b>56.142,37</b>	<b>4.678,53</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**

Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**

Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**

Responsável pelo F.M.Pavimentação

5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **EGIDIO CORDEIRO**, no bairro MARTELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
ODAIR SANTANA	
GILMAR FLORENCIO DE ALBUQUERQUE	
VALMOR ARLINDO DE GOES	
JULIA FERNANDES GOMES	
RUA S.D	
FAUSTINO GONÇALVES ARAUJO	
ACIR RIBEIRO DA SILVA	
SEBASTIAO BRAULIO DA SILVA	
ANDRESSA ISABEL DA SILVA	
MILTON DE LIMA VELHO	
HELIO ROGERIO DAS SILVA	
ISAC ECHEMBACH	
JOSÉ OLÍDIO	
JOÃO INEVALDO DA SILVA	
ALTAIR ALVES E OLIVIA ALVES	
ALBERTO BLEICHER	
JESUS ALVES PADILHA	
RUA "A"	
PAULO RAIMUNDO	
MOACIR VIVALDINO DOS SANTOS	
MARCIO CAZAR CHAVES E MARISTELA	
ARMINO HAHN	



**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 51/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 51/2014****CAUÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10.563 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **PLINIO MORGENSTERN**, no bairro SÃO CRISTOVÃO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **PLINIO MORGENSTERN**, no bairro RANCHO FUNDO, partindo da RUA SILVIO MATIRLLO, com término no final da rua, com área total de pavimentação igual a **1.913,12<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **478,28** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA PLINIO MORGENSTERN</b>
Bairro:	<b>RANCHO FUNDO</b>
Somatório de testadas:	<b>478,28 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.913,12 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:



Prefeitura Municipal de Caçador-SC

instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.



instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador

RUA PLINIO MORGENSTERN - 09/10/2013

Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>23.274,83</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.059,00	0,30	617,70
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	77,26	8,46	653,77
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	36	30,34	1.092,15
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	235,00	44,00	10.340,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	140,65	65,24	9.175,51
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	8,00	174,46	1.395,70
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>87.844,09</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	28,70	65,24	1.872,11
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	316,96	65,24	20.677,76
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	63,39	65,24	4.135,55
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	202,29	71,30	14.423,35
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.953,12	0,46	903,32
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.953,12	0,16	317,38
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	244,14	154,24	37.655,54
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	97,66	5,64	550,54
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	472,28	15,48	7.308,53
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>522,28</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	28,70	18,20	522,28
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>28.925,02</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	239,14	58,18	13.913,17
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	204,00	33,44	6.821,76
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09

VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =

R\$ 140.566,21

VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =

73,47

VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =

293,90

LARGURA DA VIA = 8,00 M

FORRO = 3,00 CM

MACADAME SECO = 15,00 CM

BRITA GRADUADA = 10,00 CM

CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM

ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =

1913,12 m²

SOMATÓRIO DAS TESTADAS =

478,28 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm;**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 73,47 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 293,90 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 140.566,21), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (478,28 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA PLINIO MORGENSTERN</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>315-8</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
ANTONIO BERBEK	001.03.113.0162.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
JORGE CORDEIRO GONÇALVES	001.03.113.0121.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
JAIR ANGELO RUGGINI	001.03.113.0108.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
GISLAINE KRAESKI	001.03.113.0094.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
LEVINO JOÃO PADILHA	001.03.113.0081.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
SUELI VERÍSSIMO	001.03.113.0067.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
NIVALDO FILSINO DE MAIA	001.03.113.0054.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
DERLI DE FÁTIMA LOURENA	001.03.113.0040.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
FRANCIELE DO AMARAL	001.03.113.0027.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
DAIANA JAQUELINE GATTI	001.03.113.0013.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
RUA GENEROSO P. MORAES		14,00	293,9000	4.114,60	3.291,68	274,31
MENOLI FREITAS	001.03.105.0117.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
IDINEI APARECIDA MAURINA	001.03.105.0077.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
JOSÉ VALDIR BERNARDI	001.03.105.0064.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
NEREU MARIANO CARDOSO	001.03.105.0051.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
BRAHIAN ORSOLIN E OUTROS	001.03.105.0038.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
JOCIANI BEDLIN E D. BEDLIN	001.03.105.0025.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
MARIA JOSÉ XAVIER	001.03.105.0012.001	12,14	293,9000	3.567,95	2.854,36	237,86
OSVALDO AFRANIO WILHELMS	001.03.112.0203.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
NEI LUIZ CORREA	001.03.112.0217.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
SALETE DE FATIMA CRISTALDO	001.03.112.0230.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
SEBASTIANA A. DE SOUZA E CECÍLIA A. DE SOUZA	001.03.112.0244.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
SOLANGE PEREIRA DE FREITAS	001.03.112.0257.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
VANDERLEI DIAS DO PRADO	001.03.112.0271.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
JOÃO FRANCISCO DA ROCHA	001.03.112.0284.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
CARLOS ROBERTO RODRIGUES	001.03.112.0298.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
ANITA APARECIDA ROCHA	001.03.112.0311.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
KETLYN BELLIDA ROCHA	001.03.112.0352.001	13,50	293,9000	3.967,65	3.174,12	264,51
RUA GENEROSO P. MORAES		14,00	293,9000	4.114,60	3.291,68	274,31
VALTAIR JOSÉ CARDOSO DE VARGAS	001.03.109.0158.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
EGON KWITSCHAL	001.03.109.0184.001	26,00	293,9000	7.641,40	6.113,12	509,43
MAURO MINGOTTI	001.03.109.0197.001	26,00	293,9000	7.641,40	6.113,12	509,43
ALCIDES PUCHIVAILLE DE SOUZA	001.03.109.0223.001	13,00	293,9000	3.820,70	3.056,56	254,71
JORGE KOGUTA	001.03.109.0262.001	12,14	293,9000	3.567,95	2.854,36	237,86
<b>TOTAL</b>		<b>478,28</b>		<b>140.566,49</b>	<b>112.453,19</b>	<b>9.371,10</b>

Caçador (SC), 10 de Novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **PLINIO MORGENSTERN**, no bairro RANCHO FUNDO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

ANTONIO BERBEHK	
JORGE CORDEIRO GONÇALVES	
JAIR ANGELO RUGGINI	
GISLAINE KRAESKI	
LEVINO JOÃO PADILHA	
SUELI VERÍSSIMO	
IVALDO FILISBINO DE MAIA	
DERLI DE FÁTIMA LOURENA	
FRANCIELE DO AMARAL	
DAIANA JAQUELINE GATTI	
RUA GENEROSO P. MORAES	
MENOLI FREITAS	
IDINEI APARECIDA MAURINA	
JOSÉ VALDIR BERNARDI	
NEREU MARIANO CARDOSO	
BRAHIAN ORSOLIN E OUTROS	
JOCIANI BEDLIN E D. BEDLIN	
MARIA JOSÉ XAVIEL	
OSVALDO AFRANIO WILHELMS	
NEI LUIZ CORREA	
SALETE DE FÁTIMA CRISTALDO	
SEBASTIANA A. DE SOUZA E CECÍLIA A. DE SOUZA	
SOLANGE PEREIRA DE FREITAS	
VANDERLEI DIAS DO PRADO	
JOÃO FRANCISCO DA ROCHA	
CARLOS ROBERTO RODRIGUES	
ANITA APARECIDA ROCHA	
KETLYN BELLI DA ROCHA	
RUA GENEROSO P. MORAES	
VALTAIR JOSÉ CARDOSO DE VARGAS	
EGON KWITSCHAL	
MAURO MINGOTTI	
ALCIDES PUCHIVAILLE DE SOUZA	
JORGE KOGUTA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 50/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 50/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **11837 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **MANAUS**, no bairro BELLO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **MANAUS**, no bairro BELLO, partindo da RUA SANTIAGO RODRIGUES com término A RUA “G” com área total de pavimentação igual a **1.936,00<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **484,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA MANAUS</b>
Bairro:	<b>BELLO</b>
Somatório de testadas:	<b>484,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.936,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
RUA MANAUS - 11/03/2014				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>22.967,55</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.083,62	0,30	625,09
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	76,59	8,46	648,16
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	242,00	44,00	10.648,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	140,72	65,24	9.180,42
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>88.874,13</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	29,04	65,24	1.894,50
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	320,66	65,24	20.918,73
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	64,13	65,24	4.183,75
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	204,65	71,30	14.591,46
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.976,00	0,46	913,90
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.976,00	0,16	321,10
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	247,00	154,24	38.096,66
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	98,80	5,64	556,99
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	478,00	15,48	7.397,05
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>528,53</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	29,04	18,20	528,53
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>27.887,57</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	242,00	58,18	14.079,56
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	168,00	33,44	5.617,92
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 140.257,78
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				72,45
<b>VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =</b>				<b>289,79</b>
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				1936,00 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				484,00 m

2



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 72,45 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 289,79 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 140.257,78), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (89,79ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA MANAUS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>335-2</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/INEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
DAJANIRA GOMES DE OLIVEIRA	001.03.0030.0030.001	30,00	289,7900	8.693,70	6.954,96	579,58
LAURELI RAYMUNDO DE JESUS	001.03.0030.0055.001	25,00	289,7900	7.244,75	5.795,80	482,98
SABASTIÃO ISZYMKOW	001.03.0030.0070.001	15,70	289,7900	4.549,70	3.639,76	303,31
MARCOS ROBERTO GOMES	001.03.0030.0085.001	15,00	289,7900	4.346,85	3.477,48	289,79
LUCIA LORENI SANTOS DE OLIVEIRA	001.03.0030.0100.001	15,00	289,7900	4.346,85	3.477,48	289,79
OSNI CASSIANO GOMES E VIVIANE RADE	001.03.0030.0115.001	15,00	289,7900	4.346,85	3.477,48	289,79
ADELAR DOS SANTOS SILVA	001.03.0030.0130.001	15,00	289,7900	4.346,85	3.477,48	289,79
ALESSANDRA DANIELA KONSTANTIUK	001.03.0030.0150.001	20,30	289,7900	5.882,74	4.706,19	392,18
ADÃO KONSTANTIUK	001.03.0030.0162.001	12,00	289,7900	3.477,48	2.781,98	231,83
MARCELINO ALVES DE SOUZA	001.03.0030.0174.001	12,00	289,7900	3.477,48	2.781,98	231,83
NOEMIA CARLIN BLEICHUVEL	001.03.0030.0190.001	15,00	289,7900	4.346,85	3.477,48	289,79
ANGELO BRESSAN	001.03.0030.0361.001	37,00	289,7900	10.722,23	8.577,78	714,82
RUA G		12,00	289,7900	3.477,48	2.781,98	231,83
JUCELAINE PASSONI	001.03.0029.0550.001	12,50	289,7900	3.622,38	2.897,90	241,49
LEONILDA DE LIMA CAMARGO	001.03.0029.0517.001	16,20	289,7900	4.694,60	3.755,68	312,97
MARIA APARECIDA DE BARROS RIBEIRO	001.03.0029.0500.001	16,20	289,7900	4.694,60	3.755,68	312,97
JOSÉ DE PAULA FRANCO	001.03.0029.0484.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
IVANILDA A. DE FREITAS E OUTROS	001.03.0029.0468.001	16,50	289,7900	4.781,54	3.825,23	318,77
JOERSO TRINDADE DE SOUZA E OUTRO	001.03.0029.0455.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
MARY CASAGRANDE	001.03.0029.0436.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
IVONETE RUPPEL MELLO	001.03.0029.0420.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
ESTER MAURINA EVARISTO	001.03.0029.0404.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
EMILIA DOS SANTOS	001.03.0029.0388.001	16,00	289,7900	4.636,64	3.709,31	309,11
MANOEL ANTONIO FERNANDES	001.03.0029.0372.001	14,60	289,7900	4.230,93	3.384,75	282,06
RUA CURITIBA		18,00	289,7900	5.216,22	4.172,98	347,75
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	001.03.0038.0565.001	18,00	289,7900	5.216,22	4.172,98	347,75
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	001.03.0038.0529.001	20,00	289,7900	5.795,80	4.636,64	386,39
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	001.03.0038.0509.001	17,00	289,7900	4.926,43	3.941,14	328,43
<b>TOTAL</b>		<b>484,00</b>		<b>140.258,36</b>	<b>112.206,69</b>	<b>9.350,56</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **MANAUS**, no bairro BELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
DAJANIRA GOMES DE OLIVEIRA	
LAURELI RAYMUNDO DE JESUS	
SABASTIÃO ISZYMKOW	
MARCOS ROBERTO GOMES	
LUCIA LORENI SANTOS DE OLIVEIRA	
OSNI CASSIANO GOMES E VIVIANE RADE	
ADELAR DOS SANTOS SILVA	
ALESSANDRA DANIELA KONSTANTIUK	
ADÃO KONSTANTIUK	
MARCELINO ALVES DE SOUZA	
NOEMIA CARLIN BLEICHUVEL	
ANGELO BRESSAN	
RUA G	
JUCELAINE PASSONI	
LEONILDA DE LIMA CAMARGO	
MARIA APARECIDA DE BARROS RIBEIRO	
JOSÉ DE PAULA FRANCO	
IVANILDA A. DE FREITAS E OUTROS	
JOERSO TRINDADE DE SOUZA E OUTRO	
MARY CASAGRANDE	
IVONETE RUPPEL MELLO	
ESTER MAURINA EVARISTO	
EMILIA DOS SANTOS	
MANOEL ANTONIO FERNANDES	
RUA CURITIBA	
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	
MECANICA REAL DE A. B. BRESSAN	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 49/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 49/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10386 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **ANAIR FRANÇA PERETTI**, no bairro RANCHO FUNDO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **ANAIR FRANÇA PERETTI**, no bairro RANCHO FUNDO, partindo da RUA ANTONIO PEREIRA com término A RUA CICERO BUSCARONS com área total de pavimentação igual a **2.620,00<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **655,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA ANAIR FRANÇA PERETTI</b>
Bairro:	<b>RANCHO FUNDO</b>
Somatório de testadas:	<b>655,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.620,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.			
RUA ANAIR FRANÇA PERETTI - 03/10/2013					
Especificações e Serviços		Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>					<b>30.016,30</b>
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.819,78	0,30	845,93
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	100,14	8,46	847,40
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	27	30,34	819,11
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	325,00	44,00	14.300,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	186,35	65,24	12.157,08
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>					<b>119.667,45</b>
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	39,30	65,24	2.563,83
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	431,08	65,24	28.122,47
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	86,22	65,24	5.624,49
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	275,14	71,30	19.617,13
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.660,00	0,46	1.230,25
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.660,00	0,16	432,25
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	332,50	154,24	51.283,97
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	133,00	5,64	749,79
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	649,00	15,48	10.043,28
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>					<b>1.059,71</b>
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	39,30	18,20	715,26
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	2,00	172,23	344,45
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>					<b>38.400,95</b>
4.1	REDE DE PVC 150 mm	m	327,50	58,18	19.053,95
4.2	RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	252,00	33,44	8.426,88
4.3	POÇO DE VISITA	un	4,00	2.730,03	10.920,12
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 189.144,41	
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				72,19	
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				288,77	
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				2620,00 m²	
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				655,00 m	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 72,19/ m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 288,77 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 189.144,41), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (655,00 ml).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA ANAIR FRANÇA PERETTI</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>311-5</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

- a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;
- b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETÁRIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
DANIEL SOARES BLEIHVEL	001.03.103.0027.001	27,00	288,7700	7.796,79	6.237,43	519,79
EZEQUIEL COZER	001.03.103.0040.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ARLETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	001.03.103.0054.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
CELIO VALDIR PRATES	001.03.103.0067.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
SALETE GODINHO HENNING	001.03.103.0081.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ANGELO E CARLOS PERETI	001.03.103.0094.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
JOSE ARISTEU RIBEIRO	001.03.103.0108.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
JOAO CARLOS LEMOS	001.03.103.0121.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ACIR PIRES DO PRADO	001.03.103.0135.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
VALDECIDA SILVA	001.03.103.0175.001	27,00	288,7700	7.796,79	6.237,43	519,79
RUA OSVALDO ALVES		28,00	288,7700	8.085,56	6.468,45	539,04
IMOBILIARIA ALMAR	001.03.104.0040.001	27,00	288,7700	7.796,79	6.237,43	519,79
MARIANA IZAURA PALEARI SILVA	001.03.104.0053.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ROSANGELA DA SILVA	001.03.104.0067.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
JOSE RIBEIRO	001.03.104.0080.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
SOFIA RAMOS TELLES	001.03.104.0094.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ANTONIO RAMOS TELLES	001.03.104.0107.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
NAYANA LUZIA ZANDAVALLI BUSATO	001.03.104.0121.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ALACIR DE PAULA	001.03.104.0134.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
DIRCEU ALVES RIBEIRO JUNIOR	001.03.104.0148.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
NEIVA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	001.03.104.0161.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
GILBERTO DE OLIVEIRA	001.03.104.0196.001	6,00	288,7700	1.732,62	1.386,10	115,51
JOSE NERY CORDEIRO	001.03.100.0389.001	27,00	288,7700	7.796,79	6.237,43	519,79
ANTONIO CARDOSO DE SOUZA FILHO	001.03.100.0349.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
SIDNEY LUIZ FERRASSO	001.03.100.0335.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
GILMAR GONÇALVES DE BRITO	001.03.100.0322.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ELAINE APARECIDA FRANÇA	001.03.100.0308.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
JOSE SERGIO MOREIRA	001.03.100.0295.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ANTONIO OUTONAVICZ E OUTRO	001.03.100.0281.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ALTAMIR MOREIRA CAMARGO	001.03.100.0268.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
JOAO VIEIRA E NIVALDO FRANÇA	001.03.100.0254.001	13,50	288,7700	3.898,40	3.118,72	259,89
ARLETE RAMOS TELLES	001.03.100.0241.001	27,00	288,7700	7.796,79	6.237,43	519,79
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	001.03.101.0027.001	148,50	288,7700	42.882,35	34.305,88	2.858,82
<b>TOTAL</b>		<b>655,00</b>		<b>189.144,35</b>	<b>151.315,48</b>	<b>12.609,62</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **ANAIR FRANÇA PERETTI**, no bairro RANCHO FUNDO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
DANIEL SOARES BLEIHVEL	
EZEQUIEL COZER	
ARLETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	
CELIO VALDIR PRATES	
SALETE GODINHO HENNING	
ANGELO E CARLOS PERETI	
JOSE ARISTEU RIBEIRO	
JOAO CARLOS LEMOS	
ACIR PIRES DO PRADO	
VALDECI DA SILVA	
RUA OSVALDO ALVES	
IMOBILIARIA ALMAR	
MARIANA IZAURA PALEARI SILVA	
ROSANGELA DA SILVA	
JOSE RIBEIRO	
SOFIA RAMOS TELLES	
ANTONIO RAMOS TELLES	
NAYANA LUZIA ZANDAVALLI BUSATO	
ALACIR DE PAULA	
DIRCEU ALVES RIBEIRO JUNIOR	
NEIVA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	
GILBERTO DE OLIVEIRA	
JOSE NERY CORDEIRO	
ANTONIO CARDOSO DE SOUZA FILHO	
SIDNEY LUIZ FERRASSO	
GILMAR GONÇALVES DE BRITO	
ELAINE APARECIDA FRANÇA	
JOSE SERGIO MOREIRA	
ANTONIO OUTONAVICZ E OUTRO	
ALTAMIR MOREIRA CAMARGO	
JOAO VIEIRA E NIVALDO FRANÇA	
ARLETE RAMOS TELLES	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 48/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 48/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **11.467 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à **RUA OLIVIO ABATTI**, no bairro ALTO BONITO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na **RUA OLIVIO ABATTI**, no bairro ALTO BONITO, partindo da Rua VITOR HUGO PETRY, com término a Rua HENRIQUETA TEDESCO, com área total de pavimentação igual a **2.355,20 m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **588,80 metros lineares**.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA OLIVIO ABATTI</b>
Bairro:	<b>ALTO BONITO</b>
Somatório de testadas:	<b>588,80 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>2.355,20 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4.0 ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>RUA OLÍVIO ABATTI- 23/06/2014 - PARTE 02</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>19.099,93</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	2.534,78	0,30	760,44
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	76,78	8,46	649,75
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18	30,34	546,08
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	252,00	44,00	11.088,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	76,78	65,24	5.008,90
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	6,00	174,46	1.046,78
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>106.029,87</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	35,33	65,24	2.304,71
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	380,22	65,24	24.804,45
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	76,04	65,24	4.960,89
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	242,70	71,30	17.304,75
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	2.355,20	0,46	1.089,28
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	2.355,20	0,16	382,72
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	294,40	154,24	45.407,52
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	117,76	5,64	663,87
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	588,80	15,48	9.111,68
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>815,19</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	35,33	18,20	642,97
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>33.544,52</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	294,40	58,18	17.128,19
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	246,00	33,44	8.226,24
4.3 POÇO DE VISITA	un	3,00	2.730,03	8.190,09
<b>SOMENTE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b>				
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =			R\$ 159.489,52	
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =			67,72	
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =			270,87	
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =			2355,20 m²	
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =			588,80 m	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**4. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 67,72 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 270,87 / ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 65.168,32), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (292,00 ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**5. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA OLIVIO ABATTI</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>346-8</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7-** Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8-** Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9 –** Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, ***mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.***



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

NOME	TESTADA	VALOR	À VISTA (20%)	15 PARCELAS
ADÃO GONÇALVES DE QUEIROZ	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ELZIRA COSTA	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ETUINO THIBERS DE CAMPOS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ETUINO THIBERS DE CAMPOS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
MILTON MEZOMO	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
CÉLIO ALTAIR RODRIGUES	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
IVONE PETRYKOWSKI	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
MARILETE MEZOMO MENDER	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ADEMIR LISBOA	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ARISTEU STOCK SCHNEIDER	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
VALDIR NONATO	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ADELMIR DOS SANTOS QUEIROZ	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ANÍSIO XAVIER DA ROSA	20,00	5.417,44	4.333,95	361,16
ROSA KOPESKI DE OLIVEIRA	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
DEISE LÚCIA K. MOREIRA E OUTRO	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
OSVALDO MARIANI	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
OSVALDO MARIANI	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
OSVALDO MARIANI	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
LUÍZ CASALI	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
GENTIL F. DE LARA	11,00	2.979,59	2.383,67	198,64
OSVALDO MARIANI	11,00	2.979,59	2.383,67	198,64
PAULO R. SILVA	24,00	6.500,93	5.200,75	433,40
SILVANA APARECIDA SIMÕES	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
MARTINHO BENDER	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
FRANCISCO REMOR JOHANN	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
JANDYR F. SPERANÇA E OUTROS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
MILTON E TEREZINHA MEZOMO	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
ADAIR PROENCIO	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
OSMAR MARTINS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
AMILTON DE SOUZA MARTINS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
SIRLETE APARECIDA DA SILVEIRA	12,00	3.250,47	2.600,37	216,70
IRACY DOS SANTOS	21,30	5.769,58	4.615,66	384,64
MARIA MARISTELA PETRYKOWSKI	21,50	5.823,75	4.659,00	388,25
MARCOS ADEMAR DE MORAES	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
SALETE NORECI DOS SANTOS	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
VILSON JOSÉ DE MORAES	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
OSVALDO MARIANI	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
ANDERSON DE MATIAS	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
ADAIR JOSÉ DE SOUZA	15,00	4.063,08	3.250,47	270,87
GEORGES AYOUB G. IBRAHIM	36,00	9.751,40	7.801,12	650,09
	588,80	159.489,52	127.591,61	10.632,63

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec. Adj. Ass. Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M. Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados RUA OLIVIO ABATTI, no bairro ALTO BONITO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

<b>NOME</b>	<b>ASSINATURA</b>
ADÃO GONÇALVES DE QUEIROZ	
ELZIRA COSTA	
ETUINO THIBERS DE CAMPOS	
ETUINO THIBERS DE CAMPOS	
MILTON MEZOMO	
CÉLIO ALTAIR RODRIGUES	
IVONE PETRYKOWSKI	
MARILETE MEZOMO MENDER	
ADEMIR LISBOA	
ARISTEU STOCK SCHNEIDER	
VALDIR NONATO	
ADELMIR DOS SANTOS QUEIROZ	
ANÍSIO XAVIER DA ROSA	
ROSA KOPESKI DE OLIVEIRA	
DEISE LUCIA K. MOREIRA E OUTRO	
OSVALDO MARIANI	
OSVALDO MARIANI	
OSVALDO MARIANI	
LUIZ CASALI	
GENTIL F. DE LARA	
OSVALDO MARIANI	
PAULO R. SILVA	
SILVANA APARECIDA SIMÕES	
MARTINHO BENDER	
FRANCISCO REMOR JOHANN	
JANDYR F. SPERANÇA E OUTROS	
MILTON E TEREZINHA MEZOMO	
ADAIR PROENCIO	
OSMAR MARTINS	
AMILTON DE SOUZA MARTINS	
JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS	
SIRLETE APARECIDA DA SILVEIRA	
IRACY DOS SANTOS	
MARIA MARISTELA PETRYKOWSKI	
MARCOS ADEMAR DE MORAES	
SALETE NORECI DOS SANTOS	
VILSON JOSÉ DE MORAES	
OSVALDO MARIANI	
ANDERSON DE MATIAS	
ADAIR JOSÉ DE SOUZA	
GEORGES AYOUB G. IBRAHIN	

7

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 45/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 45/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **14086 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **DOMINGOS GABARDI**, no bairro BELLO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **DOMINGOS GABARDI**, no bairro BELLO, partindo da Rua CURITIBA com término na Rua ODELIR GODINHO, com área total de pavimentação igual a **1.094,00 m²** e somatório das testadas igual a **273,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA DOMINGOS GABARDI</b>
Bairro:	<b>BELLO</b>
Somatório de testadas:	<b>273,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.094,00 m²</b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
RUA DOMINGOS GABARDI - 11/03/2014				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>13.508,55</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.177,42	0,30	353,23
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	45,58	8,46	385,70
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18	30,34	546,08
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	142,00	44,00	6.248,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	80,90	65,24	5.277,70
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	4,00	174,46	697,85
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>49.251,31</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	16,41	65,24	1.070,55
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	176,61	65,24	11.521,77
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	35,32	65,24	2.304,35
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	112,74	71,30	8.038,13
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.094,00	0,46	505,98
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.094,00	0,16	177,78
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	136,75	154,24	21.091,98
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	54,70	5,64	308,37
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	273,50	15,48	4.232,41
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>298,66</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	16,41	18,20	298,66
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>15.623,22</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	136,75	58,18	7.956,12
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	66,00	33,44	2.207,04
4.3 POÇO DE VISITA	un	2,00	2.730,03	5.460,06
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 78.681,73
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				71,92
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				287,68
LARGURA DA VIA = 8,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				1094,00 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				273,50 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 71,92 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 273,50 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 78.681,73)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (273,50ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA DOMINGOS GABARDI</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>360-3</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/INEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
OSMAR MOREIRA	001.03.0028.0348.001	18,00	287,6800	5.178,24	4.142,59	345,22
DIRCEU ANTONIO DA SILVA	001.03.0028.0348.002	18,00	287,6800	5.178,24	4.142,59	345,22
NELSON BERTI	001.03.0028.0015.001	36,00	287,6800	10.356,48	8.285,18	690,43
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	001.03.0027.0015.001	66,00	287,6800	18.986,88	15.189,50	1.265,79
NILSON MIOZZO	001.03.0024.0320.001	26,00	287,6800	7.479,68	5.983,74	498,65
MARGARIDA PIOLLIR. DA SILVA	001.03.0024.0290.001	24,00	287,6800	6.904,32	5.523,46	460,29
ANTONIO MATTOS LEMOS	001.03.0024.0300.001	20,00	287,6800	5.753,60	4.602,88	383,57
ZAIRA MATTOS ENDER	001.03.0023.0213.001	18,50	287,6800	5.322,08	4.257,66	354,81
ANTONIO RIBEIRO	001.03.0023.0170.001	14,00	287,6800	4.027,52	3.222,02	268,50
AURO OSMAR MENDES DE SOUZA	001.03.0023.0156.001	33,00	287,6800	9.493,44	7.594,75	632,90

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **DOMINGOS GABARDI**, no bairro BELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
OSMAR MOREIRA	
DIRCEU ANTONIO DA SILVA	
NELSON BERTI	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
NILSON MIOZZO	
MARGARIDA PIROLI R. DA SILVA	
ANTONIO MATTOS LEMOS	
ZAIRA MATTOS ENDER	
ANTONIO RIBEIRO	
AURO OSMAR MENDES DE SOUZA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 41/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 41/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10195 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à **RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na **RUA VITÓRIAS RÉGIAS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da Rua DAS TULIPAS com término na Rua DAS VIOLETAS, com área total de pavimentação igual a **1.168,00 m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **292,00 metros lineares**.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>292,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.168,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização



**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		Prefeitura Municipal de Caçador-SC			
		instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.			
RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS - 26/08/2013					
	Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM				12.266,71
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.257,06	0,30	377,12
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	39,52	8,46	334,48
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	9	30,34	273,04
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	130,00	44,00	5.720,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	77,24	65,24	5.038,69
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	3,00	174,46	523,39
2.	PAVIMENTAÇÃO				52.582,75
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	17,52	65,24	1.142,96
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	188,56	65,24	12.301,12
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	37,71	65,24	2.460,22
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	120,36	71,30	8.581,84
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.168,00	0,46	540,20
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.168,00	0,16	189,80
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	146,00	154,24	22.518,68
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	58,40	5,64	329,23
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	292,00	15,48	4.518,70
3.	SINALIZAÇÃO				318,86
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	17,52	18,20	318,86
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =					R\$ 65.168,32
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =					55,79
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =					223,18
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =					1168,00 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =					292,00 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 55,79 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 223,18 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 65.168,32)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (292,00 ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA DAS VOTÓRIAS RÉGIAS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>298-4</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
OSMAR DA SILVA	001.04.155.0050.001	35,50	223,1800	7.922,89	6.338,31	528,19
JUNIOR CALDATTO	001.04.155.0065.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
LENI JOSE DE PAULA	001.04.155.0080.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
JOÃO PEDRO CAMPOS	001.04.155.0095.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
ERONILDES PIVA DA ROCHA	001.04.155.0110.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
GILBERTO MARTINHO FIGUR	001.04.155.0125.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
GILBERTO MARTINHO FIGUR	001.04.155.0175.001	35,50	223,1800	7.922,89	6.338,31	528,19
IVETE MARIA D. DEFASI	001.04.156.0380.001	35,50	223,1800	7.922,89	6.338,31	528,19
MOIRA AMÉLIA ROSSETI CAMILO	001.04.156.0330.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
IVANIR DA SILVA ALVES	001.04.156.0315.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
RONALDO MENZER	001.04.156.0300.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
PEDRO DOS SANTOS	001.04.156.0285.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
JANDIR RIBEIRO	001.04.156.0270.001	15,00	223,1800	3.347,70	2.678,16	223,18
VERONICA DE FATIMA DA SILVA	001.04.156.0255.001	16,00	223,1800	3.570,88	2.856,70	238,06
SANTINA FORTUNATO D. PAULA	001.04.156.0260.001	19,50	223,1800	4.352,01	3.481,61	290,13
<b>TOTAL</b>		<b>292,00</b>		<b>65.168,56</b>	<b>52.134,85</b>	<b>4.344,57</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados **RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
ERONILDES PIVA DA ROCHA	
GILBERTO MARTINHO FIGUR	
GILBERTO MARTINHO FIGUR	
IVANIR DA SILVA ALVES	
IVETE MARIA D. DEFASI	
JANDIR RIBEIRO	
JOÃO PEDRO CAMPOS	
JUNIOR CALDATTO	
LENI JOSE DE PAULA	
MOIRA AMÉLIA ROSSETI CAMILO	
OSMAR DA SILVA	
PEDRO DOS SANTOS	
RONALDO MENZER	
SANTINA FORTUNATO D. PAULA	
VERONICA DE FATIMA DA SILVA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 39/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 39/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **11349/2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à **PROLONGAMENTO DA RUA ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas no **PROLONGAMENTO DA RUA ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da Rua DAS TULIPAS ate seu término, com área total de pavimentação igual a **340,00 m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **136,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>PROL. DAS ORQUIDEAS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>136,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>340,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização.

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

**4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e

1



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador. 				
<b>SERVIDÃO RUA DAS ORQUÍDEAS - 02/10/2013</b>				
Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>861,05</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	381,48	0,30	114,44
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	0,00	8,46	0,00
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	0	30,34	0,00
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	0,00	44,00	0,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	11,44	65,24	746,60
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	0,00	174,46	0,00
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>16.322,87</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	5,10	65,24	332,71
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	57,22	65,24	3.733,02
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	11,44	65,24	746,60
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	35,66	71,30	2.542,50
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	340,00	0,46	157,25
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	340,00	0,16	55,25
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	42,50	154,24	6.555,09
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	17,00	5,64	95,84
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	136,00	15,48	2.104,60
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>				<b>148,51</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	8,16	18,20	148,51
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>				<b>7.589,15</b>
4.1 REDE DE PVC 150 mm	m	68,00	58,18	3.956,24
4.2 RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	27,00	33,44	902,88
4.3 POÇO DE VISITA	un	1,00	2.730,03	2.730,03
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 24.921,58
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				73,30
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				183,25
LARGURA DA VIA = 5,00 M				
FORRO = 3,00 CM				
MACADAME SECO = 15,00 CM				
BRITA GRADUADA = 10,00 CM				
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM				
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				340,00 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				136,00 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 5,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 73,30 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 183,25 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 24.921,58)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (136,00ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. PROL. DAS TULIPAS COM ORQUIDEAS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>330-1</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** – Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** – Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
VALDEVINO SANTANA	001.04.154.0079.001	15,00	183,2500	2.748,75	2.199,00	183,25
OLIVIO JOSE BAZZONI	001.04.154.0064.001	15,00	183,2500	2.748,75	2.199,00	183,25
JOÃO MARIA MARTINS	001.04.154.0049.001	16,00	183,2500	2.932,00	2.345,60	195,47
ISAURA DOS SANTOS	001.04.154.0033.001	17,00	183,2500	3.115,25	2.492,20	207,68
LEONIR DOS SANTOS	001.04.154.0016.001	5,00	183,2500	916,25	733,00	61,08
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR		68,00	183,2500	12.461,00	9.968,80	830,73
<b>TOTAL</b>		<b>136,00</b>		<b>24.922,00</b>	<b>19.937,60</b>	<b>1.661,47</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

5

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados **PROL. DAS ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIO	ASSINATURA
VALDEVINO SANTANA	
OLIVIO JOSE BAZZONI	
JOÃO MARIA MARTINS	
ISAURA DOS SANTOS	
LEONIR DOS SANTOS	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 38/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 38/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10194 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **DAS PRIMAVERAS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **DAS PRIMAVERAS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA DAS ORQUIDEAS com término na RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS com área total de pavimentação igual a **704,00<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **176,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA DAS PRIMAVERAS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>176,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>704,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização


**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:



Prefeitura Municipal de Caçador-SC

instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.



RUA DAS PRIMAVERAS - 26/08/2013

Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>1.710,18</b>
1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	757,68	0,30	227,30
1.2 ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	0,00	8,46	0,00
1.4 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	0	30,34	0,00
1.5 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	0,00	44,00	0,00
1.6 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7 TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8 REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	22,73	65,24	1.482,87
1.9 BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	0,00	174,46	0,00
<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>31.693,71</b>
2.1 LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	10,56	65,24	688,91
2.2 SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	113,65	65,24	7.414,37
CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	22,73	65,24	1.482,87
2.4 BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	72,55	71,30	5.172,62
2.5 IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	704,00	0,46	325,60
2.6 PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	704,00	0,16	114,40
2.7 CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	88,00	154,24	13.572,90
2.8 TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	35,20	5,64	198,44
2.9 MEIO FIO DE CONCRETO	m	176,00	15,48	2.723,60
<b>SINALIZAÇÃO</b>				<b>192,19</b>
3.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	10,56	18,20	192,19
3.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00

VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =

R\$ 33.596,08

VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =

47,72

VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =

190,89

LARGURA DA VIA = 8,00 M

FORRO = 3,00 CM

MACADAME SECO = 15,00 CM

BRITA GRADUADA = 10,00 CM

CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM

ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =

704,00 m²

SOMATÓRIO DAS TESTADAS =

176,00 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 47,72 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 190,89 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 33.596,08)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (190,89ml)*.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA DAS PRIMAVERAS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>302-6</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b )** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
LOURENÇO DE MATTOS E OUTROS	001.04.159.0291.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
ARLINDO DOS SANTOS RIBEIRO	001.04.159.0306.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
MARINO CAETANO DA SILVA	001.04.159.0321.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
FRANCIELE RODRIGUES	001.04.159.0045.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	001.04.157.0225.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	001.04.157.0180.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
ALBINO WEBER	001.04.157.0165.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
ALBINO WEBER	001.04.157.0150.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
VALMIR ANTONIO PRADO	001.04.158.0043.001	28,00	190,8900	5.344,92	4.275,94	356,33
CARMO NEO	001.04.160.0333.001	14,00	190,8900	2.672,46	2.137,97	178,16
OMOACIR HECKLER	001.04.160.0335.001	14,00	190,8900	2.672,46	2.137,97	178,16
<b>TOTAL</b>		<b>176,00</b>		<b>33.596,64</b>	<b>26.877,31</b>	<b>2.239,78</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **DAS PRIMAVERAS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
LOURENÇO DE MATTOS E OUTROS	
ARLINDO DOS SANTOS RIBEIRO	
MARINO CAETANO DA SILVA	
FRANCIELE RODRIGUES	
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	
ALBINO WEBER	
ALBINO WEBER	
VALMIR ANTONIO PRADO	
CARMO NEO	
OMOACIR HECKLER	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 37/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 37/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10197 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **DAS VIOLETAS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **DAS VIOLETAS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA DAS ORQUIDEAS com término A RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS com área total de pavimentação igual a **480,00M<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **120,00** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA DAS VIOLETAS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>120,00 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>480,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização


**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		Prefeitura Municipal de Caçador-SC			
		instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.			
RUA DAS VIOLETAS - 26/08/2013					
	Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM				1.166,03
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	516,60	0,30	154,98
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	0,00	8,46	0,00
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	0	30,34	0,00
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	0,00	44,00	0,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	15,50	65,24	1.011,05
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	0,00	174,46	0,00
2.	PAVIMENTAÇÃO				21.609,35
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	7,20	65,24	469,71
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	77,49	65,24	5.055,25
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	15,50	65,24	1.011,05
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	49,46	71,30	3.526,78
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	480,00	0,46	222,00
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	480,00	0,16	78,00
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	60,00	154,24	9.254,25
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	24,00	5,64	135,30
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	120,00	15,48	1.857,00
3.	SINALIZAÇÃO				131,04
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	7,20	18,20	131,04
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =					R\$ 22.906,42
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =					47,72
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =					190,89
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =					480,00 m²
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =					120,00 m

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 47,72 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 190,89 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 22.906,42)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (190,89ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA DAS VIOLETAS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>301-8</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

- a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;
- b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
ORLANDO DE LIZ MORAIS	001.04.157.0330.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
JOÃO MILTON FRAGA	001.04.157.0345.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
SUELEN MORAIS E MARCELO MORAIS	001.04.157.0360.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
JOÃO MARIA PEREIRA	001.04.157.0045.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
ANTONIO GONGOLEWSKI	001.04.155.0255.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
VITORIO GONGOLEWSKI	001.04.155.0205.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
VITORIO GONGOLEWSKI	001.04.155.0190.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
GILBERTO MARTINO FIGUR	001.04.155.0175.001	15,00	190,8900	2.863,35	2.290,68	190,89
<b>TOTAL</b>		<b>120,00</b>		<b>22.906,80</b>	<b>18.325,44</b>	<b>1.527,12</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

5



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **DAS VIOLETAS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
ORLANDO DE LIZ MORAIS	
JOÃO MILTON FRAGA	
SUELEN MORAIS E MARCELO MORAIS	
JOÃO MARIA PEREIRA	
ANTONIO GONGOLEWSKI	
VITORIO GONGOLEWSKI	
VITORIO GONGOLEWSKI	
GILBERTO MARTINO FIGUR	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 36/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 36/2014****CAUÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **10192 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **DAS ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **DAS ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, partindo da RUA DAS TULIPAS com término ao final de sua extensão com área total de pavimentação igual a **3.474,00M<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **868,50** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA DAS ORQUIDEAS</b>
Bairro:	<b>BOM SUCESSO</b>
Somatório de testadas:	<b>868,50 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>3.474,00 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização
- 



**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b> instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.			
<b>RUA DAS ORQUÍDEAS - 26/08/2013</b>					
	<b>Especificações e Serviços</b>	<b>Un</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Custo Unit.</b>	<b>Custo Total</b>
<b>1.</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>				<b>18.343,54</b>
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	3.738,89	0,30	1.121,67
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	40,38	8,46	341,68
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	9	30,34	273,04
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	133,00	44,00	5.852,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	154,16	65,24	10.057,31
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	4,00	174,46	697,85
<b>2.</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>158.114,08</b>
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	52,11	65,24	3.399,53
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	568,95	65,24	37.116,61
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	113,79	65,24	7.423,32
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	363,14	71,30	25.891,86
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	3.514,00	0,46	1.625,23
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	3.514,00	0,16	571,03
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	439,25	154,24	67.748,82
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	175,70	5,64	990,51
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	862,50	15,48	13.347,19
<b>3.</b>	<b>SINALIZAÇÃO</b>				<b>948,40</b>
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	52,11	18,20	948,40
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA = R\$ 177.406,02					
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) = 51,07					
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO = 204,27					
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 3474,00 m²					
SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 868,50 m					

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- . **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 51,07 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 204,27 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra* (R\$ 177.406,02), pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação* (868,50ml).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA DAS ORQUIDEAS</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>300-0</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

### 7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
JOÃO GERALDO MALMANN	001.04.154.0450.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
DARCI MACHADO	001.04.154.0435.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ALCENOR MARTIOL DE SOUZA	001.04.154.0420.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
PEDRO OSVALDO DOS SANTOS	001.04.154.0405.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
RAUL MARQUES DA SILVA	001.04.154.0390.001	16,00	204,2700	3.268,32	2.614,66	217,89
DIRCEU CARVALHO DOS SANTOS	001.04.154.0374.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ANDERSON DE MATIAS	001.04.154.0359.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
MARIA DAS GRAÇAS LEFFER	001.04.154.0344.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ISRAEL LOURENÇO	001.04.154.0329.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	001.04.154.0314.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
OLIVETE DA SILVA PASQUALOTTO	001.04.154.0299.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
JOSÉ DA ITAMAR R. DA SILVA	001.04.154.0284.001	16,00	204,2700	3.268,32	2.614,66	217,89
DIRLEI AP. DE ABREU BAZZONI	001.04.154.0268.001	17,00	204,2700	3.472,59	2.778,07	231,51
ERICLÉIA RODRIGUES SUTIL	001.04.154.0251.001	18,00	204,2700	3.676,86	2.941,49	245,12
CUNCIO MACHADO RAMILIO	001.04.154.0233.001	19,00	204,2700	3.881,13	3.104,90	258,74
ALECLIDES PONTES	001.04.154.0214.001	20,00	204,2700	4.085,40	3.268,32	272,36
ELZA LIMA	001.04.154.0194.001	19,00	204,2700	3.881,13	3.104,90	258,74
ELSIRA M. CARDOSO DE LIMA	001.04.154.0175.001	18,00	204,2700	3.676,86	2.941,49	245,12
ALTAMIR CORDEIRO	001.04.154.0157.001	17,00	204,2700	3.472,59	2.778,07	231,51
HAMILTON G. DE CASTILHO	001.04.154.0140.001	16,00	204,2700	3.268,32	2.614,66	217,89
ANTONIO GONÇALVES	001.04.154.0124.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
SEBASTIÃO C. DA ROSA GEREMIAS	001.04.154.0109.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
SEVERINO MOREIRA DIAS	001.04.154.0094.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
PREFEITURA MP. CAÇADOR		69,75	204,2700	14.247,83	11.398,27	949,86
LUIZ FERNANDO	001.04.159.0180.001	34,00	204,2700	6.945,18	5.556,14	204,27
MARI G. CORDEIRO E OUTROS	001.04.159.0216.001	36,00	204,2700	7.353,72	5.882,98	217,89
EVA ELI XAVIER DE SOUZA	001.04.159.0231.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	217,89
ILMO LUIZ FRIEDERICH	001.04.159.0246.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	514,08
LOURENÇO DE MATTOS E OUTROS	001.04.159.0291.001	30,00	204,2700	6.128,10	4.902,48	408,54
RUA DAS PRIMAVERAS		14,00	204,2700	2.859,78	2.287,82	190,65
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	001.04.157.0225.001	30,00	204,2700	6.128,10	4.902,48	408,54
NERI BATISTA DIAS	001.04.157.0240.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
VALDA TOTTI DA SILVA	001.04.157.0255.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
HELGA WASEN FRIES	001.04.157.0270.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
IVANIR DA SILVA ALVES	001.04.157.0285.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ORLANDO DELIZ MORAES	001.04.157.0330.001	30,00	204,2700	6.128,10	4.902,48	408,54
RUA DAS VIOLETAS		14,00	204,2700	2.859,78	2.287,82	190,65
ANTONIO GONGOLEWSKI	001.04.155.0255.001	35,00	204,2700	7.149,45	5.719,56	476,63
MARCOS ANTONIO GODOI	001.04.155.0270.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
FIORAVANTE FRAGA	001.04.155.0285.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
ALCIDIO GONGOLEWSKI	001.04.155.0300.001	15,00	204,2700	3.064,05	2.451,24	204,27
EDINEIA APARECIDA GALLO	001.04.155.0315.001	16,00	204,2700	3.268,32	2.614,66	217,89
ROSALINO CASTILHO	001.04.155.0330.001	16,00	204,2700	3.268,32	2.614,66	217,89
DONIZETE DE F. CORDEIRO E OUTROS	001.04.155.0395.001	37,75	204,2700	7.711,19	6.168,95	514,08
<b>TOTAL</b>		<b>868,50</b>		<b>177.408,50</b>	<b>141.926,80</b>	<b>3.486,21</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **DAS ORQUIDEAS**, no bairro BOM SUCESSO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
JOÃO GERALDO MALMANN	
DARCI MACHADO	
ALCENOR MARTIOL DE SOUZA	
PEDRO OSVALDO DOS SANTOS	
RAUL MARQUES DA SILVA	
DIRCEU CARVALHO DOS SANTOS	
ANDERSON DE MATIAS	
MARIA DAS GRAÇAS LEFFER	
ISRAEL LOURENÇO	
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	
OLIVETE DA SILVA PASQUALOTTO	
JOSÉ DA ITAMAR R. DA SILVA	
DIRLEI AP.DE ABREU BAZZONI	
ERICLÉIA RODRIGUES SUTIL	
CUNCIO MACHADO RAMILIO	
ALECLIDES PONTES	
ELZA LIMA	
ELSIRA M. CARDOSO DE LIMA	
ALTAMIR CORDEIRO	
HAMILTON G. DE CASTILHO	
ANTONIO GONÇALVES	
SEBASTIÃO C. DA ROSA GEREMIAS	
SEVERINO MOREIRA DIAS	
PREFEITURA MP. CAÇADOR	
LUIZ FERNANDO	
MARI G. CORDEIRO E OUTROS	
EVA ELI XAVIER DE SOUZA	
ILMO LUIZ FRIEDERICH	
LOURENÇO DE MATTOS E OUTROS	
RUA DAS PRIMAVERAS	
JOSÉ ITAMAR R. DA SILVA	
NERI BATISTA DIAS	
VALDA TOTTI DA SILVA	
HELGA WASEN FRIES	
IVANIR DA SILVA ALVES	
ORLANDO DELIZ MORAES	
RUA DAS VIOLETAS	
ANTONIO GONGOLEWSKI	
MARCOS ANTONIO GODOI	
FIORAVANTE FRAGA	
ALCIDIO GONGOLEWSKI	
EDINEIA APARECIDA GALLO	
ROSALINO CASTILHO	
DONIZETE DE F. CORDEIRO E OUTROS	



**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 35/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 35/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **9663 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **MARQUES DE OLINDA**, no bairro SANTA CATARINA, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **MARQUES DE OLINDA**, no bairro SANTA CATARINA, partindo da RUA IVO RAISEL com término ao final de sua extensão com área total de pavimentação igual a **1.110,24m<sup>2</sup>** e somatório das testadas igual a **277,56** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA MARQUES DE OLINDA</b>
Bairro:	<b>SANTA CATARINA</b>
Somatório de testadas:	<b>277,56 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>1.110,24 m<sup>2</sup></b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

### 4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b>			
		instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.		divulga os dados e estimativas sobre os municípios	
RUA MARQUES DE OLINDA - 28/11/2013					
Especificações e Serviços		Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM</b>					<b>4.384,35</b>
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	1.194,90	0,30	358,47
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	5,30	8,46	44,84
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	18	30,34	546,08
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	0,00	44,00	0,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	41,96	65,24	2.737,12
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	4,00	174,46	697,85
<b>2. PAVIMENTAÇÃO</b>					<b>50.840,64</b>
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	16,65	65,24	1.086,44
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	183,29	65,24	11.957,41
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	36,66	65,24	2.391,48
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	116,98	71,30	8.340,83
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	1.130,24	0,46	522,74
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	1.130,24	0,16	183,66
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	141,28	154,24	21.790,67
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	56,51	5,64	318,59
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	274,56	15,48	4.248,82
<b>3. SINALIZAÇÃO</b>					<b>303,10</b>
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	16,65	18,20	303,10
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	0,00	172,23	0,00
<b>4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO</b>					<b>14.738,12</b>
4.1	REDE DE PVC 150 mm	m	138,78	58,18	8.074,22
4.2	RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	36,00	33,44	1.203,84
4.3	POÇO DE VISITA	un	2,00	2.730,03	5.460,06
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA =				R\$ 70.266,20	
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) =				63,29	
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO =				253,16	
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO =				1110,24 m²	
SOMATÓRIO DAS TESTADAS =				277,56 m	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**5. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \frac{\text{VO} \times \text{AI}}{\text{SAT}}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 63,29 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 253,16 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**6. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 70.266,20)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (253,16ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA MARQUES DE OLINDA</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>304-2</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

**a )** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

**b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7** - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, **mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.**

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE  
MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
AREA VERDE P.M.C CAÇADOR	001.06.079.0270.001	149,32	199,4600	29.783,37	23.826,69	1.985,56
TRANSRODACE (DALLAZEN)	001.06.159.0170.001	33,30	199,4600	6.642,02	5.313,61	442,80
TRANSRODACE (DALLAZEN)	001.06.159.0137.001	16,84	199,4600	3.358,91	2.687,13	223,93
TRANSRODACE (DALLAZEN)	001.06.159.0108.001	18,00	199,4600	3.590,28	2.872,22	239,35
TRANSRODACE (DALLAZEN)	001.06.027.1317.001	45,00	199,4600	8.975,70	7.180,56	598,38
RUA PROJETADA		14,00	199,4600	2.792,44	2.233,95	186,16
<b>TOTAL</b>		<b>276,46</b>		<b>55.142,71</b>	<b>44.114,17</b>	<b>3.676,18</b>

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **DOMINGOS GABARDI**, no bairro BELLO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
AREA VERDE P.M.C CAÇADOR	
TRANSRODACE (DALLAZEN)	
TRANSRODACE (DALLAZEN)	
TRANSRODACE (DALLAZEN)	
TRANSRODACE (DALLAZEN)	
RUA PROJETADA	

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 34/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 34/2014****CAUÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR** faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº **12712 - 2013**, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua **ITÁ**, no bairro MUNICIPIOS, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua **ITÁ**, no bairro MUNICIPIOS, partindo da RUA ITAIOPOLIS com término A RUA ITAPIRANGA com área total de pavimentação igual a **575,92m²** e somatório das testadas igual a **143,98** metros lineares.

**1. CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome:	<b>RUA ITÁ</b>
Bairro:	<b>MUNICIPIOS</b>
Somatório de testadas:	<b>143,98 metros lineares</b>
Área de pavimentação:	<b>575,92 m²</b>

**2. MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista
- Transporte de materiais
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
- Serviços de Sinalização

**3. DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, **a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.**

**4 ) ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

1

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAÇADOR

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do a seguir

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador-SC</b>			
		instituto de pesquisa e planejamento urbano de caçador.		divulgar a política e o planejamento urbano de Caçador	
RUA ITÁ - 10/03/2014					
Especificações e Serviços		Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DRENAGEM					6.995,28
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO	m²	619,83	0,30	185,95
1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	23,07	8,46	195,25
1.4	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 30 cm	m	9	30,34	273,04
1.5	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 40 cm	m	72,00	44,00	3.168,00
1.6	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 60 cm	m	0,00	89,51	0,00
1.7	TUBULAÇÃO DE CONCRETO Ø 80 cm	m	0,00	153,23	0,00
1.8	REATERRO DE VALAS COM BRITA 2	m³	43,29	65,24	2.824,11
1.9	BOCA DE LOBO COM GRELHA	un	2,00	174,46	348,93
2. PAVIMENTAÇÃO					27.644,04
2.1	LASTRO DE BRITA 1 PARA FORRO	m³	8,64	65,24	563,57
2.2	SUB-BASE EM MACADAME SECO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	101,09	65,24	6.594,67
2.3	CAMADA DE BRITA 2 PARA BLOQUEIO - NIVELADA E COMPACTADA	m³	20,22	65,24	1.318,93
2.4	BASE EM BRITA GRADUADA - NIVELADA E COMPACTADA	m³	64,49	71,30	4.598,32
2.5	IMPRIMAÇÃO COM CM-30	m²	615,92	0,46	284,86
2.6	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RM-1C	m²	615,92	0,16	100,09
2.7	CAMADA ASFÁLTICA DE C.A.U.Q.	ton	76,99	154,24	11.874,75
2.8	TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO	m³	30,80	5,64	173,61
2.9	MEIO FIO DE CONCRETO	m	137,98	15,48	2.135,24
3. SINALIZAÇÃO					329,45
3.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	m²	8,64	18,20	157,23
3.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL	un	1,00	172,23	172,23
4. REDE DE ESGOTO SANITÁRIO					8.523,53
4.1	REDE DE PVC 150 mm	m	71,99	58,18	4.188,38
4.2	RAMAL DE LIGAÇÃO 100 mm	m	48,00	33,44	1.605,12
4.3	POÇO DE VISITA	un	1,00	2.730,03	2.730,03
VALOR DOS MATERIAIS DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA = R\$ 43.492,30					
VALOR POR M² DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (lançado) = 75,52					
VALOR POR METRO LINEAR DE TESTADA - LANÇADO = 302,07					
LARGURA DA VIA = 8,00 M					
FORRO = 3,00 CM					
MACADAME SECO = 15,00 CM					
BRITA GRADUADA = 10,00 CM					
CAMADA DE CAUQ = 5,00 CM					
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO = 575,92 m²					
SOMATÓRIO DAS TESTADAS = 143,98 m					



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**DIMENSIONAMENTO:**

- .      **Largura da Rua 8,00 M**
- **Forro= 3,00cm;**
- **Macadame seco= 15,00cm;**
- **Base de brita graduada =10,00cm; e**
- **Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.**

**4. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no *caput* do seu art. 74 como segue abaixo:

$$\text{CMI} = \text{VO} \times \text{AI}$$

**SAT**

**SENDO:**

**CMI** = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

**VO** = Custo Total da Obra

**AI**= Testada em metros lineares do imóvel

**SAT**= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

**CUSTO METRO QUADRADO** = R\$ 75,52 / m<sup>2</sup>.

**CUSTO METRO LINEAR** = R\$ 302,07 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

**5. OBSERVAÇÕES**

**6.1** – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

**6.2** – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do *valor total da obra (R\$ 43.492,30)*, pela *somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação (302,07ml)*.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

**6.3** - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

**6.4** - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente **projeto é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.**

**6.5** - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de **10% (dez por cento) e no máximo de 80%** (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

**6.6** - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, ou em 15 (quinze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de boleto bancário, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caçador.

<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA 0572 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>
<b>NOME DA CONTA</b>	<b>CAUÇÃO PAV. RUA ITÁ</b>
<b>Nº DA CONTA</b>	<b>358-1</b>

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

- a)** Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;
- b)** Início das obras de pavimentação da rua;

**6.7-** Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

**6.8** - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

**6.9** – Se, no prazo de 16 (dezesesseis) meses da publicação do presente edital, não houver sido integralizado o montante previsto no item 6.5, a Administração Municipal a seu critério, poderá revogar o presente edital, restituindo-se os valores eventualmente pagos, de forma individual aos seus depositantes, ***mediante a apresentação dos comprovantes originais dos pagamentos.***

**7. RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETARIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	PREÇO M/LINEAR	VALOR TOTAL	VALOR A VISTA c/20%	PARCELADO 15 VEZES
NELSON LUIZ FIGUEIREDO	001.02.073.0116.001	16,78	302,0700	5.068,73	4.054,99	337,92
KAREN ANDRINEIA OLIVEIRA E OUTROS	001.02.073.0131.001	15,00	302,0700	4.531,05	3.624,84	302,07
WILSON INSBERBER	001.02.073.0146.001	15,00	302,0700	4.531,05	3.624,84	302,07
PEDRO NEOTTI	001.02.073.0214.001	21,20	302,0700	6.403,88	5.123,11	426,93
TARCILA DE MELLO TASCA	001.02.029.0106.001	15,00	302,0700	4.531,05	3.624,84	302,07
EDSON ELEUTÉRIO FILHO	001.02.029.0061.001	15,00	302,0700	4.531,05	3.624,84	302,07
ALFREDO DOS SANTOS PEREIRA	001.02.029.0046.001	15,00	302,0700	4.531,05	3.624,84	302,07
GERSON CAPELETTI	001.02.029.0031.001	31,00	302,0700	9.364,17	7.491,34	624,28

Caçador (SC), 10 de novembro de 2014.

**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**  
Secretário da Fazenda

**LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA**  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

**CARLOS ALBERTO PEGORARO**  
Responsável pelo F.M.Pavimentação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR****TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados Rua **ITÁ**, no bairro MUNICIPIOS, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que **CONCORDAM** com os termos do **Edital de Caução**, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a **50%** (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETARIOS	ASSINATURA
NELSON LUIZ FIGUEIREDO	
KAREN ANDRINEIA OLIVEIRA E OUTROS	
WILSON INSBERBER	
PEDRO NEOTTI	
TARCILA DE MELLO TASCA	
EDSON ELEUTÉRIO FILHO	
ALFREDO DOS SANTOS PEREIRA	
GERSON CAPELETTI	

# Camboriú

## PREFEITURA

### ECM 012/14

#### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 012/2014

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA JOÃO BATISTA GANANCINI, no Bairro Lídia Duarte, totalizando 1.880,51m<sup>2</sup> (Um Mil Oitocentos e Oitenta e Cinquenta e Um Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

#### 2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

#### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA JOÃO BATISTA GANANCINI, que foram valorizados com a execução da obra.

#### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

#### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

#### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

#### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de

Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 210.798,28 (Duzentos e Dez Mil Setecentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos).

#### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

##### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

##### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 26 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

COTIZAÇÃO ECM 012/14

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

RUA - JOAO BATISTA GANANCI																
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRUÇÃO IR	ESCAVAÇÃO O DRENAGEM M³	REATERO DRENAGEM M.M³	BSTC 040 UNIDADE	BSTC 040 UNIDADE	CL UNIDADE BL UNIDADE	PAVIMENTAÇÃO			
													PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO CANCHA M		
1	01.07.007.0475.001	ELIAS CARDOSO	JOAO BATISTA GANANCI	19,00	57,00	1	FATOR	607,50	486,00	72	333	12	24	1.880,51	633,00	
2	01.07.007.0493.001	LUIZ FRANCISCO BENEVENUTI	JOAO BATISTA GANANCI	18,00	54,00	1,00	0,03084	1,00	18,73	14,99	2,22	10,27	0,37	0,74	57,99	19,52
3	01.07.007.0506.001	IVONETE OSORIO DO AMARAL	JOAO BATISTA GANANCI	13,00	39,00	1,00	0,02921	1,00	17,75	14,20	2,10	9,73	0,35	0,70	54,93	18,49
4	01.07.007.0519.001	ADEMIR LEITE	JOAO BATISTA GANANCI	13,00	39,00	1,00	0,02110	1,00	12,82	10,25	1,52	7,03	0,25	0,51	39,68	13,36
5	01.07.007.0533.001	ANDRINO PINHEIRO	JOAO BATISTA GANANCI	14,00	42,00	1,00	0,02272	1,00	13,80	11,04	1,64	7,57	0,27	0,55	42,73	14,38
6	01.07.007.0545.001	CRIO PAULO RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
7	01.07.007.0557.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
8	01.07.007.0569.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
9	01.07.007.0581.001	EDIBERTO RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
10	01.07.007.0593.001	ARNALDO SCHMIDT JUNIOR	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
11	01.07.007.0605.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
12	01.07.007.0617.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
13	01.07.007.0629.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
14	01.07.007.0641.001	ADELINA CIPRIANI RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
15	01.07.007.0653.001	MARCOS RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
16	01.07.007.0665.001	MARCOS RODE	JOAO BATISTA GANANCI	12,72	38,16	1,00	0,02064	1,00	12,54	10,03	1,49	6,87	0,25	0,50	38,82	13,07
17	01.07.007.0678.001	JULIO CESAR ANTONIO GERMER E OUTRO	JOAO BATISTA GANANCI	11,00	33,00	1,00	0,01785	1,00	10,85	8,68	1,29	5,94	0,21	0,43	33,57	11,30
18	01.07.007.0688.001	SALUO RAFAEL BENTO	JOAO BATISTA GANANCI	10,00	30,00	1,00	0,01623	1,00	9,86	7,89	1,17	5,40	0,19	0,39	30,52	10,27
19	01.07.007.0699.001	JANE HELENA DA SILVA	JOAO BATISTA GANANCI	11,00	33,00	1,00	0,01785	1,00	10,85	8,68	1,29	5,94	0,21	0,43	33,57	11,30
20	01.07.007.0709.001	MARI LEITE ALVES	JOAO BATISTA GANANCI	10,00	30,00	1,00	0,01623	1,00	9,86	7,89	1,17	5,40	0,19	0,39	30,52	10,27
21	01.07.007.0739.001	VERA LUCIA MELO	JOAO BATISTA GANANCI	30,00	90,00	1,00	0,04869	1,00	29,58	23,66	3,51	16,21	0,58	1,17	91,56	30,82
22	01.07.007.1567.001	MARIA APARECIDA DIAS DOS SANTOS	JOAO BATISTA GANANCI	18,50	55,50	1,00	0,03002	1,00	18,24	14,59	2,16	10,00	0,36	0,72	56,46	19,01
23	01.07.007.1549.001	LEOLDO DA CUNHA	JOAO BATISTA GANANCI	20,00	60,00	1,00	0,03246	1,00	19,72	15,77	2,34	10,81	0,39	0,78	61,04	20,55
24	01.07.007.0759.001	ODETE EPIFANIA DA SILVA	JOAO BATISTA GANANCI	20,00	60,00	1,00	0,03246	1,00	19,72	15,77	2,34	10,81	0,39	0,78	61,04	20,55
25	01.07.007.0771.001	CLAUDIO SEGOVIA	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
26	01.07.007.0783.001	JU-ARIA RODRIGUES FARIAS PIRES	JOAO BATISTA GANANCI	12,60	37,80	1,00	0,02045	1,00	12,42	9,94	1,47	6,81	0,25	0,49	38,45	12,94
27	01.07.007.0795.001	ELISBO DA SILVA FILHO	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
28	01.07.007.0807.001	ADILSON TEIXEIRA	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
29	01.07.007.0810.001	NEIVA TEREZINHA MARTELLI NADER	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
30	01.07.007.0831.001	MANOEL DOS PASSOS DA SILVA	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
31	01.07.007.0843.001	JOAO DOMINGUES FERNANDES	JOAO BATISTA GANANCI	12,70	38,10	1,00	0,02061	1,00	12,52	10,02	1,48	6,86	0,25	0,49	38,76	13,05
32	01.07.007.0855.001	JULIETA TEIXEIRA	JOAO BATISTA GANANCI	12,50	37,50	1,00	0,02029	1,00	12,32	9,86	1,46	6,76	0,24	0,49	38,15	12,84
33	01.07.007.0867.001	LEANDRA LORENÇETTI MENDES	JOAO BATISTA GANANCI	12,25	36,75	1,00	0,01988	1,00	12,08	9,66	1,43	6,62	0,24	0,48	37,39	12,58
34	01.07.007.0879.001	SEBASTIÃO ELIAS VAZ DOS SANTOS	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
35	01.07.007.0891.001	IRENE TEIXEIRA DA COSTA	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
36	01.07.007.0903.001	MARTA REGINA VELOSO	JOAO BATISTA GANANCI	12,00	36,00	1,00	0,01948	1,00	11,83	9,46	1,40	6,49	0,23	0,47	36,62	12,33
37	01.07.007.0915.001	FRANCISCO FELIPE GANANCI	JOAO BATISTA GANANCI	12,60	37,80	1,00	0,02045	1,00	12,42	9,94	1,47	6,81	0,25	0,49	38,45	12,94
38	01.07.007.0932.001	JORDECI BENTO PACHECO	JOAO BATISTA GANANCI	17,00	51,00	1,00	0,02759	1,00	16,76	13,41	1,99	9,19	0,33	0,66	51,88	17,46
39	01.07.007.0947.001	VALDIR ANTONIO DA SILVA	JOAO BATISTA GANANCI	15,40	46,20	1,00	0,02499	1,00	15,18	12,15	1,80	8,32	0,30	0,60	47,00	15,82
40	01.07.007.0959.001	ITAMAR AVELINO ROCHA	JOAO BATISTA GANANCI	12,70	38,10	1,00	0,02061	1,00	12,52	10,02	1,48	6,86	0,25	0,49	38,76	13,05
41	01.07.007.0977.001	ENILDO MANOEL ROSA	JOAO BATISTA GANANCI	18,50	55,50	1,00	0,03002	1,00	18,24	14,59	2,16	10,00	0,36	0,72	56,46	19,01
42	01.07.007.0989.001	VALDON ANTONIO	JOAO BATISTA GANANCI	14,00	42,00	1,00	0,02272	1,00	13,80	11,04	1,64	7,57	0,27	0,55	42,73	14,38
43	01.07.007.0999.001	JOSE ANTONIO BARCELO	JOAO BATISTA GANANCI	10,00	30,00	1,00	0,01623	1,00	9,86	7,89	1,17	5,40	0,19	0,39	30,52	10,27
44	01.07.007.1031.001	SANTO INACIO GERVASI E SANDRA	JOAO BATISTA GANANCI	22,50	67,50	1,00	0,03652	1,00	22,18	17,75	2,63	12,16	0,44	0,88	68,67	23,11
TODAS					32,00											
ÁREA COMUM ESQUINAS				616,17	1.880,51	1,00										
TOTAL								607,50	486,00	72,00	333,00	12,00	24,00	1.880,51	633,00	1.880,51
VALOR UNITÁRIO								16,96	22,89	60,18	67,17	448,01	600,07	1,56	25,18	65,95
VALOR SUB-TOTAL								120.303,20	111.254,54	4.332,96	22.367,61	5.376,12	14.407,68	2.933,60	15.938,94	120.019,63
VALOR TOTAL (R\$)																210.798,28

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### PREGÃO 115/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
 AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014  
 MODALIDADE PREGÃO (presencial)

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e serviço de torneiro (mão de obra auxiliar), conforme relação abaixo:

IT	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	450	hora	Serviço de torno e usinagem de peças para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos.	R\$ 35,00	R\$ 15.750,00
02	500	hora	Outros serviços de torneiro (mão de obra auxiliar)	R\$ 25,00	R\$ 12.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 28.250,00	

- Critério julgamento: MENOR VALOR GLOBAL

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 09/12/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 09/12/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão

acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 115/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 27 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

### LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LC Nº 006/02 NO TOCANTE AO RECRUTAMENTO DE PESSOAL EM REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lei Complementar nº. 006, de 19 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 301. O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos deste capítulo, obedecerá aos termos dos arts. 15 a 21 desta Lei".

Art. 2º. Ficam revogados os §§ 2º e 3º do Art. 301 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
 25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA O ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º) O Anexo III da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, passa a vigorar conforme o anexo integrante da



presente Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG00000
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo.	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente.	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Casa da Cidadania e da Junta Militar	Chefia	FG-1
11	01	Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde	Chefia	FG-1
12	01	Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.	Chefia	FG-1

14	01	Chefe do Serviço de Serviços Públicos	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço do Núcleo de Informática.	Chefia	FG-1
16	01	Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde	Chefia	FG-1
17	01	Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental	Chefia	FG-1
18	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 1.269,54

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 112/2014

#### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 112/2014)

Às 10:00 do dia 26/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material didático pedagógico para as escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 113/2014

#### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 113/2014)

Às 14:00 do dia 26/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de higiene e limpeza para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio



**DECRETO Nº 8.682 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.648 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
	TOTAL	R\$ 14.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
	TOTAL	R\$ 14.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

MANTÉM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

Art. 1º. Fica mantido, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. (RPPS), incluídas suas autarquias e fundações, de caráter contributivo, em cumprimento às disposições contidas na Constituição da República.

Parágrafo único. O RPPS tem por finalidade máxima assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e falecimento, observados os preceitos estabelecidos nesta Lei e nas determinações editadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 2º. O RPPS rege-se pelos seguintes princípios:

I - fundamentação em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial;

II - equidade na forma de participação no custeio;

III - caráter democrático da administração, com participação de representantes da Administração Pública e dos servidores, ativos e inativos, nos órgãos colegiados;

IV - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

V - impossibilidade de concessão de benefícios que não estejam previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), salvo disposição em contrário da Constituição da República;

VI - valor dos benefícios não inferior ao do salário-mínimo;

VII - pleno acesso dos beneficiários às informações relativas à

gestão do RPPS.

### **TÍTULO II DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL CAPÍTULO ÚNICO**

Art. 3º. Fica mantido nos termos desta Lei, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, detentora de autonomia financeira e administrativa. Parágrafo único. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre será denominado pela sigla IPRECAL, e terá por fim a administração do RPPS.

### **TÍTULO III DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

#### **CAPÍTULO I DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 4º. Os beneficiários do IPRECAL classificam-se como segurados ou dependentes, nos termos das Seções I e III deste Capítulo.

#### **Seção I Dos Segurados**

Art. 5º. É segurado do IPRECAL:

I - o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II - o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo detentor de estabilidade;

III - o segurado-inativo, assim classificado o servidor que tenha se aposentado pelo IPRECAL, em face de sua condição de segurado ativo.

§ 1º Fica mantido o repasse mensal do Município ao IPRECAL, instituído pela Lei nº 2.934/2004, referente aos 16 (dezesesseis) servidores inativos e 04 (zero quatro) pensionistas que se encontravam na folha de pagamento daquele órgão quando da publicação da Lei nº 2.537/2001, cujos benefícios foram concedidos com base nas Leis Municipais anteriores.

§ 2º Na medida em que os benefícios previdenciários forem sendo extintos, o repasse do Tesouro Municipal para o IPRECAL reduzirá na mesma razão dos valores dos proventos extintos.

§ 3º Os dependentes que recebem proventos de pensão concedidos pelo IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - permanecerão recebendo-os por aquele órgão até a data de extinção de seus benefícios.

§ 4º O segurado-inativo que voltar a ocupar cargo de provimento efetivo acumulável, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República deverá contribuir ao IPRECAL em relação a este cargo, respeitando-se o limite legal estabelecido para o recebimento de proventos.

§ 5º O segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre/SC, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que for nomeado para exercer cargo em comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, contribuirá exclusivamente sobre o valor da remuneração de contribuição do cargo de provimento efetivo, não agregando para nenhum efeito aposentatório a remuneração do cargo em comissão.

§ 6º O segurado-inativo, caracterizado no inciso III do caput deste artigo, que retornar à Administração como ocupante de cargo em comissão, contribuirá ao IPRECAL apenas sobre os proventos de aposentadoria, observado o limite do art. 84, inciso II.

§ 7º Os servidores titulares de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração e o servidor ativo titular de cargo temporário ou de emprego público, contribuirão para o Regime Geral de Previdência (RGPS).

Art. 6º. Para o servidor público que se encontrar licenciado temporariamente para o exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração, nas hipóteses e nos prazos de afastamento ou licenciamento previstos na Lei Complementar Municipal nº 006, de 19/09/2002 e suas atualizações, a contribuição previdenciária ao RPPS é facultativa.

§ 1º Independentemente da opção do servidor licenciado em contribuir ou não ao IPRECAL, conforme parágrafos subsequentes, fica obrigado a comunicar por escrito ao Instituto a sua decisão, ainda que opte pelo não recolhimento.

§ 2º Caso o segurado queira computar o tempo de contribuição para fins de aposentadoria relativos ao período de afastamento/licenciamento, deverá promover o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas nos artigos 83 e 84, inciso I, sendo obrigatório a comunicação escrita ao IPRECAL, através de requerimento por escrito, até a data de início da licença.

§ 3º O recolhimento pelo servidor das alíquotas de contribuição conforme o parágrafo anterior deste artigo, não lhe possibilita o cômputo deste período pra preenchimento do requisito de 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, para fins de concessão do benefício.

## Seção II

### Da Perda da Qualidade de Segurado

Art. 7º. A perda da qualidade de segurado decorrerá:

I - para o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pela vacância do cargo público por:

- a) exoneração;
- b) demissão;
- c) falecimento.

II - para os segurados inativos por:

- a) sentença judicial transitada em julgado;
- b) falecimento.

§ 1º Apenas será concretizada a perda da qualidade de segurado, após o efetivo trâmite administrativo necessário para gerar a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal.

§ 2º A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, todavia não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos, ainda na qualidade de segurado.

§ 3º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção de aposentadoria na forma do parágrafo anterior.

## Seção III

### Dos Dependentes

Art. 8º. São beneficiários do IPRECAL, na condição de dependentes do segurado:

- I - o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
- II - os pais; ou
- III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 2º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com segurado ou segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da CF/88.

§ 3º Considera-se união estável aquela verificada entre homem e mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou que tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 4º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 5º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado quando, além de comprovar a dependência econômica apresentar o termo de tutela.

§ 6º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão de nascimento de filho havido em comum;
- b) certidão de casamento religioso;
- c) declaração de Imposto de Renda do segurado em que conste o dependente;
- d) disposições testamentárias;
- e) anotações constantes da Carteira de Previdência e Assistência Social;
- f) informações prestadas na Ficha de Inscrição do IPRECAL;
- g) prova do mesmo domicílio;
- h) declaração especial feita perante tabelião;
- i) prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- j) procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- k) conta bancária conjunta;
- l) registro em associação de qualquer natureza, onde constem informações sobre o dependente;
- m) apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e o dependente como seu beneficiário;
- n) escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado, em nome do dependente.

§ 7º Os documentos constantes das alíneas anteriores deverão ser apresentados no mínimo de 3 (três).

## Seção IV

### Da Perda da Qualidade de Dependente

Art. 9º. A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o (a) cônjuge:

- a) pelo divórcio ou pela separação judicial, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
- b) pela anulação do casamento;
- c) pelo óbito;
- d) por sentença judicial transitada em julgado.

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, salvo se inválidos:

- a) ao completarem vinte e um anos de idade;
- b) pela emancipação.

Art. 10. Para os dependentes em geral, ocorre a perda dessa qualidade:

- a) pela cessação da invalidez;
- b) por ordem judicial;
- c) pela renúncia expressa;
- d) pela cessação da dependência econômica;
- e) pelo falecimento.

#### Seção V Da Filiação ao IPRECAL

Art. 11. Filiação é o vínculo que se estabelece entre os segurados e dependentes e o IPRECAL, do qual decorrem direitos e obrigações.

§ 1º A filiação dos segurados ao IPRECAL decorre, automaticamente, da investidura em cargo de provimento efetivo no Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, e se consolida com o pagamento das contribuições.

§ 2º O segurado que for investido em cargos de provimento efetivo que possam ser acumuláveis será, obrigatoriamente, filiado em relação a cada um deles.

§ 3º A filiação dos dependentes ao IPRECAL decorre da filiação dos segurados.

#### Seção VI Da Inscrição no IPRECAL

Art. 12. Considera-se inscrição o ato administrativo através do qual o segurado e os dependentes são cadastrados no IPRECAL, mediante a comprovação de dados pessoais e funcionais necessários e úteis à sua identificação, observando-se a contemporaneidade de tais atos.

§ 1º Caso o óbito do segurado ocorra antes da investidura no cargo de provimento efetivo será vedada sua inscrição post mortem, decaindo o direito de seus dependentes de sua filiação.

§ 2º Caso o óbito do segurado ocorra após a investidura no cargo de provimento efetivo, mas seja comprovado o efetivo exercício do cargo, será promovida a inscrição post mortem do servidor, tornando-o segurado do IPRECAL, e por consequência garantindo-se o pagamento da pensão por morte aos seus dependentes, se houver.

Art. 13. Os dependentes serão inscritos mediante a remessa pelo segurado dos documentos pessoais que comprovem tal condição perante o IPRECAL.

§ 1º O fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes do segurado-ativo deve ser comunicado ao IPRECAL, por ato de ofício do Departamento de Pessoal, com as provas cabíveis, ou por iniciativa do segurado.

§ 2º O segurado-inativo deverá comunicar ao IPRECAL qualquer fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes, com as provas cabíveis, que demonstrem a perda da qualidade de dependente.

§ 3º O segurado que indicar a inscrição dos pais ou irmãos deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o IPRECAL.

§ 4º Os dependentes excluídos de tal condição em razão desta Lei têm suas inscrições tornadas nulas de pleno direito.

§ 5º Ocorrendo o falecimento do segurado, sem que tenha sido feita a inscrição do dependente, cabe a este promovê-la, através da instauração de processo administrativo que deverá ser iniciado com requerimento junto ao IPRECAL, instruído com documentos que comprovem tal condição.

#### CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS

Art. 14 O Regime Próprio de Previdência Social do Município, no que concerne à concessão dos benefícios aos seus segurados e dependentes, compreenderá os seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição e idade;
- d) aposentadoria por idade;
- e) salário maternidade;
- f) auxílio doença;
- g) salário família.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio reclusão.

#### Seção I Da Aposentadoria Por Invalidez

Art. 15. A aposentadoria por invalidez será concedida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapacitado total e definitivamente para executar qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Campo Alegre/SC. e, que não seja passível de readaptação em qualquer outra função, de acordo com a orientação do médico perito do IPRECAL e vigorará a partir da publicação do Decreto ou Portaria de vacância por aposentadoria.

Art. 16. A incapacidade que ensejará a aposentadoria por invalidez poderá ser decorrente de:

I - acometimento das seguintes doenças ou afecções, especificadas pelos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS, ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;

II - acidente em serviço ou moléstia profissional;

III - nenhum dos casos acima elencados nos incisos acima, porém trata-se de invalidez total e permanente proveniente de doença incapacitante.

§ 1º Entende-se como acidente em serviço, aquele que ocorre pelo desenvolvimento de atividades a serviço da Administração Municipal, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução permanente da capacidade para o desenvolvimento de suas funções.

§ 2º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei, os casos abaixo previstos, mediante comprovação de sua ocorrência através de processo administrativo, instaurado pelo IPRECAL:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a



causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor, desde que não haja desvio de percurso no trajeto normal.

§ 3º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 4º Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social.

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:

- a) a doença degenerativa;
- b) a inerente a grupo etário;
- c) a que não produza incapacidade laborativa.

Art. 17. Os proventos de aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, elencadas no inciso I do art.16, quando corresponderá à integralidade da remuneração de contribuição do segurado.

Parágrafo único: A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao IPRECAL não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, e haja nexo causal entre a atividade desenvolvida e a incapacidade, a serem devidamente atestados pela perícia médica do Instituto.

Art. 18. A manutenção da aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da existência da incapacidade atestada quando da concessão do benefício, mediante exame médico-pericial a cargo do IPRECAL, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 1º Se a perícia-médica do IPRECAL concluir pela recuperação da

capacidade laborativa, total ou parcial, para o serviço público, o servidor será encaminhado de ofício ao Departamento de Recursos Humanos para o devido processo de reversão, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º Se a perícia-médica do IPRECAL concluir que a doença incapacitante causadora da aposentadoria por invalidez não mais persiste no diagnóstico do segurado e tenha este recuperado a capacidade laborativa o benefício será cessado, e, no caso de alteração da doença incapacitante, com a persistência da incapacidade laborativa, o benefício será revertido para a modalidade cabível.

Art. 19. O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a perícia, pelos menos uma vez a cada ano, a critério do IPRECAL.

§ 1º Caso o segurado aposentado por invalidez se julgar apto para retornar à atividade, este deverá solicitar a realização de nova avaliação médico-pericial.

§ 2º O segurado que retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo poderá, a qualquer tempo, requerer novo benefício, de qualquer natureza, tendo este processamento normal.

§ 3º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionada à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 4º O aposentado que voltar a exercer qualquer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez cessada, a partir da data do retorno, inclusive em exercício de cargo eletivo.

## SEÇÃO II

### Da Aposentadoria Compulsória

Art. 20 O segurado será compulsoriamente aposentado, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do art. 55 e seus parágrafos.

Parágrafo único: A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade mencionada no caput deste artigo.

## SEÇÃO III

### Da Aposentadoria Por Tempo de Contribuição e Idade

Art. 21. A aposentadoria por tempo de contribuição e idade, com proventos calculados na forma do Art. 55 e seus parágrafos, será devida ao segurado, desde que preencha cumulativamente os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

II - cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior e no artigo 58, § 2º desta Lei considera-se função de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimentos de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de assessoramento pedagógico.

**SEÇÃO IV****Da Aposentadoria Por Idade**

Art. 22 A aposentadoria por idade, com proventos calculados na forma do Art. 55 e seus parágrafos, será devida ao segurado, desde que preencha cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;
- II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
- III - sessenta e cinco anos de idade se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

**SEÇÃO V****Da Pensão Por Morte**

Art. 23. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos no Art. 8º e seus incisos, quando do seu falecimento e consistirá numa renda mensal correspondente à:

I - totalidade dos proventos percebidos pelo segurado inativo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou

II - totalidade da remuneração de contribuição de que trata o Art. 54, parágrafo único, inciso I, percebida pelo segurado no cargo efetivo na data anterior a do óbito, caso em atividade, até o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

§ 1º Na hipótese de cálculo de pensão oriunda de falecimento de servidor em atividade, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, de outras parcelas de natureza temporária, ou do abono de permanência de que trata o art. 63, bem como a incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente naquela data, vedado qualquer revisão do benefício em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS, em data posterior.

§ 3º Em caso de falecimento de segurado em exercício de cargos acumuláveis ou que acumulava proventos ou remuneração com proventos decorrentes de cargos acumuláveis, o cálculo da pensão será feito separadamente, por cargo ou provento, conforme incisos I e II deste artigo.

§ 4º Será concedida pensão provisória nos seguintes casos:

- I - por ausência de segurado declarada em sentença; e
- II - por morte presumida do segurado decorrente do seu desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe, devidamente noticiados.

§ 5º A pensão provisória será transformada em definitiva quando declarado o óbito do segurado ausente ou daquele cuja morte era presumida, por decisão judicial, e será cessada na hipótese do eventual reaparecimento do segurado, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo se comprovado má-fé por parte dos beneficiários.

Art. 24. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar da data:

- I - do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;
- II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
- III - da decisão judicial, no caso de declaração de ausência;
- IV - da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea da data do ocorrido e, observando-se os prazos de requerimento previstos

nos incisos anteriores.

Art. 25. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

Parágrafo único: A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos, para o novo beneficiário, a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 26. O beneficiário da pensão provisória de que trata o § 4º do Art. 23 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao IPRECAL o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente pelo ilícito.

Art. 27 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observadas as disposições do Art. 24.

Art. 28. Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até 02 (duas) pensões no âmbito do RPPS, vedada a acumulação de pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 29. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica, quando for o caso.

Parágrafo único. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Art. 30. Não terá direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do segurado, estiver dele divorciado ou separado judicialmente, exceto se recebia pensão alimentícia deste.

Art. 31. A pensão devida à dependente incapaz, em decorrência da interdição judicial, deverá ser paga ao curador, mediante apresentação termo de curatela, ainda que provisório.

Parágrafo único. Quando terminar o processo de interdição fica obrigado o curador a apresentar o termo definitiva de curatela, num prazo máximo de 30 dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, sob pena de suspensão do benefício.

Art. 32. Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

**Seção IV****Do auxílio Reclusão**

Art. 33. O auxílio reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber vencimento, nem estiver em gozo de auxílio doença, aposentadoria ou abono de permanência, pagos pelo IPRECAL, desde que a sua última remuneração de contribuição seja igual ou inferior a R\$ 1.025,81 (hum mil, vinte e cinco reais e oitenta e um centavos).

§ 1º É devido auxílio reclusão aos dependentes do segurado quando não houver vencimento na data do seu efetivo recolhimento à prisão, desde que mantida a qualidade de segurado.

§ 2º O pedido de auxílio reclusão deve ser instruído com certidão de efetivo recolhimento do segurado à prisão, firmada pela autoridade competente, além dos documentos pessoais do segurado.

§ 3º Aplicam-se ao auxílio reclusão as normas referentes à pensão por morte, sendo necessário, no caso de habilitação de dependentes após a reclusão ou detenção do segurado, a preexistência da dependência econômica, observado o disposto no Art. 8º,

## Parágrafo 6º desta Lei.

Art. 34 A data de início do benefício será fixada na data do efetivo recolhimento à prisão, se requerido até trinta dias depois desta data, ou na data do requerimento, se posterior.

Art. 35 O auxílio reclusão é devido apenas durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semi-aberto.

Art. 36 O auxílio reclusão será mantido enquanto o segurado permanecer detento ou recluso.

§ 1º O beneficiário deverá apresentar trimestralmente atestado de que o segurado continua detido ou recluso, firmado pela autoridade competente.

§ 2º No caso de fuga, o benefício será suspenso e, se houver recaptura do segurado, será restabelecido a contar da data em que isto ocorrer, desde que ainda mantenha a qualidade de segurado.

Art. 37 Falecendo o segurado detido ou recluso, o auxílio reclusão que estiver sendo pago será automaticamente convertido em pensão por morte.

Art. 38. É vedada a concessão do auxílio reclusão após a soltura do segurado.

Art. 39. Aplica-se ao auxílio reclusão, no que se refere aos limites de remuneração para fins de percepção do benefício, conforme Art. 33 desta Lei, os mesmos valores definidos pelo Regime Geral de Previdência Social à época da concessão do benefício.

Parágrafo único. Aplica-se também, no que couberem, para a concessão deste benefício, na ausência de dispositivo normativo desta Lei, as regras previstas no Regime Geral de Previdência Social, dispostas na Lei nº 8.213/91 e demais legislação pertinente.

## Seção VII

## Do Auxílio-Doença

Art. 40. O auxílio doença será concedido ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, sendo mantidos seus vencimentos integrais, podendo ser concedido a pedido ou de ofício, após a conclusão do médico perito do IPRECAL, manifestada em laudo pericial.

§ 1º O laudo de que trata o caput deste artigo deverá constar:

I - o nome do servidor;

II - o período de afastamento;

III - a doença ou moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, indicando o CID.

§ 2º No caso do auxílio-doença advir de problema odontológico, o caso será apreciado pelo detentor do cargo de provimento efetivo de dentista junto ao Município, que emitirá seu parecer, concedendo ou não o benefício.

§ 3º Fica expressamente proibido, durante o período de afastamento em virtude auxílio-doença, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno, quando for o caso, bem como exercício de outro cargo, emprego ou função na Administração Municipal.

Art. 41. O auxílio-doença será pago:

I - até o 15º dia, pelos cofres da Prefeitura Municipal;

II - a partir do 16º dia, pelo Instituto de Previdência Social dos

## Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art. 42. O servidor em gozo de auxílio-doença não poderá recusar-se a realizar perícias médicas quando solicitado pelo IPRECAL sob pena de suspensão do benefício.

Parágrafo único. Em todas as perícias médicas o servidor, às suas expensas, poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança.

Art. 43. O recebimento do auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez, conforme conclusão do médico perito do IPRECAL.

## Seção VIII

## Do Salário Família

Art. 44. Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado do IPRECAL, que tenha remuneração igual ou inferior a R\$ 1.025,81 (hum mil, vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado, menor de 14 anos ou inválido, de qualquer idade, equivale a:

I - R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para o segurado com vencimento ou provento mensal não superior a R\$ 682,50 (seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos);

II - R\$ 24,66 (vinte e quatro reais e sessenta centavos) para o segurado com vencimento, ou provento mensal superior a R\$ 682,51 (seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) e igual ou inferior a R\$ 1025,81 (hum mil, vinte e cinco reais e oitenta e um centavos).

§ 2º Os valores das cotas definidos nos incisos anteriores será corrigido, na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios de salário-família pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 45. Quando pai e mãe forem segurados do IPRECAL e viverem juntos, o salário-família será pago a ambos.

Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a quem ficar com a guarda do menor, mediante apresentação do respectivo Termo.

Art. 46. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base de cálculo para qualquer contribuição.

Art. 47. O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Art. 48. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou inválido, assim como a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado.

Parágrafo único. Em se tratando de filho inválido a concessão do benefício fica condicionada à verificação da incapacidade pelo médico perito do IPRECAL.

## SEÇÃO IX

## Do Salário Maternidade

Art. 49. Será concedido salário maternidade à servidora gestante

e à servidora mãe, seguradas do IPRECAL por 120 (cento e vinte) dias consecutivos em decorrência da gestação e por nascimento de seu filho.

Art. 50. Ao segurado ou segurada do RPPS que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 51. O pagamento do salário maternidade poderá ter início no primeiro dia do 9º mês da gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 1º No caso de nascimento prematuro, o pagamento do benefício terá início a partir do parto.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção, o início do benefício será na data da sentença da adoção ou guarda judicial.

Art. 52. A licença-maternidade, bem como o salário-maternidade, não poderão ser cumulados com benefício por incapacidade (auxílio doença) concedido pelo IPRECAL ou com qualquer outra licença concedida pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento da licença ou do salário maternidade, o benefício de auxílio doença deverá ser suspenso, enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias.

#### SEÇÃO X Do Abono Anual

Art. 53. O abono anual será devido àquele segurado que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão e salário maternidade, pagos pelo IPRECAL.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor de referência será o do mês da cessação.

### CAPÍTULO III SEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO E DA ATUALIZAÇÃO

Art. 54. Para o cálculo dos benefícios, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações de contribuições do servidor.

Parágrafo único: Para efeito desta Lei, entende-se por remuneração-de-contribuição:

- I - para o segurado-ativo, definido nos incisos I e II do Art. 5º desta Lei, o valor do vencimento do cargo efetivo, acrescido do Adicional por Tempo de Serviço, e de todas as vantagens de caráter permanente, na forma estabelecida na legislação municipal em vigor;
- II - para o segurado inativo, definido no inciso III do Art. 5º desta Lei, o valor dos proventos de aposentadoria,
- III - para os dependentes, o valor da pensão por morte.

Art. 55. No cálculo dos proventos de aposentadoria será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80%

(oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 2º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência em o servidor esteve vinculado.

Art. 56. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo inicial dos proventos serão devidamente atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

- I - inferiores ao valor do salário mínimo;
- II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo Ente; ou
- III - superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º Os proventos, calculados de acordo com o caput do Art. 55, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

#### SEÇÃO II Da Atualização Dos Benefícios

Art. 57. Os proventos de aposentadoria e pensões concedidos com base nos Artigos 20, 21, 22, 23 e 58 serão reajustados, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a variação do índice definido em Lei pelo Município.

Parágrafo Único. Os benefícios de aposentadoria por invalidez concedidos com base na EC 41/03 e em manutenção nesta data serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no Art. 37, Inciso XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

#### CAPÍTULO I Das Regras DE Transição

Art. 58. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o Art. 55, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e



oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no inciso III do Art. 21 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O segurado professor, que até 16/12/1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até aquela data com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 2º do Art. 21 desta Lei.

Art. 59. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 21 ou pelas regras estabelecidas pelo Art. 58, o servidor que tenha ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do Art. 21 desta Lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Art. 60. Os proventos de aposentadoria e pensões concedidos com base no artigo anterior serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no Art. 37, Inciso XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 61. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo Art. 21 ou pelas regras estabelecidas pelos Artigos 58 e 59 desta Lei, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do Art. 21, Inciso III, desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no Art. 60 desta lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 62. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41/03, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

## CAPÍTULO V

### Abono de Permanência

Art. 63. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos Artigos 21 e 58 e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

§ 1º O abono de permanência também será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41/03, tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 62, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do requerimento pelo segurado e o cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção expressa do servidor pela permanência em atividade.

§ 4º Caso o segurado tenha tempo de contribuição a outro Regime Previdenciário, o pagamento do abono, além do preenchimento dos requisitos para a obtenção do benefício, fica condicionado à apresentação das respectivas Certidões ao Ente Municipal para a devida averbação.

§ 5º Cessará o direito ao pagamento do abono de permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

#### Seção I

##### Dos requisitos

Art. 64. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do IPRECAL.

Art. 65. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do Regime Próprio de que trata esta lei.

Art. 66. O tempo de contribuição Federal, Estadual ou Municipal

será contado para efeito de aposentadoria.

Art. 67. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 68. Além do disposto nesta Lei, o IPRECAL observará no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 69. Para efeito do benefício de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na Lei Federal nº 9.796/99.

Art. 70. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao IPRECAL e descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecido por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus.

## Seção II Do Tempo de Contribuição/Serviço

Art. 71. Considera-se tempo de serviço o tempo em que o segurado desenvolveu atividades públicas ou privadas, contado de data a data, desde o início até a data da publicação do decreto ou portaria de vacância do cargo de provimento efetivo por aposentadoria ou óbito.

Art. 72. O segurado terá direito de computar, para fins de concessão dos benefícios do RPPS, o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social e aos Regimes Próprios de Previdência Social Municipais, Estaduais, do Distrito Federal ou da União prestados sob a égide de qualquer regime jurídico.

Parágrafo único. Considera-se tempo de contribuição o contado de data a data, desde o início do efetivo exercício do cargo efetivo até a data do requerimento de aposentadoria ou do desligamento, conforme o caso, descontados os períodos seguintes:

I - na Administração Pública, todo e qualquer tipo de afastamento sem recebimento de vencimentos, salvo se forem realizadas contribuições ao regime próprio de previdência ou se existirem contribuições obrigatórias legalmente previstas durante este período;  
II - na atividade privada, os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão e interrupção de contrato de trabalho, anotados na CTPS, salvo se caracterizada a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social relativo ao período.

Art. 73. O tempo de contribuição será contado conforme as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem de tempos fictícios, em dobro ou em condições especiais;  
II - é vedada a contagem de tempo contribuição no serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;  
III - não será contado pelo RPPS o tempo de contribuição utilizado por outro regime previdenciário para a concessão de qualquer prestação previdenciária.

§ 1º. O segurado que completou os requisitos para se aposentar até 16/12/1998, poderá contar, para efeitos de contagem de tempo de contribuição, em qualquer tempo que efetue seu requerimento de aposentadoria, a licença-prêmio em dobro, prevista pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Para fins de aposentadoria, a apuração do tempo de contribuição será feita em dias, que serão convertidos em anos.

§ 3º O ano, para efeito desta Lei, será considerado de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, não sendo permitida qualquer forma de arredondamento.

## Seção III Das Regras Gerais sobre as Prestações

Art. 74. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do Regime Próprio de que trata esta Lei com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo único. São ressalvados da aplicação do caput deste artigo os cargos acumuláveis na forma da Constituição da República, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 75. A remuneração-de-contribuição, definida no Art. 54 desta Lei, a ser considerada para cálculo dos benefícios será referente ao mês imediatamente anterior ao da concessão do benefício, com as atualizações devidas até a data da vacância do cargo.

Art. 76. O valor dos proventos não recebido em vida pelo segurado somente será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da Lei Civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante Alvará Judicial.

Art. 77. Os benefícios sempre serão devidos em moeda corrente nacional e serão pagos até o décimo dia do mês subsequente.

§ 1º Os benefícios serão pagos mediante depósito em conta corrente ou mediante qualquer outra autorização de pagamento definida pelo IPRECAL.

§ 2º Os pagamentos dos benefícios de prestação continuada não poderão ser antecipados.

Art. 78. Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, o IPRECAL poderá notificar o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, de acordo com o procedimento administrativo a ser instaurado, bem como poderá estabelecer o competente procedimento judicial.

Art. 79. Os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes são inalienáveis, sendo nula de pleno direito a venda, a cessão ou a constituição de qualquer ônus, com exceção das seguintes:

I - contribuições devidas pelos beneficiários ao IPRECAL;  
II - pagamentos de benefícios além do devido;  
III - imposto de renda retido na fonte;  
IV - alimentos decorrentes de sentença judicial;  
V - mensalidades de associações, demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, outros débitos, desde que autorizadas por seus filiados.

## TÍTULO IV DO CUSTEIO DO RPPS

### CAPÍTULO I DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 80. O plano de custeio do RPPS será aprovado anualmente por Lei, dela devendo constar obrigatoriamente o Regime Financeiro adotado e o respectivo cálculo atuarial.

Art. 81. O custeio do plano será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- I - contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações;
- II - contribuições mensais dos segurados ativos;
- III - contribuições mensais dos segurados inativos na forma prevista no Art. 84, Inciso II desta Lei;
- IV - contribuições mensais dos dependentes, desde que em gozo de benefício;
- V - doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;
- VI - receitas decorrentes de investimentos e aplicações patrimoniais;
- VII - receitas decorrentes do ativo imobiliário;
- VIII - juros e correção monetária decorrentes de contribuições recebidas em atraso;
- IX - receitas decorrentes da compensação financeira com outros regimes previdenciários;
- X - bens, direitos e ativos;
- XI - outros recursos consignados no orçamento do Município.

§ 1º Os recursos financeiros do IPRECAL serão aplicados diretamente ou por instituição financeira especializada, oficial ou privada, de modo assegurar-lhes segurança, rentabilidade, liquidez, solvabilidade e transparência.

§ 2º As receitas financeiras do IPRECAL serão depositadas em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento, oficial ou privado, de crédito.

§ 3º Os juros indicados no inciso VIII corresponderão a 1% (um por cento) ao mês, e a correção monetária terá por indexador o IGP-M, ou qualquer outro que o substitua.

Art. 82. Toda e qualquer contribuição vertida para o IPRECAL deverá ser utilizada apenas para o pagamento de benefícios previdenciários, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção, que será caracterizada como taxa de administração.

§ 1º O valor anual da taxa de administração de que trata este artigo será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados e dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei, com base no exercício financeiro anterior, e será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do IPRECAL.

§ 2º - O RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

§ 3º - O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a taxa de administração do RPPS representará utilização indevida dos recursos previdenciários.

Art. 83. A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 22,00% (vinte e dois por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, a ser realizada até o décimo dia do mês subsequente ao do exercício.

Parágrafo único. O não recolhimento das contribuições ao IPRECAL pelo Município de Campo Alegre/SC., compreendida em sua Administração Direta e Indireta, nas datas e condições previstas nesta Lei implicará na caracterização de inadimplência, gerando responsabilidade civil, administrativa e penal sobre quem a tenha dado causa.

Art. 84. A contribuição do segurado é obrigatória e corresponderá:

I - para o segurado-ativo, classificado nos Incisos I e II do Art. 5º, 11% (onze por cento) da remuneração-de-contribuição, definida no art. 54;

II - para o segurado-inativo e pensionista, classificado no Inciso III do Art. 5º, 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o Art. 201 da Constituição Federal;

§ 1º A contribuição do segurado-ativo filiado a mais de um cargo de provimento efetivo, nos casos de acumulação permitida pela Constituição da República, corresponderá ao produto da alíquota fixada no inciso I deste artigo sobre o somatório das respectivas remunerações de contribuição.

§ 2º Não se permitirá a antecipação do pagamento das contribuições para fim de percepção de qualquer benefício.

§ 3º A incidência das contribuições será realizada até o décimo dia de cada mês subsequente ao do exercício.

§ 4º A remuneração-de-contribuição não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao menor vencimento dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos Poderes do Município de Campo Alegre.

Art. 85. Incidirá contribuição sobre as seguintes verbas recebidas pelos segurados:

I - o Abono Anual referido no art. 53, bem como sobre a Gratificação Natalina paga aos servidores em atividade;

II - as férias, não incidindo sobre o abono e pecúnia, se requerido e deferido pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A incidência da contribuição sobre a remuneração correspondente às férias ocorrerá no mês em que elas se referirem, mesmo quando pagas antecipadamente.

Art. 86. Não incidirá contribuição sobre os valores pagos a título de salário-família.

## CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Art. 87. O patrimônio do IPRECAL é constituído das receitas apontadas no Art. 81 desta Lei, não podendo ter aplicação diversa das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O plano de aplicação do patrimônio, estruturado dentro das técnicas atuariais, integrará o plano de custeio.

§ 2º É vedado, em relação aos recursos patrimoniais:

- a) a sua utilização para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, incluídas suas autarquias e fundações, seu Poder Legislativo e aos beneficiários;
- b) a sua aplicação em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;
- c) a sua utilização para pagamento de prestações de assistência médica.

§ 3º Os bens patrimoniais do IPRECAL só poderão ser gravados ou alienados por proposta de seu Diretor, aprovada pelo Conselho Administrativo e Fiscal de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

## CAPÍTULO III DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 88. O passivo atuarial do IPRECAL conterà as contas necessárias a serem definidas pelo competente cálculo atuarial, a ser

realizado por profissional gabaritado.

Parágrafo único. O superávit atuarial ou o déficit atuarial, contabilmente controlado, mensurará o excedente ou a insuficiência de valores patrimoniais destinados à cobertura das reservas necessárias para a equilibrada gestão do plano de custeio.

Art. 89. Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do IPRECAL e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;  
II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores, e demais atos normativos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social;  
III - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do Município;  
IV - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;  
V - o IPRECAL deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do seu patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:

- a) balanço orçamentário;
- b) balanço financeiro;
- c) balanço patrimonial; e
- d) demonstração das variações patrimoniais.

VI - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o IPRECAL deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício.

VII - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos, necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

IX - realização da identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os segurados-inativos e dependentes, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de aposentadorias e pensões pagos;

Parágrafo único. As avaliações atuariais e auditorias contábeis referidas neste artigo deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente à sua realização.

Art. 90. O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, na forma e nos prazos por este, os seguintes documentos:

- I - Demonstrativo Previdenciário do RPPS;
- II - Comprovante do Repasse e Recolhimento ao RPPS dos valores decorrentes das contribuições, aporte de recursos e débitos de parcelamento; e
- III - Demonstrativo de Investimentos e Disponibilidades Financeiras.

Parágrafo único. O Município também deverá encaminhar ao Ministério da Previdência, na forma e nos prazos definidos por este, os seguintes documentos:

- a) legislação do RPPS acompanhada do comprovante de publicação e alterações;
- b) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;

- c) Demonstrativos Contábeis e
- d) Demonstrativo da Política de Investimentos.

## TÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO DO IPRECAL

### CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 91. A organização do IPRECAL compor-se-á de:

- I - Conselho Administrativo;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Comitê de Investimentos;
- IV - Diretoria Executiva.

Art. 92. O Conselho Administrativo será composto por 6 (seis) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a condição de servidores efetivos ativos ou inativos e terem implementado o estágio probatório.

§ 2º O Diretor-Executivo do IPRECAL é membro nato do Conselho, com direito a voto e detentor de cargo comissionado, devendo este possuir a condição de servidor efetivo ou inativo do Município.

§ 3º O Prefeito indicará para a composição dos membros deste Conselho 2 (dois) servidores ativos e igual número de suplentes.

§ 4º Os 3 (três) conselheiros restantes serão eleitos, por voto secreto e direto, pelos segurados descritos no art. 5º desta Lei, através do competente processo eleitoral previamente divulgado.

§ 5º Respeitado o Regimento Eleitoral, bem como o quorum mínimo de votantes, todos os segurados do IPRECAL poderão candidatar-se.

§ 6º O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição.

§ 7º As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

§ 8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 04 (quatro) de seus membros.

§ 9º O Conselheiro que, sem justo motivo, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto.

§ 10. As decisões do Conselho Administrativo serão registradas em ata.

Art. 93. A Diretoria Executiva do IPRECAL compor-se-á de um Diretor Executivo

Art. 94. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos ativos e inativos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições, 1/3 (um terço) destes membros deverão possuir conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou finanças.

§ 2º O Prefeito indicará para composição deste Conselho 1 (um) segurado-ativo e igual número de suplente.

§ 3º - Os demais conselheiros serão eleitos, dentre os segurados ativos ou inativos, por voto secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, bem como os respectivos suplentes.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente promovidas mensalmente e apenas poderão ser realizadas com a presença de todos os conselheiros.



Art. 95. O Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco membros), sendo 02 (dois) membros indicados pelo Conselho Administrativo, 01 (um) indicado pelo Conselho Fiscal e 01 (um) designado pela Secretaria de Finanças do Município, além do Diretor Executivo do IPRECAL, como membro nato do Comitê.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos serão nomeados por ato do Chefe do poder Executivo Municipal.

§ 2º O mandato dos membros do Comitê de investimentos será de dois anos, sendo permitida a recondução.

§ 3º O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros.

§ 4º Não haverá nenhum tipo de remuneração aos membros do Comitê pelas participações nas reuniões.

§ 5º São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimentos possuir preferencialmente escolaridade de nível superior e certificação profissional expedida por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

§ 6º Os casos omissos serão disciplinados em Regimento Próprio elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Comitê.

#### Seção I Das competências dos Conselhos

Art. 96. Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;
- III - aprovar a política de investimentos dos recursos financeiros do Instituto propostas pelo Comitê de Investimentos, bem como de seu patrimônio;
- IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;
- V - aprovar o orçamento do Instituto;
- VI - solicitar ao Executivo Municipal a abertura de créditos suplementares e especiais;
- VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;
- VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;
- IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;
- X - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;
- XII - fiscalizar os atos de gerenciamento do Diretor Executivo;
- XIII - aprovar a aquisição de patrimônio imobiliário para o IPRECAL.

Art. 97. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu Presidente;
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III - pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- IV - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 98. Compete ao Comitê de Investimentos:

- I - elaborar a política de investimentos do Instituto, submetendo ao Conselho Administrativo para a aprovação e, após, acompanhar o cumprimento;
- II - analisar as demonstrações dos investimentos realizados no mercado financeiro;
- III - propor aos Conselhos do IPRECAL medidas que julgar convenientes.

Art. 99. Compete ao Diretor Executivo:

- I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo;
- III - movimentar as contas bancárias do Instituto;
- IV - gerenciar os recursos humanos do Instituto;
- V - autorizar licitações e contratações;
- VI - prestar contas de sua administração;
- VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;
- VIII - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento.

§ 1º O Diretor Executivo poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e atuários do IPRECAL.

§ 2º Para melhor desenvolvimento das funções do IPRECAL poderá ser feito desdobramento de órgãos por deliberação do Conselho Administrativo.

§ 3º A emissão de cheques ou por meios eletrônicos para pagamento de qualquer despesa do IPRECAL deverá sempre conter as assinaturas do Diretor Executivo e do servidor nomeado para exercer as funções de tesouraria do Instituto, nos termos do parágrafo 2º do artigo 101 desta Lei.

#### Seção II DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 100. Ao servidor que constituirá o Quadro de Pessoal do IPRECAL será aplicado o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. O Quadro de Pessoal do IPRECAL será composto do seguinte cargo:

Um Diretor-Executivo;

101. O Diretor Executivo do IPRECAL será nomeado pelo Prefeito Municipal dentre os servidores efetivos ativos ou inativos, em caráter comissionado, cuja remuneração será correspondente ao vencimento constante na Tabela de cargos em Comissão e seu vencimento, Anexo I desta Lei.

§ 1º O Diretor Executivo deverá possuir certificação profissional expedida por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

§ 2º As funções de Tesouraria e contabilidade do Instituto serão realizadas por servidor efetivo nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre o quadro de servidores do Município de Campo Alegre/SC., que detenha qualificação técnica e legal e não perceberá nenhuma vantagem adicional pelo exercício desta atividade.

Art. 102. O IPRECAL gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas à Administração Municipal de Campo Alegre/SC., inclusive isenção de custas judiciais e emolumentos.

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão que indeferiu seu pedido no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela previdência social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 104. No caso de extinção do RPPS, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como aqueles

benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do Regime.

Art. 105. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 106. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.537/01 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### ANEXO I

##### TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO

CODIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NATUREZA	VENCIMENTO
03	1	Diretor Executivo	40 horas	Direção	R\$ 4.995,88

#### ANEXO I - A

##### TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	NOMENCLATURA CARGO	ESCOLARIDADE
03	Diretor Executivo	Nível médio e certificação nos mercados financeiros e de capitais por entidade competente

#### ANEXO I - B

##### TABELA DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Deno- minação Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade e habilitação exigida
Diretor Executivo	Diretor Executivo	Representar o IPRECAL, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em especial perante o Ministério da Previdência Social e Assistência Social e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Participar das reuniões do Conselho Administrativo; Movimentar as contas bancárias do IPRECAL; Gerenciar os recursos humanos do IPRECAL; Autorizar licitações e contratações para o bom andamento dos trabalhos do IPRECAL; Prestar contas de sua administração; Prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes ou pelos beneficiários; Encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento; Apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de maio, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal; Realizar os procedimentos relativos à implementação da Compensação Previdenciária; Manter em perfeita ordem os documentos, relatórios e quaisquer expedientes do IPRECAL; Atender a todas as determinações contidas na legislação federal para concessão da CRP – Certificado de Regularidade previdenciária- junto ao MPAS; Assessorar, diligentemente, o chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes à Administração Municipal; Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal.	Nível médio e certificação nos mercados financeiros e de capitais por Entidade competente

#### TÍTULO I - DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### CAPÍTULO ÚNICO - Dos Princípios do RPPS

#### TÍTULO II - DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### CAPÍTULO ÚNICO - Manutenção do IPRECAL

#### TÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

##### CAPÍTULO I - Beneficiários

###### Seção I - Segurados

###### Seção II - Perda da Qualidade de Segurado

###### Seção III - Dos dependentes

###### Seção IV - Perda da qualidade de Dependente

###### Seção V - Filiação ao IPRECAL

###### Seção VI - inscrição IPRECAL

##### CAPÍTULO II - Dos Benefícios

###### Seção I - Aposentadoria por Invalidez (art. 15)

Seção II - Aposentadoria Compulsória (art. 20)  
 Seção III - Aposentadoria por Tempo de Contribuição e idade (Art. 21)  
 Seção IV - Aposentadoria por Idade (Art. 22)  
 Seção V - Pensão por Morte (Art. 23)  
 Seção VI - Auxílio reclusão (Art. 33)  
 Seção VII - Auxílio Doença (Art. 40)  
 Seção VIII - Salário Família (Art. 44)  
 Seção IX - Salário Maternidade (Art. 49)  
 Seção X - Abono Anual (Art. 53)

### CAPÍTULO III - DA BASE DE CÁLCULO E DA ATUALIZAÇÃO

Seção I - Da Base de Cálculo

Seção II - Da Atualização

### CAPÍTULO IV - DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

### CAPÍTULO V - DO ABONO DE PERMANÊNCIA

### CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

Seção I - Dos requisitos

Seção II - Do Tempo de Contribuição

Seção III - Das Regras Gerais sobre as Prestações

### TÍTULO IV - CUSTEIO DO RPPS

### CAPÍTULO I - Do Plano de custeio

### CAPÍTULO II - Do Patrimônio

### CAPÍTULO III - Da Gestão Econômica - Financeira

### TÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO DO IPRECAL

### CAPÍTULO I - Da organização Administrativa

Seção I - Da Competência dos Conselhos

Seção II - Do Quadro de Pessoal

## LEI Nº 4.218 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.218 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 62.016,98 (sessenta e dois mil, dezesseis reais, noventa e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
400000.00.519 -	Despesas de Capital
440000.00.519 -	Investimentos
449000.00.519 -	Aplicações Diretas
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 62.016,98

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar
300000.00.519 -	Despesas Correntes
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.519 -	Aplicações Diretas
339030.00.519 -	Material de Consumo R\$ 62016,98

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8.683 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.683 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.218 de 25 de Novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 62.016,98 (sessenta e dois mil, dezesseis reais, noventa e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
400000.00.519 -	Despesas de Capital
440000.00.519 -	Investimentos
449000.00.519 -	Aplicações Diretas
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 62.016,98

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar
300000.00.519 -	Despesas Correntes
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.519 -	Aplicações Diretas
339030.00.519 -	Material de Consumo R\$ 62016,98

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 4.219 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.219 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 42.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
91.08 -	Manutenção das Atividades de SISVAN	
10.306.0060.2.031 -	Programa de Reposição Nutricional	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	

330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339032.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 10.000,00
	TOTAL	R\$ 42.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.684 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.684 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.219 de 25 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 42.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	



330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
91.08 -	Manutenção das Atividades de SISVAN	
10.306.0060.2.031 -	Programa de Reposição Nutricional	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339032.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 10.000,00
	TOTAL	R\$ 42.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.332 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.332 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico I, MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula Funcional nº 000489, Registro no Sistema Sob nº 954501, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 07 de Novembro de 2006 a 07 de Novembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 27 de Novembro de 2014 à 26 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município Campo Alegre/SC,  
26 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **LEI Nº 1-1937 DE 07 DE MARÇO DE 1937**

LEI Nº 1-1937  
PROHIBE EM TERRAS ALHEIAS CRIAÇÃO QUE POSSA CAUSAR DANOS NAS LAVOURAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Março de 1937.  
EUGÊNIO DUARTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de Março de 1937.

JOSÉ AMORIM  
Secretário

#### **RESOLUÇÃO Nº 1-1928 DE 31 DE JANEIRO DE 1928**

RESOLUÇÃO Nº 1-1928  
NOMEIA AGENTE FISCAL DA ESTRADA DE RIO VERMELHO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Janeiro de 1928.

RAYMUNDO JOSÉ MUNHOZ  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Resolução aos trinta e um dias do mês de Janeiro de 1928.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

#### **RESOLUÇÃO Nº 2-1928 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1928**

RESOLUÇÃO Nº 2-1928  
NOMEIA AGENTE FISCAL PARA EXERCER EM COMISSÃO O CARGO DE AGENTE FISCAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Fevereiro de 1928.  
RAYMUNDO JOSÉ MUNHOZ  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Resolução nesta Secretaria em primeiro de fevereiro de 1928.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 3-1928 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1928**

RESOLUÇÃO Nº 3-1928  
NOMEIA INSPECTOR DE VEICULOS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 1928.  
ANTONIO SCHUCHOWSKY  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada a presente Resolução nesta Secretaria da Prefeitura Municipal aos 28 dias do mez de Dezembro de 1928.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 4-1929 DE 01 DE JANEIRO DE 1929**

RESOLUÇÃO Nº 4-1929  
RESOLVE EXONERAR AGENTES FISCAIS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Janeiro de 1929.  
ANTONIO SCHUCHOWSKY  
Prefeito Municipal em Exercício

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Janeiro de 1929.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 1-1929 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1929**

PORTARIA Nº 1-1929  
NOMEIA SUB PREFEITO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Fevereiro de 1929.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 02 de Fevereiro de 1929.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 2-1929 DE 06 DE MARÇO DE 1929**

PORTARIA Nº 2-1929  
NOMEIA FISCAL GERAL.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 06 de Março de 1929.

PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 06 de Março de 1929.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 3-1929 DE 11 DE ABRIL DE 1929**

PORTARIA Nº 3-1929  
SUSPENDE ALVARÁS PÚBLICOS.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de Abril de 1929.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 11 de abril de 1929.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 4-1929 DE 07 DE JUNHO DE 1929**

PORTARIA Nº 4-1929  
FIRMA CONTRATO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PARTICULAR DESTA MUNICÍPIO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de Junho de 1929.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nº 4, nesta Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, aos dezessete dias do mez de junho do ano de mil novecentos e vinte e nove.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 1-1930 DE 02 DE MARÇO DE 1930**

PORTARIA Nº 1-1930  
EXONERA A PEDIDO FISCAL GERAL.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Março de 1930.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Março de 1930.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 2-1930 DE 13 DE MARÇO DE 1930**

PORTARIA Nº 2-1930

SUSPENDE TODOS OS SERVIÇOS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS ATÉ SEGUNDA ORDEM.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de Março de 1930.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 13 de Março de 1930.

OSVALDO RAMOS.  
Secretário

**DECRETO Nº 1-1930 DE 04 DE ABRIL DE 1930**

DECRETO Nº 1/1930  
PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS LANÇADOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Abril de 1930.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria da Prefeitura Municipal em 01 de Abril de 1930.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

**PORTARIA Nº 3-1930 DE 11 DE AGOSTO DE 1930**

PORTARIA Nº 3-1930  
EXONERA A PEDIDO SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de Agosto de 1930.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, aos onze dias do mez de agosto de 1930.

JUVENAL DE SOUZA FREITAS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 4-1930 DE 11 DE AGOSTO DE 1930**

PORTARIA Nº 4-1930  
NOMEIA SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de Agosto de 1930.  
PAULO SCHROEDER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, aos onze dias do mez de agosto de 1930.

JUVENAL DE SOUZA FREITAS.  
Secretário

**PORTARIA Nº 01-1930 DE 18 DE OUTUBRO DE 1930**

PORTARIA Nº 01-1930  
EXONERA SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de Outubro de 1930.  
VICTÓRIO HOSTINS  
Prefeito Municipal Provisorio

Publicada a presente Portaria, nesta Secretaria aos 18 dias do mez de outubro de 1930.

BENTO MARTIMIANO DE AMORIM  
Secretário

**PORTARIA Nº 02-1930 DE 18 DE OUTUBRO DE 1930**

PORTARIA Nº 02-1930  
NOMEIA SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de Outubro de 1930.  
VICTÓRIO HOSTINS  
Prefeito Municipal Provisório

Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 18 de outubro de 1930, publique-se e cumpra-se.

BENTO MARTIMIANO DE AMORIM  
Secretário

**PORTARIA Nº 03-1930 DE 27 DE OUTUBRO DE 1930**

PORTARIA Nº 03-1930  
EXONERA DO CARGO DE ESCRIVÃO DA COLLETORIA DAS RENDAS FEDERAIS, E NOMEIA EXCRIVÃO INTERINO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Outubro de 1930.  
VICTÓRIO HOSTINS  
Prefeito Municipal Provisório

Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 27 de outubro de 1930, publique-se e cumpra-se.

BENTO MARTIMIANO DE AMORIM  
Secretário

**PORTARIA Nº 04-1930 DE 27 DE OUTUBRO DE 1930**

PORTARIA Nº 04-1930

EXONERA DO CARGO DE PROFESSOR PÚBLICO DA ESCOLA ISOLADA DE AVENQUINHA DE SANTO ANTONIO, POR ABANDONO DE EMPREGO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Outubro de 1930.

VICTÓRIO HOSTINS

Prefeito Municipal Provisório

Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 27 de outubro de 1930, publique-se e cumpra-se.

BENTO MARTIMIANO DE AMORIM  
Secretário

**PORTARIA Nº 05-1930 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1930**

PORTARIA Nº 05-1930

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE SYNDICANCIA PARA VERIFICAR AS CONTAS DESTE MUNICIPIO DOS TREZ ULTIMOS QUATRIENIOS.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de Novembro de 1930.

VICTÓRIO HOSTINS

Prefeito Municipal Provisório

Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 19 de Novembro de 1930, publique-se e cumpra-se.

**RESOLUÇÃO Nº 06-1934 DE 04 DE FEVEREIRO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 06-1934

DISPENSA MULTAS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de Fevereiro de 1934.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos quatro dias do mês de Fevereiro de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 07-1934 DE 01 DE MARÇO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 07-1934

SUBVENCIONAR FARMACEUTICO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Março de 1934.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal ao primeiro dias do mês de Março de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 08-1934 DE 31 DE MARÇO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 08-1934

SUBVENCIONAR FARMACEUTICO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Março de 1934.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta e um dias do mês de Março de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 09-1934 DE 02 DE MAIO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 09-1934

NOMEIA ZELADOR DA ESTRADA MATO PRETO A FRAGOSOS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Maio de 1934.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos dois dias do mês de Maio de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 10-1934 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 10-1934

DISPENSA AS MULTAS DOS CONTRIBUINTES.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de Novembro de 1934.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio

desta Prefeitura Municipal aos vinte e um dois dias do mês de Novembro de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **RESOLUÇÃO Nº 11-1934 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1934**

RESOLUÇÃO Nº 11-1934

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA 1935.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Dezembro de 1934.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Dezembro de 1934.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **RESOLUÇÃO Nº 12-1935 DE 16 DE JANEIRO DE 1935**

RESOLUÇÃO Nº 12-1935  
EXONERA CARCEREIRO DA CADEIA DESTE MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de Janeiro de 1935.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos dezesseis dias do mês de Janeiro de 1935.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **RESOLUÇÃO Nº 13-1935 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1935**

RESOLUÇÃO Nº 13-1935  
DISPENSAR MULTAS DOS CONTRIBUINTES.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de Novembro de 1935.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1935.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **RESOLUÇÃO Nº 14-1935 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1935**

RESOLUÇÃO Nº 14-1935  
DISPENSAR MULTAS CONTRIBUINTES DEVEDORES AO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Dezembro de 1935.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos três dias do mês de Dezembro de 1935.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **DECRETO Nº 01-1935 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1935**

DECRETO Nº 01-1935

CRIA IMPOSTOS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1935.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta e um dias do mês de Dezembro de 1935.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

### **DECRETO Nº 02-1935 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1935**

DECRETO Nº 02-1935

ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS PARA 1936.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1935.  
BENTO MARTINIANO DE AMORIM  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta e um dias do mês de Dezembro de 1935.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.  
Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 15-1935 DE 01 DE ABRIL DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 15-1936

DISPENSAR MULTAS CONTRIBUINTES DEVEDORES AO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Abril de 1936.

BENTO MARTINIANO DE AMORIM

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal ao primeiro dia do mês de Abril de 1936.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 01-1936 DE 06 DE ABRIL DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 01-1936

DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINAMENTE.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 06 de Abril de 1936.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos seis dias do mês de Abril de 1936.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 02-1936 DE 30 DE ABRIL DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 02-1936

APOSENTA COMPULSORIAMENTE O FISCAL MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Abril de 1936.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Abril de 1936.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 03-1936 DE 30 DE ABRIL DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 03-1936

NOMEIA FISCAL MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Abril de 1936.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Abril de 1936.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.

Oficial da Secretaria

**RESOLUÇÃO Nº 04-1936 DE 31 DE JULHO DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 04-1936

EXONERA A PEDIDO SECRETÁRIO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Julho de 1936.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta e um dias do mês de Julho de 1936.

LUIZ CUNHA JUNIOR.

Secretário Municipal Temporário

**RESOLUÇÃO Nº 05-1936 DE 01 DE AGOSTO DE 1936**

RESOLUÇÃO Nº 05-1936

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL TEMPORÁRIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Agosto de 1936.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal ao primeiro dia do mês de Agosto de 1936.

LUIZ CUNHA JUNIOR.

Secretário Municipal Temporário

**RESOLUÇÃO Nº 06-1937 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1937**

RESOLUÇÃO Nº 06-1937

CRIA UMA AGÊNCIA DE ESTATÍSTICA NA SEDE DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Fevereiro de 1937.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos dois dias do mês de Fevereiro de 1937.

LUIZ CUNHA JUNIOR.

Secretário Municipal Temporário



**RESOLUÇÃO Nº 07-1937 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1937**

RESOLUÇÃO Nº 07-1937  
NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 05 de Fevereiro de 1937.

EUGÊNIO DUARTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos cinco dias do mês de Fevereiro de 1937.

LUIZ CUNHA JUNIOR.  
Secretário Municipal Temporário

**RESOLUÇÃO Nº 08-1937 DE 04 DE MARÇO DE 1937**

RESOLUÇÃO Nº 08-1937  
EXONERAR A PEDIDO SECRETÁRIO MUNICIPAL TEMPORÁRIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de Março de 1937.

EUGÊNIO DUARTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos quatro dias do mês de Março de 1937.

LUIZ CUNHA JUNIOR.  
Secretário Municipal Temporário

**Campos Novos****PREFEITURA****REPUBLICA LEI Nº. 4.095/2014 DE 20/11/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO  
ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO  
MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.**

REPUBLICA

LEI Nº 4.095/2014 DE 20/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO  
SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 71.340,26 (setenta e um mil trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

3.1.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 71.340,26

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Orçamento do SAMAE:

28.846.0036.0.007 - Manutenção de Contribuição ao PASEP - SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.712,79

17.512.0036.1.035 - Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 273,00

17.512.0036.1.036 - Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.351,51

17.512.0036.1.037 - Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.736,00

17.512.0036.1.038 - Obras, Ampliações e Reforma no sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 39.000,00

17.512.0036.1.039 - Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.266,96

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 20 de novembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**REPUBLICA DECRETO Nº. 7.187/14 DE 20/11/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.095/14**

REPUBLICA  
DECRETO Nº 7.187/14 DE 20/11/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.095/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 71.340,26 (Setenta e um mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) as dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.095/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**REPUBLICA LEI Nº 4.091/2014 DE 19/11/2014 ABRE  
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

REPUBLICA  
LEI Nº 4.091/2014 DE 19/11/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 - Manutenção do Programa Atenção Básica - PAB Fixo

Elemento de despesa: 48 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0064.00000 - Transf. Instituições privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit financeiro apurado no exercício anterior - PAB Fixo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 19 de novembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**REPUBLICA DECRETO Nº. 7.185/14 DE 19/11/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.091/14**

REPUBLICA  
DECRETO Nº 7.185/14 DE 19/11/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.091/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.091/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,19 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**MOÇÃO Nº 89/2014**

MOÇÃO Nº 89/2014  
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos- SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Irineu Armando Osório Junior, manifesta integral e irrestrita Parabenização a atleta....  
"ANA PAULA ROMERO"

É com grande satisfação que viemos por meio desta, parabenizar a Atleta Ana Paula Romero pela conquista da "Medalha de Prata" nos 400 metros com Barreira, "Medalha de Prata no Revezamento 4 x 400 e "4º Lugar" nos 100 metros com Barreira, na 54ª edição dos JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina).

Temos orgulho de ter pessoas assim como você, que se dedicam ao esporte e participam de eventos como este. Nós Camponovenses nos sentimos muito honrados e orgulhosos, e comemoramos juntos sua vitória.

Outrossim, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sucesso em sua caminhada e nos colocamos



sempre a sua disposição.

Sala das Sessões, em 20/11/2014.

Irineu Armando Osório Junior
------------------------------

Vereador
----------

Rui Jorge Tomazoni Presidente da Mesa
--

### **MOÇÃO Nº 90/2014**

MOÇÃO Nº 90/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

#### **"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos- SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Irineu Armando Osório Junior, manifesta integral e irrestrita Parabenização ao atleta...

#### **"ELITON ZANONI"**

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar o Atleta Eliton Zanoni, pela conquista da "Medalha de Bronze" nos 800 metros, na 54ª Edição do JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina).

Temos orgulho de ter em nosso município pessoas como você, que se dedicam ao esporte e participam de eventos como este. Nós camponovenses sentimo-nos muito honrados e orgulhosos com sua conquista.

Aproveitamos o ensejo para reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sucesso em sua caminhada.

Sala das Sessões, em 20/11/2014.

Irineu Armando Osório Junior
------------------------------

Vereador
----------

Rui Jorge Tomazoni Presidente da Mesa
--

### **MOÇÃO Nº 91/2014**

MOÇÃO Nº 91/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

#### **"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Irineu Armando Osório Junior, manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Atleta...

#### **"ISRAEL TIAGO MECABÔ"**

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar o Atleta Israel Tiago Mecabô por conquistar a "Medalha de Prata" nos 300 metros com Obstáculos, na 54ª Edição do JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina)

Temos orgulho de ter em nosso município pessoas assim como você, que se dedicam ao esporte e participam de eventos como este. Sentimo-nos honrados e orgulhosos com sua vitória.

Outrossim, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sucesso em sua carreira.

Sala das Sessões, em 20/11/2014.

Irineu Armando Osório Junior
------------------------------

Vereador
----------

Rui Jorge Tomazoni Presidente da Mesa
--

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 832/2014

PORTARIA Nº. 832/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

#### RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 748/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ROSEMERI LUCIANE KLEMPOUZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 23/10/2014 a 16/11/2014 e no período de 01/12/2014 a 05/12/2014, conforme requerimento.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 283/2013

DECRETO Nº. 283/2013  
DETERMINA A U.F.M. (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO)  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI, a Lei Orgânica Municipal, da Constituição Federal, e nos termos do Art. 429 da Lei Complementar Municipal nº 0008/2005 de 26/12/2005, resolve:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 2,497 (dois inteiros e quatrocentos e noventa e sete milésimos) o valor da U.F.M., a partir do dia 1º de janeiro de 2014, para cada Unidade Fiscal do Município, tendo por base a variação acumulada do INPC/IBGE de 5,58% (cinco inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento), correspondente ao período de dezembro de 2012 a novembro de 2013.

Art. 2º - Os cálculos de todos os serviços e tributos municipais, terão por base o valor fixado no artigo 1º, sendo transformado em moeda corrente para possibilitar o pagamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/12/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 836/2014

PORTARIA Nº. 836/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, 25% de regência, período vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA BILESKI GUIMARÃES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 0960, conforme convocação do dia 18/11/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 20/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 286/2014**

DECRETO Nº. 286/2014

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.421 de 13/11/2014, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.419 de 07/11/2014, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
 Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
 Função 28: Encargos Especiais  
 Subfunção 846: Outros encargos especiais  
 Programa 3: Modernização administrativa  
 Atividade 0.003 - Precatórios e sentenças judiciais  
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 110.000,00  
 Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 22: Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal  
 Unidade 22.01: Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal  
 Função 11: Trabalho  
 Subfunção 331: Proteção e benefícios ao trabalhador  
 Programa 3: Modernização administrativa  
 Atividade 2.090 - Ações de assistência à saúde do servidor público  
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 110.000,00  
 Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 287/2014**

DECRETO Nº. 287/2014

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.425 de 13/11/2014, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.425 de 13/11/2014, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação  
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação  
 Função 16: Habitação  
 Subfunção 482: Habitação Urbana  
 Programa 18: Moradia para todos  
 Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB  
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 110.000,00  
 Recursos 540 - Recursos FROHAB

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação  
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação  
 Função 16: Habitação  
 Subfunção 482: Habitação Urbana  
 Programa 18: Moradia para todos  
 Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB  
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 110.000,00  
 Recursos 540 - Recursos FROHAB

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.425 de 13/11/2014, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação  
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação  
 Função 16: Habitação  
 Subfunção 482: Habitação Urbana  
 Programa 18: Moradia para todos  
 Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB  
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 50.000,00  
 Recursos 540 - Recursos FROHAB

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a

tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
540	50.000,00	100.000,00	50.000,00
TOTAL			50.000,00

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 288/2014

DECRETO Nº. 288/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 225/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 225/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 13 de setembro de 2016, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Diogo Carlos Seidel

Suplente: Cristiano de Souza e Silva

Titular: Luciane Aparecida Darmorus Zucco

Suplente: Cibele Neudorf Batista

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski

Suplente: Eliane Sudosky de Oliveira

REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Eduardo Carvalho do Prado

Suplente: Thalita Pereira Bosse

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Luciane Wagner

Suplente: Liliane Knop Alves Machado

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Jocilda Clarice da Silva

Suplente: Vanessa Ferreira

Titular: Cirlene Felício de Oliveira Zella

Suplente: Janete Terezinha Machado

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Dinaci Klutchovski

Suplente: Vera Lucia de Melo Meis

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Paulo Odair Moreira

Suplente: Izane Maria Pereira

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NÍVEL SECUNDARISTAS

Titular: Valfrida Terezinha de Lima

Suplente: Dinaci Klutchovski”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 289/2014

DECRETO Nº. 289/2014

RATIFICA DECRETO Nº. 208/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 208/2011, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 538,53 m² (Quinhentos e trinta e oito metros e cinquenta e três centímetros quadrados), procedido por IVAN CARLOS ALVES DE PAULA E SILVA, situado na Rua Henrique Sorg, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 26.488, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 25 com área de 238,00 m², lote nº. 30 com área de 300,53 m² todos pertencentes à quadra nº 234 conforme requerimento protocolado sob nº. 3345/2011.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a



planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.414/2014**

LEI Nº. 5.414 DE 30/10/2014

“AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E AUXÍLIO À ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2014, a título de subvenção social a Sociedade Beneficente Operária, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.186/0001-83, até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), objetivando custear despesas gerais para a promoção do evento denominado “60º Festa do Tiro”, visando à execução de atividades culturais e de entretenimento para a população canoinhense.

Art. 2º - Os valores a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º, poderão ser repassados em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não for cumprido o Plano de Aplicação apresentado, ou não for apresentada a prestação de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasse sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º - É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do inciso V do art. 9º do Decreto Estadual nº 307/03, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº. 4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a Resolução TCE/SC nº16/1994 e suas alterações.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações

financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º - Fica desde já, autorizado ao município de Canoinhas, a ceder 03 (três) tendas (coberturas) a referida entidade, visando à utilização da mesma, para os fins do evento, vedada a utilização para outros motivos, sob pena das sanções previstas na legislação vigente.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Cultural de Canoinhas - 3.3.50.00.00.00.00.00.0130 - dotação 2.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.413/2014**

LEI Nº. 5.413 DE 30/10/2014

“PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do “PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE” a “COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA”, mediante pagamento de contrapartida, para a realização do “Jantar Dançante dos funcionários e familiares da Cooperativa Agroindustrial Alfa” que acontecerá no dia 21 de novembro de 2014.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Galpão de Gastronomia, Ginásio de Esportes, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 21/11/2014 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 21/11/2014 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo da “COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA”:

I - Pagamento de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem

reais) por dia, totalizando assim R\$ 100,00 (cem reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º;

II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissãoário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da "COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5.415/2014

LEI Nº. 5.415 DE 07/11/2014

"AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS A REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM FESTIVAL DE DANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no Festival de Danças de Piratuba - SC, nos dias 09 a 11 de novembro de 2014, os idosos do "Grupo do Programa de Apoio e Valorização da Terceira Idade", conforme a seguir:

I - Delegação de Dançarinos - PAVI:

- a) Divair Rodrigues de Bairros;
- b) Eva Moreira;
- c) Inês Roesler Arendarchuk;
- d) Inoêmia Sienn;
- e) Jenovaci de Farias Bechert;
- f) Júlia da Maia Sokacheski;
- g) Maria Inês Ribeiro de Lima;
- h) Maria Sebold;
- i) Neuli Tereza Todt.
- j) Nivaldo Becker;
- k) Tereza dos Santos Pereira;
- l) Tereza Tananuska;
- m) Zeferina Castilho.

II - Comissão Técnica:

- a) Sergio Teixeira da Silva - Coreógrafo;
- b) Lcimeri Santi - Auxiliar.

Art. 2º - Fica autorizada a Secretaria Municipal de Assistência Social, a custear as despesas de hotel, no valor de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único: O transporte dos representantes poderá ser através de veículo próprio do município.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Secretaria Municipal de Assistência Social - 3.3.90.00.00.00.00.00.0220 - dotação 8.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5.416/2014

LEI Nº. 5.416 DE 07/11/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 60.711,07 (sessenta mil, setecentos e onze reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Atividade: 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....60.711,07  
Recurso 322 - Recursos Convênio União - Educação - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 60.711,07 (sessenta mil, setecentos e onze reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2013, conforme anexo e tabela a seguir:  
Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
322	Recursos Convênio União – Educação – Superávit	60.711,07
TOTAL		60.711,07

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 22/2014**

TOMADA DE PREÇO Nº 22/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/14  
HOMOLOGAÇÃO: 26/11/14  
CONTRATADO: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 201.145,36 (duzentos e um mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos)  
DATA: 26/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 133/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/14  
HOMOLOGAÇÃO: 26/11/14  
CONTRATADO: VALTEMIR DUTRA DE SOUZA - CAPOTAS UNIÃO  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA CAPOTA FECHADA PARA VEÍCULO AMAROK COM ABERTURA DE AR NA LATERAL E PINTURA NA COR ORIGINAL DO VEÍCULO, DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) DATA: 26/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 4.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 196/2014

Licitação.....: 133/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UMA CAPOTA FECHADA PARA VEÍCULO AMAROK COM ABERTURA DE AR NA LATERAL E PINTURA NA COR ORIGINAL DO VEÍCULO, DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	31720	-	CAPOTA PARA VEICULO	-	Unidade: UN			
13753	VALTE MIR DUTRA DE SOUZA	-	CAPOTAS UNIÃO	UNIAO	1,000	0,0000	4.900,0000	4.900,00 Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0



# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0245/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Contrato Nº.: 0245/2014</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada....: LANHI ADVOGADOS</p> <p>Valor.....: 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)</p> <p>Vigência.....: Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014</p> <p>Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2014 Processo_Licitatório.....: 000160 / 2014</p> <p>Recursos.....: Dotação:</p> <p>Objeto.....: Contratação de escritório de advocacia para Ação Declaratória Condenatória com pedido de Antecipação de Tutela, movida pelo Município de Piratuba/SC, contra o Município de Capinzal/SC.</p>		
Capinzal, 26 de Novembro de 2014		

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2014 - TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0003/2014

Processo Licitatório Nº 0023/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0003/2014

**OBJETO:** Contratação de empresa para reforma da cobertura da edificação onde funcionará sala conjugada de reuniões do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Com Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

**ENTREGA E ABERTURA:** Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 15/12/2014.

Menor Preço Global

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 13:00 horas.

**TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744**

Capinzal, 27 de Novembro de 2014.

Kelvis Borges

Gestor Do Fundo Municipal de Capinzal

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0161/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0032/2014

Processo Licitatório Nº 0161/2014

Dispensa de Licitação Nº 0032/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0161/2014, conforme segue:

#### OBJETO

Locação de imóvel para a Casa do Cidadão, para abrigar o Procon, Junta do Serviço Militar - JSM, Conselho Tutelar, SINE, Balcão de Atendimento do Simae, Balcão do Empreendedor, Secretaria dos Diversos Conselhos Municipais e Assistência Social e Setor de Habitação, localizado no Lote 03 da Quadra 31, da Av. XV de Novembro, 350, Centro, na cidade de Capinzal, com terreno de 1.365 m², tendo uma edificação de dois pavimentos, de propriedade de Gratt Administradora de Bens Ltda.

#### FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	mês	Locação de imóvel para abrigar o Procon, Junta Militar, Conselho Tutelar, SINE, Balcão de atendimento do Simae, Balcão do empreendedor, Secretaria dos diversos conselhos municipais e Assistência social do Setor de Habitação. Localizado no Lote 03 da Quadra 31, da Av. XV de Novembro, 350, Centro, na cidade de Capinzal, com um terreno de 1.365,00 m², tendo uma edificação com 02 (dois) pavimentos, com área construída de 627,30m².	GRATT ADMINISTRADORA DE BENS	4.950,00	59.400,00
Total						59.400,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
GRATT ADMINISTRADORA DE BENS S A	001
59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94  
Art. 24. É dispensável a Licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 20 - Manutenção dos serviços gerais da administração  
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA  
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração  
Elemento: 33903910000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 25 de Novembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PMC EXTRATO RESILIÇÃO CONTRATO 0215

TERMO DE RESILIÇÃO  
CONTRATO Nº 0215/2014  
Pregão Presencial Nº 0086/2014  
Processo Licitatório Nº 0135/2014  
CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO - EIRELI - EPP

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do Contrato 0215/2014 oriundo do Processo Licitatório nº 0135/2014, do Pregão Presencial nº 0086/2014 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 19/09/2014 até 31/12/2014.

## SIMAE

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/34/2014

Aviso de Licitação  
Pregão Presencial Nº CAO/34/2014  
Processo Licitatório Nº CAO/0359/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: aquisição de combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel S-10).

TIPO: Menor Preço Unitário por litro.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 10 de dezembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.sc.gov.br](mailto:material@simaecao.sc.gov.br), [francieli@simaecao.sc.gov.br](mailto:francieli@simaecao.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de novembro de 2014.  
Francieli Ap. da Rosa  
Pregoeira

# Catanduvas

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.471/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.471/2014, de 25 de novembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO COM A SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a transferência de recursos financeiros do Município de Catanduvas-SC, à Sociedade Patronato Anjo da Guarda, em parceria com os Municípios de Jaborá e Vargem Bonita, destinados à construção da sede própria da Entidade, no município de Catanduvas-SC, de acordo com o inciso V, do art. 37, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto neste artigo, fica o Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, autorizado a firmar Termo de Convênio de Parceria de Cooperação Técnico-Financeiro, com a Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda de Catanduvas Santa Catarina, em parceria com os municípios de Jaborá e Vargem Bonita.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo 1º, fica o Município de Catanduvas-SC, autorizado a repassar como transferência financeira a importância total de até R\$ 147.851,83 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), nos termos ajustados em Convênio, para a construção, em parceria com os municípios de Jaborá e Vargem Bonita, da sede própria da Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, na sede do Município de Catanduvas-SC, mediante ordem bancária na conta vinculada ao Convênio.

Art. 3º A construção da Sede do Patronato será efetuada no terreno doado pelo Município de Catanduvas, com esta finalidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 5º A Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, com sede no Município de Catanduvas - SC, prestará contas do recebimento dos recursos na forma da legislação vigente, especialmente de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no prazo de 60 dias, após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo único. Os pagamentos serão feitos por Laudo de Medição, cujo valor correspondente deverá ser rateado, após cada evento, entre os Municípios de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita.

Art. 6º Fica fazendo parte integrante do presente Projeto de Lei a Minuta do Termo de Convênio.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de novembro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

### LEI Nº 2.472/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.472/2014, de 25 de novembro de 2014.

"AUTORIZA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação dos seguintes bens, de propriedade do Município de Catanduvas-SC:

a) Um veículo RENAULT MASTER AMBULÂNCIA, placas MGN 1632, ano 2006, cor branca, diesel, em uso, pelo valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

b) Um veículo FIAT DOBLO ATTRACTIVE, placas MJX 7348, ano 2012, cor branca, álcool/ gasolina, em uso, pelo valor mínimo de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);

c) Um veículo FIAT UNO, placas MHE 0751, ano 2009, cor bege, gasolina, em uso, pelo valor mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

d) Um veículo FIAT DUCATO MULTI, placas MJV 8903, ano 2012, modelo 2013, branca, diesel, fora de uso, pelo valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 1º O valor dos bens foi estabelecido pela Comissão de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2.024, de 23 de outubro de 2014, através de laudo que integra a presente Lei, emitido na data de 01 de novembro de 2014.

§ 2º A alienação será efetivada tendo como base o valor mínimo estabelecido pela Avaliação, através de processo licitatório próprio, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações, por leiloeiro público oficial a ser contratado na forma da IN nº 113.

Art. 2º Tal medida é do interesse público municipal, tendo em vista que aludidos bens já não mais atendem às necessidades do Município, ao mesmo tempo em que, o valor a ser arrecadado com a venda será utilizado na aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 25 de novembro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

**DECRETO Nº 2.032, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO nº 2.032, de 24 de novembro de 2014.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a ocorrência de denúncia patrocinada por alguns vereadores sobre a existência de de roupas em um aterro realizado pela Prefeitura;

CONSIDERANDO, que o jornal de circulação regional "O FATO", publicou matéria sobre os fatos, o mesmo ocorrendo com a RBS em reportagem veiculada na TV após o programa Fantástico, no dia 23 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO, que segundo o que disciplina o art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19, publicada em 4 de janeiro de 2002, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata; e

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes na Delegacia de Polícia, do Ministério Público desta Comarca, da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura, bem como das matérias produzidas pela mídia escrita, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 24 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2014

Página: 1 de 4  
26/11/2014 18:30

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	24.900.000,00	24.900.000,00	4.114.528,76	16,52	20.694.744,54	83,11	4.205.255,46
Recetas Correntes	23.740.000,00	23.740.000,00	3.941.618,76	16,60	19.495.623,84	82,12	4.244.376,16
Receta Tributária	3.021.500,00	3.021.500,00	365.690,80	12,10	2.526.138,91	83,61	495.361,09
Impostos	2.410.000,00	2.410.000,00	342.915,04	14,23	2.181.558,01	90,52	228.441,99
Taxas	561.500,00	561.500,00	19.666,82	3,50	326.364,68	58,12	235.135,32
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	3.108,94	6,22	18.216,22	36,43	31.783,78
Receta De Contribuições	510.000,00	510.000,00	89.101,25	17,47	370.378,83	72,62	139.621,17
Contribuições Econômicas	510.000,00	510.000,00	89.101,25	17,47	370.378,83	72,62	139.621,17
Receta Patrimonial	153.100,00	153.100,00	47.309,14	30,90	199.635,76	130,40	-46.535,76
Recetas Imobiliárias	45.000,00	45.000,00	1.432,47	3,18	11.825,09	26,28	33.174,91
Recetas De Valores Mobiliários	108.100,00	108.100,00	45.876,67	42,44	187.810,67	173,74	-79.710,67
Receta Agropecuária	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Receta Da Produção Vegetal	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Receta De Serviços	52.000,00	52.000,00	13.733,96	26,41	33.773,60	64,95	18.226,40
Transferências Correntes	19.754.600,00	19.754.600,00	3.307.812,51	16,74	16.025.183,83	81,12	3.729.416,17
Transferências Intergovernamentais	19.325.600,00	19.325.600,00	3.126.527,41	16,18	15.569.552,31	80,56	3.756.047,69
Transferências De Convênios	429.000,00	429.000,00	181.285,10	42,26	455.631,52	106,21	-26.631,52
Outras Recetas Correntes	247.800,00	247.800,00	117.971,10	47,61	340.512,91	137,41	-92.712,91
Multas E Juros De Mora	64.500,00	64.500,00	14.762,46	22,89	79.231,18	122,84	-14.731,18
Indenizações E Restituições	22.300,00	22.300,00	5.319,34	23,85	18.814,07	84,37	3.485,93
Receta Da Dívida Ativa	152.000,00	152.000,00	8.953,99	5,89	62.191,27	40,92	89.808,73
Recetas Correntes Diversas	9.000,00	9.000,00	88.935,31	988,17	180.276,39	2.003,07	-171.276,39
Recetas De Capital	1.160.000,00	1.160.000,00	172.910,00	14,91	1.199.120,70	103,37	-39.120,70
Operações De Crédito	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	200.000,00
Operações De Crédito Internas	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	200.000,00

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(b/a)	Até o Bimestre (c)	(c/a)	
Alienacao De Bens	55.000,00	55.000,00	-	-	155.400,00	282,55	-100.400,00
Alienacao De Bens Moveis	54.000,00	54.000,00	-	-	155.400,00	287,78	-101.400,00
Alienacao De Bens Imoveis	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Transferencias De Capital	905.000,00	905.000,00	172.910,00	19,11	1.043.720,70	115,33	-138.720,70
Transferências de Convênios	905.000,00	905.000,00	172.910,00	19,11	1.043.720,70	115,33	-138.720,70
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>4.114.528,76</b>	<b>16,52</b>	<b>20.694.744,54</b>	<b>83,11</b>	<b>4.205.255,46</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>4.114.528,76</b>	<b>16,52</b>	<b>20.694.744,54</b>	<b>83,11</b>	<b>4.205.255,46</b>
<b>DÉFICIT(VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL(VII)=(V+VI)</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>4.114.528,76</b>	<b>16,52</b>	<b>20.694.744,54</b>	<b>83,11</b>	<b>4.205.255,46</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	24.900.000,00	4.062.687,12	28.962.687,12	3.804.992,40	20.654.675,87	4.401.482,73	20.124.797,88	69,49
Despesas Correntes	21.293.500,00	432.865,12	21.726.365,12	3.157.144,02	18.285.932,85	3.806.273,13	17.816.055,64	82,00
Pessoal E Encargos Sociais	12.198.400,00	363.727,41	12.562.127,41	2.233.993,42	10.598.186,57	2.225.935,39	10.589.456,54	84,30
Juros E Encargos Da Dívida	300.000,00	-200.000,00	100.000,00	12.286,82	60.067,15	12.284,19	60.064,52	60,06
Outras Despesas Correntes	8.795.100,00	269.137,71	9.064.237,71	910.863,78	7.627.679,13	1.568.053,55	7.166.534,58	79,06
Despesas De Capital	3.586.500,00	3.629.822,00	7.216.322,00	647.848,38	2.368.743,02	595.209,60	2.308.742,24	31,99
Investimentos	3.286.500,00	3.819.822,00	7.106.322,00	637.088,94	2.303.257,69	586.037,85	2.244.844,60	31,59
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	300.000,00	-190.000,00	110.000,00	10.759,44	65.485,33	9.171,75	63.897,64	58,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	-	20.000,00	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	24.900.000,00	4.062.687,12	28.962.687,12	3.804.992,40	20.654.675,87	4.401.482,73	20.124.797,88	69,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	24.900.000,00	4.062.687,12	28.962.687,12	3.804.992,40	20.654.675,87	4.401.482,73	20.124.797,88	69,49
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	569.946,66	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	24.900.000,00	4.062.687,12	28.962.687,12	3.804.992,40	20.654.675,87	4.401.482,73	20.694.744,54	71,45
								8.837.889,24
								3.910.309,48
								1.972.670,87
								39.935,48
								1.897.703,13
								4.907.579,76
								4.861.477,40
								46.102,36
								20.000,00
								8.837.889,24

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 09m.



Página: 4 de 4  
26/11/2014 18:30

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC 13.325 Contador



Página: 1 de 1  
26/11/2014 18:38

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos**  
**Servidores Públicos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
2014 a 2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

RC	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d) = ("d"exercício anterior)+(c)

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 07m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
C.R.C.: SC-23.325 Contador

Página: 1 de 1  
26/11/2014 18:39

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	55.000,00	155.400,00	-100.400,00
Alienacao De Bens Moveis	54.000,00	155.400,00	-101.400,00
Alienacao De Bens Imoveis	1.000,00	-	1.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>55.000,00</b>	<b>155.400,00</b>	<b>-100.400,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		155.400,00	155.400,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 10m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
C.R.C.: 13.325 Contador

Página: 1 de 3  
26/11/2014 18:39

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.545.100,00	2.545.100,00	2.241.295,28	88,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	830.000,00	830.000,00	744.122,01	89,65
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	177.447,35	70,97
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	982.018,13	98,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330.000,00	330.000,00	277.970,52	84,23
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.100,00	3.100,00	5.631,71	181,66
Dívida Ativa dos Impostos	107.000,00	107.000,00	46.210,15	43,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	25.000,00	25.000,00	7.895,41	31,58
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.687.000,00	16.687.000,00	13.097.973,93	78,49
Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	4.621.872,40	73,36
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	11.346,44	567,32
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.005.315,77	77,33
Cota-Parte ICMS	8.900.000,00	8.900.000,00	7.319.576,37	82,24
Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	125.000,00	111.523,66	89,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	28.339,29	47,23
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	28.339,29	47,23
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>19.232.100,00</b>	<b>19.232.100,00</b>	<b>15.339.269,21</b>	<b>79,75</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.092.000,00	5.092.000,00	4.219.150,02	82,85
Provenientes da União	1.392.000,00	1.392.000,00	1.181.334,02	84,86
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	3.700.000,00	3.700.000,00	3.037.816,00	82,10
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>5.092.000,00</b>	<b>5.092.000,00</b>	<b>4.219.150,02</b>	<b>82,85</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	5.644.000,00	5.679.000,00	4.648.885,80	81,86	4.568.500,10	80,44
Pessoal e Encargos Sociais	3.605.000,00	3.605.000,00	2.950.253,01	81,83	2.950.253,01	81,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.039.000,00	2.074.000,00	1.698.632,79	81,90	1.618.247,09	78,02
DESPESAS DE CAPITAL	182.000,00	586.627,99	284.780,36	48,54	284.780,36	48,54
Investimentos	182.000,00	586.627,99	284.780,36	48,54	284.780,36	48,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>5.826.000,00</b>	<b>6.265.627,99</b>	<b>4.933.666,16</b>	<b>78,74</b>	<b>4.853.280,46</b>	<b>77,45</b>

Página: 2 de 3  
26/11/2014 18:39

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.826.000,00	6.265.627,99	4.933.666,16	100,00	4.853.280,46	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					31,64	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) /100]6					2.552.390,07	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	3.998,92	-		3.998,92		
Total (VIII)	3.998,92	-		3.998,92		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

Página: 3 de 3  
26/11/2014 18:39

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	5.784.000,00	6.213.627,99	4.906.933,51	99,46	4.826.547,81	99,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	42.000,00	52.000,00	26.732,65	0,54	26.732,65	0,55
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.826.000,00</b>	<b>6.265.627,99</b>	<b>4.933.666,16</b>	<b>100,00</b>	<b>4.853.280,46</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 15m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$ .

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC- 13.325 / Contador

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas**  
Contratadas  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro/2014

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XII										RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014				SALDO TOTAL				
		No bimestre	Até o Bimestre (b)							
TOTAL DE ATIVOS						(c)=(a+b)				
Direitos Futuros										
Ativos Contabilizados na SPE										
Contrapartida para Provedores de PPP										
TOTAL DE PASSIVOS(I)										
Obrigações Não Relacionadas a Serviços										
Contrapartida para Ativos da SPE										
Provedores de PPP										
GARANTIAS DE PPP (II)										
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)										
PASSIVOS CONTINGENTES										
Contraprestações Futuras										
Riscos Não Provisionados										
Outros Passivos Contingentes										
ATIVOS CONTINGENTES										
Serviços Futuros										
Outros Ativos Contingentes										
DESPESAS DE PPP										
Do Ente Federado										
Das Entidades Não Dependentes										
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-				
RECETA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-				
TOTAL DAS DESPESAS/(RCL)(a)										

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 20m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
C.R.C.: 13.325 - Contador

Página: 1 de 2  
26/11/2014 18:41

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		24.900.000,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		24.900.000,00	
Receitas Realizadas	4.114.528,76		20.694.744,54	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		24.900.000,00	
Créditos Adicionais	-		4.062.687,12	
Dotação Atualizada	-		28.962.687,12	
Despesas Empenhadas	3.804.992,40		20.654.675,87	
Despesas Liquidadas	4.401.482,73		20.124.797,88	
Superávit Orçamentário			569.946,66	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas	3.804.992,40		20.654.675,87	
Despesas Liquidadas	4.401.482,73		20.124.797,88	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.817.978,30	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
	(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal	-50.000,00	-682.575,65	1365,15	
Resultado Primário	236.900,00	350.698,15	148,04	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.275.352,42	29.784,20	1.245.568,22	0,00
Poder Executivo	1.275.352,42	29.784,20	1.245.568,22	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	359,00	0,00	0,00	359,00
Poder Executivo	359,00	0,00	0,00	359,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.275.711,42	29.784,20	1.245.568,22	359,00

Página: 2 de 2  
26/11/2014 18:41

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	4.844.404,40	25%	31,58	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	3.362.623,29	60%	110,69	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		200.000,00	
Despesa de Capital Líquida	2.308.742,24		4.907.579,76	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	155.400,00		-100.400,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.853.280,46		31,64	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 29m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
C.R.C.: 13.325 Contador



Página: 1 de 3  
26/11/2014 18:31

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	(a-b)
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>24.900.000,00</b>	<b>28.962.687,12</b>	<b>3.804.992,40</b>	<b>20.654.675,87</b>	<b>4.401.482,73</b>	<b>20.124.797,88</b>	<b>100,00</b>	<b>69,49</b>	<b>8.837.889,24</b>
Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	144.350,34	698.367,86	148.520,67	695.010,49	3,45	56,05	544.989,51
Ação Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	144.350,34	698.367,86	148.520,67	695.010,49	3,45	56,05	544.989,51
Administração	2.501.000,00	3.014.322,50	473.871,36	2.461.705,03	508.333,86	2.336.354,46	11,61	77,51	677.968,04
Administração Geral	2.301.000,00	2.814.322,50	453.340,35	2.337.829,22	483.515,06	2.231.973,60	11,09	79,31	582.348,90
Defesa Civil	200.000,00	200.000,00	20.531,01	123.875,81	24.818,80	104.380,86	0,52	52,19	95.619,14
Segurança Pública	117.000,00	117.000,00	7.641,60	41.047,72	5.379,07	37.507,21	0,19	32,06	79.492,79
Policimento	117.000,00	117.000,00	7.641,60	41.047,72	5.379,07	37.507,21	0,19	32,06	79.492,79
Assistência Social	894.000,00	1.064.000,00	143.062,74	839.230,25	173.142,15	808.791,17	4,02	76,01	255.208,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.000,00	9.000,00	0,00	1.427,99	125,77	1.427,99	0,01	15,87	7.572,01
Assistência Comunitária	885.000,00	1.055.000,00	143.062,74	837.802,26	173.016,38	807.363,18	4,01	76,53	247.636,82
Saúde	5.826.000,00	6.286.079,70	1.066.906,27	4.946.714,91	1.163.675,63	4.866.329,21	24,18	77,41	1.419.750,49
Atenção Básica	5.784.000,00	6.234.079,70	1.054.172,16	4.919.982,26	1.150.941,52	4.839.596,56	24,05	77,63	1.394.483,14
Vigilância Sanitária	42.000,00	52.000,00	12.734,11	26.732,65	12.734,11	26.732,65	0,13	51,41	25.267,35
Trabalho	145.000,00	85.000,00	0,00	44.098,62	0,00	44.098,62	0,22	51,88	40.901,38
Fomento ao Trabalho	145.000,00	85.000,00	0,00	44.098,62	0,00	44.098,62	0,22	51,88	40.901,38
Educação	7.193.000,00	7.656.963,41	1.203.260,40	6.265.837,00	1.315.297,88	6.193.920,18	30,78	80,89	1.463.043,23
Alimentação e Nutrição	190.000,00	260.000,00	62.892,02	235.940,05	56.669,52	229.717,55	1,14	88,35	30.282,45
Ensino Fundamental	5.082.000,00	5.191.663,41	770.309,74	4.038.110,07	864.968,58	3.990.431,74	19,83	76,86	1.201.231,67
Ensino Superior	200.000,00	200.000,00	32.717,85	124.741,44	32.517,85	124.541,44	0,62	62,27	75.458,56
Educação Infantil	1.656.000,00	1.940.300,00	326.584,89	1.830.942,74	350.386,03	1.813.126,75	9,01	93,45	127.173,25
Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	65.000,00	10.755,90	36.102,70	10.755,90	36.102,70	0,18	55,54	28.897,30
Cultura	75.000,00	95.000,00	7.896,65	84.300,00	10.170,13	73.996,67	0,37	77,89	21.003,33
Difusão Cultural	75.000,00	95.000,00	7.896,65	84.300,00	10.170,13	73.996,67	0,37	77,89	21.003,33
Urbanismo	1.169.000,00	3.290.644,01	356.369,20	1.098.329,17	335.097,13	1.031.310,49	5,12	31,34	2.259.333,52
Infra-Estrutura Urbana	579.000,00	2.750.644,01	302.531,57	734.538,02	276.798,67	708.805,12	3,52	25,77	2.041.838,89
Serviços Urbanos	590.000,00	540.000,00	53.837,63	363.791,15	58.298,46	322.505,37	1,60	59,72	217.494,63

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
Habituação	20.000,00	720.000,00	1.175,81	80.925,96	1.175,81	80.925,96	0,40	639.074,04
Habituação Urbana	20.000,00	720.000,00	1.175,81	80.925,96	1.175,81	80.925,96	0,40	639.074,04
Saneamento	680.000,00	600.000,00	11.652,20	443.377,05	76.117,74	403.732,35	2,01	196.267,65
Defesa Civil	21.000,00	21.000,00	0,00	2.799,40	0,00	2.799,40	0,01	18.200,60
Saneamento Básico Urbano	659.000,00	579.000,00	11.652,20	440.577,65	76.117,74	400.932,95	1,99	178.067,05
Gestão Ambiental	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Controle Ambiental	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Agricultura	633.000,00	803.000,00	18.996,58	583.957,48	52.866,79	576.397,80	2,86	226.602,20
Extensão Rural	633.000,00	803.000,00	18.996,58	583.957,48	52.866,79	576.397,80	2,86	226.602,20
Comunicações	30.000,00	20.000,00	1.300,00	14.500,00	2.484,89	11.830,12	0,06	8.169,88
Telecomunicações	30.000,00	20.000,00	1.300,00	14.500,00	2.484,89	11.830,12	0,06	8.169,88
Transporte	2.783.000,00	2.614.677,50	263.451,33	2.121.921,80	459.805,60	2.068.943,06	10,28	545.734,44
Transporte Rodoviário	2.783.000,00	2.614.677,50	263.451,33	2.121.921,80	459.805,60	2.068.943,06	10,28	545.734,44
Desporto e Lazer	244.000,00	296.000,00	10.840,58	269.373,41	18.024,61	260.251,26	1,29	35.748,74
Desporto Comunitário	244.000,00	296.000,00	10.840,58	269.373,41	18.024,61	260.251,26	1,29	35.748,74
Encargos Especiais	1.409.000,00	1.019.000,00	94.217,34	660.989,61	131.390,77	635.398,83	3,16	383.601,17
Administração Geral	809.000,00	809.000,00	71.171,08	535.437,13	109.934,83	511.436,67	2,54	297.563,33
Serviço da Dívida Interna	600.000,00	210.000,00	23.046,26	125.552,48	21.455,94	123.962,16	0,62	86.037,84
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	24.900.000,00	28.962.687,12	3.804.992,40	20.654.675,87	4.401.482,73	20.124.797,88	100,00	8.837.889,24

PONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 13m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 13m.

Página: 3 de 3  
26/11/2014 18:31

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
						% (b/Total b)	% (b/a)
GISA APARECIDA GIACOMIN							
Prefeita Municipal							
		DAVI PECINATO					
		CRC 13.325					
		Contador					

Página: 1 de 3  
26/11/2014 18:31Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014		
ESPECIFICAÇÃO		NOVEMBRO/2013						FEVEREIRO/2014							
		Maio/2014	Dezembro/2013 Junho/2014	Janeiro/2014 Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014								
RECEITAS CORRENTES (I)		2.120.403,35	2.739.978,22	2.185.737,50	2.155.350,73	2.035.326,88	2.963.109,46								
		2.254.445,46	1.980.392,68	1.999.818,22	2.092.191,22	2.193.408,38	2.255.436,19								
	Receita Tributária	132.461,23	448.158,44	113.456,38	126.427,65	200.440,17	997.724,70								
		221.201,26	176.322,59	166.457,20	158.418,16	193.760,76	171.930,04								
	IPTU	8.792,46	27.537,71	5.779,27	4.605,98	2.599,33	614.687,66								
		42.598,97	34.613,07	13.652,39	9.341,38	9.051,73	7.192,23								
	ISS	90.265,09	96.976,63	81.794,64	73.176,28	68.928,15	198.176,67								
		111.283,97	80.731,58	70.510,18	70.988,25	118.094,42	108.333,99								
	ITBI	14.921,07	42.342,09	10.661,67	16.299,50	16.444,29	19.059,46								
		13.579,38	23.392,24	3.134,84	37.288,43	23.230,11	14.357,43								
	IRRF	-	260.333,15	1.191,42	658,71	-	91.204,10								
		28.584,01	1.231,74	62.277,70	30.167,71	31.326,35	31.328,78								
	Outras Receitas Tributárias	18.482,61	20.968,86	14.029,38	31.687,18	112.468,40	74.596,81								
		25.154,93	36.353,96	16.882,09	10.632,39	12.058,15	10.717,61								
	Receita De Contribuições	41.217,85	38.785,32	-	39.851,28	35.528,55	45.424,02								
		39.083,17	40.306,80	39.828,83	41.254,93	42.830,90	46.270,35								
	Receita Patrimonial	14.436,70	63.837,87	17.767,38	19.831,62	12.208,93	14.983,85								
		21.636,11	19.126,98	24.256,33	22.515,42	23.134,48	24.174,66								
	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-								
		-	-	-	-	-	-								
	Receita De Serviços	907,80	5.715,16	1.368,63	2.337,94	889,96	398,38								
		5.682,63	4.767,81	6,26	4.588,03	5.747,20	7.986,76								
	Transferências Correntes	1.907.486,32	2.154.761,61	2.003.888,78	1.955.218,47	1.739.921,91	1.881.986,98								
		1.929.834,67	1.726.502,99	1.748.527,63	1.843.856,96	1.829.149,16	1.985.889,16								
	Cota-Parte do FPM	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10								
		573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84								
	Cota-Parte do ICMS	784.976,39	782.349,70	760.916,88	720.224,04	726.886,19	711.573,86								

Página: 2 de 3  
26/11/2014 18:31

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2013 a Outubro/2014

R\$ 1,1														
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014						
	Novembro/2013		Dezembro/2013		Janeiro/2014				Fevereiro/2014		Março/2014		Abril/2014	
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014								
Cota-Parte do IPVA	725.383,48	731.342,83	680.509,61	713.065,75	764.402,01	785.271,72	8.886.902,46	8.900.000,00						
	60.664,57	27.069,74	43.808,91	76.924,80	109.410,89	110.965,20								
Cota-Parte do ITR	128.315,95	99.604,48	142.006,57	112.816,42	94.530,47	86.932,08	1.093.050,08	1.300.000,00						
	53,10	15,99	46,35	5,00	-	-								
Transferências da LC 87/1996	13,01	47,93	-	67,71	1.456,47	9.709,97	11.415,53	2.000,00						
	3.206,53	3.206,53	3.148,81	3.148,81	-	3.148,81								
Transferências da LC 61/1989	3.148,81	3.148,81	3.148,81	3.148,81	3.148,81	3.148,81	34.752,35	60.000,00						
	12.069,01	12.899,16	11.915,88	10.088,28	9.857,55	10.732,21								
Transferências do FUNDEB	11.673,04	11.117,95	11.421,60	11.773,17	11.079,15	11.864,83	136.491,83	125.000,00						
	313.393,10	311.775,79	321.221,29	313.479,25	289.367,70	291.555,43								
Outras Transferências Correntes	318.789,66	301.681,21	279.347,44	298.816,58	304.947,38	318.610,06	3.662.984,89	3.700.000,00						
	242.547,74	277.353,30	267.999,30	196.155,39	227.606,29	323.965,37								
Outras Receitas Correntes	169.421,42	149.779,79	262.966,97	255.742,47	256.501,93	398.847,85	3.028.887,82	2.705.000,00						
	23.893,45	28.719,82	49.256,33	11.683,77	46.337,36	22.591,53								
DEDUÇÕES (II)	37.007,62	13.365,51	20.741,97	21.557,72	98.785,88	19.185,22	393.126,18	247.800,00						
	271.720,35	266.306,76	282.933,46	289.116,60	244.589,41	253.293,03								
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	288.324,51	255.008,21	241.242,45	257.859,40	253.539,75	253.686,06	3.157.619,99	3.337.400,00						
	271.720,35	266.306,76	282.933,46	289.116,60	244.589,41	253.293,03								
	288.324,51	255.008,21	241.242,45	257.859,40	253.539,75	253.686,06	3.157.619,99	3.337.400,00						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.848.683,00	2.473.671,46	1.902.804,04	1.866.234,13	1.790.737,47	2.709.816,43	23.817.978,30	23.740.000,00						
	1.966.120,95	1.725.384,47	1.758.575,77	1.834.331,82	1.939.868,63	2.001.750,13								

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 21m.

GISA APARECIDA GIACOMINI

DAVI PECINATO

Página: 3 de 3  
26/11/2014 18:31

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							Previsão Atualizada 2014
		R\$ 1,00							
ESPECIFICAÇÃO	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Total (últimos 12 Meses)		
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014			
Prefeita Municipal									
CRC 13.325 Contador									

CRC 13.325 Contador

Página: 1 de 3  
26/11/2014 18:32

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)</b>	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3  
26/11/2014 18:32

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR			-		
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERENCIA		
DO RPPS	Set/2014		2014	2013	



Página: 3 de 3  
26/11/2014 18:32

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 40m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC 13.325 Contador

Página: 1 de 2  
26/11/2014 18:33

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em 31/Out/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	992.830,87	890.360,16	868.904,22
DEDUÇÕES(II)	1.517.626,79	2.494.685,62	2.217.153,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.792.979,21	3.942.234,19	4.049.381,57
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.275.352,42	1.447.548,57	1.832.228,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-524.795,92	-1.604.325,46	-1.348.249,11
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-524.795,92	-1.604.325,46	-1.348.249,11

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	256.076,35	-823.453,19

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-50.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 45m.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

Página: 2 de 2  
26/11/2014 18:33

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
Prefeita Municipal	CRC 13.325 Contador			

Página: 1 de 2  
26/11/2014 18:34

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	23.631.900,00	3.895.742,09	19.307.813,17	17.508.360,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.021.500,00	365.690,80	2.526.138,91	1.997.336,87
IPTU	830.000,00	16.243,96	744.122,01	716.436,47
ISS	1.000.000,00	226.428,41	982.018,13	613.935,28
ITBI	250.000,00	37.587,54	177.447,35	166.091,57
IRRF	330.000,00	62.655,13	277.970,52	103.242,21
Outras Receitas Tributárias	611.500,00	22.775,76	344.580,90	397.631,34
Receita de Contribuição	510.000,00	89.101,25	370.378,83	375.473,74
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	510.000,00	89.101,25	370.378,83	375.473,74
Receita Patrimonial Líquida	45.000,00	1.432,47	11.825,09	22.517,38
Receita Patrimonial	153.100,00	47.309,14	199.635,76	111.095,93
(-)Aplicações Financeiras	108.100,00	45.876,67	187.810,67	88.578,55
Transferências Correntes	19.754.600,00	3.307.812,51	16.025.183,83	14.895.165,30
FPM	5.040.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
ICMS	7.120.000,00	1.238.994,05	5.855.115,62	5.508.653,29
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	7.594.600,00	1.457.149,00	6.472.570,05	5.963.910,70
Demais Receitas Correntes	300.800,00	131.705,06	374.286,51	217.867,33
Dívida Ativa	152.000,00	8.953,99	62.191,27	74.751,67
Diversas Receitas Correntes	148.800,00	122.751,07	312.095,24	143.115,66
RECEITAS DE CAPITAL(II)	1.160.000,00	172.910,00	1.199.120,70	564.322,94
Operações de Crédito(III)	200.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	55.000,00	-	155.400,00	20.000,00
Transferências de Capital	905.000,00	172.910,00	1.043.720,70	544.322,94
Convênios	905.000,00	172.910,00	1.043.720,70	538.778,94
Outras Transferências de Capital	-	-	-	5.544,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	905.000,00	172.910,00	1.043.720,70	544.322,94
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	24.536.900,00	4.068.652,09	20.351.533,87	18.052.683,56
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	21.726.365,12	3.806.273,13	17.816.055,64	16.194.062,81

Página: 2 de 2  
26/11/2014 18:34

Município de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	12.562.127,41	2.225.935,39	10.589.456,54	9.163.234,09
Juros e Encargos da Dívida(IX)	100.000,00	12.284,19	60.064,52	203.643,14
Outras Despesas Correntes	9.064.237,71	1.568.053,55	7.166.534,58	6.827.185,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	21.626.365,12	3.793.988,94	17.755.991,12	15.990.419,67
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	7.216.322,00	595.209,60	2.308.742,24	1.519.447,25
Investimentos	7.106.322,00	586.037,85	2.244.844,60	1.329.953,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	110.000,00	9.171,75	63.897,64	189.493,55
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	7.106.322,00	586.037,85	2.244.844,60	1.329.953,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	20.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	28.752.687,12	4.380.026,79	20.000.835,72	17.320.373,37
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-4.215.787,12	-311.374,70	350.698,15	732.310,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				236.900,00
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 48m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC 13.325 Contador

Página: 1 de 1  
26/11/2014 18:35

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Região**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

PODER/ÓRGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					R\$ 1.000,00
		Inscritos		Saldo	Pagos	Cancelados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)												
EXECUTIVO												
	GABINETE PREFEITO E VICE	21,00	11.588,81	-	11.588,81	21,00	-	-	-	-	-	-
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.044,50	141.949,37	-	139.482,10	5.511,77	-	300,00	-	-	-	300,00
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	6.841,65	249.982,47	-	243.954,65	12.869,47	-	59,00	-	-	-	59,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	-	337.795,69	-	334.990,12	2.805,57	-	-	-	-	-	-
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	729,94	3.899,48	-	763,50	3.865,92	-	-	-	-	-	-
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE	260,52	94.603,56	-	94.567,56	296,52	-	-	-	-	-	-
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	-	341.922,16	-	337.800,20	4.121,96	-	-	-	-	-	-
	Fundo Municipal de Saude de Catanduvas	7,84	-	-	-	7,84	-	-	-	-	-	-
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	69,50	-	-	-	69,50	-	-	-	-	-	-
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	678,00	81.957,93	-	82.421,28	214,65	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	11.652,95	1.263.699,47	-	1.245.568,22	29.784,20	-	359,00	-	-	-	359,00
LEGISLATIVO												
	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)		11.652,95	1.263.699,47	-	1.245.568,22	29.784,20	-	359,00	-	-	-	359,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 52m.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC 13.325 Contador

Página: 1 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)
				(c)=(b)/a)x100 %
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	2.545.100,00	2.545.100,00	349.827,50	2.241.295,28
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	942.100,00	942.100,00	22.361,90	789.773,31
1.1.1-IPTU	830.000,00	830.000,00	16.243,96	846.968,46
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.100,00	2.100,00	539,45	2.521,76
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	91.000,00	91.000,00	4.744,79	36.641,60
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	19.000,00	19.000,00	1.060,25	8.781,84
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	226,55	105.140,35
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	37.587,54	177.447,35
1.2.1-ITBI	250.000,00	250.000,00	37.587,54	177.447,35
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.023.000,00	1.023.000,00	227.222,93	996.104,10
1.3.1-ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	226.428,41	982.018,13
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	832,27	3.271,52
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	16.000,00	16.000,00	-	9.568,55
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00	-	1.415,78
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	37,75	169,88
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330.000,00	330.000,00	62.655,13	277.970,52
1.4.1-IRRF	330.000,00	330.000,00	62.655,13	277.970,52
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-

Página: 2 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					(c)=(b/a)×100
	2.1-Cota-Parte FPM	16.687.000,00	2.536.131,10	13.097.973,93	78,49
	2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	764.586,78	4.621.872,40	73,36
	2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.300.000,00	764.586,78	4.621.872,40	73,36
	2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	-
	2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	8.900.000,00	1.549.673,73	7.319.576,37	82,24
	2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	6.297,62	28.339,29	47,23
	2.5-Cota-Parte ITR	125.000,00	22.943,98	111.523,66	89,22
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	2.6-Cota-Parte IPVA	2.000,00	11.166,44	11.346,44	567,32
	2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	1.300.000,00	181.462,55	1.005.315,77	77,33
		19.232.100,00	2.885.958,60	15.339.269,21	79,76



Página: 3 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	-	-	-	-	-
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	-	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	-	-	-	-	-
5.5 - Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	-	-	-	-	-

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.337.400,00	3.337.400,00	507.225,81	2.619.592,88	78,49
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	152.917,32	924.374,24	73,36
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.780.000,00	1.780.000,00	310.679,68	1.464.460,75	82,27
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.259,52	5.667,84	47,23
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	25.000,00	25.000,00	4.588,79	22.304,75	89,22
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	2.233,27	2.269,26	567,32
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	260.000,00	260.000,00	35.547,23	200.516,04	77,12
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.700.000,00	3.700.000,00	623.557,44	3.037.816,00	82,10
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	3.700.000,00	3.700.000,00	623.557,44	3.037.816,00	82,10
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-

Página: 4 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	362.600,00	116.331,63	418.223,12
			115,34

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 5 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB		DESPESAS LIQUIDADAS			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100
					%
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1-Com Educação Infantil	3.475.000,00	3.475.000,00	676.364,02	3.362.623,29	96,77
13.2-Com Ensino Fundamental	1.290.000,00	1.290.000,00	215.206,68	1.290.000,00	100,00
	2.185.000,00	2.185.000,00	461.157,34	2.072.623,29	94,86
14-OUTRAS DESPESAS					
14.1-Com Educação Infantil	280.000,00	280.000,00	19.099,00	212.595,49	75,93
	60.000,00	60.000,00	-	59.179,48	98,63
14.2-Com Ensino Fundamental	220.000,00	220.000,00	19.099,00	153.416,01	69,73
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	3.755.000,00	3.755.000,00	695.463,02	3.575.218,78	95,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
16.1 - FUNDEB 60%	-				
16.2 - FUNDEB 40%	-				
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					
17.1 - FUNDEB 60%	-				
17.2 - FUNDEB 40%	-				
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-				
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR		
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%					
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100%					
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%					
3.575.218,78					
110,69					
7,00					
-17,69					

Página: 6 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1.00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-99.030,32
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.808.025,00	4.808.025,00	721.489,65	3.834.817,30	79,76

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.690.000,00	1.690.000,00	236.845,56	1.669.098,14	98,76
23.1-Creche	1.690.000,00	1.690.000,00	236.845,56	1.669.098,14	98,76
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.350.000,00	1.350.000,00	215.206,68	1.349.179,48	99,94
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	340.000,00	340.000,00	21.638,88	319.918,66	94,09
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.888.000,00	3.878.000,00	768.018,46	3.593.529,38	92,66
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.405.000,00	2.405.000,00	480.256,34	2.226.039,30	92,56
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.483.000,00	1.473.000,00	287.762,12	1.367.490,08	92,84
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	5.578.000,00	5.568.000,00	1.004.864,02	5.262.627,52	94,52

Página: 7 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		418.223,12
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)		-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4		-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)		-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		418.223,12
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))		4.844.404,40
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%		31,58

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	383.000,00	383.000,00	70.155,75	259.581,25	67,78
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	867.000,00	1.028.016,00	83.463,89	368.521,90	35,85
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.350.000,00	1.511.016,00	153.619,64	628.103,15	41,57
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.928.000,00	7.079.016,00	1.158.483,66	5.890.730,67	83,21
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Página: 8 de 8  
26/11/2014 18:36

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	R\$ 1,00
		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.037.816,00
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.582.033,23
49.1-Orçamentário do Exercício		3.483.002,91
49.2-Restos a Pagar		99.030,32
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		-544.217,23

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 16h e 57m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
CRC 13.325 Contador

Página: 1 de 1  
26/11/2014 18:37

Município de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)		(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	200.000,00	-		200.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(d)	(e)	(f)	(g)=(d)-(e+f)
DESPESAS DE CAPITAL	7.216.322,00	2.308.742,24		4.907.579,76
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.216.322,00	2.308.742,24		4.907.579,76
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-7.016.322,00	-2.308.742,24		-4.707.579,76

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Nov/2014, 17h e 01m.

1

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
C.R.C.: SC 13.325 -Contador

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE/2014

Página: 1 de 2  
26/11/2014 11:47

Camara Municipal de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-	-	-
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECETAS(III)=(I+II)	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	-	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	695.010,49	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	-	-	-	-	695.010,49	-	-695.010,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-



Camara Municipal de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	(g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>144.350,34</b>	<b>698.367,86</b>	<b>148.520,67</b>	<b>695.010,49</b>	<b>56,05</b>	<b>544.989,51</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>920.000,00</b>	<b>-</b>	<b>920.000,00</b>	<b>140.736,29</b>	<b>688.648,81</b>	<b>144.906,62</b>	<b>685.291,44</b>	<b>74,49</b>	<b>234.708,56</b>
Pessoal E Encargos Sociais	657.400,00	-	657.400,00	102.845,19	477.096,86	102.845,19	477.096,86	72,57	180.303,14
Outras Despesas Correntes	262.600,00	-	262.600,00	37.891,10	211.551,95	42.061,43	208.194,58	79,28	54.405,42
<b>Despesas De Capital</b>	<b>220.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>320.000,00</b>	<b>3.614,05</b>	<b>9.719,05</b>	<b>3.614,05</b>	<b>9.719,05</b>	<b>3,04</b>	<b>310.280,95</b>
Investimentos	220.000,00	100.000,00	320.000,00	3.614,05	9.719,05	3.614,05	9.719,05	3,04	310.280,95
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>144.350,34</b>	<b>698.367,86</b>	<b>148.520,67</b>	<b>695.010,49</b>	<b>56,05</b>	<b>544.989,51</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>144.350,34</b>	<b>698.367,86</b>	<b>148.520,67</b>	<b>695.010,49</b>	<b>56,05</b>	<b>544.989,51</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(XIV)=(XII+XIII)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>144.350,34</b>	<b>698.367,86</b>	<b>148.520,67</b>	<b>695.010,49</b>	<b>56,05</b>	<b>544.989,51</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Nov/2014, 10h e 37m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Página: 1 de 1  
26/11/2014 11:47

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00									
RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	(a-b)
DESPESAS(EXCETO INTRA Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	144.350,34	698.367,86	148.520,67	695.010,49	100,00	56,05	544.989,51
Ação Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	144.350,34	698.367,86	148.520,67	695.010,49	100,00	56,05	544.989,51
DESPESAS INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>144.350,34</b>	<b>698.367,86</b>	<b>148.520,67</b>	<b>695.010,49</b>	<b>100,00</b>	<b>56,05</b>	<b>544.989,51</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Nov/2014, 10h e 38m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 2  
26/11/2014 11:48

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014						
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014						
RECEITAS CORRENTES (I)	2.120.403,35	2.739.978,22	1.902.804,04	1.866.234,13	1.790.737,47	2.709.816,43					24.356.006,07	-
Receita Tributária	1.966.120,95	1.725.384,47	1.758.575,77	1.834.332,48	1.939.868,63	2.001.750,13					24.356.006,07	-
	132.461,23	448.158,44	113.456,38	126.427,65	200.440,17	997.724,70					3.106.758,58	-
	221.201,26	176.322,59	166.457,20	158.418,16	193.760,76	171.930,04						
IPTU	8.792,46	27.537,71	5.779,27	4.605,98	2.599,33	614.687,66					780.452,18	-
	42.598,97	34.613,07	13.652,39	9.341,38	9.051,73	7.192,23						
ISS	90.265,09	96.976,63	81.794,64	73.176,28	68.928,15	198.176,67					1.169.259,85	-
	111.283,97	80.731,58	70.510,18	70.988,25	118.094,42	108.333,99						
ITBI	14.921,07	42.342,09	10.661,67	16.299,50	16.444,29	19.059,46					234.710,51	-
	13.579,38	23.392,24	3.134,84	37.288,43	23.230,11	14.357,43						
IRRF	-	260.333,15	1.191,42	658,71	-	91.204,10					538.303,67	-
	28.584,01	1.231,74	62.277,70	30.167,71	31.326,35	31.328,78						
Outras Receitas Tributárias	18.482,61	20.968,86	14.029,38	31.687,18	112.468,40	74.596,81					384.032,37	-
	25.154,93	36.353,96	16.882,09	10.632,39	12.058,15	10.717,61						
Receita De Contribuições	41.217,85	38.785,32	-	39.851,28	35.528,55	45.424,02					450.382,00	-
	39.083,17	40.306,80	39.828,83	41.254,93	42.830,90	46.270,35						
Receita Patrimonial	14.436,70	63.837,87	17.767,38	19.831,62	12.208,93	14.983,85					277.910,99	-
	21.636,11	19.126,98	24.256,33	22.516,08	23.134,48	24.174,66						
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-					-	-
	-	-	-	-	-	-					-	-
Receita De Serviços	907,80	5.715,16	1.368,63	2.337,94	889,96	398,38					40.396,56	-
	5.682,63	4.767,81	6,26	4.588,03	5.747,20	7.986,76						
Transferências Correntes	1.907.486,32	2.154.761,61	1.720.955,32	1.666.101,87	1.495.332,50	1.628.693,95					20.087.431,76	-
	1.641.510,16	1.471.494,78	1.507.285,18	1.585.997,56	1.575.609,41	1.732.203,10						
Cota-Parte do FPM	391.049,30	638.892,69	475.865,13	508.154,35	301.434,66	344.036,90					4.727.440,15	-
	458.471,46	343.824,01	295.301,33	358.740,86	314.466,37	297.203,09						

Página: 2 de 2  
26/11/2014 11:48

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2013 a Outubro/2014

R\$ 1,00												
RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Previsão Atualizada
Unidade Gestora: Câmara Mun. Vereadores de CATANDUVAS		Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Total (últimos)				
ESPECIFICAÇÃO												
Cota-Parte do ICMS		627.981,17	625.879,84	608.932,35	576.179,31	581.509,04	569.259,20	7.108.976,63				
		580.306,87	585.074,35	544.407,78	570.452,67	611.521,71	627.472,34					
Cota-Parte do IPVA		48.531,74	21.655,87	34.848,42	61.539,90	87.528,78	88.772,23	874.987,34				
		102.652,86	79.683,66	113.605,33	90.253,23	75.624,46	70.290,86					
Cota-Parte do ITR		42,48	12,80	37,08	4,00	-	-	9.132,46				
		10,41	38,35	-	54,17	1.165,19	7.767,98					
Transferências da LC 87/1996		2.565,23	2.565,23	2.519,05	2.519,05	-	2.519,05	27.801,91				
		2.519,05	2.519,05	2.519,05	2.519,05	2.519,05	2.519,05					
Transferências da LC 61/1989		9.655,21	10.319,33	9.532,70	8.070,62	7.886,03	8.585,77	109.193,45				
		9.338,43	8.894,36	9.137,28	9.418,53	8.863,32	9.491,87					
Transferências do FUNDEB		313.393,10	311.775,79	321.221,29	313.479,25	289.367,70	291.555,43	3.662.984,89				
		318.789,66	301.681,21	279.347,44	298.816,58	304.947,38	318.610,06					
Outras Transferências Correntes		514.268,09	543.660,06	267.999,30	196.155,39	227.606,29	323.965,37	3.566.914,93				
		169.421,42	149.779,79	262.966,97	255.742,47	256.501,93	398.847,85					
Outras Receitas Correntes		23.893,45	28.719,82	49.256,33	11.683,77	46.337,36	22.591,53	393.126,18				
		37.007,62	13.365,51	20.741,97	21.557,72	98.785,88	19.185,22					
DEDUÇÕES (II)		271.720,35	266.306,76	-	-	-	-	538.027,11				
		-	-	-	-	-	-					
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB		271.720,35	266.306,76	-	-	-	-	538.027,11				
		-	-	-	-	-	-					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		1.848.683,00	2.473.671,46	1.902.804,04	1.866.234,13	1.790.737,47	2.709.816,43	23.817.978,96				
		1.966.120,95	1.725.384,47	1.758.575,77	1.834.332,48	1.939.868,63	2.001.750,13					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Nov/2014, 10h e 38m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Página: 1 de 1  
26/11/2014 11:48

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Região**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Em 31 de dezembro de 2013	Saldo	Inscritos		Em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores				Em Exercícios Anteriores					
Não existem registros a serem impressos.										
LEGISLATIVO										
Poder Legislativo	-		-	-	-		-	-	-	-
SUBTOTAL	-		-	-	-		-	-	-	-
TOTAL(I)	-		-	-	-		-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Nov/2014, 10h e 39m.

R\$ 1,00

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Página: 1 de 2  
26/11/2014 11:49

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		-		0,00	
Previsão Atualizada da Receita		-		0,00	
Receitas Realizadas		3.941.618,76		19.495.624,50	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-		0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		1.140.000,00	
Créditos Adicionais		-		100.000,00	
Dotação Atualizada		-		1.240.000,00	
Despesas Empenhadas		144.350,34		698.367,86	
Despesas Liquidadas		148.520,67		695.010,49	
Superávit Orçamentário				18.800.614,01	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		144.350,34		698.367,86	
Despesas Liquidadas		148.520,67		695.010,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				23.817.978,96	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal			-271.730,30		
Resultado Primário		0,00	-695.010,49		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2 de 2  
26/11/2014 11:49

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV				R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	0,00	25%		
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	60%		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	9.719,05		310.280,95	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Nov/2014, 10h e 47m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-0 Contadora

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### LEI 1.336/2014

LEI N.º 1.336/2014

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2014 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações no valor de R\$ 567.200,00 (Quinhentos e sessenta e sete mil e duzentos reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OP. ESPECIAL: 0.001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

Modalidade/Recurso: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 1.000,00 (Um mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 2.000,00 (Dois mil reais)

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 845 - Outros Transferências

Programa: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OP. ESPECIAL: 0.002 - Contribuição ao PASEP

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2.013 - Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 100.000,00 (Cem mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.010 - Manutenção Geral da Secretaria de Educação

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 15.000,00 (Quinze mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.012 - Manutenção Geral do Transporte Escolar

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.22 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Educação

Valor: ..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.014 - Manutenção Geral do Ensino Fundamental

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.19 Aplicações Diretas/ Transferências do FUNDEB - 40%

Valor: ..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 31.500,00

(Trinta e um mil e quinhentos reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.015 - Manutenção do Programa Merenda Escolar

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: ..... 15.000,00 (Quinze mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA



**E ESPORTES**

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.013 - Manutenção Geral da Pré-Escola

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações

Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....

..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Laser

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 007 - ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO

Atividade: 2.016 - Manutenção Geral do Departamento de Esporte

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 7.000,00 (Sete mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 5.000,00 (Cinco mil reais)

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 06.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso

Programa: 009 - ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atividade: 2.020 - Programa de Apoio a Pessoa Idosa

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 5.000,00 (Cinco mil reais)

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 013 - SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Atividade: 2.027 - Manutenção Geral dos Transportes

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.

Atividade: 2.024 - Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais)

Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 005 - MAIS SAÚDE.

Projeto: 2.006 - Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações

Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor: .....

140.000,00 (Cento e quarenta mil reais)

Art. 2º - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotação Orçamentária, conforme segue:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OP. ESPECIAL: 0.003 - Parcelamento INSS

Modalidade/Recurso: 3.2.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.6.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....

..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Projeto: 1.009 - Construção de Mini Ginásio de Esportes p/ Escola Municipal Bairro Antena.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.22 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Educação

Valor: .....

..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Projeto: 1.010 - Construção de Salas de Aula na Escola Municipal Bairro Antena

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....

..... 15.000,00 (Quinze mil reais)

Projeto: 1.011 - Mobiliário para Escola e Creche

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....

..... 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Projeto: 1.012 - Construção de Murro de Contenção na Escola Municipal Bairro Antena.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....

..... 30.000,00 (Trinta mil reais)

Projeto: 1.013 - Aquisição de Terreno p/ Quadra de Esportes na Escola Bairro Antena.

Modalidade/Recurso: 4.5.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações

Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....  
.. 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Projeto: 1.014 - Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....  
..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....  
..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Projeto: 1.015 - Aquisição de Veículo Leve

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Recursos Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: .....  
1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Ensino Infantil

Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.013 - Manutenção Geral da Pré-Escola

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 Aplicações Diretas/ Transferências do FUNDEB - 40%

Valor: .....  
..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 813 - Lazer

Programa: 007 - ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO

Atividade: 1.016 - Ampliação e Cobertura das Arquibancadas e Iluminação do Estádio Municipal.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 6.839,21 (Seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos)

Atividade: 1.020 - Academia ao Ar Livre

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
6.700,00 (Seis mil e setecentos reais)

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 06.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso

Programa: 009 - ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto: 1.022 - Ampliação do Prédio do CCI.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 009 - ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atividade: 2.019 - Manutenção Geral do CRAS

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 5.000,00 (Cinco mil reais)

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 06.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 011 - HABITAÇÃO, DIREITO E DIGNIDADE.

Projeto: 1.024 - Construção de Unidades Habitacionais de acordo com o PLHIS.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unidade: 07.01 - Departamento da Industria, Comércio e Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 602 - Promoção da Produção Animal

Programa: 014 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 1.038 - Aquisição de Botijões para Inseminação Artificial

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: ..... 16.380,00 (Dezesseis mil, trezentos e oitenta reais)

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 014 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 1.039 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas para Grupo de Agricultores.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 5.000,00 (Cinco mil reais)

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 014 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 1.043 - Aquisição de Veículos.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unidade: 07.02 - Departamento de Turismo e Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 544 - Recursos Hídricos

Programa: 014 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 1.042 - Implantação de Redes de Distribuição de Água

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 3.371,85 (Três mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unidade: 07.02 - Departamento de Turismo e Meio Ambiente

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 014 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Atividade: 2.032 - Apoio a Instalação de Empreendimentos voltados a Exploração Turística do Município.

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
 Unidade: 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem  
 Função: 26 - Transporte  
 Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 013 - SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL  
 Projeto: 1.035 - Aquisição de Veículo Utilitário  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários  
 Valor: .....  
 ..... 30.000,00 (Trinta mil reais)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 6 - Segurança Pública  
 Subfunção: 181 - Policiamento  
 Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.  
 Atividade: 2.025 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública.  
 Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários  
 Valor: .....  
 ..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
 Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.  
 Projeto: 1.027 - Construção de Portais Personalizados na Entrada do Município.  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários  
 Valor: .....  
 ..... 10.000,00 (Dez mil reais)  
 Projeto: 1.032 - Construção de Escadaria na Rua Heitor José Pizzolatto.  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários  
 Valor: .....  
 ..... 2.408,94 (Dois mil, quatrocentos e oito reais e noventa e quatro centavos).

Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 05.01 - Departamento de Saúde  
 Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica  
 Programa: 005 - MAIS SAÚDE.  
 Projeto: 1.003 - Aquisição de Veículo de Transporte Coletivo.  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ..... 30.000,00 (Trinta mil reais)  
 Projeto: 1.004 - Construção do Pólo da Academia de Saúde.  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ..... 10.000,00 (Dez mil reais)  
 Projeto: 1.005 - Aquisição da Unidade Básica de Saúde  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Projeto: 1.006 - Aquisição de Veículos.  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ... 60.000,00 (Sessenta mil reais)  
 Projeto: 1.008 - Implantação da Rede e Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário  
 Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Órgão: 05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 05.01 - Departamento de Saúde  
 Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 005 - MAIS SAÚDE.  
 Atividade: 2.036 - Manutenção dos Programas de Saúde Pública - Assistência Hospitalar.  
 Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor: .....  
 ..... 10.000,00 (Dez mil reais)

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadações no valor de R\$ 445.000,00 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 04.01 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS  
 Atividade: 2.010 - Manutenção Geral da Secretaria de Educação  
 Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.58 Aplicações Diretas/ Salário Educação  
 Valor: .....  
 ..... 12.921,30 (Doze mil, novecentos e vinte e um reais e trinta centavos)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 04.01 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS  
 Atividade: 2.014 - Manutenção Geral do Ensino Fundamental  
 Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18 Aplicações Diretas/ Transferências do FUNDEB - 60%  
 Valor: .....  
 ..... 60.394,59 (Sessenta mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos)  
 Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.19 Aplicações Diretas/ Transferências do FUNDEB - 40%  
 Valor: .....  
 ..... 40.092,52 (Quarenta mil e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos)

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 04.01 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil  
 Programa: 006 - EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.013 - Manutenção Geral da Pré-Escola  
 Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.59 Aplicações Diretas/ Programa Dinheiro Direto na Escola  
 Valor: .....  
 ..... 503,40 (Quinhentos e três reais e quarenta centavos)

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 06.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 009 - ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atividade: 2.035 - Manutenção dos Programas de Assistência Social

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.52 Aplicações Diretas/ Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Valor: .....  
 51.441,44 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unid. Orçamentária: 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 014 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Atividade: 2.028 - Manut. Geral da Ind. Com. Tur. Agric. Meio Ambiente

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
 152.847,38 (Cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: .....  
 . 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 013 - SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Atividade: 2.027 - Manutenção Geral dos Transportes

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.44 Aplicações Diretas/ Fundo Especial do Petróleo - FEP

Valor: .....  
 ..... 8.749,38 (Oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.

Atividade: 2.024 - Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.17 Aplicações Diretas/ Recursos Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

Valor: .....  
 ..... 5.061,76 (Cinco mil e sessenta e um reais e setenta e seis centavos)

Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 005 - MAIS SAÚDE.

Projeto: 2.006 - Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicações Diretas/ Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor: .....  
 ..... 62.988,23 (Sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos)

Art. 4º - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 3º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes destinações e valores, conforme quadro abaixo:

D.R	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
0.1.00	Recursos Ordinários	202.847,38
0.1.02	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde	62.988,23
0.1.17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP	5.061,76
0.1.18	Transferências do FUNDEB – 60%	60.394,59
0.1.19	Transferências do FUNDEB – 40%	40.092,52
0.1.44	Fundo Especial do Petróleo – FEP	8.749,38
0.1.52	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	51.441,44
0.1.58	Salário Educação	12.921,30
0.1.59	Programa Dinheiro Direto na Escola	503,40
VALOR TOTAL		445.000,00

Fonte: Setor Contabilidade - Município de Caxambu do Sul

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 26 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

## LEI 1.337/2014

LEI Nº 1.337/2014.

“AUTORIZA PAGAMENTO DE PARTE DAS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTEÇÃO A SEREM REALIZADAS NO LOTEAMENTO VITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar parte das despesas necessárias à execução das obras de contenção indicadas no Relatório do Geólogo Mariano José Smaniotto, a serem realizadas no Loteamento Vitória, de propriedade de Edir Antônio Vivian e outros, no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e



quinhentos reais).

Art. 2º - Para realizar as despesas autorizadas no art. 1º, fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2014, aprovada pela Lei Municipal nº 1.296/13, de 08 de novembro de 2013, no valor de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL  
Órgão: 03.00 - SEC. MUNIC. DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO  
Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração  
Função: 04 - Administração  
Subfunção: 182 - Defesa Civil  
Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Atividade: 2004 - Manutenção Geral da Defesa Civil Municipal  
Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários  
Valor: ..... 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais)

Art. 3º Para fazer frente ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação verificado no Orçamento Programa do Município durante o Exercício de 2014, na Fonte de Recursos D.R 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 26 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 103/2014

"DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2014 E PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO PARA 2015."

- Considerando a intensificação das atividades relativas ao encerramento de exercício de 2014;

- Considerando a necessidade de planejamento das atividades para o exercício de 2015;

- Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente interno nas repartições públicas municipais nos dias 18, 19, 22, 23, 24, 26, 29 e 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Não haverá expediente nos dias 02, 05 e 06 de janeiro de 2015, sendo que a jornada de trabalho suspensa será compensada, mediante determinação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Os serviços considerados de natureza essencial, emergenciais e inadiáveis, serão mantidos em todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado - SC, especialmente na área da saúde, serviços de correio, emissão de bloco de nota de produtor rural e coleta de lixo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
26 de novembro de 2014.

José Braulio Inácio  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 104, DE 26.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 104, DE 26.11.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§, 1º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais), no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 - Administração  
05 - Administração Geral  
122 - Administração Geral  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2003 - Manutenção Secretaria Administração Planejamento .....  
R\$ 110.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
03 - Divisão de Esportes  
27 - Desporto e Laser  
08 - Esporte é Vida  
812 - Desporto Comunitário  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2019 - Manutenção / Pessoal ..... R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
14 - Agricultura Sustentável  
606 - Extensão Rural  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2063 - Manut/Pessoal Secretaria Veículos Assistência Técnica ...  
R\$ 35.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 - Divisão de Obras  
15 - Urbanismo  
13 - Urbanismo  
452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2092 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos ..... R\$ 160.000,00

09 - Fundo de Assistência Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
10 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Assistência Social ....  
R\$ 80.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
11 - Gestão Ambiental e Turística  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2076 - Manutenção/Pessoal Secretaria Meio Ambiente Turismo ..  
R\$ 40.000,00

12 - Gabinete do Prefeito e Vice  
02 - Gabinete do Prefeito e Vice  
04 - Administração  
03 - Gestão Administrativa Superior  
122 - Administração Geral

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice .....  
R\$ 85.000,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 105, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 105, DE 26.11.2014  
Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§, 1º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 (transferências do FUNDEB - 60%), no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
113 - Transferência do FUNDEB - 60%  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental .....  
R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 106, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 106, DE 26.11.2014  
Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§, 1º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 117 (outras transferências de recursos do fundo nacional de assistência social), no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 - Fundo de Assistência Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social  
10 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
117 - Outras Transferências Recursos do Fundo Nacional Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás .....  
R\$ 16.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 107, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 107, DE 26.11.2014

Abre credito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §, 1º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receitas de impostos e transferência de impostos - saúde), no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
09 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
101- Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde .....  
R\$ 250.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 108, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 108, DE 26.11.2014

Abre credito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §, 1º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso

103 (atenção básica), no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
09 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
103- Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2026 - Manutenção/Pessoal Programa Saúde da Família .....  
R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 109, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 109, DE 26.11.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 105 (recurso de alienação de bens educação), no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
105 - Recurso de Alienação de Bens Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
1015 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos .....  
R\$ 12.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 110, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 110, DE 26.11.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 (transferência de convênios - educação), no valor de R\$

20.000,00 (vinte mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
115 - Transferência de Convênio - Educação  
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar .....  
R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 111, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 111, DE 26.11.2014  
Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais), no valor de R\$ 39.581,86 (trinta e nove mil quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
03 - Divisão de Obras  
15 - Urbanismo  
13 - Urbanismo  
451 - Infra Estrutura Urbana  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
1038 - Pavimentação ..... R\$ 17.581,86

07 - Secretaria da Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
14 - Agricultura Sustentável  
606 - Extensão Rural  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
1008 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga .....  
..... R\$ 21.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 - Administração  
05 - Administração Geral  
122 - Administração Geral  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
2003 - Manutenção da Secretaria Administração Planejamento .....  
R\$ 1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 112, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 112, DE 26.11.2014  
Abre credito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receitas de impostos e transferência de impostos - saúde), no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
09 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
101- Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde .....  
R\$ 20.000,00

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
09 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
101- Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde  
3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde .....  
R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
26 de novembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 113, DE 26.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 113, DE 26.11.2014  
Anula e suplementa dotações orçamentárias no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:



06 - Fundo Municipal de Saúde  
 01 - Divisão do Fundo de Saúde  
 10 - Saúde  
 09 - Saúde para Todos  
 301 - Atenção Básica  
 101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde .....  
 R\$ 60.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Fundo Municipal de Saúde  
 01 - Divisão do Fundo de Saúde  
 10 - Saúde  
 09 - Saúde para Todos  
 301 - Atenção Básica  
 101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde .....  
 R\$ 60.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
 26 de novembro de 2014.  
 JOSE BRAULIO INACIO  
 Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 114, DE 26.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
 DECRETO Nº 114, DE 26.11.2014

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento ....  
 R\$ 20.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 06 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 110 - Receitas de Impostos e transferência de Impostos - Educação  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil .....  
 R\$ 140.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 03 - Divisão de Esportes  
 27 - Desporto e Lazer  
 08 - Esporte é Vida  
 812 - Desporto Comunitário  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2019 - Manutenção / Pessoal .....  
 ..... R\$ 6.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 14 - Agricultura Sustentável  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência Técnica .....  
 ..... R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 03 - Divisão de Obras  
 15 - Urbanismo  
 13 - Urbanismo  
 452 - serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2092 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos .....  
 ..... R\$ 45.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 10 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 117 -Outras Transferências Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Cras .....  
 R\$ 10.000,00

10 - Secretaria do Meios Ambiente e Turismo  
 01 - Divisão do Meio Ambiente  
 18 - Gestão Ambiental  
 11 - Gestão Ambiental e Turística  
 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2076 - Manutenção/Pessoal Secretaria Meio Ambiente Turismo ....  
 R\$ 6.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento .....  
 R\$ 20.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 06 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 113 - Transferência do Fundeb - 60%  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil .....  
 R\$ 140.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 03 - Divisão de Esportes  
 27 - Desporto e Lazer  
 08 - Esporte é Vida  
 812 - Desporto Comunitário  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2019 - Manutenção / Pessoal .....  
 ..... R\$ 6.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 14 - Agricultura Sustentável  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para As-  
 sistência Técnica .....  
 ..... R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 03 - Divisão de Obras  
 15 - Urbanismo  
 13 - Urbanismo  
 452 - serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2092 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e  
 Serviços Urbanos .....  
 ..... R\$ 45.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 10 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 117 -Outras Transferências Recursos do Fundo Nacional de Assis-  
 tência Social  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Cras .....  
 R\$ 10.000,00

10 - Secretaria do Meios Ambiente e Turismo  
 01 - Divisão do Meio Ambiente  
 18 - Gestão Ambiental  
 11 - Gestão Ambiental e Turística  
 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2076 - Manutenção/Pessoal Secretaria Meio Ambiente Turismo ....  
 R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
 26 de novembro de 2014.  
 JOSE BRAULIO INACIO  
 Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 457 DE 26.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
 PORTARIA Nº 457/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Asses-  
 sora Jurídica CHARLIANE MICHELS, para permanecer em pleno  
 exercício de suas atividades, no dia 28 de novembro de 2014, 01  
 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014,  
 assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período  
 de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
 26 de novembro de 2014.  
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
 Prefeito Municipal

**ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL 04/4014- SMECE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

**ERRATA**

Na Edição nº 1621 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 24.11.2014, p.204, Extrato do Edital nº 01/2014/SMECE

Onde se lê:

**5. DA REMUNERAÇÃO****VALOR DO VENCIMENTO PARA AS FUNÇÕES DE PROFESSOR**

HABILITA- ÇÃO	SALÁRIO MENSAL EM R\$/ REGIME DE OPÇÃO							
	05 HORAS	10 HORAS	15 HORAS	20 HORAS	25 HORAS	30 HORAS	35 HORAS	40 HORAS
PROFESSOR NIVEL I	206,99	413,98	620,97	827,96	1.034,95	1.241,94	1.448,93	1.655,92
PROFESSOR NIVEL II	208,74	417,49	626,23	834,98	1.043,72	1.252,47	1.461,21	1.669,98
PROFESSOR NIVEL III	225,44	450,89	676,33	901,78	1.127,22	1.352,67	1578,11	1.803,57

Obs.: O valor do vencimento será acrescido do Vale Alimentação, criado pela Lei nº 0166 de 24.04.2002, que corresponde a R\$ 5,00 (cinco) reais por dia trabalhado.

Leia-se:

**5. DA REMUNERAÇÃO****VALOR DO VENCIMENTO PARA AS FUNÇÕES DESCRITAS**

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO (R\$)
Professor	05h/10h/15h/20h 25h/30h/35h/40h	A remuneração para as funções de professor será de acordo com o previsto no art. 9º da Lei nº 0085 de 30.06.99.
Monitor de Instrumento Musical- Violão	10h	400,00
Monitor de Instrumento Musical- Teclado	10h	400,00
Monitor de Instrumento Musical- Gaita	10h	400,00
Orientador Social	20h	800,00
Nutricionista	30h	2.126,55
Engenheiro Agrônomo	40h	2.448,75
Psicólogo	20h	1.288,81

Obs.: O valor do vencimento será acrescido do Vale Alimentação, criado pela Lei nº 0166 de 24.04.2002, que corresponde a R\$ 5,00 (cinco) reais por dia trabalhado.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 26 de novembro de 2014.

José Braulio Inácio

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### LIMPEZA DE LOTES

Publicação Legal - Limpezas de lotes

Prezados(a) Senhores(a):

Ines Resin Longo  
Margareth Maria Kanarek  
Paulo Semonetti

Em circunstância da má conservação dos imóveis Localizados no Perímetro Urbano de Cocal do Sul, vistoriados pela Fiscalização da Prefeitura, foi Autuado pela Lei nº 991, de 05 de abril de 2010. - "Dispõe sobre a Limpeza e Conservação de Imóveis e dá outras Providências", sob o Art. 1º, vem por meio desta, dar um prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação do jornal da cidade, para regularizar sua situação.(Proceder a limpeza/roçada do terreno).

Art. 3º Não cumprida a obrigação, além da penalidade estabelecida no art. 2º desta lei, a administração municipal pode, por si ou por terceiros, executar os serviços necessários à limpeza e à urbanização do imóvel, e posteriormente será cobrados e inscritos na Dívida Ativa do Município.

Cocal do Sul, 27 de Novembro de 2014.  
William Dajori  
Fiscal de Obras

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 297/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 297/2014, de 26/11/2014.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 18/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

AGENOR BENATI PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO :

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 18/2014, que entre si celebram a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas e o Município de Cocal do Sul proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para custear despesas decorrentes a realização do "COCAL LUZ" do ano de 2014. conforme plano de aplicação.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 26 de novembro de 2014.  
AGENOR BENATI PEDROSO      SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA  
Presidente da Câmara      1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2014.

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 18/2014, de 07 de novembro de 2014.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE COCAL DO SUL - CDL.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, ADEMIR MAGAGNIN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE COCAL DO SUL, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 95.778.445/0001-03, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO, portador do CPF nº. 799.584.869-20, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 239, Centro, Cocal do Sul/SC, doravante denominada simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse de recursos financeiros aqui formalizado, é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.230, de 05 de novembro de 2014.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para custear despesas decorrentes a realização do "COCAL LUZ" do ano de 2014.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente para custeio de despesas decorrentes a realização do "COCAL LUZ" do ano de 2014;

II - prestar contas dos recursos recebidos, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos - A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação ).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que os serviços foram executados e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio ).

- Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo, se houver.

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente - valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas

dos Auxílios Financeiros serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O valor total objeto deste termo de repasse é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pagos em parcela única no mês de novembro de 2014, cujas despesas correrão por conta da dotação orçamentária 07 - Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura - 2.053 - Manutenção de Eventos Municipais: 3.3.50.00.00.00.00.00.0110 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sexta. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em parcela única.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente termo ficarão sob o encargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. O período de vigência deste convênio é até 31/12/2014.

Cláusula Nona. Este convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo único. Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Aplicação;

b) constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias; e

c) falta de apresentação de Prestação de Contas Final, ou de Prestações de Contas Parciais, no prazo estabelecido.

Cláusula Décima. As partes elegem o foro da Comarca de Urusanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_;

2. \_\_\_\_\_.

## Concórdia

### PREFEITURA

#### EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 16/2013 -FMC

Contrato Nº : 16/2013

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JP CULTURAL LTDA

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 1/2013

Objeto : contratação de empresa especializada para elaboração de projeto museográfico referente à concepção expográfica e à dos espaços integrantes do Museu Histórico Hermano Zanoni e demais áreas destinadas a exposição em sua nova sede, no Centro Cultural Concórdia, conforme Memorial Descritivo, constante no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 21/12/2014

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

#### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25 de novembro de 2014, para aquisição de material elétrico para instalação de Padrão Celesc com poste, na EBM Natureza, para comportar a carga de energia utilizada pela escola, em favor da empresa Eletro Instaladora Lazzari Ltda, no valor total de R\$ 6.848,85 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

#### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2014- PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e de produtos para uso na confraternização de natal dos servidores públicos municipais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/12/2014.

Abertura: dia 10/12/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.



Concórdia, SC, 26 de novembro de 2014.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2014 – FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2014- FMC

Objeto: aquisição e instalação (montagem no local, conforme layout fornecido) de diversos equipamentos para iluminação cênica e equipamentos de sonorização ambiente do Centro Cultural Concórdia, deste município com recursos oriundos do Convênio Repasse MINC/PRONAC, patrocinadas pela empresa Tractebel e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 23/12/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 23/12/2014 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 26 de novembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor Superintendente da FMC

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 376/2014 -PMC**

Contrato Nº : 376/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE

Licitação : Inexigibilidade 55/2014

Objeto : Contratação de empresa para administrar o condomínio Golden Office, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, salas 301 e 302, onde abriga o núcleo Tecnológico Municipal, Clínica do Aprendizado e os setores administrativos e pedagógicos da SEMED.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 20/10/2015

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 19.250,00 (Dezenove Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 40 - 06.001.2012.333903902000000.01010000

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

**DECRETO N. 526/2014**

DECRETO Nº 526, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. LUCIMAR LOURDES BOFF PEDERSETTI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, de acordo com o laudo médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 527/2014**

DECRETO Nº 527, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado médico em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de novembro de 2014

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 62/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial RP Nº 62/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE CONFORME ANEXO D.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 16/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia

16/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de Novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 61/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE TESTE SELETIVO.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 15/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia

15/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 27 de novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 267 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 267 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O SETOR DE CONTROLE INTERNO PROCEDER A BAIXA DE BENS MÓVEIS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município:

Considerando o teor da Lei Municipal nº 375/2005 que autoriza a baixa de bens por ato executivo;

Considerando que os bens foram roubados da Creche Municipal conforme Boletim de Ocorrência sob registro 00413-2013-00003 (anexo);

Considerando que até a presente data os bens não foram recuperados;

##### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Setor de Controle Interno do Município a proceder a baixa dos bens móveis abaixo relacionados, objeto de furto, e vinculados à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º A baixa dos bens será efetuada pelos mesmos valores constantes do cadastro patrimonial, conforme relação abaixo:

UNIDADE: 1-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
BENS MÓVEIS				
CONTA 9132 – APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS				
Ordem Nº.	Quantidade Equipamento	Código controle patrimonial	Descrição do Bem	Valor R\$
01	1	4904	Televisor LCD 32 polegadas Full HD	1525,44
01	1	4913	DVD USB KARAUKE RIIPING	214,36
TOTAL DA CONTA				1739,80
TOTAL GERAL DAS CONTAS				1739,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 244 de 27 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023 DE 24 DE JUNHO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: JUNHO DE 2014. NÚMERO CONTRATO: 023/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/06/2014

DESCRIÇÃO:

Considerando o pedido formalizado pela representante da Contratada, requerendo a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 023/2014, para prestação de serviços médicos;

Considerando haver previsão, no contrato que antecedeu a este termo, da possibilidade de rescisão por acordo entre as partes;

Celebram o presente DISTRATO ao Contrato nº 023/2014, de 24 de junho de 2014, decorrente do Processo Licitatório Funsau nº 006/2014 da modalidade Pregão Presencial nº 004/2014, com base nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Distrato é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 023/2014, firmado entre as partes em 24 de junho de 2014.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Distrato, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrestrita quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente Distrato passa a vigorar entre as partes a partir de 31 de outubro de 2014, as quais elegem o Foro da Comarca de São Domingos - SC para a resolução de questões decorrentes do presente instrumento.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC nº 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 17.466.565/0001-61

DISTRATADO: GÉSSICA GEHLEN.

**APOSTILAMENTO N. 01/2014**

APOSTILAMENTO N. 01/2014

Licitação: Pregão Presencial n. 016/2014 - Processo Licitatório n. 030/2014

Objeto: Combustíveis

Contratado: Posto Pedra Branca Ltda (CNPJ n. 79.304.937/0001-00)

Contrato: Ata de Registro de Preço 004/2014 de 27 de Junho de 2014

Fato: Aumento do preço do litro da gasolina comum, do diesel S-10 e do diesel comum pelas refinarias e distribuidoras de combustíveis e repassado ao consumidor final.

Fundamentação: disposições do § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.

8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada. Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

Objeto	Valor original (R\$)	Reajuste	Novo valor (R\$)
Gasolina comum	3,12	1,90%	3,23
Diesel S-10	2,65	4,40%	2,77
Diesel comum	2,48	4,97%	2,60

Coronel Martins-SC, em 12 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

POSTO PEDRA BRANCA LTDA

Leonir Favretto

CONTRATADA

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 18.445



**Correia Pinto****PREFEITURA****1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 58/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 58/2014

**1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL**

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 58/2014 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL., conforme segue: Alteração na forma de julgamento, onde se lê: menor preço por item, passa a ser lido: menor preço por lote. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 10.12.2014 às 10:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 27 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito MunicipalALISSON G. R. ANTUNES  
Pregoeiro Municipal**Curitibanos****PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 289/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 289/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para Contratação de licenciamento de sistemas e outros serviços a estes correlatos, conforme sobejamente descrito no Anexo Ido presente edital enquanto 'Termo de Referência' do objeto licitado.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 25 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 44/2014**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 44/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço por Lote, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO PRÉDIO DO CRAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 18:00 horas do dia 12/12/2014, no protocolo da sede da /Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 09:00 horas do dia 15/12/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 26 de Novembro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos                      Diego Sebem Wordell  
Presidente do Fundo                      Presidente da CPL

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE CERDAS PARA REPOSIÇÃO NA MAQUINA VARREDEIRA MUSTANG 2044, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/12/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 26 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONTRATO N. 28/2014**

CONTRATO Nº 28/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara de Vereadores de Curitiba e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), referente ao contrato N. 21/2014 (DE VALOR E PRAZO).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si a Câmara de Vereadores de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 78.493.632/0001-21, com sede administrativa na R. Archias Ganz, 288, Curitiba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Vereador João Flaris Camargo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, CPF nº 912.833.619-49.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 4052/2010 de 13/05/2010.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05, no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:

- I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina;
- II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores;
- III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão;
- IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;
- V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;
- VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal;
- VII - Economia dos recursos públicos.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação ao programa, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à sua correta implantação;
- II - Transmissão de dados e informações geradas ou administradas pelas partes;
- III - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados ao programa contratado;
- IV - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização do programa;
- V - Intermediação entre o Município e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação ao programa, no âmbito das solicitações de melhorias e evoluções tecnológicas.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando à CONTRATADA as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - zelar pela utilização adequada dos sistemas oferecidos pela CONTRATADA, em especial para atendimento ao princípio administrativo da publicidade, segundo o qual a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- III - disponibilizar informações atualizadas e transmitir os dados necessários ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que respeitada a privacidade;
- IV - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- V - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;
- II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;
- III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pela CONTRATANTE em prazo razoável;
- IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- V - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao

CONTRATANTE ou a terceiros;

VI - comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima. A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com o Projeto Atividade nº 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal, do elemento de despesa nº 3.3.93.39, do orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2015, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. Para a execução do objeto deste contrato, a Câmara de Vereadores repassará (parcela única) ao CIGA a importância de 3.135,00 (três mil, cento e trinta e cinco reais).

Parágrafo primeiro. Quando for necessário a migração de dados e informações da CONTRATANTE que demande o atendimento "in loco" da CONTRATADA, este poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. O processo de migração mencionado no parágrafo anterior, desde que haja comum acordo, ensejará no pagamento por parte da CONTRATANTE de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula nona. O pagamento poderá ser processado por meio de boleto ou mediante depósito em conta corrente mantida pelo CIGA.

Cláusula décima. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pela Câmara de Vereadores.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Fica assegurada a revisão de preços sempre que houver majoração ou minoração nos custos da prestação do serviço, devendo a tabela de valores ser previamente atualizada em Assembleia Geral do CIGA.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 07 de novembro de 2014

João Flaris Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

ASSESSORIA JURÍDICA

O presente edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com

o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 07 de novembro de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla

Assessoria Jurídica

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****LICITAÇÕES 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 121/2014. Objeto: Prestação de serviços para confecção de banners, cartaz colorido e folders para divulgação na campanha Acessuas.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 09/12/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 26/11/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DE EDITAL 094 MATERIAL DIDÁTICO EDUCAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 0052/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 0094/2014.

O município de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 0052/2014, que trata da "Aquisição de forma parcelada de material didático, pedagógico e outro para atender as necessidades da secretaria municipal de educação", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

FICA ALTERADO O SEGUINTE:

**DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

O fornecedor obriga-se a prestar os serviços, em que foi declarado vencedor, CONFORME CRONOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, após receber a ordem de fornecimento/serviço vindo da Secretaria responsável;  
Os materiais deverão ser entregues conforme ordem de fornecimento.

Passando a vigorar nas seguintes descrições:

**DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

O fornecedor obriga-se a entregar os produtos licitados, em que foi declarado vencedor, IMEDIATAMENTE, após receber a ordem de fornecimento/serviço vindo da Secretaria responsável;  
Os materiais deverão ser entregues conforme ordem de fornecimento.

**CRONOGRAMA DE ENTREGA DA EDUCAÇÃO:**

O RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO, ENVELOPE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FICA PARA O DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2014, AS 07:30 HORAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

# Forquilha

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 165/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 27/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE SEMENTES DE FLORES E SEMENTES NATIVAS, a serem utilizadas no Horto Florestal do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 27/08/2015.  
2ª Publicação.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 159/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 26/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORAS, para atendimento as secretarias do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 13/08/2015.  
2ª Publicação.

### **EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 27/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 27/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PLANIUS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA

OBJETO - A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços de Acompanhamento e Assessoramento das Atividades de Implantação do Plano de Recuperação Ambiental e Monitoramento das Áreas de Preservação Permanentes em Recuperação Ambiental do Rio Sangão, pertencentes ao Município de Forquilha.

VALOR - R\$ 80.980,00 (oitenta mil novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA - O prazo máximo para a conclusão dos serviços será de 02 (dois) anos, conforme memorial descritivo das atividades.

DOTAÇÃO - 1801.2070.4490 (14).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 17/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### ADITIVO.607.2014

TERMO ADITIVO Nº 607, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 084/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/01/2014 a 31/01/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 18 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARILZA BILIK  
Contratado

### ADITIVO.608.2014

TERMO ADITIVO Nº 608, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 496/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/04/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 19 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JESSICA MUSSOLIN  
Contratado

### ADITIVO.609.2014

TERMO ADITIVO Nº 609, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 644/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2014 a 30/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 20 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TAMARA BALTEZAN FERREIRA  
Contratado

### ADITIVO.610.2014

TERMO ADITIVO Nº 610, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 169/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 20 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARIA CAROLINA PRATES ZENERE  
Contratado

### ADITIVO.611.2014

TERMO ADITIVO Nº 611, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 512/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 20 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ROSELI DOS SANTOS  
Contratado

### ADITIVO.612.2014

TERMO ADITIVO Nº 612, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 667/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/11/2014 a 30/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 20 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CRISTIAN BITTANCOURT  
Contratado

**ADITIVO.613.2014**

TERMO ADITIVO Nº 613, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 227/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOECELI DE SOUZA  
Contratado

**ADITIVO.614.2014**

TERMO ADITIVO Nº 614, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 187/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JACINTA PEREIRA CARLIN  
Contratado

**ADITIVO.615.2014**

TERMO ADITIVO Nº 615, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 394/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/02/2013 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA  
Contratado

**ADITIVO.616.2014**

TERMO ADITIVO Nº 616, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 515/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO  
Contratado

**ADITIVO.617.2014**

TERMO ADITIVO Nº 617, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 592/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/08/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CLAUDIA DE FATIMA MACIEL  
Contratado

**ADITIVO.618.2014**

TERMO ADITIVO Nº 618, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 601/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/05/2013 a 13/12/2013, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

KATIA JULIANA DE LARA  
Contratado

**ADITIVO.619.2014**

TERMO ADITIVO Nº 619, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 572/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/07/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

VANESA FATIMA CHAVES FELIX  
Contratado

**ADITIVO.620.2014**

TERMO ADITIVO Nº 620, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 223/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOSIELE PADILHA DA SILVA PONTES  
Contratado

**ADITIVO.621.2014**

TERMO ADITIVO Nº 621, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 194/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

GISLAINE APARECIDA BORTOLINI  
Contratado

**ADITIVO.622.2014**

TERMO ADITIVO Nº 622, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 570/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/07/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/08/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARIANE CLAUDIA GARIPUNA  
Contratado

**ADITIVO.623.2014**

TERMO ADITIVO Nº 623, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 171/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 08/04/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

FABIANA DE FREITAS WEBER  
Contratado



**ADITIVO.624.2014**

TERMO ADITIVO Nº 624, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 222/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 18/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS  
Contratado

**ADITIVO.625.2014**

TERMO ADITIVO Nº 625, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 613/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/09/2014 a 12/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOSIANE DOS SANTOS  
Contratado

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0031\_2014 - RP 0011\_2014-SF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0031/2014 - SF  
Registro de Preços nº 0011/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa para prestação de serviços de manutenção e conserto de redes de energia elétrica e serviços afins gerais para uso da SANEFRAI, durante o período de dezembro de 2014 a abril de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 11.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br . E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de novembro de 2014.  
Eloi Regalin  
Presidente da SANEFRAI

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020\_2014-FMS**

Aviso do Pregão Presencial nº 0020/2014 - FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços complementares a serem executados para manutenção da assistência social da Casa de Apoio mantida em Florianópolis-SC, durante os meses de janeiro a dezembro de 2015; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 11.12.2014; Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de novembro de 2014.  
NILCE PINZ  
Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

**CONTRATO.669.2014**

CONTRATO N.º: 669/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: PATRICIA APARECIDA VACARI  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**CONTRATO.670.2014**

CONTRATO N.º: 670/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL  
CONTRATADO: SANTINA LOURENÇO  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT  
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 284,17 (duzentos e oitenta e quatro reais e dezessete centavos).

**CONTRATO.671.2014**

CONTRATO N.º: 671/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE  
CONTRATADO: CLEONICE FRANCIONE  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 13 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.672.2014**

CONTRATO N.º: 672/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: DANIELE DA SILVA XAVIER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MONITOR SOCIAL- ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 959,90 (novecentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos).

**CONTRATO.673.2014**

CONTRATO N.º: 673/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATADO: TATIANE ZAPPELINI GUEDES DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**EXTRATO 0010 TECNOLOGO EM SANEAMENTO**

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 - Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de Tecnólogo em Saneamento. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 01 a 15 de dezembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

Elói Regalin

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI N. 2269-2014**

LEI Nº 2269, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA JOÃO MARIA DIAS A RUA "S" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "S" passa a ser denominada RUA JOÃO MARIA DIAS.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI N. 2270-2014**

LEI Nº 2270, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA ELZA DA SILVA A RUA "M" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "M" passa a ser denominada RUA ELZA DA SILVA.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI N. 2271-2014**

LEI Nº 2271, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA EVERALDO ANTONIO GUGEL A RUA "U" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "U" passa a ser denominada RUA EVERALDO ANTONIO GUGEL.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0020A\_2014-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria, com área a ser construída de 382,32 m², para uso dos Bombeiros Comunitários de Fraiburgo, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), após transcorrido o prazo concedido às licitantes para apresentação de nova documentação de habitação, protocolaram novamente seus envelopes as seguintes das empresas: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA; FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e CONSTRUTORA E INCORPORADORA SILVA E SILVA LTDA EPP. Quando da abertura dos envelopes de habilitação foram INABILITADAS pela Comissão as empresas FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e CONSTRUTORA E INCORPORADORA SILVA E SILVA LTDA EPP pela não apresentação regular da documentação exigida no item 4 do Edital e HABILITADA a empresa CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como microempresa pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital, cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS da empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 26 de novembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 2093/2014**

PORTARIA Nº 2.093, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0039, de 21 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CINTIA APARECIDA OLIVIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 781.785.339-87, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga

horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 2094/2014**

PORTARIA Nº 2.094, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01344/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SILVIA MARIA MOREIRA GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.694.739-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, pelo período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 2095/2014**

PORTARIA Nº 2.095, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01345/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora GERUSA KRÜGER ZANNON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 054.502.939-25, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, pelo período de 13 de dezembro de 2014 até 26 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2096/2014**

PORTARIA Nº 2.096, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 01348/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 14 horas semanais a servidora ROSILENE MARIA SCHNEIDER, que assumiu a sala informatizada da EEF Eurico Pinz;

Considerando que, estará substituindo por 06 horas semanais a servidora ELAINE REGINA DA CRUZ, que assumiu o Projeto de Futsal no CEM Antônio Porto Burda;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 34 (trinta e quatro) horas semanais a carga horária da servidora JESSICA FRANCINE CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.587.239-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 01 de dezembro 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2097/2014**

PORTARIA Nº 2.097, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01357/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.403.489-29, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2098/2014**

PORTARIA Nº 2.098, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01349/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA ELISABETH PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 027.822.589-66, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2099/2014**

PORTARIA Nº 2.099, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01350/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARCIA DE FÁTIMA DA CRUZ SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 636.890.739-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 3000/2014**

PORTARIA Nº 3.000, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01351/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 613.497.049-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 3002/2014**

PORTARIA Nº 3.002, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01353/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.609.519-28, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 3003/2014**

PORTARIA Nº 3.003, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01354/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ILUIR TROMBETA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 753.161.539-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 3004/2014**

PORTARIA Nº 3.004, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01355/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ILUIR TIBES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.498.679-43, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 3005/2014**

PORTARIA Nº 3.005, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111 de 03 de

março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01356/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 904.800.319-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 05 de janeiro 2015 até 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 3006/2014**

PORTARIA N.º 3.006, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01358/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 049.471.089-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0314-2014**

**DECRETO Nº 0314, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0048, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0048 de 30 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0048 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Artes - Teatro Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Artes - Teatro

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	PEDRO ALEXSANDRO RODRIGUES	7	0	5	2	NÃO	03/01/1985



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### Extrato Portarias Outubro/2014

#### EXTRATO PORTARIAS MÊS DE OUTUBRO DE 2014

Número	Assunto	Resumo	Data
201/14	Exonerar	Exonera à Servidora DAYANE CRISTINA MARQUES, nomeada para exercer o Cargo de Servente/Merendeira.	01/10/2014
202/14	Férias Normais e Coletivas	Concede Férias ao Servidor LUIZ CARLOS DA FONSECA.	02/10/2014
203/14	Designar	Designa à Servidora TATIANE TERESINHA ALVES DE OLIVEIRA, para substituir o Servidor Paulo Roberto Susumu Shinoda na Função de Contador.	03/10/2014
204/14	Admitir/Contratar	Contrata à Servidora ROSELI PRATES DE OLIVEIRA MELLO, para exercer o Cargo de Servente/Merendeira.	06/10/2014
205/14	Nomear Funcionário	Nomeia o Servidor LUIS CARLOS VEZARO, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento.	07/10/2014
206/14	Designar	Cessa a partir do dia 01/10/2014 os efeitos da Portaria 060/2014, que designou a servidora ADAIANE ALBERTON, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, para exercer Função Gratificada de Diretora de Departamento.	08/10/2014
207/14	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho do senhor PAULO CESAR NOVACOSKI, nomeado através da Portaria 139/2014, para exercer o cargo de Professor de Informática.	09/10/2014
209/14	Exonerar	Exonera a partir do dia 10/10/2014 a senhora PATRICIA LEANDRO DE SOUZA, nomeada através da Portaria 169/2013, para exercer o cargo comissionado de "Assessor de Gabinete".	10/10/2014
210/14	Nomear Funcionário	Nomeia ARIANE ALBERTON, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos para ser a responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC	13/10/2014
211/14	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora SOLANGE LEANDRO DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, no período de 16/10/2014 a 14/11/2014 - 30 dias, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	14/10/2014

212/14	Lota Servidor	Altera o organograma do servidor CAMILO BERNABÉ DE OLIVEIRA efetivo no cargo de Operador de Máquinas Pesadas lotado na Secretaria Agricultura e Meio Ambiente, alterando para a Secretaria Obras e Serviços Públicos.	17/10/2014
213/14	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 20/10/2014 a 29/10/2014, a servidora SANDRA PIRES DE ALMEIDA SCHENA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	17/10/2014
214/14	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 20/10/2014 a 03/11/2014 a servidora SOELI FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014.	17/10/2014
215/14	Contrato de Trabalho	Contrata a partir de 17/10/2014 a Sra. JOSIANE SANTOS GATNER, para exercer o cargo de PROFESSORA DE INFORMÁTICA, para prestação de serviços junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais	17/10/2014
216/14	Exonerar	Exonera a partir do dia 20/10/2014 o senhor OSNI FURLAN, nomeado através da Portaria 004/2013, para exercer o cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.	20/10/2014
217/14	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	20/10/2014
218/14	Designar	Designa o servidor HIDEKI IWASAKI, ocupante do cargo de Vice Prefeito, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente podendo optar pelo vencimento do cargo de Vice-Prefeito ou do respectivo cargo de Secretário.	21/10/2014
219/14	Exonerar	Exonera o senhor MARCOS FURLAN DELFES, nomeado através da Portaria 073/2012, para exercer o cargo de Operador de Máquinas Pesadas.	24/10/2014
220/14	Aposentadoria	Desligar do Quadro de Pessoal do Município a partir do dia 30/10/2014 o servidor LUIZ CARLOS BOGO, ocupante do cargo de Agente Desportivo, em virtude da Aposentadoria concedida pela Previdência Social através do Benefício nº 1591256477	24/10/2014

221/14	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados a partir do dia 03/11/2014 a 02/12/2014 - 30 dias, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/10/2014
222/14	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora ANDRÉIA PAULA FRANZ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo III, no período de 03/11/2014 a 22/11/2014, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/10/2014
223/14	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora MAGNA ADRIANE RIBEIRO, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, no período de 03/11/2014 a 22/11/2014, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias	27/10/2014
224/14	Designar	Cessa a partir do dia 01/11/2014 o efeito da Portaria 165/2013 que designou o servidor JOSÉ RICARDO RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Pneus, para receber Função Gratificada IV - Prêmio.	27/10/2014
225/14	Designar	Cessa a partir do dia 01/11/2014 o efeito da Portaria 034/2013 que designou o servidor JOSÉ MASSANORI ALEXANDRE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro/Carpinteiro, para exercer Função Gratificada III Chefe de Serviços.	27/10/2014
226/14	Licença Tratar Assuntos Particulares	Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, requerida pelo Senhora JUSSIMARA ALVES ZANINI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativos, a partir de 01/11/2014 a 30/10/2016 - 2 (dois) anos.	28/10/2014
227/14	Aposentadoria	Desligar do Quadro de Pessoal do Município a servidora NEUSA APARECIDA MOREIRA BORGES, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, em virtude da Aposentadoria concedida pela Previdência Social através do Benefício nº 6066649691.	29/10/2014
228/14	Exonerar	Rescindir á partir de 03/11/2014 o contrato de trabalho da senhora TAYAN DE PAULA GASPARIN, nomeada através da Portaria 160/2010, para exercer o cargo de Monitor do PETI.	29/10/2014
229/14	Exonerar	Rescindir á partir de 03/11/2014 o contrato de trabalho do senhor ROBSON SILVEIRA, nomeado através da Portaria 159/2010, para exercer o cargo de Monitor do PETI.	29/10/2014

230/14	Exonerar	Rescindir á partir de 03/11/2014 o contrato de trabalho da senhora SIRLEY DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria 161/2010, para exercer o cargo de Servente/Merendeira.	29/10/2014
231/14	Exonerar	Rescindir á partir de 03/11/2014 o contrato de trabalho da senhora ADRIANA DE ALMEIDA, nomeada através da Portaria 162/2010, para exercer o cargo de Servente/Merendeira.	29/10/2014
232/14	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 03/11/2014 a 02/12/2014, 30 (trinta) dias, a servidora LINDAMIR DE SOUZA FAQUIM, ocupante do cargo em provimento efetivo de Enfermeira referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	30/10/2014
233/14	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 04/11/2014 a 13/11/2014, 10 (dez) dias, ao servidor RAMON DIEGO WALTRICK, servidor efetivo no cargo de Fisioterapeuta, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013.	30/10/2014

Frei Rogério, 26 de novembro e 2014.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Diretora de Departamento - RH

**Garopaba****PREFEITURA****DECRETO N.º 177/2014**

DECRETO N.º 177, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
26782352.051 - Func. e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	10.000,00
3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

**Garuva****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 087/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório PMG nº 087/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço Unitário

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SENSORES IVP (INFRAVERMELHO PRESENCIAL), PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 09/12/2014 as 08:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 089/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 089/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de mobiliários para as bibliotecas das Escolas Municipais Vicente Vieira e Tancredo de Almeida Neves e equipamentos climatizadores, conforme memorial descritivo em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/12/2014 as 08:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 090/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 090/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de merenda escolar, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/12/2014 as 08:35 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 26 de novembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****DECRETO Nº 6.143, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 6.143, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
PRORROGA DECRETO Nº 5.955, DE 27 DE MAIO DE 2014, QUE REQUISITA TODAS AS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, COMPREENDENDO TODA CONSTRUÇÃO, TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, TODAS AS INSTALAÇÕES DO LABORATÓRIO, TODOS OS EQUIPAMENTOS MÉDICOS/CIRÚRGICOS E DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL PARA O ATENDIMENTO DOS QUE DELE NECESSITAM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo da requisição administrativa no Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conforme autoriza o artigo 3º do Decreto nº 5.955, de 27 de maio de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Gaspar - SC, em 25 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**DECRETO Nº 6.142, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 6.142, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizada a realização de horas de serviço extraordinário, individualmente, na quantidade e pelos servidores abaixo descritos, pelo período de 20 de novembro de 2014 a 14 de dezembro de 2014, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde:

NOME	QUANTITATIVO
Rosa Maria Melato	40 Horas
Odete Fistarol	40 Horas
Rose Venturine	40 Horas

Jorge Pereira	80 Horas
Karolina Lenfer	80 Horas
Fagner Moreira	40 Horas
Luzia Bizzato	40 Horas
Fernanda Miranda	40 Horas
Roberto Morateli	40 Horas
José Feltrin	40 Horas
Ednei Borba	80 Horas
Altair de Souza	80 Horas
Helenir Pazetti	80 Horas
Geane Glause	40 Horas
Elisa Heineck	40 Horas
Dauria F da Silva	80 Horas
Edio Luis Espindola	40 Horas
Alairton Primo Coeli	80 Horas
Denis Alencar Moritz	80 Horas
Célio Scotini	80 Horas
Arnaldo dos Santos	60 Horas
Edson Carlos Pereira	80 Horas
Jorge Luis Dalarosa	80 Horas
Valter Poncio de Lima	80 Horas
Adir Luiz Stiz	80 Horas
Luciana Gobbi	80 Horas
Angelita Cesarina W. Comandolli	80 Horas
Marinei dos Santos	80 Horas
Maria Salete Zimmermann	80 Horas
Helen Cristine Hoffmann	80 Horas
Débora Weingartner	40 Horas
Neseli Testoni	40 Horas
Luciana Vanelli	40 Horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **PORTARIA Nº 3.540, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 3.540, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 03/2014, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 03/2014, instaurada para apurar

a responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 246/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 246/2014

OBJETO: Registro de Preços objetivando futura locação de equipamentos, para prestação de serviços diversos, com operador - REPETIÇÃO. ENTREGA dos envelopes até às 13h30min, dia 12/12/2014, Depto. Compras Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 13h45min. Íntegra do Edital no Depto. Compras ou site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 26/11/2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 245/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 245/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para trabalho técnico social. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 15/12/2014. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 26 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **SAMAE - GASPAR**

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão nº.65/2014

OBJETO: Aquisição de software de faturamento em água, esgoto e resíduos, incluindo o fornecimento de licenças perpétuas.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 11/12/2014

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 11/12/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 20 de novembro de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente



# Grão Pará

## PREFEITURA

### MULTAS DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 422/2014  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
CDW 8238	54260225E	5045/0	24/05/2014	162*V
LAA 3447	54260241E	5010/0	20/06/2014	162*I
LAA 3447	54260242E	5118/0	20/06/2014	164c/c162*I
LZS 4555	54260244E	6610/2	22/06/2014	230*VII
LZS 4555	54260245E	6556/1	22/06/2014	230*I
LZS 4555	54260247E	6637/1	22/06/2014	230*IX
MBQ 0411	54260234E	5835/0	31/05/2014	195
MDB 5093	54260240E	5010/0	20/06/2014	162*I
MJG 4396	54260237E	5452/2	05/06/2014	181*VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 424/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
AQA 5696	54260154E	6548/0	28/06/2014	229
ARD 6594	54260155E	6599/2	29/06/2014	230*V
CQN 9500	54260157E	6920/0	02/07/2014	233
ISB 5494	54260151E	6920/0	27/06/2014	233
LXI 211154260153E	6548/0		28/06/2014	229
MBG 8163	54260161E	5274/1	04/07/2014	175
MBG 8163	54260162E	6637/2	04/07/2014	230*IX
MBG 8163	54260163E	5169/1	04/07/2014	165
MCW 7763	54260156E	5274/1	29/06/2014	175
MFS 3203	54260231E	6599/2	30/05/2014	230*V
MFS 3203	54260232E	5010/0	30/05/2014	162*I
MFS 3203	54260233E	5118/0	30/05/2014	164c/c162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 426/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA	ENQUADRAMENTO
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO		
MET 5010	54260164E	6548/0	05/07/2014	229
MHA 7570	54260239E	6920/0	10/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 427/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA	ENQUADRAMENTO
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO		
LYA 6823	54260249E	5045/0	22/06/2014	162*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 429/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA	ENQUADRAMENTO
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO		
LXI 413654260160E	6769/2		04/07/2014	230*XXII
LZW 8324	54260250E	6920/0	27/06/2014	233
MCI 1598	54260177E	5010/0	24/07/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 430/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
ACT 1552	54260190E	6599/2	29/07/2014	230*V
LYT 0795	54260188E	6912/0	29/07/2014	232
MBM 9197	54260180E	6599/2	25/07/2014	230*V
MBM 9197	54260181E	5010/0	25/07/2014	162*I
MBM 9197	54260182E	6408/0	25/07/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 432/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
MDZ 4799	54260170E	6912/0	17/07/2014	232
MFM 0612	54260165E	5010/0	13/07/2014	162*I
MFM 0612	54260166E	6637/2	13/07/2014	230*IX
MFM 0612	54260167E	5118/0	13/07/2014	164c/c162*I
MFQ 7405	54260168E	5835/0	13/07/2014	195
MFQ 7405	54260169E	5274/1	13/07/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 433/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO



DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
LYJ 730654260171E	5185/1		19/07/2014	167
LYJ 730654260172E	5169/1		19/07/2014	165
MBA 4821	54260175E	6599/2	24/07/2014	230*V
MHC 3206	54260106E	6912/0	13/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 435/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
AHZ 4762	54260111E	6726/1	18/08/2014	230*XVIII
CCF 7603	54260187E	5010/0	29/07/2014	162*I
LXH 2119	54260183E	5010/0	25/07/2014	162*I
LXH 2119	54260184E	5061/0	25/07/2014	163c/c162*I
LXH 2119	54260185E	6912/0	25/07/2014	232
LYJ 730654260173E	5835/0		10/07/2014	195
LZB 3726	54260198E	5010/0	19/08/2014	162*I
MDZ 4799	54260178E	6637/2	26/07/2014	230*IX
MDZ 4799	54260186E	6610/2	26/07/2014	230*VII
MHN 5877	54260107E	5525/0	13/08/2014	181*XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 436/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
LXG 1389	54260193E	6599/2	07/08/2014	230*V
LXG 1389	54260194E	5010/0	07/08/2014	162*I
MBO 6677	54260191E	5010/0	03/08/2014	162*I
MFD 7550	54260101E	6599/2	10/08/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 438/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
CYB 9613	54260114E	5010/0	02/09/2014	162*I
MBI 4129	54260109E	5010/0	10/08/2014	162*I
MBI 4129	54260110E	6912/0	16/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 439/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA ENQUADRAMENTO	
CIR 8382	54260200E	5169/1	22/08/2014	165
MDS 0457	54260117E	5835/0	09/09/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 423/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA INFRAÇÃO	AUTO DE INF./DESDOBRAM.	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	DATA DA VALOR	ENQ.	
28/08/2013	R\$ 127,69	233	ALZ 4370	54260365E	6920/0
IOC 3984	54260397E	7056/1	14/11/2013	R\$ 191,53	244*III
LXU 8818	54260371E	6920/0	10/09/2013	R\$ 127,69	233

LYJ 876054260322E	6920/0	02/12/2013	R\$ 127,69	233
LYO 4347	54260399E 6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
LYS 5055	54260319E 5010/0	01/12/2013	R\$ 574,61	162*I
LYS 5055	54260320E 5118/0	01/12/2013	R\$ 574,61	164c/c162*I
LZW 3564	54260376E 5010/0	09/10/2013	R\$ 574,61	162*I
LZW 3564	54260377E 6599/2	09/10/2013	R\$ 191,53	230*V
LZW 3564	54260378E 5118/0	09/10/2013	R\$ 574,61	164c/c162*I
MAG 3272	54260393E 6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
MBI 0797	54260386E 5010/0	20/10/2013	R\$ 574,61	162*I
MBI 0797	54260388E 6599/2	20/10/2013	R\$ 191,53	230*V
MBI 0797	54260389E 5118/0	20/10/2013	R\$ 574,61	164c/c162*I
MBW 4041	54260362E 6920/0	23/08/2013	R\$ 127,69	233
MCE 1892	54260367E 5169/1	29/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MDV 6316	54260368E 5525/0	04/09/2013	R\$ 85,12181*XV	
MGQ 6159	54260325E 5010/0	04/12/2013	R\$ 574,61	162*I
MJT 1838	54260395E 5010/0	01/11/2013	R\$ 574,61	162*I
MJT 1838	54260396E 6599/2	01/11/2013	R\$ 191,53	230*V
MKF 7482	54260375E 5010/0	06/10/2013	R\$ 574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

425/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DAVALOR	ENQ.	
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO	MCP 6285	54260307E	5185/1
19/11/2013	R\$ 127,69	167			

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

428/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DAVALOR	ENQ.	
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO	MCN 1302	54260224E	6599/2
24/05/2014	R\$ 191,53	230*V			
MDY 4520	54260227E	6599/2	30/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MDY 4520	54260228E	5010/0	30/05/2014	R\$ 574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

431/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA VALOR	ENQ.	
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO	DLF 5366	54260236E	6920/0
09/06/2014	R\$ 127,69	233			
MBM 0430	54260221E	5010/0	14/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MGV 9845	54260220E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSANTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

434/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA VALOR	ENQ.	
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO	LYU 2856	54260226E	6599/2
24/05/2014	R\$ 191,53	230*V			

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSANTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

437/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE	CÓDIGO DA	DATA DA VALOR	ENQ.	
INFRAÇÃO	INF./DESDOBRAM.	INFRAÇÃO	MHC 6418	54260243E	6548/0
21/06/2014	R\$ 85,12229				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSANTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

**DECRETO 24/2014 RECESSO FINAL DE ANO**

DECRETO Nº 24/2014

DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro (Natal) e 1º de janeiro (Confraternização Universal);

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal; e

CONSIDERANDO que recesso proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

**DECRETA**

Artigo 1º. Fica decretado o Recesso nas Repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta do Município de Grão-Pará/SC, a partir de 24 de dezembro de 2014 a 04 de janeiro de 2015, em virtude do fechamento do exercício de 2014, excetuando-se os serviços que, por sua natureza, não permitam paralisação.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
24 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de novembro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO DF 88/2014 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000088/14 de 26 de Novembro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(065)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(075)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(084)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	2,79

---

**Total Suplementação: 4.002,79**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(064)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(074)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(087)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	2,79

---

**Total Anulação: 4.002,79**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2014.**

---

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Novembro de 2014.

---

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaramirim

## PREFEITURA

### ATA 87 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 87/2014
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 87/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA MANUTENÇÃO / PINTURA DOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 02.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: MADEVIA Ltda, com sede na Rua Augusto Gneiding, 810 – Bloco B, Industrial Norte – Rio Negrinho SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.197.303/0001-60 neste ato representada por Sr(a) Osmar Michreff, CPF nº 020.662.579-07.
R\$ 34.155,00 ( Trinta e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais ).
INDUSTRIA DE TINTAS OURO LTDA., com sede na Rod. SC 458, s/n – Km 01 Linha Caravágio – Ouro SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.575.973/0001-84, neste ato representada por Sr(a) Leonir Parisotto, CPF nº 422.419.289-68.
R\$ 2.509,00 ( Dois mil quinhentos e nove reais )
Vigência: Início: 29/09/2014 Término: 28/09/2015.
Guaramirim-SC, 29 de Setembro de 2014
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA DE RP Nº108/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 108/2014 - PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 113/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição de microcomputadores e licença às diversas entidades.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº113/2014 - PMG
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 02.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: PROVILLE INFORMÁTICA LTDA - EPP, com sede na Rua João Pessoa, nº924, em Joinville, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.011.974/0001-07.
Valor: R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).
Vigência: Início: 26/11/2014 Término: 25/11/2015.
Guaramirim - SC, 27 de novembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº64/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 64/2014 - PMG

Processo de Licitação: 129/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: AQUISIÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PARA CASA DO PAPAI NOEL.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: COMERCIAL COISA DE LOUCO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 72.291.990/0001-75, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 1326, município de Guaramirim, SC.  
Valor: R\$ 7.237,00 (sete mil duzentos e trinta e sete reais),  
Data da Assinatura: 25/11/2014 Vigência: 25/11/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 27/11/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1271/2014

PORTARIA Nº 1271/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora LUCIANA SORAIA COSTENARO CARRER (Matr. 3094), nascida aos 25/11/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/C, anexo XI, a partir de 25 de novembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Novembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 1272/2014

PORTARIA Nº 1272/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, ao servidor SÉRGIO COMARETTO (Matr. 203), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2014, num percentual acumulado de 15% (quinze por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1273/2014

PORTARIA Nº 1273/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JANETE MARIA BRESCIANI (Matr. 2876), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 26 de novembro de 2014 a 07 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1274/2014

PORTARIA Nº 1274/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "D", a contar de 11 de novembro de 2014, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1275/2014

PORTARIA Nº 1275/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", a contar de 25 de novembro de 2014, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO Nº 96 LUCIANE DA CRUZ** CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora, LUCIANE DA CRUZ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 003.896.129-60 aprovada em 96º Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs na CMEI VALDETE SOUZA NODARI período Matutino/Vespertino a partir do dia 17 de novembro de 2014 em substituição a professora ROSEMERI APARECIDA DANIELLI HACK, a qual se encontra de atestado medico, ou enquanto perdurar seu afastamento.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 26 de novembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
LUCIANE DA CRUZ

## **Imbituba**

### **PREFEITURA**

### **PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO 29/2014(SAÚDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO Nº 36/2014  
PREGÃO Nº 29/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, comunica a todos os interessados que por solicitação da Secretária de Saúde, fica suspenso o referido pregão à epígrafe.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira  
Pregoeira

### **PORTARIA PMI/DGP Nº 508/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 508, de 26 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Autorização de Internação Hospitalar, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161/2013 e Decreto nº 221/2014, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PATRÍCIA DA ROSA TEIXEIRA, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 018.815.199-02, para exercer o cargo de Supervisora de Autorização de Internação Hospitalar, junto ao Programa de Melhoria de Atenção Básica, da Diretoria de Regulação, Controle e Auditoria vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013 e art. 5º, III, do Decreto nº 221/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/DGP Nº 509/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 509, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Gerente de Bens Imóveis, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161/2013 e Decreto nº 221/2014, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar DALILA PACHECO AMARO, brasileira, auxiliar de serviços, inscrita no CPF sob o n.º 029.055.949-93, do cargo de Gerente de Bens Imóveis junto à Diretoria de Regulação, Controle e Auditoria vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 524, de 05 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/DGP Nº 510/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 510, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Coordenadora de Programas e Ações Estratégicas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161/2013 e Decreto nº 221/2014, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar GLICÉLIA CAMPOS DA ROCHA SPECK, brasileira, Enfermeira, inscrita no CPF sob o n.º 027.496.929-70, do cargo de Coordenadora de Programas e Ações Estratégicas junto à Diretoria de Regulação, Controle e Auditoria, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 241, de 05 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 036/2014 ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE IMBITUBA – AEUNI**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

Termo do Convênio nº 036/2014. PARTÍCIPEs: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE IMBITUBA – AEUNI FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.460, de 16 de Outubro de 2014 OBJETO. O objeto do presente Convênio consiste disponibilizar à AEUNI 4(quatro) ônibus para o transporte de estudantes universitários de Imbituba com destino a Tubarão e vice-versa e repassar à AEUNI a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por ano ,como ajuda de custo para atender o referido convenio. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 3.000,00(três mil reais). reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá sua vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2014, podendo ser aditado de comum acordo entre as partes tendo em vista o interesse público.SIGNATÁRIOS: MICHELA DA SILVA FREITAS , pelo Município de Imbituba e Sr LUCAS SILVA BITTENCOURT Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE IMBITUBA – AEUNI

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 037/2014 CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

Termo do Convênio nº 037/2014. PARTÍCIPEs: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA e a CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.474, de 13 de novembro de 2014.OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro, para a decoração das Festividades Natalinas do ano de 2014.VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 65.000,00(sessenta e cinco mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da fazenda. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá sua vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2014, podendo ser aditado de comum acordo entre as partes tendo em vista o interesse público.SIGNATÁRIOS: IVAN VITÓRIO, pelo Município de Imbituba e Sr CUSTÓDIO JUVENAL PACHECO Presidente da CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 038/2014 ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE IMBITUBA – ACIM**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

Termo do Convênio nº 038/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE IMBITUBA – ACIM FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.460, de 16 de Outubro de 2014

.OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro, destina-se na execução das ações desenvolvidas pelos Núcleos Setoriais da ACIM.VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 23.000,00(vinte e três mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de turismo. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá sua vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2014, podendo ser aditado de comum acordo entre as partes tendo em vista o interesse público.SIGNATÁRIOS: ADILSON JORGE SILVESTRE, pelo Município de Imbituba e Sr JAIME PACHECO ALVES Presidente da ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE IMBITUBA – ACIM

**PORTARIA PMI/DGP Nº 511/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 511, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor III e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161/2013 e Lei Complementar nº 4.446/2014, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOÃO RODRIGUES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 578.800.939-15, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Esporte - SESPORTE, a partir de 01 de outubro de 2014, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/DGP Nº 512/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 512, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Programas e Ações Estratégicas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161/2013 e Decreto nº 221/2014, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GLICÉLIA CAMPOS DA ROCHA SPECK, brasileira, Enfermeira, inscrita no CPF sob o n.º 027.496.929-70, para exercer o cargo de Gerente de Programas e Ações Estratégicas junto à Diretoria de Regulação, Controle e Auditoria, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013 e art. 5º, III, do Decreto nº 221/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**RESOLUÇÃO Nº 009.2014 – CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA**

Resolução nº 009.2014 -C.M.D.C.A

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Imbituba  
Lei Municipal nº4.110/2014

Resolução 09/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunido no dia 21 de outubro, em sua sede às 13:30 horas, submetendo novamente em análise o Programa Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente- Vem Ser, RESOLVE:

Art.1º Deliberar a compra de :

01(um) dat show:

01 (uma) caixa de som para computador,

01(uma) caixa de som amplificada,

02 (dois) computadores,

02(dois) notebook,

01(um) tapete 3x3,

15(quinze) almofadas 60x60,

01(uma) máquina fotográfica,

01(uma) filmadora,

01(uma) geladeira,

01(um) espelho 4x2,50,

01(um) aparelho de som,

01(um) quadro imantado de xadrez

04(quatro) relógios de xadrez,

01(um) microondas,

10(dez) blocos de passe para Vila Nova Alvorada,  
10(dez) blocos de passe para Nova Brasília,  
10(dez) blocos de passe para Vila Nova,  
10( dez) blocos de passe para Arroio,  
10(dez) blocos de passe para Roça Grande,  
10(dez) blocos de passe para Guaiuba .

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do C.M.D.C.A

Avenida Brasil,nº 120,Centro- Imbituba-S.C- 88780000.  
Fone: 48-32554463

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 012.2014**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 012, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações no Processo nº 18242/2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pelo Coreto localizado na praça Henrique Lage, à Unlimited Ocean Serie - UOS organização não governamental, CNPJ Isento, representada pelo Senhor Paulo Armando P. Martyres, inscrito no CPF nº 768.071.009-06, residente na Rua Irineu Bornhausen nº 790, Centro, Imbituba/SC, para a realização de evento "Vem no Coreto", que acontecerá no dia 18 de outubro de 2014, das 12h às 23h59.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 18 de outubro de 2014, das 12h às 23h59, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

§ 1º A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

§ 2º O evento visa levar a interação social trazendo à população uma opção de lazer e entretenimento familiar com intervenções artísticas populares sem custos.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Claudia Jeremias Ávila

Assessora do Departamento de Documentação e Patrimônio

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

#### **PORTARIA PMI SEAGP Nº 013.2014**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando a realização da Festa da Padroeira de Imbituba;  
Considerando as informações no Processo nº 21074/2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área próxima à Secretaria de Turismo, em frente à Igreja Matriz, à Garcia Eventos Ltda, CNPJ nº 10.213.030/0001-30, representada pelo Senhor Ademir José Garcia, inscrito no CPF nº 018.660.369-04, residente a Rodovia Paulino Burigo nº 698, Vila Nova, Içara/SC, para a montagem de um Parque de Diversões.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 24 de novembro de 2014 a 16 de janeiro de 2015, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a



assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Claudia Jeremias Ávila

Assessora da Diretoria de Documentação e Patrimônio

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

#### **PORTARIA PMI/SEDUC Nº 005, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 005, de 24 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades no serviço de transporte escolar, conforme fl. 01 do Processo PMI 14381/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II □ Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de novembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal da Educação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

#### **PORTARIA PMI/SEDUC Nº 006, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 006, de 25 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades apresentadas pela servidora Rozana Delfino através da Declaração protocolada sob o nº 10353 no Tabelionato de Notas e Protesto de Alexei Belmonte Haigert, conforme denúncia apresentadas nos Processos PMI 17944/2014 e PMI 17945/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II □ Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de novembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretário Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

#### **PORTARIA PMI/SEFAZ N.º 04 , 21 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEFAZ N.º 04 , 21 de Novembro de 2014.

Instaura Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 21066/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão para proceder a Tomada de Contas Especial, objetivando a apuração dos fatos apresentadas pelo Observatório Social de Imbituba nas Prestações de Contas, quantificação do dano causado ao erário público e identificação dos

responsáveis.

Art. 2º Designar nos termos da Instrução Normativa N.Tc-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, os seguintes servidores para compor a Comissão de Tomada de Contas Especial:

I - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II □ Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral do Município - CGM relatório detalhado sobre a análise desenvolvida no decorrer dos trabalhos e parecer conclusivo.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de Novembro de 2014.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

#### **PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 005, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 005, de 25 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades do servidor Ezequiel de Souza referente ao acúmulo de cargo e emprego público, suposto caso de nepotismo, conforme denúncias apresentadas nos Processos PMI 15222/2014 e PMI 15223/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias,

prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de novembro de 2014.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

#### **EDITAL LEILÃO PÚBLICO 001.2014 - SEAGP**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2014

##### **1) PREÂMBULO**

1.1 - O município do Imbituba, com sede na Rua Ernani Coutrin, nº 601, Centro, em Imbituba (SC), inscrito no CNPJ sob o nº. 82.909.409/0001-90, na forma da lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade de LEILÃO pelo MAIOR LANCE, para venda de bens móveis inservíveis, dentre eles, veículos, mobiliários e bens de consumo, descritos no item 04 do presente edital, através do Leiloeiro Público Oficial Rogério Damiani, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob a AARC/042.

##### **2) DA DATA, HORÁRIO E LOCAL**

2.1 - O evento será realizado no dia 17 de dezembro de 2014, às 14 horas, no pátio da Secretaria de Infra-estrutura (Garagem da Prefeitura Municipal), localizada na Rua Jorge Lacerda nº. 769, Centro de Imbituba.

##### **3) DA HABILITAÇÃO**

3.1 - Ficam habilitados a participar do presente leilão as pessoas físicas e jurídicas, munidas do documento de Identidade (RG), comprovante de residência, contrato social, inscrição estadual e procuração, excluídos os menores de 18 anos não emancipados e funcionários de Município (direta ou indiretamente). Cidadãos emancipados deverão apresentar certidão comprobatória.

3.2 - Os documentos acima poderão ser exigidos no original e/ou por fotocópia legível, desde que autenticados em cartório.

3.3 - A simples participação no presente Leilão resulta na total, irrestrita e irretratável submissão dos interessados as condições deste Edital.

##### **4) DO OBJETO**

4.1 - Este Leilão tem por objetivo a venda do (s) lote (s) abaixo relacionado:

1. Automóvel FIAT/Palio EX, ano modelo 2002, à gasolina, cor branca, placa MBR-5493,16V, RENAVAL 782417140, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
2. Automóvel FORD/Fusion, ano modelo 2009/2010, à gasolina, cor preta, placa MGA-5936, RENAVAL 164977406, GABINETE, com lance mínimo de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);
3. Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano modelo 2005/2006, FLEX, cor branca, placa MCQ-1675, RENAVAL 858723441, SAÚDE,

com lance mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

4. Automóvel FIAT/Palio EX, ano modelo 2005/2006, à gasolina, cor branca, placa MEC-0728, RENAVAL 867477903, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

5. Automóvel FIAT/Palio EX, ano modelo 2008/2009, à gasolina, cor branca, placa MGJ-9169, RENAVAL 118295993, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais);

6. Automóvel GM/CELTA, ano modelo 2004/2005, à gasolina, cor branca, placa MDI-7988, RENAVAL 838379460, SEINFRA, com lance mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

7. DUCATO/FIAT th amb, ano modelo 2006, à DIESEL, cor branca, placa MDE-5893, RENAVAL 884958868, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

8. DUCATO/FIAT, ano modelo 2005/2006, à DIESEL, cor branca, placa MHP-2880, RENAVAL 872240037, EDUCAÇÃO, com lance mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9. ONIBUS M/BENS/OF 1315, ano modelo 1989, à DIESEL, cor branca, placa CGS-4326, RENAVAL 315375922, EDUCAÇÃO, com lance mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

10. Caminhão basculante VW 12.170 ano modelo 1997/1998, à DIESEL, cor branca, placa LZC-9598, RENAVAL 685414817, SDR-SUL, com lance mínimo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

11. Moto HONDA/CG 125 CARGO, ano modelo 2000, à gasolina, cor branca, placa MBE-8562, RENAVAL 734319100, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 600,00 (novecentos reais);

12. Moto HONDA/CG 125 FAN, ano modelo 2007, à gasolina, cor vermelha, placa MHB-6632, RENAVAL 914892371, SAÚDE, com lance mínimo de R\$ 900,00 (novecentos reais);

13. Moto DAFRA/SUPER 100, ano modelo 2008, à gasolina, cor Preta MHE-4214 RENAVAL 144960001 - PROCURADORIA, com lance mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais);

14. Moto DAFRA/SUPER 100, ano modelo 2008, à gasolina, cor Preta MHE-4354 RENAVAL 144962780 - PROCURADORIA, com lance mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais);

15. Rolo Compactador DYNAPAC CA/25- SEINFRA, com lance mínimo de R\$ 5.000,00 (mil e quinhentos reais);

16. Sucatas diversas (geladeiras, condicionadores de ar, carteiras, móveis, armários e etc), com lance mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais);

## 5) DAS CONDIÇÕES

5.1 - Os bens, objeto do presente leilão, serão arrematados pelo maior lance oferecido.

5.2 - Somente será aceito pagamento à vista dos lances vencedores.

5.3 - O pagamento à vista deverá ser efetuado ao leiloeiro oficial, na data do leilão, em moeda corrente ou cheque, cuja conta corrente bancária esteja em nome do arrematante, e nominal a Prefeitura Municipal de Imbituba.

5.4 - A comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) será calculada sobre o valor da venda e correrá por conta exclusiva do arrematante, devendo ser paga à vista e moeda corrente ou cheque, no ato do arremate.

5.5 - Os lotes de veículos serão liberados somente após o pagamento dos débitos correspondentes junto ao Órgão de Trânsito;

5.6 - Os bens móveis serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo à PMI quaisquer responsabilidades quanto a consertos, reparos ou providências referentes ao transporte dos bens leiloados.

5.7 - Os lotes arrematados deverão ser retirados na sua totalidade, não sendo reservado ao arrematante o direito à retirada parcial do lote e eventual abandono do restante.

5.7.1 - No ato do carregamento, o arrematante deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários, não sendo permitida a desmontagem ou transformação dos bens arrematados dentro da área em que estiverem localizados.

5.8 - Os encargos tributários (ICMS, IPVA, Seguro Obrigatório, Multas, Remarcação de Chassi, Licenciamento, Taxas, etc.),

eventualmente incidentes sobre os bens arrematados, assim como as obrigações fiscais acessórias e as despesas com documentação, emissão de 2ª via do Certificado de Registro de Veículo - CRV, remarcação do chassi, vistorias, transferências, são de responsabilidade exclusiva do arrematante, ainda que anterior a data do leilão. O não recolhimento do valor a ser pago e dos impostos incidentes pelo arrematante tornará a venda sem efeito e condicionará a recondução dos lotes a propriedade e posse do Município.

5.9 - A transferência do veículo arrematado deverá ser efetuada dentro de 30 (trinta) dias, conforme legislação de trânsito, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

5.10 - Obriga-se o arrematante a remover qualquer elemento que identifique os veículos como pertencentes ao Município (adesivos, logomarcas, entre outros). O não cumprimento enseja multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do arremate, mais suspensão por tempo indeterminado de participar em licitações com encaminhamento de relatório aos Municípios brasileiros.

5.11 - A desistência do lote arrematado implicará ao arrematante o pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) calculados sobre o valor do arremate e implicará na perda da comissão paga ao leiloeiro. Sujeitar-se o arrematante, ainda, as penalidades de suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos; e de Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o licitante ressarcir os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção.

5.12 - A documentação dos veículos, bem como a nota de venda, estarão disponíveis no Departamento de Documentação e Patrimônio da PMI ou serão enviados pelo correio, a critério do arrematante.

5.13 - A simples participação no presente leilão público, implica na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital de Leilão Público, bem como submissão as demais obrigações legais decorrentes.

5.14 - Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação, o Leiloeiro está autorizado pela Administração Pública Municipal a ouvir as ofertas dos licitantes e submetê-las, no mesmo ato, a análise da Comissão de Avaliação e demais representantes do Município presentes ao leilão, podendo eles deferir ou não a venda pelo maior valor ofertado, ainda que inferior ao da avaliação.

5.15 - A manutenção dos lances fica ao critério do Leiloeiro, que com sua experiência o bom senso, estabelecerá patamares mínimos que poderão ser alternados a qualquer momento. Fica desobrigado a seguir o leilão pela ordem crescente dos lotes, podendo invertê-la conforme achar conveniente.

5.16 - O Município é responsável pelo fornecimento ao arrematante dos documentos necessários a transferência do(s) bem(s) adquiridos(s) em leilão. Ao leiloeiro, caberá apenas a confecção da Ata e a emissão da Nota de Venda, com a data da realização do certame. Em hipótese alguma será emitida segunda via com data posterior.

5.17 - A prestação de contas do Leiloeiro para o Município será apresentada em até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data do encerramento do leilão.

5.18 - É proibido ao arrematante vencedor do lance, ceder, permutar, vender, ou de alguma forma negociar aquilo que arrematou antes do pagamento e da emissão da fatura do leilão.

5.19 - Durante a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, está sujeito às sanções previstas no art.335 do Código Penal e nos artigos 90 e 95 da Lei 8.666/93.

5.20 - No eventual caso de remarcação do chassi, fica ciente o arrematante de que não haverá abatimento no preço e tampouco terá direito à restituição dos valores pagos (arrematação e comissão do leiloeiro) e/ou poderá realizar a devolução dos lotes arrematados.

5.21 - Eventuais ônus existentes sobre os bens levados a leilão deverão ser verificados pelos interessados junto aos órgãos competentes (Detran, Credor Fiduciário, etc.).

5.22 - Não serão aceitas reclamações, devoluções ou pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preço, quaisquer que sejam os motivos alegados, após a arrematação.

#### 6) DA RETIRADA DOS BENS ARREMATADOS

6.1 - Fica estabelecido que os lotes arrematados serão retirados quando compensados os valores.

6.2 - A retirada dos lotes adquiridos ocorrerá obrigatoriamente em horário comercial municipal.

6.3 - A não retirada dos bens no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do leilão, implicará em multa diária no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor dos bens. Após o prazo de 30 (trinta) dias, perderá o arrematante todos os direitos em relação a licitação, quando a venda será considerada nula, e os bens revertidos ao patrimônio do Município, sem que caiba qualquer indenização ao arrematante.

#### 7) DAS INFORMAÇÕES GERAIS

7.1 - A vistoria dos bens objeto do leilão será oportunizada nos dias 11, 12, 15 e 16/12/14, mediante agendamento prévio com o Município, através do telefone (48) 3355-8100, no horário dos 8h às 11h e das 14 às 17 horas.

a) Lotes 03; 04; 05; 06; 07 - com Sr. Eugênio e/ou Jaime, na Secretaria de Infraestrutura ( Garagem da Prefeitura Municipal), Rua Jorge Lacerda nº. 769 ( proxima loja maçônica), centro, Imbituba/SC;

b) Lotes 13 e 14 - com Sr. Jaime, na antiga ICC, centro de Imbituba;

c) Lotes 09; 10; 11; 12; 15 - com Sr. Eugênio ou Sr. Jaime, na mecânica Litoral Sul, Rodovia BR 101, Km 277, em Alto Arroio, Imbituba;

#### 8) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - O município poderá fazer a retirada ou inclusão de qualquer lote(s) do leilão, a seu exclusivo critério, até o momento de sua realização. Também poderá suspender o leilão antes e durante sua realização, independente de prévia comunicação, decisão, sobre a qual os interessados não terão direito a qualquer reclamação ou indenização.

8.2 - A comissão de Licitação reserva-se o direito de anular no todo ou em parte o presente edital.

8.3 - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, independentes de menção expressa.

8.4 - Informações e cópia do edital poderão ser obtidas com o Município e Leiloeiro nos endereços abaixo:

- Secretaria de Administração na Rua Ernani Coutrin, 601 - Centro - Imbituba/SC, telefone (48) 3355-8100, site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

- Leiloeiro Rogério Damiani, com endereço na Rua Francisco Milioili, n.º 888, Bairro São Luiz, em Criciúma, telefone (48) 3433-4142 e site [www.damianileiloes.com.br](http://www.damianileiloes.com.br)

Imbituba, 24 de novembro de 2014.

Rogério Damiani

Leiloeiro Público Oficial

AARC/042

#### ERRATA DECRETO PMI Nº 267.2014

ERRATA

Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto PMI nº 267/2014, no Art.7º, publicado no Diário Oficial dos Municípios, p.200-201, Edição 1615 de 14/11/2014: onde se lê :

"Art. 7º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2014, e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Lê-se : "Art. 7º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2014 e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

#### ERRATA DECRETO PMI Nº 268.2014

ERRATA

Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto PMI nº 267/2014, no Art.3º, publicado no Diário Oficial dos Municípios, p.201, Edição 1615 de 14/11/2014: onde se lê :

"Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2014, e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Lê-se : "Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2014 e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

#### PORTARIA PMI/DGP Nº 513/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 513, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor DIOLNEI JOSÉ GONÇALVES, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 377.274.199-15, admitido em 22 de maio de 1996, contrato nº 117, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:



Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2006 a 2011	01.04.2015 a 30.05.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### DECRETO PMI Nº 284.2014

DECRETO PMI Nº 284, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT			
Centro Multimeios Usina do Saber			
13.392.0011-1.051			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0169)		Aplicações Diretas	3.500,00
Total			3.500,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT			
Centro Multimeios Usina do Saber			
13.392.0011-1.051			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0170)		Aplicações Diretas	3.500,00
Total			3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### DECRETO PMI Nº 285.2014

DECRETO PMI Nº 285, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara			
01.031.0001-2.001			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	25.000,00
Total			25.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara			
01.031.0001-2.001			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	25.000,00
Total			25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### PORTARIA PMI/DGP Nº 514/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 514, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 020.184.729-92, admitida em 04 de abril de 2003, contrato nº 2010, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro

abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.12.2014 a 30.12.2014
	01.07.2015 a 30.07.2015
	01.12.2015 a 30.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/73 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/73 A01

Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: ACRÉSCIMO DE 21,693(VINTE E UM INTEIROS E SEISCENTOS E NOVENTA E TRES MILESIMOS PERCENTUAIS).

Valor: R\$ 3.143,90

Fundamento: Processo nº. 17/2014 Pregão 17/2014

Imbituba, 24 de novembro de 2014

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Vila Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

RREO - 5º BIMESTRE 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (d)	100.030.446,00	100.030.446,00	16.096.511,78	16,09	78.028.702,74	22.001.743,26
2	RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00	86.889.596,00	15.095.036,02	18,06	76.315.767,52	10.573.828,48
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	17.703.030,00	4.330.928,24	24,46	21.215.942,38	-3.512.912,38
4	Impostos	15.633.350,00	15.633.350,00	4.116.646,42	26,33	18.748.065,06	-3.114.715,06
5	Taxas	2.069.680,00	2.069.680,00	214.281,82	10,35	2.467.877,32	-398.197,32
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	1.822.000,00	318.299,93	17,47	1.574.420,49	247.579,51
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	1.822.000,00	1.822.000,00	318.299,93	17,47	1.574.420,49	247.579,51
11	RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	386.675,00	137.059,68	35,45	603.429,56	-216.754,56
12	Receitas Imobiliárias	42.800,00	42.800,00	0,00	0,00	18.050,00	24.750,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	343.875,00	343.875,00	137.059,68	39,86	585.379,56	-241.504,56
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	10.048.150,00	1.603.576,90	15,96	5.203.550,23	4.844.599,77
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.514.751,00	54.514.751,00	8.353.610,67	15,32	42.959.300,25	11.555.450,75
30	Transferências Intergovernamentais	53.416.051,00	53.416.051,00	8.356.329,92	15,61	42.818.777,00	10.597.274,00
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	103.485,80	-103.485,80
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	1.098.700,00	1.098.700,00	17.280,75	1,57	37.037,45	1.061.662,55

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										RS 1,0º
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	2.414.990,00	951.560,60	39,40	4.759.124,61	197,07			-2.344.134,61
37	Multas e Juros de Mora	1.120.290,00	1.120.290,00	498.492,43	44,50	2.363.177,52	210,94			-1.242.887,52
38	Indenizações e Restituições	10.700,00	10.700,00	1.138,26	10,64	3.120,86	29,17			7.579,14
39	Receita da Dívida Ativa	1.230.500,00	1.230.500,00	413.496,97	33,60	2.213.307,19	179,87			-982.807,19
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	53.500,00	53.500,00	38.432,94	71,84	179.519,04	335,55			-126.019,04
42	RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13.140.850,00	401.475,76	3,06	1.712.935,22	13,04			11.427.914,78
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.000.000,00
44	Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.000.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00	85.650,00	0,00	0,00	117.519,50	137,21			-31.869,50
47	Alienação de Bens Móveis	85.650,00	85.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00			85.650,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	117.519,50	0,00			-117.519,50
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00	12.055.200,00	401.475,76	3,33	1.595.415,72	13,23			10.459.784,28
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	2.779.500,00	2.779.500,00	362.158,43	13,03	1.214.317,22	43,69			1.565.182,78
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	9.275.700,00	9.275.700,00	39.317,33	0,42	381.098,50	4,11			8.894.601,50
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (H+I)	100.030.446,00	100.030.446,00	16.096.511,78	16,09	78.028.702,74	78,00			22.001.743,26
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							RS\$ 1,00
70	Contratual - Crid. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	100.030.446,00	100.030.446,00	16.096.511,78	78.028.702,74	78,00	22.001.743,26
72	<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-
73	<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	100.030.446,00	100.030.446,00	16.096.511,78	78.028.702,74	-	-
74	<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	0,00	-	0,00	-	-
75	Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
			(e)	(f) = (d+e)				(g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.030.446,00	18.124.167,34	118.154.613,34	13.552.890,80	82.638.693,55	14.191.256,02	71.306.514,56	60,35
78	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	10.335.839,55	86.215.135,55	10.841.856,55	72.636.001,94	13.361.707,30	66.094.239,23	76,66
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50	4.241.950,00	44.014.378,50	7.495.957,64	38.073.033,62	7.485.222,10	38.050.653,10	86,45
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	0,00	700.000,00	1.164,14	364.590,85	320.924,12	379.075,88	45,85
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50	6.093.889,55	41.500.757,05	3.344.734,77	34.198.377,47	5.875.321,06	27.722.952,01	66,80
82	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	7.788.327,79	31.889.477,79	2.711.034,25	10.002.691,61	829.588,72	5.211.985,33	16,34
83	INVESTIMENTOS	21.801.150,00	7.788.327,79	29.589.477,79	2.710.300,26	7.915.613,68	828.814,73	3.337.569,31	11,28
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	733,99	2.087.077,93	733,99	1.874.416,02	81,50
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	178.500,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.028,26	116.708,89	0,00
89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	178.500,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.028,26	116.708,89	65,38
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	100.030.446,00	18.302.667,34	118.333.113,34	13.552.890,80	82.817.193,55	14.221.284,28	71.423.223,45	60,36
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	100.030.446,00	18.302.667,34	118.333.113,34	13.552.890,80	82.817.193,55	14.221.284,28	71.423.223,45	60,36
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.605.479,29	-
100	TOTAL (XIV) = (XI+XIII)	100.030.446,00	18.302.667,34	118.333.113,34	13.552.890,80	82.817.193,55	14.221.284,28	78.028.703,45	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 25/11/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vitorio  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	100.030.446,00	118.154.613,34	13.552.890,80	82.638.693,25	14.191.256,56	71.306.514,56	99,84	46.848.098,78
2	00001	Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	485.487,14	2.472.027,15	469.948,28	2.232.369,65	3,13	967.630,35
3	01031	Ação Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	485.487,14	2.472.027,15	469.948,28	2.232.369,65	3,13	967.630,35
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	1.611.350,00	2.766.350,00	263.381,45	1.792.795,27	268.730,80	1.781.419,09	2,49	984.930,91
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.611.350,00	2.766.350,00	263.381,45	1.792.795,27	268.730,80	1.781.419,09	2,49	984.930,91
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	9.605.600,00	13.717.100,10	2.850.581,89	11.080.906,27	1.901.162,90	9.123.400,60	12,77	4.593.699,50
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	6.524.750,00	7.898.500,00	1.013.295,86	6.421.588,46	1.258.244,65	5.882.926,30	8,24	74,48
14	04123	Administração Financeira	2.895.500,00	5.633.250,10	1.786.675,53	4.534.770,68	623.454,93	3.121.403,36	4,37	2.511.846,74
15	04124	Controle Interno	185.350,00	185.350,00	20.610,50	124.547,13	19.463,32	119.070,94	0,17	66.279,06
16	04125	Normalização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	1.043.250,00	1.639.304,21	184.789,73	1.148.644,31	180.305,96	978.401,07	1,37	660.903,14
28	06181	Policimento	583.150,00	1.024.532,28	91.232,82	768.764,79	86.025,31	725.516,91	1,02	299.015,37
29	06182	Defesa Civil	460.100,00	614.771,93	93.556,91	379.879,52	94.280,65	252.884,16	0,35	361.887,77
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.711.575,00	4.115.222,56	484.951,57	2.903.919,97	736.143,09	2.534.675,44	3,55	1.580.547,12
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	345.074,92	0,00	339.749,43	134.367,31	138.777,68	0,19	206.297,24
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	539.250,00	813.440,58	60.072,80	296.841,29	81.056,36	266.622,36	0,37	546.818,22
38	08244	Assistência Comunitária	2.172.325,00	2.956.707,06	424.878,77	2.267.329,25	520.739,42	2.129.275,40	2,98	827.431,66

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

[illegible]

Pag. 6/9



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17512	Saneamento Básico Urbano	10.085.700,00	10.085.700,00	826.785,41	4.974.245,37	1.270.713,55	3.732.404,95	5,23	37,01	6.353.295,05
82	00018	Gestão Ambiental	26.750,00	26.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.750,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
84	18542	Controle Ambiental	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Metereologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Disseminação de Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	2.356.025,00	2.356.025,00	69.866,11	604.775,65	88.112,73	511.208,08	0,72	21,70	1.844.816,92
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	32.100,00	32.100,00	0,00	31.317,00	5.694,00	22.590,94	0,03	70,38	9.509,06
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20122	Administração Geral	655.350,00	673.925,00	69.866,11	573.458,65	82.418,73	488.617,14	0,68	72,50	185.307,86
101	20608	Promoção da Produção Agropecuária	1.668.575,00	1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00
102	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	00022	Indústria	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
106	22661	Promoção Industrial	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
107	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	00023	Comércio e Serviços	3.440.750,00	3.938.750,00	80.599,28	1.814.054,72	50.847,37	1.365.662,10	1,91	34,67	2.573.087,90
112	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23695	Turismo	3.120.050,00	3.620.050,00	72.559,45	1.507.211,79	31.282,30	1.073.795,79	1,50	29,66	2.546.254,21
117	23122	Administração Geral	320.700,00	318.700,00	8.039,83	306.842,93	19.565,07	291.866,31	0,41	91,58	26.833,69
118	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	00025	Energia	1.822.000,00	1.882.294,64	0,00	1.800.000,00	264.284,92	1.575.983,90	2,21	83,73	306.310,74
122	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	25752	Energia Elétrica	1.822.000,00	1.882.294,64	0,00	1.800.000,00	264.284,92	1.575.983,90	2,21	83,73	306.310,74
124	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	00027	Desporto e Lazer	3.508.500,00	3.071.078,40	80.315,84	664.175,82	129.609,26	636.396,93	0,89	20,72	2.434.681,47
133	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	27812	Desporto Comunitário	1.025.700,00	923.500,00	80.315,84	664.175,82	129.609,26	636.396,93	0,89	68,91	287.103,07
135	27813	Lazer	2.482.800,00	2.147.578,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.147.578,40
136	00028	Encargos Especiais	3.609.800,00	3.909.800,00	69.651,45	3.127.643,33	70.163,36	2.819.791,56	3,95	72,12	1.090.008,44
137	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00	3.000.000,00	1.898,13	2.451.668,78	1.898,13	2.195.340,14	3,07	73,18	804.659,86
140	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28846	Outros Encargos Especiais	609.800,00	909.800,00	67.753,32	675.974,55	68.265,23	624.451,42	0,87	68,64	285.348,58
143	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
145		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.028,26	116.708,89	0,16	65,38	61.791,11
147	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00004	Administração	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	2.684,22	8.079,44	0,01	48,97	8.420,56
151	04122	Administração Geral	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	2.684,22	8.079,44	0,01	48,97	8.420,56
152	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00008	Assistência Social	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	395,07	904,74	0,00	45,24	1.095,26
156	08244	Assistência Comunitária	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	395,07	904,74	0,00	45,24	1.095,26
157	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00010	Saúde	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	4.325,25	6.875,08	0,02	144,92	14.124,92
159	10301	Atenção Básica	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	3.685,74	5.763,81	0,01	57,64	4.236,19
160	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	132,48	264,96	0,01	2,65	9.735,04
161	10304	Vigilância Sanitária	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	507,03	846,31	0,00	84,63	153,69
162	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00012	Educação	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00	14.072,45	56.270,24	0,08	135,67	28.729,76
164	12361	Ensino Fundamental	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	9.225,58	38.317,76	0,05	63,86	21.682,24

Pag. 8 / 9

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112523401600705394

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												RS 1,00	
165	12365	Educação Infantil	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	4.846,87	17.952,48	0,03	71,81	7.047,52	0,00
166	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00015	Urbanismo	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	7.560,64	41.821,04	0,06	83,64	8.178,96	0,00
169	15451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	7.560,64	41.821,04	0,06	83,64	8.178,96	0,00
170	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00023	Comércio e Serviços	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	227,59	847,81	0,00	42,39	1.152,19	0,00
178	23122	Administração Geral	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	227,59	847,81	0,00	42,39	1.152,19	0,00
179	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00027	Desporto e Lazer	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	763,04	1.910,54	0,00	95,53	89,46	0,00
183	27812	Desporto Comunitário	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	763,04	1.910,54	0,00	95,53	89,46	0,00
184	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	TOTAL (III) = (I + II)			100.030,446,00	118.333,113,34	13.552,890,80	82.817,193,25	14.221,284,82	71.423,223,45	100,00	125,73	46.909,889,89	0,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA 25/11/2014

**Jaison Cardoso de Souza**  
**Prefeito Municipal**  
**CPF.: 591.549.269-04**

Ivan Vitório  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC: 20 478

Pag. 9/9

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMI Nº 43/2014**

PORTARIA CMI nº 43/2014

"Determina lotação da servidora Tatianne de Bona, Analista Legislativo, no Departamento Legislativo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar a servidora TATIANNE DE BONA, Analista Legislativo, Portaria de Nomeação nº 028/07, de 25 de junho de 2007, no Departamento Legislativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

**PORTARIA CMI Nº 44/2014**

PORTARIA CMI nº 44/2014

"Determina lotação do servidor Marcelo José Cardoso, Analista Legislativo, no Departamento Legislativo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar o servidor MARCELO JOSÉ CARDOSO, Analista Legislativo, Portaria de Nomeação nº 010/07, de 10 de janeiro de 2007, no Departamento Legislativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

**PORTARIA CMI Nº 45/2014**

PORTARIA CMI nº 45/2014

"Determina lotação do servidor Emerson Pacheco Custódio, Analista Legislativo, no Departamento Administrativo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar o servidor EMERSON PACHECO CUSTÓDIO, Analista Legislativo, Portaria de Nomeação nº 05/08, de 21 de janeiro de 2008, no Departamento Administrativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

**PORTARIA CMI Nº 46/2014**

PORTARIA CMI nº 46/2014

"Determina lotação do servidor Otoniel Nascimento Cardoso, Motorista, no Departamento Administrativo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar o servidor OTONIEL NASCIMENTO CARDOSO, Motorista, Portaria de Nomeação nº 040/06, de 02 de outubro de 2006, no Departamento Administrativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

**PORTARIA CMI Nº 47/2014**

PORTARIA CMI nº 47/2014

"Determina lotação da servidora Rosalba da Silveira Espíndola, Auxiliar de Serviços, no Departamento Administrativo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar a servidora ROSALBA DA SILVEIRA ESPÍNDOLA, Auxiliar de Serviços, Portaria de Nomeação nº 013/07, de 10 de janeiro de 2007, no Departamento Administrativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

**PORTARIA CMI Nº 48/2014**

PORTARIA CMI nº 48/2014

"Determina lotação da servidora Sandra Pires, Telefonista/

Recepcionista, no Departamento Administrativo”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar a servidora SANDRA PIRES, Telefonista/Recepcionista, Portaria de Nomeação nº 023/07, de 09 de abril de 2007, no Departamento Administrativo, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.  
Luís Antônio Dutra  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

#### **PORTARIA CMI Nº 49/2014**

PORTARIA CMI nº 49/2014

“Determina lotação do servidor Thiago Guimarães Machado, Técnico Legislativo, no Departamento Financeiro e Contábil”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas que lhe confere o artigo 35, incisos II, XI e XXIII, do Regimento Interno e considerando a Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, RESOLVE: Art. 1º Lotar o servidor THIAGO GUIMARÃES MACHADO, Técnico Legislativo, Portaria de Nomeação nº 015/07, de 29 de janeiro de 2007, no Departamento Financeiro e Contábil, para desempenhar as atividades inerentes ao referido cargo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 26 de Novembro de 2014.  
Luís Antônio Dutra  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/11/2014.

## **Indaial**

### **PREFEITURA**

#### **TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 117/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 117/2014

CONTRATADA: CONSTRUTORA F&F LTDA ME

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de a construção de sanitários em alvenaria com área de 43,51 m2, e urbanização de praça pública, em terreno com área de 1.295,00 m2.

PRAZO: 19 de novembro de 2014 a 19 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 19/11/2014

#### **TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVENIO Nº 011/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 011/2014

CONVENIADA: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da presidente da Conveniada, deixando a presidência a Sra. Magali Cristina Theindl, para o ingresso da Sra. Mari Silva Goulart, conforme Ata de Renúncia e Ata de Posse.

ASSINATURA: 17/11/2014

#### **TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVENIO Nº 003/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 003/2014

CONVENIADA: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da presidente da Conveniada, deixando a presidência a Sra. Magali Cristina Theindl, para o ingresso da Sra. Mari Silva Goulart, conforme Ata de Renúncia e Ata de Posse.

ASSINATURA: 17/11/2014

#### **CONTRATO Nº 259/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 259/2014

Processo Licitatório nº 087/2013 - Edital de Credenciamento nº 003/2013-10430.

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO: Execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua Heinz Wanser, com área total de 7.927,58m².

PRAZO: 21 de novembro de 2014 a 21 de junho de 2015

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 676.816,95 (seiscientos e setenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), sendo o valor de R\$ 403.558,59 (quatrocentos e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) de responsabilidade de contribuintes aderentes, e R\$ 273.258,36 (duzentos e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos), de responsabilidade do Município de Indaial.

ASSINATURA: 21/11/2014

**CONTRATO Nº 260/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 260/2014

Processo Licitatório nº 087/2013 - Edital de Credenciamento nº 003/2013-10430.

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO: Execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua São Vicente, com área total de 1.027,86m².

PRAZO: 21 de novembro de 2014 a 21 de junho de 2015

VALOR: O valor total do contrato é de R\$87.753,75 (oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), sendo o valor de R\$50.725,04 (cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) de responsabilidade de contribuintes aderentes, e R\$37.027,71 (trinta e sete mil, vinte e sete reais e setenta e um centavos), de responsabilidade do Município de Indaial.

ASSINATURA: 21/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 122/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 122/2014

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais do prolongamento da Rua Dr. Heinz Wanser, com extensão de 184,00 metros.

PRAZO: 29 de novembro de 2014 a 07 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 29/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 188/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 188/2014

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais para a infraestrutura de pavimentação da Rua Dr. Heinz Wamser.

PRAZO: 19 de novembro de 2014 a 19 de março de 2015

ASSINATURA: 19/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 141/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 141/2014

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das obras de pavimentação asfáltica da Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves (início: interseção com a Rua Eng. Emílio Odebrecht - Estaca 0+0,00 PP; término: interseção com a Avenida Carlos Schroeder - Estaca 21+12,00 PF), extensão de 432,00 metros.

PRAZO: 02 de dezembro de 2014 a 02 de março de 2015

ASSINATURA: 02/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 140/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 140/2014

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras - Trecho 03 (início: estaca 71+6,00 PF; término:

estaca 81+4,00 PF), com extensão de 198,00 metros.

PRAZO: 02 de dezembro de 2014 a 02 de março de 2015

ASSINATURA: 02/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 139/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 139/2014

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras - Trecho 02.

PRAZO: 01 de dezembro de 2014 a 01 de junho de 2015

ASSINATURA: 01/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 052/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 052/2014

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de muro de contenção em concreto armado com extensão de 250,19m, incluindo drenagem, em terreno a ser construída a Escola do Warnow.

VALOR: Diante do acréscimo concedido, valor total do presente contrato passa a ser R\$207.223,01 (duzentos e sete mil, duzentos e vinte e três reais e um centavo)

PRAZO: 19 de dezembro de 2014 a 19 de março de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 130/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 130/2014

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação asfáltica da Rua Conquista, com 10,00 ml de largura, extensão de 883,50 ml, meio-fio 1.758,25 ml, área total de 8.791,25m²; com extensão de 184,00 metros.

PRAZO: 30 de dezembro de 2014 a 30 de março de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 114/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 114/2014

CONTRATADA: PAULO ZIOBER - EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de academias ao ar livre para aplicação em praças, compondo 06 (seis) conjuntos de academias, devidamente instaladas.

PRAZO: 14 de dezembro de 2014 a 14 de julho de 2015

ASSINATURA: 14/12/2014



**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 240/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 240/2014

CONTRATADA: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a manutenção da moto-niveladora Caterpillar 120 H.

PRAZO: 03 de dezembro de 2014 a 03 de março de 2015

ASSINATURA: 03/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 085/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 085/2014

CONTRATADA: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de cobertura de garagem em estrutura metálica com área de 266,40m<sup>2</sup>, e muro de concreto armado com 125,20m de comprimento.

PRAZO: 17 de dezembro de 2014 a 17 de março de 2015

ASSINATURA: 17/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 085/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 015/2014

CONTRATADA: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução do sistema de drenagem pluvial profunda, tipo BDCC, com extensão de 75,00 metros, e recuperação da pavimentação asfáltica da Rua Maria Simão.

PRAZO: 03 de janeiro de 2015 a 03 de abril de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 341/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 341/2013

CONTRATADA: RIVEL VEÍCULOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de locação de automóveis de passeio.

PRAZO: 10 de dezembro de 2014 a 10 de dezembro de 2015

ASSINATURA: 10/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 088/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 088/2013

CONTRATADA: YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1 do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de uma Estação de Tratamento de Esgotos - ETE.

PRAZO: 09 de janeiro de 2015 a 09 de abril de 2015

ASSINATURA: 05/01/2015

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 087/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 087/2013

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1 do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem pluvial da Rua Varsóvia, com extensão de 273,50 metros (interseção com a Rua Turim - estaca 0+00 PP) à interseção com a Rua Munique (estaca 13+13,50), obra integrante do sistema mutirão.

PRAZO: 20 de dezembro de 2014 a 20 de março de 2015

ASSINATURA: 20/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 026/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 026/2013

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das Ruas Teresina e Córdoba.

PRAZO: 12 de novembro de 2014 a 12 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 12/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 027/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 027/2013

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das Ruas Bariloche e Formosa.

PRAZO: 12 de novembro de 2014 a 12 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 12/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 268/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 268/2013

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação asfáltica da Rua Bariloche, com 8,00 ml de largura, extensão de 449,00 ml, meio-fio 869,95 ml, área total de 3.655,24 m<sup>2</sup>.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014

ASSINATURA: 13/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 203/2012**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 203/2012

CONTRATADA: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução da terraplenagem e pavimentação em paralelepípedos do trecho 02 da Rua Bertolina May Kechele.

PRAZO: 27 de dezembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 196/2012**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 196/2012

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de ampliação e reforma de prédios, reservatórios, ETA e Boosters, responsáveis pelo fornecimento de água do município.

PRAZO: 19 de dezembro de 2014 a 19 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 023 AO CONTRATO Nº 116/2012**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 027 AO CONTRATO Nº 116/2012

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a realização da execução de drenagem de águas pluviais, terraplanagem e pavimentação em paralelepípedos das ruas: Kurt Ladevig, com área de 2.429,00 m²; Rua Antonina, com área de 2.331,76 m²; e, Rua Lorenz, com área de 1.440,00 m².

PRAZO: 23 de novembro de 2014 a 23 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 23/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 376/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 376/2011

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGUROS S/A

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de seguro para os bens imóveis da Prefeitura Municipal de Indaial e demais unidades requisitantes, conforme especificações constantes no anexo IV e V do edital citado na Cláusula Primeira do contrato nº 376/2011

PRAZO: 23 de dezembro de 2014 a 23 de dezembro de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 245/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 245/2011

CONTRATADA: TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Engenharia para a elaboração de projetos, incluindo reformas, de edificações institucionais (unidades de saúde, escolas e unidades de educação infantil, serviços administrativos, etc.), para obras que serão executadas em diversos locais do município

PRAZO: 15 de dezembro de 2014 a 15 de abril de 2015

ASSINATURA: 15/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 278/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 278/2011

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quarta, do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública integrado na área de Educação.

VALOR: R\$2.076,78 (dois mil, setenta e seis reais e setenta e oito centavos)

ASSINATURA: 24/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 375/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 375/2011

CONTRATADA: ENGEBRAS S/A - INDUSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para apoio ao Município de Indaial, na gestão de informações de tráfego, obtidas através da utilização de soluções integradas, em ruas e avenidas do Município de Indaial.

PRAZO: 19 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2015

ASSINATURA: 19/12/2014

**TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 193/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 193/2013

CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na construção de pista de caminhada com extensão total de 503,80 metros, incluindo pavimentação em paver, deck e passarela de madeira e mobiliários no parque Ribeirão das Pedras.

PRAZO: 28 de novembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 28/11/2014

**TERMO ADITIVO Nº 020 AO CONTRATO Nº 007/2010**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 020 AO CONTRATO Nº 007/2010

CONTRATADA: MOMENTO ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução da pavimentação em paver, pavimentação asfáltica e urbanização, incluindo a construção de passeios, fornecimento de mobiliários e construção de deck de madeira e rede de iluminação pública, da Rua Frederico Struwe - Bairro Centro.

PRAZO: 22 de novembro de 2014 a 22 de março de 2015

ASSINATURA: 19/11/2014



**Ipumirim****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 10/12/2014, e abertura prevista para às 08:30:00 do dia 10/12/2014. Objeto da licitação: confecção de uniformes ( jaqueta e calça com bolso) com fornecimento de material e serviço, destinado aos Idosos do Município que participam de atividades esportivas, conforme modelo e especificações anexo ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 26/11/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**Irineópolis****PREFEITURA****PORTARIA N º 512/2014**

PORTARIA N .º 512/2014.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 05/12/2014 à 03/01/2015, a servidora efetiva MARCIA MARIA KERSCHER.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/12/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 513/2014**

PORTARIA Nº. 513/2014.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE :**

Art 1º - Exonerar a pedido, em data de 11/12/2014, o servidor JOSÉ FELIX MARTINS do cargo efetivo de Motorista, para o qual foi admitido através da Portaria nº 211/2004 de 13/07/2004.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/12/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 515/2014**

PORTARIA N º. 515/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 31/12/2015, os efeitos da Portaria nº 424/2014 de 02/09/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MEIRY DIANE DA SILVA, para atuar nas atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, visando o atendimento temporário e excepcional junto a Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N.º 516/2014**

PORTARIA Nº. 5162014.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1	Keli Sostak Colaço	01/12 à 30/12
2	Claudete Tilgner Bendlin	01/12 à 30/12
3	Gisele Cristina Barth	01/12 à 30/12
4	José Ailton Binder	01/12 à 30/12
5	Osmani Reichardt	01/12 à 30/12
6	Selete Pavarin Prust	01/12 à 30/12
7	Vinicius Marques Kingerski	01/12 à 30/12

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**LEI N.º 1.824/2014**

Lei nº 1.824/2014

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI**

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a anular parcialmente no Orçamento Geral do Município. dotação orçamentária da Fonte 100 (recursos próprios) no valor de R\$ 327.000,00 (Trezentos e vinte e sete mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0100.0 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 327.000,00
		-----
TOTAL	R\$	327.000,00

Art 2º - Amparado em recursos apontados no artigo precedente, fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 327.000,00
		-----
TOTAL	R\$	327.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 2.723/2014**

Decreto nº 2.723/2014

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1824 de 26 de novembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulado parcialmente no Orçamento Geral do Município. dotação orçamentária da Fonte 100 (recursos próprios) no valor de R\$ 327.000,00 (Trezentos e vinte e sete mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0100.0 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 327.000,00
		-----
TOTAL	R\$	327.000,00

Art 2º - Amparado em recursos apontados no artigo precedente, fica suplementado a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 327.000,00
		-----
TOTAL	R\$	327.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 77/2014 - PP 46/2014 - RG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 77/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇOS POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, COM ENTREGA PARCELADA, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 26 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2014  
CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 05 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando contratação de empresa para execução de serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do município, de acordo com projeto básico. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 26 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## **HOSPITAL BOM JESUS**

### **DECRETO 2718/14**

DECRETO 2718/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela p Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS –		
2.028 – Manutenção do Hospital Bom Jesus		
3.3.90.00.00.0		
0.00.00.00.01.0258	Aplicações Diretas	R\$ 37.000,00
4.4.90.00.00.0		
0.00.00.00.01.0258	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS –		
2.028 – Manutenção do Hospital Bom Jesus		
3.1.90.00.00.0		
0.00.00.00.01.0258	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
	TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itá****PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014, INEXIGIBILIDADE Nº 008/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 008/2014, para contratação de shows durante as festividades de aniversário do município e Reveillon, em prol da empresa NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 07.882.249/0001-17, no valor de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Itá - SC, 26 de novembro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****PORTARIA 042/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 042/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Silvana Hemming, matrícula nº 10297/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 261/2014 e 262/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2014, para aquisição de materiais e equipamentos diversos destinados para o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, da secretaria de assistência social e para as outras secretarias, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 043/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 043/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Elaine Rambo, matrícula nº 14875/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 145/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 158/2014, para contratação da banda "Orquestra Continental" para acompanhamento musical dos calouros participantes do "8º Festival da Canção Estudantil do Município de Itapiranga", promovido pela secretaria da educação, autorizado pela lei nº 2.497/2008.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 044/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 044/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 263/2014, 264/2014 e 265/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2014, para aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 045/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 045/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 148/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2014, execução em regime de empreitada global do projeto para construção de quadra escolar coberta com vestiário, na escola municipal Funei, conforme projeto técnico, memorial descritivo e planilha orçamentaria, referente termo de compromisso PAC 208870/2014/Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 046/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 046/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 149/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 157/2014, aquisição de 01 fachada com estrutura de alumínio, destinada para o quartel do corpo de bombeiros de Itapiranga, conforme especificações descritas no edital.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 015/2014 - CONTRATOS - SAUDE**

PORTARIA Nº 015/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Luciani Haas, matricula nº 12558/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 032/2014, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 032/2014 - FMS, que tem por objeto a contratação de empresa para ministrar treinamento/capacitação de boas praticas em higienização, limpeza, esterilização e acondicionamento de materiais, destinados para os profissionais cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicure, pedicure, depilador, maquiador e massagista.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal



**PORTARIA 016/2014 - CONTRATOS - SAÚDE**

PORTARIA Nº 016/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos 033/2014 a 038/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Eletrônico nº 031/2014 - FMS, que tem por objeto a aquisição de 01 veículo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 34/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 34/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 34/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para os ambulatórios das Unidades Básicas de Saúde do Município. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC, 26 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Adm. Fundo Municipal Saúde

**DECRETO Nº 229, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 229, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.940, de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0140.2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 14.820,00

03.02 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 57.500,00

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas..... R\$ 21.800,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas..... R\$ 150.000,00

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.... R\$ 25.000,00

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas..... R\$ 252.349,05

31.90.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas..... R\$ 6.000,00

31.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas.... R\$ 9.604,54

12.365.0070.1021- Construção e Manut. de Escolas de Educação Infantil

44.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas..... R\$ 40.600,63

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.... R\$ 20.000,00

10.01 - Fundo Municipal da Assistência Social Geral

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades as Assistência Social Geral

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.... R\$ 20.000,00

Total: 617.674,22

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos

04.122.0010.1033 - Construção de Prédios Públicos

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.... R\$ 15.000,00

03.03- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo

06.182.0141.2014 - Man. das Atividades do Fundo de Enfrentamento a Desastres-FMED

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas..... R\$ 62.593,96

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00

04.01- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secret. da Fazenda

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.... R\$ 45.000,00

28.843.0128.8001 - Amortização da Dív. Contr. Juros e Encargos

da Dív. Pública

32.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

46.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 232.400,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Esino Fundamental

12.361.0066.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....R\$ 10.000,00

44.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas .....R\$ 1.000,00

44.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....R\$ 40.205,17

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.1021- Construção e Manut. de Escolas de Educação Infantil

44.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas .....R\$ 5.000,00

06.03 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes

27.812.0073.2022 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.1032 - Ampliação e Reforma da Garagem e Oficina

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 40.000,00

26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

13.01 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

16.482.0077.1004 - Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 18.475,09

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 48.000,00

Total: 617.674,22

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

## **DECRETO Nº 230, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 230, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104- Recursos Ordinários, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), 108 - Transf. de Recursos do Fundeb, 40% no valor

de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0140.2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 2.000,00

03.01 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serviços Urbanos

04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas.....R\$ 12.000,00

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 27.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas .....R\$ 15.000,00

10.01 - Fundo Municipal da Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades as Assistência Social Geral

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....R\$ 6.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO AO CONVITE Nº 31-2014

NOTIFICAÇÃO  
À

Empresas	CNPJ/MF
GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP	14.481.040/0001-07
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	13.919.051/0001-63
GRÁFICA RADIAL	81.709.495/0001-24

O Município de Itapoá, através da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto a licitação na modalidade CONVITE Nº 31/2014 - PROCESSO Nº 148/2014, para a Aquisição de material gráfico impresso para uso das Unidades Básicas de Saúde (PSF), NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Reabilitação, Departamento de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, não houve apresentação recurso conforme prazo findo em 25/11/2014. Portanto a sessão pública para abertura de envelopes das propostas fica estipulado o dia 28/11/2014 às 09h:00min em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Atenciosamente,  
Itapoá, 26 de novembro de 2014.  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/14

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, com sede à Rua Avenida sete de setembro, nº236,Ed. Italia, Bairro: Centro, CEP: 99.950-000, na cidade de Tapejara/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 88.197.330/0001-60, e Inscrição Estadual nº138/0018576, representada neste ato pelo diretor Sr. SIRINEI PANIZZON, portadora do CNPJ/MF nº 204.208.700-91, e do CI.RG nº 6005103831.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2014-PROCESSO Nº 147/2014

Objeto: Aquisição de câmara de ar de 1ª linha, certificadas pelo INMETRO, para uso na manutenção da frota de máquinas pesadas e caminhões da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 25.387,50 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25/15/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de novembro de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO Nº 72/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2013. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 72/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. LUIS CARLOS ZAGONEL, inscrita no CNPJ/MF nº: 914.345.999-49 e portador do CI.RG. 3.004.004 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. JORGE CAVALLARI SAAD, brasileiro, casado, portador da CI.RG nº 610.988-PR, e do CNPJ/MF: 142.027.279-91, residente e domiciliado a Rua: João Carlos de Aguiar, nº 1700, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89249-000, doravante denominada CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2013 - PROCESSO Nº 49/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 38/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.903,25 (um mil novecentos e três reais e vinte e cinco centavos), resultando em um valor total de R\$ 22.839,00 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e nove reais) para o período.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 38/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 38/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR JORGE CAVALLARI SAAD
LUIS CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:



**RH - PORTARIA Nº 1345/2014**

PORTARIA Nº 1345/2014

De: 03 de novembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 049/2014 da Secretaria de Educação,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). BARBARA BORST, matrícula 11616610-01, na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1346/2014**

PORTARIA Nº 1346/2014

De: 03 de novembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 040/2014 da Secretaria de Bem Estar Social,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). PATRÍCIA LARA SANTOS CAMPOS FRANCISCO, matrícula 723371-01, na função de PSICÓLOGO I, na Secretaria de Bem Estar Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1348/2014**

PORTARIA Nº 1348/2014

De: 03 de novembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 039/2014 da Secretaria de Saúde,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA, matrícula 11612355/01, na função de FISIOTERAPEUTA I, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1349/2014**

PORTARIA Nº 1349/2014

De: 06 de novembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 052/2014 da Secretaria de Educação,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUANA DE JESUS DE FREITAS ALMEIDA, matrícula 11616555-01, na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1352/2014**

PORTARIA Nº 1352/2014.

De: 10 de novembro de 2014.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) IVETE METZER DA SILVA, matrícula 603899, ocupante do cargo de COZINHEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

# ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 26 de novembro de 2014, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) , para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 81/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORES TÉCNICOS PARA ATENDIMENTO AO PROJETO ITAPOÁ NA MODALIDADE FUTSAL E VÔLEI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME	SUZANE LISSA

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME	1,2 e3.	R\$ 40.500,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital;

b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 26 de novembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME SUZANE LISSA	

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: COPAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, com sede á Rua Doutor João Colin, nº1285, Sala: 03, Bairro: América, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.841.444/0001-03 e Inscrição Estadual nº256.612.803, CEP: 89204-0001, representada neste ato pela sócia, Sra. CRISTINA PAULA BERNARDI TECCHIO, portadora do CNPF/MF nº 040.864.799-07 e do CI.RG nº 2/C 3.651.090.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2014 -PROCESSO Nº80/2014;

Objeto: Aquisição de Retroescavadeira, para uso da Secretaria de Agricultura e Pesca, conforme especificações do Anexo V do Edital. Valor total: R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Data da assinatura: 26/11/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega total do objeto e prestação dos serviços, ou até 31/12/2014.

Itapoá, 26 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 329, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 329, de 20 de novembro de 2014

“Nomeia Comissão para acompanhar a remoção dos veículos apreendidos, do pátio onde estão, para o pátio da Concessionária vencedora do Processo de Licitação nº 45/2014”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº. 2.384 de 07 de dezembro de 2011 e posteriores alterações

Considerando a outorga de concessão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação por determinação da Polícia Militar e Civil no Município de Ituporanga;

Considerando que são por conta e risco da Concessionária, a implantação de um pátio, a ser mantido pela mesma, na forma do Termo de Concessão assinado entre o Município e esta última;

Considerando que para fins de cumprimento da Legislação de Trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata a Lei Municipal nº 2.384/2011, deverá ser feito por pessoas jurídicas de direito privado e credenciadas junto ao Órgão designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que fixará os requisitos necessários para o credenciamento, operação e outras condições de funcionamento;

Considerando os princípios da Administração Pública, os quais se verificam elencados na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VII - Da Administração Pública, especificamente em seu artigo 37, “Caput”, que assim estabelece: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]” (grifo nosso);  
Considerando o estatuído no artigo 65, inciso XXXI da Lei Orgânica Municipal, segundo o qual ao Prefeito compete, privativamente, solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;

#### DECRETA

Art. 1º Fica designado o dia 25 de novembro de 2014, às 9 horas, para remoção dos veículos apreendidos, da rua Prefeito Vergílio Scheller, nº, 1025, Bairro Gabiroba, para o pátio da concessionária Resta Auto Guinchos Ltda - ME, estabelecido na Rua Prefeito Vergílio Scheller, s/nº, Bairro Gabiroba.

Art. 2º Nomeio, para integrarem a comissão de acompanhamento do ato, os senhores Edson Antunes Jacques, representando a 20ª Ciretran, o Sr. Capitão Egon Ferreira Platt Hemann, representando a 7ªRPM/13ºBPM/4ªCIA, o Sr. Hilsef da Rocha, representando a Concessionária, e o Sr. Sérgio Fernandes, representando o Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 3º. Encaminhe-se ofício aos nominados no artigo anterior, ou comunique-se-os via telefone, indicando da data que se procederá à remoção, para que acompanhem os trabalhos.

Art. 4º Publique-se no site do Município, bem como no boletim divulgado na rádio local, nota informativa da data em que ocorrerá a remoção, a fim de que eventuais interessados possam

acompanhar o processo.

Art. 5º. Do ato de remoção dos veículos, deverá o Sr. representante do DEMUTRAN lavrar documento circunstanciado em quatro vias, a ser encaminhado na sequência aos órgãos representativos descritos no artigo 2º, e arquivado na Secretaria da Administração para eventuais consultas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Estaduais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Convênio nº 2014TR002803. Convenientes: O Estado de Santa Catarina por intermédio do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e o Município de Jacinto Machado - SC. Objeto do Convênio: Execução de Pavimentação Asfáltica, Terraplanagem, Drenagem, Obras de Arte Corrente, Urbanização e Sinalização na Avenida Afonso Possamai Della, localizada no Bairro Centro no Município de Jacinto Machado.

Origem dos Recursos: Apoio a Projetos Municipais de Investimentos - Pacto Pelos Municípios, através da SEF/FUNDAM.

Data do Repasse da 2ª Parcela: 25/11/2014.

Valor da Parcela: R\$ 704.516,84 (Setecentos e Quatro Mil, Quinhentos e Dezesesseis Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Jacinto Machado/SC, 26 de Novembro de 2014.

### DECRETO Nº. 128 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 128 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, combinado com o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20.03.2000, e posteriores alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido HORÁRIO ESPECIAL, a ser cumprido nas repartições Públicas do Município de Jacinto Machado, da Administração Direta e Indireta, a partir de 01 de dezembro de 2014.

§ Único - O horário estabelecido no "caput" deste artigo, será cumprido em turno único e sem interrupção, das 7:00 às 13:00 horas, de 2ª à 6ª feira.

Art. 2º - Os serviços de limpeza pública, água, saúde, educação e outros serviços entendidos como de natureza essenciais e inadiáveis serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta.

Art. 3º - Considerando que a jornada de trabalho normal é de 08 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, havendo a necessidade, os servidores (as) enquadrados no horário estabelecido, poderão ser convocados para o trabalho em horário integral, sem que lhes sejam atribuído pagamento de horas extras.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ORDEN DE SERVIÇO Nº250/2014 - RECEBIDA EM 24/11/2014

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 250/2014

Autorizo por meio desta, a empresa JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 14.508.871/0001-25 a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente da Travessa Sebastião Poletto, de acordo com o Processo de Licitação nº 44/2014/PMJ - Edital TP nº 3/2014/PMJ, Ítem 3, homologado em 09/07/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 217.121,80 (duzentos e dezessete mil, cento e vinte e um reais e oitenta centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 184/2014/PMJ de 10 de julho de 2014. O prazo de início é de até 10 (dez) dias e a execução é em até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 20 de outubro de 2014.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
VENILTON ROGÉRIO TELES  
Secretário de Infraestrutura

Contratada: JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA

Representante: FABIANO TARCISIO BELLO

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 008.311.949-36

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.  
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

### ORDEN DE SERVIÇO Nº252/2014 - RECEBIDA EM 25/11/2014

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 252/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 07.624.275/0001-45 a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de edificação da Rua Adair Gasparini, bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 9/2014/FMAS - Edital TP nº 1/2014/FMAS, homologado em 13/11/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 241.066,31 (duzentos e quarenta e um mil, sessenta e seis reais e trinta e um centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula quarta-feira do Contrato nº 35/2014/FMAS de 17 de novembro de 2014. O prazo de início é de até 10 (dez) dias e a execução é em até 08 (oito) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 24 de novembro de 2014.

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
MÁRIO WOLFART  
Secretário Municipal de Assistência Social

Contratada: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

Representante: ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 026.240.709-40

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

### DECRETO Nº 4.684 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.684 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA os cidadãos a seguir relacionados, para compor COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, de bem imóvel (terreno e benfeitorias), Matrícula nº 1009, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício, da Comarca de Joaçaba, localizado na Rua Lineu Luiz Bonato, na cidade de Joaçaba SC.

Silvio Fiedler - Representante do Município de Joaçaba  
Kênya Xavier Ferreira - Representante do Município de Joaçaba  
Alírio Caldart - Representante da Câmara Junior de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna

Parágrafo único - Os serviços prestados pela Comissão ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 26 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### HOMOLOG PL 27/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2014/FMS

A Secretária Em Exercício Paula Giovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 27/2014/FMS - PP 21/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.

Fiscal Contrato (Ata 08/2014): Sr. João Carlos Toledo Sampaio.

- Empresas Vencedoras:



REUNIDAS TURISMO S/A  
VALOR R\$ 256.740,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de novembro de 2014.  
Marcos Weiss  
Secretario- FMS

### **HOMOLOG PL 10/2014 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2014/FMAS

O Gestor do FMAS, MÁRIO WOLFART, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 10/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 8/2014/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Empresa Vencedora:

Roberto Tessaro & Cia Ltda (itens 1-4-5-10)

Valor R\$ 3.613,00

Tarcio Com. e Representações Ltda (item 9)

Valor R\$ 1.500,00

Fiscal contrato: Nathalia Costenaro Mascarello

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de novembro de 2014.  
MÁRIO WOLFART  
Gestor FMAS

### **ORDEN DE SERVIÇO Nº251/2014 - RECEBIDA EM 04/11/2014**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 251/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40 a prestação dos serviços de drenagem pluvial em terreno destinado à construção do Parque Municipal, localizado na Rua Luiz Specht, bairro Crizeiro do Sul, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 69/2014/PMJ - Edital CC nº 6/2014/PMJ, homologado em 28/10/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 103.588,93 (cento e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato nº 205/2014/PMJ de 28 de outubro de 2014. O prazo de início é de até 05 (cinco) dias e a execução é em até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 04 de novembro de 2014.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
VENILTON ROGÉRIO TELES  
Secretário de Infraestrutura

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

### **HOMOLOG PL 81/2014 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 81/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 57/2014/PMJ.

Objeto: objeto a contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móvel sob medida, destinado à sala de instrução para o trânsito dos policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar.

VENCEDOR:

INDUSTRIAL MOVELEIRA GODOY LTDA

VALOR R\$ 5.440,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de novembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Rafael Laske  
Prefeito

ATA 08/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte descontinuado de pacientes em tratamento fora do domicílio, em percursos de 01 a 500 quilômetros, com veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 (quinze) lugares, dotado de climatização (quente e frio).	KM	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	2,1100	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Transporte descontinuado de pacientes em tratamento fora do domicílio, em percursos acima de 501 quilômetros, com veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 (quinze) lugares, dotado de climatização (quente e frio).	KM	REUNIDAS TURISMO SA (7360)		0	2.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2014						Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014  
PROCESSO Nº 27/2014

(7360) - REUNIDAS TURISMO SA

Joaçaba, 26 de Novembro de 2014.

ATA REGISTRO 06/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 25/11/2014      Válido até: 25/11/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Fogão a gás GLP, com 06 bocas, sendo 04 queimadores pequenos e 02 queimadores família, acendimento automático, com mesa sobreposta em aço inox brilhante e sem furação, sobre tampas esmaltadas e botões sem anel, que facilitam a limpeza do produto. Dobradilha do forno balanceada, forno auto limpante e injetor de gás horizontal. Forno com capacidade mínima para 97 litros. Vidro total na porta do forno e puxador super distanciado em aço. Pés niveladores. Classificação "A". Cor branca. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	CONSUL	0	995,0000
4	LONGARINA 03 LUGARES Conjunto de longarina sem braços, com 03 lugares. Assento e encosto em compensado multilaminado de 12 mm moldado anatomicamente a quente, com bordas arredondadas, ambos fixados à estrutura com porcas de garra.. Assento com curvatura na parte frontal. Espuma poliuretano injetada anatomicamente com densidade controlada de 50 a 60 kg / m³, espessura de 50 mm no assento e 40 mm no encosto. Revestimento em couvin, cor preta, fixado com grampos. Contracapa do encosto em polipropileno injetado. Bordas com acabamento em perfil PVC. Capa do assento e do encosto com costuras duplas em forma de arco, acompanhando o design da cadeira. Estrutura em tubo industrial oblongo 40 x 77 nos pés e 50 x 50 na haste longitudinal, sapatas em polipropileno injetado, com opção para fixação no piso através de parafusos. Tubo do L que suporta o encosto 20 x 48, sem sanfona. Componentes metálicos com tratamento de superfície em fosfato de zinco. Pintura a pó híbrida (poliéster epóxi). Dimensões aproximadas: Assento - 425 x 470 x 400 mm (A x L x P) Encosto - 280 x 410 mm (A x L) Largura total - 1540 mm Profundidade total - 545 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	CAVALETTI	0	453,0000
TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (6173)					0	458,0000
						2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 2/4

**Número do Registro de Preços:** 6/2014      **Data do Registro:** 25/11/2014      **Válido até:** 25/11/2015  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LONGARINA 03 LUGARES Conjunto de longarina com braços, com 03 lugares. Assento e encosto em compensado multilaminado de 12 mm moldado anatomicamente a quente, com bordas arredondadas, ambos fixados à estrutura com porcas de garra.. Assento com curvatura na parte frontal. Espuma poliuretano injetada anatomicamente com densidade controlada de 50 a 60 kg / m³, espessura de 50 mm no assento e 40 mm no encosto. Revestimento em couvin, cor preta, fixado com grampos. Contracapa do encosto em polipropileno injetado. Bordas com acabamento em perfil PVC. Capa do assento e do encosto com costuras duplas em forma de arco, acompanhando o design da cadeira. Estrutura em tubo industrial oblongo 40 x 77 nos pés e 50 x 50 na haste longitudinal, sapatas em polipropileno injetado, com opção para fixação no piso através de parafusos. Tubo do L que suporta o encosto 20 x 48, sem sanfona. Componentes metálicos com tratamento de superfície em fosfato de zinco. Pintura a pó híbrida (poliéster epóxi). Dimensões aproximadas: Assento - 425 x 470 x 400 mm (A x L x P) Encosto - 280 x 410 mm (A x L) Largura total - 1540 mm Profundidade total - 545 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	CAVALETTI	0	1.070,0000	1
9	Poltrona fixa, modelo ferradura, estrutura em madeira com 04 pés de elevação em alumínio, assento com espuma de densidade mínima 28 e encosto com espuma de densidade mínima 20, revestimento em coríno, cor preta. Medidas aproximadas: 1,98 x 0,40 x 1,20 (A x L x P)	UN	TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (6173)	RD	0	375,0000	1
10	Armário roupeiro em aço (chapa 24), com 12 portas (04 x 03 - L x A), com chave e veneziana de ventilação em cada porta, 01 divisão interna para cada espaço, cor cinza cristal. Medidas: 1,23 x 1,98 x 0,40 m (L x A x P)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	CELLI	0	1.095,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (6173)		0	1.098,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PROCESSO Nº 10/2014

(6040) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
(6173) - TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME

Joaçaba, 25 de Novembro de 2014.

**BALANCETE FINANCEIRO 10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.912,29	Despesa Orçamentária	208.707,24
RECEITA PATRIMONIAL	675,29	Despesas exceto Intra-orçamentárias	191.124,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.237,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.164,28
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.442,54
		INVESTIMENTOS	9.518,16
		Despesas Intra-orçamentárias	17.582,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.451,22
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131,04
Receita Extra - Orçamentária	400.912,73	Despesa Extra - Orçamentária	230.320,74
DEPÓSITOS	21.205,49	DEPÓSITOS	22.069,34
CONSIGNAÇÕES	21.205,49	CONSIGNAÇÕES	22.069,34
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.444,18	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.364,05
PENSAO ALIMENTICIA	318,55	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.169,26
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.180,24	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	12.419,55
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	11.532,35	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.976,50
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.976,50	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	821,43
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	753,67	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	208.251,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	208.707,24	OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.251,40
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.707,24	FORNECEDORES	102.091,74
FORNECEDORES	102.091,74	PESSOAL A PAGAR	103.108,65
PESSOAL A PAGAR	103.176,97	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.211,51
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.599,03	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	839,50
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	839,50		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	171.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	171.000,00		
REPASSE RECEBIDO	171.000,00		
Saldos anteriores	167.400,48	Saldos atuais	133.197,52
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	167.400,48	BANCO C/ MOVIMENTO	133.197,52
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	572.225,50	Total	572.225,50

JOACABA , 26/11/2014

ADONES MARCIANO  
Contador CRCSC 028953/O-4RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	274,67	Despesa Orçamentária	2.912,47
RECEITA PATRIMONIAL	274,67	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.912,47
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.919,97
		INVESTIMENTOS	-7,50
Receita Extra - Orçamentária	2.927,47	Despesa Extra - Orçamentária	4.261,52
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.927,47	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.261,52
OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.927,47	OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.261,52
FORNECEDORES	2.927,47	FORNECEDORES	4.261,52
Saldos anteriores	49.965,03	Saldos atuais	45.993,18
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	49.965,03	BANCO C/ MOVIMENTO	45.993,18
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	53.167,17	Total	53.167,17

JOACABA , 26/11/2014

\_\_\_\_\_  
 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
 SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
 ADONES MARCIANO  
 Contador CRCSC 028953/O-4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	72.984,56	Despesa Orçamentária	296.168,11
RECEITA PATRIMONIAL	3.158,65	Despesas exceto Intra-orçamentárias	274.181,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.628,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	151.359,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.197,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.821,91
		Despesas Intra-orçamentárias	21.986,45
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.080,50
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905,95
Receita Extra - Orçamentária	578.784,67	Despesa Extra - Orçamentária	333.042,35
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	49,32	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	49,32
CRÉDITOS A RECEBER	49,32	CRÉDITOS A RECEBER	49,32
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	49,32	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	49,32
DEPÓSITOS	36.067,24	DEPÓSITOS	36.431,94
CONSIGNAÇÕES	36.067,24	CONSIGNAÇÕES	36.431,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.626,74	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.665,40
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.967,12	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.958,85
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	14.528,47	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	15.148,53
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.747,69	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.376,48
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.197,22	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.282,68
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	296.168,11	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	296.561,09
OBRIGAÇÕES A PAGAR	296.168,11	OBRIGAÇÕES A PAGAR	296.561,09
FORNECEDORES	122.263,02	FORNECEDORES	122.263,02
PESSOAL A PAGAR	161.977,38	PESSOAL A PAGAR	162.284,46
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.462,87	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.548,77
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.464,84	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.464,84
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	246.500,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	246.500,00		
REPASSE RECEBIDO	246.500,00		
Saldos anteriores	629.198,84	Saldos atuais	651.757,61
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	343.425,60	BANCO C/ MOVIMENTO	388.472,34
BANCOS C/ VINCULADAS	285.773,24	BANCOS C/ VINCULADAS	263.285,27
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.280.968,07	Total	1.280.968,07

JOACABA , 26/11/2014

ADONES MARCIANO  
 Contador CRC SC 028953/O-4

MARIO WOLFART  
 Ordenador de Despesas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	42.533,17	Despesa Orçamentária	56.724,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.360,98	Despesas exceto Intra-orçamentárias	56.688,10
RECEITA PATRIMONIAL	3.904,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.747,39
RECEITA DE SERVIÇOS	1.267,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.940,71
		INVESTIMENTOS	45.000,00
		Despesas Intra-orçamentárias	36,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36,40
Receita Extra - Orçamentária	57.784,00	Despesa Extra - Orçamentária	56.724,50
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	56.724,50	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	56.724,50
OBRIGAÇÕES A PAGAR	56.724,50	OBRIGAÇÕES A PAGAR	56.724,50
FORNECEDORES	54.977,11	FORNECEDORES	54.977,11
PESSOAL A PAGAR	1.747,39	PESSOAL A PAGAR	1.747,39
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.059,50		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.059,50		
REPASSE RECEBIDO	1.059,50		
Saldos anteriores	563.836,11	Saldos atuais	550.704,28
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	519.654,27	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	523.558,62
BANCO C/ MOVIMENTO	44.181,84	BANCO C/ MOVIMENTO	27.145,66
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	664.153,28	Total	664.153,28

JOACABA , 26/11/2014

\_\_\_\_\_  
 RAFAEL LASKE  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 ADONES MARCIANO  
 Contador CRC.028953/0-4

\_\_\_\_\_  
 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
 Secretária Gestão Financeira

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	8.538.456,33	Despesa Orçamentária	5.998.013,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.344.270,48	Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.638.732,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	143.778,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.594.457,27
RECEITA PATRIMONIAL	65.721,85	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.539,89
RECEITA DE SERVIÇOS	3.527,64	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.715.470,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.717.991,41	INVESTIMENTOS	2.104.478,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	331.436,02	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	123.787,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	394.779,29		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.605,42	Despesas Intra-orçamentárias	359.280,13
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.521.713,71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	235.075,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.631,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.204,68
Receita Extra - Orçamentária	6.457.538,29	Despesa Extra - Orçamentária	7.807.247,53
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.537,72	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.537,72
CRÉDITOS A RECEBER	4.537,72	CRÉDITOS A RECEBER	4.537,72
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.537,72	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.537,72
DEPÓSITOS	445.215,80	DEPÓSITOS	447.300,98
CONSIGNAÇÕES	442.805,14	CONSIGNAÇÕES	447.300,98
PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.502,65	PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.071,60
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.575,07	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.575,07
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	78.042,87	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	78.042,87
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	160.746,93	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	161.034,43
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	83.526,53	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	84.310,13
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	17.411,09	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21.266,88
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.410,66	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.004.252,18
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	2.410,66	OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.779.380,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.007.784,77	FORNECEDORES	3.789.483,36
OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.782.912,59	PESSOAL A PAGAR	1.699.428,34
FORNECEDORES	3.787.584,36	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	128.432,38
PESSOAL A PAGAR	1.708.667,19	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	49.893,55
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	125.134,25	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.018,26
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	49.893,55	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.124,11
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	509,13	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	198.307,11
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.124,11	ENTIDADES CREDORAS	545,00
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	198.307,11	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	197.762,11
ENTIDADES CREDORAS	545,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.565,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	197.762,11	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.565,07
OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.565,07	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.351.156,65
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.565,07	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	1.351.156,65
		REPASSE CONCEDIDO	1.351.156,65
Saldos anteriores	8.169.752,84	Saldos atuais	9.360.486,93
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.656.200,08	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.369.521,14
BANCO C/ MOVIMENTO	110.344,86	BANCO C/ MOVIMENTO	113.406,71
BANCOS C/ VINCULADAS	30.569,41	BANCOS C/ VINCULADAS	135.690,43
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	1.372.638,49	POUPANÇA	2.741.868,65
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	23.165.747,46	Total	23.165.747,46

JOACABA , 26/11/2014

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE M T SILVA  
 TEC ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
 RAFAEL LASKE  
 PREFEITO DE JOACABA

\_\_\_\_\_  
 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
 ADONES MARCIANO  
 CONTADOR CRC SC 028953/O-4

**PLASS****BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2014****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	296.055,42	Despesa Orçamentária	270.062,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	132.005,34	Despesas exceto Intra-orçamentárias	266.138,73
RECEITA PATRIMONIAL	106.528,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.925,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA ORCAMEN	57.521,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.212,85
		Despesas Intra-orçamentárias	3.923,74
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.923,74
Receita Extra - Orçamentária	287.855,66	Despesa Extra - Orçamentária	255.530,63
DEPÓSITOS	17.793,19	DEPÓSITOS	18.178,77
CONSIGNAÇÕES	17.793,19	CONSIGNAÇÕES	18.178,77
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.230,43	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.652,99
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.562,76	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.525,78
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	270.062,47	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	237.351,86
OBRIGAÇÕES A PAGAR	270.062,47	OBRIGAÇÕES A PAGAR	237.351,86
FORNECEDORES	259.360,34	FORNECEDORES	226.649,73
PESSOAL A PAGAR	7.849,62	PESSOAL A PAGAR	7.849,62
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.852,51	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.852,51
Saldos anteriores	11.254.278,67	Saldos atuais	11.312.596,65
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.254.228,67	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.312.546,65
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.838.189,75	Total	11.838.189,75

Joacaba, 22/11/2014

JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO  
Contador

**SIMAE****PORTARIA JHL 213/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 213/2014 DE 26.11.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Otiel Rezende de Arruda, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Valdirene Aparecida Dorini  
Giane Maria Marquenze Lecher  
Paulo César Lamin

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 26 de novembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0091/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0091/2014  
PREGÃO JHL 0047/2014  
PROTOCOLO JHL 3018/2014  
PROCESSO 0065/2014  
Data: 26/11/2014

Objeto: Aquisição de Quadro de Comando de Motores - QCM a ser instalado na Elevatória de Água Tratada do Distrito de Santa Helena, no município de Joaçaba-SC.  
Contratado: INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME.  
Valor do Contrato : R\$ 7.450,00 (Sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.1053  
ELEMENTO:  
4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 26/11/2014 a 25/05/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0092/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0092/2014  
PREGÃO JHL 0047/2014  
PROTOCOLO JHL 3018/2014  
PROCESSO 0065/2014  
Data: 26/11/2014

Objeto: Aquisição de Sistema Solar Fotovoltaico a ser instalado na Elevatória de Água Tratada do Distrito de Santa Helena, no município de Joaçaba-SC.  
Contratado: GM SOM E ACESSÓRIOS LTDA.  
Valor do Contrato : R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.1053  
ELEMENTO:  
4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 26/11/2014 a 25/05/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0090/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0090/2014  
TERMO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0032/2014  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0006/2014  
PROTOCOLO JHL 0245/2014  
PROCESSO 0009/2014  
Data: 07/11/2014

Objeto: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 947,20 (Novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) referente acréscimo de 05 serviços Item 02.

Contratado: AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME.

Valor do Contrato: R\$ 947,20 (Novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

ELEMENTO: 3.3.90.39.56  
Prazo de vigência: 06/05/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**HOMOLOGAÇÃO PR48/2014 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2014 - PR</b>
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 66/2014 Processo de Licitação: 66/2014 Data do Processo: 30/10/2014
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 66/2014  
b ) Licitação Nr.: 48/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 26/11/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DO NOVO BARRILETE, ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SIMAE, PARA O DISTRITO DE SANTA HELENA, EM JOAÇABA/SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)**

1	TE DE PVC RIGIDO 6,3 MARROM, EXTREMIDADES 3 BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN50/DE60, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	1,00	0,0000	18,70	18,70
2	TE DE PVC RIGIDO 6,3 MARROM, EXTREMIDADES 3 BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN 75/DE85, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	2,00	0,0000	35,90	71,80
3	TE PVC RIGIDO 6,3 MARROM, EXTREMIDADES 3 BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN 75 X dn 50/DE 85 X de 60, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	2,00	0,0000	35,00	70,00
4	CURVA DE RAO LONGO 90° DE PVC 6,3 MARROM, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN75/DE85, CONFORME TERMO DE REFENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	4,00	0,0000	54,00	216,00

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 48/2014 - PR**

Processo Administrativo: 66/2014  
 Processo de Licitação: 66/2014  
 Data do Processo: 30/10/2014

Folha: 2/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)**

5	CURVA 45° DE PVC 6,3 MARROM, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN 75/DE 85, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	2,00	0,0000	38,00	76,00
6	CURVA 22° DE PVC 6,3 MARROM, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME COM NORMA DA ABNT NBR 5647, DN 75/DE 85, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	1,00	0,0000	46,90	46,90
7	CURVA DE RAO LONGO 90° DE PVC 6,3 MARROM, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN100/DE110, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	4,00	0,0000	64,38	257,52
8	CURVA 45° DE PVC 6,3 MARROM, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA JEI, 1 MPA CONFORME NORMA DA ABNT NBR 5647, DN 100/DE 110, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	PÇ	4,00	0,0000	64,90	259,60
10	TUBO DE AÇO SOLDADO POR ALTA FREQUENCIA E PRODUZIDO A PARTIR DE AÇO SAE 1008 OU SAE 1010, EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NORMA DA ABNT NBR NM ISO R7-1, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO (IMERSAO A QUENTE) COM APLICAÇÃO MINIMA DO REVESTIMENTO DE 400 G/M2. O COMPRIMENTO DOS TUBOS DEVERA SER O PADRAO DE 6.000 MM E A ESPESSURA SERA AQUELA INDICADA EM NORMA PARA TUBOS DE APLICAÇÃO TIPO LEVE. DN 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TIGRE	BR	5,00	0,0000	315,00	1.575,00
11	FLANGE PARA CAIXA D'AGUA, FABRICADO EM FERRO MALEAVEL PRETO COM REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A QUENTE, CONFORME NORMA ABNT NBR 6943, ROSCA INTERNA BSP PARALELA DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	6,00	0,0000	48,00	288,00
12	CURVA EM FERRO GALVANIZADO DE RAO LONGO DE 90°, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNA E EXTERNA, CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE), DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	12,00	0,0000	129,50	1.554,00
13	UNIAO DE ASSENTO CONICO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE), DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	UN	4,00	0,0000	165,00	660,00

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ: 84.591.890/0001-43</b> <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 66/2014</b> <b>Processo de Licitação: 66/2014</b> <b>Data do Processo: 30/10/2014</b>
	Folha: 3/4

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)**

15 TE EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS NO TRAMO PRINCIPAL E NA DERIVAÇÃO, CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE), DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	2,00	0,0000	69,00	138,00
16 NIPEL DUPLO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS EXTERNAS CONFORME NORMA ABNT NBR ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE), DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	10,00	0,0000	34,50	345,00
17 REDUÇÃO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS EXTERNAS CONFORME A NORMA ABNT NBR ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE), DN 2" X 1/2", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	1,00	0,0000	22,00	22,00
18 TUBO DE AÇO SOLDADO POR ALTA FREQUENCIA E PRODUZIDO A PARTIR DE AÇO SAE 1008 OU SAE 1010, EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NORMA DA ABNT NBR NM ISO R7-1, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO (IMERSAO A QUENTE) COM APLICAÇÃO MINIMA DO REVESTIMENTO DE 400 G/M2. O COMPRIMENTO DOS TUBOS DEVERA SER O PADRAO DE 6.000MM E A ESPESSURA SERA AQUELA INDICADA EM NORMA PARA TUBOS DE APLICAÇÃO TIPO LEVE. DN 2", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPER	BR	7,00	0,0000	255,00	1.785,00
19 LUVA EM FERRO GALVANIZADO CONFORME AS NORMAS ABNT NBR 6590, ISO 5922 E EN 1542, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS CONFORME COM AS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49 E EN 10242, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSAO A QUENTE). DN 2", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: TUPY	PÇ	7,00	0,0000	15,90	111,30

**Total do Fornecedor: 7.494,82**

#### **HIDROLUNA MATERIAIS P/SANEAMENTO LTDA (6190)**

14 VALVULA GAVETA, EM LIGA DE BRONZE, HASTE NAO ASCENDENTE, ROSCA INTERNA BSP PARALELA, CONFORME NORMA ABNT NBR 10.072, DNR 3", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: DECA	PÇ	5,00	0,0000	206,46	1.032,30
---	----	------	--------	--------	----------

**Total do Fornecedor: 1.032,30**

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 66/2014 Processo de Licitação: 66/2014 Data do Processo: 30/10/2014

Folha: 4/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (6058)**

9 ADAPTADOR SOLDAVEL DE PVC RIGIDO 6,3 MARROM, COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA, DE 110 X 4", CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: AMANCO	PÇ	4,00	0,0000	150,00	600,00
---	----	------	--------	--------	--------

**Total do Fornecedor: 600,00****Total Geral: 9.127,12**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.053.4.4.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 21.050,11

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE ALTERAÇÃO 01 - PP 016/2014 - COPEIRA**

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)  
 AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 01  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014/CMJ  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014/CMJ

A Câmara de Vereadores de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 16/2014/CMJ, tendo por objeto a "A contratação de empresa especializada em serviços de copeira destinado a Câmara de Vereadores de Joaçaba":

1) A inclusão do subitem 6.1.11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

6.1.1. Último balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), e o Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

6.1.1.1. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial de grande circulação e do registro na Junta Comercial.

6.1.1.2. As sociedades comerciais, inclusive firma individual, deverão apresentar o balanço acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por profissional competente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

6.1.1.3. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, no lugar do balanço, deverá ser apresentado o resumo de suas demonstrações contábeis ou a declaração simplificada do imposto de renda, devendo as mesmas atender aos índices exigidos, constando no resumo das demonstrações contábeis, a assinatura do profissional competente e do titular ou representante legal da empresa, e na declaração simplificada do imposto de renda, a assinatura do titular ou representante legal da empresa.

6.1.1.4. As sociedades civis devem apresentar o balanço patrimonial inscrito no Cartório de Registro Civil assinado por profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

6.1.1.5. O licitante deverá apresentar relação de índices financeiros para fins de comprovação da boa situação econômico-financeira, a ser avaliada pelos seguintes índices apurados do Balanço Patrimonial e demonstrativo de resultados contábeis:

6.1.1.5.1. Índice de Liquidez Corrente - O cálculo do índice de liquidez corrente define a capacidade da licitante em liquidar seus compromissos em curto prazo. Para fins de habilitação neste edital, obtendo-se o índice de liquidez corrente pela seguinte fórmula:

$ILC = AC / PC$ , onde:  
 ILC = Índice de Liquidez Corrente  
 AC = Ativo Circulante  
 PC = Passivo Circulante

6.1.11.5.2. Índice de Liquidez Geral - O cálculo do índice de liquidez geral define a capacidade da empresa de liquidar a totalidade de seus compromissos, ou seja, mede quanto a empresa possui de recursos não imobilizados em ativos fixos para cada real de dívida.

Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de liquidez geral pela seguinte fórmula:

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ , onde:  
 ILG = Índice de Liquidez Geral  
 AC = Ativo Circulante  
 RLP = Realizável a Longo Prazo  
 PC = Passivo Circulante  
 ELP = Exigível a Longo Prazo

6.1.1.5.2. Índice de Endividamento Geral - O cálculo do índice de endividamento geral mede a participação de recursos financiados por terceiros, sendo um indicador de risco da empresa. Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de endividamento geral pela seguinte fórmula:

$IEG = (PC + ELP) / AT$ , onde:  
 IEG = Índice de Endividamento Geral  
 PC = Passivo Circulante  
 ELP = Exigível a Longo Prazo  
 AT = Ativo Total

6.1.1.6. Será considerada habilitada a prosseguir nesta Licitação, a licitante que apresentar comprovação de boa situação econômico-financeira, a ser avaliada através dos valores de índices extraídos do balanço patrimonial apresentado, e atingir, concomitantemente, todas as condições e valores de pontuação abaixo relacionados:

ÍNDICES FINANCEIROS	CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO	VALORES
Índice de Liquidez Corrente	Igual ou superior	1,0
Índice de Liquidez Geral	Igual ou superior	1,0
Índice de Endividamento Geral	Igual ou inferior	1,0

2) O item 3.1 do Termo de Referência passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1 Serviços continuados de copa: a licitante contratada deverá colocar à disposição da contratante um profissional habilitado à realização do serviço com carga horária de 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais no período vespertino que deverá atuar na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba."

3) O Anexo II - Modelo de Proposta passa a vigorar com a seguinte redação:

	Especificação	Un	Qtde	Valor de referência R\$	Preço Unitário Proposto R\$	Preço Total Proposto R\$
1	Serviços continuados de copeira com a disponibilização de pessoal (um profissional com carga horária de 6 horas diárias).	mês	12	R\$ 3.076,38		
Valor total proposto						

4) O item 5.16 do Anexo IX - Minuta do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"5.16. Serviços continuados de copa: a contratada deverá colocar à disposição da contratante um profissional habilitado à realização do serviço com carga horária de 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais cada no período vespertino que deverá atuar

na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba.”

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados das 14h do dia 28/11/2014, para até as 14h do dia 12/12/2014;

3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados do dia 28/11/2014, a partir das 14h30, para o dia 12/12/2014, a partir das 14h30.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto a Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores, na Rua Tirandentes, 872, Centro, Joaçaba/SC- Telefone 0xx49 3527-2900, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.cmj.sc.gov.br](http://www.cmj.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 26 de novembro de 2014.

Francisco Moreira Lopes

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

## Lages

### PREFEITURA

#### TP 04-2014 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 04/2014 FMAS

Objeto: Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Centenário

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 15/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$401.248,89

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

#### EXTRATO CONTRATO 310/2014 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 310/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 05.399.372/0001-56, com sede a Avenida Rio Grande, 2100 - Bairro Rio Grande, CEP 88131-601 - Palhoça/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 198/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 84/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Tendas, Stands, Banheiros Químicos e Seguranças para o Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega, impreterivelmente até o dia 28/11/2014, nos locais determinados pela Secretaria de Turismo;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 27.249,94 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Lages, 26 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### EXTRATO CONTRATO 311/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 311/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 10.392.048/0001-46, com sede a Rua Agenor Amador Fernandes, 292 - Tereza Cristina, CEP 88820-000 - Içara/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 198/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 84/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Tendas, Stands, Banheiros Químicos e Seguranças para o Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega, impreterivelmente até o dia 28/11/2014, nos locais determinados pela Secretaria de Turismo;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.976,00 (quatorze mil, novecentos e setenta e seis reais)

Lages, 26 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 134/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO 0134/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Revitalização e Reurbanização da Rua Bruno Luersen, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do edital correlato.

De acordo com justificativa apresentada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, Sr. Dieferson Branger, bem como aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 24.975,96 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

Lages, 18 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º, 78.355.104/0001-06, com sede à Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reperfilagem das Ruas Paraíba, América do Sul, Amapá, Benjamin Constant, João de Castro e Manoel Thiago de Castro, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital,

assim identificadas:

- Lote 01 - Ruas Paraíba, América do Sul e Amapá;

- Lote 02 - Ruas Benjamin Constant, João de Castro e Manoel Thiago de Castro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 18 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 134/2012 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 134/2012 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSORCIO VIAPAV - ENGEDAL, inscrito no CNPJ sob n.º 15.634.977/0001-38, estabelecido à Rua Pernambuco nº 340, em Balneário Camboriu/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Av. Duque de Caxias, compreendendo a Execução de Passeios, Meios-fios, Drenagem, Obras de Arte Especial e Pavimentação Asfáltica, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Lages, 29 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 04/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014 SMS

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Serviços Complementares/Obras, das Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Santa Catarina, Pro morar e São Miguel, com fornecimento de materiais, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução:

Lote 1 - fica prorrogado em mais 120 (cento e vinte) dias;

Lote 2 - fica prorrogado em mais 120 (cento e vinte) dias;

Lote 3 - fica prorrogado em mais 120 (cento e vinte) dias;

Lages, 27 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.



**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº47/2014 - HMHL**

EDITAL DE PREGAO Nº47/2014 - HMHL  
PROCESSO Nº47/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 09 de dezembro de 2014 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para uso do Hospital Municipal do Município de Lauro Muller- SC, durante o ano de 2015. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 26 de novembro de 2014  
ALAN CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

**Lebon Régis****PREFEITURA****DECRETO 104/2014**

DECRETO Nº 104/2014 - de 26 de novembro de 2014.

"Homologa as inscrições para teste seletivo referente ao Edital nº 001/2014 para contratação em caráter temporário do Município de Lebon Régis".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologada a lista dos inscritos para o teste seletivo para admissão em caráter temporário no ano de 2015 do Município de Lebon Régis anexo I, o qual fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - As inscrições indeferidas ficam fazendo parte do anexo II parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 26 de novembro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

**ANEXO I**

EDITAL Nº 1/2014

Prefeitura Municipal Lebon Régis

**RECEPCIONISTA**

ANA PAULA DA CUNHA	DEFERIDO
ANA PAULA SANTOS DA SILVA	DEFERIDO
ANDRERLAINE RIBEIRO DE SOUZA	DEFERIDO
BIANCA HEINE	DEFERIDO
BRUNA DOS SANTOS MIRANDA	DEFERIDO
CIBELE APARECIDA DOS SANTOS ROSA	DEFERIDO
CLAUDIA TATIANE DE SOUZA	DEFERIDO
ELIANE APARECIDA GRANEMANN	DEFERIDO
FERNANDA CARVALHO SCHFFMACHER	DEFERIDO
FRANCIELI APARECIDA KLUG	DEFERIDO
JOSIANE FERNANDES CARDOZO	DEFERIDO
JOZIANE CARVALHO RIBEIRO	DEFERIDO
LUCIMARA BOESE	DEFERIDO
MARINA PIRES DE MORAIS ROCHA	DEFERIDO
VERONICA NIARA DE SOUZA	DEFERIDO

**SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS**

ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	DEFERIDO
ADRIANA XAVIER	DEFERIDO
ALINE CORREIA DE SOUZA	DEFERIDO
ALZIRA RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO
ANARA CRISTINA CORREA DE SOUZA	DEFERIDO



ANGELITA ALVES RIBEIRO	DEFERIDO
CAMILA DE LIMA	DEFERIDO
DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA	DEFERIDO
DILACI DE FATIMA HOFFMANN MARTIOL	DEFERIDO
ELOIR TEREZINHA DE OLIVEIRA MORAES	DEFERIDO
JANETE SCHRAGLE	DEFERIDO
JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA	DEFERIDO
JULIANA RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO
MARIA DEMARTINI	DEFERIDO
MARIA FRANCELINA PRESTES	DEFERIDO
MARILENE ALVES	DEFERIDO
MARINEI DA COSTA MOREIRA SCHULTZ	DEFERIDO
NEILITA RIBEIRO VIEIRA DE LARA	DEFERIDO
NELIA GABRIEL DOS SANTOS	DEFERIDO
NERCELI MENEGILDO	DEFERIDO
NOELI RICHTER DE SOUZA	DEFERIDO
OSNIRA RODRIGUES DE LOURENA	DEFERIDO
PATRICIA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
ROSANA MEDEIROS DA SILVA CESAR	DEFERIDO
SANDRA APARECIDA SELINKA	DEFERIDO
SIMONE ANDRADES RODRIGUES	DEFERIDO
SOLANGE APARECIDA NAVROSKI	DEFERIDO
VANUSA CAETANO PERETTI	DEFERIDO

## AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CRISTIANE CARLIN MULLER	DEFERIDO
GIANE CARLA FELIPUS	DEFERIDO
JESSICA INES BORGES DOS SANTOS	DEFERIDO
JOSIELE ALVES PEREIRA	DEFERIDO
MARLI TEREZINHA BERTÉ DOS SANTOS	DEFERIDO
MATHEUS KOCH	DEFERIDO
NEILITA DO VALLE ROCHA LEANDRO	DEFERIDO

## MOTORISTA ESCOLAR

ALAN TELES PITT	DEFERIDO
DANIEL OSNI DOS SANTOS	DEFERIDO
ELIEL INHAIA	DEFERIDO
EMILIO LUIZ VOGEL	DEFERIDO
JERRY ADRIANI PRUDENTE	DEFERIDO
JOEL ALMIR DE SOUZA	DEFERIDO
JOSE ADEMIRSON MELO	DEFERIDO
MOACIR PEREIRA MARAFIGO	DEFERIDO
RODRIGO PONTES FERNANDES	DEFERIDO

## MOTORISTA

EDIMAR DANALIA	DEFERIDO
JOACIR DANALIA	DEFERIDO
JOAO CARLOS RIZZO MOREIRA	DEFERIDO
JULIANO SEMAM	DEFERIDO

## VIGIA

AMADEUS FERREIRA DE SOUZA	DEFERIDO
EDSON ALVES	DEFERIDO
VALDENIR ALVES LOPES	DEFERIDO

## PCD Pessoa com Deficiência

EDSON MOREIRA DE ALMEIDA	DEFERIDO
--------------------------	----------

## MECANICO

GILSOMAR COELHO SPAUTZ	DEFERIDO
LUIZ CARLOS ANTUNES DA SILVA	DEFERIDO

## AGENTE DE SAUDE

ELIANE DE SOUZA PAHL	DEFERIDO
FRANCIELE XAVIER DA CRUZ	DEFERIDO
JANDIRA MACIEL	DEFERIDO
JANETE APARECIDA GRANEMANN	DEFERIDO
JUSSARA APARECIDA HANNA	DEFERIDO
MARCIA DE FATIMA CRACO	DEFERIDO
MARIA RODRIGUES DE MARAFIGO DA CRUZ	DEFERIDO
MARILENE RODIGHERI	DEFERIDO
MARILENE SANTOS DA SILVA	DEFERIDO
MORGANA FORTES	DEFERIDO
ROSELI DE SOUZA	DEFERIDO
SANDRA MEDEIROS CESAR	DEFERIDO
SUZAMARA ALVES DE SOUZA	DEFERIDO

## PSICOLOGA

NADIA APARECIDA MACIEL	DEFERIDO
SILVANE ANDRIONI	DEFERIDO

## ASSISTENTE SOCIAL

LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	DEFERIDO
MELIZA SABINI	DEFERIDO
THAYS KELE SOUZA PADILHA SILVEIRA	DEFERIDO

## NUTRICIONISTA

ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	DEFERIDO
ANDRESSA SERAFINI MIRANDA	DEFERIDO
BRUNA DA APARECIDA FRANCO	DEFERIDO
JESSICA HAIDEE GOMES	DEFERIDO
JESSICA RICARDO	DEFERIDO
KARINE MARCIELY DE LIMA VENANCIO	DEFERIDO
MARINA WERNER	DEFERIDO
SARAJANE HELENA PAZIN	DEFERIDO
THAINAN BERNARDI MENDES	DEFERIDO
THALINE ARETUZA MUNIZ MACHADO	DEFERIDO

## ENFERMEIRA

BRUNA APARECIDA SAVIAN	DEFERIDO
ESLAINE FIGUEREDO DOS SANTOS	DEFERIDO

SILVANA FRANCELINA DOS SANTOS AUGENSTEIN	DEFERIDO
--	----------

## ODONTOLOGO

MAIKON PEDRO FABIAN	DEFERIDO
---------------------	----------

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

CRISTINA LERIA CARVALHO ZANATTA	DEFERIDO
---------------------------------	----------

## FISIOTERAPEUTA

JANISSE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA	DEFERIDO
-------------------------------------	----------

## AUXILIAR DE ENFERMAGEM

MARCELO FURTADO LEFFER	DEFERIDO
------------------------	----------

**AEXO II**  
**EDITAL 01/2014**  
 Município de Lebon Régis

ALESSANDRA ALVES PEREIRA	SERVIÇOS GERAIS	ESCOLARIDADE INCOMPLETA
ANA CLAUDIA FELIPUS	NUTRICIONISTA	ESCOLARIDADE INCOMPLETA
JOSE ANTONIO COHLS	MOTORISTA	ESCOLARIDADE INCOMPLETA
MICHELI PONTES	SERVIÇOS INTERNOS	FALTA DE COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE
SEBASTIAO LOPES	SERVIÇOS INTERNOS	ESCOLARIDADE INCOMPLETA
SEBASTIAO MACIEL ROSA	MECANICO	ESCOLARIDADE INCOMPLETA
TATIANE ALVES RIBEIRO	AGENTE DE SAUDE	FALTA COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL
VANESSA FERREIRA BRITO	SERVIÇOS INTERNOS	FALTA HISTORICO ESCOLARIDADE

**DECRETO 105/2014**

DECRETO Nº 105/2014 - de 26 de novembro de 2014.

"Homologa as inscrições do teste seletivo para contratação temporária no ano de 2015 referente ao Edital nº 001/2014 Hospital Municipal e Maternidade Santo Antônio".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a lista dos inscritos para o teste seletivo para admissão em caráter temporário no ano de 2015 do Hospital Municipal e Maternidade Santo Antonio conforme anexo I, o qual fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 26 de novembro de 2014.  
 Ludovino Labas  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
 Secretária de Administração e Finanças

**ANEXO I**  
**EDITAL Nº1/2014**  
 Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio  
**RECEPÇÃO 1**

ALYSSA OHANA SOARES	DEFERIDO
EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	DEFERIDO
HELAINÉ CAETANO DA SILVA	DEFERIDO
LAISA GABRIELLA PRADO LIMA	DEFERIDO
SAMARA DA SILVA CORREIA	DEFERIDO

## RECEPÇÃO 2

ANDERSON LUIZ PRESTES	DEFERIDO
JEAN CARLOS TELES DE SOUZA	DEFERIDO
RICHARDSON DE MELO	DEFERIDO

## SERVENTE 1

ELIANE DIAS DOS REIS	DEFERIDO
LUCIANA PAES DE MELLO	DEFERIDO
SANDRA PAES DE LIMA	DEFERIDO

## COZINHEIRA

MARILUCE SOARES DOS SANTOS	DEFERIDO
ZENILDES DE CESAR SOUZA	DEFERIDO

## TECNICO DE ENFERMAGEM

GENI ANTUNES DE CAMPOS ROCHA	DEFERIDO
IDINEI JOSE GUEDES	DEFERIDO

**DECRETO 106/2014**

DECRETO Nº 106/2014 - de 26 de novembro de 2014.

"Homologa as inscrições para teste seletivo referente ao Edital nº 002/2014 para contratação em caráter temporário de professores".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a lista dos inscritos para o teste seletivo para admissão em caráter temporário no ano de 2015 de professores conforme anexo I, o qual fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - As inscrições indeferidas ficam fazendo parte do anexo II parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 26 de novembro de 2014.  
 Ludovino Labas  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
 Secretária de Administração e Finanças

**ANEXO I**  
**EDITAL Nº 02/2014**  
**Contratação Temporária de Professores**  
**HABILITADOS**

ROSANGELA SHIFETER	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
FAURI JOSE CARNEIRO	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
LIRA CRISTINA SZAU-COSKI DE SOUZA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
MARIA LUIZA ARAUJO	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
SIMONE APARECIDA ANTUNES	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
SOELI COSTA MOREIRA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
SUELI TELES	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO

**NAO HABILITADOS**

ANDREIA ALVES DO AMARAL	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
ANDRESSA RIBEIRO DE LIMA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
CIMEIA GOMES CARVALHO	PROFESSOR DE SERIES INICIAS	DEFERIDO
CRISTIANE PEREIRA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
EDNA CARVALHO DO VALE	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
EVANILDES APARECIDA QUERINO MARTINS	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
EVELIZE APARECIDA ROSA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
JOAO PAULO MELO BORGES	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
LUANA GONÇALVES DE ARAUJO	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
LUCIANO DE SOUZA BAUER	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
MARCIO FERNANDES DE PAULA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
MARCIO ROCHA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
REGIANE DUTRA FREIRE	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
SAMIRA LUANA DA SILVA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
SULIANE IARA SILVEIRA CANDIDO	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
VERA MARCIA ANTUNES	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
VIVIAN PEREIRA TELES	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO

**PCD Pessoa com Deficiencia**

ERICA MARISA DE ALMEIDA	PROFESSOR DE SERIES INICIAIS	DEFERIDO
-------------------------	------------------------------	----------

**HABILITADOS**

GILCE MARTINS DIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JOCIVANIA PESENTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
KATIUSCIA LUIZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO

MAGALI SANTOS ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
MIRIAN DOS SANTOS PONTES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ROSELI PEREIRA GOMES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
VANILDA ROSA ROCHA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
VIVIANE MOHR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO

**NÃO HABILITADOS**

PRISCILA DE CASSIA ALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ADRIANE MALLMANN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ADRIANA MATTE DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ANA LUCIA DA SILVA CESAR DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ANDREA APARECIDA LUZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ANDRESSA APARECIDA ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ANLIELLY DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
DANIELE CASTRO DOS ANJOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
DIANE VANESSA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ELAINE DIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ELISIANE DIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
GISELE GARCIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
IRACI DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JOSIELE ALVES VOGUEL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JOSIELE BATISTA SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JUCIELI MARTA NOGUEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JULIANO THIBES FLORIANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
JUSSARA ANTUNES GOIS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
LUCINEIDE PERETTI TERCENCO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
LURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
MARILETE NOGUEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
MARINE ANTONIA SELINKA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
MAYARA TEREZINHA BRITO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ROSANA TIBES PERETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
SABRINA SIQUEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
SALETE SILVA PINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO

SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
SCHEILA SANTOS BARRETO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
SONIA BORGHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
VANESSA PERETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
ZENITA PAES DE FARIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO

## PCD Pessoa com Deficiência

ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO
---------------------------------	--------------------------------	----------

## NÃO HABILITADOS

LEOCIR GEOVANI PERETTI	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO
SABRINE MONTEIRO ABRAO SEMANN	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO
EMANOEL DIEGO DE OLIVEIRA ISRAEL	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO
PRISCILA CORREA	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO
TAINARA DOS SANTOS	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO

## PCD - Pessoa com Deficiência

FABIO JUNIOR SPATOSKI	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEFERIDO
-----------------------	-------------------------	----------

## HABILITADOS

NARA CRISTINA MATOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
ANDRIELY GUSI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
SILVANA VACARIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
JACSON FERNANDO FERREIRA DE ARAUJO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO

## NÃO HABILITADOS

THAIANE GABRIELA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
JULIANA RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
VOLNEI ALVES MORAES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
ALINE DO PRADO FRANÇA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
RUANDERSON RODRIGUES DE MORAES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
JEAN PIERRE GREIN DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
JOVANI PESENTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO
DAMIAN MAIBERG DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDO

## NAO HABILITADOS

VANDERLEI ALBUQUERQUE	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	DEFERIDO
EVENILSO JOSE DIAS DO PRADO	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	DEFERIDO

## HABILITADOS

JANE SALETE PASA	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	DEFERIDO
------------------	-----------------------	----------

## NAO HABILITADOS

ODAIR JOSE SOARES TERCENIO	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	DEFERIDO
PAULA ANDRESSA GOETTEN	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	DEFERIDO

## HABILITADOS

JAQUELINE CRISTINA RIZZO	PROFESSOR DE INGLÊS	DEFERIDO
--------------------------	---------------------	----------

## NAO HABILITADOS

SABRINA VESARO	PROFESSOR DE INGLÊS	DEFERIDO
FRANCIANE FURTADO MELLO	PROFESSOR DE INGLÊS	DEFERIDO
JESSICA DA SILVA RIBEIRO	PROFESSOR DE INGLÊS	DEFERIDO
JEFFERSON DOS SANTOS	PROFESSOR DE INGLÊS	DEFERIDO

## HABILITADOS

EDINEI INHAIA	PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA	DEFERIDO
---------------	-----------------------------	----------

## NAO HABILITADOS

JOSIANE RIBEIRO	PROFESSOR DE PORTUGUÊS	DEFERIDO
-----------------	------------------------	----------

## HABILITADOS

ANGELA MARIA VIDAL DO PRADO	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO
CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO

## NAO HABILITADOS

MARIA DICLEI FRANÇA MARIANO	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO
VANESSA DOS SANTOS SOUZA	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO
ROSANGELA RIBEIRO	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO
CIBELE ROSA SPAUTZ	PROFESSOR DE HISTÓRIA	DEFERIDO

## HABILITADOS

DILAMAR MARTINS PINS PSCHIEDT	PROFESSOR DE ARTES	DEFERIDO
-------------------------------	--------------------	----------

## NAO HABILITADOS

JOCILEI MALLMANN DOS SANTOS	PROFESSOR DE ARTES	DEFERIDO
ELIZANGELA ROSA VIEIRA	PROFESSOR DE ARTES	DEFERIDO

## ANEXO II

EDITAL Nº 02/2014

Contratação Temporária de Professores

CLEITON CASTRO	PROFESSOR DE CIENCIAS	ATESTADO DE FREQUENCIA DESATUALIZADO
----------------	--------------------------	---

**DECRETO 101/2014**

DECRETO Nº 101/2014, de 19 de novembro de 2014.

"Altera Decreto nº 83/2014 que aprova desmembramento dos lotes, localizado na Avenida Santo Antônio e Rua Pedro Deboni na cidade de Lebon Régis-SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o desmembramento do lotes, localizados na Avenida Santo Antonio esquina com Rua Pedro Deboni, matrícula 2112 do Cartório se Registro e Imóveis da Comarca de Lebon Régis/SC, de propriedade da Associação Família de Maria, com área de terra superficial de 3.869,35 m<sup>2</sup> (três mil oitocentos e sessenta e nove metros e trinta e cinco decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

- Oeste (Frente): Distribuída em três linhas, sendo uma linha com Avenida Santo Antonio, na extensão de 13,00m, em outra linha com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - Me, na extensão de 15,00 m, na mesma com Vivandel dos Santos, na extensão de 10,15 m, perfazendo uma extensão de 25,15m e em outra linha com Vivandel dos Santos, na extensão de 25,50;
- Leste (Fundos): Distribuída em três linhas, sendo uma linha com Vivandel dos Santos, na extensão de 6,65 m, em outra linha com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 55,00 m e em outra linha com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 2,00m.
- Norte (lado direito): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 126,70 m;
- Sul (lado esquerdo): Distribuída em cinco linhas, sendo um com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 25,50 m, em outra linha com a Rua Pedro Deboni, na extensão de 40,20 m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 22,35, em outra linha com Vivandel dos Santos, na extensão de 4,65m, e em outra linha com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - ME, na extensão de 34,00m.

Art. 2º - Do imóvel acima descrito será DESMEMBRADA uma área de terras, conforme abaixo relacionado:

O lote desmembrado terá área superficial de 1.077,00 m<sup>2</sup> (um mil setenta e sete metros quadrados) constituído como lote n. 9 da quadra n. 04 e fica com as seguintes confrontações:

- Sul (frente): Distribuídas em duas linhas, sendo uma linha com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 25,50m, e em outra linha com Rua Pedro Deboni na extensão de 18,00 m;
- Norte (fundos): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 43,50m
- Oeste (lado direito) com área remanescente, na extensão de 57,00m
- Leste (lado esquerdo): Distribuídas em duas linhas, sendo uma

linha com Patrimônio Público Municipal na extensão de 55,00m e a outra linha, também com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 2,00m.

Art. 3º - Do imóvel acima descrito no Art. 1º ficará uma área remanescente que terá área superficial de 2.792,35m<sup>2</sup> (dois mil setecentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados) sendo Lote 3 da quadra n. 4 e fica com as seguintes e confrontações:

- Oeste (frente): Distribuídas em três linhas, sendo uma linha com Avenida Santo Antônio na extensão de 13,00m, outra linha com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - ME, na extensão de 15,00m e na mesma linha com Vivandel dos Santos na extensão de 10,15, perfazendo uma extensão de 25,15 m; e outra linha com Vivandeu dos Santos na extensão de 25,50m.
- Leste (fundos): por duas linhas, sendo uma linha com Vivandel dos Santos na extensão de 6,65 m, e a outra linha com área desmembrada, na extensão de 57,00 m
- Norte (lado direito): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 83,20m;
- Sul (lado esquerdo): Distribuída em quatro linhas, sendo uma linha com Rua Pedro Deboni, na extensão de 22,20 m, a outra linha com Vivandel dos Santos na extensão de 22,35 m, outra linha com Vivandel dos Santos na extensão de 4,65metros, e a outra linha com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - Me, na extensão de 34,00 m.

Art. 4º - A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditadas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Ilson Franzon CREA 10.511-4.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 19 de novembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 117/2014

DECRETO Nº 117, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1005 de 26 de Novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.800,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.800,00
Função	4	Administração	4.800,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.800,00
Programa	0003	Gestão Geral Administrativa	4.800,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	4.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.800,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.600,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.600,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	200,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	200,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.000,00
Função	12	Educação	3.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	3.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	3.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Função	26	Transporte	12.000,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	12.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	12.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Função	20	Agricultura	5.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	5.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			34.800,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.800,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.800,00
Função	4	Administração	4.800,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.800,00
Programa	0003	Gestão Geral Administrativa	4.800,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	4.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.648,00
Modalidade de Aplicação	70	Transferências a Consórcios Públicos	2.648,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.648,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	1.222,00
Modalidade de Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	1.222,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.222,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	930,00
Modalidade de Aplicação	90	Outras Despesas Correntes	930,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	930,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	13.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	13.000,00
Função	12	Educação	13.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	13.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	13.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	13.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00

Modalidade de aplicação	90	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	13.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Função	26	Transporte	12.000,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	12.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	12.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Função	20	Agricultura	5.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	5.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			34.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 118/2014

DECRETO Nº 118, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, no valor de:



Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	13.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.000,00
Função	10	Saúde	13.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	13.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	13.000,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	13.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	13.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			13.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	13.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.000,00
Função	10	Saúde	13.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	13.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	13.000,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	13.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	13.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			13.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## DECRETO N.º 119/2014

DECRETO Nº 119, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.105, de 26 de novembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento da Seguridade Social, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.553,25
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.553,25
Função	08	Assistência Social	9.553,25
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.253,25
Programa	07	Vivendo com amor	9.253,25
Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	9.253,25
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.253,25
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.253,25
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.253,25
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST- FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	9.253,25
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	300,00
Programa	07	Vivendo com amor	300,00
Atividade	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	300,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Investimentos	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	300,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000.00	Recursos Ordinários	300,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			9.553,25

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:

I - Anulações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.553,25
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.553,25
Função	08	Assistência Social	7.553,25
Sub-função	244	Assistência Comunitária	7.553,25
Programa	07	Vivendo com amor	4.253,25
Atividade	2.024	Atividades de Integração do Idoso	4.253,25
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.253,25

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.253,25
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.253,25
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST- FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	4.253,25
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S	300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000.00	Recursos Ordinários	300,00
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	3.000,00
Atividade	2.038	Proteção Social Básica – PSB - CRAS	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST- FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	3.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO...			7.553,25

## II - Excesso de Arrecadação:

Fonte	Código Fonte	Valor
Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST- FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	0.1.0052.20	2.000,00
TOTAL DO EXCESO DE ARRECAÇÃO UTILIZADO		2.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de novembro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Luzerna

## PREFEITURA

## DECRETO 1934

DECRETO Nº 1934 de 25 de novembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

## DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas na sua totalidade, na Atividade abaixo discriminada, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.40.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Municípios

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde ..... R\$ 1.025,64

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde ..... R\$ 2.528,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 3.553,64

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde ..... R\$ 3.553,64

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 3.553,64

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 25/11/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 25/11/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		12.004,49
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.004,49
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.004,49
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.202,69
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.801,80

Luzerna, 26/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Massaranduba****PREFEITURA****LICITAÇÃO 85.2014 PP 51.2014 - AQUISIÇÃO DE LAJOTAS E MEIO FIO PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIVERSAS RUAS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 85/2014  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 51/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, visando a aquisição de lajotas e meio fio para pavimentação e manutenção de diversas ruas no Município de Massaranduba  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 08/12/2014  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 08/12/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 24 de Novembro de 2014.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

**Meleiro****PREFEITURA****DECRETO Nº 084/2014**

DECRETO n.º 084/2014.  
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 20.850,00 (Vinte mil, oitocentos e cinquenta reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.01.0744.0 – Aplicações Diretas (238)	R\$ 20.850,00
Total	R\$ 20.850,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte específica, do Programa Brasil Carinhoso, depositado na conta do Banco do Brasil S.A, agência 2294-2, conta 16.835-1.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças.

## Modelo

### PREFEITURA

#### ERRATA AO EDITAL 1402/2014

Errata ao Edital 1402/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1404/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 013/2014

O Senhor Prefeito do Município de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que a Tomada de Preços Nº013/2014, é referente ao Processo Licitatório Nº1404/2014. Tendo sua data de abertura alterada para o dia 12 de Novembro de 2014, às 08:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 26 de Novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

## Navegantes

### PREFEITURA

#### GABARITO DEDINITIVO EDITAL 004/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 011/iobv/004/14/FUMAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concurso Público 004/2014 - FUMAN - 16/11/2014

Médio

Fiscal Ambiental

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	A	B	B	D	C	C	B	D	A	C	D	C	A

Técnico de Serviços Complementares

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	D	A	B	C	D	D	B	C	A	B	C	A

X - questão anulada conforme parecer dos recursos.

Superior

Engenharia Agrônoma

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	D	B	A	C	B	D	B	C	D	C

Engenharia Agrimensura

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	A	D	C	D	C	B	B

Engenharia Ambiental

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	A	B	X	C	B	C	B	D	B

Engenharia Sanitária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	X	X	B	D	C	B	D	X	D

Geologia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	A	D	C	D	C	B	B

**Medicina Veterinária**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	B	D	B	D	C	X	D	B	C

**Procurador Fundacional**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	X	C	B	D	C	D	B

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

**JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 004/2014**

ATO 010/iobv/004/14/FUMAN

PARECERES DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA ESCRITA

EDITAL Nº 004/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FUMAN

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. A decisão dos recursos impetrados contra as provas aplicadas no dia 16 de novembro de 2014, constam abaixo divulgadas:

**Questões de Conhecimentos Gerais - Nível Superior****Questão 01 - Língua Portuguesa**

Candidato: 12639

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. Alegando que a alternativa "D" também está correta.

INDEFERIDO, a questão está formulada corretamente, na alternativa "D" a relação estabelecida pela conjunção destacada é consecutiva. (componente curricular - Língua Portuguesa - Projeto Araribá - Editora Moderna, 7ª série - página 276)

QUESTÃO MANTIDA

**Questão 04 - Língua Portuguesa**

Candidatos: 15754, 8756, 12037, 10049, 12639, 19639, 14484

Impetram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese o gabarito divulgado não condiz com a resposta correta da questão. Que não há alternativa a ser assinalada.

DEFERIDO, de fato todas as alternativas possuem antítese.

QUESTÃO ANULADA

**Questão 05 - Língua Portuguesa**

Candidatos: 12639

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa "A" está correta.

INDEFERIDO, a questão está elaborada corretamente, Pronome indefinido: relaciona-se a um substantivo e sofre flexões. sendo "D" a única a ser assinalada.

QUESTÃO MANTIDA

**Questão 08 - Conhecimentos Gerais e Atualidades**

Candidato: 10049

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada, tendo apenas uma única opção correta de resposta. Nem afirma que é paródia, tão pouco solicita o conceito de paródia.  
QUESTÃO MANTIDA

**Questão 13 - Informática**

Candidato: 16737

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada, a frase citada é um complemento da alternativa.

QUESTÃO MANTIDA

**LEGISLAÇÃO - Nível Superior****Questão 16 -**

Candidato: 19716

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão possui duas alternativas iguais.

DEFERIDO, questão já foi anulada de ofício no gabarito preliminar.

QUESTÃO ANULADA

**Questão 18 -**

Candidato: 12037, 9778, 9438, 9866, 13998, 14034, 13087, 12350, 16737, 10049, 15754, 17195, 17077, 18244, 12639, 17358, 10246, 8756, 12388, 12368, 8740, 15791, 19136, 18603, 19638, 20191

Candidatos apresentam recursos alegando em síntese que a alternativa correta é letra "A"

DEFERIDO, assiste razão aos candidatos, altere-se o gabarito para letra "A".

ALTERAÇÃO DE GABARITO

**Questão 20 -**

Candidato: 12368, 8756, 20191

Os candidatos alegam que na Resolução CONAMA Nº 02 de abril de 1996 não trata sobre a porcentagem da destinação dos recursos, ou que a mesma foi revogada pela RESOLUÇÃO CONAMA nº 371, de 5 de abril de 2006

DEFERIDO, assiste razão ao candidato, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO ANULADA

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Nível Superior****Questão 21 - Analista Ambiental -Engenharia Agrônoma**

Candidato: 8740

O candidato apresenta recurso alegando em síntese que há mais de uma alternativa correta.

INDEFERIDO. Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "B".

ASPECTO 2 - Conforme elenca o artigo 13 da Lei 1461 de 20 de novembro de 2001, que cria a Fundação do Meio Ambiente de Navegantes (SC), as alternativas "A", "C" e "D" não são competências do Conselho Deliberativo da Fundação do Meio Ambiente de Navegantes (SC).

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO MANTIDA

**Questão 28 - Procurador Fundacional - Analista Ambiental -Engenharia Sanitária**

Candidato: 12638 e 10049

Os candidatos apresentam recurso alegando em síntese que



nenhuma das assertivas estão corretas.

INDEFERIDO: Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "B".

ASPECTO 2 - As alternativas A, C e D apresentam medidas, indicadores equivocados daqueles expressadas e solicitados pela Instrução Normativa Nº 29 da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA). Portanto, não correspondem às expectativas do processo de licenciamento ambiental para quem deseja proceder ao comércio varejista de agrotóxicos no Estado de Santa Catarina. E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 31 - Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma

Candidato: 18244

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que o assunto da questão não está figurado entre os temas estabelecidos no EDITAL Nº 004/2014 DE CONCURSO PÚBLICO (FUMAN) para a prova específica do cargo de ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AGRÔNOMA.

INDEFERIDO, o candidato não assiste razão. A questão faz referência ao assunto Armazenamento e transporte de produtos de origem vegetal e animal, fazendo parte do conteúdo de prova.

Os produtos de origem animal e vegetal pode vir a ser fiscalizado, inclusive em seu armazenamento e transporte, como mostra o documento no link a seguir:

[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf)

QUESTÃO MANTIDA

Questão 33 - Procurador Fundacional

Candidato: 8756

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO, Não assiste razão ao requerer a alteração da resposta para alternativa A, por considerar incorreta a afirmação do item IV.

O item IV (IV - A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa e obriga diretamente a União.) está em perfeita consonância com o disposto no art. 21, inciso XXIII, alínea d da Constituição Federal, vez que a competência para explorar os serviços e instalações de tal natureza é do ente Federal. O enunciado solicita a resposta "segundo o disposto na Constituição Federal", o que não significa, necessariamente, a sua literal transcrição. Basta que tenha o mesmo sentido.

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 34 - Procurador Fundacional

Candidato: 19202 e 8756

Candidato 8756

Requer a alteração da resposta para alternativa B, por considerar correta a afirmação do item IV e incorreta do item II.

Em relação ao item II, assiste-lhe razão. A indenização pela desapropriação sanção se dá pelo pagamento em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal (art. 182, § 4º, inciso III da CF) e não previamente em dinheiro conforme se afirmou na questão.

Quanto ao item IV, não lhe assiste razão. No item se afirmou que, de acordo com o Estatuto da Cidade nenhum empreendimento privado poderá ser desenvolvido em área urbana sem a aprovação de estudo prévio de impacto de vizinhança... Porém, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2000 estabelece: "Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em

área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal."

Apenas os itens I e III estão corretos. Não havendo essa opção de resposta, a anulação se impõe.

Ante o exposto, indefere-se o pedido de alteração da resposta e de ofício anula-se a questão.

Candidato 19202

Requer a anulação da questão, por considerar incorreta a afirmação do item II.

De fato, há erro na afirmação. A indenização pela desapropriação sanção se dá pelo pagamento em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal (art. 182, § 4º, inciso III da CF) e não previamente em dinheiro conforme se afirmou na questão.

Apenas os itens I e III estão corretos. Não havendo essa opção de resposta, a anulação se impõe.

Ante o exposto, defere-se o pedido e restando anulada a questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 36 - Procurador Fundacional

Candidato: 19638

Não assiste razão ao considerar correta a afirmação do item III.

O item III (III. Constitui conduta vedada a designação de parentes até o terceiro grau para ocupar cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, salvo se o nomeado já ocupar cargo público de provimento efetivo no respectivo órgão.) está em desconformidade com a Súmula Vinculante nº 13 do STF, que dispõe:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Veja-se que a súmula veda também a designação para função de confiança ou gratificada que é exclusiva de servidores detentores de cargo de provimento efetivo na dicção no art. 37, inciso V da Constituição Federal.

Portanto, o fato de o nomeado já ser ocupante de cargo público de provimento efetivo não descaracteriza a conduta vedada pela enunciado da súmula, que é vinculante a todos poderes e órgãos em qualquer dos níveis de governo.

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 38 - Procurador Fundacional

Candidato: 19638

Não assiste razão ao considerar correta a afirmação do item IV.

O item IV (IV. Na verificação do atendimento dos limites com despesas de pessoal, não serão computadas as despesas indenizatórias e de encargos previdenciários.) está em desconformidade com o disposto no caput do art. 18 da LC nº 101/2000 (LRF), que dispõe:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. (Sem grifos no original)

O que o artigo 19, inciso VI excepciona são os gastos com inativos



(benefícios e não encargos) custeados com contribuições oriundas dos recursos ali indicados. Não há nenhuma exceção quanto aos encargos previdenciários.

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

**QUESTÃO MANTIDA**

Questão 39 - Procurador Fundacional

Candidato: 12368

Não assiste razão ao considerar correta a afirmação do item II.

O item II (II. É vedado às partes de um processo convencionar acerca das regras de distribuição do ônus da prova.) está em desconformidade com o disposto no art. 333 do Código de Processo Civil:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

As partes podem estabelecer regras pertinentes ao ônus da prova desde que não configurada uma das hipóteses do parágrafo único do CPC. Ao se afirmar na questão que tal providência é vedada, o item está em desacordo com a legislação. Portanto, incorreto.

O ônus da prova pode ser distribuído, a princípio, livremente pelas partes. Em outras palavras, as partes podem livremente convencionar sobre o ônus da prova, sem que isso viole a ordem jurídica.

(MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Código de processo civil comentado artigo por artigo. - 2. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010 p. 337)

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

**QUESTÃO MANTIDA**

Questão 40 - Procurador Fundacional

Candidato: 19638

Não assiste razão ao considerar correta a afirmação do item I.

O item I (I. Nas ações civis públicas e nas ações de improbidade administrativa é vedada a transação por se tratar de direitos indisponíveis.) afirma de maneira estanque a impossibilidade de transação nas ações civis públicas e ações de improbidade.

No caso ação de improbidade a lei não admite qualquer transação, conforme prescreve o art. 17, § 1º da Lei nº 8.429/1992. Contudo, em sede de ação civil pública a afirmação não é verdadeira. A lei nº 7.347/1985 não estabelece tal vedação. Ademais, o instituto da transação é admitido e utilizado no ordenamento pátrio em sede de ação civil pública. Nesse sentido, confira-se:

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL. VAGA EM CRECHE. TRANSAÇÃO FIRMADA ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O MUNICÍPIO. MULTA COMINATÓRIA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. DECISÃO COMPELINDO O ENTE PÚBLICO A PROCEDER A MATRÍCULA DE TODAS AS CRIANÇAS NÃO ATENDIDAS PELA REDE MUNICIPAL EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO, SOB PENA DE SEQUESTRO DOS VALORES NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO DA MEDIDA. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS FIXADOS NO TÍTULO JUDICIAL. AFRONTA À COISA JULGADA. DEMAIS INSURGÊNCIAS. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NESTA PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2013.072930-6, de Herval D'Oeste, rel. Des. Rodrigo Cunha, j. 26-06-2014).

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. O Diretor representa o Hospital Municipal de Novo Hamburgo, nos termos do art. 12, VI, do CPC. E, na qualidade de representante judicial da pessoa jurídica, pode ser fixada multa

em seu desfavor, caso não cumpra com exatidão os provimentos mandamentais e crie embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. Da mesma forma, não há ofensa ao contraditório e à ampla defesa. Conforme dispõe o art. 475, N, III do CPC, é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação. Não há falar em decisão ultra petita, uma vez que essa baseou-se nos limites do acordo, em fase de cumprimento. AGRAVO DESPROVIDO. (TJRS. Agravo de Instrumento Nº 70036428795, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 27/10/2010)

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA TRANSAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EMPRESA AGRAVADA, COM A EXTINÇÃO DO FEITO EM RELAÇÃO A ESTA E O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS RÉS. POSSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL INOCORRENTE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SOLIDARIEDADE NA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 3º, INCISO IV, E 14, § 1º. DA LEI Nº 6.321/81. PRECEDENTES. ACORDO QUE POSSUI EFEITO ENTRE AS PARTES E NÃO OBSTA EVENTUAL DIREITO DE REGRESSO. EXEGESE DO ARTIGO 844 DO CÓDIGO CIVIL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 4ª C. Cível - AI - 564877-5 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Abraham Lincoln Calixto - Unânime - - J. 02.03.2010)

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

**QUESTÃO MANTIDA**

Questão 36 - Analista Ambiental - Medicina Veterinária

Candidato: 14484

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa D também é considerada correta.

INDEFERIDO: Na referida questão não é citado a superovulação, apenas a técnica de transferência de embriões. A transferência de embriões pode ser realizada com ou sem superovulação. Sendo assim, indefere-se o recurso.

**QUESTÃO MANTIDA**

Questão 37 - Analista Ambiental - Medicina Veterinária

Candidato: 10569

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que lipídios também pode ser a resposta correta.

DEFERIDO, assiste razão ao candidato, anule-se a questão.

**QUESTÃO ANULADA**

Questão 31 - Analista Ambiental - Engenharia Ambiental

Candidato: 12639

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa "C" está equivocada

INDEFERIDO, Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "C".

ASPECTO 2 - A inadequação da alternativa C em responder à questão reside na restrição da participação do zoneamento ambiental, no caso, indicando apenas participação de técnicos e profissional que atuam na área ambiental. Sabe-se, pois que o zoneamento ambiental é de ampla participação. Participação de todos atores da sociedade, portanto, uma ação política, conjunta e participativa.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer

é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.  
QUESTÃO MANTIDA

Questão 34 - Analista Ambiental - Engenharia Ambiental  
Candidato: 12639

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa "D" está correta.  
DEFERIDO, Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

As considerações dos candidatos arrolados acima procedem conforme argumentação e literatura apresentadas. Optamos, pois pela anulação da questão.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo DEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 25 - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária  
Candidato: 20191

O candidato alega a que a referida questão possui duplicidade de resposta certa. O gabarito indica a alternativa C, porém a alternativa D.

INDEFERIDO, O artigo 93 do Código de Posturas de Navegantes - SC (2008) "não permite", ao contrário, ele "veda", proíba os ruídos ou sons acima de 40 dB(A) a uma distância mínima de 100 m (cem metros) de hospitais ou quaisquer estabelecimentos ligados à saúde, bem como escolas, bibliotecas, repartições públicas e igrejas, em horário de funcionamento destes.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 31 - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária  
Candidato: 20191

O candidato solicita anulação da referida questão.

INDEFERIDO, A questão e a alternativa adequada (letra C) decorrem do inciso XXXIX do artigo 77 DA lei complementar nº 148 de 23 de fevereiro de 2012, donde se observa:

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente: pena - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 32 - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária  
Candidato: 10049

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que não alternativa a ser assinalada.

DEFERIDO, Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

As considerações dos candidatos arrolados acima procedem conforme argumentação e literatura apresentadas. Optamos, pois pela anulação da questão.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo DEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 33 - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária  
Candidato: 10049, 9778, 12037, 20191

Candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa "C" está equivocada  
DEFERIDO, Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e

ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

As considerações dos candidatos arrolados acima procedem conforme argumentação e literatura apresentadas. Optamos, pois pela anulação da questão.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo DEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 39 - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária  
Candidato: 10049, 9778, 17077, 20191

Candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada, alegando em síntese há mais que um alternativa correta.

DEFERIDO, Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

As considerações dos candidatos arrolados acima procedem conforme argumentação e literatura apresentadas. Optamos, pois pela anulação da questão.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo DEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO ANULADA

2. Estes são os pareceres e decisão da banca organizadora, e conforme edital: 10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## ATA PREGÃO PRESENCIAL 209/2014 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, BAL-SYSTEM, BONA GENTE, LINEAR, TOKIKO, RP COMERCIO TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E FAZENDO USO DO BENEFICIO CONTIDO NA LEI 123/2006 DAS ME/EPP.

NÃO HAVENDO APONTAMENTOS, E APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS.

APÓS ANÁLISE DAS PROPOSTAS E FOLDERS, FORAM DESCLASSIFICADOS OS LICITANTES BONA GENTE, POIS, SEU PROSPECTO NÃO CONTINHA A ESPECIFICAÇÃO DE: CONSUMO, PESO APROXIMADO E PRATO INOX, e O LICITANTE TOKIKO TAMBÉM FOI DESCLASSIFICADO POIS APRESENTOU PROSPECTO SEM CONTER: DIMENSÃO TOTAL DA BALANÇA, DIMENSÃO DA BANDEJA, PESO APROXIMADO DO PRODUTO, AS DEMAIS LICITANTES FORAM CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE LINEAR VENCEDOR DOS LANCES, E CONSTATADO QUE O MESMO ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSO.

Obs.; os licitantes Bona Gente, RP Comercio se ausentaram antes da finalização da sessão.

MOMENTO EM QUE ENCERRO A SESSÃO E ENCAMINHO À AUTORIDADE COMPETENTE.

Douglas Lemos

Pregoeiro

Navegantes 25/11/2014

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 43/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACEUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A A Z (MEDICAMENTOS GENERICOS E SIMILARES) PARA ATENDER OS USUARIOS DO SUS - SISTEMA UNICO DE SAUDE, ATRAVÉS DA FARMACIA BASICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Data da entrega dos envelopes: 09/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 09/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 210/2014 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 210/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DOCUMENTOS (GED) E PROTOCOLO, INCLUINDO SERVIÇO DE CONSULTORIA DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TECNICO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICO - BNDES. Data da entrega dos envelopes: 09/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 09/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2014.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2014.  
PROCESSO Nº 220/2014.

Data: 26 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE URNAS) NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: SC Funerária Ltda. Me.  
CNPJ: 74.183.575/0006-38.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.  
Navegantes, 26 de novembro de 2014.

**Nova Trento****PREFEITURA****RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio na Transversal da Rua Independência (próximo colégio do Trinta Réis), bairro Trinta Réis, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ Nº 08.332.974/0001-84)

- Valor Total: R\$ 4.984,00 (Quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Nova Trento/SC, 25 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 129/2014**

CONTRATO Nº 129/2014

Origem: Processo Licitatório nº 121/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 074/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME, estabelecida a Rua Luiz Darós, nº 59, Bairro Besenello, município de Nova Trento, estado de Santa Catarina, CNPJ Nº 08.332.974/0001-84. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio na Transversal da Rua Independência (próximo colégio Trinta Réis), bairro Trinta Réis, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão. O valor total é de R\$ 4.984,00 (Quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Nova Trento, 25 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**DECRETO Nº 236/2014**

DECRETO nº 236/2014

convoca os aprovados nos processos seletivos 04/2014 e 06/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:



Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto setor de Recursos Humanos, no dia 28 de novembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 26 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 236/2014)

CARGO: MOTORISTA I

Classificação	Nome completo
09	Criselle Stuepp Claudino

CARGO: FISCAL DE OBRAS

Classificação	Nome completo
02	Daniel Bottamedi

## PORTARIA Nº 678/2014 "A"

PORTARIA Nº 678/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 057/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº

07/2013, de 31/10/2013, MARIA APARECIDA SPERANZINI, matrícula nº 6047, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Matemática), na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 04 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), bem como por motivo de vaga excepcional interesse público consoante art. 1º, I, Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147/2006, de 20 de outubro de 2006, e a Senhora MARIA APARECIDA SPERANZINI, brasileira, separada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, município de Nova Trento, portadora do CPF nº 570.234.259-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor nível III, Referência A, 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Matemática), na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 03 de fevereiro de 2014 a 03 de agosto de 2014, bem como por motivo de vaga excepcional interesse público consoante art. 1º, I Lei Municipal nº 1.754/2001.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses), iniciando em 03 de fevereiro de 2014 a 03 de agosto de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência,

bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Aparecia Speranzini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 844/2014 "A"**

PORTARIA Nº 844/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 211/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, ANDRÉ FELIPE REICHERT, matrícula nº 6143, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para responder pelo Projeto Esportes para Todos, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no Ginásio de Esportes Inácio Gullini, Município de Nova Trento, a contar de 28 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147/2006, de 20 de outubro de 2006, e o Senhor ANDRÉ FELIPE REICHERT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Felipe Schmidt, s/n, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 059.454.919-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para responder pelo Projeto Esportes para Todos, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no Ginásio de Esportes Inácio Gullini, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.038,92 (dois mil e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 28 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

André Felipe Reichert

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 965/2014**

PORTARIA Nº 965/ 2014

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal VALMOR MEYER, matrícula nº 17, concursado no cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2005 a 01/05/2010, a contar de 17 de novembro de 2014 a 16 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 972/2014**

PORTARIA Nº 972/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 516/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 084/2014, FABIO TAMANINI, matrícula nº 6384, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor FABIO TAMANINI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, s/n, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 024.624.239-66, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas

pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Fabio Tamanini

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 973/2014**

PORTARIA Nº 973/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 220/2014, AIDE PRADO ALVARES, matrícula nº 6492, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário



**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora AIDE PRADO ALVARES, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua San Martino, nº 280, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 080.573.448-14, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 871,44 (oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Aide Prado Alvares  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 974/2014**

PORTARIA Nº 974/ 2014  
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, convocada conforme Decreto nº 220/2014, CRISTIANE SILVA NUNES, matrícula nº 6493, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISTIANE SILVA NUNES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Francisco Sgrott Filho, nº 36, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 017.966.600-27, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Cristiane Silva Nunes  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 975/2014**

PORTARIA Nº 975/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, convocada conforme Decreto nº 220/2014, JULIANA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 6494, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora JULIANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 344, nº 107, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 076.168.679-79, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Juliana A. dos Santos

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 976/2014**

PORTARIA Nº 976/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, convocada conforme Decreto nº 220/2014, ELENICE FERRARI, matrícula nº 6497, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro



de 2014.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora JULIANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 344, nº 107, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 076.168.679-79, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de novembro de 2014 a 16 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o

servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Elenice Ferrari  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 979/2014**

PORTARIA Nº 979/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal ALINE MAZZOLA, matrícula nº 925, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 21/01/2010 a 21/01/2015, a ser pago no mês de Dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 980/2014**

PORTARIA Nº 980/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI AMORIN, matrícula nº 271, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência I, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2014, a ser pago no mês de Novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 981/2014**

PORTARIA Nº 981/ 2014

Faz Cessar Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o art. 63, IV, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

CESSAR a Portaria de nº 863/2014, do Servidor Público Municipal EDSON CADORIN, matrícula nº 6153, atuante no cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento, a partir de 17 de novembro de 2014, por motivo de falecimento em virtude de acidente de trabalho, conforme certidão de óbito nº 105585 01 55 2014 4 00011 148 0001610 62.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 982/2014**

PORTARIA Nº 982/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal MARCIA REGINA GROTT FELLER, matrícula nº 58, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 04/02/2002 a 03/02/2007, a ser pago no mês de Novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 983/2014**

PORTARIA Nº 983/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Novembro/2014, á Servidora Pública Municipal HINDYANARA ANTUNES DOS PASSOS, matrícula nº 5567, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Supervisora de Educação Especial, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 18/01/2013 a 17/01/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 984/2014**

PORTARIA Nº 984/ 2014

Designa Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 134, IX, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, "Estatuto do Servidor Público Municipal",

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor Público Municipal FLAVIO MOACIR VALLE, matrícula nº 6154, atuante no cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento, para responder interinamente pelo cargo de Fiscal de Obras, no período de 19 de novembro de 2014 a 05 de abril de 2015, devido a desistência do único candidato inscrito e aprovado na vaga, pelo Processo Seletivo nº 04/2014, de 28/02/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 986/2014**

PORTARIA Nº 986/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, LUCAS BUDKEWITZ, matrícula nº 6498, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 26 de novembro de 2014 a 24 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor LUCAS BUDKEWITZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Nicolau Bado, s/nº, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 088.232.229-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.110,84 (hum mil cento e dez reais e oitenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 26 de novembro de 2014 a 24 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as

determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 26 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Lucas Budkewitz
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 26 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

# Novo Horizonte

**PREFEITURA****EXTRATO DO PL Nº 070/2014-LEILÃO Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 070/2014

EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2014

Tipo: MAIOR LANÇE POR ITEM

Objeto: Consiste na venda de bens móveis inservíveis, pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Novo Horizonte/SC, no estado em que se encontram, avaliados e discriminados, conforme Anexo I do presente edital de leilão.

Horário e data da Sessão do Leilão: 09:00 horas do dia 15/12/2014

O Edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, neste Município de Novo Horizonte/SC, nos dias úteis, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30 h e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br), informações e esclarecimentos pelo fone (49 33620024).

Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 27 de Novembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMOS ADITIVOS DIA 25/11/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 007 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Valor ..... : Supressão de 149,37 (cento e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 06, 09 e 24 e supressão da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 01, 05, 08 e 14 abaixo descritos, e relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2014.

Aditivo Nº ..... : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 007/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor ..... : 23.945,00 (vinte e três mil novecentos e quarenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (95)

Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento dos quantitativos dos itens 03, 07 e 17 constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade para o exercício de 2014.

Novo Horizonte/SC, 25 de Novembro de 2014



**LEI 512 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**

Lei nº 512 de 26 de novembro de 2014

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 395.896,42 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais com quarenta e dois centavos) relativos a recursos ordinários assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 30.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0013 - Aplicações Diretas .....R\$ 24.896,42

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elementos de Despesa - 3.3.90 - 0.1.0001 - Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 1.018 - Manutenção da Cultura

Elementos de Despesa - 3.3.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 55.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019 - Manutenção do DME

Elementos de Despesa - 3.3.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.022 - Manutenção do Fundo de Habitação

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 5.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.028 - Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 110.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0003 - Aplicações Diretas .....R\$ 81.000,00

TOTAL ..... R\$ 395.896,42

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 395.896,42 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais com quarenta e dois centavos).

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.004 - Manutenção de Entidades Municipais

Elementos de Despesa - 3.3.50 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 42.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 1.014 - Manutenção da Educação Infantil

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0001 - Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 1.014 - Manutenção da Educação Infantil

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0012 - Aplicações Diretas .....R\$ 24.896,42

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 - Manutenção do Ensino Médio

Elementos de Despesa - 3.3.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 115.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT, OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 1.004 - Pavimentação de Vias Urbanas

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 40.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes

Elementos de Despesa - 3.1.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.012 - Manutenção do Programa Poços Artesianos

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas .....R\$ 10.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO

**AMBIENTE**

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.009 - Apoio na Ampliação de Telefonia Rural

Elementos de Despesa - 4.4.90 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas  
.....R\$ 14.000,00

TOTAL ..... R\$ 395.896,42

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de doações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 24 de novembro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PL 03/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 25/11/2014

CONTRATADO: Visoli Construtora LTDA EPP

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção terceira etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 238.758,26 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos)

DATA: 25/11/2014

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara de Vereadores

**Orleans****PREFEITURA****AVISO Nº 172/2014 VEICULO BOMBEIRO**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL - RP Nº 172/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PICKUP 4X4 DIESEL CABINE DUPLA NOVO 0KM PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE ORLEANS CONFORME ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até o dia 09/12/2014 às 13h: 45m.

Abertura das Propostas: dia 09/12/2014, às 14h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 26 de Novembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

# Palhoça

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 3269/2014.

PORTARIA Nº. 3269/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEISE DE LIMA, matrícula nº. 300014-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/1992 a 02/04/1997, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 02/04/1997 a 02/04/2002, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/10/2014 à 13/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3270/2014.

PORTARIA Nº. 3270/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 06 de outubro de 2014.

#### ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
125043-1	Andreia Martins da Silva	R\$ 1000,00	Diretor do CEI Padre Réus

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3271/2014.

PORTARIA Nº. 3271/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2014.

#### ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300484-6	Alan Schweitzer	R\$ 300,00	R\$ 760,00
801005-2	Maria Eni Valente da Silva	R\$ 300,00	R\$ 500,00
401642-2	Valdirene Borges Correa da Silva	R\$ 200,00	R\$ 500,00

#### ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402250-3	Andreia de Brito	R\$ 600,00
125043-1	Andreia Martins da Silva	R\$ 568,00
400023-1	Denize Silveira de Souza	R\$ 400,00
401922-3	Franciele da Silva Bruchado	R\$ 500,00
402095-6	Neide Teresinha Prim Martins	R\$ 400,00
802901-1	Sirlene Mello	R\$ 300,00

#### ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	DE
210113-5	Mauricio Schmitt	R\$ 1.000,00
125451-2	Taysi Vieira de Souza	R\$ 541,00

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3272/2014.**

PORTARIA Nº. 3272/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATO DEFREYN, matrícula nº. 500280-3, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/03/1999 a 03/03/2004, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/10/2014 à 15/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3273/2014.**

PORTARIA Nº. 3273/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de setembro de 2014.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
125451-2	Taysi Vieira de Souza	R\$ 1000,00	Diretor do CEI Padre Réus

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3274/2014.**

PORTARIA Nº. 3274/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora MARCELO SILVEIRA, matrícula nº. 801900-2,

titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS  
Presidente

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3275/2014.**

PORTARIA Nº. 3275/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) PAULA COELHO PIERRI, matrícula nº. 127588-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 28/08/2014:

Averbar tempo que trabalhou pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, totalizando 16 (dezesseis) anos e 09 (nove) meses.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3276/2014.**

PORTARIA Nº. 3276/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3277/2014.**

PORTARIA Nº. 3277/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOÃO RISDEN DOS SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3278/2014.**

PORTARIA Nº. 3278/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de TATIANI VENSON LOHN, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3279/2014.**

PORTARIA Nº. 3279/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3206 de 01 de outubro de 2013, que Prorrogou Contrato do servidor ARI BERTOLDO SELL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2013 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3280/2014.**

PORTARIA Nº. 3280/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR FUNÇÃO GRATIFICADA, da servidora SILVIA REGINA CITADIM, de Encarregado da Secretaria de Assistência Social, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3280/2014.**

PORTARIA Nº. 3280/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR FUNÇÃO GRATIFICADA, da servidora SILVIA REGINA CITADIM, de Encarregado da Secretaria de Assistência Social, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 3281/2014.**

PORTARIA Nº. 3281/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONE KUHNEN MORAES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3282/2014.**

PORTARIA Nº. 3282/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIANE CAROLINE FERNANDES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3283/2014.**

PORTARIA Nº. 3283/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) JOÃO RISDEN DOS SANTOS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3284/2014.**

PORTARIA Nº. 3284/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ROBERTA BERETTA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3285/2014.**

PORTARIA Nº. 3285/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONE MARIA GONZAGA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3286/2014.**

PORTARIA Nº. 3286/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para IRIS OLINDINA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3287/2014.**

PORTARIA Nº. 3287/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para KELLY CRISTINA SILVA LOHN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3288/2014.**

PORTARIA Nº. 3288/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELA DE JESUS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3289/2014.**

PORTARIA Nº. 3289/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Acindino Andre Lamim	ACS	04	24/09/14	I – M 25-5
Adelaide de Oliveira Nunes	Assistente Administrativo	15	15/09/14	II – M 76-0
Adelaide de Oliveira Nunes	Assistente Administrativo	30	30/09/14	II – M 76-0
Adriana Campos	Professor	30	02/09/14	I – M 59-5
Adriana Judite dos Santos	Professor	30	08/08/14	I – I 83-9
Alcineia de Souza Duarte	Professor	02	25/09/14	I – A 09
Alcineia de Souza Duarte	Professor	04	28/09/14	I – A 09
Alessandra Cristina Damo	Dentista	08	19/09/14	I – Z 76-5
Alexandra da Silva	Técnico em Enfermagem	30	25/08/14	I – F 32-2
Aline Izabel Gonçalves	ACS	32	25/08/14	I – M 75-5, II – M 25-5
Alixandra Anita Isoton	Professor	30	15/09/14	I – Z 76-3
Altenise Agostinho de Souza	Técnico em Enfermagem	30	19/09/14	I – K 81
Alzira Espindola da Silva	ACD	30	08/09/14	I – K 60, II – I 84
Ana Carolina Xavier	Professor	05	08/08/14	I – Z 76-3
Ana Claudia da Cruz	Professor	05	08/09/14	I – F 32-5
Ana Cristina de Jesus dos Santos	ASO	15	05/09/14	I – M 75-5
Andreia Augusta Mendes	Enfermeiro	15	15/09/14	I – F 32
Andreza dos Santos	ACE	04	18/09/14	I – J 06-9
Anelia Mariano dos Santos	ASG	60	04/08/14	I – M 54-1, II – M 51-0, III – F 33
Ângela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	60	17/09/14	I – M 75-5
Ângela Maria da Silva Sell	Merendeira	30	03/09/14	I – M 75-1
Ângela Maria Hamann	ASG	03	10/09/14	I – M 54-5



Ângela Maria Hamann	ASG	10	01/10/14	I – M 54-5
Angelina Buettgen	Merendeira	05	01/09/14	I – B 51-1
Angelita da Rosa Mauricio	Professor	10	01/09/14	I – M 54-5
Aureli Aurea de Quadros da Rocha	Assistente Administrativo	60	08/08/14	I -
Bruna Luiza M. L. Machado	Assessor	15	01/08/14	I – F 32-0
Carmem Lucia Vieira	Professor	05	01/09/14	I – J 01-8
Catarina Assi	ASG	07	17/09/14	I –
Catarina Maria Nunes	ASG	30	08/09/14	I – M 54-0
Catia Regina Pierri Martins	Professor	180	15/07/14	I – N 50
Célia Kuhn	ASG	02	11/09/14	I – I 63-6, II – I 63-9
Célia Kuhn	ASG	09	17/09/14	I – I 63-6, II – I 63-9
Célia Kuhn	ASG	30	03/10/14	I – I 63-6, II – I 63-9
Claionara Maria Camilo	Fiscal de Obras	60	01/08/14	I – F 31-9
Claudete Nilza Francisco	ASG	07	16/09/14	I – F 41-3
Claudia Maria Weingartner	Professor	30	04/09/14	I –
Claudio Lino de Campos	Professor	90	12/08/14	I – M 75-1, II – M 75-4
Cleide Aparecida Bernardes	Técnico em Enfermagem	10	04/08/14	I – M 77-1
Clemilda da Silva de Souza	ACS	17	17/09/14	I – Z 76-3
Cleusa Cristina Romanski	ASG	90	02/09/14	I – M 14
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	05	08/09/14	I – M 25-5, II – M 25-5
Daiane da Silva	ACD	03	03/09/14	I – K 52-9
Daniela Rodrigues	Merendeira	15	28/08/14	I –
Daniela Rodrigues	Merendeira	180	15/09/14	I –
Daniela Rodrigues Francesquette	Assistente Administrativo	05	01/09/14	I – Z 76-3
Debora de Almeida Correia	ACS	90	11/09/14	I – C 50-9
Deise de Oliveira	Técnico em Enfermagem	02	16/09/14	I – R 10-4, II – G 44-1, III – M 25-5
Deise de Oliveira	Técnico em Enfermagem	05	29/09/14	I – R 10-4, II – G 44-1, III – M 25-5
Denise Heinsen	Enfermeiro	15	02/09/14	I – O 06-0
Denise Heisen	Enfermeiro	120	17/09/14	I –
Diego Laurinda	Artífice	07	14/07/14	I – M 54-4, II – M 54
Diego Laurinda	Artífice	11	23/07/14	I – M 54-4, II – M 54
Dirlene Márcia Beber Vieira	Orientador Educacional	15	29/08/14	I – M 65-8, II – M 75-5
Djeovana da Silva Raulino	Professor	03	28/09/14	I – R 10-4, II – N 30, III – J 06-9
Dorazete Ana da Silveira	Professor	90	06/08/14	I – Q 66-7

Dóris Cristina da Silva	Merendeira	90	24/09/14	I – Z 76-3, II – C 02
Dóris Helena Melo Pelegrine	Gerente	14	08/08/14	I –
Dulceli Broering da Silva	TEE	06	15/09/14	I – G 56
Dulceli Broering da Silva	TEE	20	07/08/14	I -
Edineia Ivone da Silva	Professor	30	16/09/14	I – I 83
Edite de Cássia Lopes Viana	Técnico em Enfermagem	05	08/09/14	I – Z 76-3
Edna Kaszbla	ASG	15	09/09/14	I – M 54-5
Edson Ronei da Silveira Junior	Professor	30	03/09/14	I – M 75-1, II – M 65-8, III – F 32
Elaine Cristina Henrique	ASO	04	09/09/14	I – M 25-0
Eliane dos Santos	ASG	90	11/09/14	I – S 93-4
Eliete Agostinho de Medeiros	ACS	45	08/09/14	I – M 75-3, M 75-5, M 15-0
Elisabeth Johnson Ferreira	Médica	02	28/08/14	I –
Elisangela Galliani	ASO	14	02/09/14	I – M 75-5
Elizabete Alves da Silva	ASG	30	27/08/14	I – M 51-2
Elizete Alves	ASP	15	05/08/14	I – F 45-4, II – F 43
Elizete Alves Barros	Professor	03	17/09/14	I – J 02
Enia Mara dos Santos Martins Sell	ASG	30	11/08/14	I -
Evandro Rodrigues Felipp	Artífice	05	20/09/14	I – S 40-0
Fabiana Diniz	Merendeira	30	05/09/14	I – M 19, II – M 77-1, III – M 65-9
Fabiana Regina S. Ferreira	ACD	13	15/09/14	I – L 91
Fabiola Marega de Valgas	Professor	04	29/08/14	I -
Fabricia Erotildes Vieira Soares	ASG	02	10/09/14	I – Z 76-3, II – A 09, III – M 81-0
Fernanda B. Nienkotter	Enfermeiro	14	24/06/14	I –
Fernanda de Souza Abreu	Enfermeiro	05	08/09/14	I – O 62-9
Fernanda de Souza Oliveira	Enfermeiro	60	10/09/14	I – O 62-9
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	35	19/09/14	I – M 75-1
Fernanda Zanini	Psicóloga	03	10/09/14	I -
Fernanda Zanini	Psicóloga	03	16/09/14	I -
Fernanda Zanini	Psicóloga	07	22/09/14	I -
Fidel Alejandro Maidana	Vigia	90	12/09/14	I – M 75-0
Flavia Coelho	Merendeira	90	04/08/14	I – E 66
Flavio de Souza Branco	Assistente Tec. Pedagógico	29	28/08/14	I – F 43-2
Fontaine Demetrio dos Passos	Artífice	10	13/08/14	I – M 54-4
Francieli Fátima Costa R. da Silva	Vigia	180	12/06/14	I -

Geovana Moreira Borba	Professor	30	05/09/14	I – Z 54-0
Geovani Santana Garcia	Dentista	12	28/07/14	I – F 41-1, II – F 43-2, III – F 33-1
Geovani Santana Garcia	Dentista	14	27/08/14	I – F 41-1, II – F 43-2, III – F 33-1
Geovani Santana Garcia	Dentista	14	04/09/14	I – F 41-1, II – F 43-2, III – F 33-1
Geovani Santana Garcia	Dentista	10	18/09/14	I – F 41-1, II – F 43-2, III – F 33-1
Gessica Gonçalves Cortes	Merendeira	15	14/09/14	I – S 93-4
Gisele Cordeiro Cardoso	Médico	180	02/09/14	
Gisely Nienkoeter	Professor	60	04/08/14	I – D 21-1
Glauce Vieira Marques	ACE	30	08/09/14	I – K 80-2
Glauca Ferreira	Merendeira	28	14/08/14	I – N 80
Grasiane Tomelin	Assistente Administrativo	15	16/09/14	I – K 80
Grasielli Peres da S. Schmitz	Professor	90	03/09/14	I – C 50-9
Graziela Cardoso	Professor	05	29/09/14	I – J 45-0
Heloise Aurora Pamplona	Professor	12	15/09/14	I – F 33-0
Ivana Maria Soares	Professor	41	26/08/14	I – F 31-9
Izaltina da Luz da Silva	ASG	30	10/09/14	I – F 32-2, F 40-0
Jair Joaquim Pereira	Professor	40	11/08/14	I – S 93-4
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	15	04/09/14	I – M 75-5
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASG	15	15/09/14	I – M 75-1, II – M 75-5
Jane Lucia Ferreira	Professor	30	21/08/14	I – F 41-3, II – M 25-5
Jane Maria de Souza Santos	ACS	09	07/08/14	I – R 07-3
Jane Maria de Souza Santos	ACS	02	18/08/14	I – R 07-3
Janete Maria Martins Lamarque	Assistente Administrativo	03	03/09/14	I – Z 76-3, II – M 54-5
Jeferson Jose de Azevedo	ASO	16	01/09/14	I – F 43
Jessica Carla de Souza	ACS	30	15/09/14	I – Z 54-0
Jose Vanderlei Fagundes	Vigia	15	09/09/14	I – Z 76-3
Josiane Maria Roth Mohr	Professor	45	04/08/14	I -
Josiane Martins	ASG	30	07/08/14	I – F 31-5, II – Z 76-3
Josué dos Santos	Motorista	12	22/09/14	I – M 54-3
Juçara Silveira	ASG	50	14/08/14	I – F 44, II – F 41-9
Jucelia Concilia da Silva	Professor	60	15/09/14	I – Z 76-3
Jucilene Edite Tomaz	ASG	60	18/08/14	I – M 52-0, II – M 54-2, III – M 54-5

Julia Devani Ferreira Leão	Professor	30	24/09/14	I – F 43
Julia Natanacia Batista	Professor	05	05/09/14	I – H 10-9
Juliana da Silva de Abreu	ACS	03	09/09/14	I – Z 76-3, II A 09
Juliana Poletti	Professor	07	04/09/14	I – Z 76-3
Juliana Schmitz	Professor	05	02/09/14	I -
Julieta da Silva	Merendeira	10	09/09/14	I – M 65-8
Julieta da Silva	Merendeira	02	03/09/14	I – M 75
Jussara Espindola Conrado	Assistente Administrativo	14	09/09/14	I – H 90
Kamila Cristina C. da Silveira	Técnico em Enfermagem	05	26/07/14	I -
Karla da Silva Albino	Professor	90	09/09/14	I – F 31-4
Karolina Linhares Araujo	ACS	02	11/09/14	
Karolina Linhares Araujo	ACS	03	16/09/14	
Karoline Bousfield	Técnico em Enfermagem	90	08/08/14	I – F 33-3, II – F 60-3
Kassila M. Schmitz	Agente Administrativo Auxiliar	30	28/08/14	I -
Katia Luciane Borges Pinto	Técnico em Enfermagem	10	09/09/14	I – M 54-2
Lauriana Campos de Bem	Médico	180	29/08/14	I –
Leandro Alfel Carlos	Socorrista	14	20/09/14	I – Z 54-0
Lenita Althoff	ASG	18	07/08/14	I – F 43, II – F 43
Lenita Althoff	ASG	14	25/08/14	I – F 43, II – F 43
Lilian Diniz	Professor	05	15/09/14	I – J 01, II – F 32-1
Lilian Diniz	Professor	30	08/10/14	I – J 01, II – F 32-1
Lilian Karla da Silva	ACS	30	04/08/14	
Lilian Luiz	ASO	04	02/09/14	I – M 54-1
Lorena Carla Pereira Pelegrine	Professor	32	11/08/14	I – M 77-1
Lucia Helena Truppel	Merendeira	60	27/07/14	I – E 06-3
Luciana Ondina de Souza	Professor	60	26/08/14	I – F 32-1
Luiz Felipe Cascaes	Assistente Administrativo	03	28/07/14	I – J 35-9, II – J 03
Luiz Felipe Cascaes	Assistente Administrativo	03	01/09/14	I – J 35-9, II – J 03
Luizio Lauro Martins	Motorista	05	28/07/14	I – H 65, II – H 10
Magda dos Santos Maria	Merendeira	30	09/09/14	I – M 76-0, M 16-3
Marcelo Teodoro Martins	Enfermeiro	30	30/07/14	I -
Márcia Aparecida Thomé	ASO	07	04/09/14	I – M 54-9
Márcia Dirlea Nova Kowsk	Professor	180	11/08/14	I -
Márcia Regina da Conceição	ASO	15	09/09/14	I – Z 76-3

Márcio Manoel da Silveira	Gerente	05	17/09/14	I – F 41-2
Marcos Antonio Wissler	Motorista	15	15/09/14	I – M 75-5
Maria Aparecida Martins Cesconeto	ASO	11	09/09/14	I – M 54-4
Maria Cristina de Souza Amadi	ASG	40	02/09/14	I – M 54-1
Maria das Graças Matos de Freitas	Professor	60	08/09/14	I – G 56-0, M 65-9, N25-5
Maria de Fátima D. R. da Silva	Professor	60	05/08/14	I – M 79-8
Maria de Fátima Dias	Professor	90	04/08/14	I – S 93-4, II – M 79-2, S 93-2
Maria de Lourdes P. Fracasso	Merendeira	60	09/09/14	I –
Maria Elizabete D. Folster	Merendeira	90	25/08/14	I – S 93-2, G 53-2
Maria Joselia Felisbino	Professor	150	04/08/14	I – M 75-4
Maria Laurentina Leal	ASG	45	20/08/14	I – M 56-5
Maria Regina de Oliveira	Professor	60	09/09/14	I – Z 48-8, II – D 25-9
Mariana Pfleger Scalin	Farmacêutica	14	23/09/14	I – Z 76-3
Marina Machado Ribeiro Gonzaga	Orientador Educacional	180	16/09/14	I –
Mario Marques	Médico	04	22/09/14	I – F 06
Maristela Cardoso Gregório	Professor	90	14/07/14	I – M 54-2, II – M 50-2
Marlene Cabral Inácio	Professor	60	27/08/14	I –
Marlene Santos da Cunha	ASO	60	2/08/14	I – O 16
Maryland F. da Silva	Auxiliar de Enfermagem	10	31/07/14	I – F 32-2
Maryland F. da Silva	Auxiliar de Enfermagem	10	11/09/14	I – F 32-2
Maura Gutierrez Procopio	Enfermeiro	04	12/09/14	I – Z 76-3
Maura Helena de Melo	Professor	90	08/09/14	I – F 20-0, II – F 41-2
Mayara dos Santos	Professor	05	23/09/14	I – Z 76-3
Medianeira de Castro	Professor	90	02/09/14	I – M 51-1, II – M 50-0
Meire Caroline da Silveira	Monitor	21	21/08/14	I – M 65-9, II – M 25-5
Michelly Lucia Soares Abreu	Professor	04	26/08/14	I – J 45-9
Michelly Lucia Soares Abreu	Professor	02	12/08/14	I – J 45-9
Mirian Josiane Silveira de Souza	ASO	14	28/08/14	I – M 25-5
Mirian Pereira	Professor	03	02/09/14	I – J 06-9, II – J 11-8
Monica Ferreira da Silva	Professor	15	15/09/14	I – M 54-5, II – M 77-8
Murilo dos Santos	Socorrista	103	17/09/14	I –
Najla Elisangela dos Santos da Silva	Professor	07	11/09/14	I – J 10
Neli Maria Schutz Silva	Assistente Administrativo	30	05/08/14	I –

Neli Maria Schutz Silva	Assistente Administrativo	30	05/09/14	I –
Neusa Maria Andrade	ACS	07	04/09/14	I – N 84
Nicoli Machado da Silva	Orientador Educacional	60	08/08/14	I – F 32-1
Osmar Salomé Vieira Filho	ACE	15	15/09/14	I – S 54-0, M 65-8
Otilia Correa Silva	Merendeira	09	18/09/14	I – M 25-5
Patrícia Liberato Silva	ASO	10	03/09/14	I – Z 54-0
Patrícia Machado Ribeiro	Professor	15	18/09/14	I – F 43-0
Patrícia Regina de Goes	Técnico em Enfermagem	133	12/09/14	I – S 93-4, II – M 25-5
Priscila Zapelini Mendes	Telefonista	60	05/09/14	I –
Raquel da Silveira	ASO	30	29/09/14	I – F 32, II – G 40
Raquel Poletti	ASO	17	09/09/14	I – F 32-1
Raquel Schmidt	Fiscal de Tributos	02	28/08/14	I –
Regeane Nunes Borges da Silva	Professor	07	15/09/14	I – Z 76-3
Renato de Lima Lorengo	Professor	30	02/09/14	I – B 24
Ricardo Valci Ramos	ASG	60	17/09/14	I – F 14-2
Rivelino da Silva	Engenheiro	58	14/08/14	I – F 20-0
Rodrigo Slavieiro	Assistente Administrativo	10	08/09/14	I – M 81
Rosa Amelia Soares Pereira	Merendeira	60	22/09/14	I – M 75-1, M 25-4, II – M 77-0
Rosana Marlene da Silva	ASO	60	11/08/14	I – M 25-5, II – M 65-9
Roselani Marli Martins	Merendeira	120	28/07/14	I – I 03, II – S 82
Rosemary Claro Peixoto	ACS	30	04/09/14	I – Z 76-3
Roseneide Scheidt Stein	ACS	15	12/09/14	I – M 23-2
Rosilda Maria Goulart Schultz	Professor	60	16/09/14	I – L 64, II – Z 54, III – L 63
Rosilda Maria Ramos	ASO	60	04/08/14	I – I 83
Rosileia Nilma Martins	Merendeira	60	04/08/14	I – M 65, II – F 32-3, III – R 52-1
Rosita Maria Silveira	ASG	65	11/08/14	I – M 53-1, II – M 54-4
Sandra Lucia Silveira de Souza	Professor	37	08/09/14	I – S 93-0, II – S 93-4
Sandra Mara B. Lehnert	Merendeira	15	25/09/14	I – F 32-1, II – F 41-0, III – Z 76-3
Sandra Regina Alves dos Santos	ACS	07	05/09/14	I – S 42
Scheila Passos	Supervisor Escolar	15	03/09/14	I –
Scheila Schlickmann	Assistente Administrativo	07	15/09/14	I – J 06
Silene Isaurina Wagner	Professor	90	06/08/14	I – M 54-2

Silvana Adelia Mafra Flor	ACE	22	29/08/14	I – C 64
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	90	15/09/14	
Silvia Cristina da Rosa Madeira	ACS	15	15/09/14	I –
Simone Arcelina da Silva Martins	Gerente	06	28/09/14	I – J 06-9
Simone Cristina Gonçalves Siegel	Professor	07	24/09/14	I – M 25-5
Simone Rodrigues Vieira	ACS	20	12/09/14	I – M 25-5
Simone W. Honorato	Assistente Administrativo	10	02/09/14	I –
Solange da Rosa	ASG	15	08/09/14	I – S 93-4
Sonia da Silva Homem	Professor	12	01/09/14	I – K 33-1
Sueli da Silva	ASO	90	25/08/14	I – N 18-0
Suellen Ferreira	Professor	05	01/09/14	I – Z 76-3
Susi Nilza Goulart	Professor	49	05/08/14	I – O 20-0
Suzana dos Passos Pereira	ASG	30	26/07/14	I -
Tânia Batista Martins	Professor	15	05/09/14	I – H 80-9
Tânia Mara P. Keller	Professor	60	14/08/14	I – F 32
Tânia Regina de Oliveira Silveira	ASG	15	29/09/14	I – M 65-8
Tânia Regina Pierri	Assistente Administrativo	30	09/09/14	I – N 80-2
Tarsyane Tomelin	Monitor	44	15/09/14	I – E 10-7, II = F 41-3
Tereza de Moura	ASG	60	19/09/14	I – M 51-1, M 47-2, II – G 56-0
Tereza de Moura	ASG	60	29/07/14	I – M 51-1
Terezinha da Silva Sanceverino	ASG	20	15/09/14	I – M 25-5
Terezinha Natalino Farias	ASO	21	18/09/14	I – Z 76-3
Thaís Mendes Pereira	Assistente Administrativo	07	11/09/14	I –
Thammy Dacoregio	Médico	04	09/09/14	I – Z 76-4
Thayse da Silva	Professor	180	16/07/14	I –
Thiago Barros	Artífice	05	29/09/14	I – M 54-2
Tonilson France Cardoso	Técnico em Enfermagem	05	11/08/14	I – M 77-9
Tuane Mara Lemos Medeiros	Professor	15	04/08/14	I – S 97-4
Valdeci Enedina Santos	Merendeira	180	10/08/14	I – C 56
Valdineia Borba	ASG	15	16/09/14	I – M 54-2
Valdirene Borges Correa	Técnico em Enfermagem	05	22/09/14	
Valmira de Souza Hermann	Técnico em Enfermagem	12	08/09/14	I – F 43
Valmira Poluceno Miranda	ASG	12	30/09/14	I – M 75-1, II – M 77-1, III – M 25-5
Vanderleia Alves	ASG	05	29/09/14	I – M 54-2
Vanderleia Indiames Bastisti da Rosa	Professor	15	10/09/14	I –

Vanessa Jose	Professor	30	01/07/14	II – O 14-4
Vani Maria Silveira	Agente Administrativo I	90	15/09/14	I – I 67-1
Vera Lucia Galvão	ASG	04	26/08/14	I – A 09
Vera Lucia Hentz Nied	Professor	30	01/09/14	I – M 54-5, M 68-6, III – M 25-5
Vera Regina Cascaes	ASG	04	04/09/14	I – A 09
Vivian Cristina Schlemper	ASG	05	05/09/14	I – F 32-1, II – F 43
Viviane Briesi dos Santos	Médico	30	03/09/14	I – G 52-0
Waldemira Poluceno Miranda	ASO	15	02/09/14	I – M 75-1
Winer Pina	Assistente Administrativo	05	10/08/14	I – A 09
Zeloira de Fátima de Souza	Técnico em Enfermagem	06	04/09/14	I – H 83-0, II – H 83-0, III – Z 00
Zenaide Terezinha de Lara	Técnico em Enfermagem	74	05/09/14	I – S 92-3
Zilda Mariano Valin	Assessor	10	04/09/14	I – M 54-4
Zurilda Ventura Thiesen	Professor	180	04/08/14	I -

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3290/2014.**

PORTARIA Nº. 3290/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3208 de 01 de outubro de 2013, que Prorrogou Contrato do servidor NELSON ARAKAKI JUNIOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2013 a 15/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3291/2014.**

PORTARIA Nº. 3291/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:



Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA CAROLINA DOS SANTOS DA SILVA, matrícula nº. 124602-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 04/08/2014, de acordo com às folhas 06 e 07.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3292/2014.**

PORTARIA Nº. 3292/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora HELENA MARIA ESPINDOLA, matrícula nº. 124602-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 17/08/2014, de acordo com às folhas 36 a 40.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3293/2014.**

PORTARIA Nº. 3293/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDESIA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 126457-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria

de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3294/2014.**

PORTARIA Nº. 3294/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IVANA SCHLEMPER DE MELO, matrícula nº. 251080-1, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 15/09/2014, de acordo com às folhas 13 e 16.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3295/2014.**

PORTARIA Nº. 3295/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JUCELANDIA DE SOUZA, matrícula nº. 801611-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 05/09/2014, de acordo com às folhas 01, 04 e 05.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3296/2014.**

PORTARIA Nº. 3296/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801535-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 14/07/2014, de acordo com às folhas 07,11 e 12.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3297/2014.**

PORTARIA Nº. 3297/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA SIMAS FRANÇA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3298/2014.**

PORTARIA Nº. 3298/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Ana Cristina de Jesus	ASG	15	19/09/14	I – M 65-8
Andrea Paulette Prezotto	ASG	07	02/09/14	I – J 45
Andreia Valda Daucem Wurzler	Assessor Especial	10	23/09/14	I – J 32-0
Anezia Anita de Souza	Auxiliar de Enfermagem	15	02/10/14	I – F 32-0
Bianca Luchi Bartucheski	Fiscal Sanitário	90	02/10/14	I – F 32-1
Carla Fernanda Bastos Ferrari	Psicóloga	10	18/09/14	I – N 20-1
Caroline Schlindwein da Costa	Merendeira	07	03/10/14	I – M 79-0
Cinara Ribas Konrad	Pedagogo	05	21/09/14	I – J 93-4
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	37	16/09/14	I –
Claudineia Ferreira Chini	Merendeira	05	12/10/14	
Cleusa Marlete da Silva	Professor	30	08/09/14	I – Q 83-9
Débora Pereira Dalla Valle	ACD	04	23/09/14	I – A 09
Edite de Cássia Lopes	Técnico em Enfermagem	05	29/09/14	I – B 30-9
Ednei Hoffmann	Enfermeiro	08	18/09/14	I – Z 76-3, II – N 23
Eliandra Malaquias	ASO	02	28/09/14	I – Z 76-3,
Eliane Vidal	Assistente Administrativo	61	01/09/14	I – S 52-5
Elisabete Broering	ASP	15	18/09/14	I – H 26-4
Elisabete Broering	ASP	03	03/10/14	I – H 26-4
Elisabete Laureci Senhorinho	Professor	05	29/09/14	I – M 25-5
Elisangela Correa	Técnico em Enfermagem	07	18/09/14	I – A 09, II – Z 76-3
Fabiana da Costa Ribeiro	Merendeira	30	12/09/14	I –
Fernanda Fernandes Madeira	Professor	05	22/09/14	I – H 10-2, II – H 57-1
Fernanda João da Silva	Geógrafo	30	29/09/14	I – M 19
Fernando Schneider	Enfermeiro	10	24/07/14	I – K 81, II – F 32
Fernando Schneider	Enfermeiro	05	01/08/14	I – K 81, II – F 32
Fernando Schneider	Enfermeiro	07	15/09/14	I – K 81, II – F 32
Fernando Schneider	Enfermeiro	10	24/07/14	I – K 81, II – F 32
Francisca Arcoverde Itamaro	Merendeira	04	08/09/14	I – M 25-5

Francisca Arcoverde Itamaro	Merendeira	03	17/09/14	I – M 25-5
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	15	04/08/14	I – E 11
Georgia Batista Martins	Fiscal de Tributos	12	25/09/14	I –
Gisely Nienkotter	Professor	80	03/10/14	I –
Gislene Pierri	Lactarista	70	23/09/14	I – S 93-2, II – M 65-1
Helen Francis B. Gazola	Nutricionista	22	25/09/14	I –
Isabel Cristina Silveira Gonçalves	ASG	11	01/10/14	I – M 17
João Ridsen Santos	Professor	11	16/09/14	I – F 33
Jose Irineu Seemann Abreu	Socorrista	03	22/09/14	I – M 54-5
Josi Ivana Goulart Bueno	Professor	05	01/09/14	
Josi Ivana Goulart Bueno	Professor	07	11/09/14	
Josi Ivana Goulart Bueno	Professor	08	18/09/14	
Juçara Silvério	ASG	21	01/10/14	I – F 44-1
Juliana Menegaro de Vargas	Merendeira	06	18/09/14	I – M 54-5, II – M 54-4
Karla Garcia Cortez	Dentista	44	02/08/14	I – O 60-0
Karla Garcia Cortez	Dentista	180	02/10/14	I – O 60-0
Kátia Cristina da Silva	ACS	60	26/09/14	I – M 76-5
Kátia Regina da Costa	Merendeira	30	19/09/14	I – F 32
Larissa Santana	ASO	07	26/09/14	I – A 09, II – E 76-3
Laura Cristina A. Pedro	ASG	07	24/09/14	I –
Liziani Larissa dos Santos Lohn	Professor	12	25/09/14	I – M 11-0
Lucelia Ap. Postai Barcelos	ASO	03	22/09/14	I – M 25-5
Lucelia Ap. Postai Barcelos	ASO	03	29/09/14	I – M 25-5
Luciana Duarte de Jesus	ACD	180	22/09/14	I –
Luciana Lamin	Professor	07	02/10/14	I –
Luciano Valentin Antunes	Motorista	60	11/09/14	I – M 54-5, II – M 51-1
Marceli Conrado Souza	ACS	04	16/09/14	I – Z 76-3
Márcia Valdete Dutra Alves	ASO	10	23/09/14	I – F 41-2
Maria de Lourdes Reginaldo	Assistente Administrativo	15	03/10/14	I – F 48-9
Maria Gorete Rosa dos Santos	ASG	30	26/09/14	I –
Mario Aleixo Correa da Motta	Professor	15	18/09/14	I
Monica Ferreira da Silva	Professor	10	01/10/14	I – M 76-0
Monique Nascimento	Assistente Administrativo	02	02/09/14	I – R 52, II – R 52, III – F 41-2
Monique Nascimento	Assistente Administrativo	02	19/09/14	I – R 52, II – R 52, III – F 41-2
Monique Nascimento	Assistente Administrativo	10	26/09/14	I – R 52, II – R 52, III – F 41-2

Nadia Helena Andrade Angelo	Professor	21	29/09/14	I – K 45-8
Nadielli Cristina Kreusch	Professor	11	24/09/14	I – N 30-0
Neide Terezinha A. Scheidt	ASP	09	18/09/14	I – N 84-0
Nelza Helena Mayer	ASO	30	30/09/14	I – N 43-0, M 43-1, III – M 47-2
Patrícia de Cássia da Cruz Costa	ASO	09	23/09/14	I – D 69-3, II – Z 76-3
Perla Camargo	Técnico em Enfermagem	30	18/09/14	I – F 41-2, II – Z 73-0, III – F 43-2
Raquel Debiasi Ferreira	ASG	50	26/09/14	
Raquel Pedrosa da Silva Poletti	ASG	08	29/09/14	I – F 92-1
Renata Kellen Souza Costa	Professor	15	24/09/14	I –
Renata P. Garcia de Almeida Jordani	Pedagogo	30	22/09/14	I – Z 54-0
Rosana Isaurina B. da Silva	Socorrista	04	09/09/14	I – F 41-1
Roseli Correa de Macedo	ACS	06	25/09/14	I – M 92-0
Scheila dos Passos	Supervisor Escolar	15	23/09/14	I – F 45
Scheila Schlickmann	Assistente Administrativo	40	02/10/14	I – M 77, II – M 65-2
Schirley Aparecida de Souza	Técnico em Enfermagem	14	02/10/14	I – F 32-0
Silvana Damo	Gerente	15	23/09/14	I – M 54-5
Simoni Alves da Silva Martins	Professor	10	06/10/14	I – J 06-9
Tânia Soares	Professor	80	26/09/14	I – R 49
Tatiane C. B. LeLehnert	ACS	10	03/10/14	I – F 48-8
Vanessa dos Santos	Professor	04	01/09/14	I –
Vera Lucia Xavier	ASG	30	02/10/14	I – Z 76-3
Virginia Bombazar	ASG	90	24/09/14	I – F 33-3
Vivian da Cas Engelke	Médica	15	18/09/14	I – O 20
Viviane dos Santos	Técnico em Enfermagem	06	25/09/14	I – Z 76-3
Walquiria Alves	ASG	15	15/09/14	I –

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3299/2014.

PORTARIA Nº. 3299/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLEUSA SOUZA RODRIGUES DE CAMPOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de



Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3229/2014.**

PORTARIA Nº. 3229/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ROSICLEIA MARIA SILVANO DE LUCA, titular do cargo de Atendente de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **EDITAL PREGÃO 222-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 222/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de dezembro de 2014 às 14:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 222/2014, que tem por objeto aquisição móveis para Secretaria da Receita e Fundo Municipal de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 26 de novembro de 2014.  
A PREGOEIRA.

#### **DECRETO Nº 1.742, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.742, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

IPTU. Premiação. Regulamenta a distribuição gratuita de prêmios e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições e o disposto na Lei nº 2.229, de 14 de dezembro de 2005, resolve

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento relativo à distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, para incentivar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do Município de Palhoça, conforme Anexo I e II, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A promoção consistirá no sorteio de 10 (dez) prêmios, discriminados no Regulamento, com despesa prevista para cada exercício de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que serão sorteados no dia 24 de abril de cada ano.

Art. 3º Para coordenar e acompanhar os trabalhos relativos ao sorteio e respectiva premiação, será designada uma comissão composta por 03 (três) servidores municipais, nomeados através do ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nº 907, de 16 de abril de 2009, nº 1.074, de 05 de março de 2010, nº 1.238, de 18 de março de 2011 e 1.383, de 17 de abril de 2012, 1.595 de 05 de dezembro de 2013 e demais disposições contrárias.

Palhoça, em 21 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### **ANEXO I**

REGULAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE SORTEIO, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 2.229, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.

A distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, para incentivo ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, instituída pela Lei nº.2.229, de 14 de dezembro de 2005, fica assim regulamentada:

#### **I - DA PROMOÇÃO**

Constitui objeto da presente promoção, criada com a finalidade de incentivar o pagamento do IPTU, referente ao exercício de 2015 e anteriores, o sorteio de 10 (Dez) prêmios, a saber: 01 (um) Carro Popular 0 km, 01 (um) moto 125 CC 0 Km, 03 (três) Notebook e 05 (cinco) Aparelhos Televisores de 40" LED a Cores, entre os contribuintes que preencherem os requisitos previstos neste regulamento.

#### **II - DA DIVULGAÇÃO DA PROMOÇÃO**

A divulgação da promoção será efetuada através de publicidade em jornal, rádio, televisão, outdoors, etc.

#### **III - DOS PARTICIPANTES DA PROMOÇÃO**

Concorrerão ao sorteio, os proprietários de imóveis devidamente inscritos no Cadastro Imobiliário do Município, que efetuem o pagamento em Cota Única 01 até a data de seu vencimento - 10/03/2014, e não possuírem débitos vencidos do respectivo imóvel. Os contribuintes que tiverem débitos de exercícios anteriores

devidamente parcelados, cujo pagamento esteja em dia em 10 de março de 2014, estarão aptos a participar do respectivo sorteio. O sorteio será efetuado através do número do imóvel devidamente cadastrado, correlacionado com o número da Inscrição Imobiliária e será considerado contemplado o portador do carnê cujo número de inscrição coincidir com o número do cartão sorteado.

#### IV - DOS IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA PROMOÇÃO

Estão impedidos de participar do sorteio, além do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Procurador Geral, dos Diretores Executivos de Autarquias, dos Superintendentes de Fundações e de Cultura e Esportes, os contribuintes:

a) que estiverem em débito com o IPTU, observado o disposto no item III deste Regulamento;

b) remidos ou isentos do pagamento de IPTU, de acordo com o Código Tributário Municipal;

c) que estiverem discutindo o valor do lançamento do tributo ou seus acessórios, administrativa ou judicialmente, em qualquer fase do processo.;

#### V - DO DIA, HORA E LOCAL DO SORTEIO

O sorteio será realizado no dia 24 de abril de 2014, em hora e local a ser definido por ato próprio.

#### VI - DA FORMA DO SORTEIO

A Secretaria de Receita expedirá relatório contendo os nomes dos contribuintes habilitados a participar da promoção, indicando o número do imóvel correlacionado com o número da inscrição cadastral do respectivo imóvel. O relatório será afixado no mural existente no hall de entrada do Centro Administrativo, à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, anualmente partir do dia 18 de abril de 2014. Concomitantemente a expedição do relatório, será emitido 1 (um) cartão para cada imóvel contendo o número da inscrição imobiliária do contribuinte, que serão colocados em uma urna transparente, para sorteio. O sorteio será supervisionado pela Comissão a que se refere o artigo 3º deste Decreto, para verificação da autenticidade dos documentos e regularidade de todos os procedimentos adotados. O mesmo imóvel não poderá participar dos sorteios seguintes ao que foi contemplado.

#### VII - DOS PRÊMIOS

Os prêmios a serem sorteados são os discriminados no Anexo II deste Decreto. Os prêmios serão sorteados em ordem decrescente. Em hipótese alguma o prêmio será convertido em dinheiro.

#### VIII - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Efetuada o sorteio, o número do imóvel contemplado será publicado em jornal de circulação local, dentro do prazo de 10 (dez) dias após sua realização.

#### IX - DO PRAZO PARA RECLAMAÇÃO E RETIRADA DO PRÊMIO

O prazo para reclamação e retirada dos prêmios sorteados é de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia útil após a data do sorteio. Os prêmios serão entregues às pessoas em cujos nomes os imóveis estejam cadastrados na Prefeitura. O contribuinte contemplado deverá reclamar o prêmio junto à Secretaria de Receita, munido do respectivo carnê de IPTU quitado, Carteira de Identidade e CPF, a partir do primeiro dia útil após o sorteio. No caso da reclamação ser efetuada por meio de representante legal,

além dos documentos supra mencionados, deverá apresentar documento que o habilite para a retirada do prêmio. Os prêmios não reclamados no prazo fixado neste Regulamento serão novamente sorteados, em data a ser fixada por decreto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias), depois de expirado o prazo para sua retirada, observadas as mesmas regras adotadas no sorteio anterior.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os ganhadores dos prêmios cedem gratuitamente seus direitos de imagem ao Município de Palhoça que, se reserva ao direito de utilizar o nome, a voz e a imagem dos contribuintes contemplados na divulgação do resultado da promoção.

#### ANEXO II

(Regulamento da distribuição gratuita de prêmios)

1º prêmio	01 Carro Popular 0 km
2º prêmio	01 Motocicleta 125 CC 0 Km
3º prêmio	01 NoteBook
4º prêmio	01 NoteBook
5º prêmio	01 NoteBook
6º prêmio	01 Aparelho Televisor de 40", LED, a Cores
7º prêmio	01 Aparelho Televisor de 40", LED, a Cores
8º prêmio	01 Aparelho Televisor de 40", LED, a Cores
9º prêmio	01 Aparelho Televisor de 40", LED, a Cores
10º prêmio	01 Aparelho Televisor de 40", LED, a Cores

#### DECRETO Nº 1.749, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 1.749, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

COMISSÃO. Fica instituída a Comissão Especial para Análise Técnica e Jurídica e Elaboração de Diagnóstico sobre a execução do Contrato 124/10 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Diante da tempestividade sobre a prorrogação do Contrato n. 124/10, que vencerá em 31 de dezembro de 2014 e pela urgência de se identificar técnica e juridicamente a plena execução contratual, durante todo esse período, fica instituída, com fulcro no artigo 6º, inciso XVI e artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, artigo 6º do Decreto Lei n. 2.271 de julho de 1997 e na Cláusula Oitava - Da Fiscalização do Contrato 124/10, a Comissão Especial para Análise Técnica e Jurídica e Elaboração de Diagnóstico do Contrato n. 124/2014, que tem objetivo o fornecimento de serviços de aerolevantamento, cartografia, levantamento cadastral, treinamento e implantação de sistema de informações geográficas (SIG), composta dos seguintes membros:

I - Marcelo Fett - Secretário Municipal de Planejamento e Infraestrutura;

II - Daniel Broering Harger - Secretário Municipal de Administração;

III - Nilson João Espíndola - Secretário Municipal de Receita;

IV - Cibeli Branger - Diretora Geral do Controle Interno;

V - Rogério Ribeiro Miranda - Diretor Geral do Gabinete do Prefeito;

VI - Felipe Neves Linhares - Procurador do Município

VII - Edson Furtado - Topógrafo

VIII - Gabriel Gondin - Topógrafo

IX - Anderson Medeiros - Diretor de Tecnologia da Informação

X - João Antônio Bernardes - Técnico de Informática

Parágrafo único. Fica designado como Presidente e Secretário dos trabalhos da Comissão Especial os membros previstos nos incisos I e IV deste artigo.

Art. 2º A Comissão terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias a partir da sua instalação para emitir todos os relatórios conclusivos quanto à execução global do contrato e emissão de parecer relativo à sua prorrogação.

Parágrafo único. Diante do embasamento técnico e jurídico dos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão Especial para Análise Técnica e Jurídica e Elaboração de Diagnóstico, estes serão utilizados para as tomadas de decisões relativas ao Contrato supracitado.

Art. 3º O Procurador-Geral do Município ficará à disposição da Comissão Especial para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas de legislações pertinentes ou relacionadas ao objeto da Comissão Especial.

Art. 4º Comissão Especial para Análise Técnica e Jurídica e Elaboração de Diagnóstico, incluindo as prerrogativas necessárias para tal procedimento, podendo requisitar informações e/ou documentos, bem como realizar demais atividades necessárias.

Art. 5º A Comissão Especial para Análise Técnica e Jurídica e Elaboração de Diagnóstico será instalada e terá como data da sua primeira reunião o dia 28 de novembro de 2014, às 10 horas, no Gabinete do Prefeito.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 26 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROJETO DE LEI Nº. 350/2014

PROJETO DE LEI Nº. 350/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Robson Fraga

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Robson Fraga, via pública localizada no Bairro São Sebastião, com extensão total de aproximadamente 30,00 metros, e 3,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

### PROJETO DE LEI Nº 442/2014

PROJETO DE LEI Nº 442/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Flor de Lotus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Flor de Lotus, via pública municipal localizada no Lot. Nova Palhoça, bairro Barra do Aririú, com extensão total de aproximadamente 197,00 metros e 8,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2014**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2014.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Cria Cargo, Vagas, Atribuições e Remuneração de Fiscal de Defesa do Consumidor, alterando a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Defesa do Consumidor, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado a Superintendência Municipal do PROCON.

Art. 2º Ficam criadas 02 (duas) vagas para o Cargo de Fiscal de Defesa do Consumidor, no Anexo I da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANSFDC	FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	02

(NR)

Art. 3º O artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 13 (treze) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”(NR)

Art. 4º Acrescenta o inciso XIV ao artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 281 - (...)

XIV - Categoria Funcional ANSFDC- Atividades de Nível Superior de Fiscal de Defesa do Consumidor”(NR)

Art. 5º Fica acrescida a Categoria Funcional de Atividade de Nível Superior de Fiscal de Defesa do Consumidor - ANSFDC ao inciso I do artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 6º Fica criado o inciso XIV, que trata da Categoria ANSFDC, no Anexo I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, Descrição de Cargos, com a seguinte redação:

“XIV - ANSFDC - Atividade de Nível Superior de Fiscal de Defesa do Consumidor, com carga horária de 30 horas;

Fiscal de Defesa do Consumidor - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, na proteção de direitos dos consumidores, fiscalizando relações de consumos e fornecedores de produtos e/ou serviços, registrar e apontar a Superintendência do PROCON as irregularidades havidas nas fiscalizações e apresentar relatórios de medidas tomadas ou a serem executadas, coletar amostras de produtos e encaminhar para análise da Superintendência do PROCON, executar apreensão de produtos, nos termos de determinações dos órgãos competentes, lavrando o respectivo termo de apreensão, acompanhar as análises de combustíveis e/ou sua contraprova, bem como dos demais produtos coletados, e executar demais atribuições relacionadas à fiscalização e defesa do Consumidor e atividade ligadas a Superintendência do PROCON.”

Art. 7º Fica acrescida ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei Complementar, a Tabela de Vencimentos da Categoria Funcional ANSFDC, com a seguinte redação:

**ANEXO III****TABELA DE VENCIMENTOS**

(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANSFDC	NIVEL I	2.622,11	2.936,76	3.289,18	3.683,88	4.125,94	4.621,06	5.175,58	5.796,66	6.492,26
	NIVEL II	2.674,55	2.995,50	3.354,95	3.757,56	4.208,47	4.713,48	5.279,10	5.912,58	6.622,10
	NIVEL III	2.728,04	3.055,41	3.422,05	3.832,70	4.292,63	4.807,74	5.384,68	6.030,83	6.754,53
	NIVEL IV	2.782,60	3.116,51	3.490,50	3.909,36	4.378,48	4.903,90	5.492,36	6.151,44	6.889,63
	NIVEL V	2.838,26	3.178,85	3.560,32	3.987,55	4.466,04	5.001,98	5.602,22	6.274,49	7.027,41
	NIVEL VI	2.895,02	3.242,42	3.631,52	4.067,29	4.555,37	5.102,02	5.714,26	6.399,96	7.167,97

ANSFDC - Atividade de Nível Superior de Fiscal de Defesa do Consumidor.

Art. 8º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2014**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2014.

DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O valor do auxílio alimentação será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia útil trabalhado.

Parágrafo único. O valor de que trata este artigo corresponde à carga horária semanal prevista em lei.

Art. 2º O auxílio alimentação é concedido aos servidores ativos da Câmara Municipal de Palhoça, por dia trabalhado, em moeda corrente e tem caráter indenizatório.

Art. 3º O auxílio alimentação não é incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão, nem é configurado como rendimento e não sofre incidência de contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

Art. 4º O auxílio alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante.

Art. 5º Considera-se para desconto do auxílio alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamentos regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou outros eventos similares.

Art. 6º - O auxílio alimentação não será pago nos seguintes afastamentos:

I) Licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;

II) Licença para tratar de interesses particulares;

III) Licença para prestar serviços militares

IV) Por estar à disposição de órgão ou entidades não integrantes da Câmara Municipal de Palhoça;

V) Passagem para inatividade.

Art. 7º Fica concedida aos servidores ativos da Câmara Municipal de palhoça, no mês de dezembro de 2014, excepcionalmente, parcela indenizatória adicional do auxílio alimentação, no valor equivalente de até três vezes a parcela mensal correspondente.

Art. 8º O auxílio alimentação é custeado com recursos da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Art. 9º Fica convalidada a Resolução nº 016/2013 do Poder Legislativo, que dispõe sobre vale-alimentação, durante o período em que esteve em vigência.

Art. 10 Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.



# Palmitos

## PREFEITURA

### Lei Complementar 064/2014

LEI COMPLEMEN- TAR Nº. 064/2014. De 27 de novembro de 2014.	ALTERA O PARAGRAFO ÚNICO E ACRESCENTA PARAGRAFO SEGUNDO AO ART. 157 DA LEI 2.200/94, DE QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º A lei municipal nº 2.200/94, de 28 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Palmitos, passa assim vigorar.

“Art. 157 .....

I - .....

II - .....

Parágrafo primeiro - as duas vias a que se refere este artigo são independente uma da outra, podendo o fisco providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

Parágrafo segundo - após consumada a inscrição em dívida ativa do débito, o contribuinte terá ainda sessenta dias para regularizar sua obrigação tributária perante o fisco municipal. Decorrido este prazo, é facultado ao município o envio dos dados do contribuinte inadimplente para inscrição junto ao SERASA - Centralização dos Serviços dos Bancos S.A”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Lei Complementar 061/2014.

Município de Palmitos/SC, em 27 de novembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### Lei Municipal 3.822/2014

LEI Nº. 3.822/2014. De 27 de novembro de 2014.	ALTERA A LEI Nº 3.233/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.233/2008 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica alterada a designação do Conselho Municipal do Idoso que passará a denominar-se de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDI - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Palmitos, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.”

Art. 2º Os incisos I e II, do parágrafo único, do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.233/2008 são alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - (...)

Parágrafo Único - (...)

I - Representantes Governamentais:

2 (dois) representantes e 2 (dois) suplentes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

1 (um) representante e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

1 (um) representante e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

1 (um) representante e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Educação.

II - Representantes da sociedade civil:

3 (três) representantes e 3 (três) suplentes de Grupos de Idosos do município;

1 (um) representante e 1 (um) suplente de entidade de atendimento a pessoa idosa;

1 (um) representante e 1 (um) suplente de clubes de serviço.”

LEI Nº. 3.822/2014.

De 27 de novembro de 2014.

Art. 3º O artigo 8º da Lei nº 3.233/2008 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II - Estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

III - Propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV - Incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V - Estimular a elaboração de projetos que tenham como objetivo a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

VI - Participar da elaboração do orçamento do município, no que se refere à política de atendimento ao idoso;

VII - Elaborar e supervisionar a implementação da política do idoso para o município;  
 VIII - Examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos;  
 IX - Fiscalizar o cumprimento do Estatuto do Idoso;  
 X - Analisar a prestação de contas anual sobre o Fundo Municipal do Idoso, a ser enviada pela Secretaria ou órgão municipal gestor;  
 XI - Elaborar seu regimento interno."

Art. 4º - O artigo 10 da Lei nº 3.233/2008 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - O Conselho Municipal do Idoso realizará a Conferência Municipal do Idoso respeitando a convocação do Conselho Nacional do Idoso.

§ 1º - Os recursos humanos e financeiros necessários para a realização da conferência serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

§ 2º - Os delegados eleitos na Conferência Municipal do Idoso participarão da Conferência Estadual do Idoso, ficando o executivo municipal autorizado a efetuar o pagamento das despesas referente à participação, no que tange a deslocamento, alimentação e hospedagem.

§ 3º - Fica autorizado o executivo municipal a efetuar pagamento de despesas relativas a participação dos conselheiros municipais governamentais e não governamentais em seminários, eventos, cursos e capacitações regionais, estaduais ou nacionais.

§ 4º - Conselho Municipal do Idoso terá o prazo de 90 (noventa) dias a contar da aprovação desta lei para elaborar e aprovar seu regimento interno."

LEI Nº. 3.822/2014.

De 27 de novembro de 2014.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 27 de novembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Lei Municipal 3.823/2014

<p>LEI Nº. 3.823/2014. De 27 de novembro de 2014</p>	<p>INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura, na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Cultura é estruturado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - fortalecer a institucionalização das políticas culturais;  
 II - intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural;  
 III - consolidar a execução de políticas públicas para a cultura;  
 IV - reconhecer e valorizar a diversidade;  
 V - proteger e promover as artes e expressões culturais;  
 VI - universalizar o acesso à arte e à cultura;  
 VII - qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público;  
 VIII - permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;  
 IX - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico;  
 X - promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura;  
 XI - induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;  
 XII - estimular a organização de instâncias consultivas;  
 XIII - construir mecanismos de participação da sociedade civil;  
 XIV - ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.

Art. 3º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, através do Setor de Cultura, com o auxílio e a orientação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, o acompanhamento e o monitoramento da execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 27 de novembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## ANEXO DA LEI Nº. 3.823/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014 PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE PALMITOS

O Plano Municipal de Cultura é um importante instrumento para o desenvolvimento da Cultura de Palmitos.

Ele servirá de norte para elaboração e cumprimento de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil.

### DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

#### CAPÍTULO I - DO MUNICÍPIO

#### FORTALECER A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

#### INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADOS AO CAMPO CULTURAL

#### CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

Compete ao Município:

- FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos;
- QUALIFICAR A GESTÃO CULTURAL, otimizando a alocação dos



recursos públicos e buscando a complementaridade com o investimento privado, garantindo a eficácia e a eficiência, bem como o atendimento dos direitos e a cobrança dos deveres, aumentando a racionalização dos processos e dos sistemas de governabilidade, permitindo maior profissionalização e melhorando o atendimento das demandas sociais;

- FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos de crédito e financiamento dos fundos privados, patrocínios e disponibilização de meios e recursos;
- PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos;
- AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO, compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo um verdadeiro instrumento para a efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes;
- PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIALEIMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições, que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado;
- AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS, criando espaços, dispositivos e condições para iniciativas compartilhadas, o intercâmbio e a cooperação, aprofundando o processo de integração nacional, absorvendo os recursos tecnológicos, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneo estabelecendo parâmetros para a globalização da cultura;
- DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais, buscando efetivação e difusão em todo o território brasileiro e no mundo;
- ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens.

São fundamentais para o exercício da função do Município:

- o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação entre os entes federativos;
- a instituição e atualização de marcos legais;
- a criação de instâncias de participação da sociedade civil;
- a cooperação com os agentes privados e as instituições culturais;
- a relação com instituições universitárias e de pesquisa;
- a disponibilização de informações e dados qualificados;
- a regionalização das políticas culturais;
- a atualização dos mecanismos de fomento, incentivo e financiamento à atividade cultural;

#### 1.1 ESTRATÉGIAS E AÇÕES - INSTITUIÇÕES E MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO:

1.1.1 - Atender as especificações do Sistema Nacional de Cultura (SNC), apoiando sua implantação como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura, com participação e controle da sociedade civil, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), bem como regulamentar a criação do Sistema Municipal de Cultura, do qual deverá fazer parte: a o Conselho Municipal de

Cultura; o Plano Municipal de Cultura; a Conferência Municipal de Cultura; o Fundo Municipal de Cultura; e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

1.1.2 - Implantar e consolidar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, relacionados à produção e à fruição de obras artísticas e expressões culturais do município;

1.1.3 - Fomentar parcerias entre os setores público e privado e a sociedade civil para produzir diagnósticos, estatísticas, indicadores e metodologias de avaliação para acompanhar as mudanças na cultura do município;

1.1.4 - Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais, com o objetivo de aprimorar e integrar os modelos específicos de gestão do setor no município;

1.1.5 - Estruturar um sistema de acompanhamento, controle social e avaliação do Plano Municipal de Cultura que contemple as demandas das linguagens artísticas e das múltiplas expressões e identidades culturais;

1.1.6 - Estabelecer uma agenda compartilhada de políticas, programas, projetos e ações entre os órgãos de educação em todos os níveis de governo, com o objetivo de desenvolvimento de diagnósticos e planos conjuntos de trabalho e articulação das redes de ensino e acesso à cultura;

1.1.7 - Propor um sistema articulado de ações entre as diversas instâncias de governos que mantêm interface com os meios de comunicação públicos, de modo a garantir a transversalidade, equidade e intersectorialidade de efeitos dos recursos aplicados no fomento à difusão cultural;

1.1.8 - Criar e garantir o funcionamento de departamentos multimídia em todos os órgãos e equipamentos culturais, para o fomento e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando a produção, o consumo e a recepção das obras;

1.1.9 - Modernizar a infra-estrutura de arquivos, bibliotecas e outros centros de informação, efetivando a constituição de uma rede municipal de equipamentos públicos de acesso ao conhecimento;

1.1.10 - Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos de música, bibliotecas e centros culturais;

1.1.11 - Estabelecer um sistema municipal dedicado ao restauro e à aquisição, formação, preservação e difusão de acervos de interesse público no campo das artes visuais, audiovisual, livros, arquitetura, desenho, música e demais mídias;

1.1.12 - Apoiar e estimular a criação de museus, e a formação de sistemas de redes que integrem as instâncias governamentais e não-governamentais;

1.1.13 - Estimular e apoiar a criação de centros de referência comunitários voltados às culturas populares no município, com a função de registro da memória, desenvolvimento de pesquisas e valorização das tradições locais;

1.1.14 - Estabelecer a participação contínua dos órgãos culturais nas instâncias intersectoriais do município;

1.1.15 - Ampliar e aprimorar o funcionamento das redes de intercâmbio dos agentes, artistas, produtores e pesquisadores dos diferentes setores artísticos e culturais no âmbito municipal, regional e fronteiriço;

1.1.16 - Apoiar seminários nacionais e encontros regionais e estaduais para a análise, articulação e aprimoramentos dos projetos educacionais de valorização da Cultura;

1.1.17 - Fortalecer a participação municipal nas redes, fóruns e organismos nacionais ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às suas discussões;

1.1.18 - Incentivar as parcerias sobre temas e experiências culturais com outros estados e regiões do Brasil e outros países;

1.1.19 - Criar o Fórum Municipal de Cultura, para integrar todas as manifestações artísticas do município, sendo órgão de representação das políticas públicas de cultura;

#### 1.2 - FINANCIAMENTO:

1.2.1 - Ampliar os recursos para a cultura e otimizar o seu uso,

visando ao benefício de toda a sociedade e ao equilíbrio entre as diversas fontes: orçamento público, com a fixação em lei de um percentual mínimo dos recursos para a área; fundos públicos; renúncia fiscal; e capital privado;

1.2.2 - Estabelecer critérios de prioridade para o financiamento público de atividades que gerem fortalecimento da diversidade municipal, bem-estar social e integração de esforços pelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo;

1.2.3 - Desconcentrar os investimentos públicos em cultura considerando desigualdades sociais, disparidades do município e perfis populacionais em termos de apoio, investimento e interesse comercial;

1.2.4 - Estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais e comissões de seleção pública na escolha de projetos para destinação de recursos públicos provenientes do orçamento e da renúncia fiscal;

1.2.5 - Incentivar o uso de editais com ampla divulgação na mídia, pelas entidades financiadoras privadas, bem como por organizações não-governamentais e instituições públicas que ofereçam recursos para cultura;

1.2.6 - Integrar o funcionamento e articular os marcos regulatórios dos mecanismos de incentivo fiscal e de arrecadação e aplicação de fundos do município;

1.2.7 - Incentivar a formação de consórcios intermunicipais, de modo a evitar desperdícios e elevar a eficácia das ações de planejamento e execução de políticas regionalizadas de cultura;

1.2.8 - Abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações, entre outros, para o fomento de estudos intersetoriais e extensão cultural;

### 1.3 - LEGISLAÇÃO:

1.3.1 - Apoiar programas de cooperação técnica para atualização e alinhamento das legislações federais, estaduais e municipais;

1.3.2 - Apoiar a constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares reunidas em torno de temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o aprimoramento dos canais de participação e controle social;

1.3.3 - Criar marcos legais de proteção aos conhecimentos e às expressões culturais tradicionais e aos direitos coletivos das populações detentoras desses conhecimentos e autoras dessas manifestações;

1.3.4 - Criar no âmbito do município representações institucionais que fiscalizem os direitos autorais, adequando os processos regulatórios às necessidades dos artistas com as novas tecnologias;

1.3.5 - Apoiar a revisão da legislação brasileira sobre direitos autorais, se necessário apresentando propostas, com vistas a equilibrar os interesses dos criadores, investidores e usuários, estabelecendo relações contratuais mais justas e critérios mais transparentes de arrecadação e distribuição;

1.3.6 - Envolver os órgãos de gestão da política de cultura no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios impressos, eletrônicos e de internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais;

1.3.7 - Integrar, em ações de âmbito regional, Planos de Salvaguarda de Bens Culturais Imateriais e Planos Estratégicos de Desenvolvimento Turístico, entre outros instrumentos de preservação cultural existentes;

1.3.8 - Acompanhar, fiscalizar e propor a definição dos marcos legais e organizacionais que ordenarão o desenvolvimento tecnológico, a sustentabilidade e a democratização da mídia audiovisual;

1.3.9 - Legislar sobre a preservação e proteção do patrimônio material e imaterial de Palmitos, procedendo ao tombamento dos mesmos, bem como regulamentar a política de preservação das respectivas áreas de entorno dos bens tombados.

## CAPÍTULO II - DO INCENTIVO, DA PROTEÇÃO E DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA PALMITENSE

## RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE PROTEGER E PROMOVER AS ARTES E EXPRESSÕES CULTURAIS

A cultura deve ser pensada constantemente como fator preponderante para o desenvolvimento, buscando sempre a valorização de identidades: do coletivo e do individual.

A diversidade cultural se atualiza - de maneira criativa e ininterrupta - por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. Assim, as políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para mapear, reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade cultural.

### 2.1 - ESTRATÉGIAS E AÇÕES - INCENTIVAR, PROTEGER E VALORIZAR A DIVERSIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL:

2.1.1 - Incentivar, ampliar e divulgar a aproximação entre as ações de promoção do patrimônio dos órgãos municipais, estaduais e federais de cultura e das iniciativas similares realizadas em escolas, museus, universidades, publicações e meios de comunicação e outras instituições de estudos e de fomento;

2.1.2 - Viabilizar a criação de um órgão municipal de fiscalização e promoção do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Paisagístico;

2.1.3 - Capacitar gestores para lidar com as especificidades das políticas de preservação e acesso ao patrimônio material e imaterial;

2.1.4 - Mapear, reconhecer e registrar as expressões da diversidade de Palmitente, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, como as línguas, as paisagens e manifestações populares presentes no município;

2.1.5 - Viabilizar, através do Setor de Cultura, o estímulo e o fomento à pesquisa, o registro e a preservação das práticas socio-culturais, valorizando a diversidade e a inclusão social em espaços como as universidades públicas, os museus e outras instituições vinculadas à memória;

2.1.6 - Fomentar o mapeamento, o registro, a catalogação e a criação de Centros Culturais que trabalhem no campo da memória, com a finalidade de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais;

2.1.7 - Promover a criação de rede eletrônica de arquivos públicos e privados de interesse social, que contribuam para a construção da memória e da identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade corumbaense;

2.1.8 - Incluir a culinária, a gastronomia, os utensílios e as cozinhas como patrimônio material e imaterial e promover o registro de suas práticas, reconhecendo as diferentes gastronomias como patrimônio a ser preservado e difundido;

2.1.9 - Promover a formação e qualificação de pessoal nas áreas de gestão, conservação preventiva e requalificação do patrimônio edificado e urbanístico;

2.1.10 - Criar uma política de reprodução de saberes populares, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino, a identificação dos chamados "Mestres dos Saberes" ou "Tesouros Humanos"; e sua integração a oficinas-escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes;

2.1.11 - Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como mediadores de leitura e reflexão cultural em escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços comunitários;

2.1.12 - Inventariar acervos disponíveis, bem como adquirir novos acervos visando à criação e/ou reestruturação de bibliotecas em Palmitos;

2.1.13 - Mapear e incentivar o estudo e a preservação das culturas de imigrantes, que contribuíram para a formação da cultura local;

2.1.14 - Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade Palmitense.

2.1.15 - Promover e incentivar o estudo e o registro das línguas

faladas em Palmitos, em parceria com universidades e centros de pesquisa, bem como realizar programas de valorização e estímulo ao uso das mesmas;

2.1.16 - Mapear línguas e dialetos regionais e de grupos étnicos e socioeconômicos diferenciados, visando à valorização, preservação e a difusão, valorizando as diversas formas e sistemas de comunicação linguística;

2.1.17 - Incentivar a criação de cooperativas para a produção e comercialização de artesanato em suas diferentes formas;

2.1.18 - Estabelecer instrumentos normativos relacionados ao respeito, conservação, preservação e manutenção do patrimônio artístico e cultural regional, incentivando o uso sustentável do mesmo e promovendo a apropriação social do patrimônio sob a guarda dos museus, compreendendo-os como arquivos de valor;

2.1.19 - Atualizar e aprimorar a preservação e a pesquisa dos acervos de fotografia, criando um banco de imagens regionais, agregando-o a relatórios históricos e sociais sobre usos e costumes da época a que a fotografia fizer referência;

2.1.20 - Estimular a participação dos idosos no debate em torno dos processos de tombamento do patrimônio material e registro do patrimônio imaterial, fomentando a preservação e a difusão da memória sobre os saberes advindos da experiência dos cidadãos (a exemplo: registrar histórias individuais sobre a cidade e sua formação).

### CAPÍTULO III - DO ACESSO

#### UNIVERSALIZAR O ACESSO À ARTE E À CULTURA

#### QUALIFICAR AMBIENTES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO E FRUIÇÃO DO PÚBLICO

#### PERMITIR AOS CRIADORES O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E MEIOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

O art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil diz que é garantido a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Portanto, o acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento são condições fundamentais para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais.

É necessário fazer com que todos tenham contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais do passado e do presente, diversificando as fontes de informação. Isso requer a qualificação dos ambientes e equipamentos culturais em patamares contemporâneos, aumento e diversificação da oferta de programações e exposições, atualização das fontes e canais de conexão com os produtos culturais e a ampliação das opções de consumo cultural doméstico.

O Poder Público e a Sociedade devem pactuar esforços para garantir as condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais, fazendo com que sejam disponibilizados para quem os demanda e necessita.

#### 3.1 - ESTRATÉGIAS E AÇÕES - FLUXO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO DO PÚBLICO:

3.1.1 - Fomentar grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais especialmente em locais habitados por grupos formadores da cultura local;

3.1.2 - Criar meios de desenvolvimento de produções artísticas por meio de concessão de bolsas, elaboração de programas, realização de festivais, simpósios e eventos de natureza similar, em âmbito cultural e/ou acadêmico;

3.1.3 - Promover constantemente programas de capacitação para toda a classe cultural, artistas, produtores culturais, captadores de recurso, gestores de atividades culturais e prestadores de serviços temporários;

3.1.4 - Promover parcerias com as empresas, comerciantes locais e outros órgãos públicos, utilizando-se da redução de impostos, criação de selo de apoio cultural, exposição do nome/marca do parceiro, entre outros meios viáveis e formas de parceria, com o

objetivo de fomentar a fruição dos produtos culturais e formação de público;

3.1.5 - Garantir as condições materiais e socioambientais, além das bases institucionais e técnicas, necessárias à produção e transmissão de bens culturais de natureza imaterial;

3.1.6 - Criar e atualizar mensalmente uma agenda cultural local, agregando atividades de pequeno, médio e grande porte, produzidas tanto pelo meio público quanto privado, ampliando a divulgação das produções culturais, se possível evitando conflitos de datas com outros eventos pré-programados, de mesma natureza, até mesmo em nível estadual.

#### 3.2 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO:

3.2.1 - Criação de centros de produção cultural, sob a gestão municipal e/ou comunitária, incentivando os jovens e as crianças ao conhecimento e a fruição das artes e das expressões culturais como meio de formação da cidadania;

3.2.2 - Estimular o uso das unidades educacionais, públicas e privadas, como espaço para capacitação das várias vertentes artísticas e expressões culturais, bem como promover a difusão por meio de festivais, mostras e outros meios cabíveis.

#### 3.3 - ESTÍMULO À DIFUSÃO POR MEIO DA MÍDIA:

3.3.1 - Estimular os meios de comunicação já constituídos na região (televisão, radiodifusão, revistas, jornais impressos) a propagar, por meio de comerciais, divulgação da agenda cultural, eventos e produtos jornalísticos - matérias, artigos, notas, etc. - a produção cultural e artística local.

### CAPÍTULO IV - DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

#### PROMOVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA

#### INDUZIR ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS CULTURAIS

A cultura faz parte da dinâmica de inovação social, econômica e tecnológica. Da complexidade do campo cultural derivam distintos modelos de produção e circulação de bens, serviços e conteúdos, que devem ser identificados e estimulados, com vistas na geração de riqueza, trabalho, renda e oportunidades de empreendimento, desenvolvimento local e responsabilidade social.

Nessa perspectiva, a cultura é vetor essencial para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A diversidade cultural produz distintos modelos de geração de riqueza que devem ser reconhecidos e valorizados. O Plano estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento. Suas proposições contemplam a formação profissional; a regulamentação do mercado de trabalho para as categorias envolvidas com a produção cultural; e o estímulo aos investimentos e ao empreendedorismo nas atividades econômicas de base cultural, entre elas o turismo, as comunicações, a indústria gráfica, a fonográfica, a arquitetura, a moda, dentre outras. Por outro lado, avaliza a inserção de produtos, práticas e bens artísticos e culturais nas dinâmicas econômicas contemporâneas, com vistas à geração de trabalho, renda e oportunidades de inclusão social.

#### 4.1 - ESTRATÉGIAS E AÇÕES - CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR DA CULTURA:

4.1.1 - Desenvolver e gerir junto aos órgãos públicos de educação, programas integrados de capacitação para a área da cultura, estimulando a profissionalização e o fortalecimento da economia em todos os segmentos artísticos e culturais;

4.1.2 - Incentivar a criação de cursos livres, técnicos e superiores



de formação, pesquisa e atualização profissional, estimulando nesse processo a reflexão sobre as linguagens artísticas e expressões culturais;

4.1.3 - Atuar em parceria com as instituições de ensino, sobretudo as universidades e escolas técnicas públicas, para o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação de gestores de instituições e equipamentos culturais, englobando, além das técnicas de expressão, a gestão empresarial e o uso das tecnologias de informação e comunicação;

4.1.4 - Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços, destinados a todos os grupos sociais e às várias faixas etárias, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais;

4.1.5 - Fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção de matérias primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais, fortalecendo suas economias;

4.1.6 - Realizar programas de capacitação técnica de agentes locais para a implementação de planos regionais de preservação do patrimônio cultural, captação de recursos e planejamento urbano;

4.1.7 - Implementar iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais de registro, produção e difusão cultural, ampliando as ações de apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação, como o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura;

4.1.8 - Estimular a organização de cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão em universidades federais nas áreas da arte cênica, plástica e música, dedicados à formação de críticos especializados nas mais diversas linguagens artísticas e expressões culturais;

4.1.9 - Criar programas de qualificação dos cursos de formação e capacitação dos profissionais do turismo e da educação, no que diz respeito ao patrimônio e à diversidade cultural e ambiental.

#### 4.2 - ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA:

4.2.1 - Realizar programas para o estabelecimento de modelos de desenvolvimento sustentável, que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade cultural e ambiental, por meio da exploração comercial de produtos, atividades e bens culturais;

4.2.2 - Instituir programas de fomento e incentivo para regular e democratizar os efeitos de geração de trabalho e renda nas economias ligadas às artes e às manifestações culturais;

4.2.3 - Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo de produtores e artistas que não queiram submeter-se à intermediação da venda de seus trabalhos, fortalecendo a economia solidária, incentivando os pequenos e médios empreendedores culturais e estimulando a organização dos trabalhadores da cultura em associações, cooperativas, entre outros;

#### 4.3 - TURISMO CULTURAL:

4.3.1 - Incentivar modelos de desenvolvimento turístico que respeitem as necessidades e interesses dos visitantes e populações locais, garantindo a preservação do patrimônio histórico e ambiental, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura;

4.3.2 - Realizar campanhas e programas integrados com foco na informação e educação do turista para difundir o respeito e o zelo pelo patrimônio material e imaterial dos destinos visitados;

4.3.3 - Instituir e difundir programas integrados que preparem as localidades para a atividade turística local por meio do desenvolvimento da consciência patrimonial e ambiental, formação de guias e de gestores;

4.3.4 - Criar políticas fiscais capazes de arrecadar recursos do turismo cultural em benefício dos bens e manifestações de arte e cultura local;

4.3.5 - Apoiar e zelar pelo turismo baseado nas festas, tradições e

crenças do povo palmitense e da região;

4.3.8 - Estabelecer políticas de acolhimento ao intercâmbio de manifestações culturais.

#### 4.4 - REGULAÇÃO ECONÔMICA:

4.4.1 - Promover a defesa de direitos associados ao patrimônio cultural, em especial os direitos de imagem e de propriedade intelectual coletiva, de populações detentoras de saberes tradicionais;

4.4.2 - Instituir um catálogo regional de registro gratuito e específico a cada área artística colocando à disposição, em banco de dados oficial, imagens de obras de arte, música, livros e textos sob o domínio público, que possam servir à difusão das artes.

#### CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DE INSTÂNCIAS CONSULTIVAS  
CONSTRUIR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

#### AMPLIAR O DIÁLOGO COM OS AGENTES CULTURAIS E CRIADORES

Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais devem assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do Plano Municipal de Cultura de Palmitos.

Retorna-se, assim, a idéia da cultura como um direito dos cidadãos e um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais. Nessa perspectiva, diferentes modalidades de consulta, participação e diálogo são necessárias e fundamentais para a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Reafirma-se, com isso, a importância de sistemas de compartilhamento social de responsabilidades, de transparência nas deliberações e de aprimoramento das representações sociais buscando o envolvimento direto da sociedade civil e do meio artístico e cultural.

Este processo vai se completando na estruturação de redes, na organização social dos agentes culturais, na ampliação de mecanismos de acesso e no acompanhamento público dos processos de realização das políticas culturais.

Esta forma colaborativa de gestão e avaliação também deve ser subsidiada pela publicação de indicadores e informações do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, proposto nesse Plano, que está instituído com o Sistema Municipal de Cultura.

#### 5.1 - ESTRATÉGIAS E AÇÕES - CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS:

5.1.1 - Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais;

5.1.2 - Potencializar, em parceria com sociedade civil, os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, cineclubes, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão desses equipamentos;

5.1.3 - Instituir o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura regional;

5.1.4 - Ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais;

5.1.5 - Consolidar atividades que envolvam a formulação e o

debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias;

5.1.6 - Realizar a Conferência Municipal de Cultura, pelo menos, a cada dois anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais;

5.1.7 - Apoiar a realização de encontros que debatam e avaliem questões específicas relativas aos setores artísticos e culturais, estimulando a inserção de elementos críticos nas questões e o desenho de estratégias para a política cultural do Município;

5.1.8 - Promover a articulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais com outros da mesma natureza voltados às políticas públicas das áreas afins à cultural;

5.1.9 - Estimular a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais, bem como de especialistas, pesquisadores e técnicos nos encontros dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais;

5.1.10 - Promover espaços permanentes de diálogo e fóruns de debate sobre a cultura, abertos à população e aos segmentos culturais.

### Lei Municipal 3.824/2014

LEI Nº. 3.824/2014. De 27 de novembro de 2014.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º Fica autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a reforçar a dotação orçamentária constante no Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores

01 Legislativa

01031 Ação Legislativa

010310001 AÇÃO LEGISLATIVA

Atividade: 2.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Fonte de Recurso: 0100 - Recursos Próprios.

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, destinando à abertura do crédito suplementar, será reduzido do saldo de dotação orçamentária no orçamento vigente, segundo classificação abaixo discriminada:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores

01 Legislativa

01031 Ação Legislativa

010310001 AÇÃO LEGISLATIVA

Atividade: 1.016 - CONSTRUÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Fonte de Recurso: 0100 - Recursos Próprios

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 27 de novembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

# Papanduva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014. Objeto: Aquisição materiais diversos para o uso nas atividades desenvolvidas no CRAS e no SCFV. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 09 de dezembro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 09/12/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 26 de novembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 084/2014

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 106/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/09/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.481.156/0004-85, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o objetivo o registro de preços para a aquisição de reagentes químicos para o uso do SAMAE no tratamento de água conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 14.220,00 (quatorze mil, duzentos e vinte reais), referente ao item 03, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 106/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de

fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 106/2014 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste instrumento e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente ata de registro de preços.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

4.6 - Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - O objeto deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 106/2014 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos na Ata de Registro de Preços, a PROPONENTE VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a proponente vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a proponente vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Proponente nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 9.1.2 - quando a proponente der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos objetos;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de setembro de 2014.

Fábio José Padilha

Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski

Equipe de Apoio

Otávio Hunka

Equipe de Apoio

HIDROMAR Industria Química Ltda

Ilario Schulka

Diretor Presidente - SAMAE



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC125/2014

DECRETO Nº. 125, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA CLAUDIO JOSE DAITX, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Claudio Jose Daitx, do cargo de Chefe de Divisão de Saúde, DAS 5.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DEC126/2014

DECRETO Nº. 126, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA JEAN LUIZ WAGNER SILVA, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Jean Luiz Wagner Silva do cargo de Chefe de Divisão de Cadastro e Tributação, DAS 5.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DEC127/2014

DECRETO Nº. 127, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA JEAN LUIZ WAGNER SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Jean Luiz Wagner Silva para exercer o cargo de Assessor Financeiro, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária de Administração e Finanças.

### DEC128/2014

DECRETO Nº. 128, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA THAIS CRISTINA PEREIRA, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Thais Cristina Pereira, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Planejamento, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/11/2014.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 17 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de novembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças.

**DEC129/2014**

DECRETO Nº. 129, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, DOMINGOS EZEQUIEL PERES PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO, FG-3".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica designado, o servidor Domingos Ezequiel Peres, para ocupar a função de Chefe de Seção - FG - 3.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 51 de 21 de maio de 2014.

Passo de Torres, em 17 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17 de novembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

**DEC130/2014**

DECRETO Nº 130, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA O MEMBRO DE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 509 de 18 de Julho de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica nomeada Lucia Alves Hespanhol como Membro de Pregão Presencial, para proceder ao recebimento e ao julgamento dos processo apregoados no Município de Passo de Torres.

Ao pregoeiro compete:

- I - Deliberar sobre o processo de pregão;
- II- Receber todas as propostas dos participantes do pregão;
- III- Proceder o julgamento das propostas apregoadas.

Art. 2º - O presidente baixará todos os atos necessários ao bom funcionamento do pregão.

Art. 3º - O membro do Pregão Presencial não será remunerado.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de novembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 096/2014**

PORTARIA Nº 096, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.033 DE 27 DE MARÇO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Maria de Lourdes Apolinário Pereira que trata o artigo 1º da Portaria nº 033 de 27 de março de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de novembro de 2014.

Alessandra Paganini Alves Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 097/2014**

PORTARIA Nº 098, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.020 DE 05 DE MARÇO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Marione da Silva Rosa Cardoso que trata o artigo 1º da Portaria nº 020 de 05 de março de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de novembro de 2014.

Alessandra Paganini Alves Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 098/2014**

PORTARIA Nº 098, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORARIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº 513/2005.

Considerando que o Município de Passo de Torres pretende realizar trabalhos preventivos de proliferação do mosquito transmissor da Dengue;

Considerando que o Ministério da Saúde, mediante acordo, vem repassando recursos financeiros para ser destinado em atividades relacionadas no combate ao mosquito da Dengue,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear, Claudio Jose Daitx, para exercer a função de Agente Auxiliar do grupo II, Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, por prazo indeterminado em função ao combate ao mosquito da Dengue e, ou enquanto durar o Convenio, com direito ao salário e demais situações trabalhistas e previdenciárias definidas em Lei própria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres em, 13 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 13 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 099/2014**

PORTARIA Nº 099, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.049 DE 12 DE JUNHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suspensa a designação do Servidor Solon Cardoso Batista que trata o artigo 1º da Portaria nº 049 de 12 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de novembro de 2014.

Alissandra Paganini Alves Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 100/2014**

PORTARIA Nº. 100, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

" DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ESLANIA DE OLIVEIRA GOMES, PARA ATUAR JUNTO A CIDASC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal, Eslania de Oliveira Gomes, brasileira, nascida em 06 de fevereiro de 1963, portadora da Cédula de Identidade nº.1535.314, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 480.138.209-63, ocupante do cargo de Agente Administrativo para atuar cumulativamente junto a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC objetivando a emissão de guia de Trânsito Animal - GTA, e permissão de Trânsito Vegetal PTV, sem ônus para aquele órgão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario, em especial a Portaria nº 049 de 12 de junho de 2014.

Passo de Torres, em 13 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 13 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 101/2014**

PORTARIA 101, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Lisiane Scheffer da Silva onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Lisiane Scheffer da Silva até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

,retroagindo seus efeito à 22/11/2014

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 24 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de novembro de 2014.

### LEI Nº 964/2014

LEI Nº 964, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Passo de Torres para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), sendo R\$ 20.837.000,00 (vinte milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 5.163.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e três mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

#### DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 24.980.000,00 (vinte e quatro milhões e novecentos e oitenta mil reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.130.000,00 (um milhão, cento e trinta mil reais), em R\$ 20.450.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	24.043.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.380.100,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	64.800,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	4.100,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.711.000,00
9.1	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE P/ FUNDEB	(2.911.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	573.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	3.848.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.600.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	125.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.123.000,00
	TOTAL:	24.980.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	1.985.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	1.700.000,00
04 –	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.458.000,00
05 –	SECRETARIA DE ESPORTES	295.000,00
07 –	SECRETARIA DE TURISMO	252.000,00
08 –	SECRETARIA DE DESENV. HUMANO E SOCIAL	685.000,00
09 –	SECRETARIA DE AGRICULTURA	239.000,00
10 –	SECRETARIA DA PESCA	200.000,00
11 –	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO	221.000,00
12 –	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	6.060.000,00
13 –	ENCARGOS GERAIS	232.000,00
14-	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	58.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000,00
	SOMA:	20.450.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	3.400.000,00
Transferências Financeiras para a Câmara Municipal de Vereadores	1.130.000,00
SOMA:	4.530.000,00
TOTAL:	24.980.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	3.685.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00
08	Assistência Social	733.000,00
12	Educação	8.170.000,00
13	Cultura	288.000,00
15	Urbanismo	3.502.000,00
17	Saneamento	300.000,00
18	Gestão Ambiental	123.000,00
20	Agricultura	239.000,00
22	Indústria	298.000,00
26	Transporte	2.510.000,00
27	Desporto e Lazer	295.000,00
28	Encargos Especiais	232.000,00
99	Reserva de Contingência	65.000,00
	SOMA:	20.450.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.530.000,00
	TOTAL:	24.980.000,00



## III- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	13.482.500,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.877.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.535.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	6.967.500,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	6.882.500,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	85.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	65.000,00
	SOMA:	15.200.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDO M. SAÚDE	3.400.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ CÂMARA	1.130.000,00
	TOTAL:	24.980.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 4.420.000,00 (quatro milhões quatrocentos e vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	827.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	815.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	193.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	178.000,00
	SOMA:	1.020.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.400.000,00
	SOMA:	4.420.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	4.420.000,00
----	-------	--------------

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.027.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.260.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.767.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	393.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	393.000,00
	SOMA:	4.420.000,00

## DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2015, estima a as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.130.000,00 (um milhão, cento e trinta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.130.000,00 (um milhão, cento e trinta mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.130.000,00
----	-------------	--------------

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	950.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	650.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	180.000,00
	SOMA:	1.130.000,00

## DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 5º - As despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício de 2.015, estão destacadas em órgão próprio da Administração Municipal no Orçamento da Unidade Gestora Central.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas próprias Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

99	Reserva de Contingência	65.000,00
	Passivos Contingentes	65.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 11/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2015, através de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, verificados os dispositivos da legislação federal pertinente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos,

diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão levados ao conhecimento da Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 15 - Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17- Ficam ajustados os seguintes valores previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015:

I - A Ação 2.035 - Manutenção do FIA fica desmembrada com a inserção da Ação 2.004 - Manutenção do Conselho Tutelar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com a correspondente redução na ação 2.035.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Passo de Torres, 12 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 12 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**EXTRATO DE CONTRATO Nº004/2014 PMPT**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 004/2014/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN

Valor R\$ 23.460,00 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta reais)

Vigência: Início 28.05.2014 Término: 31.12.2014

Dotação: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.50.00.00.00.00.0100. - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (12) - Transferência R\$ 23.460,00

Objeto: Atendimento de crianças em regime de abrigo provisório.

Passo de Torres, 22 de Outubro de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

# Passos Maia

## PREFEITURA

### LEI Nº 742, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 742, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA REALIZAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS PARA A PROMOÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 23º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a realização e o pagamento de despesas para a execução das festividades alusivas ao 23º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Passos Maia.  
§ 1º - As festividades ocorrerão no período de 28 de novembro a 13 de dezembro de 2014.

§ 2º - Para a realização das festividades dispostas no caput, o Poder Executivo fica autorizado a realizar e pagar despesas até o limite de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar o repasse financeiro de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) à Câmara de Dirigentes Lojistas de Passos Maia - CDL, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.980.171/0001-27, a fim de apoiar financeiramente na realização da atração "Trenzinho do Papai Noel".

Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar o repasse financeiro de R\$3.000,00 (três mil reais) ao CTG Bebedouro das Tropas, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.828.051/0001-06, a fim de apoiar financeiramente na realização do XVIII Rodeio Crioulo Interestadual.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

### LEI Nº 743, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 743, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), os quais serão destinados a

suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04 - Administração

02.01.04.122 - Administração Geral

02.01.04.122.401 - Gestão Administrativa Superior

02.01.04.122.401.2018 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	001	R\$	30.000,00
--	-----	-----	-----------

#### 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	002	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

#### 03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01 - Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento

03.01.04 - Administração

03.01.04.122 - Administração Geral

03.01.04.122.402 - Administração Geral

03.01.04.122.402.2019 - Manutenção da Secretaria de Administração, Fazenda

Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	006	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

#### 04 - SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 - Secretaria da Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Urbano

04.01.26 - Transporte

04.01.26.782 - Transporte Rodoviário

04.01.26.782.2601 - Estradas Vicinais

04.01.26.782.2601.2021 - Manutenção de Secretaria da Infraestrutura

Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	024	R\$	125.000,00
--	-----	-----	------------

#### 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	025	R\$	58.000,00
--	-----	-----	-----------

#### 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

05.02 - Departamento de Esportes

05.02.27 - Desporto e Lazer

05.02.27.812 - Desporto Comunitário

05.02.27.812.2701 - Esporte é Vida

05.02.27.812.2701.2027 - Manutenção das Atividades do Departamento de Esportes

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais



3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	057	R\$	8.000,00
--	-----	-----	----------

## 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	058	R\$	15.000,00
--	-----	-----	-----------

## 06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08 - Assistência Social

06.01.08.244 - Assistência Comunitária

06.01.08.244.801 - Assistência Social Geral

06.01.08.244.801.2028 - Manutenção do Departamento de Assistência Social

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	062	R\$	115.000,00
--	-----	-----	------------

## 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	064	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

06.02 - Departamento Municipal da Cultura

06.02.13 - Cultura

06.02.13.392 - Difusão Cultura

06.02.13.392.1301 - Desenvolvimento Cultura

06.02.13.392.1301.2029 - Manutenção do Departamento de Cultura

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	067	R\$	55.000,00
--	-----	-----	-----------

## 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

07.01 - Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico

07.01.20 - Agricultura

07.01.20.606 - Extensão Rural

07.01.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural

07.01.20.606.2001.2030 - Manutenção da Sec. da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	074	R\$	15.000,00
TOTAL GERAL		R\$	456.000,00

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

## 04 - SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 - Secretaria da Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Urbano

04.01.15 - Urbanismo

04.01.15.451 - Infraestrutura Urbana

04.01.15.451.1501 - Urbanização de Vias

04.01.15.451.1501.1010 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	014	R\$	43.000,00
--	-----	-----	-----------

04.01.26 - Transporte

04.01.26.782 - Transporte Rodoviário

04.01.26.782.2601 - Estradas Vicinais

04.01.26.782.2601.1016 - Aquisição de Máquinas e veículos

Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	022	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

## 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.361 - Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.1007 - Ampliação da Rede Física Fundamental

Fonte de Recursos: 0101 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	033	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.365 - Educação Infantil

05.01.12.365.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.365.1201.1008 - Ampliação da Rede Física Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0101 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	047	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.361.1201.1009 - Aquisição de Veículos Educação

Fonte de Recursos: 0101 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	035	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.361.1201.2025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0101 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	037	R\$	140.000,00
--	-----	-----	------------

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	045	R\$	15.000,00
--	-----	-----	-----------

05.01.12.365 - Educação Infantil  
 05.01.12.365.1201 - Desenvolvimento Educacional  
 05.01.12.365.1201.2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
 Fonte de Recursos: 0101 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação  
 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0101 – Aplicações Diretas	054	R\$	15.000,00
--	-----	-----	-----------

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 07.01 - Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico  
 07.01.10 - Saúde  
 07.01.10.605 - Abastecimento  
 07.01.10.605.1003 - Água Potável  
 07.01.10.605.1003.1006 - Ampliação do Sistema de Água Potável  
 Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários  
 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	069	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

07.01.22 - Indústria  
 07.01.22.661 - Promoção Industrial  
 07.01.22.661.2201 - Desenvolvimento Industrial  
 07.01.22.661.2201.1015 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico  
 Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários  
 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	077	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	078	R\$	5.000,00
--	-----	-----	----------

07.01.26 - Transporte  
 07.01.26.782 - Transporte Rodoviário  
 07.01.26.782.2601 - Estradas Vicinais  
 07.01.26.782.2601.1017 - Obras de Infraestrutura Rural  
 Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários  
 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	080	R\$	15.000,00
--	-----	-----	-----------

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 11.01 - Encargos Gerais do Município  
 11.01.28 - Encargos Especiais  
 11.01.28.846 - Outros Encargos Especiais  
 11.01.28.846.2800 - Outros Encargos Especiais  
 11.01.28.846.2800.0000 - Amortização de Encargos da Dívida e Multas  
 Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários  
 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes  
 3.2.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	093	R\$	20.000,00
--	-----	-----	-----------

3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	094	R\$	10.000,00
--	-----	-----	-----------

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 13.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.01.10 - Saúde  
 13.01.10.301 - Atenção Básica  
 13.01.10.301.1001 - Saúde com Qualidade  
 13.01.10.301.1001.1005 - Aquisição de Veículos Saúde  
 Fonte de Recursos: 0102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0102 – Aplicações Diretas	001	R\$	40.000,00
--	-----	-----	-----------

01 - CÂMARA DE VEREADORES  
 01.01 - Câmara de Vereadores  
 01.01.01 - Legislativa  
 01.01.01.031 - Ação Legislativa  
 01.01.01.031.101 - Processo Legislativo  
 01.01.01.031.101.1001 - Construção da Sede Legislativa  
 Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários  
 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0100 – Aplicações Diretas	001	R\$	83.000,00
TOTLA		R\$	456.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de novembro de 2014.  
 IVANDRE BOCALON  
 PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER  
 Secretário da Administração,  
 Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 310/2014

DECRETO Nº 310, de 25 de novembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.788,90 (trinta mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

**05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE**

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.365 - Educação Infantil

05.01.12.365.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.365.1201.2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0162 - Outros Recursos Fundo Nacional - FNAS

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0162 – Aplicações Diretas	113	R\$	30.788,90
--	-----	-----	-----------

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 30.788,90 (trinta mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), proveniente do excesso de arrecadação da Fonte de recursos 0.1.62 - Outros Recursos Fundo Nacional - FNAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 25 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 311/2014**

DECRETO Nº 311, de 25 de novembro de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 64.098,58 (sessenta e quatro mil, noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

**05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE**

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.365 - Educação Infantil

05.01.12.365.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.365.1201.2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0119 - Transferências do FUNDEB 40%

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0119 – Aplicações Diretas	051	R\$	64.098,58
--	-----	-----	-----------

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata

o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de R\$ 64.098,58 (sessenta e quatro mil, noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), da seguinte dotação orçamentária:

**05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE**

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.365 - Educação Infantil

05.01.12.365.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.365.1201.2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0118 - Transferências do FUNDEB 60%

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0118 – Aplicações Diretas	050	R\$	64.098,58
--	-----	-----	-----------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 25 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 01/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	7.435,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.576,94
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-266,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	800,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	800,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	333,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-640,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.051,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	408,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	981,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	245,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.920,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	200,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	480,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	-327,07

**Total de recursos recebidos em 01/08/2014:****15.000,12****Recursos recebidos em: 06/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Farm. Básica	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	6.270,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PMAQ	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	26.400,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	13,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	2.717,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - rec., Unid. Odonto móvel	4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	4.680,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	11.268,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	3.153,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	7.568,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	1.132,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Vig. Sanitária	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	1.251,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	52,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	679,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	21,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PACS	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	16.224,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	19.226,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-2.522,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.077,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSF	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	17.825,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-905,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Epidem. e Contr. Doenças	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	2.550,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.616,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSP Odonto	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	5.575,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.892,07

**Total de recursos recebidos em 06/08/2014:****132.766,69****Recursos recebidos em: 07/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	308,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-410,64

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 07/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	77,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	513,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	128,71
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.231,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-102,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	844,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	307,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	562,87
<b>Total de recursos recebidos em 07/08/2014:</b>			<b>3.466,61</b>

**Recursos recebidos em: 08/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	96.312,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	120.390,03
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-1.731,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	84.273,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	604,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1.298,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	5.195,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-60.195,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	2.164,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	2.417,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-805,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	1.007,32
<b>Total de recursos recebidos em 08/08/2014:</b>			<b>250.930,30</b>

**Recursos recebidos em: 12/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-13.587,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	15,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	40.762,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	6,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	10.190,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.381,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	3,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.604,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	401,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-534,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	16.984,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.571,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	668,50
<b>Total de recursos recebidos em 12/08/2014:</b>			<b>67.467,35</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 13/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-1.295,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	5,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	9,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	23,63
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	3.885,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	31,91
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	53,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	127,64
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	36.882,17
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	38.981,94
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	10,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	4,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	8,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	292,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	2,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	88.517,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	3,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	66,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	110,13
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	264,32
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	971,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	1.618,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-29.505,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	25.987,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	22.129,30
<b>Total de recursos recebidos em 13/08/2014:</b>			<b>189.187,14</b>

**Recursos recebidos em: 15/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	2,36
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	3.395,53
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	308,87
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	19.268,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	848,89
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.131,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.414,81
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	28.903,27
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	185,32
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	9,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	3,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	741,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-247,08
<b>Total de recursos recebidos em 15/08/2014:</b>			<b>53.703,63</b>

**Recursos recebidos em: 18/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	14,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	1.817,42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 18/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	9,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	16,41
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	0,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	0,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	341,84
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	39,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	623,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	757,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	5,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	0,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	9,53
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	935,88
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	22,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	17,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-455,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	5,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	1,17
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	569,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	565,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-188,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	454,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	3,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	235,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	141,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.367,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	1,34
<b>Total de recursos recebidos em 18/08/2014:</b>			<b>7.314,12</b>

**Recursos recebidos em: 19/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	920,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	103,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2.981,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-137,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1.789,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	412,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PBF - CRÁS	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	6.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	7.156,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	531,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	614,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	2.126,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - NASF	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	4.950,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	10.197,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	10.206,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Procis	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	5.100,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cosip	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	7.725,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IGD - PBF	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	1.498,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-708,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	6.752,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 5/25  
 Data: 26/11/2014  
 Hora: 16:33:57  
 Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 19/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	172,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	886,17
<b>Total de recursos recebidos em 19/08/2014:</b>			<b>69.277,17</b>

**Recursos recebidos em: 20/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	37,01
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	22.157,74
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	6,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	67,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	197,53
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	5.539,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	111,92
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	82,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	15,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	182,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	11.177,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-7.983,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	268,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	15.967,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	12.774,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-243,13
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-65,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.672,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.508,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	9,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-7.385,91
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	303,91
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	729,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	9.232,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outros Serviços	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	5.446,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	49,38
<b>Total de recursos recebidos em 20/08/2014:</b>			<b>77.857,96</b>

**Recursos recebidos em: 22/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	856,81
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.170,46
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	357,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.755,70
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	148,52
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	10.104,76
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	594,10
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	6.062,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	24.251,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-8.083,81
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	247,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	214,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 6/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 22/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-285,60
<b>Total de recursos recebidos em 22/08/2014:</b>			<b>52.393,97</b>

**Recursos recebidos em: 25/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.044,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	435,27
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-348,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	218,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	131,01
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.744,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.902,13
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	524,04
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Transp. Escolar	4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	19.831,67
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	2.377,67
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Vig. Sanitária	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	874,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Epidem. e Contr. Doenças	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	150,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.426,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.496,34
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	5.706,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Cofinc. atenção básica	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	4.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	261,16
<b>Total de recursos recebidos em 25/08/2014:</b>			<b>45.972,14</b>

**Recursos recebidos em: 27/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	16.967,09
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	4.241,78
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	257,63
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	7.296,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	429,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-5.655,70
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.864,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.030,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	7.069,63
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-343,49
<b>Total de recursos recebidos em 27/08/2014:</b>			<b>36.157,43</b>

**Recursos recebidos em: 28/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.675,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.783,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-811,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	2.434,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	808,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.014,32
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-269,35

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 7/25  
 Data: 26/11/2014  
 Hora: 16:33:57  
 Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 28/08/2014**

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	202,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	336,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	608,59
<b>Total de recursos recebidos em 28/08/2014:</b>			<b>8.783,14</b>

**Recursos recebidos em: 29/08/2014**

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Salário Educação	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	42,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Conv. Educação	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	1.097,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.230,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-450,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	43,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	18,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	30.108,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Conv. Pultas Pol. Civil	4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	19,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	36,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	10,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	2.483,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Vig. Em Saúde	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	159,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Rec. FNDE	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	3,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.345,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	521,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	310,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Assist. Farm. Básica	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	6,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	29,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.350,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Alim. Escolar PNAE	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	29,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	58,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IGD - PBF	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	678,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-21.506,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	71,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	7,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Media e Alta Complexidade - MAC	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	46,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	562,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	744,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	6,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec Rem Dep Banc Recursos Vinculados Royalties	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	36,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Programa Peti	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	0,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Serviços	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	2.010,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	43.012,57
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. IGD	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	167,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Convênios	4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	7.696,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	160,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	34.410,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	4.138,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	20.657,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Out. Progr. Sociais	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	346,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Atenção básica	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	278,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Convênios Saúde	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	1.054,54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 8/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 29/08/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Imp. Saúde	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	27,47
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	71,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	130,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-248,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. conv. multas pol. militar	4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	7,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Procis	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	840,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	9.932,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	17,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	40,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	217,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Fundeb 40%	4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	244,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-173,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	337,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	186,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rendim. Fundeb 60%	4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	366,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Multas Trans.Pref.	4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	30,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend.Pnate	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	35,59
<b>Total de recursos recebidos em 29/08/2014:</b>			<b>153.100,27</b>

**Recursos recebidos em: 01/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	7.594,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	737,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-245,72
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	184,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.799,78
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	307,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.439,81
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	4.319,47
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.245,51
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.079,87
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	830,34
<b>Total de recursos recebidos em 01/09/2014:</b>			<b>16.412,97</b>

**Recursos recebidos em: 02/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-290,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	6,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	362,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	217,72
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	806,02
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2,57
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	19.807,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.284,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	856,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	870,87
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.343,36

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 9/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 02/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.074,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	3.224,06
<b>Total de recursos recebidos em 02/09/2014:</b>			<b>27.418,42</b>

**Recursos recebidos em: 03/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	665,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	-327,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.316,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	543,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.596,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	981,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	6,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	3,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.544,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-435,17
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	326,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	245,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	399,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.305,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-532,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	408,85
<b>Total de recursos recebidos em 03/09/2014:</b>			<b>9.052,54</b>

**Recursos recebidos em: 04/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	811,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-376,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.217,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	141,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	470,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-188,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.128,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	564,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	282,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	235,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,00
<b>Total de recursos recebidos em 04/09/2014:</b>			<b>4.290,68</b>

**Recursos recebidos em: 05/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	377,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-249,07



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 10/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 05/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.509,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	186,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	577,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	866,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-503,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	628,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	747,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	311,35
<b>Total de recursos recebidos em 05/09/2014:</b>			<b>4.452,22</b>

**Recursos recebidos em: 08/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	REC. FPM 1%	4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	-111.609,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSP Odonto	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	5.575,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSF	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	17.825,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-45,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Epidem. e Contr. Doenças	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	1.251,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Indenizações	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	590,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	640,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	34,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	960,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	297,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	57,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.189,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	AFEM	4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	111.609,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PACS	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	16.224,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - rec., Unid. Odonto móvel	4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	4.680,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	137,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PMAQ	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	495,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-396,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - NASF	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	16.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Farm. Básica	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	1.935,88
<b>Total de recursos recebidos em 08/09/2014:</b>			<b>69.652,22</b>

**Recursos recebidos em: 09/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	961,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	640,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	495,57
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	206,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-165,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	123,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.770,71
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	737,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 11/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 09/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-590,23
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	442,68
<b>Total de recursos recebidos em 09/09/2014:</b>			<b>4.628,45</b>

**Recursos recebidos em: 10/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.396,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-715,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	99.939,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.117,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	79.951,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	3.351,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	2.146,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	9.633,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	69.957,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	536,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-200,03
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	523,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-174,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	600,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	14.450,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	250,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	894,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	837,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	150,03
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-49.969,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	130,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	218,04
<b>Total de recursos recebidos em 10/09/2014:</b>			<b>232.789,50</b>

**Recursos recebidos em: 11/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	11.268,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Receitas	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	671,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	428,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	29.794,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	30,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	12.414,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	122,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	50,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-9.931,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.955,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-343,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.303,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	7.448,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.029,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	257,34



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 12/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 11/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	IGD - PBF	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	-678,76
<b>Total de recursos recebidos em 11/09/2014:</b>			<b>60.823,32</b>

**Recursos recebidos em: 12/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	25.991,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-706,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	530,10
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	103.967,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	43.319,76
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	14.193,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	21.290,14
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	2.120,41
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	883,51
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-34.655,81
<b>Total de recursos recebidos em 12/09/2014:</b>			<b>176.939,02</b>

**Recursos recebidos em: 15/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-620,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	46,22
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-61,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.861,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	77,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	32.317,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	465,34
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	775,57
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	21.545,04
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	184,88
<b>Total de recursos recebidos em 15/09/2014:</b>			<b>56.590,94</b>

**Recursos recebidos em: 16/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	17,24
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	28,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	68,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	670,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-22,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cosip	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	4.017,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	402,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.608,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-536,09

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 13/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 16/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	695,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.043,63
<b>Total de recursos recebidos em 16/09/2014:</b>			<b>7.998,33</b>

**Recursos recebidos em: 17/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Cofinc. atenção básica	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	5.312,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ Outros Rendimentos	4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	1.613,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-297,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	689,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.033,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	371,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ Outros Rendimentos	4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	403,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	891,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	5.853,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	828,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1.463,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-662,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ Outros Rendimentos	4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	672,17
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.988,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2.438,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	497,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	222,98
<b>Total de recursos recebidos em 17/09/2014:</b>			<b>23.319,39</b>

**Recursos recebidos em: 18/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	22,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	37,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.242,94
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	828,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	3.023,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	755,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	88,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	373,23
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-29,61
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	93,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.007,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	155,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.259,62
<b>Total de recursos recebidos em 18/09/2014:</b>			<b>6.842,86</b>

**Recursos recebidos em: 19/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	304,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	137,27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 14/25  
 Data: 26/11/2014  
 Hora: 16:33:57  
 Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 19/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	768,69
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	549,09
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	461,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	1.217,72
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2.882,23
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-183,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.844,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	20.723,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	14.506,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	16.579,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1.729,34
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-405,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-614,95
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-10.361,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.299,09
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	287,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	228,79
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.866,05
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-230,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	172,64
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	690,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Receitas	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	800,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	507,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	6.917,36
<b>Total de recursos recebidos em 19/09/2014:</b>			<b>66.678,29</b>

**Recursos recebidos em: 22/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	195,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	10.069,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	6.041,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	84,04
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.351,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	48,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	24.167,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transferências de Convênio dos Estados	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	25.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-8.055,66
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	140,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	81,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-65,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.234,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	336,17
<b>Total de recursos recebidos em 22/09/2014:</b>			<b>63.629,83</b>

**Recursos recebidos em: 24/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	27.657,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-9.219,12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 15/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 24/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	212,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	11.523,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.770,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	13.155,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	353,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	569,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	1.367,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	341,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-282,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	848,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	6.914,34
<b>Total de recursos recebidos em 24/09/2014:</b>			<b>62.213,20</b>

**Recursos recebidos em: 25/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	10.206,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Farm. Básica	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	2.399,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - NASF	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	9.900,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Cofinc. atenção básica	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	5.312,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.254,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.169,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	10.197,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Procis	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	5.100,00
<b>Total de recursos recebidos em 25/09/2014:</b>			<b>53.539,59</b>

**Recursos recebidos em: 26/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	3.326,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.018,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	70,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.012,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-94,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	283,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-4.435,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	118,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	13.307,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	5.544,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,02
<b>Total de recursos recebidos em 26/09/2014:</b>			<b>23.156,89</b>

**Recursos recebidos em: 30/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-133,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Conv. Educação	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	1.782,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	3.590,19

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 16/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 30/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	29.256,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	2.441,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	1.226,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	6,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	20,71
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	4.068,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	23.457,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SERV. CONV. FORT. VINC.	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	20.008,62
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Out. Progr. Sociais	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	254,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-2.872,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	292,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	487,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	38,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Assist. Farm. Básica	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	17,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	8.616,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	1.168,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	151,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	36.570,23
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Serviços	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	19.460,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Programa Peti	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	0,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec Rem Dep Banc Recursos Vinculados Royalties	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	60,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	63,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	212,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Transp. Escolar	4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	19.831,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	2.044,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Rec. FNDE	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	4,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. ação n.007	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	152.904,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	1,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Vig. Em Saúde	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	179,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	9.765,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.619,23
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Fundeb 40%	4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	226,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.928,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	401,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. IGD	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	174,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Convênios	4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	4.853,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	496,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PBF - CRÁS	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	6.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	254,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	15,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-18.285,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	4.906,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Salário Educação	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	21,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	2,17
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. conv. multas pol. militar	4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	2,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	47,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	114,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Media e Alta Complexidade - MAC	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	53,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-397,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend.Pnate	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	64,68



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 17/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 30/09/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	100,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Imp. Saúde	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	65,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Convênios Saúde	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	783,95
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Atenção básica	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	396,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	2.154,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	102,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Multas Trans.Pref.	4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	32,23
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	2,09
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rendim. Fundeb 60%	4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	339,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	609,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.191,99
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	28,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	5,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	6.752,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	34,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Epidem. e Contr. Doenças	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	1.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	298,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	25.599,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	82,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	167,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Conv. Pultas Pol. Civil	4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	20,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-203,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	152,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Alim. Escolar PNAE	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	48,73
<b>Total de recursos recebidos em 30/09/2014:</b>			<b>390.242,15</b>

**Recursos recebidos em: 03/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	408,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	245,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-3.002,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-1.004,27
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	18,64
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	3.012,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.816,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	3.753,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	31,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	1.255,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.544,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	74,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	753,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	-327,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	7.593,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	2.251,95
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	981,22
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	9.007,82
<b>Total de recursos recebidos em 03/10/2014:</b>			<b>36.414,05</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 18/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 08/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.422,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-474,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.101,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	825,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	2,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	592,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	9,17
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	355,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	3.303,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	3,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.434,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.376,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.622,74
<b>Total de recursos recebidos em 08/10/2014:</b>			<b>10.373,24</b>

**Recursos recebidos em: 10/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	4,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	68.876,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	86.095,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	60.266,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-19.826,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	163,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	2.180,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.308,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	6,76
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	14.456,20
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	2.448,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	612,22
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	16,23
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	9.637,47
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-218,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-43.047,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	1.020,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-816,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	11.268,97
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	24.783,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	273,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	59.479,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.744,33
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	655,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	19.555,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	5.233,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	14.869,97
<b>Total de recursos recebidos em 10/10/2014:</b>			<b>317.559,33</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 19/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 14/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PMAQ	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	13.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSP Odonto	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	5.575,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - Epidem. e Contr. Doenças	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	2.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-1.011,48
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	18.833,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - rec., Unid. Odonto móvel	4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	4.680,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	28.250,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	858,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	1.264,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	60.120,27
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-48.096,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	514,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PSF	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	17.825,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	36.072,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	2.059,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PACS	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	16.224,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	10.206,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	758,61
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	10.197,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	144.288,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	3.034,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUS - NASF	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	8.000,00
<b>Total de recursos recebidos em 14/10/2014:</b>			<b>335.055,64</b>

**Recursos recebidos em: 15/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	3,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	30,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	34.586,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	2.228,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	23.057,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-742,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	928,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	18,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	74,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-24,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	557,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	9,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	2,25
<b>Total de recursos recebidos em 15/10/2014:</b>			<b>60.729,49</b>

**Recursos recebidos em: 16/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Indenizações	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	595,13
<b>Total de recursos recebidos em 16/10/2014:</b>			<b>595,13</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 20/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 17/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Atenção básica	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	7,78
<b>Total de recursos recebidos em 17/10/2014:</b>			<b>7,78</b>

**Recursos recebidos em: 20/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	2,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	22.390,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	17.912,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	282,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.955,27
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	9,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-283,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	5.865,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.131,62
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	15.673,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	212,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.110,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-11.195,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	851,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	4,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	2.444,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	471,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.466,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-377,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.166,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	354,88
<b>Total de recursos recebidos em 20/10/2014:</b>			<b>65.540,28</b>

**Recursos recebidos em: 21/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cosip	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	4.476,03
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Transp. Escolar	4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	19.831,67
<b>Total de recursos recebidos em 21/10/2014:</b>			<b>24.307,70</b>

**Recursos recebidos em: 22/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3.537,41
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	10.319,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	454,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	41.276,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.228,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	25,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-13.758,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-409,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	17.198,41
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	11,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	9,89

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 21/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 22/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	588,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	189,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	19,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	47,24
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	511,71
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	307,02
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.355,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.236,66
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	697,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	884,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outros Serviços	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	8.298,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	113,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-151,53
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	245,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1.473,92
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	5,94
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	123,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	23,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	147,13
<b>Total de recursos recebidos em 22/10/2014:</b>			<b>84.009,39</b>

**Recursos recebidos em: 23/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	2.881,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-2.305,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	502,84
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.728,77
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	16,64
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	6.915,10
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	9,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	39,94
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-167,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.592,69
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.889,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	125,71
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	209,51
<b>Total de recursos recebidos em 23/10/2014:</b>			<b>31.438,86</b>

**Recursos recebidos em: 24/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	1,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	619,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	2.979,67
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-3.972,88
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	7.590,71
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.654,72
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	257,99
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0,75

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 22/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 24/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.436,48
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	4.966,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-206,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	3,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	154,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	11.918,66
<b>Total de recursos recebidos em 24/10/2014:</b>			<b>30.404,08</b>

**Recursos recebidos em: 28/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.555,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.274,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	4.667,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Out. Progr. Sociais	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	8,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-392,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	1.177,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	294,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.516,48
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	1.944,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.166,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	490,82
<b>Total de recursos recebidos em 28/10/2014:</b>			<b>16.593,42</b>

**Recursos recebidos em: 29/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Devolução Remuneração de Outros Dep. Banc. Recursos	9.1.3.2.5.01.99.02.00.00	-18,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-43,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Convênios	4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	18,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	54,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	18,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	32,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	2.317,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.793,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	5.562,53
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.195,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	44,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	11,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-1.854,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	130,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	1.390,64
<b>Total de recursos recebidos em 29/10/2014:</b>			<b>10.653,47</b>

**Recursos recebidos em: 30/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	8,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	433,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	108,45



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 23/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 30/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	303,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	40.115,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	7.233,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	3,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	31,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	2,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	906,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	28.080,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	-25,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	32.092,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução cota-parte do FPM Formação FUNDEB	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	-20.057,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.213,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	18,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	543,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	-2,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	2.174,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	-144,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	505,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	180,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-404,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do IPVA	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	75,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.822,53
<b>Total de recursos recebidos em 30/10/2014:</b>			<b>98.219,67</b>

**Recursos recebidos em: 31/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	364,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	12.878,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Outros Rec. FNDE	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	4,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Multas Trans.Pref.	4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	41,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Conv. Educação	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	1.976,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	1.927,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	1.126,61
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	2.887,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Alim. Escolar PNAE	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	64,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rec Rem Dep Banc Recursos Vinculados Royalties	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	29,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	5.365,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Conv. Pultas Pol. Civil	4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	17,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. IGD	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	182,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	0,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Serviços	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	2.830,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	-485,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	254,71
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rendim. Fundeb 60%	4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	327,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Assist. Farm. Básica	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	20,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Salário Educação	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	58,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Convênios Saúde	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	818,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rend. Fundeb 40%	4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	218,21
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	60,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 24/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 31/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Outros Convênios	4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	4.932,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	3.219,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Out. Progr. Sociais	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	305,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. conv. multas pol. militar	4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	1,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	24.155,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	9.757,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	2.808,97
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Vig. Em Saúde	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	199,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend. Media e Alta Complexidade - MAC	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	30,03
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	2.887,74
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	595,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUS - Procis	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	5.100,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	892,67
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rend.Pnate	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	63,13
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	110,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	-3.689,36
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	481,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	803,28
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	4.065,69
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	6.752,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	IGD - PBF	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	1.486,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	607,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SERV. CONV. FORT. VINC.	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	30.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	100,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ICMS	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	1.457,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	240,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	2.439,41
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Imp. Saúde	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	25,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	702,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	1.170,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transferência Diretas do FNDE	4.1.7.2.1.35.98.00.00.00	34.854,92



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 25/25

Data: 26/11/2014

Hora: 16:33:57

Período: 01/08/2014 - 31/10/2014

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 31/10/2014**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Rem. dep. rec. - Atenção básica	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	429,85
<b>Total de recursos recebidos em 31/10/2014:</b>			<b>167.957,18</b>

---

**TOTAL GERAL:**

---

**3.813.907,56**

---

Passos Maia, SC, 26 de Novembro de 2014.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013.

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013.

O Município de Paulo Lopes torna Público que o Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Evandro João dos Santos, Homologou o Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2014, que visa a contratação temporária para o cargo de Assistente Social e Psicólogo. A lista completa com os nomes dos classificados encontra-se à disposição no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 26 de novembro de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 43/2014

DECRETO Nº 43 /2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.593/2013 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 250.000,00  
20.606.0011.1.047 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 250.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.001135 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.1.24.001135 - PRODESA - no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 27 de novembro de 2014.

### DECRETO 44/2014

DECRETO Nº 44/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.593/2013 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 4.250,00  
20.606.0011.1.047 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 4.250,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.3.89.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.250,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.89.000000 - Alienação de Bens - no valor de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 27 de novembro de 2014.

# Penha

## PREFEITURA

### PP28/2014 - FMS DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS VISITAS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NASF E TRANSPORTE DAS EQUIPES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

MOTIVO: Não compareceu nenhuma empresa interessada em participar deste certame, restando a licitação deserta.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 26 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### PP29/2014 - FMS - DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Motivo: Não compareceu nenhuma empresa interessada em participar deste certame, restando a licitação deserta.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 04 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### PP56/2014 - PMP -DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº101/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA SEREM INSTALADAS NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO (DETRANPEN) DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Motivo: Não compareceu nenhuma empresa interessada em participar da referida licitação.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 26 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### CV18/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 18/2014 - PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSORES, SERVENTE/MERENDEIRA E ESTAGIÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Abertura do Processo: 05/12/2014 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 26 de novembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

### TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 371/2014 - PMP, firmado entre a Sra. SOLANGE CORDEIRO MANGORRA e esta PREFEITURA, em 10 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 26 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4096/14 – 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO nº 4096/14 - 04 de novembro de 2014.

“Nomeia o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto - Santa Catarina - IPREPI, e Dá Outras Providências.”

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998 e em atendimento a Portaria MPS nº 440 de 09 outubro de 2013 demais normas legais aplicáveis à matéria:

#### DECRETA

Artigo 1º- O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto-SC, IPREPI, fica assim constituído:

Presidente: Erio Partyka  
Vice Presidente: Simone Rabuske Olivo  
Secretaria: Rosania Inês Rossatto Zago;  
Membros: Claudir Zanella e Bernardete Pasetto Farina

Artigo 2º- O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente a cada 60 dias, e se necessário sempre que for convocado extraordinariamente.

Paragrafo Único- de todas as decisões tomadas pelo Comitê será registrada em ata.

Artigo 3º- O Comitê de Investimentos terá sempre acesso a todas as informações relativas aos processos de investimentos e desinvestimentos de recursos de Regime Próprio de Previdência Social RPPS

Artigo 4º- O exercício da função dos cargos da Diretoria do IPREPI e de Conselheiros, do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, em nenhuma hipótese poderá ser remunerada.

Artigo 5º- As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto-SC-IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 6º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º-Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, 04 de novembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.111, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.111, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) do Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

03 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301.10 .....	Saúde
0301.10.301 .....	Atenção Básica
0301.10.301.1001 .....	Saúde com qualidade
0301.10.301.1001.2052 .....	Manutenção Piso At. Básica
Var. União	
3390-0000 .....	Aplicações Diretas R\$
10.000,00	
4490-0000 .....	Aplicações Diretas R\$
15.000,00	
Fonte de Recursos 0164	

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

03 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301.10 .....	Saúde
0301.10.301 .....	Atenção Básica
0301.10.301.1001 .....	Saúde com qualidade
0301.10.301.1001.2050 .....	Manutenção Piso At. Básica
Var. União	
3190-0000 .....	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0164	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4.110, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.110, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) do Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

03 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301 .....	Fundo Municipal de Saúde
0301.10 .....	Saúde
0301.10.301 .....	Atenção Básica

0301.10.301.1001 ..... Saúde com qualidade  
 0301.10.301.1001.2050 ..... Manutenção das Atividades da Saúde  
 3191-0000 ..... Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

03 ..... Fundo Municipal de Saúde  
 0301 ..... Fundo Municipal de Saúde  
 0301.10 ..... Saúde  
 0301.10.301 ..... Atenção Básica  
 0301.10.301.1001 ..... Saúde com qualidade  
 0301.10.301.1001.2050 ..... Manutenção das Atividades da Saúde  
 3190-0000 ..... Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 0102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 4.109, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
 DECRETO Nº 4.109, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo  
 0203 - Secretaria de Educação e Cultura  
 0203.12 - Educação  
 0203.12.361 - Ensino Fundamental  
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional  
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
 3190-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 Fonte 0119

02 - Poder Executivo  
 0203 - Secretaria de Educação e Cultura  
 0203.12 - Educação  
 0203.12.361 - Ensino Fundamental  
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional  
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
 3190-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 18.800,00  
 Fonte 0118

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo  
 0203 - Secretaria de Educação e Cultura  
 0203.12 - Educação  
 0203.12.361 - Ensino Fundamental  
 0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional  
 0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
 3390-0000- Aplicações Diretas  
 Fonte 0119

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 4.108, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
 DECRETO Nº 4.108, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo  
 0202 - Secretaria de Administração e Finanças  
 0202.04 - Administração  
 0202.04.122 - Administração Geral  
 0202.04.122.0402 - Administração Geral  
 0202.04.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Adm. e Finanças  
 3350-0000- Aplicações Diretas  
 Fonte 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais) conforme abaixo discriminado;

02 - Poder Executivo  
 0202 - Secretaria de Administração e Finanças  
 0202.04 - Administração  
 0202.04.122 - Administração Geral  
 0202.04.122.0402 - Administração Geral  
 0202.04.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Adm. e Finanças  
 3390-0000- Aplicações Diretas  
 Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
 21 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 PREFEITO MUNICIPAL

**Pomerode****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 459/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 459/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBZ6435	55190883B	16/04/2007	51850	167	127.69
MKT1300	55190344B	22/04/2007	55680	181 * XIX	127.69
MKT1300	55191197B	21/04/2007	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 381/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 381/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,



OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BMC0082 55190053B 01/12/2006 66370 230 \* IX  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 54/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 54/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LWT7127 55542337 19/12/1999 50450 162 \* V 191.53  
LWY3312 55559426 08/12/1999 54520 181 \* VIII 127.69  
LXK1086 55541914 20/12/1999 70300 244 \* I 191.53  
LXW1580 55542326 05/12/1999 70300 244 \* I 191.53  
LYD3072 55542054 08/12/1999 50610 163 c/c 162 \* I 574.61  
LYD3072 55542053 08/12/1999 50100 162 \* I 574.61  
LYK5253 55542324 05/12/1999 70300 244 \* I 191.53  
LYS4481 55561316 20/12/1999 52740 175 191.53  
LZK3853 55542323 05/12/1999 70300 244 \* I 191.53  
LZK3853 55542323 05/12/1999 58350 195 127.69  
MBJ8218 55542325 05/12/1999 70300 244 \* I 191.53  
MCT7340 55541909 30/11/1999 61220 214 \* I 191.53  
MDQ1120 55541786 15/12/1999 73660 252 \* VI 85.12  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 157/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 157/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHE0170	54487654A	12/12/2002	51850	167	127.69
CAC0323	54487651A	11/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV8109	54486773A	17/12/2002	65990	230 * V	191.53
LXJ7609	54487656A	13/12/2002	65990	230 * V	191.53
MFI9300	54487006A	20/12/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 473/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 473/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAJ1281	55191988B	28/07/2007	55500	181 * XVIII
MCJ3896	55191824B	26/07/2007	55500	181 * XVIII
MDU1943	55191753B	16/06/2007	55680	181 * XIX
MFZ7431	55191642B	16/06/2007	55250	181 * XV
MGP1522	55191045B	26/07/2007	54520	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 366/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 366/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LWT7427	55601852A	11/09/2006	70300	244 * I
LZZ6615	55601591A	30/09/2006	54520	181 * VIII
MFW6182	55600196A	28/09/2006	53800	181 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 66/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 66/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BCM6464	55542459	10/05/2000	65560	230 * I	191.53
BFI6171	55542071	08/05/2000	73150	252 * I	85.12
BFI6171	55542071	08/05/2000	66370	230 * IX	127.69
BFI6171	55542070	08/05/2000	66370	230 * IX	127.69
BFI6171	55542070	08/05/2000	67000	230 * XVI	127.69
LXD9440	55541816	12/05/2000	62380	218 * II * a	127.69
LYM3866	55542457	10/05/2000	65560	230 * I	191.53
LYT6926	55541819	12/05/2000	62380	218 * II * a	127.69
LYT7408	55542384	27/04/2000	70300	244 * I	191.53
LYZ1114	55541875	11/05/2000	69120	232	53.20
LYZ1114	55541874	11/05/2000	72340	250 * I * a	85.12
LZA3328	55541873	10/05/2000	52070	169	53.20
LZA3328	55541873	10/05/2000	61570	214 * IV	127.69

LZY7047	55541820	12/05/2000	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ4460	55542387	07/05/2000	65990	230	*	V			191.53
LZZ4460	55542389	07/05/2000	69120	232					53.20
LZZ4460	55542387	07/05/2000	51690	165					957.69
MBP9640	55542388	07/05/2000	51690	165					957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 534/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 534/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOB5372	55255815B	22/12/2007	51690	165	957.69
CRF0388	55192455B	12/11/2007	65990	230 * V	191.54
LYC1013	55192389B	15/11/2007	69200	233	127.69
LYI5580	55255652B	11/12/2007	64080	221	85.13
LZO2523	55192119B	21/12/2007	69200	233	127.69
MCG5058	55191893B	06/11/2007	69200	233	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 41/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

PREFEITURA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 41/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOY3137	55560472	14/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
CCA8516	55560452	13/11/1998	54600	181 * IX	85.12
IBI6401	55560468	11/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
LWX1484	55561009	13/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
LXD6239	55560478	15/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXG2946	55560727	02/12/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXR0140	55560709	17/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXZ4651	55560293	19/12/1998	70300	244 * I	191.53
LYB8268	55560599	18/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYJ2048	55560352	15/12/1998	63940	220 * XIV	191.53
LYJ2048	55560352	15/12/1998	60500	208	191.53
LZE9045	55560592	12/12/1998	50450	162 * V	191.53
LZI2195	55559695	18/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZP2350	55560504	22/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
MAA7176	55560466	11/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAG3510	55560598	18/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAH2645	55559697	18/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAK3978	55560475	15/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAM0098	55560482	17/12/1998	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 188/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 188/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJH1349	54487429A	10/08/2003	55680	181 * XIX	127.69
LWV5103	54487428A	10/08/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LYK9569	54487425A	10/08/2003	55680	181 * XIX	127.69
MBT7660	54488173A	06/08/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 205/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 205/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBU8195	55599755A	08/12/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 104/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 104/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BEM3757	54487161A	27/11/2001	60500	208	191.53
LWS8337	54486228A	23/11/2001	66700	230 * XIII	127.69
LZA1891	54486760A	19/11/2001	69120	232	53.20
LZA1891	54486918A	19/11/2001	65990	230 * V	191.53
MBM8281	54487156A	26/11/2001	66100	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 69/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 69/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDA9880	55542508	26/06/2000	62380	218 * II * a	127.69
LZH0767	55542551	22/06/2000	61140	213 * II	127.69
MAK4633	55542084	15/06/2000	60500	208	191.53
MAM0476	55541684	05/06/2000	58270	194	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 159/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 159/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACC6518	54487662A	07/01/2003	51850	167	127.69
LXC2540	54487659A	07/01/2003	69120	232	53.20
LXC2540	54487660A	07/01/2003	50100	162 * I	574.61
LXK2747	54487664A	08/01/2003	60500	208	191.53
LXL5140	54487663A	07/01/2003	51850	167	127.69
MBL6410	54487605A	27/12/2002	65990	230 * V	191.53
MEN1220	54487559A	17/12/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 259/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 259/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AZH5005	55600137A	12/12/2004	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 305/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 305/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOE3526	55600526A	17/02/2006	62380	218 * II * a
LXL6177	55600527A	21/02/2006	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 449/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 449/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICY2071	55190293B	27/02/2007	74550	218 * I	85.13
MBL1339	55191208B	15/04/2007	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 455/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 455/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHE4462	55190630B	29/04/2007	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 142/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 142/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFP3431	54487956A	06/09/2002	69200	233	127.69
CLA9345	54486720A	25/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
CWD8334	54487773A	08/08/2002	51850	167	127.69
HQV5781	54932500A	08/09/2002	60500	208	191.53
LWX9271	54932496A	01/09/2002	55250	181 * XV	85.12
LXB0457	54932633A	15/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXN7245	54932642A	08/09/2002	55680	181 * XIX	127.69
LXZ8064	54486723A	25/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
LYD1097	54932692A	05/09/2002	65990	230 * V	191.53
LYH0451	54932499A	01/09/2002	55250	181 * XV	85.12
LZS3448	54932688A	28/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LZS8356	54932647A	08/09/2002	65480	229	85.12
MAB0185	54487784A	06/09/2002	57380	186 * II	191.53
MAI5559	54932690A	03/08/2002	57380	186 * II	191.53
MAL2865	54932632A	07/08/2002	65990	230 * V	191.53
MBG3106	54932494A	01/09/2002	55250	181 * XV	85.12
MBM9722	54487824A	25/08/2002	65990	230 * V	191.53
MBM9722	54487823A	25/08/2002	51690	165	957.69
MBN3737	54487709A	27/08/2002	69200	233	127.69

MDY9840	54932696A	07/09/2002	69120	232		53.20
MDY9840	54932696A	07/09/2002	50100	162	* I	574.61
MDY9840	54932695A	07/09/2002	65990	230	* V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 204/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 204/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CZR5728	54488184A	30/11/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYL8218	55601147A	24/11/2003	65990	230 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 451/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 451/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJS3022	55191778B	17/06/2007	55680	181 * XIX
LYO7569	55191641B	16/06/2007	55250	181 * XV
LYW0171	55191258B	16/05/2007	51850	167
MBQ2023	55191392B	06/06/2007	51850	167
MCR1987	55191559B	10/06/2007	70300	244 * I
MDJ9840	55191773B	16/06/2007	54600	181 * IX
MDQ3989	55191229B	23/04/2007	74630	218 * II
MEK7020	55190232B	19/04/2007	74550	218 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2014

Processo Administrativo n.º 113/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TESTO CENTRAL, LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285 - BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 10/12/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 10/12/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 26 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode



## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### **CONTRATO 237 E TERMO ADITIVO DO CONTRATO 200**

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 237/2014

PROCESSO Nº. 0103/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: NELCI CAGLIARI PAGLIA ME

CNPJ: 05.556.903/0001-77

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço e aquisição de material para montagem da decoração natalina 2014 do município de Ponte Serrada.

.VALOR DO CONTRATO: R\$ 36.050,00 ( trinta e seis mil e cinqüenta reais).

VIGÊNCIA: De 24 de NOVEMBRO de 2014 a 15 de fevereiro de 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº200/2014

PROCESSO Nº 0089/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: AUTO POSTO QUERÊNCIA LTDA

CNPJ: 77.875.821/0001-04

OBJETO: REEQUILIBRIO ECONOMICO DO ITEM 1

VALOR ATUAL: R\$ 2,45

VIGÊNCIA: DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Ponte Serrada, 24 de novembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### **MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 056/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 056/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de peça para manutenção de escavadeira hidráulica da frota do município de porto belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 08/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 08/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na integra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

#### **MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 057/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 057/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de caminhão compactador para atender as necessidades do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 08/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 08/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na integra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 12/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 12/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM FLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, na(o) RUA HELMUTH HEDEL, Bairro FUNDO CANOAS, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

#### 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM FLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA tem extensão de 50,00 metros e área a ser pavimentada de 600,00 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

#### 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diametro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto tecnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluido cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 395,06 m2. A colocação dos meio fios em concreto numa extensão de 98,00 mts. O passeio com área 196,00 m2 será executado em blocos intercalados de concreto espessura de 6,0cm (paver cinza) com faixa paver vermelho podotatil.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

#### 3. DO ORÇAMENTO

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 12/2014

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 600,00 m² referidos neste edital é de R\$ 62.298,05 (sessenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e cinco centavos), sendo o preço unitário orçado de (103,83) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

##### 4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário  
Cadastro  
Área Pavimentada  
Valor

JANELISE KEMPER  
38.783  
113,88  
11.824,16

JANELISE KEMPER  
38.784  
96,00  
9.967,68

ALEXSANDRO VENTURI  
38.785  
113,88  
11.824,16

ANACLETO FERRARI  
38.806  
90,00  
9.344,70

RUDIGER OLOF SCHEEL  
38.807  
90,00  
9.344,70

FRANK RUDIGER DIENTST  
38.808  
90,00  
9.344,70

#### ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

647,95

TOTAL GERAL

62.298,05

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 12/2014

## 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

## 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 14 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO      RUBENS A. S. MENSLIN  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. da Fazenda

JOSÉ L. DO NASCIMENTO  
Fiscal de Tributos

**EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 11/2014**

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 11/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, na(o) RUA AUTA SOFKA, Bairro FUNDO CANOAS, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

## 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA tem extensão de 160,00 metros e área a ser pavimentada de 1.920,00 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 11/2014

## 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diâmetro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 1.337,32 m². A colocação dos meios fios em concreto numa extensão de 340,00 mts. O passeio com área de 579,00m² será executado em blocos intercalados de concreto espessura de 6,0cm (paver cinza) com faixa paver vermelho podotátil.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

## 3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 1.920,00 m² referidos neste edital é de R\$ 201.653,86 (duzentos e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), sendo o preço unitário orçado de (105,02) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

## 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 11/2014

Proprietário  
Cadastro  
Área Pavimentada  
Valor

ELMIR AVI  
10.450  
562,08  
58.934,09

GILBERTO WAGNER  
38.775  
148,92  
15.614,26

NILZA MARIA WAGNER  
38.793  
144,84  
15.186,47

IVANIR DE MATTOS GILLI  
38.794  
146,70  
15.381,49

VANDA BARBOSA MARCELINO LUCHTENBERG  
45.350  
78,30  
8.209,76

JOSE ANDRE MOMM  
45.351  
78,30  
8.209,76

ELMIR AVI  
45.352  
78,30  
8.209,76

ELMIR AVI  
48.957  
173,46  
18.187,28

ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

53.720,99

TOTAL GERAL

201.653,86

## 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 11/2014

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

## 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 14 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

RUBENS A. S. MENSLIN  
Sec. Mun. da Fazenda

JOSÉ L. DO NASCIMENTO  
Fiscal de Tributos

**EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 18/2014**

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 18/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, na(o) RUA EMILIO WUTZOW, Bairro CANTA GALO, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

## 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA tem extensão de 210,60 metros e área a ser pavimentada de 1.486,84 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

## 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 18/2014

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diametro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto tecnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 1.486,50 m2. A colocação dos meio fios em concreto numa extensão de 310,00 mts.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

## 3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 1.486,84 m² referidos neste edital é de R\$ 187.936,93 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos), sendo o preço unitário orçado de (126,43) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

## 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

## 4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 18/2014

Proprietário  
Cadastro  
Área Pavimentada  
Valor

MARCOS JACKISCH  
13.763  
69,34  
7.246,03

JULCEMAR BERGOZZA  
37.379  
84,73  
8.854,29

LAURO GARCIA  
40.206  
124,32  
12.991,44

JULCEMAR BERGOZZA  
59.732  
134,26  
14.030,17

ARI EDUARDO WERNER  
59.734  
15,75  
1.645,88

CLAUDIO ROBERTO WERNER  
59.735  
67,20  
7.022,40

ANGELA MARIA PERFOLL WERNER  
59.736  
52,50  
5.486,25

MALHARIA BELINHA LTDA  
59.739  
269,40  
28.152,30

AROLDO HEINZ  
59.740  
101,92  
10.650,64

## EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 18/2014

LOURDES ZANIZ

59.741

53,16

5.555,22

DULCE DE SOUZA PINHEIRO

90.712

434,00

45.353,00

ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

40.949,32

TOTAL GERAL

187.936,93

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

## 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 14 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito MunicipalRUBENS A. S. MENSLIN  
Sec. Mun. da FazendaJOSÉ L. DO NASCIMENTO  
Fiscal de Tributos**LEI 5.530**

LEI Nº 5.530, de 26 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 244.124,27 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	15.000,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado	R\$	48.646,57
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	7.527,63
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	56.478,28
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	23.699,70
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		

2.079	Blvgs – Vigilância Sanitária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	10.000,00
2.086	Blvgs - PAM		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	12.880,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03660054	Sup. Rec. Vigilância em Saúde	R\$	69.892,09
	TOTAL	R\$	244.124,27

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 244.124,27 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.098	Consórcio Intermunicipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	56.478,28
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		

03650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	23.699,70
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado	R\$	48.646,57
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	7.527,63
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.079	Blvgs – Vigilância Sanitária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	10.000,00
2.086	Blvgs - PAM		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03660054	Sup. Rec. Vigilância em Saúde	R\$	69.892,09
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	12.880,00
	TOTAL	R\$	244.124,27

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul



**LEI 5.529**

LEI Nº 5.529, de 26 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 200.000,000 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:
----------	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.066,40
2.100	Proteção Social Básica Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	88.841,85
2.101	Proteção Especial de Media Complexidade Municipal		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	24.091,75
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

**GABINETE DO PREFEITO**

26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.528**

LEI Nº 5.528, de 26 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 3.748.409,11 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	55.000,00
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento da Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.200,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	62.170,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.971,00

05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	26.985,00
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.615,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.751,00
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	916.920,47
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	73.765,00
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.945,00
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	111.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.010	Manutenção Depto. de Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	40.410,00
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	33.320,00

07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.120,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	888.272,32
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	70.323,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	880.472,32
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	135.000,00
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		
09.01	GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.195,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	26.450,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS		
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.100,00
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT. FROTA		
2.037	Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manut.Frota		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	44.000,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS		
2.038	Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	22.115,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	64.600,00
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.235,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABILITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	75.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	33.000,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	87.565,00
	TOTAL	R\$	3.748.409,11

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 3.748.409,11 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	41.200,00
03.00	GABINETE DO VICE PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.690,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.000,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.900,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.001	Desapropriação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	419.828,04
1.079	Contrapartida Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	717.351,07
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção de Departamento de Projetos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	81.260,00

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2.016	Manutenção do Gab. do Sec. de Administração
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 66.186,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00	Transferências a consórcios públicos
01000000	Recursos Ordinários R\$ 1.603,20
4.0.00.00	Despesas de Capital
4.4.00.00	Investimento
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários R\$ 808,80
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 77.000,00
2.019	Manutenção do Departamento de Compras
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 2.640,00
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 2.420,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna
4.0.00.00	Despesas de Capital
4.6.00.00	Amortização da Dívida
4.6.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 670.000,00
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 477.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 23.000,00
07.06	DIVISÃO DE PROTOCOLO
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 9.670,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 14.330,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 29.708,00
2.044	Manut. Depto. Desenv. Econômico Nacional
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 26.485,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.045	Manutenção de Departamento de Turismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 107.240,00
2.046	Promoção e Realização de Eventos
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.585,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GAB. SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.150,00
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT. DE FROTAS		
2.037	Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	365.000,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	82.700,00
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.890,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	127.614,00
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.750,00
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.400,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		

12.01	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSIT. SOCIAL E HABIT.		
2.057	Conselho Tutelar		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.000,00
12.03	DEPTO DE HABITAÇÃO		
2065	Manutenção do Fundo de Habitação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	208.000,00
	TOTAL	R\$	3.748.409,11

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4433, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4433, de 26 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.529, de 26/11/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 200.000,000 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00



	TOTAL	R\$	200.000,00
--	-------	-----	------------

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.066,40
2.100	Proteção Social Básica Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	88.841,85
2.101	Proteção Especial de Média Complexidade Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	24.091,75
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4434, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
DECRETO Nº 4434, de 26 de novembro de 2014.  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.530, de 26/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 244.124,27 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	15.000,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado	R\$	48.646,57
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	7.527,63
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	56.478,28
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	23.699,70
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.079	Blvgs – Vigilância Sanitária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	10.000,00
2.086	Blvgs - PAM		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	12.880,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03660054	Sup. Rec. Vigilância em Saúde	R\$	69.892,09
	TOTAL	R\$	244.124,27

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 244.124,27 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.098	Consórcio Intermunicipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	56.478,28
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.	R\$	23.699,70
4.0.00.00	Despesas de Capital		

4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01650055	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado	R\$	48.646,57
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	7.527,63
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.079	Blvgs – Vigilância Sanitária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	10.000,00
2.086	Blvgs - PAM		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03660054	Sup. Rec. Vigilância em Saúde	R\$	69.892,09
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	12.880,00
	TOTAL	R\$	244.124,27

Art. 3º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul



**DECRETO Nº 4435, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4435, de 26 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.528, de 26/11/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 3.748.409,11 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	55.000,00
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento da Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.200,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	62.170,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.971,00
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	26.985,00
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.615,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.751,00
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	916.920,47
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	73.765,00
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.945,00
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	111.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.010	Manutenção Depto. de Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	40.410,00
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	33.320,00
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.120,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	888.272,32
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		

3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01010000	Recursos Educação R\$ 70.323,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01010000	Recursos Educação R\$ 880.472,32
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01010000	Recursos Educação R\$ 135.000,00
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO
09.01	GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreendedorismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 12.195,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 26.450,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 16.100,00
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT. FROTA
2.037	Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manut.Frota
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 44.000,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS
2.038	Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 22.115,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 64.600,00
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 10.235,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 75.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 33.000,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 87.565,00
	TOTAL R\$ 3.748.409,11

Art. 2º-

Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 3.748.409,11 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON
2.006	Manutenção do Departamento do Procon
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 41.200,00
03.00	GABINETE DO VICE PREFEITO
03.01	GABINETE DO VICE PREFEITO
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.690,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.000,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.900,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.001	Desapropriação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	419.828,04
1.079	Contrapartida Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	717.351,07
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção de Departamento de Projetos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	81.260,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gab. do Sec. de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	66.186,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferências a consórcios públicos		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.603,20
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	808,80
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	77.000,00
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.640,00
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.420,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	670.000,00
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	477.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.000,00
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.000,00
07.06	DIVISÃO DE PROTOCOLO		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 9.670,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 14.330,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 29.708,00
2.044	Manut. Depto. Desenv. Econômico Nacional
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 26.485,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.045	Manutenção de Departamento de Turismo
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 107.240,00
2.046	Promoção e Realização de Eventos
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 19.585,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.01	GAB. SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 23.150,00
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT. DE FROTAS

2.037	Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 365.000,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS
2.038	Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 82.700,00
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 19.890,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário de Agricultura
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 127.614,00
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 12.750,00
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 2.400,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT
12.01	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSIT. SOCIAL E HABIT.
2.057	Conselho Tutelar
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
12.03	DEPTO DE HABITAÇÃO
2065	Manutenção do Fundo de Habitação
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes



3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	208.000,00
	TOTAL	R\$	3.748.409,11

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **PORTARIA Nº 1202/RH**

PORTARIA Nº 1202/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal GILSON ROBERTO DA SILVA, matrícula n. 121525/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 01/07/2008 a 01/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

### **PORTARIA Nº. 1176/2014**

PORTARIA Nº. 1176/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer o efeito financeiro do Adicional de Tempo de Serviço (Triênio/Anuênio) averbado através da Portaria nº 0769/RH de 14 de junho de 2013, sendo devido a partir de outubro de 2010, em favor da servidora PATRICIA RAQUEL MAYR, matrícula n. 493602, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO.

Parágrafo Único. O pagamento retroativo ocorrerá em folha de pagamento a partir da competência 11/2014, destacado como Diferença de Vencimentos, nos termos do Protocolo nº 140391/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.  
Carlos Alberto Luithardt  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Jhc

### **PAUTA DE SORTEIO Nº 004/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC  
Pauta de Sorteio Nº 004/2014

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 28 de novembro de 2014, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 148607/2014  
Nome do Recorrente: BUTZKE & CLAUDINO ADV ASSOC S/C  
Nº do Recurso: 009/2014

Rio do Sul, 26 de Novembro de 2014.  
LEONICE WITTE  
Secretaria Geral do CMC

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado a formação de Cadastro Reserva para as funções de PROFESSOR E PEDAGOGO, em caráter temporário.

#### **1. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/área/disciplina de atuação, salário-base, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

1.2. É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/ telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

1.3. As vagas oriundas deste Processo Seletivo destinam-se ao preenchimento das que vierem a surgir durante o ano letivo de 2015, em conformidade com o Art. 2º da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e Lei nº 4.894 de 28 de julho de 2009, desde que não possam ser supridas com pessoal efetivo ou já contratado pelo Município de Rio do Sul.

1.4. O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será realizado após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal.

1.5. O quadro de vagas será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e/ou Portal do Servidor ([www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh)), no dia 20/01/2015.

#### **2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

2.1. São reservadas às pessoas com deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoas com deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato com deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 01/12/2014 à 15/12/2014, somente via internet, pelo site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 16/12/2014, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.3. O candidato com deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à Comissão Especial do Processo Seletivo:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID, e a provável causa da mesma, no Departamento de Recursos Humanos do Município de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, até o dia 15/12/2014.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

- a) declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;
- b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;
- c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de deficiente for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato com deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do

Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não deficiente, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1. Será considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

3.7.1. O Município de Rio do Sul não efetuará a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e, também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município de Rio do Sul e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. Os candidatos poderão se inscrever em 2 (duas) funções/ áreas/disciplinas, ou seja, 2 (duas) opções, gerando uma taxa/ boleto por opção.

3.12. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 19/12/2014 o presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.13. No dia 06/01/2014, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito do Município de Rio do Sul.

#### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. O valor para inscrição no presente Processo Seletivo será:

R\$ 50,00 (cinquenta) reais por opção que o candidato se inscrever. Caso o candidato se inscreva para duas opções, será gerado duas taxas.

#### 5. DAS PROVAS E CLASSIFICAÇÃO

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas - Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatória, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (Dez) pontos, utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos.

5.2.3. Será considerado aprovado o candidato que obter nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

5.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos, conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.4. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

5.6.1.  $NF = PE + PT$

5.6.2. Sendo PE=Prova Escrita e PT=Prova de Títulos.

#### 6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 11/01/2015, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, em local e horário a ser publicado no edital de homologação dos inscritos no dia 06/01/2014.

6.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.3. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br), [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), e nos locais previstos no item 11.1 deste Edital, no dia 11/01/2015 após as 18h.

6.4. O envio dos títulos deverão ser feitos durante o período de inscrição (01/12 à 15/12/2014) via Sedex para Click Soluções no Endereço Rua Tenente Costa, n 123, Centro, Ituporanga - SC / CEP 88400-000.

6.5. O sistema de Pontuação dos Títulos e normas de envio estão descritas no Anexo IV deste Edital.

6.6. No dia 20/01/2015, a Comissão Especial do Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo.

6.7. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.8. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.8.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

6.8.2. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.8.3. que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.8.4. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/ Atualidades;

6.8.5. que possuir maior número de dependentes.

6.8.6. que tiver maior idade

6.9. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.10. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.11. No dia 21/01/2015 será publicado as notas e classificação provisória.

6.12. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Rio do Sul, será publicada no dia 26/01/2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

#### 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. do presente Edital;

7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. da nota da prova escrita;

7.1.5. da nota da prova de títulos;

7.1.6. da classificação.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 13h30min.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através do sítio da empresa Click Soluções - [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).



7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

## 8. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- a) CPF;
- b) Registro de Identidade;
- c) Carteira de reservista (se homem);
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP;
- e) Certidão nascimento ou casamento;
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos);
- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme Anexo I deste edital);
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato;
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH);
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH);
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH);
- n) Declaração de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;
- o) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH);
- p) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver);
- q) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH);
- r) Comprovante de 02 anos de docência (para a função de Pedagogo);
- s) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

## 9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1. Este Processo Seletivo terá validade durante todo o ano letivo de 2015.

9.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

## 10. DA CONVOCAÇÃO

10.1. Cessadas as vagas no momento da chamada da primeira escolha, os candidatos seguintes serão convocados na medida em que surgir necessidade de preenchimento das vagas, por meio do Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e/ou Portal do Servidor ([www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh)).

10.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações das convocações, via on-line.

10.3. Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.4. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.5. Após o término da lista de aprovados, será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem, por mais uma vez. Ou seja, encerrando-se a chamada de candidatos aprovados de cada função/área/disciplina, por mais uma vez, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados nos seguintes sítios: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh) e [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

11.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

11.3 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou através de procuração devidamente registrada em cartório no dia 27/01/2015, em local e horário a serem divulgados no dia 20/01/2015, juntamente com o Quadro de Vagas.

11.4. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

11.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

11.6. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.6.1. Anexo I - Quadro de cargos e habilitação mínima exigida e Salário Base;

11.6.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Escrita;

11.6.3. Anexo III - Normas para realização da Prova Escrita;

11.6.4. Anexo IV - Normas para Prova de Títulos;

11.6.5. Anexo V - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

11.6.6. Anexo VI - Atribuições

11.6.7 Anexo VII - Cronograma.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

REGINA GARCIA FERREIRA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

## ANEXO I

### A - QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

FUNÇÃO/ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO EXIGIDA
Pedagogo	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil e/ou Séries Iniciais) e comprovação do exercício de 02 anos de docência.

FUNÇÃO/ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO EXIGIDA
Professor Educação Infantil	<p><b>HABILITADO:</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.</p> <p><b>NÃO HABILITADO:</b> a) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª Fase de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; b) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª Fase de demais licenciaturas Plena; c) Ensino Médio Completo e cursando Licenciatura Plena e Pedagogia ou Normal Superior, a partir da 4ª Fase.</p>
Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais	<p><b>HABILITADO:</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.</p> <p><b>NÃO HABILITADO:</b> a) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; b) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de demais Licenciaturas Plena; c) Magistério Completo; d) Ensino Médio Completo e cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, a partir da 4ª fase.</p>
<b>PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL:</b> Língua Portuguesa Inglês Matemática História Geografia Ciências Educação Física Artes Ensino Religioso	<p><b>HABILITADO:</b> Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação. (Para atuação na disciplina de Educação Física: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no CREF)</p> <p><b>NÃO HABILITADO (exceto para atuação na disciplina de Educação Física):</b>            a) Licenciatura Plena em área afim da disciplina de atuação;            b) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação;            c) Ensino Médio Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.</p>

FUNÇÃO/ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO EXIGIDA
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais e/ou Atendimento Educacional Especializado - AEE)	<p><b>HABILITADO:</b> Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia com complementação em Educação Especial.</p> <p><b>NÃO HABILITADO:</b>            a) Licenciatura Plena em área afim da Educação com cursos de aperfeiçoamento ou experiência na área de atuação;            b) Licenciatura Plena e cursando a partir da última fase de Educação Especial;            c) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena em Educação Especial;            d) Ensino Médio Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena em Educação Especial;            e) Ensino Médio Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena em área afim da Educação com cursos de aperfeiçoamento ou experiência na área de atuação.</p>
LÍNGUA ITALIANA	<p><b>HABILITADO:</b> Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Italiana ou Licenciatura Plena específica em Língua Italiana.</p> <p><b>NÃO HABILITADO:</b>            a) Licenciatura Plena e cursos de aperfeiçoamento específicos na disciplina de atuação;            b) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Italiana ou Licenciatura Plena específica em Língua Italiana;            c) Magistério Completo e cursos de aperfeiçoamento específicos na disciplina de atuação.</p>
EMPREENDEDORISMO	<p><b>NAO HABILITADO:</b>            a) Formação Superior em Administração, Gestão Pública, Marketing, Ciências Contábeis, Comércio Exterior ou Economia;            b) Licenciatura Plena com especialização em Administração ou Licenciatura Plena e cursos de aperfeiçoamento específicos na disciplina de atuação;            c) Cursando a partir da 4ª fase, Administração, Gestão Pública, Marketing, Ciências Contábeis, Comércio Exterior ou Economia.</p>

FUNÇÃO/ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO EXIGIDA
INFORMÁTICA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de Informática. NÃO HABILITADO: a) Formação Superior na área de Informática; b) Licenciatura Plena e cursos específicos em Informática; c) Cursando a partir da 4ª da fase Licenciatura Plena na área de Informática. d) Cursando a partir da 4ª da fase, Graduação na área de Informática.
FILOSOFIA	HABILITADO: Licenciatura Plena em Filosofia. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em História, Ciências da Religião ou Sociologia; b) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena em Filosofia, História, Ciências da Religião ou Sociologia. c) Cursando a partir da 4ª fase, de demais Licenciaturas.
PROFESSOR ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (Mais Educação)	HABILITADO: Licenciatura Plena na área da Educação.

1. A certificação da habilitação deverá atender aos preceitos do Art. 48, § 1º, 2º e 3º da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

2. A comprovação da habilitação exigida para atuação na função/área/disciplina de inscrição deverá ser feita no ato da contratação. A não comprovação implicará na desclassificação do candidato.

3. Para comprovar experiência de atuação, o candidato deverá apresentar Original e Fotocópia de Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão competente de atuação, ou ainda, Carteira de trabalho comprovando o contrato de trabalho. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerada Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

4. Para comprovar participação em cursos de aperfeiçoamento, o candidato deverá apresentar Original e Fotocópia de Certificado de conclusão de cursos (palestras, seminários, etc..) de capacitação/aperfeiçoamento, emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que constem o período de realização e carga horária);

5. A inscrição para a Disciplina de Artes implica também na possibilidade de atuar com Teatro nas Escolas Modelo em Tempo Integral Arvino Walter Gaertner e Ella Kurth - 1º ao 9º ano.

6. A inscrição para a Disciplina de Educação Física implica também na possibilidade de atuar com Dança nas Escolas Modelo em Tempo Integral Arvino Walter Gaertner e Ella Kurth - 1º ao 9º ano.

7. A Inscrição para a função de Pedagogo implica também na possibilidade de atuar nas Escolas Modelo em Tempo Integral Arvino Walter Gaertner e Ella Kurth, conforme disponibilidade de vagas.

8. Para a disciplina de Empreendedorismo não haverá candidato "habilitado", atendendo aos preceitos da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

#### B - SALÁRIO BASE

1. O salário base do contratado nos termos deste edital será fixado no ato da contratação, com base na maior titulação do candidato, desde que compatível com a área de atuação e de acordo com a formação do professor ao qual o mesmo irá substituir, quando for o caso, não havendo o direito a progressão ou promoção funcional

durante a vigência do contrato, conforme a tabela abaixo:

Nível	10h	20h	30h	40h
Professor Nível 1	424,34	848,69	1.273,04	1.697,39
Professor Nível 2	636,53	1.273,06	1.909,59	2.546,13
Professor Nível 3	700,17	1.400,34	2.100,51	2.800,68
Pedagogo Nível 2	-	-	-	2.546,13
Pedagogo Nível 3	-	-	-	2.800,68

2. O salário base do professor não habilitado será equivalente aos níveis de vencimento a seguir especificado:

a) Candidato com formação em nível médio na modalidade normal, com atuação no Ensino Fundamental Anos finais, vencimento equivalente a 100% (cem por cento) do vencimento base, pago ao professor nível 1 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

b) Candidato com formação em nível superior sem habilitação para o magistério, ou estudante que esteja cursando no mínimo a 8ª fase do curso referente a vaga ofertada, vencimento equivalente a 90% (noventa por cento) do vencimento base pago ao professor nível 2 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

c) Candidato que esteja regularmente matriculado e cursando no mínimo a 4ª fase dos cursos de Pedagogia, Normal Superior ou demais Licenciaturas Plena, vencimento equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento base, pago ao Professor nível 2, do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

3. Havendo reajuste aos servidores públicos municipais efetivos, os valores constantes da tabela disposta no item acima serão majorados, na mesma data, observado o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

#### 1. LÍNGUA PORTUGUESA:

Morfologia, Fonética e Fonologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês, Interpretação de texto, Literatura Brasileira, Gêneros literários e discursivos.

#### 2. CONHECIMENTOS GERAIS:

História e Geografia do Santa Catarina e do Brasil. Atualidades do Brasil e do Mundo. Conhecimentos Gerais de Santa Catarina e do Brasil. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Plano Político Pedagógico da escola - PPP, Constituição Federal, na parte referente a Educação, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), PCN Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia. Sociologia da Educação. Filosofia da Educação, Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC - 2006, Metodologia das Disciplinas, Atualidades dentro da área educacional, Plano Nacional da Educação - Lei nº 13.005/2014, Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010, Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010.

#### 3. MATEMÁTICA:

Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto;

Números fracionários e operações, Equações de 1º e 2º Grau, Raciocínio Lógico e Estatística.

#### 4. ESPECÍFICOS:

##### 4.1. Pedagogo:

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Relacionamento Professor x Aluno. Educação no mundo atual. Psicologia do desenvolvimento infantil. Jogos e brincadeiras na infância. Função e papel da escola. Instrumentos/Atividades pedagógicas. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Problemas de aprendizagem. Recreação: atividades recreativas. Métodos e processos no ensino da leitura.

##### 4.2. Professor Educação Infantil:

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Relacionamento Professor x Aluno. Educação no mundo atual. Psicologia do desenvolvimento infantil. Jogos e brincadeiras na infância. Função e papel da escola. Instrumentos/Atividades pedagógicas.

##### 4.3. Professor Ensino Fundamental - Anos Iniciais:

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Problemas de aprendizagem. Recreação: atividades recreativas. Métodos e processos no ensino da leitura.

##### 4.4. Professor Língua Portuguesa:

Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Sistema ortográfico vigente; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Vícios de Linguagem, Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Compreensão e Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Emprego do acento

indicativo da crase.

##### 4.5. Professor Inglês:

Classes gramaticais. Interpretação de Textos. Vocabulário. Gramática. Produção textual a partir de situações do cotidiano. Contextualização das palavras com vários significados. Relação com outras culturas.

##### 4.6. Professor Matemática:

Número: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.

##### 4.7. Professor História:

História do Brasil, de Santa Catarina e Geral. Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, imaginário, memória, relações de produção, ideologia, identidade.

##### 4.8. Professor Geografia:

Geografia Física, Humana e Econômica. Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geoconômica; Brasil - Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação; Brasil - Regiões Geoconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica - Conflitos Mundiais e contemporâneos. Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa, Oceania). Geologia, clima, relevo, vegetação hidrografia, solos.

##### 4.9. Professor Ciências:

Visão geral e origem da vida. Genética. Ecologia. Ciências Morfológicas: anatomia humana, citologia, embriologia humana, histologia, morfologia, células. Cinco Reinos. Solo, água e ar. Educação Ambiental. Parasitologia.

##### 4.10. Professor Educação Física:

História da Educação Física no Brasil. Didática da Educação Física. Psicologia da Aprendizagem. Sociologia do Esporte. Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física. Noções do Treinamento Desportivo. Metodologia do Ensino de Educação Física. Metodologia do Ensino dos Esportes (Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Natação, Atletismo - Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos). A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem Social Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções



de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórico social da criança. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil. Técnicas do movimento corporal aplicado a dança. Noções de estilo, caráter, forma e ritmo. Treinamento do corpo como instrumento de ação e expressão - Coreografia.

#### 4.11. Professor Artes:

Correntes. Correlação das Artes com as demais disciplinas. Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem. Produção artística. Leitura de imagem e obra de arte. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade. Conceito de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas, musical, visual, cênica, articulada aos processos de contextualização.

#### 4.12. Professor Ensino Religioso:

Ensino religioso na atualidade brasileira: legislação nacional e Estadual. Fenômeno religioso e suas manifestações nas diferentes culturas e tradições religiosas. Currículo, objetivos, princípios organizativos, conceitos essenciais, tratamento didático e avaliação do Ensino Religioso. Ideia do transcendente. Função política religiosa. Revelação. Revolução das estruturas religiosas da organização humana. Espiritualidade. Valores. Limites.

#### 4.13. Professor Educação Especial:

História da Educação Especial no Brasil e no mundo. Deficiência auditiva, visual, mental, físicas, altas habilidades, sensoriais e transtorno do espectro autista. Causas das deficiências - prevenção. LDB - parte referente a Educação Especial. Resolução 01/96 CEE/SC. Lei 10.098/00. Lei 10.172/01. Constituição Federal - parte referente a Educação Especial. O Deficiente Social e a Sociedade. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Resolução CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009. Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Plano de desenvolvimento individual: avaliação e ação pedagógica na sala de recursos multifuncionais.

#### 4.14. Professor Língua Italiana:

Classes gramaticais. Interpretação de textos. Vocabulário. Gramática. Produção textual a partir de situações do cotidiano. Contextualização das palavras com vários significados. Relação com outras culturas.

#### 4.15. Professor Empreendedorismo:

Histórico e conceito de empreendedorismo; Características do empreendedor e intraempreendedor; Plano de Negócios; Definição de mercado; Plano de Marketing; Plano Financeiro; Plano Operacional; Conceito de ideia e oportunidade; Tendência em empreendedorismo; A escolha do negócio; Definição do mercado alvo.

#### 4.16. Professor Informática:

Algoritmo e Técnicas de Programação. Banco de Dados. Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído). Redes de computadores. Internet. Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Interação humano-computador. Sites de busca na Internet.

#### 4.17. Professor Filosofia:

Definição de Filosofia. Os métodos de filosofia. Disciplinas filosóficas. Evolução da História: Filosofia antiga, medieval, renascimento, moderna, do século XIX e do século XX. Principais Filósofos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes. Pensamento Lógico. Filósofos da atualidade. Concepção de sociedade ou problema ético-político: ética, política, moral, valores, poder e estado, legalidade

e legitimidade, liberdade, igualdade, justiça, direitos humanos, meios de comunicação de massa.

4.18. Professor Orientador de Educação Integral (Mais Educação): Publicações: Educação integral/educação integrada em tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira. Gestão Intersetorial no Território. Rede de Saberes Mais Educação - Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral. Redes de Aprendizagem - Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Legislação: Tecendo Redes para Educação Integral; Decreto Nº 7083/10 (Mais Educação); Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei 10172 - Educação Integral; Lei 9.394/96 - LDB; Lei 11494/07 - FUNDEB; Resolução/CD/FNDE/Nº 34/2013.

### ANEXO III

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

1.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. A prova terá 30 questões, distribuídas da forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,30
Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	0,20
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,30
Conhecimentos Específicos	15	0,40
TOTAL	30	10,00

3. durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

3.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. utilizar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o

cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido e o caderno de prova, com exceção do candidato que permanecer na sala por 2 (duas) horas ou mais após início da prova, onde poderá levar seu caderno de prova para conferência.

10. o candidato que optar por se inscrever em duas opções 2 (duas) funções/áreas/disciplinas receberá (2) dois cadernos de provas e (2) dois cartões respostas. As 15 (quinze) primeiras questões serão iguais para todas as funções, porém precisam ser repassadas para os 2 (dois) cartões respostas. As últimas 15 (quinze) questões são específicas para cada função.

11. no local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecem até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, rubrica dos cartões cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

12. os envelopes contendo os cadernos das provas que sobraram e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Empresa Executora do Processo Seletivo.

#### ANEXO IV

##### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

1. Para os candidatos APROVADOS NA PROVA ESCRITA, haverá PROVA DE TÍTULOS ACADÊMICOS, de caráter classificatório.

2. Serão considerados como Títulos os comprovantes apresentados conforme tabela a seguir:

TÍTULO / DOCUMENTO	PONTOS
Certificado de curso GRADUAÇÃO na função/área/disciplina a que concorre	6,0 pontos
Certificado de curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO relacionado com a função/área/disciplina a que concorre	8,0 pontos
Certificado de curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE MESTRADO relacionado com a função/área/disciplina a que concorre	10,0 pontos

3. A pontuação não é acumulativa, será utilizado o título de maior pontuação.

4. O envio dos títulos deverão ser feitos durante o período de inscrição (01/12 à 15/12/2014) via Sedex para Click Soluções no Endereço Rua Tenente Costa, n 123, Centro, Ituporanga - SC / CEP 88400-000.

5. Só serão aceitas fotocópias autenticadas em cartório.

6. O título apresentado deve ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC.

7. Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

8. Os títulos de curso de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados do respectivo Histórico Escolar.

9. Os documentos redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

10. Não serão pontuados:

a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e das exigências do presente edital, salvo certidão emitida pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação atestando ter o candidato concluído todas as etapas do curso de pós-graduação, defendido e ter sido aprovada sem ressalvas a monografia ou dissertação ou tese e lhe ter sido concedido o devido grau, desde que a defesa de tese/ monografia tenha sido realizada após o dia 31/10/2014.

b) Os títulos enviados nos prazos e moldes previstos no presente edital.

c) Os documentos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível.

d) Os títulos dos candidatos não aprovados e classificados na Prova Escrita.

11. Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

12. Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

13. Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

14. Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, a não ser o descrito neste edital.

15. Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

#### ANEXO V

##### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

##### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo Público nº 011/2014, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

Assinatura do Candidato

#### ANEXO VI

#### ATRIBUIÇÕES

##### DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO PROFESSOR

Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional;

Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;

Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes;

Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua;

Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas;

Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral;

Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos;

Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos, sociais e cidadãos;

Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

##### DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO PEDAGOGO

Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

Coordenar a construção e execução da proposta pedagógica da escola;

Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;

Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;

Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;

Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;

Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;

Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da rede de ensino ou da escola;

Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da rede de ensino e

da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;  
Acompanhar e supervisionar o funcionamento da(s) escola(s), zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pela qualidade de ensino. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo ensino-aprendizagem.

#### ANEXO VII

#### CRONOGRAMA

DATA	ATO
26/11/2014	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
27 e 28/11/2014	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
01/12/2014	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições
01/12 à 15/12/2014	Período de Inscrições
01/12 à 15/12/2014	Período para envio dos documentos para prova de por Correio.
16/12/2014	Último dia para pagamento do boleto
19/12/2014	Publicação do rol de inscritos
22 e 23/12/2014	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
06/01/2015	Homologação das Inscrições/Local e Horário da Prova Escrita
11/01/2015	Realização da Prova Escrita
11/01/2015 após às 18h	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
12 e 13/01/2015	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita.
20/01/2015	Publicação do Quadro de Vagas/Local e Horário da Escolha de Vagas
20/01/2015	Publicação do Gabarito Definitivo
21/01/2015	Publicação das notas finais da prova escrita, prova de títulos com a respectiva classificação.
22 e 23/01/2015	Prazo para recursos contra: Nota da prova escrita; Nota da prova de títulos; Classificação.
26/01/2015	Homologação do resultado final
27/01/2015	Escolha de Vagas.



**CÂMARA MUNICIPAL****REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 768 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 768, DE 21 NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza pagamento de quatro diárias, inscrições e indenização de transporte a Vereador e Assessoras.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias ao vereador Mário Miguel, no valor de R\$ 1.164,62 (hum mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) para participar do curso "Inovação e Eficiência em Administração Pública - Módulo II", a ser realizado entre os dias 25 e 28 de novembro, tendo como local o Hotel Lumar, sito a rua Conselheiro Mafra, 848 - Centro, na cidade de Florianópolis - SC - DF.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias as assessoras parlamentares Neusa Judite Stofela e Inolésia Lunelli Vincen-tim, no valor de R\$ 894,00 (oitocentos e noventa e quatro reais) para participar do curso referido no artigo anterior.

Art. 3º Fica ainda autorizado o pagamento de inscrição no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) a cada participante.

Art. 4º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 1ª Secretária

**Salto Veloso****PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 075/2014**

DECRETO Nº 075 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.016 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.64

RED: 16

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 10 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 076/2014**

DECRETO Nº 076 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.01.00000

RED: 48

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.01.00000

RED: 50

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2014**

DECRETO Nº 077 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.007 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Fonte: 01.52

RED: 63

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 078/2014**

DECRETO Nº 078 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 92.500,00 (Noventa e Dois Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 92.500,00

Fonte: 02.02

RED: 6

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Categoria Econômica: 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 92.500,00

Fonte: 02.02

RED: 9

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 079/2014**

DECRETO Nº 079/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Homologa Resultado Final de Classificação do processo Seletivo Público nº 002/2014.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Público n.º 002/2014, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final de classificação do Processo Seletivo Público nº 002/2014, conforme Anexo Único.

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, em 26 de Novembro de 2014.  
Claudemir Cesca  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda  
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I  
CLASSIFICAÇÃO FINAL

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Cidade Alta

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00003	10257	ROSEMILDA PÉRICO	25/05/1983	1,40	6,30	7,70	Aprovado
00002	11147	MARILENE SANTOS ZANESCO	28/07/1972	1,60	5,60	7,20	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde - Bairro do Salto

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00005	21179	DAIANE NERIS CAMPGNIN	19/05/1996	1,60	5,60	7,20	Aprovado
00009	13284	SILVANA DE FATIMA VIEIRA	21/01/1988	2,00	4,20	6,20	Aprovado
00008	21193	MARCIA JANETE SULDOVSKI	18/04/1983	1,60	4,20	5,80	Aprovado
00010	13966	SUZIANE MASSES	08/05/1983	1,60	3,50	5,10	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Escolar

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00015	21000	LORENI SALETE CORREA OLIVO	23/06/1960	1,40	4,20	5,60	Aprovado
00018	11261	ROSILI PANATTA	15/11/1985	1,40	4,20	5,60	Aprovado
00012	12597	CLAUDIA IMACULADA SANTIAN	08/12/1989	1,60	3,50	5,10	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Industrial

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00022	17483	LUCILEIA LOCATELLI ZANELLA	27/10/1987	2,20	4,20	6,40	Aprovado
00020	12750	ELAINE DE LOURDES LOCATELLI	11/02/1985	1,40	4,90	6,30	Aprovado
00019	18006	CRISTIANE ZAVARIZE FRANCISCO	08/02/1980	1,60	4,20	5,80	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde - Centro

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00023	11389	EDIANA CASTANHEIRO	23/06/1993	1,80	4,20	6,00	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde - Interior (todas as linhas)

Não houve aprovados.

Agente de Combate à Endemias

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00027	11425	BERENICE DAL PIZZOL	26/02/1973	1,60	4,20	5,80	Aprovado

**DECRETO MUNICIPAL N° 080/2014**

DECRETO N° 080/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Homologa Resultado Final de Classificação do Concurso Público n° 001/2014.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital do Concurso Público n.º 001/2014, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final de classificação do Concurso Público n° 001/2014, conforme Anexo Único.

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, em 26 de Novembro de 2014.

Claudemir Cesca  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda  
Secretário de Administração e Finanças**ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO FINAL****Agente Administrativo**

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Situação
00013	10739	1º. DÉBORA BARONCHELLO	18/10/1994	3,400	3,900	7.300	aprovado
00020	12870	2º. JULIANA PAULA CAMICIA BARBOZA	10/07/1980	2,800	4,200	7.000	aprovado
00008	21004	3º. CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE	08/06/1986	2,800	4,200	7.000	aprovado
00001	21201	4º. ADRIANO PEREIRA PEDROSO	25/03/1981	3,400	3,600	7.000	aprovado
00010	20928	5º. CIDI-NEIA GRAHL	02/06/1984	3,400	3,600	7.000	aprovado
00007	20679	6º. CAMILA ZARDO DE NARDI	21/08/1991	3,000	3,300	6.300	aprovado
00014	21191	7º. DEJANIRA ANTUNES CRUZ	27/03/1971	2,400	3,600	6.000	aprovado
00030	15413	8º. RANGEL LEGNANI	21/11/1994	2,200	3,600	5.800	aprovado
00032	16101	9º. TUANE CRISTINE SAVIAN	22/08/1991	2,800	2,700	5.500	aprovado
00006	18156	10º. CAMILA NATULA DE MATOS ARAUJO	14/12/1994	2,800	2,700	5.500	aprovado
00023	20907	11º. LEANDRO ZAGONEL	15/09/1995	2,800	2,700	5.500	aprovado
00005	20400	12º. CAMILA BOTH CESCA	12/06/1992	3,000	2,400	5.400	aprovado
00003	14219	13º. ANA CELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO	06/11/1983	1,600	3,600	5.200	aprovado

00012	10565	14º. DARCI ALFREDO TOBIAS JUNIOR	14/02/1981	2,400	2,700	5.100	aprovado
00017	19168	15º. FERNANDO JOSE CANALLI	05/11/1987	2,400	2,700	5.100	aprovado

## Assistente Social

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Escrita	P.T	Nota Final	SITUAÇÃO
00033	20497	1º. ANDREIA LEITE DE GODOY VITTI	16/06/1975	2,40	3,60	6.00	0,50	6,50	aprovado
00035	11571	2º. EVELI DA COSTA SILVA	11/11/1971	2,00	3,60	5.60	0,50	6,10	aprovado
00034	20534	3º. ANDREIA TERESINHA DE ALMEIDA	21/03/1979	1,80	3,60	5.40	0,50	5,90	aprovado
00037	16265	4º. LAÍS SUÉLLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	21/08/1987	2,20	3,30	5.50	0,00	5,50	aprovado
00042	13143	5º. VANESSA APARECIDA DE BRITTO	27/07/1989	1,60	3,90	5.50	0,00	5,50	aprovado
00038	10268	6º. LUCIANE FATIMA SPINELLI DOS SANTOS	10/10/1978	0,80	4,50	5.30	0,00	5,30	aprovado
00039	12073	7º. MARIA APARECIDA DRAPALSKI	17/10/1976	1,60	3,60	5.20	0,00	5,20	aprovado

## Auxiliar Administrativo

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	situação
00056	20831	1º. FERNANDO STRAPAZZON	14/07/1984	2,600	4,200	6.800	aprovado
00055	20984	2º. FABIANA BORDIGNON WEISS	28/10/1982	2,400	3,900	6.300	aprovado
00072	11095	3º. MARISA DOS SANTOS	28/02/1983	3,000	3,300	6.300	aprovado
00048	11617	4º. CAMILO DORNELES	21/11/1991	2,600	3,600	6.200	aprovado
00045	21088	5º. ALESSANDRO FAVERO	19/12/1988	2,800	3,300	6.100	aprovado
00078	17389	6º. RENAN KRABBE	22/01/1984	2,800	3,300	5.800	aprovado
00051	21060	7º. CIBELE VIGOLO	21/12/1994	1,800	3,300	5.100	aprovado
00069	10720	8º. MARIANA TAVARES SALAGNAC	16/08/1994	2,400	2,700	5.100	aprovado
00067	14232	9º. LUCIANE MEZZARI	15/07/1993	2,000	3,000	5.000	aprovado

## Auxiliar de Limpeza

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	NPE	NPP	NF	situação
89	20458	1º. NEI- DE TEDESCO	05/01/1976	2,40	5,40	7,80	9,75	8,97	aprovado
83	19994	2º. ANDREIA NASCIMENTO DE JESUS PALMA	28/06/1983	2,80	6,00	8,80	9,00	8,92	aprovado
90	16396	3º. RUBIA RODRIGUES ESCANDIEL	23/01/1975	2,80	6,00	8,80	8,75	8,77	aprovado
82	18200	4º. ANA MARIA VENTURIN DALLAGIACO- MASSA	24/03/1964	2,00	6,00	8,00	9,00	8,60	aprovado
87	12883	5º. MARIA MADA- LENA VIEIRA	17/02/1960	2,00	4,80	6,80	9,75	8,57	aprovado
85	19021	6º. JAQUELINE VULBRAK	22/02/1995	2,00	6,00	8,00	8,75	8,45	aprovado
84	17522	7º. DIRLEI CATA- RINA ARIATTI NUNES	02/03/1965	2,00	4,80	6,80	9,00	8,12	aprovado
86	17730	8º. MA- RIA DO CAR- MO DE SOUZA VENTURIN	16/07/1960	0,80	4,80	5,60	9,50	7,94	aprovado
88	20975	9º. NATALINA MORAES	27/12/1976	1,20	4,80	6,00	7,75	7,05	aprovado

## Auxiliar de Limpeza Urbana (gari)

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	Nota Final	NPP	NF	situação
91	10860	1º. FABIANA GODINHO	17/05/1980	2,80	4,20	7,00	9,00	8,20	aprovado
93	10814	2º. GI- SELI RIBEIRO	30/10/1994	0,80	2,40	3,20	9,75	7,13	aprovado
92	11094	3º. FÁTI- MA BARBOSA	14/10/1979	0,40	2,40	2,80	10,00	7,12	aprovado
95	11098	4º. MARISTELA ALVES DOS SANTOS	06/10/1975	0,80	0,60	1,40	9,75	6,41	aprovado

## Enfermeiro

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	Nota Escrita	P.T	Nota Final	situação
00109	20941	1º. MARINA HAR- TCOPH	16/06/1988	2,60	4,20	6,80	0,50	7,30	aprovado
00117	17665	2º. RITA MARLISE THEISEN	06/08/1986	2,00	4,50	6.50	0,50	7,00	aprovado
00116	18382	3º. RE- NATA CARLON	08/08/1987	2,80	3,60	6.40	0,50	6,90	aprovado

00101	20542	4º. CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	2,40	4,20	6.60	0,00	6,60	aprovado
00115	21011	5º. RAFAEL LUIZ DE MELLO	17/12/1989	2,40	3,90	6.30	0,00	6,30	aprovado
00104	13208	6º. JÉSSICA SEREDNISKI MELNEK	30/04/1990	2,00	4,20	6.20	0,00	6,20	aprovado
00103	20827	7º. EDUARDO JANIR DE SOUZA	21/01/1987	2,00	3,60	5.60	0,50	6,10	aprovado
00110	21207	8º. MIRIAN APARECIDA MONDINI	16/05/1980	3,00	3,00	6.00	0,00	6,00	aprovado
00106	16514	9º. LETICIA FUMAGALLI DA SILVA BÉZ	09/06/1988	2,00	3,30	5.30	0,50	5,80	aprovado
00107	20938	10º. LICEIA RINALDI RAMOS	02/06/1978	2,20	3,00	5.20	0,50	5,70	aprovado
00119	21309	11º. SÔNIA MARA CORRÊA PIRES PADILHA	20/01/1977	2,00	3,60	5.60	0,00	5,60	aprovado
00120	21183	12º. TATIANE GRACIELE RAMON	14/03/1981	2,20	3,30	5.50	0,00	5,50	aprovado
00113	16740	13º. OZIAS ELEAZAR BORUCH JUNIOR	25/05/1988	2,20	3,30	5.50	0,00	5,50	aprovado
00100	18549	14º. CLAUDIA RICHTER DOS SANTOS	07/07/1980	1,80	3,60	5,40	0,00	5,40	aprovado
00099	10810	15º. CINTIA APARECIDA AMAZONAS DE QUADROS	27/08/1983	2,00	3,30	5.30	0,00	5,30	aprovado
00096	20999	16º. ANDERSON GONDIM ROQUE	01/12/1982	1,80	3,30	5.10	0,00	5,10	aprovado

## Médico

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Motorista Classe II

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	NPE	NPP	NF	situação
132	20414	1º. PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	19/01/1979	3,60	6,00	9,60	10,00	9,84	aprovado
130	16394	2º. JOSE FERNANDO ESCANDIEL	29/12/1975	3,60	6,00	9,60	9,75	9,69	aprovado
125	18110	3º. DIRNEI PERÃO	16/11/1983	2,40	6,00	8,40	9,75	9,21	aprovado
127	18440	4º. EDUARDO MAURÍCIO SONTA	13/11/1982	2,80	4,80	7,60	10,00	9,04	aprovado



133	20997	5º. SIDEMAR ALESANDRO BORGES	27/10/1984	2,00	4,20	6,20	9,75	8,33	aprovado
134	18839	6º. VAL- DECIR JOSÉ SANTOS	04/10/1963	1,60	4,20	5,80	9,75	8,17	aprovado
131	17909	7º. LUCIANO MONTIEL	22/06/1987	2,40	3,00	5,40	9,75	8,01	aprovado
123	15977	8º. ADMILSON VINGLA DE MATOS	31/07/1978	2,40	4,20	6,60	8,75	7,89	aprovado
128	20227	9º. ELIANDRO FRANCISCO TINELLI	03/10/1983	1,20	4,20	5,40	9,00	7,56	aprovado
124	20434	10º. CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU	03/10/1982	2,00	3,60	5,60	8,75	7,49	aprovado
129	14771	11º. GIL- SON GARCIA DA SILVA	30/09/1969	1,60	060	2,80	10,00	6,88	aprovado
126	21126	12º. EDSON JOSÉ PINTO DA SILVA	05/08/1975	1,20	2,40	3,60	8,50	6,54	aprovado

## Motorista Classe III

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	NPE	NPP	NF	situação
136	14628	1º. EVANDRO CARLOS LIDA- NI	04/10/1973	3,60	5,40	9,00	8,50	8,70	aprovado
142	16720	2º. MAR- COS ROBERTO FRIGO	22/06/1985	3,60	5,40	9,00	8,25	8,55	aprovado
139	21155	3º. JANI CARLOS CONTE	04/06/1974	2,80	4,20	7,00	9,50	8,50	aprovado
135	18966	4º. ALTAIR ANTÔ- NIO PASIN	23/02/1957	2,80	4,20	7,00	9,25	8,35	aprovado
140	21008	5º. JHEYSON MACHADO	23/04/1990	2,00	3,60	5,60	9,50	7,94	aprovado
138	11913	6º. GIOVANI KAZLOWSKI	01/09/1985	2,80	3,00	5,80	8,75	7,57	aprovado
141	21092	7º. MARCELO DE JESUS DRUN	11/11/1982	2,80	3,00	5,80	8,25	7,27	aprovado
143	15588	8º. RICARDO SÔNEGO	19/08/1985	3,60	4,20	7,80	6,50	7,02	aprovado
137	14753	9º. GEN- TIL CONTE	28/06/1970	1,60	2,40	4,00	8,75	6,85	aprovado

## Operador de Bobcat

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	NPE	NPP	NF	situação
148	19857	1º. MA- RIZETE MARIA HENSEL	12/11/1974	3,20	3,00	6,20	5,75	5,93	aprovado
149	21017	2º. OZÉAS MOREIRA BRANCO	30/09/1973	1,20	2,40	3,60	7,00	5,64	aprovado

## Operador de Máquinas Classe II (carregadeira e rolo)

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Especí- ficos	NPE	NPP	NF	situação
154	10872	1º. SILVANO ZAMBONI	24/10/1970	3,60	4,80	8,40	7,50	7,86	aprovado
153	12667	2º. NILSON CORREIA DE ALMEIDA	18/09/1987	4,00	4,80	8,80	7,00	7,72	aprovado
151	16769	3º. JOÃO IVANOR DO PRADO	26/02/1983	3,20	4,20	7,40	7,88	7,69	aprovado
150	11102	4º. DILVANE AN- TONIO DOS SANTOS	26/10/1994	3,60	3,00	6,60	8,38	7,67	aprovado
155	20980	5º. VILSO JOSÉ VENTURIN	21/08/1964	2,40	4,20	6,60	6,88	6,77	aprovado
152	21304	6º. MARCIO RODRIGUES	30/10/1978	2,40	3,60	6,00	4,63	5,18	aprovado

## Operário Braçal

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Específicos	Nota Final	NPP	NF	situação
156	15040	1º. ADAIR RAMOS	30/08/1976	3,20	6,00	9,00	10,00	9,60	aprovado
158	11967	2º. LEANDRO LOCATELLI	23/12/1990	2,80	5,40	8,20	10,00	9,28	aprovado
160	21162	3º. SAN- DRO MACELO FAGANELLO	15/05/1979	2,00	4,20	6,20	10,00	8,48	aprovado
159	15864	4º. NAR- CISO JOSE VIEIRA	18/03/1958	1,20	4,20	5,40	10,00	8,16	aprovado
157	21308	5º. CLAUDEMIR JOSE MOREI- RA	20/05/1981	1,60	3,60	5,20	10,00	8,08	aprovado

## Técnico em Compras e Licitações

ID Cartão	Inscrição	Nome do Candi- dato	Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	situação
00226	17845	1º. ZURIEL MARCO AZZOLINI BUSSI	19/07/1987	3,000	5,100	8.100	aprovado
00220	18876	2º. THACYA- NA CANALLE	27/05/1989	3,000	4,800	7.800	aprovado

00200	20570	3º. KAUE VETORAZI	16/04/1993	3,000	4,800	7.800	aprovado
00172	11315	4º. CAROLINE VIECELLI	14/06/1989	2,800	4,500	7.300	aprovado
00221	14677	5º. UÍLIAN ZIMMERMANN	08/03/1994	3,400	3,600	7.000	aprovado
00176	18996	6º. DAVID CORDEIRO SCHMIDT	30/07/1993	3,000	3,900	6.900	aprovado
00180	20627	7º. FELIPE SPEZZATTO	03/04/1988	2,600	4,200	6.800	aprovado
00169	16777	8º. ANDERSON VEBER	11/06/1988	3,000	3,600	6.600	aprovado
00189	12296	9º. JOBBE ARAÚJO DIAS	10/09/1988	2,000	4,500	6.500	aprovado
00186	11839	10º. JÉSSICA PAULA FAVARIN	10/04/1995	3,200	3,300	6.500	aprovado
00164	11545	11º. ALINE ZAGO REOLON	05/08/1988	2,200	4,200	6.400	aprovado
00202	20369	12º. LUCELIA FEDRIGO	21/01/1985	2,000	4,200	6.200	aprovado
00170	20711	13º. ANDRE VINICIUS BALDISERA	30/05/1985	2,600	3,600	6.200	aprovado
00162	19108	14º. ADILSON ROQUE DOS SANTOS	09/05/1986	2,600	3,600	6.200	aprovado
00173	17131	15º. CRISTINE GISELA OHLWEILER	16/05/1983	2,800	3,300	6.100	aprovado
00225	17627	16º. WEUSLEY WILLIAN DE PAULA	19/07/1983	2,400	3,600	6.000	aprovado
00214	18166	17º. SAMUEL BERNARDO DA LUZ	07/06/1987	2,600	3,300	5.900	aprovado
00166	15930	18º. AMARILDO JOSÉ TURMINA	20/03/1964	3,200	2,700	5.900	aprovado
00195	11836	19º. JÚLCIMAR QUAGLIOTTO	06/03/1987	2,200	3,600	5.800	aprovado
00212	15107	20º. RONALDO LUIZ BENVEGNÚ	27/11/1971	2,800	3,000	5.800	aprovado
00165	19482	21º. AMANDA ZIMMER	12/02/1987	2,400	3,300	5.700	aprovado
00194	13135	22º. JOSIMAR DE FREITAS	22/08/1987	2,000	3,600	5.600	aprovado
00163	15968	23º. ALINE LÍRIA GRAHL	27/11/1986	2,600	3,000	5.600	aprovado
00197	20635	24º. JULIANA PASQUALI	14/02/1986	1,600	3,900	5.500	aprovado
00174	14211	25º. DALEISE APARECIDA TESSARI	20/09/1994	1,600	3,900	5.500	aprovado
00213	21069	26º. ROSILANE APARECIDA DOS SANTOS	11/02/1987	2,800	2,700	5.500	aprovado
00205	9986	27º. MAURÍCIO EDUARDO MEZAROBA	14/09/1996	2,400	3,000	5.400	aprovado
00167	10886	28º. ANA PAULA LORENZET	24/05/1994	3,000	2,400	5.400	aprovado

00196	20710	29º. JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	17/09/1983	2,000	3,300	5.300	aprovado
00168	21175	30º. ANA PAULA ZATTA	06/03/1976	1,800	3,300	5.100	aprovado
00190	11472	31º. JOELICE DE QUEIROS	27/05/1996	1,800	3,300	5.100	aprovado
00209	15983	32º. RAFAEL PASIN	20/05/1983	2,400	2,700	5.100	aprovado
00179	11320	33º. ELIANE MARIA DE MORA- ES	15/07/1991	2,000	3,000	5.000	aprovado

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 37/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de Brinquedos infantis e computador para a Creche municipal.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 09/12/2014 até as 09h00min.

Abertura: 09/12/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 26 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### ALTERAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL 90/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
Aviso de Alteração abertura de Edital

Edital de Licitação nº 90/2014 - Carta Convite nº 90/2014  
Fica alterado o prazo de recebimento e abertura da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito, para o dia 28 de Novembro de 2014 às 14:00horas.

Lê-se: "Com entrega dos envelopes marcada para até às 13:45 horas do dia 28 de Novembro de 2014 e abertura dos envelopes 15 minutos depois."

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 13:00h às 19:00h.

Nelson Cardoso de Oliveira.  
Prefeito Municipal

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL 25/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 28/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: Prestação de serviços referente a realização de Plantão Médico/Hospitalar de Urgência, Emergência e Eletivas, Técnico e Profissional pelo período de 12 (doze) meses aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, devendo esses serviços serem prestados na sede do Município ou em Quilombo.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 10/12/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 10/12/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 25 de novembro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EDITAL 81/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 109/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 81/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de jogos, brinquedos e materiais esportivos para utilização nos grupos e oficinas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 26 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL 82/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 110/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 82/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, mobiliário em geral e eletrodomésticos para utilização nos grupos e oficinas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 09 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 09 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 26 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

**São Bento do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 338/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 338/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 125/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 22 de ABRIL de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 84/2014. Considerando o objeto do Contrato nº 125/2014, que consiste na construção de Mirante no Parque 23 de Setembro, em São Bento do Sul conforme Projeto Básico e Memorial Descritivo em anexo, conforme Contrato de Repasse nº 770418/2012/Ministério do Turismo/Caixa Processo nº 2626.38677631/2012;

Considerando que houve necessidade de paralisação da obra por parte da Administração Pública em virtude de execução de trecho da obra da nova adutora do SAMAE - SBS, conforme Ofício nº 567/2014 em anexo a este Termo Aditivo;

Considerando também a decorrência das fortes chuvas na região durante o período de execução da obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, incisos II e III, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 04 (quatro) meses, a contar de 22 de novembro de 2014 e com término em 21 de março de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 07 (sete) meses, a contar de 22 de novembro de 2014 e com término em 21 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto e Urbanista.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 321/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 321/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 256/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 21 de AGOSTO de 2014, conforme Convite nº 247/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 256/2014, que constitui na contratação de empresa para reforma do pavimento térreo, pintura externa, revisão geral da cobertura com troca integral dos rufos e calhas do sistema de captação das águas pluviais do prédio localizado a Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 51 - São Bento do Sul, conforme Memorial Descritivo em anexo, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Convite nº 247/2014;

Considerando que após o término da execução da obra, não foi necessária a readequação nas repartições internas através das divisórias navais já existentes no local, portanto faz-se necessário suprimir o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 991,62 (novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 27 de outubro de 2014.  
Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.  
CARLOS ARAKAKI, como Engenheiro Civil.  
LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 327/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 327/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 266/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 23 de DEZEMBRO de 2011, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 266/2012, que consiste na modernização (Item 2 - Adequação da parte elétrica, telefone e preventivo elétrico) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR25 00001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra;

Considerando que há demora na liberação dos recursos estaduais, portanto a obra ainda não pode ser concluída, bem como não foi realizado o pagamento da última medição, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e III, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 06 de novembro de 2014 e com término em 05 de janeiro de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 27 de novembro de 2014 e com término em 26 de janeiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.  
PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 324/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 324/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 293/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA, em 24 de SETEMBRO de 2014, conforme Convite nº 263/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 293/2014, que constitui no fornecimento de material e mão de obra para reforma da edificação aonde irá se instalar o Conselho Tutelar, situada na Rua Luiz Carlos Vaz, Bairro Progresso em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projeto em anexo ao processo do Edital de Convite nº 263/2014;

Considerando que com o uso da edificação, pode se perceber sua vulnerabilidade a arrombamentos dada pelo sistema de aberturas instalado e, portanto, verificada a necessidade de reforçar a segurança da edificação;

Considerando que a edificação arquiva documentos sigilosos, torna-se essencial o reforço da segurança da mesma com instalação

de portão frontal e grades de ferro nas janelas, não previstas no projeto inicial, fazendo-se necessário aditar o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 3.330,00 (três mil trezentos e trinta reais).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 339/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a ampliação do Centro de Educação Infantil Municipal Castelo Encantado, situado à Rua Alzira Carvalho, Bairro Colonial, em São Bento do Sul, com área a ser ampliada de 312,65 m², conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 302/2014.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 192.281,20 - Valor Total.

São Bento do Sul, 19 novembro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 328/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 328/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 275/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 05 de SETEMBRO de 2014, conforme Convite nº 258/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 275/2014, que consiste no fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de apoios para uma ponte em concreto armado situado à estrada pessegueiros, bairro dona Francisca, em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Convite nº 258/2014;

Considerando que a etapa de instalação das vigas pré-moldadas da ponte é feito pela Defesa Civil do Estado e a mesma está aguardando agendamento para execução, houve necessidade de paralisação da obra por parte da Administração Pública;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso III da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de novembro de 2014 e com término em 06 de janeiro de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 05 de dezembro de 2014 e com término em 04 de março de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.



São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.  
Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.  
GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.  
IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 331/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso e Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CALICO TRANSPORTE LTDA - EPP.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na escolha de PERMISSONÁRIA para outorga de serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no Município de São Bento do Sul, nos termos da Lei Municipal nº 1007 de 10 de agosto de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 2973 de 06 de março de 2012.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 novembro de 2014.  
ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.  
CALICO TRANSPORTE LTDA - EPP, como Contratada.

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 246/2009**

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 246/2009

DA ESPÉCIE: Fica RESCINDIDO a partir da data de 09 de novembro de 2014 o Contrato de permissão de uso e de prestação de serviços nº 246/2009, que consiste na escolha de PERMISSONÁRIA para outorga de serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no Município de São Bento do Sul, nos termos da Lei Municipal nº 1007 de 10 de agosto de 2004. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Concorrência Pública nº 259/2014 no dia 10 de novembro de 2014, sendo assim gerado novo Contrato.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.  
Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.  
CALICO VEÍCULOS LTDA, como Contratada.

**São Carlos****PREFEITURA****EXT ADIT LSW**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO DE ADITIVO	
Contrato Nº.:	030/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto.....:	EXECUÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL ETAPA II
PROCESSO	TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS ENG. N.:055/2014
Valor.....	R\$44.286,00(quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e)
Vigência.....:	31.12.2014
SAO CARLOS, 10 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

# São Domingos

## PREFEITURA

### ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 012- 04.11.2014

#### DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 012/2014 de 04 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 398.187-50/2012)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº398.187-50/2012, de 19/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, que passa a ter a seguinte redação: Recursos de Contrapartida aportada pelo Contratado: R\$ 15.307,67 (quinze mil, trezentos e sete reais e sessenta e sete centavos).

Valor: R\$ 15.307,67

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

### ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 013- 19.11.2014

#### DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 013/2014 de 19 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1011116-58/2013)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1011116-58/2013 de 20/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do MCIDADES, que passa a ter a seguinte redação: Recursos de Contrapartida aportada pelo Contratado: R\$ 33.314,22 ( trinta e três mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos).

Valor: R\$ 33.314,22

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

RELATORIO\_LRF\_CONSOLIDADO\_5\_BIM

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>4.276.196,74</b>	<b>7,72</b>	<b>20.119.854,52</b>	<b>36,34</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>19.657.833,33</b>	<b>19.657.833,33</b>	<b>3.422.237,11</b>	<b>17,41</b>	<b>17.061.434,65</b>	<b>86,79</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.053.000,00	2.053.000,00	236.614,78	11,53	1.315.135,46	64,06
IMPOSTOS	1.407.000,00	1.407.000,00	229.707,60	16,33	1.077.729,59	76,60
TAXAS	346.000,00	346.000,00	6.907,18	2,00	237.405,87	68,61
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	185.000,00	14.422,44	7,80	143.549,44	77,59
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	185.000,00	185.000,00	14.422,44	7,80	143.549,44	77,59
RECEITA PATRIMONIAL	253.833,33	253.833,33	70.618,20	27,82	283.358,08	111,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	253.833,33	253.833,33	70.618,20	27,82	283.358,08	111,63
RECEITA AGROPECUÁRIA	40.000,00	40.000,00	5.943,00	14,86	28.530,44	71,33
Outras Receitas Agropecuárias	40.000,00	40.000,00	5.943,00	14,86	28.530,44	71,33
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	3.969,99	26,47	10.990,94	73,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.791.500,00	16.791.500,00	3.050.133,19	18,16	14.922.116,83	88,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.431.500,00	16.431.500,00	2.902.089,66	17,66	14.208.534,38	86,47
Transf. de Conv.	360.000,00	360.000,00	148.043,53	41,12	713.582,45	198,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	319.500,00	319.500,00	40.535,51	12,69	357.753,46	111,97
Multas e Juros de Mora	22.000,00	22.000,00	5.779,90	26,27	41.316,41	187,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	21.000,00	21.000,00	26.343,65	125,45	75.051,83	357,39
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	46.500,00	46.500,00	5.189,95	11,16	38.562,46	82,93
RECEITAS DIVERSAS	230.000,00	230.000,00	3.222,01	1,40	202.822,76	88,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>35.708.001,00</b>	<b>35.708.001,00</b>	<b>853.959,63</b>	<b>2,39</b>	<b>3.058.419,87</b>	<b>8,57</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.898.000,00	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.898.000,00	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.198,97	0,00	5.741,37	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.810.001,00	29.810.001,00	852.760,66	2,86	3.052.678,50	10,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	-15.732,02	0,00	8.316,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	29.810.001,00	29.810.001,00	868.492,68	2,91	3.044.362,50	10,21
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>4.276.196,74</b>	<b>7,72</b>	<b>20.119.854,52</b>	<b>36,34</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>4.276.196,74</b>	<b>7,72</b>	<b>20.119.854,52</b>	<b>36,34</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.365.834,33	55.365.834,33	4.276.196,74	7,72	20.119.854,52	36,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.220.833,16	—	—	1.086.329,77	—
Superávit Financeiro	—	1.220.833,16	—	—	1.086.329,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>1.721.248,83</b>	<b>57.087.083,16</b>	<b>4.298.100,65</b>	<b>23.005.032,28</b>	<b>3.601.126,61</b>	<b>17.794.457,00</b>	<b>31,17</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18.843.806,33</b>	<b>1.071.335,31</b>	<b>19.915.141,64</b>	<b>3.045.772,43</b>	<b>16.011.956,67</b>	<b>3.015.429,79</b>	<b>14.573.932,47</b>	<b>73,18</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.723.472,00	-1.217.540,33	9.505.931,67	1.512.798,78	6.994.938,10	1.505.396,41	6.985.477,73	73,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.000,00	0,00	36.000,00	700,56	3.479,20	700,56	3.479,20	9,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.084.334,33	2.288.875,64	10.373.209,97	1.532.273,09	9.013.539,37	1.509.332,82	7.584.975,54	73,12
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>36.507.028,00</b>	<b>649.913,52</b>	<b>37.156.941,52</b>	<b>1.253.328,22</b>	<b>6.993.075,61</b>	<b>585.696,82</b>	<b>3.220.524,53</b>	<b>8,67</b>
INVESTIMENTOS	36.411.028,00	649.913,52	37.060.941,52	1.210.639,41	6.916.959,65	543.008,01	3.144.408,57	8,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	96.000,00	0,00	96.000,00	42.688,81	76.115,96	42.688,81	76.115,96	79,29
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>1.721.248,83</b>	<b>57.087.083,16</b>	<b>4.299.100,65</b>	<b>23.005.032,28</b>	<b>3.601.126,61</b>	<b>17.794.457,00</b>	<b>39.292.626,16</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>1.721.248,83</b>	<b>57.087.083,16</b>	<b>4.299.100,65</b>	<b>23.005.032,28</b>	<b>3.601.126,61</b>	<b>17.794.457,00</b>	<b>39.292.626,16</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.325.397,52</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>1.721.248,83</b>	<b>57.087.083,16</b>	<b>4.299.100,65</b>	<b>23.005.032,28</b>	<b>3.601.126,61</b>	<b>20.119.854,52</b>	<b>39.292.626,16</b>

FONTE:  
SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI CONTADORA CRC/SC 034400/O-1	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE
---	--	--

Município de SÃO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)							
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		% (b/Total b)	% (b/a)					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	57.087.083,16	4.299.100,65	23.005.032,28	3.601.126,61	17.794.457,00	100,00	31,17	39.292.626,16					
Legislativa	761.400,00	761.400,00	89.878,24	535.608,56	97.662,35	507.799,21	2,85	66,69	253.600,79					
Ação Legislativa	761.400,00	761.400,00	89.878,24	535.608,56	97.662,35	507.799,21	2,85	66,69	253.600,79					
Essencial à Justiça	400.000,00	1.000.000,00	-7.400,00	868.347,84	0,00	818.432,84	4,60	81,84	181.567,16					
Administração Geral	400.000,00	1.000.000,00	-7.400,00	868.347,84	0,00	818.432,84	4,60	81,84	181.567,16					
Administração	3.867.223,00	3.847.223,00	233.323,99	1.839.716,99	279.922,78	1.673.079,49	9,40	43,49	2.174.143,51					
Administração Geral	3.867.223,00	3.847.223,00	233.323,99	1.839.716,99	279.922,78	1.673.079,49	9,40	43,49	2.174.143,51					
Defesa Nacional	1.000,00	31.000,00	30.797,36	30.847,36	30.197,36	30.197,36	0,17	97,41	802,64					
Defesa Civil	1.000,00	31.000,00	30.797,36	30.847,36	30.197,36	30.197,36	0,17	97,41	802,64					
Segurança Pública	110.000,00	113.000,00	3.651,67	72.208,51	8.785,82	68.863,04	0,39	60,94	44.136,96					
Policimento	110.000,00	113.000,00	3.651,67	72.208,51	8.785,82	68.863,04	0,39	60,94	44.136,96					
Assistência Social	3.563.526,00	3.644.930,06	301.893,18	1.792.045,30	281.577,82	994.358,80	5,59	27,28	2.650.571,26					
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	74.000,00	8.538,21	58.461,83	8.844,70	56.124,86	0,32	75,84	17.875,14					
Assistência Comunitária	3.469.526,00	3.570.930,06	293.354,97	1.733.583,47	272.733,12	938.233,94	5,27	26,27	2.632.696,12					
Saúde	11.987.500,00	11.966.996,63	1.232.688,52	5.447.085,45	1.242.118,28	4.780.901,54	26,87	39,95	7.186.095,09					
Atenção Básica	11.424.000,00	11.200.188,56	1.071.304,97	4.859.288,00	1.061.925,91	4.283.195,85	24,07	38,24	6.916.992,71					
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	493.000,00	653.000,00	123.013,80	514.753,41	141.785,38	426.139,41	2,39	65,26	226.860,59					
Vigilância Sanitária	42.500,00	85.808,07	38.349,75	72.144,04	38.406,99	70.666,28	0,40	82,35	15.141,79					
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	0,00	900,00	0,00	900,00	0,01	3,21	27.100,00					
Educação	4.425.333,33	4.957.172,72	786.630,52	3.865.877,96	738.334,08	3.696.970,31	20,78	74,58	1.260.202,41					
Ensino Fundamental	114.000,00	224.744,74	62.240,77	207.122,51	45.206,53	182.824,13	1,03	81,35	41.920,61					
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00					
Educação Básica	4.286.333,33	4.707.427,98	724.389,75	3.658.755,45	693.127,55	3.514.146,18	19,75	74,65	1.193.281,80					
Cultura	75.000,00	75.000,00	2.998,60	22.948,00	18.498,60	22.888,00	0,13	30,52	52.112,00					
Difusão Cultural	75.000,00	75.000,00	2.998,60	22.948,00	18.498,60	22.888,00	0,13	30,52	52.112,00					
Urbanismo	12.474.101,00	12.964.793,06	451.030,46	4.491.028,85	402.886,59	3.118.785,43	17,53	24,06	9.846.007,63					
Infra-Estrutura Urbana	8.945.000,00	9.155.000,00	78.121,23	2.588.724,81	48.297,00	1.360.831,46	7,65	14,86	7.794.168,54					
Serviços Urbanos	3.519.101,00	3.799.793,06	372.909,23	1.902.304,04	354.589,59	1.757.953,97	9,88	46,26	2.041.839,09					
Transporte Rodoviário	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00					
Habituação	2.065.000,00	2.135.755,30	10.393,60	338.623,06	79.023,20	268.680,64	1,51	12,58	1.867.074,66					
Habituação Urbana	2.065.000,00	2.135.755,30	10.393,60	338.623,06	79.023,20	268.680,64	1,51	12,58	1.867.074,66					
Saneamento	7.090.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00					
Saneamento Básico Urbano	7.090.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00					

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	55.365.834,33	57.087.083,16	4.299.100,65	23.005.032,28	3.601.126,61	17.794.457,00	100,00	31,17
Agricultura	2.770.000,00	2.840.000,00	142.432,09	1.383.631,38	157.811,26	901.476,98	5,07	31,74
Extensão Rural	2.770.000,00	2.840.000,00	142.432,09	1.383.631,38	157.811,26	901.476,98	5,07	31,74
Indústria	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	4.343.751,00	4.317.812,39	912.038,20	1.967.127,69	134.469,01	565.890,15	3,18	13,11
Turismo	668.750,00	691.442,88	4.893,16	648.627,04	111.885,10	225.292,26	1,27	32,58
Desporto Comunitário	3.675.001,00	3.626.369,51	907.145,04	1.318.500,65	22.583,91	340.597,89	1,91	9,39
Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	108.764,22	349.935,33	129.839,46	346.133,21	1,95	68,95
Outros Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	108.764,22	349.935,33	129.839,46	346.133,21	1,95	68,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>55.365.834,33</b>	<b>57.087.083,16</b>	<b>4.299.100,65</b>	<b>23.005.032,28</b>	<b>3.601.126,61</b>	<b>17.794.457,00</b>	<b>100,00</b>	<b>31,17</b>

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI, JUCELANE FORNARI LORENZI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 034400/O-5 COORDENADORA DE CONTROLE

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.856.346,97</b>	<b>2.285.361,44</b>	<b>1.831.469,34</b>	<b>1.910.763,04</b>	<b>1.869.468,25</b>	<b>2.201.890,87</b>	<b>2.113.979,08</b>	<b>1.665.711,16</b>	<b>1.761.162,37</b>	<b>1.997.958,78</b>	<b>1.862.870,83</b>	<b>1.988.074,54</b>	<b>22.444.833,33</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	79.824,40	130.938,88	80.206,77	138.857,12	148.339,86	294.277,39	169.007,28	63.273,92	83.236,60	101.321,74	157.382,75	79.252,03	2.053.000,00
I.P.T.U.	1.311,03	900,21	612,11	1.178,72	23.952,07	111.769,30	55.647,82	5.697,08	5.141,05	928,18	1.134,38	807,42	209.080,37
I.R.R.F.	0,00	48.960,59	8.469,10	209,88	0,00	21.340,07	0,00	0,00	0,00	4.364,81	61.323,92	4.375,82	120.000,00
I.S.S.	58.463,83	60.148,34	43.490,90	65.184,09	34.649,20	80.460,85	64.237,25	27.209,67	41.657,89	39.735,58	44.888,40	44.888,40	840.000,00
I.T.E.I.	13.476,34	15.628,63	16.256,44	21.244,76	40.827,05	13.811,69	13.742,73	21.635,04	31.956,65	52.811,01	48.753,12	26.142,40	314.085,86
Outras Receitas Tributárias	6.573,20	5.301,11	11.378,22	51.039,67	48.911,54	67.095,48	35.379,48	8.732,13	4.481,01	3.869,19	3.037,99	249.280,18	646.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.879,92	14.346,09	15.933,80	15.952,60	18.928,10	18.000,30	16.728,48	15.110,76	14.305,18	14.737,78	14.422,44	0,00	171.775,45
RECEITA PATRIMONIAL	22.996,69	14.313,09	10.858,81	37.037,25	18.567,25	37.361,83	25.594,16	28.545,92	32.003,68	33.338,81	37.279,39	320.667,86	253.833,33
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.807,50	3.091,32	4.355,00	3.460,00	1.010,00	2.709,86	2.377,50	3.162,50	3.211,18	2.308,40	3.873,50	2.086,50	40.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.092,00	1.186,69	1.143,30	420,00	504,00	1.621,65	1.176,00	196,00	28,00	1.932,00	2.068,76	13.289,63	15.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.695.742,26	2.099.742,68	1.778.555,75	1.707.821,60	1.557.555,94	1.799.803,14	1.887.025,35	1.547.537,74	1.623.023,40	1.784.228,07	1.641.685,06	1.837.156,39	19.578.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	423.779,89	369.126,63	448.428,05	393.082,94	371.503,84	5.852.539,68
Cota-Parte do I.C.M.S.	624.548,85	639.017,65	591.630,77	572.516,40	566.331,91	554.528,96	555.676,79	579.544,80	523.882,18	556.046,49	601.775,36	614.862,80	6.970.360,96
Cota-Parte do I.P.V.A.	29.806,29	31.745,72	44.788,34	61.672,71	75.240,69	90.126,22	94.352,02	86.132,68	88.031,06	82.108,71	69.921,79	63.550,05	870.000,00
Cota-Parte do ITR	351,38	40,84	47,68	32,89	0,00	8,48	0,00	0,00	48,55	135,13	3.797,05	13.713,13	14.000,00
Outras Transferências Correntes	373.990,25	513.035,30	338.402,01	224.797,90	343.851,00	526.690,22	445.615,88	245.314,53	448.828,14	485.047,91	371.304,12	555.204,08	3.793.500,00
Transferências da LC 61/1989	9.729,95	9.919,22	9.283,90	7.859,97	7.680,19	8.383,59	9.096,78	8.664,20	8.900,82	9.174,78	8.633,94	9.246,23	106.553,57
Transferências da LC 87/1996	2.585,08	2.585,08	2.453,30	2.453,30	0,00	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	31.000,00
Transferências do FUNDEB	164.154,58	163.307,47	207.118,39	203.295,53	187.658,86	187.688,27	206.743,28	195.648,24	200.832,70	190.716,56	206.822,96	2.294.839,56	1.850.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.887,80	13.059,09	40.415,91	7.814,47	124.563,10	48.046,70	12.085,31	7.884,32	14.877,03	61.431,11	10.287,04	30.246,47	319.500,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>231.519,26</b>	<b>237.476,33</b>	<b>246.606,84</b>	<b>255.945,43</b>	<b>205.209,04</b>	<b>217.104,76</b>	<b>246.933,45</b>	<b>221.314,81</b>	<b>198.508,26</b>	<b>221.942,76</b>	<b>215.642,59</b>	<b>215.065,67</b>	<b>2.711.369,20</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	231.519,26	237.476,33	246.606,84	255.945,43	205.209,04	217.104,76	246.933,45	221.314,81	198.508,26	221.942,76	215.642,59	215.065,67	2.711.369,20
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.624.827,71</b>	<b>2.047.885,11</b>	<b>1.684.862,50</b>	<b>1.654.817,61</b>	<b>1.664.259,21</b>	<b>1.984.146,11</b>	<b>1.867.045,63</b>	<b>1.444.396,35</b>	<b>1.562.954,11</b>	<b>1.776.016,02</b>	<b>1.646.228,24</b>	<b>1.773.008,87</b>	<b>19.857.833,33</b>
FONTE:													
SAO DOMINGOS, 07/11/2014													

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ELENIR TERESINHA AGIOLETTO  
CONTADOR(A) CRC/SC 0344000-9

JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						Continua 1/3

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
Piso Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI

CONTADORA CRC/SC 034400/O-5

JUCELANE FORNARI LORENZI

COORDENADORA DE CONTROLI

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	213.826,48	180.399,33	137.710,52
DEDUÇÕES (II)	3.285.728,54	5.058.105,27	5.681.403,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.915.812,45	5.335.000,77	5.922.982,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	4.829,71	4.793,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	630.083,91	281.725,21	246.372,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.071.902,06	-4.877.705,94	-5.543.692,70
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.071.902,06</b>	<b>-4.877.705,94</b>	<b>-5.543.692,70</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-665.986,76</b>	<b>-2.471.790,64</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-118.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>19.404.000,00</b>	<b>3.351.618,91</b>	<b>16.778.076,57</b>	<b>14.953.327,98</b>
Receita Tributária	2.053.000,00	236.614,78	1.315.135,46	1.415.831,65
I.P.T.U.	275.000,00	1.941,80	206.869,13	202.020,06
I.S.S.	840.000,00	89.170,54	485.795,97	731.601,83
I.T.B.I.	172.000,00	72.895,52	284.980,89	155.155,60
I.R.R.F.	120.000,00	65.699,74	100.083,60	74.132,07
Outras Receitas Tributárias	646.000,00	6.907,18	237.405,87	252.922,09
Receita de Contribuição	185.000,00	14.422,44	143.549,44	136.696,23
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	185.000,00	14.422,44	143.549,44	136.696,23
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	253.833,33	70.618,20	283.358,08	82.777,18
(-) Aplicações Financeiras	253.833,33	70.618,20	283.358,08	82.777,18
Transferências Correntes	16.791.500,00	3.050.133,19	14.922.116,83	13.190.131,96
F.P.M.	4.736.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	5.600.000,00	975.584,60	4.565.436,52	4.421.622,70
Convênios	360.000,00	148.043,53	713.582,45	375.222,23
Outras Transferências Correntes	6.095.500,00	1.314.835,60	5.945.599,70	4.970.685,72
Demais Receitas Correntes	374.500,00	50.448,50	397.274,84	210.668,14
Dívida Ativa	46.500,00	5.189,95	38.562,46	65.299,31
Diversas Receitas Correntes	328.000,00	45.258,55	358.712,38	145.368,83
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>35.708.001,00</b>	<b>853.959,63</b>	<b>3.058.419,87</b>	<b>5.959.386,12</b>
Operações de Crédito (III)	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	1.198,97	5.741,37	5.540,89
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.810.001,00	852.760,66	3.052.678,50	5.953.845,23
Convênios	29.810.001,00	868.492,68	3.044.362,50	5.953.845,23
Outras Transferências de Capital	0,00	-15.732,02	8.316,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>29.810.001,00</b>	<b>852.760,66</b>	<b>3.052.678,50</b>	<b>5.953.845,23</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>49.214.001,00</b>	<b>4.204.379,57</b>	<b>19.830.755,07</b>	<b>20.907.173,21</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>19.915.141,64</b>	<b>3.015.429,79</b>	<b>14.573.932,47</b>	<b>12.095.185,81</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.505.931,67	1.505.396,41	6.985.477,73	6.200.615,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	36.000,00	700,56	3.479,20	3.441,77
Outras Despesas Correntes	10.373.209,97	1.509.332,82	7.584.975,54	5.891.128,46
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>19.879.141,64</b>	<b>3.014.729,23</b>	<b>14.570.453,27</b>	<b>12.091.744,04</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>37.156.941,52</b>	<b>585.696,82</b>	<b>3.220.524,53</b>	<b>5.119.647,78</b>
Investimentos	37.060.941,52	543.008,01	3.144.408,57	5.078.957,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	96.000,00	42.688,81	76.115,96	40.690,60
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>37.060.941,52</b>	<b>543.008,01</b>	<b>3.144.408,57</b>	<b>5.078.957,18</b>

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>15.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>56.955.083,16</b>	<b>3.557.737,24</b>	<b>17.714.861,84</b>	<b>17.170.701,22</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-7.741.082,16</b>	<b>646.642,33</b>	<b>2.115.893,23</b>	<b>3.736.471,99</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				
Superávit Financeiro	-	-	1.086.329,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	1.086.329,77	0,00
			0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-6.019.833,33</b>

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

\_\_\_\_\_  
JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC



Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	630.083,91	630.083,91	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	630.083,91	630.083,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	31.690,00	31.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISM	0,00	62.786,00	62.786,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00	535.607,91	535.607,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	630.083,91	630.083,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIAMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTA DORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE II
--	---	---

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.438.500,00	1.438.500,00	233.280,55	1.110.307,73	77,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	303.000,00	303.000,00	4.073,49	223.560,48	73,78
1.1.1- IPTU	275.000,00	275.000,00	1.941,80	206.869,13	75,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	276,30	1.037,22	103,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	1.263,74	11.780,96	58,90
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	591,65	3.873,17	55,33
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	72.895,52	284.980,89	165,69
1.2.1- ITBI	172.000,00	172.000,00	72.895,52	284.980,89	165,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	843.500,00	843.500,00	90.611,80	501.682,76	59,48
1.3.1- ISS	840.000,00	840.000,00	89.170,54	485.795,97	57,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	567,07	2.759,93	275,99
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.500,00	1.500,00	660,00	10.782,64	718,84
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	214,19	2.344,22	234,42
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	65.699,74	100.083,60	83,40
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	65.699,74	100.083,60	83,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.935.000,00	13.935.000,00	2.154.993,73	11.211.959,14	80,46
2.1- Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	764.586,78	4.621.872,40	78,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.920.000,00	5.920.000,00	764.586,78	4.621.872,40	78,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.216.638,16	5.706.794,46	81,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.000,00	31.000,00	4.906,60	22.079,70	71,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	17.880,17	86.904,40	86,90
2.5- Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	17.510,18	17.782,91	127,02
2.6- Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	133.471,84	756.525,27	86,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>15.373.500,00</b>	<b>15.373.500,00</b>	<b>2.388.274,28</b>	<b>12.322.266,87</b>	<b>80,15</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	334.000,00	334.000,00	159.499,75	489.613,05	146,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	198.000,00	198.000,00	41.476,78	206.959,67	104,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	1.710,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	54.000,00	54.000,00	16.960,00	67.840,00	125,63
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.000,00	82.000,00	17.796,10	62.286,35	75,96
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	82.394,78	147.782,83	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	872,09	3.034,20	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	3.460.000,00	3.460.000,00	102.316,66	410.088,89	11,85
6.1- Transferências de Convênios	3.460.000,00	3.460.000,00	102.316,66	410.088,89	11,85
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	3.000,00	3.000,00	4.968,32	19.892,27	663,08
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>3.797.000,00</b>	<b>3.797.000,00</b>	<b>266.784,73</b>	<b>919.594,21</b>	<b>24,22</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.787.000,00	2.787.000,00	428.708,26	2.242.373,61	80,46
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.184.000,00	1.184.000,00	152.917,32	924.374,24	78,07
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	241.053,56	1.141.357,94	81,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.200,00	6.200,00	981,32	4.415,94	71,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.576,04	17.380,95	86,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.800,00	2.800,00	3.502,01	3.556,51	127,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	174.000,00	174.000,00	26.678,01	151.288,03	86,95
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.853.333,33	1.853.333,33	401.014,37	1.982.395,11	106,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00	1.850.000,00	397.339,52	1.967.477,51	106,35
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.333,33	3.333,33	3.674,85	14.917,60	447,53
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-937.000,00</b>	<b>-937.000,00</b>	<b>-31.368,74</b>	<b>-274.896,10</b>	<b>29,34</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.297.000,00	1.340.262,17	278.109,85	1.145.917,17	85,50
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.297.000,00	1.340.262,17	278.109,85	1.145.917,17	85,50
14- OUTRAS DESPESAS	556.333,33	638.333,33	73.206,04	597.926,80	93,67
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	556.333,33	638.333,33	73.206,04	597.926,80	93,67
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.853.333,33	1.978.595,50	351.315,89	1.743.843,97	88,14
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)				1.743.843,97	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %				57,80	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %				30,16	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %				12,03	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.843.375,00	3.843.375,00	597.068,57	3.080.566,72	80,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.203.333,33	3.426.595,50	559.920,27	2.937.129,41	85,72
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.853.333,33	1.978.595,50	351.315,89	1.743.843,97	88,14
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.350.000,00	1.448.000,00	208.604,38	1.193.285,44	82,41
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.203.333,33	3.426.595,50	559.920,27	2.937.129,41	85,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				-274.896,10	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)				14.917,60	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				43.262,17	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				-216.716,33	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				3.153.845,74	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				25,59	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.600.000,00	2.632.988,58	1.272,02	13.794,45	0,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.600.000,00	2.632.988,58	1.272,02	13.794,45	0,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.803.333,33	6.059.584,08	561.192,29	2.950.923,86	48,70

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	43.262,17	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.967.477,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.719.321,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.719.321,03	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	14.917,60	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	306.336,25	0,00

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA      ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI    JUCELANE FORNARI LORENZI  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA CRC/SC 034400/O-1    COORDENADORA DE CONTROLE

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 43.262,17, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	5.898.000,00	0,00		5.898.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	37.156.941,52	3.220.524,53	0,00	33.936.416,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	37.156.941,52	3.220.524,53	0,00	33.936.416,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-31.258.941,52	-3.220.524,53		-28.038.416,99

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.438.500,00	1.438.500,00	1.110.307,73	77,19
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	275.000,00	275.000,00	206.869,13	75,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	284.980,89	165,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	840.000,00	840.000,00	485.795,97	57,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	100.083,60	83,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	3.797,15	189,86
Dívida Ativa dos Impostos	21.500,00	21.500,00	22.563,60	104,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.000,00	8.000,00	6.217,39	77,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.935.000,00	13.935.000,00	11.211.959,14	80,46
Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	4.621.872,40	78,07
Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	17.782,91	127,02
Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	756.525,27	86,96
Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	5.706.794,46	81,53
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	86.904,40	86,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	22.079,70	71,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	22.079,70	71,22
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>15.373.500,00</b>	<b>15.373.500,00</b>	<b>12.322.266,87</b>	<b>80,15</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.499.500,00	6.241.500,00	5.089.717,24	81,55	4.431.774,61	71,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.694.000,00	2.539.000,00	1.743.194,18	68,66	1.743.194,18	68,66
Outras Despesas Correntes	2.805.500,00	3.702.500,00	3.346.523,06	90,39	2.688.580,43	72,62
DESPESAS DE CAPITAL	5.488.000,00	5.725.496,63	357.368,21	6,24	349.126,93	6,10
Investimentos	5.488.000,00	5.725.496,63	357.368,21	6,24	349.126,93	6,10

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.488.000,00	5.725.496,63	357.368,21	6,24	349.126,93	6,10
Investimentos	5.488.000,00	5.725.496,63	357.368,21	6,24	349.126,93	6,10
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	11.987.500,00	11.966.996,63	5.447.085,45	45,52	4.780.901,54	39,95
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.514.500,00	7.771.996,63	2.176.109,92	39,55	1.950.206,89	40,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.164.500,00	3.421.996,63	2.154.585,36	39,55	1.928.682,33	40,34
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	4.350.000,00	4.350.000,00	21.524,56	0,40	21.524,56	0,45
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	7.514.500,00	7.771.996,63	2.176.109,92	39,95	1.950.206,89	40,79
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.473.000,00	4.195.000,00	3.270.975,53	5,57	2.830.694,65	-0,84
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII) <sub>a</sub> = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,97
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶</b>						982.354,62

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)
					(m/Total m)*100
Atenção Básica	11.424.000,00	11.200.188,56	4.859.288,00	89,21	4.283.195,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	493.000,00	653.000,00	514.753,41	9,45	426.139,41
Vigilância Sanitária	42.500,00	85.808,07	72.144,04	1,32	70.666,28
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	900,00	0,02	900,00
TOTAL	11.987.500,00	11.966.996,63	5.447.085,45	100,00	4.780.901,54
					100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times IIIb/100)$

Continua 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

SAO DOMINGOS, 07/11/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC

# São João do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 146 DE 04 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 146 DE 04 DE OUTUBRO DE 2014,  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

#### RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para ROSA DUILIA TOMAZ, ocupante do cargo de Professora, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de outubro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 147 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 147 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014,  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

#### RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, ocupante do cargo de Professora, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 09 de outubro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### DECRETO Nº 107 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 107 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 13.410,00 (treze mil, quatrocentos e dez reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

#### 0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.306.0128.2035 - Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.410,00

#### 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.3.90.00.00.00.00.00.0051 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0059 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 13.410,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados de excesso de arrecadação, verificados no exercício corrente, conforme seguem:

I - Transferência do FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, no valor de R\$ 6.410,00;

II - Transferência do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social - PBF- Piso Básico Fixo/PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, no valor de R\$ 3.000,00;

III - Transferência do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social - SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no valor de R\$ 4.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
10 novembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

# São José

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, usando da competência que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c o § 3º do art. 9º da Lei nº 4599, de 12/12/2007 vem, pelo presente edital,

CONSIDERANDO a necessidade de dar ampla publicidade e conferir prazo razoável (art. 37 da Constituição Federal) ao Fórum Próprio de Representantes Não-Governamentais para comporem o Conselho Municipal do Idoso; e

CONSIDERANDO que gestão dos atuais Conselheiros Municipais do Idoso somente se findará no ano de 2015, Resolve redesignar para 19 de dezembro de 2014 a realização do "Foro Próprio Eletivo da Sociedade Civil e Promoção da Pessoa Idosa", momento em que ocorrerá a Assembleia de escolha dos 06 (seis) representantes titulares e 06 (seis) representantes suplentes, conforme a Lei nº.4.599/2007, artigo 9º, parágrafo 2º e 3º c/c a integralidade da Resolução CMI nº. 007/2008, para comporem o Conselho Municipal do Idoso de São José, para o próximo biênio 2015/2017 segundo os critérios estipulados pela Comissão Organizadora do Foro Próprio Eletivo das Entidades Cívicas e Promoção da Pessoa Idosa, a realizar-se no horário compreendido entre 09:00h e 11:00horas no CATI - Centro de Atendimento à Terceira Idade, situado na Avenida Beira Mar de São José, Bairro Praia Comprida, São José/SC, coordenada pela Comissão organizadora do Foro Próprio Eletivo da Sociedade Civil e Promoção da Pessoa Idosa, conforme eleitos no dia 09 de Agosto de 2012. Diante da prorrogação da data, ora estipulada, caberá à Comissão Organizadora do "Foro Próprio Eletivo da Sociedade Civil e Promoção da Pessoa Idosa", igualmente, em detrimento da estrita observância ao art. 37 da Constituição Federal, promover a ampliação da data máxima para inscrição no referido Foro, em prazo não inferior a, pelo menos, cinco dias da ocorrência do evento, bem como da divulgação de candidatos inscritos.

Paço Municipal de São José, 24 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### LEI N.º 5.445 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir o Crédito Adicional Especial, até a importância de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), criando junto ao Orçamento do Município de São José para o exercício de 2014, nova Ação (Projeto) e terá a seguinte classificação.

No órgão e Na Unidade Orçamentária:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

O Projeto:

02.02.15.451.0106.1.554 - Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

Os Elementos de Despesas, as Fontes de Recursos e seus respectivos valores:

3.3.90.30.00.00.0059 - Material de Consumo,	
Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
3.3.90.39.00.00.0059 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.35.00.00.0059 - Serviços de Consultoria,	
Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.39.00.00.0059 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.51.00.00.0059 - Obras e Instalações.	
Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 5.200.000,00
Total do Órgão .....	R\$ 6.000.000,00
Total do Crédito .....	R\$ 6.000.000,00

Art. 2º - Os recursos na ordem de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, autorizado na forma disposta no artigo 1º desta Lei, correrão à conta do Provável Excesso de Arrecadação os quais serão consignados no Orçamento do Município de São José na Fonte de Recursos 59 - Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014, instrumento celebrado entre o Município de São José e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de centralização e processamento dos valores da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, da Prefeitura, dos fundos, das fundações e da autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

\*Republicado por incorreção

### DECRETO Nº 3442/2014

DECRETO Nº 3442/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor, LUIZ CARLOS DAMS JÚNIOR, matrícula nº 16.154, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3456/2014**

DECRETO Nº 3456/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JEAN VIEIRA para o cargo em comissão de Diretor Geral de Informações e Sistemas - CCM 9, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3446/2014**

DECRETO Nº 3446/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ALINE COSTA VIEIRA, matrícula 33.691, ocupante do cargo de Enfermeira, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de outubro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3443/2014**

DECRETO Nº 3443/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TERESA CRISTINA GAIO DA SILVA do cargo de Supervisor de Pessoal - CCM6, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3444/2014**

DECRETO Nº 3444/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIA DA GRAÇA CHRAIM DOS ANJOS do cargo de Diretor Geral de Vigilância - CCM -09, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3435/2014**

decreto nº 3435/2014

FIXA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - URM PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos art. 409 e 416 do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021 de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o valor da Unidade de Referência Municipal - URM - para o exercício de 2015 em R\$ 149,85 (cento e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de novembro de 2013 a outubro de 2014, no percentual de 6,5872%.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Secretário Municipal da Receita

**DECRETO Nº 3440/2014**

DECRETO Nº 3440/2014

NOMEIA COMISSÃO PARA APRECIACÃO DO PROGRAMA DE ADOÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão para Avaliação do Programa de Adoção de Áreas Públicas deste Município, em atendimento ao disposto no Art. 5º do Decreto n.º 34.040/2011, os seguintes servidores:

Como Membros Efetivos e sob a Presidência do primeiro:



I. FERNANDO SOUZA, Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia - Matrícula N.º 33.195-3;  
II. WILLIAN QUADROS, Servidor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia - Matrícula N.º 33.064-7;  
III. OSMAR VIEIRA FILHO, Servidor da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Matrícula N.º 30.746-7;  
IV. EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA, Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Matrícula N.º 34.680-2;  
V. RODRIGO DE ANDRADE, Secretário Interino Projetos Especiais - Matrícula N.º 33.063-9;

Art. 2º - Fica concedido à Comissão para Apreciação do Programa de Adoção de Áreas Públicas deste Município, o pleno exercício de poderes e prerrogativas que lhe são inerentes, conforme disposto no Decreto n.º 34.040/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3441/2014**

DECRETO Nº3441/2014  
ENQUADRA POR TRANSFORMAÇÃO SERVIDOR INATIVO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 59 da Lei Complementar nº 053/2011,

CONSIDERANDO o inciso II do artigo 57, e o artigo 69 e o Anexo VIII, todos da Lei Complementar nº 053/2011;  
CONSIDERANDO o Decreto de Aposentadoria nº 6.196/1997;  
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 4.593/2013;

DECRETA:

Art. 1º - O servidor aposentado nos termos do Decreto nº 6.196/1997, ALCIDES JOSÉ RACHADEL, matrícula nº 1616, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, fica enquadrado por transformação no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme determina a Lei Complementar nº 053/2011, no anexo VIII, sendo seus proventos revistos de acordo com a Classe 6, Nível de Vencimento I, Referência de Vencimento - Letra "A" da carreira, em conformidade com o artigo 69 da Lei Complementar nº 053/2011 e orientação técnica OT nº 02/2014 anexa ao Processo Administrativo nº 4.593/2013.

Art. 2º - Os proventos devido ao servidor inativo serão compostos pelo vencimento de referência na Letra "A" da carreira de AGENTE ADMINISTRATIVO, de forma proporcional (89%), com base na sua modalidade de aposentadoria, acrescido do adicional por tempo de servidor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a proporcionalidade do valor corrigido, e mais, o valor referente à insalubridade especial.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO Secretário de Administração	ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal
---	---

#### **DECRETO Nº 3455/2014**

DECRETO Nº 3455/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, DENISE ROMILDA QUINTINO, matrícula nº 35.447, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3454/2014**

DECRETO Nº 3454/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, SABRINA SOUZA DOS SANTOS, matrícula nº 35.496, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3453/2014**

DECRETO Nº 3453/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, VALMIRA DE SOUZA, matrícula nº 35.588, com lotação na Secretaria de Educação.



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3452/2014**

DECRETO Nº 3452/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARIA DE LOURDES SOUZA, matrícula nº 35.565-8, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3451/2014**

DECRETO Nº 3451/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, GISLAINE MARTINS DOS SANTOS CARVALHO, matrícula nº 35.438-4, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3450/2014**

DECRETO Nº 3450/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, CLÁUDIA REGINA DA COSTA, matrícula nº 35.596, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3449/2014**

DECRETO Nº 3449/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, JANDERSON JOSÉ FERREIRA, matrícula nº 33.035, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3448/2014**

DECRETO Nº 3448/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, ZENILDA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 35.448, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3447/2014**

DECRETO Nº 3447/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, JULIANA IZELDA DA SILVA, matrícula nº 30.753, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 3445/2014**

DECRETO Nº 3445/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor OSAIR AZEVEDO ROSA JUNIOR do cargo de Assessor de Planejamento Urbano - CCM 8, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 3434/2014**

DECRETO Nº 3434/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JULIO FLORES para exercer o cargo de Secretário Adjunto da Saúde - SMA, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 125/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 125/2014 - Processo nº 324/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSE/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/12/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/12/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 126/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 126/2014 - Processo nº 325/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, COMPREENDENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICOS, FERRAMENTAS, COPA E COZINHA E DESCARTÁVEIS, DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/12/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/12/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 099/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 099/2014 - Processo nº 262/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE CONDICIONADORES DE AR DESTINADOS AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 09/12/2014 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 09/12/2014 às 15h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 106/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 106/2014 - Processo nº 276/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSAS, DESTINADAS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 09/12/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 09/12/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 119/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 119/2014 - Processo nº 312/2014: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA em PRESTAÇÃO DE serviços DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 11/12/2014 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/12/2014 às 15h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 123/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 123/2014 - Processo nº 322/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EXPEDIENTE, VESTUÁRIO, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A CASA DE ACOlhIMENTO SOCIAL AO MORADOR DE RUA BOM SAMARITANO PERTENCENTE À SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 11/12/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/12/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 098/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 098/2014 - Processo nº 261/2014: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PERTENCENTES AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 09/12/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 09/12/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**DECRETO Nº 3436/2014**

DECRETO Nº 3.436/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Elen da Costa Cardoso	Professor - H	10/11/2014
Maria Mussak Casa-grande	Auxiliar de Sala	18/11/2014
Vanessa dos Santos Moura	Auxiliar de Ensino	14/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 3437/2014**

DECRETO Nº 3.437/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARILDA VALERIA DE SOUZA	Agente de Serviços Gerais	13/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**PREGÃO PRESENCIAL 068/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 068/2014 - Processo nº 214/2014: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS DESTINADOS A 1ª CCOMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ /SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 11/12/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/12/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**DECRETO Nº 3438/2014**

DECRETO Nº 3.438/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012 e o Edital nº 001/2013 datado de 02/05/2013 e;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Rosimar Martinovski	Auxiliar de Ensino	17/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 3439/2014**

DECRETO Nº 3.439/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 15356/2014 datado de 23/07/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Rudmar da Silva Marcos	Professor - H	17/11/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**ATA DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS**

ATA DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

EDITAL Nº 03/2014/FUNESJ

Aos vinte de cinco dias do mês de Novembro de 2014, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Edital nº. 03/2014/FUNESJ, resolvo através da presente, homologar os resultados prévios emitidos pela Comissão de Seleção e Análise de Projetos Esportivos a partir das seguintes considerações.

Primeiramente, cumpre salientar que os membros da Comissão foram escolhidos por mim com base na experiência e na área de competência de cada um, sendo formada, então, uma comissão mista entre funcionários da área do esporte de rendimento e do esporte escolar, bem como representantes dos setores financeiro, administrativo e jurídico. Entendo que a formação de uma comissão técnica para discutir, nortear e embasar decisões do gestor da

FUNESJ é exemplo a ser seguido e adota como procedimento padrão da entidade e não como uma conduta isolada de uma gestão. Testemunhei a dedicação, a seriedade e imparcialidade com que a análise dos projetos foi conduzida e, embora tenha algumas ressalvas e observações no que se refere a ajustes orçamentários, reforço minha confiança e respeito aos resultados aprovados pelo grupo. Importante mencionar que respeito, também, o trabalho das entidades proponentes, reconheço as dificuldades e esforços de cada um para manter suas atividades e clamo, num exercício de altruísmo, que os senhores proponentes sejam sensíveis às nossas próprias limitações, e analisem cada ajuste de forma global e não individual.

Muitas das entidades proponente - e algumas já parceiras - antes de janeiro de 2013, nunca haviam tido a oportunidade de, se quer, apresentar um projeto para análise em condições de igualdade com outros postulantes. A grande maioria dos parceiros selecionados, neste quase dois anos de nova gestão, nunca haviam recebido qualquer ajuda de custo do Município e outros contavam, apenas - mas não menos importante - com a cessão de espaços públicos.

Na atual gestão, ainda que os senhores proponentes julguem insuficiente, o Município apoia inúmeras associações, de forma significativa e nunca antes realizada, subsidiando custo de professores, compra de material, cessão de espaços públicos e, sempre que possível, com transporte para competição e premiação para realização de pequenos eventos. A Prefeitura de São José, além das atividades de contra turno realizadas pela Secretaria de Educação e Assistência Social, vem, através da Fundação de Esportes e Lazer, ampliando sua presença e parcerias com organizações da sociedade civil de forma comprometida e responsável.

Neste sentido, embora não seja tarefa fácil e confortável, passo a realizar algumas considerações e ajustes, inerentes à própria função e, tentarei, fazê-lo respeitando os critérios prévios estabelecidos pela Comissão.

Quanto à APABB/SC (Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade), observo, das atas e resultados que me foram encaminhados, que a Comissão aprovou o valor de R\$ 31.810,00. Dentre os itens aprovados estão 2 (dois) professores e 2 (dois) professores auxiliares. Observo, também, que as atividades serão executadas nas dependências de uma universidade pública, com curso de Educação Física; acredito, neste sentido, que há grande possibilidade da conveniente desenvolver as atividades com apoio de alunos da própria instituição, sem redução da qualidade dos atendimentos. Reduzo, para adequar à realidade e disponibilidade orçamentária da FUNESJ, o valor destinado ao pagamento de um professor, ou seja, R\$ 7.200,00, restando homologado o valor final de R\$ 24.610,00 (vinte quatro mil, seiscentos e dez reais).

Quanto à Associação de Jovens Atletas Peregrinos, observo, das atas e resultados que me foram encaminhados, que a Comissão aprovou o valor de R\$ 37.012,00. Dos valores aprovados, segundo plano de trabalho, R\$ 10.835,00 serão destinados para organização e realização da Copa Peregrino, evento que teve sua primeira edição realizado neste ano e teve apoio da FUNESJ. Assim como em 2014, a FUNESJ tem interesse em apoiar o evento, no entanto, por se tratar de evento pontual e não execução continuada das atividades do projeto, e por adequação à LOA, sugiro que, em momento oportuno, seja apresentado em projeto separado, cuja dotação orçamentária também será específica. Reduzo, para adequar à realidade e disponibilidade orçamentária da FUNESJ, o valor destinado à realização da Copa Peregrinos, ou seja, R\$ 10.835,00, restando homologado o valor final de R\$ 26.177,00 (vinte seis mil, cento e setenta e sete reais).

Quanto à Associação Esportiva Recreativa e Cultural Handebol São José, observo, das atas e resultados que me foram encaminhados, que a Comissão aprovou o valor de R\$ 14.540,00, para manutenção de dois polos em escolas da rede pública de educação. Um dos polos sugeridos (Loteamento Lisboa), a FUNESJ já apoia um projeto e, visando a continuidade e fortalecimento do trabalho já realizado e considerando nossas próprias limitações, opto pela redução do valor destinado ao pagamento do professor, ou seja, R\$ 5.700,00, restando homologado o valor final de R\$ 8.840,00 (oito mil, oitocentos e quarenta reais), mediante a comprovação de autorização para uso de espaço da escola pública. Vale frisar, por fim, que a entidade deve executar 12 horas/aulas semanais de projeto social, em cumprimento às disposições do Edital 04/2014/FUNESJ.

Sendo essas as reconsiderações que tinha a fazer, homologo todas as demais decisões da Comissão constantes em ata, bem como os valores dispostos na planilha a seguir:

Classif.	Entidade	CNPJ	Modalidade	Valor Homologado
1	Associação Desportiva Sanrosé	21.157.125/0001-08	Futsal	R\$ 15.840,00
2	Instituto Futuro	13.327.132/0001-74	Futebol	R\$ 42.478,00
3	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade	58.106.519/00008-05	Paradesporto	R\$ 24.610,00
4	Clube Atlético Galo São José	18.586.929/0001-00	Futsal	R\$ 23.570,00
5	Associação Escolinha de Craques Colônia Santana	19.711.383/0001-34	Futebol	R\$ 35.400,00
6	Associação Atlético União	03.758.073/0001-35	Futsal	R\$ 19.070,00
7	Associação de Jovens Atletas Peregrinos	09.215.223/0001-40	Futsal	R\$ 26.177,00
8	Centro de Educação e Treinamento Esperança	73.249.609/0001-90	Futebol Suíço	R\$ 12.540,00
9	Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave	11.801.368/0001-75	Jiu Jitsu	R\$ 45.100,00
10	Associação Abadã Capoeira de São José	10.973.722/0001-86	Capoeira	R\$ 32.435,00
11	Associação Cultura e Luta	21.190.359/0001-49	Jiu Jitsu	R\$ 4.917,00
12	Clube Desportivo Independente	10.735.733/0001-28	Basquete	R\$ 27.100,00
13	Associação Esportiva Recreativa e Cultural Handebol São José	08.518.399/0001-09	Handebol	R\$ 8.840,00
14	Associação Esportiva, Cultural e Social Atletas do Futuro	15.058.095/0001-71	Judô	R\$ 17.660,00
15	Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube	21.276.442/0001-35	Futebol	R\$ 14.050,00
16	Associação Sombra de Karatê	07.724.985/0001-47	Karatê	R\$ 27.650,00
17	Associação Beneficente, Cultural, Social e Filantrópica Ação Já	10.597.277/0001-05	Judô	R\$ 11.665,00



XX	XXXX	XXXX	TOTAL	R\$ 389.102,00
----	------	------	-------	----------------

Os demais classificados pela comissão poderão, em caso de disponibilidade orçamentária, vir a ser contemplados, na seguinte ordem:

18	Confederação Brasileira de Hapkido Esportivo	20.998.723/0001-39	Taekwondo	R\$ 11.273,00
19	Associação Cultural Recreativa e Esportiva Moleque da Bola	13.005.183/0001-80	Futebol	R\$ 15.037,00
20	Associação Catarinense de Pole Dance	17.023.028/0001-47	Pole Dance	R\$ 10.418,00

Ressalto, no entanto, conforme previsto no edital, a análise e classificação das propostas, não geram direitos aos proponentes. Fica estabelecido que a assinatura dos convênios nos valores acima estipulados está condicionada, entre outras coisas, à aptidão da documentação constante nos Editais a que se referem os projetos, bem como, no caso daquelas entidades já conveniadas, à apresentação e aprovação da Prestação de Contas Final do ano de 2014.

As entidades serão convocadas, uma a uma, para elaboração de um novo Plano de Trabalho condizente com os valores aprovados. Será convocada uma reunião geral para esclarecimentos acerca das cláusulas do Termo de Convênio, das obrigações, da prestação de contas e dos motivos para rescisão do contrato.

São José (SC), 25 de novembro de 2014.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2014**

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

Considerando que o Pregão Presencial 001/2014 - Processo Licitatório Nº. 001/2014 foi instaurado no início do ano de 2014, unicamente para realização de Contratação de empresa especializada para prestar serviços de exibição de conteúdo televisivo "ao vivo", em canais de empresa de Televisão por assinatura na cidade de São José, para exibição do conteúdo áudio/visual produzido pela TV Câmara de São José, em especial as sessões legislativas, ordinárias e extraordinárias.

Considerando a sua permanência da sua suspensão sine die, desde 19 de março de 2014, conforme publicação do D.O.M (edição n.º 1449, p. 504).

Considerando que a CMSJ está passando por uma reestruturação da TV Câmara de São José, para operacionalização do canal legislativo municipal, com serviços que englobam equipamentos e mão de obra, face a multiplicidade de atividades para a transmissão da sua programação, inclusive, para acompanhar os avanços tecnológicos e novas adequações relativas também a transmissão de sinal televisivo (TVAL e canal aberto);

Considerando assim, a realização e abertura da licitação Pregão Presencial Nº. 11/2014 Processo Administrativo Nº. 056/2014, em 05 de agosto de 2014, para contratação de empresa especializada em prestar serviços de operação de canal de televisão da Câmara de Vereadores de São José, com fornecimento de material e pessoal especializado;

Considerando ainda o atendimento de interesse público, a conveniência e oportunidade administrativa, fundamentadas no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela previsão do item 20.1 do Capítulo das "Disposições Gerais" do edital; Considerando a inviabilidade, para o momento, da continuidade do Processo Licitatório Nº. 001/2014;

Considerando por fim, o efetivo cumprimento dos Princípios da Economicidade, Eficiência, de forma a atender a preservação do interesse público em todos os atos adotados por esta Administração;

A Câmara Municipal de São José REVOGA o Pregão Presencial n.º 001/2014 - Processo Administrativo n.º 001/2014, cujo objeto consiste unicamente na contratação de empresa especializada para prestar serviços de exibição de conteúdo televisivo "ao vivo", em canais de empresa de Televisão por assinatura na cidade de São José, para exibição do conteúdo áudio/visual produzido pela TV Câmara de São José, em especial as sessões legislativas, ordinárias e extraordinárias.

São José (SC), 24 de novembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE  
Diretor Administrativo

De acordo:  
Publique-se.

SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente da CMSJ

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2014  
Processo Administrativo nº 052/2014

Objeto: A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação por meio de cartão magnético, para os servidores públicos da Câmara de Vereadores de São José/SC.

Recebimento das propostas e lances: somente via internet, no endereço eletrônico [HTTP://www.cmsj.sc.gov.br/](http://www.cmsj.sc.gov.br/) na opção PREGÃO ELETRÔNICO, de 28 de novembro de 2014 às 13:00h até dia 09 de dezembro de 2014, às 11:30h. Abertura das propostas: Dia 09 de dezembro de 2014, às 14:00h.

Observação: Após acessar o site acima, clicar em "Acesso ao Sistema", na barra de opções lateral. Em seguida "entre" com seu "USUÁRIO" e "SENHA".

Caso ainda não possua, entre em contato com a administração para sua identificação de acesso seja providenciada. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13:00h às 19:00h. Fone: (48) 3029-1321.

São José/SC, 26 de novembro de 2014

VALMOR JOSÉ HEBERLE  
DIRETOR ADMINISTRATIVO



**BALANCETE OUTUBRO 2014****SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	826.516,16
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	806.414,79
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	609.548,55
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	196.866,24
		Despesas Intra-orçamentárias	20.101,37
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.101,37
Receita Extra - Orçamentária	2.648.167,84	Despesa Extra - Orçamentária	1.112.206,07
DEPOSITOS	194.811,79	DEPOSITOS	150.235,69
CONSIGNACOES	137.644,51	CONSIGNACOES	140.036,45
PREVIDENCIA SOCIAL	42.100,53	PREVIDENCIA SOCIAL	42.244,35
PENSÃO ALIMENTICIA	4.421,80	PENSÃO ALIMENTICIA	4.421,80
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	53.937,99	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	54.432,82
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	10.050,72	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	10.050,72
PLANOS DE SEGUROS	34,63	PLANOS DE SEGUROS	34,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	27.007,91	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	28.761,20
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	90,93	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	90,93
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	57.167,28	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.199,24
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	57.167,28	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	10.199,24
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	861.473,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	961.970,38
OBRIGACOES A PAGAR	861.473,22	OBRIGACOES A PAGAR	961.970,38
FORNECEDORES	231.823,30	FORNECEDORES	299.955,85
PESSOAL A PAGAR	544.352,51	PESSOAL A PAGAR	544.106,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	85.297,41	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	85.990,17
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.591.882,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	31.918,36
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.591.882,83		
REPASSE RECEBIDO	1.591.882,83		
Saldos anteriores	5.631.495,32	Saldos atuais	6.340.940,93
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.628.862,59	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.336.782,15
BANCO C/ MOVIMENTO	2.632,73	BANCO C/ MOVIMENTO	4.158,78
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	8.279.663,16	Total	8.279.663,16

SAO JOSE, 25/11/2014

SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente

CANISIO VANDERLEI OSAIDA  
Contador CRC/SC-019121/O-6

ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL  
Diretoria Controle Interno

ANA LUCIA TEIXEIRA  
Chefia Planejamento Controle e Orçamento

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2014, PR Nº 093/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4.993, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.993, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 650,84 (seiscentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.			
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.			
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0022	218	Aplicação Direta	R\$ 650,84	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de novembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.992, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.992, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 11.586,96 (onze mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.2.050 3.3.90.0 0.00.00.00.00.01.0022	62	Aplicação Direta	R\$ 11.586,96	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de novembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.994, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.994, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal e institui o Sistema de Registro Eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais da Administração Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que dispõe os artigos 41, 42, § 1º e 67 da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado, em dois turnos, o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta, Autarquias, SINE e Junta do Serviço Militar, os quais cumprirão jornada de trabalho de 08 horas, com intervalo de 02h para o almoço, nos seguintes horários: das 07h e 30m às 11h e 30m, e das 13h e 30m às 17h e 30m, de segunda à sexta-feira. Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do horário previsto no caput, as Escolas Públicas Municipais e o Conselho Tutelar, os quais permanecerão com os horários de funcionamento inalterados.

Art. 2º Fica instituído o Sistema de Registro Eletrônico da efetividade funcional dos servidores municipais da Administração Direta, que será regulado conforme as disposições deste Decreto. Parágrafo único. A apuração da efetividade observará os horários de expediente fixados no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Consideram-se servidores municipais para fins deste Decreto, os servidores detentores de cargos de provimento efetivo e os admitidos em caráter temporário - ACT.

Art. 4º O registro eletrônico da efetividade funcional será realizado pessoalmente, através de sistema que armazenará, diariamente, de forma automatizada, seus horários de entradas e saídas.

§ 1º O registro eletrônico da efetividade funcional por sistema eletrônico será efetuado através de identificação biométrica por impressão digital.

§ 2º Nos órgãos da administração direta e indireta, enquanto não houver sido implantado o Sistema de Registro Eletrônico, o controle da efetividade funcional continuará sendo realizado através do preenchimento manual de ficha ponto.

§ 3º Na hipótese de eventual falha no Sistema de Registro Eletrônico, ou na identificação biométrica por impressão digital, o servidor, de que trata o art. 3º, é responsável por entrar em contato, imediatamente, com a Gerência de Recursos Humanos e solicitar a anotação atestando seus horários de entrada e saída, conforme o caso, sob pena de sofrer os descontos previstos no artigo 6º deste Decreto, exceto se averiguado pane geral no Sistema, caso em que será procedida a anotação, pela Gerência de Recursos Humanos, nos respectivos registros.

Art. 5º Fica vedado ao servidor municipal efetuar registro de efetividade aquém ou além dos limites de sua jornada, de acordo com os horários previstos no art. 1º e conforme sua carga horária diária e semanal de trabalho, exceto se previamente autorizada a prestação de serviço extraordinário ou a compensação de horários.

§ 1º Os afastamentos legais e autorizações prévias serão registrados no sistema de registro eletrônico da efetividade.

§ 2º Somente será autorizada a compensação de horários em casos excepcionais, mediante prévia autorização e justificativa expedida pelo superior hierárquico e protocolada junto à Gerência de Recursos Humanos.

§ 3º Os servidores públicos municipais que forem convocados para realizar trabalho em horário diverso do horário de expediente, especificado no artigo 1º deste Decreto, em vista de eventos realizados pelo Município, poderão compensar as horas excedentes em folgas, conforme definição, autorização e justificativa do Secretário da pasta, devidamente protocoladas junto à Gerência de Recursos Humanos, sempre com respaldo ao cumprimento da carga horária relativa ao respectivo cargo.

Art. 6º De acordo com os dados constantes do Sistema de Registro Eletrônico da efetividade funcional, o servidor perde:

I - a remuneração do dia, quando faltar ao serviço sem motivo justificado legalmente;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos não justificados e saídas antecipadas.

§ 1º Fica autorizada a Gerência de Recursos Humanos a processar automaticamente os descontos, de que trata o caput deste artigo, de acordo com os dados constantes do Sistema de Registro Eletrônico, salvo se houver justificativa legal expedida pelo superior hierárquico ou compensação de horários, na forma prevista no art. 5º, § 2º, deste Decreto.

§ 2º Caso não seja possível o processamento dos descontos na folha de pagamento da mesma competência em que ocorrer a falta ou atraso, os descontos poderão ocorrer nos meses subsequentes.

Art. 7º O servidor que deixar de cumprir a carga horária diária de trabalho por motivo de falta e atraso, deverá providenciar imediatamente a justificativa perante seu superior hierárquico.

§ 1º As faltas ao serviço por motivo de doença serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 3 (três) dias e, para período superior a este e inferior a dezesseis dias, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do

Município ou, na sua falta, por Médico Oficial do Município.

§ 2º Em qualquer dos casos mencionados no § 1º deste artigo o atestado médico ou o laudo da junta médica oficial, deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser aceito e as faltas tidas como injustificadas.

Art. 8º Fica sob responsabilidade das respectivas chefias imediatas acompanhar e controlar a frequência do servidor e adotar as medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução deste Decreto e demais normas regulamentadoras.

Art. 9º Cabe aos servidores referidos no art. 3º deste Decreto:

I - realizar o registro de seus horários de entradas e saídas, de acordo com o art. 4º, sempre com respaldo nos horários previstos no artigo 1º e de acordo com a respectiva jornada de trabalho;

II - acompanhar o registro eletrônico de sua jornada diária de trabalho, por meio de consulta às informações eletrônicas que serão colocadas a sua disposição; e

II - conferir a folha eletrônica individual do ponto até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao registro da frequência, podendo, dentro do mesmo prazo, manifestar a sua discordância justificadamente.

§ 1º O servidor que não manifestar discordância quanto ao registro de sua efetividade no prazo previsto no inciso II deste artigo, terá seus dados confirmados.

§ 2º O servidor que não cumprir as normas previstas neste Decreto estará sujeito às medidas administrativas previstas no artigo 6º, conforme o caso, e medidas disciplinares estabelecidas na Lei Complementar nº 118/2010, de 23 de junho de 2010.

Art. 10. Para fins deste Decreto, compete:

I - à chefia imediata do servidor abonar e validar o registro eletrônico de sua efetividade funcional até o 5º (quinto) dia do mês subsequente;

II - à Gerência de Recursos Humanos, conferir, efetuar os descontos, homologar e transpor o registro das ocorrências para o sistema, tempestivamente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente; e

III - à Gerência de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a gestão do sistema, a orientação e auditoria na utilização do registro.

Art. 11. A divulgação das normas estabelecidas neste Decreto caberá ao Gabinete do Prefeito, à Gerência de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, competindo-lhes, ainda:

I - orientar os servidores quanto às diretrizes estabelecidas para o registro eletrônico da efetividade;

II - zelar pela conservação dos equipamentos e programas utilizados e pela segurança das informações do sistema; e

III - dirimir dúvidas relativas ao previsto neste Decreto, com vistas à sua fiel aplicação.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 3.813, de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e mobiliário em geral destinados para a utilização das creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e da Creche do Bairro Salete da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 11 de dezembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 26 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 6.989/2014 -DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO ESCOTEIRO SÃO MIGUEL DO OESTE - GESMO COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 6.989/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO ESCOTEIRO SÃO MIGUEL DO OESTE - GESMO COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, GRUPO ESCOTEIRO SÃO MIGUEL DO OESTE - GESMO estabelecido na Rua Itapiranga, nº 230, Bairro Andreatta, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 3012 e registrado sob o número 4271, folhas 027 no livro A-13, em 03/06/2014, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 20.481.599/0001-30

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei

correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

### LEI Nº 6.990/2014- AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 6.990/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a integrar, em conjunto com outros Municípios interessados, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, ratificando, para tanto, o Protocolo de Intenções, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal será formatado como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

Art. 3º Fica o Município autorizado a firmar Contrato de Rateio com o referido Consórcio Intermunicipal, visando atender suas finalidades estatutárias, conforme estabelecido no Protocolo de Intenções que através desta, passa a se denominar Contrato de Consórcio.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, se necessário, autorizado a abrir no orçamento do Município em vigência, crédito adicional para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei.

§ 1º A Contribuição de Custeio será repassada mensalmente pelo Município ao Consórcio, de acordo com os valores da Tabela de Contribuição, aprovada em Assembleia, pelo Conselho de Consorciados.

§ 2º A Contribuição para Investimento está vinculada à aplicação em ações, projetos e obras que beneficiem o Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa



**LEI Nº 6.991/2014 -AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 77.101,00 (SETENTA E SETE MIL, CENTO E UM REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 6.991/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 77.101,00 (SETENTA E SETE MIL, CENTO E UM REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Ente Federado, através da colaboração financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

04.122.0021.1.936 - Iluminação de Pista de Kart e Recuperação Asfáltica junto ao Parque Rineu Gransotto.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 23.130,30

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 53.970,70

**TOTAL R\$ 77.101,00**

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

04.122.0021.2.042 - Admsitr.dos bens e serv. de Dsenv.Econômico.

114 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas (Redução) R\$ 23.130,30

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do

provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 53.970,70 (cinquenta e três mil, novecentos e setenta reais e setenta centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III**  
**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Município.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra a Lei Municipal nº. 6.945/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 6.992/2014 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 146.676,06 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SEIS CENTAVOS)**

LEI Nº 6.992/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 146.676,06 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SEIS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 146.676,06 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 146.676,06 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0224.1.937 - Iluminação do Campo de Futebol d Linha Canela Gaúcha.  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 44.002,82  
4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 102.673,24  
TOTAL R\$ 146.676,06

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0224.1.055 - Construção e equipamentno de Ginásios de Esportes  
1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 44.002,82

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 102.673,24 (cento e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 146.676,06 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela

Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

CAPÍTULO IV  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 146.676,06 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC., neste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra a Lei Municipal nº. 6.930/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 6.993/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 75.707,10 (SETENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS), E CONTÉM OUTR**

LEI Nº 6.993/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 75.707,10 (SETENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 75.707,10 (Setenta e cinco mil, setecentos e sete reais e dez centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 75.707,10 (Setenta e cinco mil, setecentos e sete reais e dez centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

04.122.0021. 1.935 - Instalação de Antenas de Internet Rural no Município.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 711,65

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas R\$ 74.995,45  
TOTAL R\$ 75.707,10

Art. 3º Para atendimento parcial do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica promovida a redução abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0021.1.068 - Aquis.de equip. e aparelham. para a Oficina Mecânica.

154 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 711,65

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, para a Instalação de Antenas de Internet Rural, na importância de R\$ 74.995,45 (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 75.707,10 (Setenta e cinco mil, setecentos e sete reais e dez centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 75.707,10 (Setenta e cinco mil, setecentos e sete reais e dez centavos), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes ajustadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se na íntegra a Lei Municipal nº. 6.894/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

### **LEI Nº 6.994/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 6.994/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534. 1.938 - Construção de Pontes no interior do Município com convênio com o SDR/Estado.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas R\$ 88.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do



provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, para construção de pontes no interior do Município, na importância de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes ajustadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra a Lei Municipal nº. 6.895/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

### **LEI Nº 6.995/2014 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EPAGRI DO EXTREMO OESTE CATARINENSE-AFEEOSC, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 6.995/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EPAGRI DO EXTREMO OESTE CATARINENSE- AFEEOSC, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EPAGRI DO EXTREMO OESTE CATARINENSE- AFEEOSC estabelecido na Rua SANTOS DUMONT, nº 134, sala 402, centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 804 e registrado sob o número 804, folhas 046 no livro A-2, em 23/07/97, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 01.999.946/0001-76.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

### **LEI Nº 6.996/2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DE ELAINE REGINA BOFF, ROSANE MARIA BOFF, ELDER ROBERTO BOFF, IRACENIR GALO BOFF E ELSON ROBERTO BOFF, QUE JÁ FORA ABSORVIDA PELA RUA THEODORO ALFREDO SKASINSKY, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 6.996/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DE ELAINE REGINA BOFF, ROSANE MARIA BOFF, ELDER ROBERTO BOFF, IRACENIR GALO BOFF E ELSON ROBERTO BOFF, QUE JÁ FORA ABSORVIDA PELA RUA THEODORO ALFREDO SKASINSKY, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, a área de 801,25m², de Parte da Chácara Letra J, matrícula no CRISMO n. 40.499, de propriedade Elaine Regina Boff, Rosane Maria Boff, Elder Roberto Boff, Iracenir Galo Boff E Elson Roberto Boff, já absorvida pela Rua Theodoro Alfredo Skasinsky.

Art. 2º As áreas constantes do artigo 1º desta lei, passarão a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando o Setor competente da Municipalidade, encarregado de proceder a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 6.997/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 175.497,17 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DEZESSE**

LEI Nº 6.997/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 175.497,17 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DEZESSE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas Plano de Trabalho anexo do Processo nº. SDR0100001369/2014 (ER011238140), conforme Convênio nº. 214TR001979.

**CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

**15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

27.812.0225.1.939 - Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 25.499,74

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 149.997,43

TOTAL R\$ 175.497,17

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

**15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

08.122.0021.1.088 - Construção e equipamento de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.499,74

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, conforme Convênio nº. 214TR001979, na ordem de R\$ 149.997,43 (Cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III**

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

**CAPÍTULO IV**

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas Plano de Trabalho anexo do Processo nº. SDR0100001369/2014 (ER011238140), conforme Convênio nº. 214TR001979.

Art. 7º Fica revogada na íntegra a Lei Municipal nº. 6.937, de 20 de maio de 2014,

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 6.998/2014 - INSERE O ART. 19-A E DÁ NOVA REDAÇÃO A TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, CONSTATANTE DO ANEXO III, TABELA 3 - GRUPO III, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 025, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.**

LEI Nº 6.998/2014

INSERE O ART. 19-A E DÁ NOVA REDAÇÃO A TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, CONSTATANTE DO ANEXO III, TABELA 3 - GRUPO III, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 025, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido o art. 19-A, à Lei Complementar n. 025/2013, com a seguinte redação:

Art. 19-A. O piso nacional dos agentes comunitários de saúde será reajustado de acordo com o que for estabelecido na Lei Federal nº 12.994/2014, com regime de 40 horas semanais.

Parágrafo único. O piso salarial dos agentes comunitários de saúde será reajustado de acordo com o que for estabelecido no piso nacional da categoria.

Art. 2º A tabela de progressão funcional dos agentes comunitários de saúde, constante do Anexo III, Tabela 3 - Grupo III da Lei Complementar Municipal n. 025, de 10 de outubro de 2013, passa a vigorar na forma da tabela constata da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**ANEXO I**

**TABELA 3 - GRUPO III: TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL FUNDAMENTAL/ ALFABETIZADO - ANFA VALORES EM REAIS**

Nível	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
1	1.014,00
2	1.064,70
3	1.117,93

4	1.173,83
5	1.232,52
6	1.294,14
7	1.358,85
8	1.426,75
9	1.498,13
10	1.573,04

**LEI Nº 6.999/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 4.413.346,98 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E TREZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS**

LEI Nº 6.999/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 4.413.346,98 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E TREZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.413.346,98 (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

**CAPÍTULO II**

**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.413.346,98 (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 - Administração de bens e serv. de assist. médica

e sanitária.

45 - 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 3.122.451,00

61 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1069 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 32.000,00

67 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1274- Aplicações Diretas (Redução) R\$ 236.900,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas (Superavit) R\$ 300.000,00

75 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas (Redução)

R\$ 390.000,00  
 68 - 3.3.90.00.00.00.00.1607 - Aplicações Diretas (Redução)  
 R\$ 50.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diretas (Superavit) R\$ 135.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diretas (Superavit) R\$ 135.000,00  
 10.305.0428.1.124 - Aquisição de equipamento e material permanente para vigilância epidem. e ambiental em saúde e vigilância epidemiológica.  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1719 - Aplicações Diretas (Superavit) R\$ 11.995,98  
**TOTAL R\$ 4.413.346,98**  
 Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:  
 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.00312.102 - Transf. a instituições privadas s/finbs lucrativos  
 5 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 50.000,00  
 10.301.0428.1.107 - Constr e Equip e Mat Perm UBS Central - ESF  
 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1069 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 32.000,00  
 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 8.500,00  
 10.301.0428.1.109 - Aquisição Equipamentos e Mat. Perm. UBS Santa Rita  
 15 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 39.400,00  
 10.301.0428.1.112 - Aquisição Equip e Mat Perm UBS São Sebastião  
 21 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 50.000,00  
 10.301.0428.1.114 - Aquisição de Equipamento e Mat Perm TFD  
 23 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 180.000,00  
 10.301.0428.1.116 - Aquisição de Equipamento e Mat. Perm NASF  
 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 9.000,00  
 10.301.0428.1.145 - Construção e Equipamento UPA  
 36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 120.000,00  
 37 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 190.000,00  
 10.301.0428.2.104 - Administração Geral dos Bens da UPA  
 73 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 200.000,00  
 10.301.0428.2.101 - Adm dos Bens e Ser da Ass. Médica Sanitária  
 53 - 3.1.90.00.00.00.00.00.1607 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 50.000,00  
 56 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 500.000,00  
 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 16.82.0316.1.924 - Aquis.área construção e equipamento de Habitações Populares  
 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 540.000,00  
 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
 04.122.0043.1.009 - Constr.aqui.equipto.mtl.perm.p/o Órgão e ampl.  
 Centro Administrativo  
 28 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução)

R\$ 200.000,00  
 24.722.0134.2.015 - Administração geral dos bens e serv. da unidade  
 30 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 100.000,00  
 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
 01 - ADMINISTRAÇÃO  
 12.122.0021.1.026 - Aquis.equipto.mtl.perm.p/os sev.do órg.administr.  
 72 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 100.000,00  
 02 - SETOR DE ENSINO  
 12.365.0185.1.024 - Constr.ampliação e aquis. de equipto.mtl.permante  
 99 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 200.000,00  
 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECON.  
 01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 26.781.0021.1.091 - Administr.dos bens e serviços do Aeroporto Hélio Wassum  
 119 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 30.000,00  
 26.781.0523.1.034 - Ampliação e melhoram.do Aeroporto Hélio Wasum  
 120 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 80.000,00  
 02 - FUNDO MUNIC. DE DESENVOLV. ECONÔMICO - FUMDEC  
 22.661.0346.1.035 - Aquis.imóv.constr.ampliação e equipto para industr.  
 121 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 100.000,00  
 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO  
 04.121.0040.2.053 - Administração geral dos bens e serv. do planejamento  
 151 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 100.000,00  
 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
 01 - INFRAESTRUTURA  
 26.782.0021.1.070 - Obras de ampliação e equipto.da Garagem Municipal  
 155 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 199.951,00  
 26.782.0534.1.067 - Reequipamento do Parque Municipal de Máquinas  
 156 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 130.000,00  
 16 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 99.999.9999.9.999 - Reserva de Contingência  
 160 - 9.9.99.00.00.00.00.00.0080 - Reserva de Contingência R\$ 50.000,00  
 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
 08.241.0485.1.064 - Construção do Centro e aquisição de equipamentos, móveis e utensílios.  
 5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 50.000,00  
 08.244.0033.1.060 - Aquis.de equipto.mtl.perm. para o CREAS.  
 14 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 100.000,00  
 08.244.0055.1.061 - Constr.e aquis.de equip.mtl.perm. para unidade do CRAS  
 28 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução) R\$ 144.500,00  
 08.244.0444.1.059 - Aquis.de área constr.ampl.e melhoramento do



## Cemitério

16 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução)  
R\$ 100.000,00

08.244.0483.1.092 - Aquis.de bens e serv. para a Assist.Social

19 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução)  
R\$ 78.000,00

## 03 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

08.243.0487.1.062 - Constr.equipto.mtl.perm. para os serv. de  
Alta Complex.

45 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução)  
R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 3.831.351,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do respectivo crédito ora autorizado fica promovida a utilização do Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 581.995,98 (quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

BANCO	CONTA Nº	RECURSO	VALOR
CEF	10.119-8	0050 – PMAQ	270.000,00
CEF	624.020-3	1274 - MAC	300.000,00
CEF	10.1015	1719 - PFVPS	11.995,98
TOTAL			581.995,98

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementarna ordem de R\$ 4.413.346,98 (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementarna importância de R\$ 4.413.346,98 (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

## LEI Nº 7.000/2014 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JORGE COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.000/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JORGE COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JORGE com sede na Rua Campo Salles, nº 95, Bairro São Jorge, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 1015 e registrado sob o número 1015, folhas 118 no livro A-2 em 20/06/2001, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 05.157.415/0001-97

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

## LEI Nº 7.001/2014 - DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 4.012/96, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.001/2014

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 4.012/96, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº. 4.012, de 09 de dezembro de 1996, passa ser

regulamentado em conformidade com o disposto desta Lei.

Art. 2º O Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº. 4.012, de 09 de dezembro de 1996 do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a nova denominação de "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", constituído como fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, tendo como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, os serviços, os programas, os projetos e os benefícios da política de assistência social neste Ente Federado.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, através de seu agente político, enquanto Órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", em conformidade com o disposto na legislação vigente e acompanhamento e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Parágrafo Único. A proposta orçamentária constante do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", matéria de exclusiva responsabilidade constitucional do Poder Executivo Municipal, compulsoriamente, antes de ser enviado ao Poder Legislativo Municipal, ter aquiescência do Conselho Municipal de Assistência Social.

## CAPÍTULO II

### DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Constituem recursos do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE":

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Assistência Social;

II - 2% da arrecadação da receita municipal resultante de impostos;

III - dotações consignadas anualmente na matéria orçamentária geral do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados na forma da legislação vigente;

IV - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais, internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

V - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

VI - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força de lei e de atos avencatórios com vinculação de aplicabilidade;

VII - recursos de convênios e similares firmadas com outras entidades públicas e privadas;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando à ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de dos serviços de atendimento aos objetivos desenvolvidos pelo respectivo Fundo;

IX - outras receitas diversas que venham ser legalmente instituídas e arrecadadas.

§ 1º Os recursos de que trata esta Lei, quando transferidos ao Erário Público Municipal serão compulsoriamente transferidos para a conta do Fundo.

§ 2º Os recursos destinados ao Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas específicas, sob a denominação "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", segundo orientação das legislações vigentes e vinculadas aos respectivos créditos.

## CAPÍTULO III

### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 5º Os recursos recebidos pelo "FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", quando de suas aplicações obedecerão rigorosamente às matérias orçamentárias, as quais deverão estar rigorosamente em consonância com as planificações estabelecidas e aprovadas pelas partes avençantes, bem como, a orientação geral da norma legal vigente, sob a responsabilidade do Gestor do respectivo Fundo Municipal.

Art. 6º Nenhum recurso do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", será destinado e/ou repassado a título de auxílio, contribuição e subvenção social, se não houver amparo legal na forma da legislação vigente.

Art. 7º O saldo positivo do Fundo apurado no encerramento do exercício financeiro será automaticamente transferido para o exercício seguinte.

## CAPÍTULO IV

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação dos recursos recebidos, guarda, conservação e manutenção dos bens será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O controle externo, a Cargo do Poder Legislativo Municipal, será exercício com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, na forma da legislação vigente, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Gestor do Fundo na forma da legislação vigente.

Art. 10. As Prestações de Contas de recursos recebidos dos Órgãos da União, do Estado, dos Municípios e outros provenientes de doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais, internacionais e demais organizações governamentais e não-governamentais, serão prestadas segundo a orientação das normas legais vigentes, bem como, sob as exigências das planificações aprovadas entre as partes avençantes, Tribunais de Contas da União e do Estado.

Art. 11. As contas do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", serão igualmente levadas à consideração do Conselho Municipal de Assistência Social, para deliberar quanto sua legitimidade e, se necessário for, encaminhar as considerações quanto ao mérito do processo das contas, ao Tribunal de Contas de nosso Estado e demais Órgãos interessados.

## CAPÍTULO V

### DO CONTROLE SOCIAL

Art. 12. O Conselho Municipal de Assistência Social, no exercício das suas atribuições de acompanhamento e controle do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE", na forma da legislação vigente, adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do respectivo Fundo Municipal dentro das normas legais vigentes;

II - participar efetivamente na aquiescência da matéria orçamentária segundo prescritos no Parágrafo Único do Art. 2º desta Lei, bem como, promover sugestões ao Executivo Municipal para a melhoria da matéria, à luz da legislação orçamentária e financeira vigente;

III - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

IV- assegurar dentro de suas atribuições legais que o orçamento do Município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social;

V - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras

constantes do Plano de Ação no exercício financeiro, mediante a emissão de parecer indicando sua regularidade e providências a deliberar;

VI - desincumbir-se da:

- a) análise da documentação recebida do Órgão gestor da Assistência Social, bem como de sua capacidade de gestão;
- b) relação com o Plano Municipal de Assistência Social;
- c) orientar e acompanhar se necessário for, a execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo Fundo;
- d) regularização no alcance da previsão de atendimento;
- e) qualidade dos serviços prestados; e,
- f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o Plano de Ação está em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social, orientado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial além de outras;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas em conformidade com a legislação vigente e responsabilidade do Fundo segundo norma legal vigente;

X - acompanhar se o Município recebe, com regularidade, recursos advindos dos Órgãos dos Governos Federal, Estadual além de outros, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - acompanhar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno; e,

XII - desincumbir-se de outras atividades delegadas pela norma legal vigente.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes, ficando automaticamente ajustada a matéria orçamentária em execução relativamente ao respectivo Fundo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada às disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

#### **LEI Nº 7.002/2014 - DENOMINA DE "RUA ERNO FREDERICO BOCK" A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO CASINIRO TONETT, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.002/2014

DENOMINA DE "RUA ERNO FREDERICO BOCK" A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO CASINIRO TONETT, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominado de "RUA ERNO FREDERICO BOCK" a Rua Projetada B, localizada no loteamento CASINIRO TONETT, no BAIRRO AGOSTINI, Município de São Miguel do Oeste - SC, podendo ter seguimento.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

#### **LEI Nº 7.003/2014 -AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.003/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito



Adicional Suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

21 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMO-ESTE

01 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMO-ESTE

13.392.0021.2.038 - Administração geral dos bens e serviços do Órgão.

3 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

21 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMO-ESTE

01 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMO-ESTE

27.122.0813.2.035 - Admin. geral dos bens e serv. de Lazer e Turismo

13 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

13.392.0247.2.040 - Admin. geral dos bens e serv. da Biblioteca Pública

7 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

13.392.0247.1.030 - Obras e equipamentos para o Centro Cultural

5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 260.000,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente exercício financeiro.

## CAPÍTULO IV

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

## **LEI Nº 7.004/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.004/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada a transferência de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ACISMO, para desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESERV.ECONÔMICO

02 - FUNDO MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FUMDEC

04.122.0021.2.0459 - Transferências de Recursos a ACISMO.

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos R\$ 30.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESERV.ECONÔMICO

02 - FUNDO MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FUMDEC

22.661.0346.1.036 - Programas de Incentivos Econômicos

123- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada a transferência de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ACISMO, para desenvolvimento de suas atividades regimentadas em estatuto próprio.

#### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada a transferência de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ACISMO, para desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

#### **LEI Nº 7.005/2014 -AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA AO GRUPO DE ESCOTEIROS SÃO MIGUEL DO OESTE – GESMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.005/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA AO GRUPO DE ESCOTEIROS SÃO MIGUEL DO OESTE - GESMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder à doação de uma bandeira do Município de São Miguel do Oeste, em tamanho original, ao GRUPO DE ESCOTEIROS SÃO MIGUEL DO OESTE - GESMO;

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

#### **LEI Nº 7.006/2014 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, COM A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, COM SEDE EM SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.006/2014

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, COM A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, COM SEDE EM SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.295.051/0001-41.

I - A cessão de uso tem como objeto, uma área aproximada de terras de 2.800,00m², localizadas junto ao parque de exposições Rineu Gransotto, na forma do croqui constante do Anexo I, para o desenvolvimento das atividades da Associação de Criadores de Ovinos do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas de energia elétrica, água, e outras taxas decorrentes da presente cessão de uso, correrão à conta da cessão-nária.

Art. 3º O prazo da presente cessão de uso será de 10 (dez) anos, contados da data da vigência desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período, mediante conveniência das partes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.007/2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 204,05M², DE PROPRIEDADE DE ANGELO MOTTA E OLDINA GREGOLON MOTTA, DESTINADA À RUA SILVA JARDIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.007/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 204,05M², DE PROPRIEDADE DE ANGELO MOTTA E OLDINA GREGOLON MOTTA, DESTINADA À RUA SILVA JARDIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, parte ideal de 204,05 m², do imóvel parte da chácara nº 77, com área total de 250,00m², transcrição do Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 3397, sito Município de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de Angelo Motta e Oldina Gregolon Motta, absorvida pela Rua Silva Jardim, conforme planta anexa, que constitui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.008/2014- ALTERA O INCISO II, DO ART. 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.985, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.008/2014

ALTERA O INCISO II, DO ART. 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.985, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso II, do art. 2º, da Lei nº 6.985, de 07 de agosto de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - Lote Urbano n. 24-A, com área de 599,95m², destinado à área institucional, confrontando-se: ao NORTE, em uma linha de 46,15m, com os Lotes Urbanos ns. 20, 21 e 23; ao LESTE, em uma linha de 13,00m, com a Rua Marcelino Fortunato Ecker; ao SUL, em uma linha de 46,15m, com o Lote Urbano n. 24; e ao OESTE, em uma linha de 13,00m, com o Lote Urbano n. 24-B;”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 28 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.009/2014 - DISPÕE SOBRE REMISSÃO DE DÉBITOS DE DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUÍNTES INADIMPLENTES COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL NOS TERMOS DO ART. 172, INCISO III, DO C.T.N, E ART. 75, INCISO III, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.200, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.009/2014

DISPÕE SOBRE REMISSÃO DE DÉBITOS DE DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUÍNTES INADIMPLENTES COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL NOS TERMOS DO ART. 172, INCISO III, DO C.T.N, E ART. 75, INCISO III, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.200, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido aos Contribuintes inscritos em Dívida Ativa e inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal, a remissão dos débitos relativamente aos exercícios financeiros de, 2010, 2011 e 2012.

Art. 2º A remissão de que trata o “caput” do artigo 1º desta lei, atingirá somente os débitos que corrigidos monetariamente até a data da publicação desta lei, não ultrapassem, por contribuinte e por exercício financeiro, o valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 3º Nos casos de débitos parcelados será considerada a soma das parcelas, cujo total não poderá ultrapassar os limites compreendidos no “caput” do artigo 2º desta lei.

Art. 4º Ficam autorizados os setores competentes da Municipalidade, a adotar as providências cabíveis para o cumprimento fiel da presente lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 08 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.010/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 12º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.010/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 12º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente ao 12º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, veículo REB/TOSIN NTB500, espécie/tipo CAR/REBOQUE/C.ABERTA, ano 1998/1998, placa MAA7214, RENAVAL 701518758, Chassi 9A9B-C0551WMCF3037.

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, esta ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência, à conta do 12º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 08 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.011/2014 - DENOMINA DE "RUA EDEMAR ZANATTA" A RUA PROJETADA Nº 02 LOCALIZADA NO LOTEAMENTO VALE VERDE, BAIRRO SÃO GOTARDO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.011/2014

DENOMINA DE "RUA EDEMAR ZANATTA" A RUA PROJETADA Nº 02 LOCALIZADA NO LOTEAMENTO VALE VERDE, BAIRRO SÃO GOTARDO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA EDEMAR ZANATTA", a Rua Projetada nº 2, localizada no Loteamento Vale Verde, Bairro São Gotardo, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 08 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.012/2014 - AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL, OBJETIVANDO EM PARCERIA REALIZAR O NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 – NATAL DE ENCANTOS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.012/2014

AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL, OBJETIVANDO EM PARCERIA REALIZAR O NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 - NATAL DE ENCANTOS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada a FUNDAÇÃO DE CULTURA, LAZER E TURISMO, em nome do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, a promover a transferência de recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL, CNPJ nº. 83.829.820/0001-18, com sede na Rua 7 de Setembro, 2307, Sala 401G, Centro, nesta Cidade, a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao atendimento de despesas a serem realizadas com o NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 - NATAL DE ENCANTOS a ser realizado em parceria com este Ente Federado.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade beneficiada terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento dos recursos, para aplicação e comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às próximas transferências.

Parágrafo Único. A falta de prestação de contas de uma parcela, no prazo estabelecido no caput, bloqueará o repasse das demais, até a efetiva prestação de contas da parcela inadimplente.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do



Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta Suplementar e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,
- e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelo Ordenador Primário e Secundário.

Art. 9º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária ao atendimento das determinações emanadas deste ato, em virtude da realização em parceria entre a CDL e nosso Município Migueloestino do NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 - NATAL DE ENCANTOS.

Art. 11. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.122.0031.2.036 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos  
12 - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 12. Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
13.392.0031.2.039 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos  
10 - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 13. Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária ao atendimento das determinações emanadas deste ato, em

virtude da realização em parceria entre a CDL e nosso Município do NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 - NATAL DE ENCANTOS.

Art. 14. Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária ao atendimento das determinações emanadas deste ato, em virtude da realização em parceria entre a CDL e nosso Município Migueloestino do NATAL REGIONAL DE AMOR E PAZ 2014 - NATAL DE ENCANTOS.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 08 de setembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.013/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.013/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
02 - SETOR DE ENSINO  
12.365.0185.2.033 - Administração dos bens e serviços da Educação Infantil  
103 - 3.1.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$

60.000,00

22 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0224.2.057 - Adm. geral dos bens e serv. da unidade de esporte e juventude

4- 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

TOTAL R\$ 390.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.361.0188.1.025 - Contr.ampl.aquis.de área de terra, bem como equipto.

Mobiliário em geral.

78 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

22 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0224.2.057 - Transf.a instituições privadas sem fins lucrativos

6 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf.a instituições privadas sem fins lucr. R\$ 50.000,00

27.812.0224.1.055 - Construção e equipamento de Ginásios de Esportes

1- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

27.812.0224.1.056 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

3- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
TOTAL R\$ 390.000,00

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementarna ordem de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementarna importância de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 10 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.014/2014 - RATIFICA CONTRATO DE REPASSE CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.014/2014

RATIFICA CONTRATO DE REPASSE CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Contrato de Repasse nº 790517/2013, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido convênio tem por objeto "aquisição de um caminhão novo, fabricação nacional, potência mínima de 180 cvs, tração 4x2x, equipado com caçamba basculante de capacidade mínima de 5m³".

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 10 de setembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa



**LEI Nº 7.015/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE DEZ MICROCOMPUTADORES AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.015/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE DEZ MICROCOMPUTADORES AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente a 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA em SÃO MIGUEL DO OESTE, 10 (dez) microcomputadores, adquiridos pelo processo administrativo nº 88/2014, constantes na autorização de fornecimento nº 1651/2014.

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, está ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência à conta da 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 10 de setembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.016/2014 - RATIFICA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA LUMATER SERVIÇOS TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIADOS LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.016/2014

RATIFICA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA LUMATER SERVIÇOS TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIADOS LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Contrato de Credenciamento nº 121/2014, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o Município de São Miguel do Oeste e a Empresa Lumater Serviços Topografia e Georreferenciados LTDA-ME.

Art. 2º O referido contrato tem por objeto o "desenvolvimento de ações integradas e a conjugação de esforços com as demais partes envolvidas para implementar medidas de natureza administrativas e judiciais com vistas a desenvolver regularização fundiária".

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de setembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**São Pedro de Alcântara****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 15.2014FMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 15/2014 FMS - MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto Aquisição estimada e parcelada de Material Odontológico para o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações, quantitativos e valor de referência do ANEXO I do Edital. DATA DE ABERTURA: 11/12/2014 às 08:30h e Credenciamento com entrega dos envelopes até às 08:00h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 26/11/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**Schroeder****PREFEITURA****DECRETO Nº 3.166/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.166/14 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014 SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Orçamentária nº1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.722,76 (dez mil, setecentos e vinte dois reais, setenta e seis centavos) para reforço dos programas abaixo especificados, constante da Lei Orçamentária nº1989/2013 de 18 de novembro de 2013.

**01 - CÂMARA MUNICIPAL****01.01 - CÂMARA DE VEREADORES**

01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.30.00.00.00.00.0000 - Material de Consumo ..... R\$ 5.361,38

3.3.90.39.00.00.00.00.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.361,38

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da(s) anulação(ões) parcial(is) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**01 - CÂMARA MUNICIPAL****01.01 - CÂMARA DE VEREADORES**

01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

4.4.90.52.00.00.00.00.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.722,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de Novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.167/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.167/2014 de 24 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.000,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0210 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 1.000,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0212 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.168/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.168/2014 de 24 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 62.146,38 (sessenta e dois mil cento e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER****05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO**

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 114,38

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 28.500,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 20.300,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.000,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

**08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO**

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 9.232,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER****05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO**

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 114,38

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.01.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Aposentadorias e Reformas R\$ 2.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 48.800,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 2.000,00

**08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO**

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros

- Pessoa Juridica R\$ 9.232,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **DECRETO Nº 3.169/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.169/2014 de 24 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 500,00  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 14.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.500,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 4.001,01  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material

Permanente R\$ 9.998,99

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **DECRETO Nº 3.170/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.170/2014 de 24 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADUÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 234.239,00 (duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e nove reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 9.545,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 32.708,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 30.726,00  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 109.678,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.01 - UNIDADES DE OBRAS  
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 22.520,00  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 5.700,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 21.000,00  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.862,00

07.04 - UNIDADE DE TURISMO

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000 R\$ 234.239,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.171/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.171/2014 de 24 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADANÇA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 337.156,00 (trezentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e seis reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.04 - UNIDADE DO FUNDEB  
05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao R\$ 23.310,00  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 223.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais R\$ 74.170,00

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao R\$ 16.676,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0019 R\$ 337.156,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 08**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.805.000,00	3.805.000,00	342.777,21	2.835.029,44	74,51
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.863.000,00	1.863.000,00	72.363,01	1.308.615,70	70,24
1.1.1- IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	45.869,52	1.159.430,29	71,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	1.860,02	4.491,78	56,15
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	16.209,01	97.156,12	74,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	8.424,46	47.537,51	50,04
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	453.500,00	453.500,00	74.467,70	376.366,07	82,99
1.2.1- ITBI	450.000,00	450.000,00	73.342,40	373.134,08	82,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	22,75	412,47	82,49
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	2.000,00	2.000,00	923,00	2.352,95	117,65
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	179,55	466,57	46,66
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.168.500,00	1.168.500,00	157.024,44	802.630,75	68,69
1.3.1- ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	146.604,70	756.190,07	66,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	860,58	4.559,85	57,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.703,13	31.413,51	157,07
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	2.856,03	10.467,32	130,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	38.922,06	347.416,92	108,57
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	38.922,06	347.416,92	108,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.090.000,00	20.090.000,00	3.371.638,27	17.835.965,79	88,78
2.1- Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	1.529.193,56	9.243.744,81	94,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.800.000,00	9.800.000,00	1.529.193,56	9.243.744,81	94,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.555.291,26	7.289.080,86	80,99
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.352,60	28.586,70	71,47
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	23.141,26	112.486,56	80,35
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	5.781,15	6.314,80	63,15
2.6- Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	251.878,44	1.155.752,06	105,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>3.714.415,48</b>	<b>20.670.995,23</b>	<b>86,51</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	600.000,00	600.000,00	123.212,47	720.940,80	120,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	111.461,72	565.260,08	94,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	121.574,18	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	11.750,75	34.106,54	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	90.000,00	90.000,00	5.418,00	59.694,84	66,33
6.1- Transferências de Convênios	90.000,00	90.000,00	5.418,00	59.694,84	66,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	561.000,00	561.000,00	228.472,60	588.561,67	104,91
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.251.000,00</b>	<b>1.251.000,00</b>	<b>357.103,07</b>	<b>1.369.197,31</b>	<b>109,45</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.018.000,00	4.018.000,00	674.323,29	3.567.191,20	88,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.960.000,00	1.960.000,00	305.834,66	1.848.748,72	94,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	311.058,05	1.457.815,27	80,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.270,52	5.717,34	71,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	4.628,33	22.497,39	80,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.156,21	1.262,89	63,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	220.000,00	220.000,00	50.375,52	231.149,59	105,07
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.800.000,00	5.800.000,00	1.074.168,29	5.227.734,95	90,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	1.070.209,32	5.212.678,07	89,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	3.958,97	15.056,88	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>1.782.000,00</b>	<b>1.782.000,00</b>	<b>395.886,03</b>	<b>1.645.486,87</b>	<b>92,34</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.590.000,00	5.633.734,06	1.039.232,23	4.853.514,06	86,15
13.1- Com Educação Infantil	3.160.000,00	3.115.000,00	480.680,92	2.354.889,30	75,60
13.2- Com Ensino Fundamental	2.430.000,00	2.518.734,06	558.551,31	2.498.624,76	99,20
14- OUTRAS DESPESAS	210.000,00	388.236,88	87.316,89	354.751,38	91,37
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	216.872,88	42.428,51	183.387,38	84,56
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	171.364,00	44.888,38	171.364,00	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.800.000,00	6.021.970,94	1.126.549,12	5.208.265,44	86,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.208.265,44
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					92,84
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					6,79
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,37
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.973.750,00	5.973.750,00	928.603,87	5.167.748,81	86,51
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.099.250,00	4.136.280,88	620.153,30	3.089.595,81	74,70
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.563.000,00	4.652.662,07	849.309,11	4.098.262,55	88,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.430.000,00	2.690.098,06	603.439,69	2.669.988,76	99,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.133.000,00	1.962.564,01	245.869,42	1.428.273,79	72,78
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	165.000,00	135.000,00	18.787,20	108.356,97	80,26
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	130.000,00	94.099,98	13.259,40	72.968,57	77,54
28- OUTRAS	194.000,00	220.996,00	36.691,11	184.951,31	83,69
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.151.250,00	9.239.038,93	1.538.200,12	7.554.135,21	81,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.645.486,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					15.056,88
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.660.543,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					5.527.314,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,74

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	600.000,00	714.833,03	70.793,60	247.996,26	34,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	711.500,00	1.088.573,53	173.685,54	666.073,46	61,19
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.311.500,00	1.803.406,56	244.479,14	914.069,72	50,69
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.462.750,00	11.042.445,49	1.782.679,26	8.468.204,93	76,69

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.212.678,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.000.259,59	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	5.000.259,59	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.056,88	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	227.477,50	0,00

SCHROEDER, 26/11/2014

OSVALDO JURCK	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR	PAULO ROBERTO FERREIRA
Prefeito Municipal	Contador PR-034345/O-3 S-SC	Controlador Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 96/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 1/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO JE PBA DN 50 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,4400	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,4500	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	0,5100	3
2	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO JE PBA DN 75 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,8000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	0,8100	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,8500	3
3	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO JE PBA DN 100 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,0900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,1000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	1,2600	3
4	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO PVC DEFOFO DN 150 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,4900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,5000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	1,7300	3
5	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL E COM ROSCA. CONFORME NBR 5648. PN 750 Kpa. DIÂMETRO 25 mm x 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 2/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	LUA DE CORRER PVC JEIPBA, CLASSE 15. INJETADA COM ANÉIS, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DN 100 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,5000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	0,8900	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	18,0000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	21,9700	2
7	LUA DE CORRER PVC JEIPBA, CLASSE 15. INJETADA COM ANÉIS, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DN 75 mm	UN	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	22,7500	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	10,9000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	11,0000	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	15,9300	3
8	LUA DE CORRER PVC JE PBA, CLASSE 15. INJETADA COM ANÉIS, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DN 50 mm	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	5,4900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	5,5000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	6,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 3/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	LUVA DE CORRER DE PVC DEFOFO INJETADA PARA TUBO DE PVC DEFOFO, COM JEI (JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA), ANEL NÃO REMOVÍVEL, FABRICADO DE BORRACHA EPDM (ESTIRENO BUTADIENO). PRESSÃO DE SERVIÇO 1 MPa. COR AZUL. DN 150 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	27,5000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	27,9000	2
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	48,0000	3
10	LUVA DE CORRER DE PVC DEFOFO INJETADA PARA TUBO DE PVC DEFOFO, COM JEI (JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA), ANEL NÃO REMOVÍVEL, FABRICADO DE BORRACHA EPDM (ESTIRENO BUTADIENO). PRESSÃO DE SERVIÇO 1 MPa. COR AZUL. DN 300 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	176,0000	1
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	177,0000	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	179,9000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	180,0000	4
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	190,0000	5
11	LUVA DE CORRER DE PVC DEFOFO INJETADA PARA TUBO DE PVC DEFOFO, COM JEI (JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA), ANEL NÃO REMOVÍVEL, FABRICADO DE BORRACHA EPDM (ESTIRENO BUTADIENO). PRESSÃO DE SERVIÇO 1 MPa. COR AZUL. DIÂMETRO: DN 200	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	60,0000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	64,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 4/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	65,0000	3
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	74,1000	4
12	TUBO PVC DEFOFO PARA ÁGUA POTÁVEL COM JEI (JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA) NÃO REMOVÍVEL FABRICADO DE BORRACHA EPDM (ESTIRENO BUTADIENO) PRESSÃO DE SERVIÇO 1 Mpa. COMPATIVEL COM CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO DE DIÂMETRO EQUIVALENTE. DEVERÁ ATENDER A NBR 7665/2007. MATÉRIA PRIMA DE PVC SIGMA 12 COM COMPOSTO MODIFICADOR DE IMPACTO. COR AZUL. E BARRA DE 6 METROS.	UN	MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC (11125)		0	679,3100	1
			ASPERBRAS TUBOS E CONEXOES LTDA (12990)	ASPERBRAS	0	709,9800	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	815,0000	3
13	TUBO PVC DEFOFO PARA ÁGUA POTÁVEL COM JEI (JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA) NÃO REMOVÍVEL FABRICADO DE BORRACHA EPDM (ESTIRENO BUTADIENO) PRESSÃO DE SERVIÇO 1 Mpa. COMPATIVEL COM CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO DE DIÂMETRO EQUIVALENTE. DEVERÁ ATENDER A NBR 7665/2007. MATÉRIA PRIMA DE PVC SIGMA 12 COM COMPOSTO MODIFICADOR DE IMPACTO. COR AZUL. E BARRA DE 6 METROS.	UN	MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC (11125)		0	307,4000	1
			ASPERBRAS TUBOS E CONEXOES LTDA (12990)	ASPERBRAS	0	345,0000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	377,0000	3
15	TUBO PVC CLASSE 15, PBA, JEI, CONFORME NBR 5647. BARRA DE 6 METROS. DIÂMETRO: DN 50 mm	UN	MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC (11125)		0	30,6400	1
			ASPERBRAS TUBOS E CONEXOES LTDA (12990)	ASPERBRAS	0	33,0000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	35,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 5/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	35,0000	4		
16	TUBO PVC CLASSE 15, PBA, JEI, CONFORME NBR 5647. BARRA DE 6 METROS. DIÂMETRO: DN 75mm	UN	MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC (11125)		0	62,5300	1		
			ASPERBRAS TUBOS E CONEXOES LTDA (12990)	ASPERBRAS	0	64,2000	2		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	72,0000	3		
17	TUBO PVC CLASSE 15, PBA, JEI, CONFORME NBR 5647. BARRA DE 6 METROS. DIÂMETRO: DN 100 mm	UN	MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC (11125)		0	106,2100	1		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	110,0000	2		
18	TUBO PVC 63 SOLDAVEL CONFORME NBR 5648. PN 750 kPa. BARRA DE 6 METROS. DIÂMETRO DE 25 mm.	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	7,5000	1		
			CORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA (12988)		0	8,1000	2		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	9,3000	3		
19	TÉ PVC JE BBB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DN 50 / DE 60 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	11,7000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	11,8000	2		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	13,6200	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 6/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	TÊ DE REDUÇÃO PVC JE BBB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 X 60 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	31,4000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	31,5000	2		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	40,3400	3		
21	REDUÇÃO PVC JE PB PBA. CLASSE 12. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 X 85 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	20,3700	1		
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	30,0000	2		
22	REDUÇÃO PVC JE PB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 X 60 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	11,5000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	11,6000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	17,0000	3		
23	CURVA DE 90 PV PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 60 / DN 50 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	6,4000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	6,5000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	10,8000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 7/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
24	CURVA DE 90 PV PBA, CLASSE 15, INJETADA, CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 85 / DN 75 mm	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	13,9000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	14,0000	2		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	18,0000	3		
25	CURVA DE 90 PV PBA, CLASSE 15, INJETADA, CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 / DN 100 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	27,9000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	28,0000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	38,0000	3		
26	CAP EM PVC DEFOFO JE PRESSÃO 1 PMa. DIÂMETRO: DN150 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	36,9000	1		
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	37,0000	2		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	40,0000	3		
27	CAP EM PVC JE PBA, CLASSE 15 DIÂMETRO: DN 100 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	12,0000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	12,0500	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	19,0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 8/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	CAP EM PVC JE PBA, CLASSE 15 . DIÂMETRO: DN 75 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	7,4000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	7,5000	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	11,2000	3		
29	CAP EM PVC JE PBA, CLASSE 15 . DIÂMETRO: DN 50 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	3,4000	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,5000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	4,6000	3		
30	CAP SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa, DIÂMETRO:40 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,6000	1		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,9300	2		
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1,2000	3		
31	CAP SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa, DIÂMETRO:32 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,3800	1		
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,6100	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,6300	3		
32	CAP SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa, DIÂMETRO:25 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,1900	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 9/41

Número do Registro de Preços: 76/2014 Data do Registro: 26/11/2014 Válido até: 26/11/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,2000	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,3400	3
33	REGISTRO DE ESFERA (BORBOLETA) PVC MACHO X FEMEA DIÂMETRO: 3/4	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	4,3000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	4,5000	2
34	REGISTRO DE ESFERA (BORBOLETA) PVC MACHO X FEMEA DIÂMETRO: 3/4	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	3,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	3,1900	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,2000	3
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	3,3000	4
35	REGISTRO DE ESFERA (BORBOLETA) PVC MACHO X MACHO DIÂMETRO: 1/2	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	1,9800	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	2,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,2000	3
36	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL PVC. PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 kgf/cm2. DIÂMETRO 60 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	24,9500	1
			SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	25,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 10/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	26,0000
37	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL PVC. PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 kgf/cm2. DIÂMETRO 110 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	140,0000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	184,2000
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	200,0000
38	TÊ BRANCO ROSCAVEL EM PVC. DIÂMETRO: 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,6900
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,7000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1,3600
39	JOELHO BRANCO REDUÇÃO 90 COM ROSCA. mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,5000
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1,0500
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,1000
40	LUVA BRANCA ROSCÁVEL COM REFORÇO METÁLICO. DIÂMETRO: 3/4"	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,6000
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	0,6200
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 11/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
41	JOELHO DE 90 EM PVC COM ROSCA COM REFORÇO METÁLICO. DIÂMETRO 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,1000	4		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	1,4000	1		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,4400	2		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,6000	3		
42	LUIVA DE CORRER PVC 6,3 CONFORME NBR 5648. PN 750 kPa. 25 mm	UN	HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	1,7500	4		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,6900	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,7000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	2,8000	3		
43	LUIVA DE CORRER PVC 6,3 CONFORME NBR 5648. PN 750 kPa. 32 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,2900	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	2,3000	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	3,3900	3		
44	LUIVA DE CORRER PVC 6,3 CONFORME NBR 5648. PN 750 kPa. 40 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	3,7900	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,8000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 12/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	4.5000	3		
45	LUVA SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO 25 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,1900	1		
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,2600	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,2800	3		
46	LUVA SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO 32 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,2800	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,4000	2		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,8000	3		
47	LUVA SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO 40 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,6000	1		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,3000	2		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1,3600	3		
48	LUVA SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO 60 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	2,8000	1		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	3,5000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 13/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	3,9900	3		
50	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 32 X 25 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,2900	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,3000	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,3800	3		
51	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 50 X 40 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,6500	1		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,9500	2		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,0000	3		
52	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 60 X 50 mm	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	1,0400	1		
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,0500	2		
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	1,4000	3		
53	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 50 X 32 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,9000	1		
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,1000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 14/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	JOELHO 90 SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 20 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1,2000	3
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	AKATO	0	0,1500	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,1600	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,1800	3
55	JOELHO 90 SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 25 mm	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,2000	4
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,1800	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,2300	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,2400	3
56	CURVA 90 SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 110 mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	31,9000	1
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	32,0000	2
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	36,0000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	40,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 15/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
57	TÉ SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 25 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,2400
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,4200
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	0,4300
58	TÉ SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 32 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,7800
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,4500
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	1,5000
59	TÉ SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 40 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	2,0300
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	3,0000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	3,1100
60	TÉ SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6.3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 60 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,9500
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	5,8000
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	7,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 16/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
61	TÊ SOLDÁVEL DE ACORDO COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 100 mm	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	26.5000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	44.1900
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	58.5000
62	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 25 X 3/4"	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0.1600
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0.2300
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0.2800
63	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 60 X 2"	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	2.4000
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	3.0000
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3.0000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	3.1500
64	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 85 X 3"	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	5.0000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	8.2300



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 17/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA COM NBR 5648, PVC 6,3, PN 750 kPa. DIÂMETRO: 110 X 4"	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CORR PLAST	0	11,0000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	8,7500	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	14,5300	2
66	CRUZETA PVC JE BBBB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 60 / DN 50 mm	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CORR PLAST	0	17,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	12,4000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	12,5000	2
67	CRUZETA PVC JE BBBB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 / DN 100 mm	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	14,8000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	44,0000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	48,0000	2
68	CRUZETA PVC JE BBBB PBA. CLASSE 15. INJETADA. CONFORME NBR 5647. PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 85 / DN 75 mm	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	53,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	27,9000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	28,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 18/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBBB PBA, CLASSE 15, INJETADA, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 85 X 60 mm	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	30,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	22,9000	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	23,0000	2
70	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBBB PBA, CLASSE 15, INJETADA, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 X 60 mm	UN	MAPKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	34,7200	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	33,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	46,8000	2
71	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBBB PBA, CLASSE 15, INJETADA, CONFORME NBR 5647, PARTES 1 E 3 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS DIÂMETRO: DE 110 X 85 mm	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	65,0000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	38,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	55,5000	2
72	LUVA DE CORBER ALONGADA, 500 mm, FABRICADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO A PARTIR DE PVC RÍGIDO 6.3, PN 1,0 MPa, EXTREMIDADES COM ANÉIS DE VEDAÇÃO E JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI), CONFORME COM AS NORMAS DA ABNT NBR 5647: 2004 - PARTES 1 E 2 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS. DIÂMETRO: DE 85 mm	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	66,0000	3
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	15,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 19/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	15,9000	2
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	17,2000	3
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CEB	0	23,8500	4
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	7,5000	1
73	LUIVA DE CORRER ALONGADA, 500 mm, FABRICADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO A PARTIR DE PVC RÍGIDO 6.3, PN 1,0 MPa, EXTREMIDADES COM ANEIS DE VEDAÇÃO E JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI), CONFORME COM AS NORMAS DA ABNT NBR 5647: 2004. PARTES 1 E 2 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS. DIÂMETRO: DE 60 mm	UN			0	7,6000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	7,8000	3
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	11,2000	4
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	26,5000	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CEB	0	26,9500	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	27,9000	3
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	29,0000	4
74	LUIVA DE CORRER ALONGADA, FABRICADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO A PARTIR DE PVC RÍGIDO 6.3, PN 1,0 MPa, EXTREMIDADES COM ANEIS DE VEDAÇÃO E JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI), CONFORME COM AS NORMAS DA ABNT NBR 5647: 2004. PARTES 1 E 2 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS. DIÂMETRO: DE 110 mm	UN			0	26,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 20/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	LUVA DUPLA DE COMPRESSÃO EM PP, CONFORME ABNT NBR 9798, DE 20 mm,PRESSÃO DE SERVIÇO 1,6 MPa.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,2000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1,2100	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,5000	3
76	JOELHO COM ADAPTADOR DE COMPRESSÃO RM, CONFORME ABNT NBR 9798, PRESSAO DE SERVIÇO 1,6 MPa, PARA PEAD DE 20 mm x 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,1000	1
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	2,6000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,0000	3
77	ADAPTADOR DE COMPRESSÃO RM, CONFORME ABNT NBR 9798, PRESSÃO DE SERVIÇO 1,6 MPa, PARA PEAD DE 20 mm x 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,7900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,8000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1,2000	3
78	ADAPTADOR DE COMPRESSÃO RF, CONFORME ABNT NBR 9798, PRESSÃO DE SERVIÇO 1,6 MPa, PARA PEAD DE 20 mm x 3/4"	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1,2000	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CT	0	1,2400	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 21/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	ADAPTADOR PARA LIGAÇÃO RAMAL PREDIAL COM REGISTRO EM PVC, UMA EXTREMIDADE COM ROSCA EXTERNA E OUTRA COM JUNTA MECÂNICA PARA TUBO PEAD PE 80. AS GARRAS DEVERÃO SER DE POLIACETAL OU PVC RÍGIDO AZUL E AINDA SEU INTERIOR SERÁ COMPOSTO POR NO MÍNIMO DE DOIS ANEIS DE TRAVAMENTO PARA EVITAR A RUPTURA DO TUBO DE PEAD. NÃO SERÃO ACEITAS GARRAS QUE NÃO TIVEREM ESTAS CARACTERÍSTICAS. A ESFERA E A HASTE DO REGISTRO DEVERÃO SER FABRICADOS PREFERENCIALMENTE EM POLIACETAL, E OS BATENTES LATERAIS DA ESFERA PREFERENCIALMENTE EM POLIURETANO, PN 0,75 MPa, CONFORMA AS NORMAS ABNT: NBR 11306, NBR 9052 e NBR NM ISO R7-1 E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS. DIMENSÕES 20 mm x DNR 3/4".	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	3,2900	1
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	3,4000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3,9500	3
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	4,0000	4
80	TUBETE CEGO BRAMCO. DIÂMETRO 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,0000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1,5000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	2,0000	3
81	TUBETE CEGO BRAMCO. DIÂMETRO 1/2"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,0000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1,4000	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 22/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	TÊ DE COMPRESSÃO OU DERIVAÇÃO, FABRICADO POR PROCESSO DE INJEÇÃO A PARTIR DE COPOLÍMERO DE PP (POLIPROPILENO), EXTREMIDADES (INCLUINDO A DERIVAÇÃO) TIPO JUNTA MECÂNICA, COM GARRAS DE POLIACETAR, PARA CONEXÃO DE TUBOS DE PEAD DN 20 mm.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	5,7900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	5,8000	2
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	7,0000	3
83	TUBO DE POLIETILENO PE 80 RAMAL, PREDIAL, NA COR AZUL, EM BOBINAS DE 100 METROS, PRESSÃO DE SERVIÇO 1 Mpa. FABRICAÇÃO CONFORME AS NORMAS DIN 8074, ISO 4427 E NTS 194 DIÂMETRO: DE 20 mm	M	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1,6900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,7000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	2,2000	3
84	KIT PARA LIGAÇÃO PREDIAL COMPREENDENDO: UMA PEÇA DE ENTRADA COM REGISTRO DE PRESSÃO TIPO TEE CURTO EM PVC RÍGIDO BRANCO PARA HIDRÔMETRO DE 3/4 COM ROSCA DE 1" E JUNTA MECÂNICA DE COMPRESSÃO PARA ENTRADA DE MANGUEIRA DE PEAD 20 mm. UMA SAÍDA COM REGISTRO DE PRESSÃO TIPO TEE CURTO EM PVC RÍGIDO BRANCO PARA HIDRÔMETRO DE 3/4 COM ROSCA DE 1" E SAÍDA COM ROSCA FÊMEA DE 3/4" COM REFORÇO METÁLICO. FORNECER BORRACHA DE VEDAÇÃO PARA HIDRÔMETRO. DEVERÁ POSSUIR NO REGISTRO DISPOSITIVO PARA REALIZAR O CORTE DA LIGAÇÃO COM DISPOSITIVO QUE SEJA DO TIPO ANTI-FRAUDE. LACRE ANTI FRAUDE TIPO PINO. PRESSÃO DE TRABALHO : 1,6 MPa.	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	24,9900	1
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	25,0000	2
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	25,7000	3
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	27,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 23/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS DE POLIETILENO DERIVADOS DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM PVC. CORPO EM PEÇA MONOLÍTICA (BRACADEIRA SUPERIOR, DERIVAÇÃO DE ACOPLAMENTO E FERRAMENTA DE CORTE), BRACADEIRA INFERIOR EM PEÇA MONOLÍTICA E ELEMENTOS DE FIXAÇÃO (SISTEMA ARTICULADO E PARAFUSOS), CORPO E BRACADEIRA INFERIOR FABRICADOS A PARTIR DE COPOLÍMEROS DE POLIPROPILENO, GARRA FABRICADA A PARTIR DE POLIETIL BRANCO, VEDAÇÃO DA BRACADEIRA E DA TAMPA EM BORRACHA NITRILICA, FERRAMENTA DE CORTE DEVE SER MONOLÍTICA E FABRICADA DE UM ÚNICO MATERIAL EM LIGA DE LATÃO DE ALTA RESISTÊNCIA OU LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO FABRICADOS A PARTIR A PARTIR DE LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, ROSCAS DO CORPO, FERRAMENTA E TAMPA, CONFORME A ABNT NBR NM ISO R7 - 1 E A ROSCA DO ACOPLAMENTO DA PORCA AO CORPO CONFORME A NORMA ISO 228-1. PRESSÃO DE TRABALHO = 1,6 Mpa. TODOS OS MATERIAIS EMPREGADOS NA FABRICAÇÃO DA PEÇA NÃO DEVEM ALTERAR A QUALIDADE DA ÁGUA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. NÃO DEVERÁ SER UTILIZADO MATERIAL REPROCESSADO OU RECICLADO NA FABRICAÇÃO DAS PEÇAS. PEÇA DEVE APRESENTAR SUPERFÍCIE COM COR E ASPECTO UNIFORMES. ISENTA DE CORPOS ESTRANHOS, BOLHAS, FRATURAS, REBARBAS, OU DEFEITOS QUE INDIQUEM DESCONTINUIDADE DO MATERIAL OU DO PROCESSO DE PRODUÇÃO. DEVE ACOMPANHAR MANUAL DE INSTALAÇÃO EM PORTUGUÊS. DIÂMETRO DE 85 X 20mm.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	26.8500	1
86	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS CONFORME DESCRIÇÃO DO ITEM 1 ACIMA, DIÂMETRO DE 60 X 20mm.	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	CT	0	26.9500	2
			POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (12987)	POLIERG	0	28.8000	3
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	16.0000	1
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	16.5000	2
			POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (12987)	POLIERG	0	21,1700	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	23.5000	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 24/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS CONFORME DESCRIÇÃO DO ITEM 7. DIÂMETRO DE 110 X 20mm.	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	44,5000	1
			POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (12987)	POLIERG	0	51,8000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	65,8300	3
88	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL UTILIZADO PARA LIGAÇÃO PREDIAL EM REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. COM DERIVAÇÃO ROSCADA CONFORME ABNT NBR ISO 7-1. REVESTIDO INTEGRALMENTE COM PINTURA BETUMINOSA, QUE DEVERÁ TER ÓTIMA ADERENCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO); NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR); FORNECIDO COM UM CONJUNTO DE 2 (DOIS) PARAFUSOS DE CABEÇA SEXTAVADA, 2 (DUAS) PORCAS SEXTAVADAS E 4 (QUATRO) ARRUELAS E COM 1 (UMA) GUARNIÇÃO (ANEL) DE BORRACHA (EPDM) PARA VEDAÇÃO DA DERIVAÇÃO. PARAFUSO, PORCA E ARRUELA EM AÇO ABNT NBR 1020, GALVANIZADO A FOGO CONFORME NORMA ASTM A153 CLASSE C. PRESSÃO 1 MPa. DIÂMETRO: 200 x 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	23,7900	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	23,8000	2
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	30,6000	3
89	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL UTILIZADO PARA LIGAÇÃO PREDIAL EM REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. CONFORME ITEM 4 ACIMA. DIÂMETRO: 150 x 3/4"	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	19,7000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	19,9000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	26,0000	3
90	COLAR DE TOMADA COM TRAVAS EM PVC PARA TUBOS DE PVC CONFORME ABNT 11821 DIÂMETRO: DE 32 x 3/4"	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 25/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	COLAR DE TOMADA COM TRAVAS EM PVC PARA TUBOS DE PVC CONFORME ABNT 11821 DIÂMETRO: DE 40 x 3/4"	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	AMANCO	0	2.2000	2
			HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	2.6000	3
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	2.6500	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2.5000	1
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	2.5900	2
92	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula, gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC PBA. PN 10. DIÂMETRO: DE 60 mm	UN	HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA (12989)		0	2.6000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	3.4000	4
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	186.3400	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	228.0000	2
			SAINT GOBAN CANALIZAÇÃO LTDA (12702)		0	230.5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 26/41

Número do Registro de Preços: 76/2014			Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015		
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC PBA. PN 10. DIÂMETRO: DE 110 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	328,2700	1
			SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA (12702)		0	328,2800	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	363,0000	3
94	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC PBA. PN 10. DIÂMETRO: DE 85 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	256,0200	1
			SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA (12702)		0	268,6500	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	284,0000	3
95	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC DEFOFO. PN 10. DIÂMETRO: DN 150 mm	UN	ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	656,0000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	750,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 27/41

Número do Registro de Preços: 76/2014			Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC DEFOFO, PN 10. DIÂMETRO: DN 200 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	1.100,0000	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	1.139,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1.560,0000	3
97	VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO: válvula de bloqueio dotada de um obturador (gaveta ou cunha), que se desloca segundo um movimento retilíneo perpendicular ao sentido do fluxo, revestido integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero. O padrão construtivo deverá ser conforme com as normas da ABNT NBR 14968:2003. A válvula gaveta a ser ofertada deverá ser de padrão CORPO CURTO conforme norma ISO 5752 série 14. COM BOLSAS PARA TUBO PVC DEFOFO, PN 10. DIÂMETRO: DN 300 mm	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	2.275,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2.300,0000	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	3.166,0000	3
98	REDUÇÃO PONTA E BOLSA DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7875 COM EXTREMIDADE BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10. REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 200 mm x dn 100 mm.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	185,0000	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	188,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	189,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 28/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	REDUÇÃO PONTA E BOLSA DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10. REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 300 mm x dn 200 mm.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	325,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	330,0000	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	339,0000	3
100	REDUÇÃO CONCÊNTRICA DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE FLANGE, CLASSE DE PRESSÃO PN 10. REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 250 mm x dn 200 mm.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	434,2000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	484,0000	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	488,0000	3
101	FLANGE CEGO DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675, CLASSE DE PRESSÃO PN 10. DIÂMETRO: DN 200 mm.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	118,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	119,0000	2
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	144,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 29/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
102	CRUZETA DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE FLANGEADAS, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA, A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 200 mm x dn 200 mm. FORNECER PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	740.0000
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	810.0000
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	1.326.0000
103	CRUZETA DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE FLANGEADAS, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA, A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 250 mm x dn 250 mm. FORNECER PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	1.040.0000
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1.180.0000
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	2.020.0000
104	TÊ COM BOLSAS DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA, A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 200 mm x dn 200 mm.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	400.0000
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	403.0000
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	467.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 30/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	TÊ COM BOLSAS DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADICA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 100 mm x dn 100 mm.	UN	ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	179,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	179,8000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	232,0000	3
106	TÊ DE REDUÇÃO COM BOLSAS DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADICA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 200 mm x dn 100 mm.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	356,9900	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	357,0000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	424,0000	3
107	CURVA DE 90 BB DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADICA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 200mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	332,0000	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	333,0000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	400,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 31/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	CURVA DE 90 BB DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 300mm	UN	ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	644,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	679,0000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	844,0000	3
109	CURVA DE 90 BB DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 100mm	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	105,9900	1
			ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	106,0000	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	115,5000	3
110	CURVA DE 22 BB DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA. A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADIÇA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 300mm	UN	ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	455,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	480,0000	2
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	587,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 32/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015				
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
111	CURVA DE 45 BB DE FERRO DUCTIL (MODULAR) CONFORME ABNT NBR 6916 E NBR 7675 COM EXTREMIDADE BOLSA X BOLSA, CLASSE DE PRESSÃO PN 10, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PINTURA BETUMINOSA, A PINTURA BETUMINOSA DEVERÁ SER DE ÓTIMA ADERÊNCIA E NÃO DEVE ESCAMAR E NEM SER QUEBRADICA (QUANDO FRIO), NEM PEGAJOSA (QUANDO CALOR). DIÂMETRO: DN 300mm	UN	ANGOLINI E ANGOLINI LTDA (10733)		0	493,0000	1	
112	Hidrômetro Multiplato, Classe Metrológica B, transmissão magnética, com relojoria super seca, orientável com giro ate 360°, totalizador inclinado a 45°, leitura direta, mancal de safira sintética no pinhão central da relojaria, cúpula de policarbonato com eixos de aço inox refinados, carcaça em liga metálica com no mínimo 60% de cobre, pintura de resina epoxi eletrostática na cor azul. Fabricado conforme portaria 246/2000 INMETRO/ABNT, NBR 15538/2011 e NBR NM 212/99, DN 3/4", Vazões: Vazão Nominal (Qn) de 1,5 m3/h, Vazão Máxima (Qmax) de 3,0 m3/h, Vazão de Transição de 0,120 m3/h, Vazão Mínima de 0,03 m3/h, Comprimento 190 mm. A Prefeitura para aprovação do lote poderá encaminhar amostra dos Hidrômetros para avaliação e testes na SANASA de Campinas.		C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	520,0000	2	
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	620,0000	3	
		UN	LAO INDÚSTRIA LTDA (12560)		0	58,0000	1	
113	ANEL DE VEDAÇÃO (GUARNIÇÃO HIDRÔMETRO) DE BORRACHA NITRILICA. DIÂMETRO: 3/4"			FAE FERRAGENS E APARELHOS ELETRICOS SA (12562)	FAE	0	65,0000	2
				SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	70,0000	3
		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,1200	1	
				MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,1500	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,1600	3	
114	FITA VEDA ROSCA - 18 mm x 50 metros (ROLO)	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,8000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 33/41

Número do Registro de Preços: 76/2014			Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	LACRE ANTI FRAUDE NA COR VERDE DNR 3/4" PARA CORTE DESTINADO A IMPEDIR A RELIGAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA DO HIDRÔMETRO. LACRE DEVERÁ SER COMPOSTO DE DUAS SEMICALOTAS IDENTICAS, QUE SE ENCAIXAM E QUE POSSUAM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VIOLAÇÃO DEVE IMPLICAR NA SUA QUEBRA, SEM POSSIBILIDADE DE REAPROVEITAMENTO. DEPOIS DE FIXADO O LACRE DEVE APRESENTAR MOVIMENTO LIVRE NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. PIGMENTAÇÃO NA COR VERDE. PARTES PLÁSTICAS DOS LACRES DEVEM APRESENTAR COR E ASPECTO UNIFORME E ESTAREM TOTALMENTE ISENTAS DE CORROSOS ESTRANHOS, BOLHAS, FRATURAS, RACHADURAS, REBARBAS, OU OUTROS DEFEITOS QUE INDIQUEM DESCONTINUIDADE DO MATERIAL OU DO PROCESSO DE PRODUÇÃO QUE COMPROMETA SUA APARÊNCIA, DESEMPENHO E DURABILIDADE.	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	2,3400	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	2,6000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,2400	1
116	LACRE ANTI FRAUDE NA COR AZUL DNR 3/4", DESTINADO A IMPEDIR A INVERSÃO DO HIDRÔMETRO OU A INTERRUPÇÃO DO FUNCIONAMENTO, AMBOS MOTIVADOS PELA TENTATIVA DE FRAUDE. LACRE DEVERÁ SER COMPOSTO DE DUAS SEMICALOTAS IDENTICAS, QUE SE ENCAIXAM E QUE POSSUAM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VIOLAÇÃO DEVE IMPLICAR NA SUA QUEBRA, SEM POSSIBILIDADE DE REAPROVEITAMENTO. DEPOIS DE FIXADO O LACRE DEVE APRESENTAR MOVIMENTO LIVRE NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. PIGMENTAÇÃO NA COR AZUL. PARTES PLÁSTICAS DOS LACRES DEVEM APRESENTAR COR E ASPECTO UNIFORME E ESTAREM TOTALMENTE ISENTAS DE CORROSOS ESTRANHOS, BOLHAS, FRATURAS, RACHADURAS, REBARBAS, OU OUTROS DEFEITOS QUE INDIQUEM DESCONTINUIDADE DO MATERIAL OU DO PROCESSO DE PRODUÇÃO QUE COMPROMETA SUA APARÊNCIA, DESEMPENHO E DURABILIDADE.	UN	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,2500	2
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,3500	3
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	HIFERSANI	0	0,6400	4
116	LACRE ANTI FRAUDE NA COR AZUL DNR 3/4", DESTINADO A IMPEDIR A INVERSÃO DO HIDRÔMETRO OU A INTERRUPÇÃO DO FUNCIONAMENTO, AMBOS MOTIVADOS PELA TENTATIVA DE FRAUDE. LACRE DEVERÁ SER COMPOSTO DE DUAS SEMICALOTAS IDENTICAS, QUE SE ENCAIXAM E QUE POSSUAM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VIOLAÇÃO DEVE IMPLICAR NA SUA QUEBRA, SEM POSSIBILIDADE DE REAPROVEITAMENTO. DEPOIS DE FIXADO O LACRE DEVE APRESENTAR MOVIMENTO LIVRE NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. PIGMENTAÇÃO NA COR AZUL. PARTES PLÁSTICAS DOS LACRES DEVEM APRESENTAR COR E ASPECTO UNIFORME E ESTAREM TOTALMENTE ISENTAS DE CORROSOS ESTRANHOS, BOLHAS, FRATURAS, RACHADURAS, REBARBAS, OU OUTROS DEFEITOS QUE INDIQUEM DESCONTINUIDADE DO MATERIAL OU DO PROCESSO DE PRODUÇÃO QUE COMPROMETA SUA APARÊNCIA, DESEMPENHO E DURABILIDADE.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	0,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 34/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	VASELINA SÓLIDA INDUSTRIAL - POTE DE 440 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: HIDROCARBUNETOS SATURADOS, ÓLEO MINERAL E ESSÊNCIA.	UN	CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	0,3500	2
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	0,4000	3
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	HIFERSANI	0	0,6400	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	9,0000	1
118	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO. BISNAGA DE 75 gramas	UN	MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	9,9900	2
			MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL (12986)		0	12,0000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	1,9000	1
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	2,3200	2
119	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO. FRASCO COMPINCEL APLICADOR DE 175 gramas	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	2,4000	3
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	6,0000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	6,2000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	7,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 35/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
120	Cone de Sinalização e segurança, em PVC, altura 50 cm. Cor laranja e branco. Tipo de faixa: injetada. Com fendas para inserção de fita zebraada.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	7,5000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	10,8000
	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)		PLASTICOR		0	14,0000
121	Fita de isolamento zebraada em preto e amarelo em polietileno, sem adesivo, rolo com 200 metros x 70mm.	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	PLASTICOR	0	5,9900
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	6,0000
			MARKA FORNECEDORA DE MATERIAS E SERVICOS LTDA - E (12991)		0	6,5000
123	FURADEIRA AZUL PARA LILGAÇÃO RAMAL PREDIAL PE	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	120,0000
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)		0	123,0000
			CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME (12993)		0	220,0000
124	LIMA CHATA MURCA 10"	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	NICHOLSON	0	40,7400
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	BLISTER	0	50,0000
125	ALICATE BOMBA ÁGUA PROFISSIONAL	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	LOTUS	0	25,6200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 36/41

Número do Registro de Preços: 76/2014      Data do Registro: 26/11/2014      Válido até: 26/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
126	ARCO SERRA SÓLIDO 30 CM	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	JOMARCA	0	28,1100
127	SERRINHA COM CABO	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	LOTUS	0	10,9900
128	MARRETA 1KG COM CABO DE MADEIRA	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	JOMARCA	0	24,5400
129	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/4X10	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	LOTUS	0	3,9900
130	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/4X4	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	MONFORT	0	18,4600
131	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/4X5	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TEKFUND	0	20,0000
		UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	10,6200
		UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	MORETZ	0	22,3700
		UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	6,4200
		UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	7,0900
		UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	6,6900
		UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	7,3200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 37/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/8X3	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	4,2600	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	4,5000	2
133	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/8X4	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	3,6400	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	4,2600	2
134	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/16X3	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	5,6600	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	5,8500	2
135	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/16X4	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	5,2100	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	5,5800	2
136	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/8X10	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	18,6300	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	20,6600	2
137	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/8X8	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	16,6200	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	19,3000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 38/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	CHAVE DE FENDA SIMPLES 5/16X10	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	10,2200	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	14,2500	2
139	CHAVE ESTRELA AÇO CARBONO 10X11	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	12,7400	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	13,8500	2
140	CHAVE ESTRELA AÇO CARBONO 12X13	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	11,5200	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	15,8300	2
141	CHAVE ESTRELA AÇO CARBONO 14X15	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	FAMASTIL	0	12,8900	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TRAMONTINA	0	17,6200	2
142	SERROTE COM CABO DE MADEIRA 20	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	LOTUS	0	14,8900	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	RAMADA	0	28,3200	2
143	ALAVANCA DE FERRO 1,5 METROS	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	BELGO	0	61,1400	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	COSTA	0	61,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 39/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	CONJUNTO MOTOBOMBA QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA 12,5 CV, 380 Vca, 60 Hz, 11 POLOS, DIÂMETRO DE SUÇÃO 2", DIÂMETRO DE RECALQUE 1 1/2", ALTURA MANOMÉTRICA MÁXIMA 59 m.c.a PARA UMA VAZÃO 22,5 m³/h, ALTURA MANOMÉTRICA MÍNIMA 48 m.c.a PARA UMA VAZÃO DE 49,1 m³/h. OBS: O conjunto de motobomba ofertado deverá permitir a instalação nas conexões já existentes sem a necessidade de qualquer adaptação de peças e conexões, pois será reserva do EQUIPAMENTO INSTALADO E QUE SE ENCONTRA EM OPERAÇÃO: MARCA SCHNEIDER, MODELO BC-22R 1.1/2 12.5 T 60 3/6, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FÁBRICA.	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	SCHNEIDER	0	3.293.0000	1
			SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	3.552.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 40/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	PRESSOSTATOS RESERVAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	370,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 76/2014

Página: 41/41

Número do Registro de Preços: 76/2014		Data do Registro: 26/11/2014		Válido até: 26/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral, hidrômetros, motobombas, pressostatos e inversores para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2014

PROCESSO Nº 211/2014

- (9069) - SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA
- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (10733) - ANGOLINI E ANGOLINI LTDA
- (10774) - C.E. MACEDO E CIA LTDA
- (11096) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP
- (11125) - MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTIC
- (12560) - LAO INDÚSTRIA LTDA
- (12562) - FAE FERRAGENS E APARELHOS ELETRICOS SA
- (12702) - SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA
- (12721) - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL
- (12986) - MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAUL
- (12987) - POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- (12988) - CORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA
- (12989) - HIDROLUX - INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRA
- (12990) - ASPERBRAS TUBOS E CONEXOES LTDA
- (12991) - MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA - E
- (12993) - CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME

Schroeder, 26 de Novembro de 2014.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 196/2014

DECRETO Nº 196/2014 DE 24 DE NOVENBRO DE 2014.

“Concede Licença Saúde à Servidora NEUSA GIRELLI GHIDINI e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora NEUSA GIRELLI GHIDINI, conforme atestado médico de 09/11/2014, CID M23 até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é designada para atender as necessidades e atribuições do cargo de Conselheira Tutelar, Nível 11, com carga horária de vinte (20) semanais, da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 09 de novembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de novembro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

ANEXOS 1,2,3,8,12 DO RREO DO 5º BIMESTRE

Município de SIDEROPOLIS - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO--ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	Até o Bimestre (c)	%	(d/a)	SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)						
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.850.000,00	24.850.000,00	3.843.903,72	15,47			22.675.186,16	91,25		2.174.813,84
RECEITAS CORRENTES	24.833.000,00	24.833.000,00	3.590.033,45	14,46			20.784.014,01	83,70		4.048.985,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.850.000,00	2.850.000,00	426.961,45	14,98			2.435.003,36	85,44		414.996,64
IMPOSTOS	1.900.000,00	1.900.000,00	380.083,20	20,00			1.708.327,63	89,91		191.672,37
TAXAS	930.000,00	930.000,00	46.878,25	5,04			726.675,73	78,14		203.324,27
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00			0,00	0,00		20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	53.977,61	26,99			345.405,44	172,70		-145.405,44
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	200.000,00	200.000,00	53.977,61	26,99			345.405,44	172,70		-145.405,44
RECEITA PATRIMONIAL	172.000,00	172.000,00	32.864,04	19,11			130.080,20	75,63		41.919,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	172.000,00	172.000,00	32.864,04	19,11			130.080,20	75,63		41.919,80
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	3.665,00	7,33			24.047,55	48,10		25.952,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.883.000,00	20.883.000,00	2.913.138,46	14,08			17.051.200,19	82,44		3.631.799,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.561.000,00	20.561.000,00	2.854.343,13	13,88			14.789.772,87	71,93		5.771.227,13
Transf. de Conv.	122.000,00	122.000,00	58.795,33	48,19			2.261.427,32	853,63		-2.139.427,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	878.000,00	878.000,00	159.426,89	18,16			798.277,27	90,92		79.722,73
Multas e Juros de Mora	176.000,00	176.000,00	23.651,09	13,44			92.073,23	52,31		83.926,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	70.910,70	0,00			72.963,40	0,00		-72.963,40
RECEITA DA DIVIDATIVA	180.000,00	180.000,00	7.432,49	4,13			72.592,44	40,33		107.407,56
RECEITAS DIVERSAS	522.000,00	522.000,00	57.432,61	11,00			560.648,20	107,40		-38.648,20
RECEITAS DE CAPITAL	17.000,00	17.000,00	253.870,27	493,35			1.891.172,15	124,54		-1.874.172,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00			0,00	0,00		2.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00			0,00	0,00		2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.000,00	15.000,00	253.870,27	692,47			1.891.172,15	607,81		-1.876.172,15
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.000,00	15.000,00	253.870,27	692,47			1.891.172,15	607,81		-1.876.172,15
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-			-	-		-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.850.000,00	24.850.000,00	3.843.903,72	15,47			22.675.186,16	91,25		2.174.813,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>24.850.000,00</b>	<b>24.850.000,00</b>	<b>3.843.903,72</b>	<b>15,47</b>	<b>22.675.186,16</b>	<b>91,25</b>
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.850.000,00	24.850.000,00	3.843.903,72	15,47	22.675.186,16	91,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>17.542.000,00</b>	<b>15.051.659,57</b>	<b>32.593.659,57</b>	<b>2.486.541,33</b>	<b>28.986.667,10</b>	<b>3.108.836,98</b>	<b>16.483.465,28</b>	<b>50,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.548.816,00</b>	<b>2.853.511,34</b>	<b>18.402.327,34</b>	<b>2.237.246,11</b>	<b>15.205.287,19</b>	<b>2.309.000,90</b>	<b>12.657.706,95</b>	<b>68,78</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.032.060,00	208.500,00	9.240.560,00	1.374.564,07	7.107.525,94	1.395.747,86	7.106.717,44	76,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	-150.000,00	250.000,00	7.479,10	181.496,51	28.359,71	158.608,97	63,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.116.756,00	2.795.011,34	8.911.767,34	855.202,94	7.916.264,74	884.893,33	5.392.380,54	60,51
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.963.184,00</b>	<b>12.198.148,23</b>	<b>14.161.332,23</b>	<b>249.295,22</b>	<b>13.781.379,91</b>	<b>799.836,08</b>	<b>3.825.758,33</b>	<b>27,02</b>
INVESTIMENTOS	1.163.184,00	11.985.360,94	13.148.544,94	166.725,92	12.839.719,89	631.482,27	2.977.072,43	22,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	800.000,00	212.787,29	1.012.787,29	82.569,30	94.166,02	168.353,81	848.685,90	83,80
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.542.000,00</b>	<b>15.051.659,57</b>	<b>32.593.659,57</b>	<b>2.486.541,33</b>	<b>28.986.667,10</b>	<b>3.108.836,98</b>	<b>16.483.465,28</b>	<b>50,57</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de SIDEROPOLIS - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>17.542.000,00</b>	<b>15.051.659,57</b>	<b>32.593.659,57</b>	<b>2.486.541,33</b>	<b>28.986.667,10</b>	<b>3.108.836,98</b>	<b>16.483.465,28</b>	<b>16.110.194,29</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6.191.720,88</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>17.542.000,00</b>	<b>15.051.659,57</b>	<b>32.593.659,57</b>	<b>2.486.541,33</b>	<b>28.986.667,10</b>	<b>3.108.836,98</b>	<b>22.675.186,16</b>	<b>16.110.194,29</b>

FONTE:

SIDEROPOLIS , 26/11/2014

HELIO ROBERTO CESA  
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA  
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDERÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.105.000,00	2.105.000,00	1.804.593,78	85,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	300.000,00	300.000,00	280.845,48	93,62
Imposto sobre Transmissão de Bens Intangíveis - ITBI	300.000,00	300.000,00	263.819,37	87,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	833.262,42	83,33
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	330.400,36	110,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	8.780,72	15,96
Divida Ativa dos Impostos	120.000,00	120.000,00	72.592,44	60,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	30.000,00	30.000,00	14.892,99	49,64
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.740.000,00	20.740.000,00	14.339.888,61	69,14
Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	6.162.496,56	64,87
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	9.932,23	49,66
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.387.944,86	92,53
Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	6.652.111,16	70,02
Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	101.584,69	67,72
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	25.819,11	36,88
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	25.819,11	36,88
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>22.845.000,00</b>	<b>22.845.000,00</b>	<b>16.144.482,39</b>	<b>70,67</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.223.000,00	2.223.000,00	2.342.935,04	105,40
Provenientes da União	1.711.000,00	1.711.000,00	1.699.980,68	99,36
Provenientes dos Estados	512.000,00	512.000,00	642.954,36	125,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.223.000,00</b>	<b>2.223.000,00</b>	<b>2.342.935,04</b>	<b>105,40</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.936.740,00	7.895.468,66	6.380.226,66	80,81	5.467.503,70	69,25
Pessoal e Encargos Sociais	5.328.120,00	5.098.120,00	4.060.290,70	79,64	4.057.561,88	79,59
Outras Despesas Correntes	1.608.620,00	2.797.348,66	2.319.935,96	82,93	1.409.941,82	50,40
DESPESAS DE CAPITAL	169.260,00	1.245.123,63	1.011.913,10	81,27	621.299,88	49,90
Investimentos	169.260,00	1.245.123,63	1.011.913,10	81,27	621.299,88	49,90

Continua 1/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	169.260,00	1.245.123,63	1.011.913,10	81,27	621.299,88	49,90
Investimentos	169.260,00	1.245.123,63	1.011.913,10	81,27	621.299,88	49,90
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.106.000,00	9.140.592,29	7.392.139,76	80,87	6.088.803,58	66,61
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.223.000,00	3.938.292,29	3.406.637,75	46,08	2.470.465,48	40,57
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.223.000,00	3.938.292,29	3.406.637,75	46,08	2.470.465,48	40,57
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADAS AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.223.000,00	3.938.292,29	3.406.637,75	46,08	2.470.465,48	40,57
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.883.000,00	5.202.300,00	3.985.502,01	34,79	3.618.338,10	26,04
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						
1.196.665,74						

Continua 2/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR					
Inscritos em 2013	0,00	9.450,75	-9.450,75	0,00				
TOTAL	0,00	9.450,75	-9.450,75	0,00				
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)				
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)							
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)				
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)							
-	-			-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (Total m)*100		
			6.842.000,00	8.659.942,29	6.983.949,80	94,48	5.750.281,12	94,44
			224.000,00	375.500,00	303.297,15	4,10	250.933,79	4,12
40.000,00	105.150,00	104.892,81	1,42	87.588,67	1,44			
TOTAL	7.106.000,00	9.140.592,29	7.392.139,76	100,00	6.088.803,58	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[M/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

SIDEROPOLIS , 26/11/2014

HELIO ROBERTO CESA  
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA  
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO						No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	27.300.000,00	44.672.461,93	3.666.286,32	38.360.210,42	4.739.075,73	24.489.374,53	100,00	54,82		20.183.087,40
	Ação Legislativa	1.250.000,00	1.250.000,00	164.433,87	931.686,79	179.630,87	911.719,28	3,72	72,94		338.280,72
	Judiciária	1.250.000,00	1.250.000,00	164.433,87	931.686,79	179.630,87	911.719,28	3,72	72,94		338.280,72
	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	210.000,00	155.000,00	18.768,16	113.021,13	18.768,16	113.021,13	0,46	72,92		41.978,87
	Administração	210.000,00	155.000,00	18.768,16	113.021,13	18.768,16	113.021,13	0,46	72,92		41.978,87
	Administração Geral	3.483.000,00	3.738.850,00	509.965,81	3.083.912,86	405.403,01	2.623.740,42	10,71	70,18		1.115.109,58
	Administração Financeira	2.750.000,00	2.964.350,00	428.577,94	2.512.134,78	310.378,16	2.094.367,72	8,55	70,65		869.982,28
	ASSISTENCIA SOCIAL	733.000,00	774.500,00	81.387,87	571.778,08	95.024,85	529.372,70	2,16	68,35		245.127,30
	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.029.000,00	1.274.000,00	151.955,90	892.058,82	165.459,22	849.624,79	3,47	66,69		424.375,21
	Assistência Comunitária	40.000,00	40.000,00	0,00	1.400,00	0,00	1.400,00	0,01	3,50		38.600,00
	SAUDE	989.000,00	1.234.000,00	151.955,90	890.658,82	165.459,22	848.224,79	3,46	68,74		385.775,21
	Assistência à Criança e ao Adolescente	7.499.000,00	9.711.192,29	862.442,82	7.863.926,61	1.335.233,59	6.496.376,86	26,53	66,90		3.214.815,43
	Atenção Básica	91.000,00	91.200,00	10.779,62	70.792,65	11.443,72	70.157,85	0,29	76,93		21.042,15
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.842.000,00	8.659.942,29	794.311,54	6.983.949,80	1.178.434,63	5.750.281,12	23,48	66,40		2.909.661,17
	Vigilância Sanitária	224.000,00	375.500,00	27.071,96	303.297,15	47.090,19	250.933,79	1,02	66,83		124.566,21
	Alimentação e Nutrição	40.000,00	105.150,00	26.488,00	104.892,81	42.217,92	87.588,67	0,36	83,30		17.561,33
	Educação	302.000,00	479.400,00	3.791,70	400.994,20	56.047,13	337.415,43	1,38	70,38		141.984,57
	Ensino Fundamental	6.311.000,00	8.831.833,67	877.328,46	7.349.469,26	1.131.391,28	5.473.045,47	22,35	61,97		3.358.788,20
	Ensino Superior	4.895.000,00	7.444.096,11	690.540,48	6.403.184,51	914.000,07	4.588.479,84	18,74	61,64		2.855.616,27
	Educação Infantil	51.000,00	97.800,00	0,00	97.800,00	15.044,00	74.272,00	0,30	75,94		23.528,00
Educação de Jovens e Adultos	1.323.000,00	1.247.937,56	180.787,98	818.484,75	196.347,21	780.293,63	3,19	62,53		467.643,93	
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		2.000,00	
CULTURA	40.000,00	40.000,00	6.000,00	30.000,00	6.000,00	30.000,00	0,12	75,00		10.000,00	
Difusão Cultural	276.000,00	276.000,00	4.704,10	84.856,27	5.618,50	83.941,86	0,34	30,41		192.058,14	
Urbanismo	276.000,00	276.000,00	4.704,10	84.856,27	5.618,50	83.941,86	0,34	30,41		192.058,14	
Infra-Estrutura Urbana	4.140.000,00	15.028.816,30	718.631,97	14.313.966,77	983.091,47	4.806.405,77	19,63	31,98		10.222.410,53	
Serviços Urbanos	3.720.000,00	14.568.816,30	677.555,87	13.928.992,15	921.366,90	4.484.091,98	18,31	30,78		10.084.724,32	
Habitação	420.000,00	460.000,00	41.076,10	384.974,62	61.724,57	322.313,79	1,32	70,07		137.686,21	
Habitação Urbana	6.000,00	47.010,07	0,00	2.009,03	343,70	1.661,89	0,01	3,54		45.348,18	
	6.000,00	47.010,07	0,00	2.009,03	343,70	1.661,89	0,01	3,54		45.348,18	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SIDEROPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	27.300.000,00	44.672.461,93	3.666.286,32	38.360.210,42	4.739.075,73	24.489.374,53	100,00	54,82
Saneamento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	551.000,00	676.500,00	58.417,51	591.195,33	80.917,51	465.314,03	1,90	68,78
Preservação e Conservação Ambiental	51.000,00	51.000,00	1.600,00	32.240,15	1.600,00	21.558,85	0,09	42,27
Controle Ambiental	500.000,00	625.500,00	56.817,51	558.955,18	79.317,51	443.755,18	1,81	70,94
Agricultura	650.000,00	1.257.031,25	56.534,61	1.081.899,79	65.205,86	1.017.338,47	4,15	80,93
Extensão Rural	650.000,00	1.257.031,25	56.534,61	1.081.899,79	65.205,86	1.017.338,47	4,15	80,93
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	251.000,00	969.441,06	134.791,07	831.706,54	144.473,61	542.545,00	2,22	55,96
Desporto Comunitário	251.000,00	969.441,06	134.791,07	831.706,54	144.473,61	542.545,00	2,22	55,96
Encargos Especiais	1.610.000,00	1.422.787,29	108.312,04	1.220.501,22	223.538,95	1.104.639,56	4,51	77,64
Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00	1.262.787,29	90.048,40	1.123.156,53	196.713,52	1.007.294,87	4,11	79,77
Outros Encargos Especiais	410.000,00	160.000,00	18.263,64	97.344,69	26.825,43	97.344,69	0,40	60,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	27.300.000,00	44.672.461,93	3.666.286,32	38.360.210,42	4.739.075,73	24.489.374,53	100,00	54,82

FONTE:

SIDEROPOLIS , 26/11/2014

HELIO ROBERTO CESA  
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA  
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.143.504,93</b>	<b>2.575.137,28</b>	<b>2.395.601,74</b>	<b>2.345.765,93</b>	<b>2.301.692,20</b>	<b>2.389.465,13</b>	<b>3.437.046,66</b>	<b>2.329.549,90</b>	<b>3.268.526,07</b>	<b>2.502.756,46</b>	<b>2.191.643,26</b>	<b>2.312.345,12</b>	<b>30.427.036,68</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	87.870,65	161.410,51	165.332,59	162.700,63	334.688,89	184.876,63	592.575,25	230.033,93	200.605,25	167.388,82	217.436,61	206.522,84	2.694.448,60
IPTU	1.535,89	2.579,65	385,11	0,00	13,83	15.696,20	195.707,84	20.182,10	25.463,62	18.272,26	3.142,59	1.979,93	284.980,92
IRPJ	12.422,08	88.097,24	45.428,98	30.477,08	23.122,98	40.526,20	27.296,44	33.151,31	12.705,67	23.877,39	43.974,23	36.882,08	431.979,68
L.S.S.	52.860,28	53.005,88	53.831,87	42.041,26	54.630,42	71.062,51	83.964,87	129.683,39	82.901,61	73.933,15	98.946,01	110.572,33	998.139,58
L.T.B.L	14.655,00	9.104,41	21.722,81	19.394,88	12.955,39	16.263,13	33.254,85	9.249,09	44.967,95	16.328,35	35.875,55	50.810,48	281.778,78
Outras Receitas Tributárias	6.207,40	7.602,43	11.865,82	70.791,41	238.966,28	41.310,59	222.401,25	32.863,04	34.565,50	26.977,87	37.600,23	9.278,02	740.649,64
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.616,22	15.423,61	17.117,95	15.502,18	14.189,90	18.478,31	16.461,26	14.663,56	13.315,63	18.178,04	25.729,33	28.246,28	200.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.754,30	15.595,62	12.301,27	12.730,02	13.065,77	15.533,39	17.810,61	15.677,17	18.305,64	20.476,68	20.903,31	21.724,38	198.815,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	675,00	790,00	6.265,94	2.501,00	950,00	1.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.001.333,03	2.319.419,82	2.099.169,63	2.094.593,37	1.854.317,91	2.059.654,21	2.777.595,24	2.031.123,00	3.136.624,78	2.066.631,07	1.876.506,13	1.938.929,72	26.227.639,91
Cota-Parte de FPM	654.101,18	986.798,53	793.106,49	845.923,86	502.391,05	573.394,80	794.119,07	573.093,99	482.188,85	597.901,41	594.110,57	485.338,47	7.803.396,27
Cota-Parte do ICMS	711.935,36	709.396,61	689.716,67	654.150,93	660.876,03	646.236,18	659.435,93	664.664,74	618.306,83	646.042,54	694.729,76	716.591,55	8.073.413,13
Cota-Parte do IPVA	771.402,16	53.829,48	55.679,02	75.772,94	155.789,92	183.237,79	185.083,34	165.882,40	147.376,33	146.970,38	137.975,74	134.176,00	1.518.176,50
Cota-Parte do ITR	536,70	27,91	0,00	35,39	19,86	31,24	26,44	14,50	234,11	34,73	2.480,68	7.055,28	10.466,84
Outras Transferências Correntes	282.051,90	284.635,89	267.412,78	232.914,38	274.141,65	390.046,81	875.006,87	349.038,47	1.621.870,25	369.729,82	238.546,50	295.156,59	5.494.542,91
Transferências da LC 87/1989	10.974,29	11.729,16	10.656,19	9.191,13	6.980,92	9.774,94	10.631,87	10.126,29	10.402,85	10.723,04	10.060,92	10.005,54	124.288,14
Transferências da LC 87/1996	2.915,69	2.915,69	2.893,79	2.893,79	0,00	2.893,79	2.893,79	2.893,79	2.893,79	2.893,79	2.893,79	2.893,79	31.650,49
Transferências do FUNDEB	281.445,75	260.096,55	279.527,69	273.135,95	252.127,48	254.033,66	277.792,93	265.469,82	243.396,77	260.390,36	285.702,17	277.606,50	3.170.695,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.259,73	62.597,72	95.413,36	57.338,73	84.466,73	109.555,59	54.299,30	36.397,43	137.647,97	92.896,85	48.190,88	112.124,90	913.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>289.923,66</b>	<b>289.031,90</b>	<b>308.392,65</b>	<b>316.316,81</b>	<b>264.515,02</b>	<b>281.205,28</b>	<b>322.328,13</b>	<b>282.164,53</b>	<b>253.067,66</b>	<b>280.171,08</b>	<b>273.258,10</b>	<b>272.072,29</b>	<b>3.432.448,11</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	289.923,66	289.031,90	308.392,65	316.316,81	264.515,02	281.205,28	322.328,13	282.164,53	253.067,66	280.171,08	273.258,10	272.072,29	4.148.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.853.581,27</b>	<b>2.286.105,38</b>	<b>2.087.209,09</b>	<b>2.029.449,12</b>	<b>2.037.177,18</b>	<b>2.108.259,85</b>	<b>3.108.718,53</b>	<b>2.047.385,37</b>	<b>3.255.460,41</b>	<b>2.222.585,38</b>	<b>1.918.385,16</b>	<b>2.040.272,83</b>	<b>26.984.588,57</b>
FONTE													
SIDEROPOLIS													

HELIO ROBERTO CESA  
PREFEITO MUNICIPALMOISÉS DE MATTA  
CONTADOR CRC-SC 0963310-9

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.106.000,00	2.106.000,00	392.917,25	1.804.593,78	85,69
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	470.000,00	470.000,00	15.944,97	372.234,45	79,20
1.1.1- IPTU	300.000,00	300.000,00	5.236,56	282.166,28	94,06
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	827,04	3.903,54	7,81
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	7.432,49	72.592,44	72,59
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.592,92	14.892,99	74,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(114,04)	(1.320,80)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	301.000,00	301.000,00	87.686,03	263.819,37	87,65
1.2.1- ITBI	300.000,00	300.000,00	89.945,62	266.078,96	88,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(2.259,59)	(2.259,59)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.035.000,00	1.035.000,00	211.429,94	838.139,60	80,98
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	209.418,34	834.119,94	83,41
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	2.011,60	4.877,18	97,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(857,52)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	77.856,31	330.400,36	110,13
1.4.1- IRRF	300.000,00	300.000,00	77.856,31	330.400,36	110,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.740.000,00	20.740.000,00	2.739.423,09	14.339.888,61	69,14
2.1- Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	1.019.449,04	6.162.496,56	64,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.500.000,00	9.500.000,00	1.019.449,04	6.162.496,56	64,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	1.411.651,31	6.652.111,16	70,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	5.737,58	25.819,11	36,88
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	150.000,00	150.000,00	20.897,46	101.584,69	67,72
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	9.535,96	9.932,23	49,66
2.6- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	272.151,74	1.387.944,86	92,53
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>22.846.000,00</b>	<b>22.846.000,00</b>	<b>3.132.340,34</b>	<b>16.144.482,39</b>	<b>70,67</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	2.000,00	2.000,00	7.447,92	20.097,66	1.004,88
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	532.000,00	532.000,00	86.779,12	406.936,99	76,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	368.000,00	368.000,00	56.902,03	290.952,74	79,06
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	100.000,00	100.000,00	20.420,00	81.693,80	81,69
5.4- Transferências Diretas - PNATE	60.000,00	60.000,00	9.247,66	32.389,00	53,98
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	209,43	1.901,45	95,07
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	9.000,00	9.000,00	0,00	516.753,66	5.741,71
6.1- Transferências de Convênios	9.000,00	9.000,00	0,00	516.753,66	5.741,71
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	104.000,00	104.000,00	0,00	137.883,62	132,58
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>649.000,00</b>	<b>649.000,00</b>	<b>94.227,04</b>	<b>1.081.671,93</b>	<b>166,67</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.148.000,00	4.148.000,00	545.330,39	2.853.492,55	68,79
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	203.889,76	1.232.499,08	64,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.900.000,00	1.900.000,00	279.776,33	1.316.334,80	69,28
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	1.147,50	5.163,75	36,88
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	4.179,48	20.316,86	67,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	1.907,16	1.986,37	49,66
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	300.000,00	300.000,00	54.430,16	277.191,69	92,40
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.210.000,00	3.210.000,00	544.645,59	2.654.325,14	82,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	543.306,67	2.649.143,33	82,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.338,92	5.181,81	51,82
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-948.000,00</b>	<b>-948.000,00</b>	<b>-2.021,72</b>	<b>-204.349,22</b>	<b>21,56</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.728.000,00	2.728.000,00	474.502,62	2.137.588,57	78,36
13.1- Com Educação Infantil	728.000,00	728.000,00	163.685,86	481.140,50	66,09
13.2- Com Ensino Fundamental	2.000.000,00	2.000.000,00	310.816,76	1.656.448,07	82,82
14- OUTRAS DESPESAS	482.000,00	532.000,00	92.379,11	531.591,12	99,92
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	482.000,00	532.000,00	92.379,11	531.591,12	99,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.210.000,00	3.260.000,00	566.881,73	2.669.179,69	81,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.669.179,69
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					80,53
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					20,03
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	5.711.500,00	5.711.500,00	783.085,09	4.036.120,60	70,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.273.000,00	1.163.000,00	186.962,43	735.856,09	63,27
23.1- Creche	636.500,00	581.500,00	93.481,22	367.928,05	63,27
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	364.000,00	364.000,00	81.842,93	240.570,25	66,09
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	272.500,00	217.500,00	11.638,29	127.357,80	58,56
23.2- Pré-escola	636.500,00	581.500,00	93.481,21	367.928,04	63,27
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	364.000,00	364.000,00	81.842,93	240.570,25	66,09
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	272.500,00	217.500,00	11.638,28	127.357,79	58,56
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.422.000,00	4.652.000,00	640.794,72	3.542.918,88	76,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.482.000,00	2.532.000,00	403.195,87	2.188.039,19	86,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.940.000,00	2.120.000,00	237.598,85	1.354.879,69	63,91
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.695.000,00	5.815.000,00	827.757,15	4.278.774,97	73,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-204.349,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					5.181,81
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-199.167,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.477.942,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,74
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	370.000,00	470.000,00	84.174,53	340.953,77	72,54
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	193.000,00	2.447.033,67	204.415,60	779.044,73	31,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	563.000,00	2.917.033,67	288.590,13	1.119.998,50	38,40
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.258.000,00	8.732.033,67	1.116.347,28	5.398.773,47	61,83

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		125.130,27	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.649.143,33	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.568.204,10	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.376.965,15	0,00
49.2 Restos a Pagar		191.238,95	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.181,81	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		211.251,31	0,00

SIDERÓPOLIS, 26/11/2014

HELIO ROBERTO CESA  
PREFEITO MUNICIPAL  
FONTE:

MOISÉS DE MATTIA  
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 224/2014

DECRETO Nº 224, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA  
2.024 - Gestão da Secretaria da Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 20.000,00  
2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 310.000,00  
2.027 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.1.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 86 (Recursos Próprios em Educação).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO Nº. 225/2014

DECRETO Nº 225, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 36.252,17 (trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
1.004 - Aquisição de Veículos Para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.882,35  
2.020 - Atendimento de Saúde Básica  
3.3.90.00.00.00.00.00.0069 - Aplicações Diretas ..... R\$ 17.569,82  
2.022 - Serviço de Combate a Epidemiologia  
4.4.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.360,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fontes 91, 69 e 36.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO Nº. 226/2014

DECRETO Nº 226, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 411.632,25 (quatrocentos e onze mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - GABINETE DO PREFEITO  
2.002 - Gestão do Gabinete do Prefeito  
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 83.000,00

02.01 - SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
2.004 - Gestão da Secretaria de Administração.  
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas .....  
R\$250.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 45.000,00

03.02 - REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
2.011 - Manutenção do Funrebom  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 26.620,49

08.01 - DIRETORIA DE AGRICULTURA E PESCA  
1.028 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 7.011,76

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 (Recursos Próprios), 91 ( Alienação de Bens), e 24( Convênios).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **DECRETO Nº. 227/2014**

DECRETO Nº 227, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TRANSPÕE RECURSOS ENTRE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 19.426,00 (dezenove mil, quatrocentos e vinte seis reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.02 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO  
2.012 - Gestão da Política de Assistência Social  
4.4.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 17.781,00  
2.014 - Proteção e Atenção às Famílias e Indivíduos  
4.4.90.00.00.00.00.00.0057 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.645,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária.

06.02 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO  
2.012 - Gestão da Política de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 17.781,00  
2.014 - Proteção e Atenção às Famílias e Indivíduos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0057 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.645,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **DECRETO Nº. 228/2014**

DECRETO Nº 228, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.020 - Atendimento de Saúde Básica  
3.1.90.00.00.00.00.00.0070 - Aplicações Diretas ..... R\$ 320.000,00  
2.023 - Serviço de Vigilância Sanitária  
3.1.90.00.00.00.00.00.0038 - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fontes 70 e 38.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **DECRETO Nº. 229/2014**

DECRETO Nº 229, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação do orçamento:

06.02 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO  
2.017 - Apoio à Criança e Adolescente  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 (Recursos Próprios), 28 (Convênio FNDE) e 91 (alienação de Bens).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DECRETO Nº. 230/2014**

DECRETO Nº 230, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.022 - Serviço de Combate a Epidemiologia

4.4.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 36.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



Tigrinhos

PREFEITURA

RREO 5 BIMESTRE 2014

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREMIO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		RS 1,00	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
							SALDO A REALIZAR (a - c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		<b>9.699.926,99</b>	<b>9.699.926,99</b>	<b>1.562.297,76</b>	<b>16,11</b>	<b>9.417.068,61</b>	<b>97,08</b>
RECEITAS CORRENTES		8.367.426,99	8.367.426,99	1.410.484,68	16,86	7.712.510,08	92,17
RECEITA DE PRECATORIA		236.000,00	236.000,00	41.331,20	17,51	194.668,80	82,49
IMPOSTOS		14.200,00	14.200,00	2.788,53	19,59	26.604,90	187,36
TAXAS		6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		18.000,00	18.000,00	3.856,00	21,42	18.532,00	102,96
CONTRIBUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES		18.000,00	18.000,00	3.856,00	21,42	18.532,00	102,96
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		28.360,00	28.360,00	11.422,87	40,28	64.594,14	227,76
RECEITA PATRIMONIAL		28.360,00	28.360,00	11.422,87	40,28	64.594,14	227,76
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		4.000,00	4.000,00	3.028,00	75,70	4.378,76	109,48
RECEITA AGROPECUÁRIA		4.000,00	4.000,00	3.028,00	75,70	4.378,76	109,48
Outras Receitas Agropecuárias		4.000,00	4.000,00	3.028,00	75,70	4.378,76	109,48
RECEITA DE SERVIÇOS		8.046,67	8.046,67	1.340.589,06	16,66	7.226.815,75	89,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.992,67	7.992,67	1.330.673,84	16,64	7.483.193,07	89,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		57,00	57,00	10,91	19,15	43.656,88	76,59
Transf. de Conv.		57,00	57,00	10,91	19,15	43.656,88	76,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		18.089,99	18.089,99	4.500,49	24,93	23.229,26	128,41
Multas e Juros de Mora		6.889,99	6.889,99	1.533,49	22,11	7.816,47	113,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.255,08	125,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	758,35	63,20
RECEITAS DIVERSAS		9.000,00	9.000,00	2.674,00	29,71	13.396,35	148,88
RECEITA DE CAPITAL		1.332.600,00	1.332.600,00	191.615,11	14,39	1.140.984,89	85,63
RECEITA DE EMPRÉSTIMO		1.332.600,00	1.332.600,00	191.615,11	14,39	1.140.984,89	85,63
OPERACIONES DE CREDITO INTERNAS		0,00	0,00	111.692,12	0,00	111.692,12	0,00
AVALIAÇÃO DE BENS		90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	169.750,00	177,51
ALIEAÇÃO DE BENS MOVEIS		90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	169.750,00	177,51
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.242.500,00	1.242.500,00	40.150,99	3,23	1.433.141,41	115,34
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	39.832,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.242.500,00	1.242.500,00	40.150,99	3,23	1.393.309,41	112,13
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>		<b>9.699.926,99</b>	<b>9.699.926,99</b>	<b>1.562.297,76</b>	<b>16,11</b>	<b>9.417.068,61</b>	<b>97,08</b>
<b>OPERACIONES DE CREDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mortuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mortuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>		<b>9.699.926,99</b>	<b>9.699.926,99</b>	<b>1.562.297,76</b>	<b>16,11</b>	<b>9.417.068,61</b>	<b>97,08</b>
<b>DEFICIT (VI)</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		<b>9.699.926,99</b>	<b>9.699.926,99</b>	<b>1.562.297,76</b>	<b>16,11</b>	<b>9.417.068,61</b>	<b>97,08</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)</b>		<b>—</b>	<b>2.271.111,81</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.086.169,49</b>	<b>—</b>
Superavit Financeiro		—	2.271.111,81	—	—	2.086.169,49	—
<b>Restatutiva de Créditos Adicionais</b>		<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS</b>
		<b>DOTAÇÃO INICIAL (d)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) = (d + e)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre (f)</b>	<b>% (f/e)</b>	<b>SALDO ALIQUIDAR (f - g)</b>
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>		<b>9.699.926,99</b>	<b>14.527.073,38</b>	<b>1.106.897,12</b>	<b>1,77</b>	<b>9.126.096,50</b>	<b>62,82</b>
DESPESAS CORRENTES		7.108.850,99	2.008.067,29	7.610.936,85	14,37	7.023.290,69	77,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.756.074,89	1.092.224,95	3.889.900,46	804,74	3.846.618,16	79,32

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 22

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (I)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (I) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/h)
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VIII)	9.698.926,89	4.827.146,49	14.527.073,38	1.106.897,12	10.910.908,85	1.774.794,32	9.126.096,50	62,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	3.000,00	15.000,00	2.651,89	2.651,89	2.651,89	2.651,89	17,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.340.776,00	912.942,73	4.253.718,73	289.370,08	3.717.886,25	633.716,27	3.175.020,64	74,64
DESPESAS DE CAPITAL	2.857.076,00	2.815.079,20	5.672.155,20	79.969,30	3.200.670,25	337.684,64	2.102.805,81	33,16
INVESTIMENTOS	2.424.476,00	2.891.079,20	5.315.555,20	76.064,71	3.149.070,25	331.062,03	2.059.131,05	38,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	126.600,00	-72.000,00	54.600,00	3.904,59	51.600,00	6.599,61	43.674,78	79,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.698.926,89	4.827.146,49	14.527.073,38	1.106.897,12	10.910.908,85	1.774.794,32	9.126.096,50	62,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	9.698.926,89	4.827.146,49	14.527.073,38	1.106.897,12	10.910.908,85	1.774.794,32	9.126.096,50	62,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	250.972,11	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.698.926,89	4.827.146,49	14.527.073,38	1.106.897,12	10.910.908,85	1.774.794,32	9.417.069,61	64,82

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH	LILIAN SANTIN	LUCIANE PRISATTO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRADORA GROSS 24.682/04	CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	90.000,00	159.755,00	-69.755,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	90.000,00	159.755,00	-69.755,00
<b>TOTAL</b>	<b>90.000,00</b>	<b>159.755,00</b>	<b>-69.755,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	140.930,70	97.931,90	0,00	42.998,80
Investimentos	140.930,70	97.931,90	0,00	42.998,80
<b>TOTAL</b>	<b>140.930,70</b>	<b>97.931,90</b>	<b>0,00</b>	<b>42.998,80</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	61.823,10	61.823,10

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

\_\_\_\_\_  
LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	225.000,00	225.000,00	370.894,46	164,84
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.000,00	5.000,00	75.571,95	1511,44
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	16.500,00	16.500,00	140.266,12	850,10
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	89.000,00	89.000,00	59.779,27	67,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRPF	110.600,00	110.600,00	95.076,39	84,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.500,00	2.500,00	2.200,73	88,03
Divida Atrelada aos Impostos	600,00	600,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Atrelada	800,00	800,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	7.724.400,00	7.724.400,00	7.093.918,13	91,84
Cota-Parte FPM	5.200.000,00	5.200.000,00	4.622.373,46	88,89
Cota-Parte ITR	1.400,00	1.400,00	18.180,09	129,84
Cota-Parte ICMS	72.000,00	72.000,00	95.445,47	132,56
Cota-Parte IP-Estado	2.400.000,00	2.400.000,00	2.325.673,36	97,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	38.000,00	38.000,00	35.385,18	93,13
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.000,00	12.000,00	9.020,43	75,17
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	7.949.400,00	7.949.400,00	7.464.812,59	93,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	587.336,00	587.336,00	594.740,61	101,26
Provenientes do União	465.286,00	465.286,00	462.616,27	99,33
Provenientes dos Estados	102.050,00	102.050,00	131.124,34	128,54
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	842,63	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	2.741,94	133,10
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	589.336,00	589.336,00	597.482,55	101,37
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES	1.894.318,00	2.242.086,48	2.049.804,80	87,51
Pessoal e Encargos Sociais	736.660,00	1.309.481,42	1.122.801,52	85,74
Outras Despesas Correntes	1.097.658,00	1.032.605,07	926.903,28	88,75
DESPESAS DE CAPITAL	66.476,00	378.104,81	246.199,25	65,11
Investimentos	66.476,00	378.104,81	246.199,25	65,11

Continua 13

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	68.476,00	378.104,81	246.199,25	65,11	198.053,88	52,38
Investimentos	68.476,00	378.104,81	246.199,25	65,11	198.053,88	52,38
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.980.794,00	2.720.191,30	2.286.804,05	84,40	1.880.226,64	73,13
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM NATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	587.236,00	1.033.733,30	594.740,61	25,91	594.740,61	29,90
Recurso de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	587.236,00	1.033.733,30	594.740,61	25,91	594.740,61	29,90
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO SE ENQUADRA NA DEFINIÇÃO DE AÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	587.236,00	1.033.733,30	594.740,61	25,91	594.740,61	29,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.373.458,00	1.686.458,00	1.701.063,44	58,49	1.394.486,03	43,23
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 445						18,68
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIIb - (15 x VIIb))/100]5						274.764,14

Continua 2/3

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA A CONSIDERAR NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		0,00	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (I)		0,00	
TOTAL (VII)		0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 34, E %						
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (K)			
		-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (I)	% (Total I)*100	Até Bimestre (II) % (Total II)*100
Atenção Básica		1.841.118,00	2.559.823,76	2.203.982,30	96,26	1.915.752,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		805.76,00	111.887,54	77.908,25	3,36	66.868,25
Vigilância Sanitária		38.100,00	48.500,00	8.033,50	0,35	6.605,50
TOTAL		1.960.794,00	2.720.191,30	2.286.904,05	100,00	1.989.226,64
						100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $(VI+II) \cdot (15 \times IIb)/100$

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADOR(A) CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------





Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

\_\_\_\_\_  
LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 4º - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial	—	—	9.699.926,89
Previsão Atualizada	—	—	9.699.926,89
Receitas Realizadas	1.562.237,76	—	9.417.036,61
Deficit Orçamentário	—	—	0,00
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	—	2.009.169,49
<b>DESPESAS</b>			
Orçamento Inicial	—	—	9.699.926,89
Créditos Adicionais	—	—	4.837.145,49
Orçamento Atualizado	—	—	14.527.073,38
Despesas Empenhadas	1.106.887,12	—	10.810.006,65
Despesas Liquidadas	1.774.794,32	—	9.126.066,50
Superavit Orçamentário	—	—	20.972,11
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	—	1.106.887,12	10.810.006,65
Despesas Liquidadas	—	1.774.794,32	9.126.066,50
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	—		9.489.066,20
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	—	—	—
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00	—	0,00
Despesas Previdenciárias Executadas (V)	0,00	—	0,00
Liquidades	0,00	—	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	—	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	—	0,00
<b>RESULTADOS NOMINAIS PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal	—	22.301,61	-138.693,88
Resultado Primário	—	-2.624.452,27	1.257,50
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		Inscrição	CANCELAMENTO até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	131.970,68	12.284,60	100.364,66
EXECUTIVO	131.970,68	12.284,60	100.364,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	77.076,65	0,00	76.923,30
EXECUTIVO	77.076,65	0,00	76.923,30
<b>TOTAL:</b>	<b>209.047,33</b>	<b>12.284,60</b>	<b>177.288,16</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Minimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	—	2.022.636,30	25%
Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	—	348.175,43	60%
Liquidades	—	348.175,43	—
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	—	0,00	—
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	—	111.662,12	-111.662,12
Despesa de Capital Líquida	—	2.102.605,61	3.257.346,39
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	—	—	—
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	—	159.755,00	-49.755,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	—	97.631,60	42.066,80
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
Despesa Própria com Ações e Serviços Públicos de Saúde	—	1.394.486,03	15,00
Liquidades	—	1.394.486,03	—
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	—	0,00	—
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>		Valor apurado no exercício corrente	—
<b>Total das despesas RCL (%)</b>		0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, considerando liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
 PREFEITO MUNICIPAL

LUIZIAN SANTINI  
 CONTADOR CRCSC 24682/049

LUICIANE PISSATTO  
 CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMENDADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%	%	SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	(b/a)	(b/totalb)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (a)	14.577.073,38	14.577.073,38	1.108.897,12	10.910.908,85	1.774.794,32	9.126.096,50	100,00	62,82	5.400.976,88
Legislativa	596.000,00	596.000,00	82.612,67	405.288,20	83.955,35	400.546,26	4,39	79,16	105.451,74
Ação Legislativa	596.000,00	596.000,00	82.612,67	405.288,20	83.955,35	400.546,26	4,39	79,16	105.451,74
Administração	1.286.780,00	1.759.040,00	178.263,32	1.488.243,37	264.469,42	1.433.227,01	15,70	81,48	325.812,99
Planejamento e Orçamento	410.000,00	690.000,00	74.591,66	526.519,81	77.077,95	521.139,49	5,71	80,18	128.860,51
Administração Geral	999.260,00	999.260,00	85.151,95	843.276,92	168.391,07	802.519,09	8,79	82,80	196.740,91
Administração Financeira	128.780,00	199.780,00	18.528,71	112.946,74	18.030,40	105.568,43	1,20	78,39	30.211,57
Segurança Pública	14.000,00	22.201,23	4.594,14	11.814,05	4.431,64	10.884,51	0,12	49,48	11.216,72
Policiamento	14.000,00	22.201,23	4.594,14	11.814,05	4.431,64	10.884,51	0,12	49,48	11.216,72
Assistência Social	644.850,00	944.806,35	73.871,77	465.746,91	83.279,73	451.270,42	4,94	47,76	463.536,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	92.668,93	12.471,07	57.875,15	13.857,07	56.256,15	0,62	60,71	36.413,38
Assistência Comunitária	543.550,00	816.135,72	61.400,70	371.871,76	69.422,66	359.014,27	3,93	43,99	457.122,45
Habituação Urbana	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00	0,39	100,00	0,00
Saúde	1.930.794,00	2.720.191,30	279.719,14	2.296.304,05	403.554,06	1.988.226,64	21,90	73,13	730.964,96
Atenção Básica	1.941.118,00	2.659.823,76	270.930,89	2.239.862,30	385.080,59	1.915.752,89	20,95	74,94	644.070,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	80.576,00	111.867,54	6.867,25	77.503,25	18.611,27	66.889,25	0,73	59,77	44.596,29
Vigilância Sanitária	39.100,00	48.500,00	2.291,00	8.033,50	863,00	6.005,50	0,07	13,62	41.594,50
Educação	1.499.920,00	1.904.353,93	219.310,89	1.592.392,13	278.734,01	1.344.723,06	14,73	70,61	558.636,87
Alimentação e Nutrição	64.700,00	93.631,38	0,00	92.692,53	16.941,70	50.004,10	0,35	52,29	43.627,26
Estrutura Fundamental	1.134.664,84	1.382.664,88	160.114,10	1.209.389,29	195.437,60	1.019.204,01	11,17	73,70	363.790,67
Estrutura Médio	35.546,49	35.546,49	4.871,03	27.037,28	5.995,14	21.564,62	0,24	60,67	13.981,87
Estrutura Profissional	21.600,00	21.600,00	0,00	5.880,00	0,00	1.715,00	0,02	7,94	19.885,00
Estrutura Superior	45.000,00	45.000,00	0,00	6.969,60	0,00	22.149,30	0,24	49,22	22.850,70
Educação Infantil	198.000,67	323.593,38	47.396,16	231.814,33	53.479,47	230.092,03	2,52	71,11	93.501,35
Cultura	10.000,00	224.000,00	15.093,97	17.533,87	15.993,97	17.533,87	0,19	7,83	206.466,13
Difusão Cultural	10.000,00	224.000,00	15.093,97	17.533,87	15.993,97	17.533,87	0,19	7,83	206.466,13
Urbanismo	1.717.100,00	1.692.551,57	19.920,00	289.741,77	112.675,16	270.864,90	2,97	16,39	1.381.686,67
Infra-Estrutura Urbana	1.256.000,00	1.005.850,00	0,00	14.920,00	14.920,00	14.920,00	0,16	1,48	990.930,00
Serviços Urbanos	461.100,00	686.701,57	19.920,00	274.821,77	97.755,16	255.944,90	2,90	39,58	390.756,67
Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	11.000,00	82.644,48	0,00	82.644,48	0,00	82.644,48	0,91	100,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	10.000,00	82.644,48	0,00	82.644,48	0,00	82.644,48	0,91	100,00	0,00
Recursos Hídricos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	921.450,89	1.188.450,89	84.680,33	947.273,67	148.887,11	890.001,97	9,75	76,17	278.448,92
Recuperação de Áreas Degradadas	743.950,89	900.950,89	84.680,33	811.773,67	148.887,11	759.001,97	8,32	84,24	141.948,92
Recursos Hídricos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Extensão Rural	148.000,00	243.000,00	0,00	115.500,00	0,00	115.500,00	0,17	47,53	127.500,00
Promoção de Produção Agropecuária	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	15.500,00	0,27	77,50	4.500,00
Indústria	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	644.600,00	2.036.143,29	89.305,29	1.879.589,77	135.688,99	1.823.402,70	19,98	89,55	212.740,59
Transporte Rodoviário	644.600,00	2.036.143,29	89.305,29	1.879.589,77	135.688,99	1.823.402,70	19,98	89,55	212.740,59
Desporto e Lazer	98.000,00	1.240.528,44	18.112,67	1.163.000,34	207.584,95	267.078,26	2,93	21,53	973.450,18
Assistência Comunitária	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energias Esportivas	240.150,00	236.150,00	41.009,43	171.056,23	31.908,93	144.594,42	1,58	63,93	81.565,58
Ação Judiciária	40.000,00	40.000,00	0,00	254,34	254,34	254,34	0,00	0,64	39.745,66
Formação de Recursos Humanos	61.550,00	116.550,00	34.452,95	116.550,00	22.867,49	98.000,43	1,07	84,09	18.546,57
Serviço de Dívida Interna	138.600,00	69.600,00	6.556,48	54.251,89	9.241,50	46.326,65	0,51	66,56	23.273,35

Continua 12

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 22

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)	9.699.026,88	14.527.073,38	1.106.887,12	10.810.906,65	1.774.794,32	9.126.096,50	100,00	5.400.976,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	9.699.026,88	14.527.073,38	1.106.887,12	10.810.906,65	1.774.794,32	9.126.096,50	100,00	5.400.976,88

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN  
CONTADORA GRC/SC 24.652/0-9

LUCIANE PRISATTO  
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de TIGRINHOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>880.726,58</b>	<b>1.170.876,59</b>	<b>1.035.638,76</b>	<b>1.009.577,99</b>	<b>814.301,59</b>	<b>934.626,46</b>	<b>1.038.029,48</b>	<b>888.528,67</b>	<b>746.630,38</b>	<b>1.011.543,68</b>	<b>824.232,91</b>	<b>842.250,05</b>	<b>11.206.970,14</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.542,36	15.790,19	10.522,69	17.834,02	18.791,69	18.732,02	20.769,00	96.666,78	20.927,89	143.694,31	18.727,59	28.352,64	425.631,18
IPTU	0,00	88,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.275,88	67.404,87	2.184,41	1.370,59	73,38	327,72	75.680,93
IRPJ	10.968,61	10.023,99	4.653,79	8.804,18	10.323,19	10.570,67	8.938,74	9.430,05	11.298,17	9.895,08	9.300,56	9.582,96	114.068,99
IPI	3.499,56	4.971,21	5.666,30	5.292,56	3.776,03	3.922,88	5.994,13	6.865,58	5.944,69	5.490,42	5.786,44	11.146,64	68.250,04
LULA	0,00	340,00	0,00	3.163,36	1.400,00	0,00	155,64	1.056,12	600,00	125.800,00	3.486,00	4.600,00	140.636,12
Outras Receitas Tributárias	74,19	386,01	0,00	596,92	3.282,47	4.237,47	1.434,51	12.180,16	864,62	1.128,22	73,21	2.695,32	27.046,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.715,00	1.816,00	1.751,00	1.977,00	1.844,00	1.834,00	1.894,00	1.862,00	1.814,00	1.850,00	1.885,00	1.971,00	22.083,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.550,77	3.843,17	5.690,99	10.129,19	5.533,80	6.453,18	8.445,84	6.180,33	6.054,46	8.024,08	3.635,90	7.785,97	75.588,68
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,00	22,00	1.090,76	1.638,10	1.389,90	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	858.334,64	1.146.171,88	1.016.416,80	978.124,45	786.519,70	906.121,63	1.005.198,32	787.897,55	715.049,63	854.915,35	796.094,67	801.105,99	10.651.782,01
Cota-Parte de FPM	480.576,88	740.091,40	594.831,36	635.193,90	377.283,29	430.046,10	575.089,30	429.779,99	399.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.853.040,68
Cota-Parte do ICMS	242.403,28	241.592,17	241.590,75	228.230,70	231.144,54	228.492,03	230.897,59	232.794,45	216.603,76	228.969,92	243.307,12	251.135,70	2.813.869,01
Cota-Parte do IPVA	2.329,83	2.577,17	5.866,98	7.305,59	10.302,78	12.007,78	9.991,76	16.374,12	10.335,75	7.809,44	9.176,57	6.274,70	100.352,47
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,94	0,00	4,64	34,55	943,90	1.309,73
Outras Transferências Correntes	71.086,13	108.672,90	113.482,20	47.212,24	113.241,72	182.028,57	130.607,35	52.887,75	65.358,12	114.555,52	92.175,52	110.597,05	1.202.106,07
Transferências da LC 87/1989	3.726,96	3.963,31	3.789,47	3.208,26	3.821,43	3.416,05	3.715,51	2.749,57	3.635,49	3.747,38	3.526,45	3.776,56	43.096,44
Transferências da LC 87/1996	990,19	990,19	1.001,38	1.006,39	0,00	1.001,38	1.001,38	1.001,38	1.001,38	1.001,38	1.001,38	1.001,38	12.000,81
Transferências do FUNDEB	47.222,38	47.284,74	55.094,66	54.974,37	50.745,94	51.129,71	55.905,63	52.905,35	48.988,70	52.403,02	53.478,14	55.874,16	626.986,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.583,81	3.255,35	997,28	1.563,33	1.612,40	1.484,63	1.812,12	5.793,01	2.562,20	1.979,18	2.250,65	1.851,55	27.545,51
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>148.005,07</b>	<b>151.027,17</b>	<b>189.387,80</b>	<b>175.344,65</b>	<b>124.678,27</b>	<b>134.592,51</b>	<b>165.590,79</b>	<b>136.538,92</b>	<b>120.140,46</b>	<b>137.590,38</b>	<b>130.114,96</b>	<b>127.000,38</b>	<b>1.719.981,34</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	148.005,07	151.027,17	189.387,80	175.344,65	124.678,27	134.592,51	165.590,79	136.538,92	120.140,46	137.590,38	130.114,96	127.000,38	1.719.981,34
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>732.721,51</b>	<b>1.019.849,42</b>	<b>866.270,96</b>	<b>834.233,34</b>	<b>689.623,32</b>	<b>800.033,95</b>	<b>872.448,69</b>	<b>761.989,75</b>	<b>626.489,92</b>	<b>873.953,32</b>	<b>694.117,95</b>	<b>715.257,67</b>	<b>9.486.888,80</b>
FONTE													
TIGRINHOS, 31/10/2014													

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPALLILIAN SANTIN  
CONTADOR(A) CRC/SC 24.662/O-9LUCIANE FISSATTO  
CONTROLE INTERNO



Município de TIGRINHOS - SC

## Município de TIGRINHOS - SC

[illegible]

TIGRINHOS, 31/10/2014

TIGRINHOS, 31/10/2014

2010 RELEASE UNDER E.O. 14176

11 JANUARY 2005

---

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

**RUDOLPH FRANCISCO GUTH** **LUCIAN SANTIN** **LUCIANE PISSATTO**

**RUDOLPH FRANCISCO GUTH** **LUCIAN SANTIN** **LUCIANE PISSATTO**



Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	114.616,36	77.531,21	179.951,83
DEDUÇÕES (II)	921.249,47	1.345.948,13	1.125.238,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	998.326,12	1.452.485,62	1.312.166,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	77.076,65	106.537,49	186.928,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-806.633,11	-1.268.416,92	-945.286,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-806.633,11</b>	<b>-1.268.416,92</b>	<b>-945.286,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>323.130,13</b>	<b>-138.653,68</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	<b>22.301,81</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

\_\_\_\_\_  
LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.339.066,89</b>	<b>1.399.061,78</b>	<b>7.647.915,94</b>	<b>6.717.411,36</b>
Recetta Tributária	239.800,00	47.080,23	374.959,17	187.307,73
I.R.T.J.	3.500,00	401,10	55.232,49	4.030,45
I.S.S.	89.000,00	16.933,08	59.779,27	40.572,80
I.T.B.I.	16.500,00	8.086,00	140.266,12	8.466,00
I.R.R.F.	110.600,00	18.891,52	93.076,39	122.894,55
Outras Receitas Tributárias	20.200,00	2.768,53	26.604,90	11.353,93
Recetta de Contribuição	18.000,00	3.856,00	18.532,00	15.184,01
Recetas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	18.000,00	3.856,00	18.532,00	15.184,01
Recetta Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	28.360,00	11.422,87	64.594,14	39.747,35
(-) Aplicações Financeiras	28.360,00	11.422,87	64.594,14	39.747,35
Transferências Correntes	8.049.677,00	1.340.588,06	7.226.815,75	6.478.865,38
F.P.M.	4.380.000,00	611.669,46	3.695.886,32	3.422.601,31
I.C.M.S.	1.920.000,00	365.554,43	1.863.750,64	1.664.747,63
Convênios	57.000,00	10.914,22	43.656,88	206.574,87
Outras Transferências Correntes	1.692.677,00	322.449,95	1.623.521,91	1.184.941,57
Demais Receitas Correntes	31.589,89	7.537,49	27.609,02	36.054,24
Dívida Ativa	1.200,00	0,00	758,35	995,41
Diversas Receitas Correntes	30.389,89	7.537,49	26.850,67	35.058,83
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.332.500,00</b>	<b>151.813,11</b>	<b>1.704.558,53</b>	<b>797.828,77</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	111.662,12	111.662,12	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	90.000,00	0,00	159.755,00	252.330,00
Transferências de Capital	1.242.500,00	40.150,99	1.433.141,41	545.498,77
Convênios	1.242.500,00	40.150,99	1.393.209,41	485.498,77
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	39.932,00	60.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.242.500,00</b>	<b>40.150,99</b>	<b>1.433.141,41</b>	<b>545.498,77</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>9.581.566,89</b>	<b>1.439.212,77</b>	<b>9.081.057,35</b>	<b>7.262.910,13</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.116.918,18</b>	<b>1.437.112,68</b>	<b>7.023.290,69</b>	<b>6.411.402,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.848.299,45	804.745,52	3.845.618,16	3.678.576,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	15.000,00	2.651,89	2.651,89	8.879,60
Outras Despesas Correntes	4.253.618,73	629.715,27	3.175.020,64	2.723.945,55
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.101.918,18</b>	<b>1.434.460,79</b>	<b>7.020.638,80</b>	<b>6.402.522,43</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>5.370.155,20</b>	<b>337.681,64</b>	<b>2.102.805,81</b>	<b>1.122.897,09</b>
Investimentos	5.315.555,20	331.092,03	2.059.131,05	1.081.540,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	54.600,00	6.589,61	43.674,76	41.356,30
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>5.315.555,20</b>	<b>331.092,03</b>	<b>2.059.131,05</b>	<b>1.081.540,79</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>40.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.457.473,38</b>	<b>1.765.552,82</b>	<b>9.079.769,85</b>	<b>7.484.063,22</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.875.906,49</b>	<b>-326.340,05</b>	<b>1.287,50</b>	<b>-221.153,09</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.098.169,49</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	2.098.169,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.524.452,27

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

\_\_\_\_\_  
LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	11.553,16	65.523,49	76.923,30	-	153,35	15.359,23	116.611,65	100.364,86	100.364,86	12.284,80	19.321,22
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.553,16	42.814,45	54.367,61	0,00	0,00	15.359,23	64.461,07	48.214,28	48.214,28	12.284,80	19.321,22
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.749,08	5.749,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTI	0,00	13.403,42	13.403,42	0,00	0,00	0,00	30.430,00	13.215,20	13.215,20	12.284,80	4.930,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.472,12	1.472,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL	0,00	5.414,26	5.414,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	8.117,03	8.117,03	0,00	0,00	5.000,00	12.193,79	14.223,79	14.223,79	0,00	2.970,00
SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URB, AGRIC. INTER	11.553,16	8.658,54	20.211,70	0,00	0,00	10.359,23	21.637,28	20.775,29	20.775,29	0,00	11.421,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS	0,00	22.709,04	22.555,69	0,00	153,35	0,00	52.150,58	52.150,58	52.150,58	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL	0,00	22.709,04	22.555,69	0,00	153,35	0,00	52.150,58	52.150,58	52.150,58	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>11.553,16</b>	<b>65.523,49</b>	<b>76.923,30</b>	<b>0,00</b>	<b>153,35</b>	<b>15.359,23</b>	<b>116.611,65</b>	<b>100.364,86</b>	<b>100.364,86</b>	<b>12.284,80</b>	<b>19.321,22</b>

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH	LILIAN SANTIN	LUCIANE PISSATTO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR GROSSO 24.662/0-9	CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	225.000,00	225.000,00	44.380,06	370.894,46	164,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.900,00	6.900,00	468,12	77.735,66	1.126,60
1.1.1- IPTU	5.000,00	5.000,00	401,10	75.571,95	1.511,44
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	67,02	2.163,71	180,31
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	16.800,00	16.800,00	8.086,00	140.266,12	834,92
1.2.1- ITBI	16.500,00	16.500,00	8.086,00	140.266,12	850,10
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.700,00	90.700,00	16.934,42	59.816,29	65,95
1.3.1- ISS	89.000,00	89.000,00	16.933,08	59.779,27	67,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	1,34	37,02	3,70
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.600,00	110.600,00	18.891,52	93.076,39	84,16
1.4.1- IRRF	110.600,00	110.600,00	18.891,52	93.076,39	84,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	7.944.400,00	7.944.400,00	1.285.578,53	7.093.918,13	89,29
2.1- Cota-Parte FPM	5.420.000,00	5.420.000,00	764.586,78	4.622.373,40	85,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.420.000,00	5.420.000,00	764.586,78	4.622.373,40	85,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.400.000,00	2.400.000,00	494.442,82	2.329.873,56	97,08
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.000,00	12.000,00	2.002,76	9.020,43	75,17
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	39.000,00	39.000,00	7.303,01	35.386,18	90,73
2.5- Cota-Parte ITR	1.400,00	1.400,00	1.791,89	1.819,09	129,94
2.6- Cota-Parte IPVA	72.000,00	72.000,00	15.451,27	95.445,47	132,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>8.169.400,00</b>	<b>8.169.400,00</b>	<b>1.329.958,59</b>	<b>7.464.812,59</b>	<b>91,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	95.500,00	95.500,00	24.620,43	104.609,67	109,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	48.000,00	48.000,00	11.883,16	59.685,54	124,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	14.600,00	14.600,00	5.966,00	21.488,00	147,18
5.4- Transferências Diretas - PNATE	32.000,00	32.000,00	6.356,58	22.248,03	69,53
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	900,00	900,00	384,69	1.188,10	132,01
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	57.000,00	57.000,00	10.914,22	43.656,88	76,59
6.1- Transferências de Convênios	57.000,00	57.000,00	10.914,22	43.656,88	76,59
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	159.221,00	159.221,00	6.397,25	50.983,89	32,02
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>311.721,00</b>	<b>311.721,00</b>	<b>41.931,90</b>	<b>199.250,44</b>	<b>63,92</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.538.080,00	1.538.080,00	257.115,34	1.420.949,10	92,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.040.000,00	1.040.000,00	152.917,32	926.487,08	89,09
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	480.000,00	480.000,00	98.888,39	466.122,92	97,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.400,00	2.400,00	400,54	1.810,45	75,44
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	7.800,00	7.800,00	1.460,61	7.076,31	90,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	280,00	280,00	358,36	363,80	129,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	7.600,00	7.600,00	3.090,12	19.088,54	251,17
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	451.000,00	451.000,00	110.266,13	534.998,57	118,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	450.000,00	450.000,00	109.352,30	532.499,68	118,33
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.000,00	1.000,00	913,83	2.498,89	249,89
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-1.088.080,00</b>	<b>-1.088.080,00</b>	<b>-147.763,04</b>	<b>-888.449,42</b>	<b>81,65</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	337.500,00	461.361,14	68.646,22	349.175,43	75,68
13.1- Com Educação Infantil	100.000,00	145.000,00	13.102,83	90.451,88	62,38
13.2- Com Ensino Fundamental	237.500,00	316.361,14	55.543,39	258.723,55	81,78
14- OUTRAS DESPESAS	113.500,00	128.500,00	5.734,15	115.555,28	89,93
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	113.500,00	128.500,00	5.734,15	115.555,28	89,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	451.000,00	589.861,14	74.380,37	464.730,71	78,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					464.730,71
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					21,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					13,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.042.350,00	2.042.350,00	332.489,65	1.866.203,15	91,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	191.312,67	309.312,67	50.495,16	218.954,32	70,79
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.050.577,34	1.098.438,48	173.059,49	926.595,65	84,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	351.000,00	444.861,14	61.277,54	374.278,83	84,13
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	699.577,34	653.577,34	111.781,95	552.316,82	84,51
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.241.890,01	1.407.751,15	223.554,65	1.145.549,97	81,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-888.449,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					2.498,89
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					8.861,20
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-877.089,33
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.022.639,30
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,1
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	48.700,00	53.487,10	3.348,69	46.410,94	86,77
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	62.100,00	271.315,69	30.128,74	77.123,62	28,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	110.800,00	324.802,79	33.477,43	123.534,56	38,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.352.690,01	1.732.553,94	257.032,08	1.269.084,53	73,25

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		532.499,88	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.498,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		534.998,57	0,00

TIGRINHOS, 31/10/2014

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 8.861,20, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de TIGRINHOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	111.662,12		-111.662,12
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.370.155,20	2.102.805,81	0,00	3.267.349,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.370.155,20	2.102.805,81	0,00	3.267.349,39
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.370.155,20	-1.991.143,69		-3.379.011,51

FONTE:

TIGRINHOS, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LILIAN SANTIN  
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

\_\_\_\_\_  
LUCIANE PISSATTO  
CONTROLE INTERNO



## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### LEI Nº 1.736/2014

LEI Nº 1.736, de 25 de novembro de 2014.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1.674 DE 11/06/2013 QUE AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL EM FAVOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.674 de 11 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado a doação o imóvel de propriedade do Município de Timbé do Sul, CNPJ 82.915.232/0001-34, constituído por um Terreno Urbano, com 10.832,40m2 (dez mil e oitocentos e trinta e dois metros e quarenta centímetros quadrados), sito no município de Timbé do Sul, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Turvo sob nº 26.328, em favor do Estado de Santa Catarina - CNPJ 82.951.229/0001-76, destinado á construção do prédio da Escola de Educação Básica Timbé do Sul.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

TIMBÉ DO SUL - SC, 25 de novembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### CÂMARA MUNICIPAL

#### DECRETO LEGISLATIVO 02/2014

Decreto Legislativo Nº 02/2014

Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul - Exercício de 2012

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul no uso de suas atribuições faz saber que o Plenário aprovou e ele Decreta:

Art. 1º Por deliberação do Plenário na forma Regimental e da Lei Orgânica do Município ficam APROVADAS as Contas da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul - Exercício de 2012, consoante Processo PCP-13/00325221 e Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 25 de novembro de 2014

Vereador Cassiano Ghelere

Presidente

Publicado o Presente Decreto Legislativo na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier

Agente Legislativo

## Timbó

### PREFEITURA

#### PORTARIA NO 1391, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1391, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Kátia Cilene Iaghi Leite (Subst. Maristela Weiss, que se encontra em Lic.Para Trat. de Saúde)	11/03/70	568.319.602-78	30h	20/10/2014 a 03/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### PORTARIA Nº 1382, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1382, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Isanete Márcia Riola	1250, de 01/08/2014	17/12/2014
Jandira Pitan Pasquali	1374, de 08/10/2014	06/11/2014
Kathia Mahs Weiss	1250, de 01/08/2014	17/12/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Fernando Rosa Tavares	1311, de 01/09/2014	01/11/2014
Leonir Alves de Lima	1354, de 15/09/2014	01/11/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### **PORTARIA NO 1392, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No 1392, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Vera Marcia de Liz	Agente de Saúde Pública	01324183840 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### **PORTARIA NO 1393, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No 1393, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Jonathan Weege	Agente de Saúde Pública	01800802239 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1394, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No 1394, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educadora Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Pérola da Silva Barbosa Ferreira (Subst. Andriana Baldo, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	11/04/85	109.429.597-36	30h	21/10/2014 a 01/11/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carlos Alberto Viana (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	17/03/84	048.406.639-04	44h	21/10/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1395, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No 1395, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE				
Cargo: Engenheiro Civil (GP-68)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Theresa Cristina Liberato Beduschi (Ausência de cand.aprovados em Conc. Público)	01/03/78	948.168.169-68	30h	22/10/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1396, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No 1396, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Designa membros para a Comissão Técnica de Loteamentos, para análise de viabilidade de anteprojetos e de projetos definitivos, para implantação de loteamentos e desmembramentos; e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 345, de 13 de dezembro de 2007, c/c Decreto nº 1745, de 12 de novembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 2335, de 26 de abril de 2011 e Lei Federal no 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Técnica de Loteamentos, para análise de viabilidade de anteprojetos e de projetos definitivos, para implantação de loteamentos e desmembramentos, junto à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, os seguintes servidores:

- a) FABIANO MARTINS ADRIANO - Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;
- b) VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA - Arquiteta;
- c) SANDRA REGINA BATISTA - Assessora do Meio Ambiente;
- d) RAFAEL CONSTANTE - Técnico em Agrimensura;
- e) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR - Engenheiro Civil;
- f) PAMELA APARECIDA CAMPREGHER FLORIANO - Diretora do Departamento Jurídico (Representante da Procuradoria);
- g) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 2055, de 26/04/2011 e alterações posteriores.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1397, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1397, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320,

de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADILVO FELTRIN	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ADRIANA BERNDT DE SOUZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ADRIANA FURLANI ZATTELLI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ADRIANA GONCALVES DE ANDRADE BALDO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ALINE LIMA DE OLIVEIRA KLEMZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ALINE SACHT VARGAS	1373 de 07.10.2014	17/12/2014
ALINNE TATIANE MARCARINI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ALZIRA BREHMER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
AMANDA FARIAS SIMOES	1388 de 13.10.2014	17/12/2014
AMANDA ROGERIA BONA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANA LUCIA SILVEIRA GOMES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANA PAULA DE MENDONÇA FERREIRA MOURA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANA PAULA LIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANDREA BEATRIZ FACHINI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANDREA QUEIROZ DOS SANTOS	1369 de 01.10.2014	17/12/2014
ANDRESSA DE ANDRADE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANETI ZICK	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANGELA FERRARI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ANGELITA DE SOUZA PURIM	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
APARECIDA BULE TAVARES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ARLETE DO ROCIO COELHO BUENO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ARLETE FAEZ ROCHA	1372 de 06.10.2014	17/12/2014
BARBARA FRANCIELY OSTROWSKI	1370 de 01.10.2014	03/11/2014
BEATRIZ LUZIA WETZEL BEBER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
BERNADETE VINHARSKI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CAMILA HINSCHING	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CARLA TESKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CAROL GATTI DE AMORIM	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CENIR APARECIDA IGLIKOSKI LAVINSKI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CINIRA OLINDA BUSARELLO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
CRISTIANE CARDOZO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DAIANE JAEGER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DANIELLE CRISTINA BARTH	1370 de 01.10.2014	17/12/2014



DEBORA CRISTINA DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DIANGELA DANUBIA MAAS NONES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DIESSICA REGINA MELNIK ZELINSKI GIOVANEL	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DILMA CHEQUETO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DIRCE SORAYA JANKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DOLORES CAIMI KRAUSS	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
DOROTEIA SIDOOSKI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EDILSE MARIA LESKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EDINEIA FICANHA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELI AGUINALDA PFLEGER EGER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELIANE GONCALVES DE LIZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELIANE NORATO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELIANE SLOMP	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ELIZETE DE ALMEIDA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EMANUELA APARECIDA CRISTOFOLINI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EMILENE MONTEIRO DA CUNHA MELIORINI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EMILIA ODORIZZI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
EVA LUANA PONATH	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
FABIANE LUIZA BEE PEREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
FRANCIANI DUTRA RIBEIRO BORGES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
FRANCIELI APARECIDA DRAPSKI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
GISELE SANTOS DE ALMEIDA FRONZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
GLAUCE CORDEIRO SIMM	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
GLAUCIA OLIVEIRA DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
GRAZIELLE KLITZKE KLUG	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
HELENICE DE FATIMA MOREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
HELTRUD SCHUTZE HENNING	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
IHARA RADUNZ VESTEWIG	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ILOA DIAS HILARIO BRANDAO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
INES ZOBOLI DALLABONA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
IRANI ROEDER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ISABEL CRISTINA LIMA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ISABEL CRISTINA TOMASELLI FERNANDES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ISOLDE TESSAROLI LEITEMPERGHER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
IVANILDES MARIA MOREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JACIRA RODRIGUES DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JANARA THAIS MAAS	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JANDIRA ISABELA FRUSINA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JANETE SCHULZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014

JAQUELINE HOFFMANN	1370 de 01.10.2014	03/11/2014
JAQUELINE VON ZESCHAU	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JESSICA ELLOA BERRI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JESSICA POPOWICZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JOSEANE DE OLIVEIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JOYCE CLARICE SCHROEDER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JUCELIA ANTONIA DE VARGAS SOARES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JULIANA TEICOVSKI DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JULIANA VALOES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JULIANE HOFFMANN	1324 de 01.09.2014	17/12/2014
JULIETE MENESTRINA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JUSCELI APARECIDA DE OLIVEIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
JUSIELLE MIRLENE JANKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
KATHLEEN OLIVEIRA KRANKEL PASQUALI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
KELLY TEREZINHA HILARIO BRANDAO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LARA MARIA GIOVANELLA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LAURITA VOLTOLINI DALLABONA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LOURDES DALLABONA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LUCIANE DE FREITAS BREHMER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LUCIANE JANKE	1370 de 01.10.2014	14/11/2014
LUCILENE AMADEU DO NASCIMENTO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LUIZ CARLOS MANSKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
LUZIA DORACI CUNHA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MAISA WISENTHAINER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARA LUCIA DALABONA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARCIA CRISTINA KLEIN HICKMANN	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARCIA FELTRIN MULLER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARCIA REGINA BIZ ROPELATTO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARIA DA GLORIA MARCONDES MARTINSON	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARIA DALSIZA HOFFMANN	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARIA DE LOURDES VITORINO DA SILVA	1375 de 08.10.2014	17/12/2014
MARIA HECK MANSKE	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARIA LUIZA SCHROEDER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARILDO MAURICIO ULER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARISTELA APARECIDA RINCAO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARISTELA WEISS	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARLISE CLARA NOLLI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARLISE PINHEIRO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MARLY BARRETO DOS SANTOS	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MAYARA CRISTINE DE BORBA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MIRIAN FERREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
MONICA DE LIMA MIRANDA SILVA	1370 de 01.10.2014	01/12/2014

NAIR JOAO DA SILVA RIBEIRO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
NELCI MAGALHAES DE ABREU	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
NICOLE ALVARES SPRUNG	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
NILCEIA ALVES DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ODETE LUCOLLI SCHMITT	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
OSIANE SOUSA SANTA BRIGIDA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PAMELA CRISTINA BAKES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PAMELLA SAMANTA BERTOLDI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PATRICIA MATTIELLO ANDREAZZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PATRICIA REGINA FELIPPI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PÉROLA DA SILVA BARBOSA FERREIRA	1394 de 21.10.2014	10/11/2014
PRICILLA KELLE PEREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PRISCILA DECKMANN DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
PRISCILA MARIA BRANCO PEREIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
RENILDA BATISTA WENCESLAU	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
RITA PIERITZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROBERTA DANUSA HISSI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROBERTA TOMELIN	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSANGELA APARECIDA CANDIDO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSELANDY CARIOCA DOS SANTOS DEMONTI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSELI CORREA	1372 de 06.10.2014	17/12/2014
ROSELI MARIA ROPELATO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSELY FERRARI GONCALVES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSEMERI PRUSAK	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROSIMERI FERREIRA DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ROVENA UECKER KRUGER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SABRINA DEMONTI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SAMARA LUIZA RIOLA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SANDRA ELIANE STASAITIS NUNES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SANDRA MARGARETH ALVES DOS SANTOS	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SANDRA MONIKA EWERS MOHR	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SANDRA REGINA MATTEDI NARDELLI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SCHEILA CRISTINA ZOMER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SCHEILA PATRICIA ZICHUHR	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SELMA DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SILMARA RODRIGUES DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SILVANA AVANCINI WERNER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SILVANA MACEDO DOS SANTOS COSTA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014

SIMONE BONDI DE CARVALHO DE CRISTO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SIMONE KUESTER NEVES	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SIRLEI GARCIA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SOLECIR TEREZINHA DA SILVA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SONARA MURARA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SONIA GONCALVES RIBEIRO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
SUELI MARIA PELLIN LOURENCO	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
TALITA MARA DOS PASSOS TANCON	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
TARIN ROMINA GERMANO	1370 de 01.10.2014	03/11/2014
TAYANE CATAFESTA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
THAMIS LEHMKUHL DE SOUZA TRAVAGLIA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
THANDRIANE LAISY PRES- TES PROCHNOW	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
THELMA DE SOUZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
URSULA ANDREAZZA CRISTOFOLINI	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VANDERLEIA WOLTER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VANESA FRANCIELE SLOMP	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VANUSA WOLTER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VERA KRETZ	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VERONICA SANTOS DA SILVEIRA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
VIVIANA LIGIA ZIMATH HILLER	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
WANDERLEIA MARIA ORIBKA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ZENIR ROHLING BECHTOLD	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ZENITA MARIA DE SOUZA	1370 de 01.10.2014	17/12/2014
ZENITA POFFO BECHTOLD	1370 de 01.10.2014	17/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº 1398, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1398, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADAUTO MARTINS DE OLIVEIRA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ADEMAR HAHNEBACH	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ADEMIR DE BORBA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ADRIANO DALLABONA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ADRIANO KLEMZ	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
AMARILDO DIOGO CORREIA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ANTONIO MELO DA SILVA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ARNALDO WOLTER	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
AUDIR PASQUALI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
AUGUSTO VITAL DOGNINI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
CARLOS ALBERTO VIANA	1394 de 21.10.2014	31/12/2014
DITMAR HACKBARTH	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
DOMINGO PEREIRA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
EDEGAR LOMBARDI	1310 de 29.08.2014	31/12/2014
EDSON LUIZ BREHMER	1374 de 08.10.2014	31/12/2014
ELIRIO STOLF	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ELSIDO KRUGER	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ERNESTO ROPELATO	1374 de 08.10.2014	31/12/2014
ERNSTFRIED WITHOEFT	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
EVALDO LOMBARDI	1310 de 29.08.2014	31/12/2014
FERNANDO ROSA TAVARES	1311 de 01.09.2014	31/12/2014
GERSON JAIR KOHLS	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
GILMAR JOAO TURAZZI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
GIOVANNI IAGINSKI	1310 de 29.08.2014	31/12/2014
HILARIO WOLTER	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
IVENS HOFELMANN	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
JAIRO BARTEL	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
JESSICA LOMBARDI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
JOAO LUIS DOS SANTOS	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
JOSE MAURICIO ALVES DE SOUZA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
LEONIR ALVES DE LIMA	1354 de 15.09.2014	31/12/2014
MARCIO ANTONIO FERREIRA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
MARINO DARUI	1310 de 29.08.2014	31/12/2014
NATAL FERRETTI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
NATALIO CORDEIRO	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
NILTON DE OLIVEIRA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
NIVALDO LUIZ BERNARDO	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ONIGENITO FARIAS	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ORIVAL TANCON	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
OTAVIO DE OLIVEIRA	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
RAUL KLEINSCHMIDT	1289 de 18.08.2014	31/12/2014
RENATO LOMBARDI	1310 de 29.08.2014	31/12/2014
ROLANDO GESSNER	1310 de 29.08.2014	31/12/2014

VALMOR HELMBRECHT	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
VALNIR BUSS	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
VILSON VIEBRANTZ	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
WALMOR VALENTIM THEISS	1251 de 01.08.2014	31/12/2014
ZENO OSVALDO CAVALLHERI	1251 de 01.08.2014	31/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1399, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1399, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Designa Servidor Público Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, o servidor abaixo relacionado, a contar de 1º de novembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Moacyr Cristofolini Junior	FG-2	40	Coordenação e assessoria nas atividades de pavimentação, drenagem e mutirão

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício



**DECRETO Nº 3637, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3637, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais e suspende a contagem dos prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos administrativos, no período de 18 de dezembro de 2014 a 16 de janeiro de 2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e

CONSIDERANDO que compete à administração pública municipal, nos termos do artigo 85 da Lei Complementar nº 01/93, estatuir o período de férias de seus servidores, podendo, inclusive, fazê-lo de forma coletiva,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido o período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta, compreendido entre 18 de dezembro de 2014 a 16 de janeiro de 2015, inclusive.

Parágrafo único. Os Servidores em gozo de férias coletivas terão os dias deduzidos do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 2º Não estão sujeitos aos efeitos do presente decreto os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que deverá observar escala própria de férias coletivas.

Art. 3º No período de férias coletivas, os Secretários Municipais, bem como os Presidentes das Fundações Municipais de Esportes e Cultura, e SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados prioritários, de modo a garantir a prestação de serviços básicos à população, estando os respectivos servidores excetuados, integral ou parcialmente, do gozo das férias de que trata o presente Decreto.

Art. 4º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos em trâmite no Município de Timbó, que estejam embasados na Lei Complementar Municipal nº 01/93, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias e certidões, durante o período de 18/12/2014 a 16/01/2015 inclusive.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos efeitos da suspensão apenas os prazos inerentes ao trâmite dos atos, procedimentos e processos, relativos à licitações e de trânsito, os quais fluirão regularmente durante o período de férias coletivas, cabendo as secretarias responsáveis pelos mesmos adotar as medidas necessárias a seu efetivo cumprimento, adotando-se o regime de plantão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3.633 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.633 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Homologa o Regimento Interno do Conselho do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar (FUMREPOM).

Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "e", "f", "g" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 6º, §3º, do Decreto nº 485, de 28 de janeiro de 2003 e na Lei complementar nº 125, de 22 de dezembro de 1997 e suas alterações;  
CONSIDERANDO-SE a aprovação do Regimento Interno do Conselho do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar (FUMREPOM), conforme consta em Ata da reunião realizada na data de 08 de julho de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar (FUMREPOM), na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR (FUMREPOM)

**Índice**

Capítulo I Do Objetivo

Capítulo II Das Atribuições

Capítulo III Da Composição e Da Organização

Capítulo IV Das Assembleias

Capítulo V Da Presidência, Da Vice-Presidência, Da Secretaria e Dos Conselheiros.

Capítulo VI Das Reuniões

Capítulo VII Disposições Finais

**Capítulo I**

Do Objetivo

Art. 1º- Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar (FUMREPOM), órgão deliberativo, criado pela Lei Complementar nº 125, de 22 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a finalidade de examinar requerimentos, recursos administrativos ou pedidos de reenquadramento de atividades, apresentados por contribuintes, e avaliar as despesas realizadas e os planos de aplicação anual dos recursos do FUMREPOM.

**Capítulo II**

Das Atribuições

Art. 2º - Conforme estabelecido nos artigos 03º, 06º e 09º da Lei Complementar nº. 125/1997 e suas alterações, são atribuições do

**Conselho do FUMREPOM:**

I - deliberar sobre eventuais requerimentos, recursos administrativos ou pedidos de reequadramento de atividades apresentados por contribuintes submetidos à aplicação da Lei Complementar nº. 125/1997 e suas alterações;

II - aprovar o plano anual de aplicações do FUMREPOM, instrumento elaborado conforme as especificações do § 2º, art. 3º, da Lei Complementar nº. 125/1997 e suas alterações;

III - analisar em reunião ordinária, as despesas auferidas entre o período da última reunião do conselho até a atual, visando atestar que as despesas estão de acordo com o plano de aplicação;

IV - avaliar a prestação de contas da movimentação financeira mensal do FUMREPOM.

**Capítulo III****Da Composição e Da Organização**

Art. 3º - O Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar (FUMREPOM) será constituído por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades do Município de Timbó (conforme art. 4º da Lei Complementar nº. 125/1997 e suas alterações):

I - Secretaria de Articulação Política e Institucional;

II - Secretaria da Fazenda e Administração;

III - Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;

IV - Polícia Militar - Companhia de Timbó;

V - Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI; e

VI - Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL.

§ 1º Os Municípios que se vincularem ao FUMREPOM através de convênio, deverão indicar representante, titular e suplente, para integrarem o Conselho Diretor.

§ 2º As entidades apresentarão lista dupla ao Prefeito Municipal, que nomeará um (1) membro para integrar o Conselho Diretor, permanecendo o outro na condição de suplente.

Art. 4º - Os membros do Conselho Diretor terão mandato de dois anos, permitida a recondução, e elegerão, dentre seus pares, um Presidente e um Vice-Presidente.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos através de votação entre os membros do Conselho, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período.

§ 2º Os cargos definidos no § 1º deste artigo, não poderão ser exercidos pelos representantes da Polícia Militar.

§ 3º O presidente indicará um de seus membros para exercer a secretaria do Conselho.

**Capítulo IV****Das Assembleias**

Art. 5º - A Assembléia é composta pelos membros titulares e seus respectivos suplentes, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

§ 1º O direito de voto será exercido pelo membro titular de cada entidade e na ausência deste, pelo seu suplente.

§ 2º Na ausência imprevista dos representantes da Polícia Militar (Titular e suplente) devido as suas atividades desempenhadas ou nos casos de afastamento temporário dos mesmos, os direitos de voto e representação nas reuniões do Conselho serão transferidos para o integrante da companhia presente no dia da reunião.

Art. 6º - A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, por convocação e divulgação da respectiva pauta, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano;

Art. 7º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros, com divulgação da respectiva pauta, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência.

Art. 8º - As Assembleias estarão sempre abertas à participação do público em geral, com direito de manifesto autorizado pelo Presidente do Conselho, mas sem direito a voto.

Art. 9º - Compete à Assembléia Geral, nos termos deste regimento:

I - Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho;

II - Requisitar a substituição de membros das entidades;

III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do Conselho;

IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do Conselho a qualquer título;

V - Aprovar o plano anual de aplicações do FUMREPOM.

**Capítulo V****Da Presidência, Da Vice-Presidência, Da Secretaria e Dos Conselheiros**

Art. 10 - Compete à Presidência do Conselho do FUMREPOM:

I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;

II - Presidir as reuniões e assembleias;

III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;

IV - Fazer cumprir as decisões da assembléia e o regimento interno;

V - Propor o calendário anual das Assembléias Ordinárias;

VI - Encaminhar votação das matérias submetidas à apreciação;

VII - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembléia.

Art. 11 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho do FUMREPOM:

I - Assumir a presidência e seus encargos na ausência do titular.

Art. 12 - Compete a Secretaria do Conselho do FUMREPOM:

I - Secretariar as reuniões e assembleias;

II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;

III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;

IV - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

V - Relatar as matérias encaminhadas ao Conselho;

VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;

VII - Preparar e remeter a convocação, a última ata e a pauta das Assembléias.

VIII - Elaborar as atas das assembleias e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho.

Art. 13 - Aos Conselheiros compete:

I - Participar e votar nas reuniões plenárias;

II - Relatar matérias que lhe forem atribuídas;

III - Propor ou requerer esclarecimentos que lhe forem úteis, para melhor apreciação das matérias em estudo ou deliberação;

IV - Propor, analisar e alterar o Regimento Interno do Conselho;

V - Desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente do Conselho.

**Capítulo VI****Das Reuniões**

Art. 14 - As reuniões da Assembléia obedecerão a seguinte ordem:

I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;

II - Verificação de quórum;

III - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

- IV - Apresentação da pauta da reunião em curso;  
V - Deliberação individual dos assuntos da pauta;  
VI - Assuntos gerais;  
VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Parágrafo único - A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá quórum para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 15 - A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembléia, na reunião em curso.

Art. 16 - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes, incluído o voto do Presidente, sendo que, havendo empate a proposta será considerada reprovada.

Art. 17 - Nas reuniões da Assembléia serão lavradas atas, das quais constarão:

- I - Local, data e hora da reunião;  
II - O nome dos Conselheiros presentes;  
III - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;  
IV - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;  
V - Deliberações e atos do Conselho.

§1º - A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de quórum.

§2º - Após aprovação da ata, a qual faz parte à lista de presença, a mesma será assinada pelo presidente e pelo membro a cargo da secretaria.

#### Capítulo VII Disposições Finais

Art. 18 - Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

Art. 19 - Nos casos omissos e nas dúvidas que surgirem quanto à aplicação deste regimento, estas serão deliberadas em reunião ordinária.

Art. 20 - O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação pela maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 21 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, sob a forma de Resolução do Poder Executivo Municipal.

Timbó, 08 de julho de 2014.

Jair Antonio Pretti Presidente do Conselho do FUMRE- POM Representante da ACIMVI	Geraldo Censi Vice-Presidente do Conselho do FUMREPOM Representante CDL
Solange Lisemberg Secretária do Conselho do FUMRE- POM Representante da Secretaria Muni- cipal da Fazenda e Administração	Cap. João Marcos Tanam Sales Representante da Polícia Militar

Maria Ramos Gonzaga Pellin  
Representante da Secretaria Muni-  
cipal de Articulação Política

Fabiano Martins Adriano  
Representante da Secretaria Muni-  
cipal de Planejamento, Trânsito e  
Meio Ambiente

### PORTARIA Nº SEMFA-D0881, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0881, de 01 de Outubro de 2014  
Concede Licença sem vencimentos à servidora Sandra Buffon Biss.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

#### RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à servidora, SANDRA BUFFON BISS, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por dois anos, a contar de 01 de Outubro de 2014 (período 01/10/2014 à 29/09/2016), conforme processo RH14-0176.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani.  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA NºSEMFA-D0882, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA NºSEMFA-D0882, de 01 de Outubro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mara Rúbia Longo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARA RÚBIA LONGO, ocupante do cargo de Técnico em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 02.10.2014 a 22.10.2014, por vinte e um (21) dias, conforme Processo RH13-0071;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0883, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0883, de 02 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Sandra Regina Cunha de Moura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SANDRA REGINA CUNHA DE MOURA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03.10.2014 a 04.12.2014, por Sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH02-a1022;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0884, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0884, de 02 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Silvana Vicente Roepke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SILVANA VICENTE ROEPKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 03.10.2014 a 30.10.2014, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH08-0184;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0885, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0885, de 02 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Dicléia Teresinha Koehler da Veiga.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DICLEIA TERESINHA KOEHLER DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 03.10.2014 à 03.12.2014, por sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH02-0983;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0886, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0886, de 06 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Ruth Withoft Hodecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora RUTH WITHOFT HODECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07.10.2014 à 02.11.2014, por vinte e sete (27) dias, conforme Processo RH03-0117;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0887 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0887 de 06 de Outubro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mirian Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e cinco (45) dias, a contar de 17/10 a 30/11/2014, conforme Processo RH04-0370;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 02/10 à 16/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 17/10 à 30/11/2014 (45 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0888, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0888, de 08 de outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 09.10.2014 a 30.10.2014, por vinte e dois (22) dias, conforme Processo RH12-0124;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0889 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0889 de 10 de Outubro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Glória Rosane da Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GLÓRIA ROSANE DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Cinquenta e um (51) dias, a contar de 11/10 a 30/11/2014, conforme Processo RH14-0177;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 26/09 à 10/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 11/10 à 30/11/2014 (51 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0890, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0890, de 13 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sílvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SILVIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09.10.2014 à 13.10.2014, por Cinco (05) dias, conforme

Processo RH14-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA Nº SEMFA-D0891, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0891, de 14 de outubro de 2014.

Concede Licença Prêmio à servidora Marilene Lucinéia Tomelin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora MARILENE LUCINÉIA TOMELIN, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 16.09.2009 a 15.09.2014, por trinta dias (10.11 à 09.12.2014), conforme Processo RH09-0228.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0892, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0892, de 15 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Tereza Cristina Longo Lenzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora TEREZA CRISTINA LONGO LENZI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16.10.2014 à 19.10.2014, por Quatro (04) dias, conforme Processo RH14-0161;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0893 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0893 de 15 de Outubro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Margareth Reichel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE MARGARETH REICHEL, ocupante do cargo de Professor D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Trinta (30) dias, a contar de 11/10 a 09/11/2014, conforme Processo RH06-0316;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 07/09 (01 dia) de 16/09/2014 à 17/09/2014 (02 dias) de 29/09/2014 à 10/10/2014 (12 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 11/10 à 09/11/2014 (30 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0894 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0894 de 15 de Outubro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor HAROLD SASSE, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por quatorze (14) dias, a contar de 16/10 a 29/10/2014, conforme Processo RH03-0170;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 01/10/2014 à 15/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 16/10 à 29/10/2014 (14 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0895 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0895 de 15 de Outubro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Dárcio Riola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor DÁRCIO RIOLA, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por quarenta e seis (46) dias, a contar de 16/10 a 30/11/2014, conforme Processo RH00-0004;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 01/10/2014 à 15/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 16/10 à 30/11/2014 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0896, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0896, de 16 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Hardt Strey.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE HARDT STREY, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20.10.2014 à 05.11.2014, por dezessete (17) dias, conforme Processo RH09-0127;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA Nº SEMFA-D0897 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0897 de 16 de Outubro de 2014.

Concede Licença a Gestante à servidora Adriana Regina Mafra Persuhn.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora ADRIANA REGINA MAFRA PERSUHN, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 21 de outubro de 2014 (período 21/10 a 17/02/2015), conforme Processo RH09-0082.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração.

#### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 154 2014 - PMT AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 154/2014 - PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (Repetição parcial Pregão Presencial n.º 128/2014 com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 11 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 11 de dezembro de 2014 as 10h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).



TIMBO (SC), 26/11/2014  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

#### **PORTARIA Nº SEMFA-D0898 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0898 de 16 de Outubro de 2014.  
Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Adriana Regina Mafra Persuhn.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Adriana Regina Mafra Persuhn	SEMFA-D0897 de 16.10.2014	18.04.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 40 2012 FMS - PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PRORROGAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 40/2012

O município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, informa que o Edital de Credenciamento n.º 40/2012, que tem por finalidade o credenciamento para contratação de serviços sob demanda de procedimentos de fisioterapia conforme tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério da Saúde a serem realizados na sede do prestador do serviço com fornecimento de todos os equipamentos necessários, foi prorrogado até 30/11/2015, considerando o acréscimo, conforme Primeiro Termo Aditivo, com os quantitativos totais dispostos no edital.

Os interessados poderão entregar o envelope contendo os documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos estabelecidos no edital, durante o período de vigência, ou seja, até 30/11/2015.

A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

[timbo.sc.gov.br](http://timbo.sc.gov.br), link de licitações.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

#### **PORTARIA Nº SEMFA-D0899, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0899, de 20 de outubro de 2014.  
Concede Licença Prêmio ao servidor Luciano Anacleto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor LUCIANO ANACLETO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2009 a 30.06.2014, por trinta dias (15.12 à 13.01.2015), conforme Processo RH04-0233.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **ERRATA RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 27 2014 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ERRATA AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó informa que na publicação do Aviso de Retificação Pregão Presencial n.º 27 2014 SAMAE publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 25/11/2014, Edição nº. 1622, página 972, onde se lê "prorroga-se para dia 11/11/2014", leia-se "prorroga-se para dia 11/12/2014".

ROSE MERY DALCANALE  
Diretora de Administração  
Central de Licitações

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 116 2014 PMT - FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó  
OBJETO: Registro de Preço para objetivando o fornecimento, montagem e garantia de mobiliário para atender as necessidades da administração (direta e indireta)  
EMPRESAS FORNECEDORAS: Suprimóveis Eireli - Epp, Todt Móveis Ltda Epp, Dismacenter Sup. Informática Ltda, Célia Regina W. Sani

Me, Papelaria Copiatic Ltda Me, M. Mobile Eireli Me, Coml. Vitória Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 72.381,20 (setenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/11/2015

Timbó, 26/11/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0900, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0900, de 22 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mara Rúbia Longo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARA RÚBIA LONGO, ocupante do cargo de Técnico em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 23.10.2014 a 31.10.2014, por nove (09) dias, conforme Processo RH13-0071;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **EXTRATO CONTRATO 2014.168 - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/168

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Articulação Política e Institucional e da Fundação Cultural de Timbó  
AUTORIZADO: Free Reichert Comunicação Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de planejamento, criação, distribuição, veiculação e o controle de campanhas publicitárias e os demais serviços descritos no caput do artigo 2 e seu § 1º da Lei n.º 12.232/2010, para divulgação das atividades institucionais do Município de Timbó e da Fundação Cultural de Timbó, tudo de conformidade com o edital de Concorrência Pública n.º 48/2014.

VALOR: R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014.

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0901, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0901, de 23 de outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 24.10.2014 a 17.11.2014, por vinte e cinco (25) dias, conforme Processo RH03-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0902, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0902, de 24 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Rossana Koffke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ROSSANA KOFFKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25.10.2014 a 18.01.2015, por Oitenta e seis (86) dias, conforme Processo RH10-0060;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0903, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA NºSEMFA-D0903, de 27 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Lucia Marlene Simeoni Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora LUCIA MARLENE SIMEONI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 30.10.2014 à 01.12.2014, por trinta e três (33) dias, conforme Processo RH11-0363;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0904, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA NºSEMFA-D0904, de 29 de outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor HAROLDO SASSE, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 30.10.2014 à 27.11.2014, por vinte e nove (29) dias, conforme Processo RH03-0170;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0905, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0905, de 29 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 30.10.2014 à 28.11.2014, por Trinta (30) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0906, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0906, de 30 de Outubro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Silvana Vicente Roepke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SILVANA VICENTE ROEPKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 31.10.2014, por hum (01) dia, conforme Processo RH08-0184;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0907, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0907, de 30 de outubro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 31.10.2014 a 27.11.2014, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH12-0124;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0908, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0908, de 31 de Outubro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 25.10.2014 à 03.12.2014, por quarenta (40) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0909, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No SEMFA-D0909, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carina Xisto da Silva Schroeder	Aux. Recreação Infantil	TRÊS (03)	17.09.2014	RH14-0156
Carina Xisto da Silva Schroeder	Aux. Recreação Infantil	TRÊS (03)	24.09.2014	RH14-0156
Cleusa Hellman Sotero	Educadora Infantil	HUM (01)	29.09.2014	RH14-0109
Cleusa Maria Mileski Anastácio	Educadora infantil	OITO (08)	19.09.2014	RH05-0402
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	15.09.2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	01.10.2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	DOIS (02)	02.10.2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	12.09.2014	RH14-0155
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	HUM (01)	16.09.2014	RH11-0062
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	HUM (01)	07.10.2014	RH11-0062
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	HUM (01)	08.10.2014	RH11-0062
Edite Putka	Aux. Recreação Infantil	TRÊS (03)	17.09.2014	RH14-0180
Eliseth Bucher Franz	Educadora Infantil	HUM (01)	18.09.2014	RH06-0016
Ivone Stahnke Zickuhr	Aux. Operacional	HUM (01)	30.09.2014	RH14-0108
Janaina Cristina Nunes	Aux. Recreação Infantil	SETE (07)	22.09.2014	RH14-0181
Júlio Hilário Arpini	Professor	DOIS (02)	15.09.2014	RH05-0445
Kelly Ketlin Klitzke	Aux. Operacional	TRÊS (03)	22.09.2014	RH14-0170
Kelly Ketlin Klitzke	Aux. Operacional	HUM (01)	03.10.2014	RH14-0170



Kelly Ketlin Klitzke	Aux. Operacional	TRÊS (03)	22.09.2014	RH14-0170
Magrid Hoe Bertram	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	17.09.2014	RH14-0169
Rafaela Alessandra Schneider Hinsching	Professor	HUM (01)	13.10.2014	RH12-0094
Raquel Rufino	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	26.09.2014	RH14-0162
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professor	HUM (01)	19.09.2014	RH04-0083
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professor	HUM (01)	26.09.2014	RH04-0083
Rosita Roepke	Educadora Infantil	HUM (01)	25.09.2014	RH14-0380
Ruth Piske	Aux. Operacional	DOIS (02)	01.10.2014	RH14-0179
Ruth Piske	Aux. Operacional	HUM (01)	10.10.2014	RH14-0179
Sueli de Oliveira Tamanini	Professor	MEIO (1/2)	23.09.2014	RH12-0031
Tânia Regina Janke Weiss	Educadora Infantil	TRÊS (03)	06.10.2014	RH14-0122
Zelinda Kinder	Aux. Operacional	HUM (01)	24.09.2014	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0910, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No SEMFA-D0910, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Timbó, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Dulce Maria Vasconcelos Samalea	Enfermeira	Uma Hora e Meia (1h 30m)	13.10.2014	RH04-0223

Elenir Monteiro da Cunha Oliveira	Atendente de Odontologia	HUM (01)	15.09.2014	RH14-0182
Marina Tallmann Knoch Klug	Enfermeira	QUATRO (04)	01.10.2014	RH12-0164

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0911, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0911, de 31 de Outubro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

#### RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Elenir Monteiro Cunha	GA-30	GA-31	18.09.2014	RH05-0436
Ivanir Schmogel Milbratz	SP-28	SP-29	22.09.2014	RH10-0172

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0912, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0912, de 31 de Outubro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Ana Maria Reichel Rope-lato	SG-10	SG-11	26.09.2014	RH14-0175
Asila Fuchs	SG-09	SG-10	26.09.2014	RH14-0174
Carlos Henrique Bor-chardt	GA-36	GA-37	04.09.2014	RH12-0042
Cristiane Hardt Strey	SG-09	SG-10	29.09.2014	RH14-0173
Miria Leitem-pergher Über	SG-22	SG-23	26.09.2014	RH02-a1005

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0913, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0913, de 31 de Outubro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Vivian Luciane Maas Barbosa	GP-76	GP-77	04.09.2014	RH10-0090

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0914, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0914, de 31 de Outubro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidora da Procuradoria Geral do Município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargos efetivo, lotada na Procuradoria Geral do Município., conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Barbara Hochheim	GA-37	GA-42	16.09.2014	RH12-0041

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0915, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0915, de 31 de Outubro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, ao Servidores ocupante de cargos efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Egino Valca-naia	D-16	D-17	29.09.2014	RH05-0102

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NO SEMFA-D0916, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0916, de 31 de Outubro de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

#### **RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Eliseth Bucher Franz	C-22	C-23	08.09.2014	RH09-0111
Juliane Simone Nones Lobe	D-31	D-32	17.09.2014	RH06-0208
Maria Rosândia Dalpiaz	D-31	D-32	29.09.2014	RH07-0072

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NO SEMFA-D0917, DE 31 DE OUTUBRO DE 2.013**

PORTARIA No SEMFA-D0917, de 31 de Outubro de 2.013

Concede Progressão Funcional para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, resolve:

#### **RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil, lotadas na

Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Beate Elisabeth Kruger	A-30	C-30	16.09.2014	RH14-0172
Ivana Maria Stolf	C-23	D-23	03.09.2014	RH11-0280
Tânia Maria Silva Slomp	C-35	D-35	11.09.2014	RH03-0163

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-05 BIM**

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	147.658.000,00	147.658.000,00	17.602.825,41	11,92	95.019.079,73	64,35	52.638.920,27
RECEITAS CORRENTES	102.307.000,00	102.307.000,00	16.094.985,58	15,73	90.714.872,46	88,66	11.592.127,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.263.000,00	19.263.000,00	2.193.763,14	11,38	17.950.002,96	93,18	1.312.997,04
Impostos	16.050.000,00	16.050.000,00	1.860.389,14	11,59	14.352.431,18	89,42	1.697.568,82
Taxas	3.063.000,00	3.063.000,00	307.584,17	10,04	3.433.679,22	112,10	(370.679,22)
Contribuição de Melhoria	150.000,00	150.000,00	25.809,83	17,20	163.892,56	109,26	(13.892,56)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.687.000,00	4.687.000,00	614.573,43	13,11	3.425.205,98	73,07	1.261.794,02
Contribuições Sociais	2.797.000,00	2.797.000,00	493.286,47	17,63	2.274.562,49	81,32	522.437,51
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	121.286,96	7,58	1.150.643,49	71,91	449.356,51
RECEITA PATRIMONIAL	4.615.570,00	4.615.570,00	851.466,84	18,44	6.947.375,43	150,52	(2.331.805,43)
Recetas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	8.516,00	85,16	92.037,96	920,37	(82.037,96)
Recetas de Valores Mobiliários	4.565.570,00	4.565.570,00	842.633,48	18,45	6.853.830,00	150,11	(2.288.260,00)
Recetas de Concessões e Permissões	40.000,00	40.000,00	317,36	0,79	1.507,47	3,76	38.492,53
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DiExp.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	220.000,00	220.000,00	42.673,00	19,39	219.612,46	99,82	387,54
Receta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria de Transformação	220.000,00	220.000,00	42.673,00	19,39	219.612,46	99,82	387,54
Receta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.705.000,00	5.705.000,00	1.112.628,05	19,50	5.341.279,74	93,62	363.720,26
Receta de Serviços	5.705.000,00	5.705.000,00	1.112.628,05	19,50	5.341.279,74	93,62	363.720,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.001.750,00	63.001.750,00	10.541.639,77	16,73	52.728.590,13	83,69	10.273.159,87
Transferências Intergovernamentais	62.956.750,00	62.956.750,00	10.482.214,72	16,64	52.417.037,14	83,25	10.539.712,86
Transferências de Instituições Privadas	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	59.425,05	0,00	311.552,99	0,00	(311.552,99)
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.814.680,00	4.814.680,00	738.221,35	15,33	4.102.805,76	85,21	711.874,24
Multas e Juros de Mora	1.740.000,00	1.740.000,00	347.220,84	19,95	1.777.579,07	102,15	(37.579,07)
Indenizações e Restituições	568.320,00	568.320,00	152.029,13	26,75	780.531,78	137,34	(212.211,78)
Receta da Dívida Ativa	1.290.000,00	1.290.000,00	156.146,37	12,10	1.287.641,99	99,81	2.358,01
Rec.Dec-Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Correntes Diversas	1.216.360,00	1.216.360,00	82.825,01	6,80	257.052,92	21,13	959.307,08
RECEITAS DE CAPITAL	45.351.000,00	45.351.000,00	1.507.839,83	3,32	4.304.207,27	9,49	41.046.792,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.000.000,00	13.000.000,00	609.369,87	4,68	1.903.977,31	14,64	11.096.022,69
Operações de Crédito Internas	13.000.000,00	13.000.000,00	609.369,87	4,68	1.903.977,31	14,64	11.096.022,69
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	350.000,00	350.000,00	245.000,00	70,00	272.075,00	77,73	77.925,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	27.075,00	54,15	22.925,00
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	245.000,00	81,66	245.000,00	81,66	55.000,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.000,00	5.000,00	1.431,21	28,62	1.431,21	28,62	3.568,79
Amortizações de Empréstimos	5.000,00	5.000,00	1.431,21	28,62	1.431,21	28,62	3.568,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.996.000,00	31.996.000,00	652.038,75	2,03	2.126.723,75	6,64	29.869.276,25
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	249.920,00	0,00	(249.920,00)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	31.996.000,00	31.996.000,00	652.038,75	2,03	1.876.803,75	5,86	30.119.196,25
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	5.510.000,00	5.510.000,00	880.700,43	15,98	4.125.131,75	74,86	1.384.868,25
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	153.168.000,00	153.168.000,00	18.483.525,84	12,06	99.144.211,48	64,72	54.023.788,52

Pag: 1/2

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>18.483.525,84</b>	<b>12,06</b>	<b>99.144.211,48</b>	<b>64,72</b>	<b>54.023.788,52</b>
DEFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>18.483.525,84</b>	<b>12,06</b>	<b>99.144.211,48</b>	<b>64,72</b>	<b>54.023.788,52</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	7.845.799,53	-	-	3.960.138,91	-	-
Superávit Financeiro	-	7.845.799,53	-	-	3.960.138,91	-	-
Reabertura de Créditos Aacionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	Setembro à Outubro	Até Outubro	% (g/f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	145.817.200,00	10.583.898,22	156.401.098,22	12.744.722,83	90.321.585,12	18.295.830,4	77.900.805,25	49,80	78.500.292,97
DESPESAS CORRENTES	85.046.880,00	5.399.094,82	90.445.974,82	11.617.958,99	74.211.760,22	14.791.086,19	68.415.200,99	75,64	22.030.773,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.812.550,00	692.381,5	45.504.931,5	7.194.917,85	35.622.455,82	7.226.056,34	35.616.167,19	78,26	9.888.764,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	358.000,00	22.990,77	380.990,77	54.632,54	320.623,33	54.632,54	320.623,33	84,15	60.367,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.876.330,00	4.683.722,54	44.560.052,54	4.368.408,55	38.268.681,07	7.510.397,27	32.478.410,59	72,88	12.081.642,04
DESPESAS DE CAPITAL	55.739.820,00	5.252.803,40	60.992.623,40	1.126.763,84	16.109.824,99	3.504.744,22	9.485.604,24	15,55	51.507.019,14
INVESTIMENTOS	53.686.820,00	4.475.794,17	58.162.614,17	656.125,39	13.755.936,92	3.034.105,64	7.131.716,29	12,26	51.030.897,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.053.000,00	777.009,23	2.830.009,23	470.638,54	2.353.887,99	470.638,54	2.353.887,99	83,17	476.121,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.030.500,00	(68.000,00)	4.962.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.962.500,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	7.350.800,00	(920.191,12)	6.430.608,88	897.192,97	4.846.391,47	966.721,53	4.765.214,53	74,10	1.665.394,34
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX)</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>9.663.707,10</b>	<b>162.831.707,10</b>	<b>13.641.915,80</b>	<b>95.167.976,59</b>	<b>19.262.551,99</b>	<b>82.666.019,77</b>	<b>50,77</b>	<b>80.165.687,31</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>9.663.707,10</b>	<b>162.831.707,10</b>	<b>13.641.915,80</b>	<b>95.167.976,59</b>	<b>19.262.551,99</b>	<b>82.666.019,77</b>	<b>50,77</b>	<b>80.165.687,31</b>
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.478.191,77	0,00	0,00
<b>TOTAL (XIV) = (XIII + XIII)</b>	<b>153.168.000,00</b>	<b>9.663.707,10</b>	<b>162.831.707,10</b>	<b>13.641.915,80</b>	<b>95.167.976,59</b>	<b>19.262.551,99</b>	<b>99.144.211,48</b>	<b>60,88</b>	<b>63.687.495,60</b>

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	5.510.000,00	5.510.000,00	880.700,43	15,98	4.125.131,72	74,86	1.384.868,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.410.000,00	5.410.000,00	856.151,55	15,82	4.019.236,40	74,29	1.390.763,60
Contribuições Sociais	5.410.000,00	5.410.000,00	856.151,55	15,82	4.019.236,40	74,29	1.390.763,60
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	24.548,88	24,54	105.895,33	105,89	(5.895,35)
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	24.548,88	24,54	105.895,33	105,89	(5.895,35)
<b>TOTAL</b>	<b>5.510.000,00</b>	<b>5.510.000,00</b>	<b>880.700,43</b>	<b>15,98</b>	<b>4.125.131,72</b>	<b>74,86</b>	<b>1.384.868,28</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	Setembro à Outubro	Até Outubro (g)	% (g/f)	
DESPESAS CORRENTES	7.350.800,00	(920.191,12)	6.430.608,88	897.192,97	4.846.391,47	966.721,53	4.765.214,53	74,10	1.665.394,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.139.800,00	(872.891,12)	6.266.908,88	891.215,03	4.707.602,59	929.378,57	4.659.139,59	74,34	1.607.769,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211.000,00	(47.300,00)	163.700,00	5.977,94	138.788,88	37.342,96	106.074,93	64,79	57.625,07
<b>TOTAL</b>	<b>7.350.800,00</b>	<b>(920.191,12)</b>	<b>6.430.608,88</b>	<b>897.192,97</b>	<b>4.846.391,47</b>	<b>966.721,53</b>	<b>4.765.214,53</b>	<b>74,10</b>	<b>1.665.394,34</b>

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/11/2014, Hora de emissão 13h e 49m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES  
Controle InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: SETEMBRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 1/3

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro (b)	% b/to.b	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	145.817.200,00	156.401.098,22	12.744.722,83	90.321.585,12	18.295.830,41	77.900.805,25	94,24	78.500.292,97
LEGISLATIVA	2.690.000,00	2.690.000,00	209.722,69	1.555.886,27	309.640,95	1.433.199,41	1,73	1.256.800,59
Acao Legislativa	2.690.000,00	2.690.000,00	209.722,69	1.555.886,27	309.640,95	1.433.199,41	1,73	1.256.800,59
ADMINISTRACAO	9.165.750,00	8.902.432,53	706.817,50	5.802.673,87	1.001.660,44	5.397.272,45	6,53	3.505.160,08
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	126.000,00	150.000,00	9.816,69	111.564,24	19.426,90	94.106,10	0,11	55.893,90
Representacao Judicial e Extrajudicial	583.750,00	583.750,00	57.991,52	339.307,75	58.211,02	329.588,28	0,40	56,46
Administracao Geral	7.381.000,00	6.893.682,53	488.937,39	4.628.226,28	762.410,35	4.283.998,09	5,18	2.609.684,44
Comunicacao Social	1.075.000,00	1.275.000,00	150.071,90	723.575,60	161.612,17	689.579,98	0,83	585.420,02
SEGURANCA PUBLICA	809.000,00	1.220.768,20	227.070,89	706.391,75	256.738,02	610.724,01	0,74	610.044,19
Policimento	405.000,00	457.000,00	29.179,30	237.290,74	60.833,12	210.865,57	0,26	246.134,43
Defesa Civil	404.000,00	763.768,20	197.891,59	469.101,01	195.904,90	399.858,44	0,48	363.909,76
ASSISTENCIA SOCIAL	2.030.700,00	2.300.102,03	350.789,52	1.839.035,01	376.919,28	1.601.592,83	1,94	698.509,20
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	158.000,00	118.000,00	310,41	58.466,91	12.179,41	42.412,91	0,05	75.587,09
Assistencia Comunitaria	1.872.700,00	2.182.102,03	350.479,11	1.780.568,10	364.739,87	1.559.179,92	1,89	622.922,11
PREVIDENCIA SOCIAL	7.393.000,00	7.584.000,00	1.348.487,24	6.405.884,26	1.355.605,13	6.393.619,83	7,73	1.190.380,15
Previdencia Basica	1.093.000,00	1.284.000,00	282.758,68	1.082.480,70	283.266,61	1.081.986,82	1,31	202.013,18
Previdencia do Regime Estatutario	6.300.000,00	6.300.000,00	1.065.728,56	5.323.403,56	1.072.338,52	5.311.633,03	6,43	988.366,97
SAUDE	21.179.250,00	22.849.865,76	2.324.563,51	19.572.725,16	4.134.501,28	17.993.130,98	21,77	4.856.734,78
Administracao Geral	860.000,00	860.000,00	43.293,23	545.347,79	42.238,48	510.280,14	0,62	349.719,86
Atencao Basica	10.401.250,00	11.347.965,76	1.755.493,48	10.143.345,07	2.406.116,68	9.276.065,62	11,22	2.071.900,14
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	8.565.000,00	8.867.500,00	347.716,90	7.409.366,09	1.461.354,01	6.857.182,02	8,30	2.010.317,98
Suporte Profilatico e Terapeutico	600.000,00	843.000,00	65.718,25	762.190,29	84.885,81	688.362,95	0,83	154.637,05
Vigilancia Sanitaria	465.000,00	465.000,00	49.123,63	361.501,94	69.749,71	329.236,88	0,40	135.763,12
Vigilancia Epidemiologica	288.000,00	466.400,00	63.218,02	350.973,98	70.156,59	332.003,37	0,40	134.396,63
TRABALHO	57.000,00	47.000,00	5.078,03	25.126,60	6.023,02	18.351,33	0,02	28.648,67
Fomento ao Trabalho	57.000,00	47.000,00	5.078,03	25.126,60	6.023,02	18.351,33	0,02	28.648,67
EDUCACAO	20.985.000,00	23.024.408,06	3.112.827,53	17.960.716,56	3.792.341,63	16.625.132,52	20,11	6.399.275,54
Ensino Fundamental	9.890.000,00	11.435.630,78	1.445.723,47	8.863.208,61	1.851.531,09	7.883.199,51	9,54	3.552.431,27
Educacao Infantil	11.095.000,00	11.588.777,28	1.667.104,06	9.097.507,95	1.940.810,54	8.741.933,01	10,58	2.846.844,27
CULTURA	6.081.000,00	6.409.600,00	482.844,26	2.234.016,28	575.040,17	2.014.012,73	2,44	4.395.587,27
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	447.000,00	418.500,00	52.382,60	352.751,36	83.664,51	323.264,17	0,39	95.235,83
Diffusao Cultural	5.634.000,00	5.991.100,00	430.461,66	1.891.264,92	491.375,66	1.690.748,56	2,05	4.300.351,44
URBANISMO	17.861.000,00	17.656.504,79	1.307.048,82	13.781.546,68	2.899.972,18	8.924.551,26	10,80	8.731.953,53
Planejamento e Orcamento	2.565.000,00	2.535.000,00	233.644,46	1.073.693,01	241.450,79	1.026.162,38	1,24	1.508.837,62
Infra-estrutura Urbana	9.535.000,00	9.690.000,00	235.141,01	7.875.229,09	1.700.390,72	3.579.611,79	4,33	6.110.388,21
Servicos Urbanos	5.761.000,00	5.431.504,79	838.263,35	4.832.624,58	958.130,67	4.318.777,09	5,22	1.112.727,70
HABITACAO	5.000,00	7.000,00	0,00	4.400,00	0,00	4.400,00	0,01	2.600,00
Habitacao Urbana	5.000,00	7.000,00	0,00	4.400,00	0,00	4.400,00	0,01	2.600,00
SANEAMENTO	23.298.500,00	25.560.625,00	968.163,98	7.832.044,29	1.213.383,19	6.317.279,92	7,64	19.243.345,08

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: SETEMBRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 2/3

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhadas		Despesas Liquidadas até Outubro		%		Saldo (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro	b/fo.b.	% (b/a)	
Saneamento Básico Urbano	23.298.500,00	25.560.625,00	968.163,98	7.832.044,29	1.213.383,19	6.317.279,92	7,64	24,71	19.243.345,08
GESTAO AMBIENTAL	297.500,00	355.000,00	19.977,97	280.689,30	28.843,82	251.035,56	0,30	70,71	103.964,44
Controle Ambiental	297.500,00	355.000,00	19.977,97	280.689,30	28.843,82	251.035,56	0,30	70,71	103.964,44
AGRICULTURA	1.510.000,00	1.745.016,98	244.527,11	1.438.936,36	303.018,27	1.375.330,51	1,66	78,81	369.686,47
Extensao Rural	1.510.000,00	1.745.016,98	244.527,11	1.438.936,36	303.018,27	1.375.330,51	1,66	78,81	369.686,47
INDUSTRIA	1.280.000,00	1.202.500,00	109.081,35	1.123.881,34	295.898,01	1.065.718,90	1,29	88,63	136.781,10
Promocao Industrial	1.280.000,00	1.202.500,00	109.081,35	1.123.881,34	295.898,01	1.065.718,90	1,29	88,63	136.781,10
COMERCIO E SERVICOS	385.500,00	355.500,00	(6.311,28)	276.219,27	29.006,21	227.978,11	0,28	64,13	127.521,89
Turismo	385.500,00	355.500,00	(6.311,28)	276.219,27	29.006,21	227.978,11	0,28	64,13	127.521,89
TRANSPORTE	19.886.000,00	22.676.599,87	337.452,90	4.144.699,06	420.208,51	2.473.676,08	2,99	10,91	20.202.923,79
Infra-estrutura Urbana	18.060.000,00	20.249.999,87	120.593,19	2.267.808,22	40.736,54	992.143,97	1,20	4,90	19.257.855,90
Transporte Rodoviario	1.826.000,00	2.426.600,00	236.859,71	1.876.890,84	379.471,97	1.481.532,11	1,79	61,05	945.067,89
DESPORTO E LAZER	1.980.000,00	2.085.000,00	126.476,49	1.477.136,59	419.663,52	1.387.868,80	1,68	66,56	697.131,20
Desporto Comunitario	890.000,00	731.000,00	0,00	731.000,00	292.400,00	731.000,00	0,88	100,00	0,00
Lazer	1.090.000,00	1.354.000,00	126.476,49	746.136,59	127.263,52	656.868,80	0,79	48,51	697.131,20
ENCARGOS ESPECIAIS	3.910.500,00	4.766.675,00	850.104,32	3.859.576,47	877.366,78	3.785.930,00	4,58	79,42	980.745,00
Servico da Divida Interna	2.411.000,00	3.211.000,00	525.271,10	2.674.511,31	525.271,10	2.674.511,31	3,24	83,29	536.488,69
Transferencias	1.300.500,00	1.312.375,00	144.654,21	942.541,88	169.868,67	872.178,91	1,06	66,46	440.196,09
Outros Encargos Especiais	199.000,00	243.300,00	180.179,01	242.523,28	182.227,01	239.239,78	0,29	98,33	4.060,22
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.012.500,00	4.962.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.962.500,00
Reserva de Contingencia	5.012.500,00	4.962.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.962.500,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhadas		Despesas Liquidadas até Outubro		%		Saldo (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro	b/fo.b.	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.350.800,00	6.430.608,88	897.192,97	4.846.391,47	966.721,55	4.765.214,52	5,76	74,10	1.665.394,36
LEGISLATIVA	105.000,00	105.000,00	8.819,54	46.547,82	8.819,54	46.547,82	0,06	44,33	58.452,18
Acao Legislativa	105.000,00	105.000,00	8.819,54	46.547,82	8.819,54	46.547,82	0,06	44,33	58.452,18
ADMINISTRACAO	597.000,00	635.394,00	65.144,63	577.825,22	104.017,17	528.474,14	0,64	83,17	106.919,86
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	1.000,00	2.000,00	570,38	1.922,88	570,38	1.922,88	0,00	96,14	77,12
Representacao Judicial e Extrajudicial	35.000,00	35.000,00	6.517,50	33.131,07	6.517,50	33.131,07	0,04	94,66	1.868,93
Administracao Geral	560.000,00	597.394,00	58.056,75	542.771,27	96.929,29	493.420,19	0,60	82,60	103.973,81
Comunicacao Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SEGURANCA PUBLICA	5.000,00	5.000,00	0,00	2.500,00	519,98	1.474,51	0,00	29,49	3.525,50
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	2.500,00	519,98	1.474,51	0,00	29,49	3.525,50
ASSISTENCIA SOCIAL	104.300,00	121.800,00	20.102,18	98.455,11	19.924,96	98.264,15	0,12	80,68	23.535,85
Assistencia Comunitaria	104.300,00	121.800,00	20.102,18	98.455,11	19.924,96	98.264,15	0,12	80,68	23.535,85
PREVIDENCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	2.185,29	9.925,99	0,01	9,93	90.074,01
Previdencia do Regime Estatutario	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	2.185,29	9.925,99	0,01	9,93	90.074,01
SAUDE	1.570.000,00	1.808.000,00	273.193,05	1.357.568,76	272.085,61	1.354.140,09	1,64	74,90	453.859,91
Administracao Geral	100.000,00	100.000,00	5.481,21	41.677,94	218.523,11	41.677,94	0,05	41,68	58.322,06
Atencao Basica	905.000,00	1.097.500,00	219.562,87	951.147,25	218.523,11	949.623,37	1,15	86,53	147.876,63

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: SETEMBRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 3/3

Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	410.000,00	460.500,00	31.428,67	279.998,65	31.360,99	278.093,86	0,34	60,39	182.406,14
Vigilancia Sanitaria	105.000,00	105.000,00	6.886,12	42.212,93	6.886,12	42.212,93	0,05	40,20	62.787,07
Vigilancia Epidemiologica	50.000,00	45.000,00	9.834,18	42.531,99	9.834,18	42.531,99	0,05	94,52	2.468,01
TRABALHO	6.000,00	6.000,00	2.212,18	5.112,18	988,39	3.112,31	0,00	51,87	2.887,69
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	2.212,18	5.112,18	988,39	3.112,31	0,00	51,87	2.887,69
EDUCACAO	3.430.000,00	2.250.414,88	359.962,01	1.858.269,47	379.943,84	1.848.604,23	2,24	82,15	401.810,65
Ensino Fundamental	1.370.000,00	952.055,14	156.049,93	808.983,94	162.611,46	806.209,23	0,98	84,68	145.845,91
Educacao Infantil	2.060.000,00	1.298.359,74	203.912,08	1.049.285,53	217.332,38	1.042.395,00	1,26	80,29	255.964,74
CULTURA	68.000,00	56.500,00	5.241,34	35.293,92	7.574,56	34.418,47	0,04	60,92	22.081,53
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	23.000,00	21.500,00	1.355,35	9.081,91	2.082,17	8.854,07	0,01	41,18	12.645,93
Diffusao Cultural	45.000,00	35.000,00	3.885,99	26.212,01	5.492,39	25.564,40	0,03	73,04	9.435,60
URBANISMO	686.000,00	616.000,00	69.218,61	362.254,10	72.617,54	360.200,94	0,44	58,47	255.799,06
Planejamento e Orcamento	186.000,00	116.000,00	22.786,62	101.268,37	22.786,62	101.268,37	0,12	87,30	14.731,63
Servicos Urbanos	500.000,00	500.000,00	46.431,99	260.985,73	49.830,92	258.932,57	0,31	51,79	241.067,43
HABITACAO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacao Urbana	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAANEAMENTO	336.500,00	336.500,00	41.247,82	213.030,99	41.247,82	213.030,99	0,26	63,31	123.469,01
Saneamento Basico Urbano	336.500,00	336.500,00	41.247,82	213.030,99	41.247,82	213.030,99	0,26	63,31	123.469,01
GESTAO AMBIENTAL	10.000,00	24.500,00	0,00	17.580,68	0,00	17.580,68	0,02	71,76	6.919,32
Controle Ambiental	10.000,00	24.500,00	0,00	17.580,68	0,00	17.580,68	0,02	71,76	6.919,32
AGRICULTURA	92.000,00	130.000,00	13.020,95	105.020,95	15.259,64	104.218,98	0,13	80,17	25.781,02
Extensao Rural	92.000,00	130.000,00	13.020,95	105.020,95	15.259,64	104.218,98	0,13	80,17	25.781,02
INDUSTRIA	90.000,00	87.500,00	21.422,27	74.409,80	24.588,57	72.775,11	0,09	83,17	14.724,89
Promocao Industrial	90.000,00	87.500,00	21.422,27	74.409,80	24.588,57	72.775,11	0,09	83,17	14.724,89
COMERCIO E SERVICOS	17.000,00	17.000,00	2.089,56	10.298,47	2.089,56	10.298,47	0,01	60,58	6.701,53
Turismo	17.000,00	17.000,00	2.089,56	10.298,47	2.089,56	10.298,47	0,01	60,58	6.701,53
TRANSPORTE	69.000,00	69.000,00	11.155,18	55.401,06	11.499,17	47.605,69	0,06	68,99	21.394,31
Transporte Rodoviario	69.000,00	69.000,00	11.155,18	55.401,06	11.499,17	47.605,69	0,06	68,99	21.394,31
DESPORTO E LAZER	62.000,00	62.000,00	2.178,36	16.896,95	3.359,91	14.541,96	0,02	23,45	47.458,04
Lazer	62.000,00	62.000,00	2.178,36	16.896,95	3.359,91	14.541,96	0,02	23,45	47.458,04
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	153.168.000,00	162.831.707,10	13.641.915,80	95.167.976,59	19.262.551,96	82.666.019,77	100,00	50,77	80.165.687,33

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/11/2014, Hora de emissão 11h e 47m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES  
Controlador InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Controlador

MUNICÍPIO DE TIMBO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMOSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												CONSOLIDADO	
														TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
		Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)		1.020.891,27	1.324.491,58	8.024.431,18	10.770.037,42	11.547.969,27	11.146.312,58	11.135.371,42	9.053.766,68	9.597.525,32	9.827.497,84	8.647.930,00	9.039.595,92	119.426.087,58	113.118.000,00
Contribuição Industrial		1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00
IPU		29.373,76	1.350.000,00	12.840,00	1.116.017,58	2.513.332,61	2.682.839,64	11.135.371,42	1.458.114,04	463.720,37	274.884,22	1.442.373,97	1.574.834,54	6.153.206,22	6.000.000,00
ISS		538.941,66	590.600,43	473.554,52	412.187,25	485.531,00	601.084,44	521.484,77	528.400,97	503.965,01	569.287,65	572.691,58	595.936,72	6.393.644,01	6.000.000,00
ITBI		147.326,60	213.692,98	208.784,78	146.115,40	124.066,41	190.195,36	138.179,08	80.166,94	174.258,19	149.736,93	141.120,03	190.874,18	1.904.516,88	2.510.000,00
Outras Receitas Tributárias		144.783,36	187.933,83	138.939,23	89.033,90	474.852,33	1.160.970,37	483.493,58	348.873,45	297.891,63	242.556,18	214.513,55	118.880,41	3.390.568,71	3.215.000,00
Receita de Contribuições		362.769,74	599.284,90	351.013,17	398.229,93	303.167,63	266.973,37	382.075,93	368.816,75	354.821,04	397.534,66	368.923,14	255.650,25	4.897.000,00	4.897.000,00
Receita Patrimonial		(996.676,34)	3.133.103,44	(766.605,84)	1.431.608,93	621.550,98	1.018.689,58	1.510.019,48	604.435,94	806.116,52	869.683,13	116.196,22	735.270,64	9.083.802,53	4.815.570,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		41.463,17	13.200,00	8.820,00	640,00	31.200,00	97.030,00	0,00	0,00	34,00	14.700,00	34,00	8.290,00	274.300,00	225.000,00
Transferências Correntes		488.543,17	478.869,35	443.100,72	524.352,07	581.558,23	513.014,57	528.090,05	544.903,17	485.095,88	608.538,98	559.164,76	553.463,26	6.308.132,26	5.705.000,00
Transferências Correntes		6.091.114,53	6.898.604,93	6.622.006,56	6.084.213,42	5.819.727,62	6.054.374,12	6.440.719,09	5.578.206,16	5.988.283,02	6.082.446,26	6.080.550,55	6.053.627,62	73.812.750,00	73.812.750,00
Conta-Parte do FPM		1.471.727,52	2.220.274,13	1.784.484,11	1.905.578,68	1.130.379,81	1.900.138,31	1.719.287,33	1.289.339,94	1.107.379,88	1.345.278,17	1.179.248,73	1.114.511,54	17.557.619,04	18.000.000,00
Conta-Parte do FPM - PMS		2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	2.259.569,15	3.855.952,01	4.900.000,00
Conta-Parte do ITR		176,85	140,28	189.849,41	230.367,35	344.066,44	374.823,35	391.222,45	389.959,71	420.510,63	400.685,95	407.840,96	374.410,17	3.855.952,01	5.000,00
Transferência da LC 87/1996		10.038,58	10.038,58	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	9.830,10	108.548,08	100.000,00
Transferência da LC 87/1998		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência da LC 87/1999		1.168.410,00	1.160.390,00	1.230.065,00	1.201.400,00	1.109.037,00	1.117.429,00	1.221.800,00	1.156.230,00	1.070.850,00	1.145.252,00	1.169.726,00	1.221.110,00	13.988.576,00	13.281.000,00
Outras Transferências Correntes		814.773,45	963.530,66	1.095.177,37	512.414,75	990.034,37	1.073.668,98	873.800,37	481.738,48	1.282.455,05	990.913,62	954.276,03	898.182,04	10.998.766,72	6.926.750,00
Outras Receitas Correntes		392.530,47	783.229,00	383.522,88	407.459,53	445.843,63	571.426,66	380.222,78	393.368,68	405.838,11	376.901,04	353.990,23	384.231,14	5.258.565,23	4.814.680,00
DEDUÇÕES (II)		1.094.410,00	1.323.138,13	1.104.675,53	1.166.667,21	927.672,98	911.320,33	1.137.834,37	1.046.230,18	976.900,48	1.068.076,31	1.055.487,84	1.049.477,65	12.852.896,04	13.705.000,00
Compensação de Rec. entre Rec. Previd.		246.068,20	418.136,43	1.068.260,00	279.542,00	169.542,00	1.046.230,18	246.068,20	246.068,20	246.068,20	246.068,20	246.068,20	246.068,20	3.855.952,01	3.855.952,01
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB		829.534,73	822.522,23	868.392,53	880.008,60	750.285,63	779.291,35	876.296,58	794.985,96	734.165,54	794.602,44	798.289,35	794.249,05	9.727.633,26	10.810.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)		6.316.227,14	11.911.853,35	6.919.755,65	9.603.370,22	10.620.286,33	10.234.992,25	9.997.537,14	8.007.536,51	8.620.622,83	8.798.421,35	7.592.432,22	7.990.122,27	106.573.171,32	89.410.000,00

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/11/2014, Hora de emissão 11h e 52m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

**INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014	até Outubro 2013
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	6.200.000,00	6.200.000,00	964.445,82	7.470.170,65	575.740,11
RECEITAS CORRENTES	6.200.000,00	6.200.000,00	1.398.325,10	9.191.319,96	5.258.536,74
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	382.363,93	1.741.100,71	2.019.867,27
Pessoal Civil	0,00	0,00	382.363,93	1.741.100,71	2.019.867,27
Ativo	0,00	0,00	376.105,19	1.707.802,61	2.006.291,27
Inativo	0,00	0,00	6.258,74	33.298,10	13.576,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	2.420.000,00	2.420.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.380.000,00	3.380.000,00	951.033,02	7.136.068,28	2.827.595,97
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.380.000,00	3.380.000,00	951.033,02	7.136.068,28	2.827.595,97
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	5.056,00
Outras Receitas Correntes	400.000,00	400.000,00	64.928,15	314.150,97	406.017,50
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	19.144,62	95.218,99	75.954,16
Demais Receitas Correntes	300.000,00	300.000,00	45.783,53	218.931,98	330.063,34
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	433.879,28	1.721.149,31	4.682.796,63
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.716.116,45	10.892.769,86	4.222.670,90

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.300.000,00	6.300.000,00	1.072.338,52	5.311.633,03	4.321.783,12
ADMINISTRAÇÃO	6.300.000,00	6.300.000,00	35.219,65	187.139,44	78.348,89
Despesas Correntes	6.200.000,00	6.200.000,00	33.899,65	174.003,44	78.348,89
Despesa Capital	100.000,00	100.000,00	1.320,00	13.136,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	1.037.118,87	5.124.493,59	4.243.434,23
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.037.118,87	5.124.493,59	4.243.434,23
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	949.487,80	4.775.993,93	3.834.864,35
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	87.631,07	348.499,66	408.569,88
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.400.000,00	6.400.000,00	1.074.523,81	5.321.559,02	4.321.783,12
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.600.000,00	4.600.000,00	641.592,64	5.571.210,84	(99.112,22)

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014	até Outubro 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)



**INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	4.600.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Setembro/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	11.067,82	28.307,46	15.649,18
INVESTIMENTOS	57.354.400,08	57.970.651,10	51.779.202,62
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
Receita de Contribuições	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
Patronal	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
Pessoal Civil	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
Ativo	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	4.800.000,00	4.800.000,00	751.670,63	3.422.599,21	3.646.930,79

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	100.000,00	100.000,00	2.185,29	9.925,99	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 25/11/2014, Hora de emissão 12h e 10m.

GREYCE NARDELLI  
 Contador  
 CPF: 055.771.809-02  
 CRC: 036939/OO

OSMAIR DE CASTILHO  
 PRESIDENTE  
 CPF: 351.053.489-15

(2/2)

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2014/ Bimestre Setembro-Outubro**

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em 31/Out/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.691.388,77	3.102.746,77	3.241.478,10
DEDUÇÕES (II)	17.171.209,73	27.465.915,77	26.589.365,77
Disponibilidade de Caixa Bruto	18.755.528,98	28.022.528,08	26.994.821,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.584.319,25	556.612,31	405.455,87
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(13.479.820,96)	(24.363.169,00)	(23.347.887,67)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(13.479.820,96)	(24.363.169,00)	(23.347.887,67)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Setembro a Outubro (c-b)	até Outubro (c-a)
VALOR	1.015.281,33	(9.868.066,71)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	11.474.939,20

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	120.243.457,02	120.243.457,02	120.243.457,02
Passivo Atuarial	120.243.457,02	120.243.457,02	120.243.457,02
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	52.335.859,76	57.340.222,26	57.998.958,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.513,49	9.987,15	28.307,46
Investimentos	52.292.346,27	57.330.235,11	57.970.651,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	67.907.597,26	62.903.234,76	62.244.498,46
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	67.907.597,26	62.903.234,76	62.244.498,46

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 21/11/2014, Hora de emissão 11h e 50m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES  
Controlador InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Setembro à Outubro	até Outubro 2014	até Outubro 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	103.251.430,00	16.133.052,53	87.986.174,21	81.053.886,79
Receitas Tributárias	19.263.000,00	2.193.783,14	17.950.002,96	16.301.661,40
IPTU	6.000.000,00	102.208,21	6.061.298,30	5.105.190,23
ISS	6.000.000,00	1.168.628,31	5.264.101,92	4.722.377,63
ITBI	2.510.000,00	331.994,19	1.543.497,30	1.841.572,77
IRRF	1.540.000,00	257.558,43	1.483.533,66	1.447.901,00
Outras Receitas Tributárias	3.213.000,00	333.394,00	3.597.571,78	3.184.619,77
Receitas de Contribuições	10.097.000,00	1.470.724,98	7.444.442,38	7.963.753,08
Receitas Previdenciárias	4.800.000,00	1.179.818,09	5.381.748,77	5.991.611,00
Outras Receitas de Contribuições	5.297.000,00	290.906,89	2.062.693,61	1.972.142,08
Receita Patrimonial Líquida	50.000,00	8.833,36	93.545,43	8.930,47
Receita Patrimonial	4.615.570,00	851.466,84	6.947.375,43	(1.101.182,66)
(-) Aplicações Financeiras	4.565.570,00	842.633,48	6.853.830,00	(1.110.113,13)
Transferências Correntes	63.001.750,00	10.541.639,77	52.728.590,13	47.458.984,84
Cota-Parte do FPM	14.400.000,00	1.835.008,31	11.092.494,05	10.267.803,37
Cota-Parte do ICMS	24.800.000,00	3.833.612,49	18.038.741,41	16.601.474,41
Convênios	0,00	59.425,03	311.552,99	10.395,00
Outras Transferências Correntes	23.801.750,00	4.813.593,92	23.285.801,68	20.579.312,06
Demais Receitas Correntes	10.839.680,00	1.918.071,28	9.769.593,31	9.320.557,00
Divida Ativa	1.290.000,00	156.146,37	1.287.641,99	1.770.532,24
Diversas Receitas Correntes	9.549.680,00	1.761.924,91	8.481.951,32	7.550.024,76
RECEITAS DE CAPITAL (II)	45.351.000,00	1.507.839,83	4.304.207,27	5.166.207,70
Operações de Crédito (III)	13.000.000,00	609.369,87	1.903.977,31	2.672.208,35
Amortização de Empréstimos (IV)	5.000,00	1.431,21	1.431,21	369,08
Alienação de Bens (V)	350.000,00	245.000,00	272.075,00	28.900,00
Transferências de Capital	31.996.000,00	652.038,75	2.126.723,75	2.464.730,27
Convênios	31.996.000,00	652.038,75	1.876.803,75	2.464.730,27
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	249.920,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	31.996.000,00	652.038,75	2.126.723,75	2.464.730,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	135.247.430,00	16.785.091,28	90.112.897,96	83.518.617,06

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Setembro à Outubro	até Outubro 2014	até Outubro 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	96.876.583,70	15.757.807,74	73.180.415,51	66.462.180,14
Pessoal e Encargos Sociais	51.771.840,39	8.155.434,93	40.275.306,75	38.042.991,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	380.990,77	54.632,56	320.623,33	252.321,07
Outras Despesas Correntes	44.723.752,54	7.547.740,25	32.584.485,43	28.166.867,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	96.495.592,93	15.703.175,18	72.859.792,18	66.209.859,07
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	60.992.623,40	3.504.744,22	9.485.604,26	7.690.237,43
Investimentos	58.162.614,17	3.034.105,68	7.131.716,28	6.661.072,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.830.009,23	470.638,54	2.353.887,98	1.029.164,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI - XII - XIII - XIV)	58.162.614,17	3.034.105,68	7.131.716,28	6.661.072,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.962.500,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	159.620.707,10	18.737.280,86	79.991.508,46	72.870.932,03
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(24.373.277,10)	(1.952.189,58)	10.121.389,50	10.647.685,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			7.845.799,53	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(15.509.570,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 21/11/2014, Hora de emissão 11h e 20m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

PREO - ANEXO VIII (LRF, art. 53, inciso V)

BREJO - ANEXO VIII (LRF - art. 53, inciso V).											
Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
						Exercícios anteriores	Em 31/12/2013				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>											
<b>EXECUTIVO</b>											
Faz. Municipal	271.094,27	1.088.789,78	1.229.199,53		80.684,52	555.194,12	6.510.937,22	5.451.986,97	5.127.215,62	645.479,18	1.293.426,54
Fundo Municipal de Timbó - Fct	271.094,27	1.004.678,37	1.195.088,12		80.684,52	530.771,90	6.452.485,22	5.393.534,97	5.068.763,62	645.479,18	1.268.954,32
Fundação Cultural de Timbó - Fct	47,53	1.691,79	1.739,29				36,53	36,53	36,53		
Fundação Municipal de Esportes - Fme	530,60	49.927,91	49.667,41				37.570,36	30,483,96	30,483,96	8.105,43	14.178,35
Fundo de Aterro, a Criança e ao Adolescente - F	248,20	5.715,48	5.215,48		191,10	8.018,48	145.375,11	139.015,96	139.015,96	13.679,43	77.413,42
Fundo Municipal de Assistência Social - Fnas		325,94	325,94		748,20		328.751,57	248.800,72	248.800,72	2.537,43	1.266,00
Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	202,01	25.162,80	25.364,81			1.266,00					402,05
Fundo Municipal de Saúde		23,93	23,93			1.740,16		52.620,48	52.218,39	4.845,30	
Fundo Municipal de Turismo - Fumtur	22.858,23	114.320,54	137.178,77			17.114,93		30.737,18	30.737,18	67.402,35	633.410,49
Fundo Municipal de Meio Ambiente de Timbó	1.050,00	48.904,86	49.954,86				1.426.286,59	799.428,17	742.588,68		
Procuradoria Geral do Município		3.561,00	3.561,00				30.512,02	28.965,72	28.965,72	1.546,30	
Sociedade de Planejamento, Transferência e Gestão Municipal		1.722,44	1.722,44				12.899,57	10.853,79	10.853,79		25.021,94
Sociedade de Planejamento, Transferência e Gestão Municipal		4.363,70	4.363,70				69.289,01	69,289,01	69,289,01	1.699,82	58.537,76
Secretaria de Planejamento, Transferência e Gestão Municipal		1.364,23	1.364,23				1.991,16	1.991,16	1.991,16	2.356,32	191,83
Secretaria de Desenvolvimento Econômico		13.056,14	13.056,14				14.510,42	7.667,30	7.667,30	6.830,82	12,30
Secretaria de Educação		93.016,17	93.016,17				27.505,65	26.885,65	26.885,65	620,00	
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos		31.177,70	31.177,70				49.268,67	40.140,31	40.140,31	9.128,36	
Secretaria de Educação	79.009,76	181.421,05	246.227,70		14.203,11	258.176,66	471.353,44	470.500,90	470.500,90	852,54	
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	167.147,94	181.421,05	246.227,70		65.542,11	202.203,38	2.122.186,33	908.738,17	644.890,77	169.450,49	286.403,02
LEGISLATIVO		414.965,52	516.571,35					1.993.917,68	1.990.274,82	319.936,54	171.379,41
Câmara de Vereadores		5.758,57	5.758,57			27.660,00	723.327,74	543.120,28	543.120,28	36.488,05	24.472,22
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		34.111,41	34.111,41			24.472,22	58.452,00	58,452,00	58,452,00		
TOTAL (III) = (I + II)	271.094,27	1.047.375,54	1.237.785,29		80.684,52	555.209,12	6.510.937,22	5.452.011,97	5.127.240,62	645.479,18	1.293.426,54

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública. Unidade Responsável, Data de emissão 21/11/2014. Hora de emissão 11h e 48m.

<sup>1</sup> Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES  
Control. InternoKATHIA ELISA GUMIZ HOWE  
Contador

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setem bro/2014 a Outubro/2014**

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Outubro(b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO <sup>1</sup> (I)	13.000.000,00	1.903.977,31		11.096.022,69

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS <sup>2</sup>		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	60.992.623,40	9.485.604,26		51.507.019,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00		0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras	0,00	0,00		0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	60.992.623,40	9.485.604,26		51.507.019,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(47.992.623,40)	(7.581.626,95)		(40.410.996,45)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 21/11/2014, Hora de emissão 12h e 00m.

Notas:

<sup>1</sup> < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III><sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES  
Controle InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO**  
**DOS RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)  
CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00	273.620,60	76.379,40
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	350.000,00	273.620,60	76.379,40
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	28.620,60	21.379,40
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	245.000,00	55.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>350.000,00</b>	<b>273.620,60</b>	<b>76.379,40</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	380.076,53	42.470,70	0,00	337.605,83
Despesas de Capital	380.076,53	42.470,70	0,00	337.605,83
Investimentos	380.076,53	42.470,70	0,00	337.605,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>380.076,53</b>	<b>42.470,70</b>	<b>0,00</b>	<b>337.605,83</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i) = (Ib - (Ile + If))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	231.149,90	231.149,90

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 21/11/2014, Hora de emissão 12h e 03m.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

MUNICÍPIO DE TIMBO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014

PPDO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entidades Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL-IV)		106.573.171,52									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)=(VI)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável: , Data de emissão 21/11/2014, Hora de emissão 12h e 12m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controle Interno

KATHIA ELISA GUIMZ HOWE  
Contador



**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

CONSOLIDADO - Poder:Todos

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS ( caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.520.000,00	17.520.000,00	2.032.936,65	15.579.738,68	88,93
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Prop. Predial e Territorial Urbana – IPTU	7.020.000,00	7.020.000,00	200.181,98	6.855.552,07	97,66
1.1.1- IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	102.499,30	6.064.738,99	101,08
1.1.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	6.204,42	24.278,85	48,56
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	750.000,00	750.000,00	60.524,16	533.707,76	71,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IPTU	220.000,00	220.000,00	31.245,19	236.267,16	107,39
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	291,09	3.440,69	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.522.000,00	2.522.000,00	331.994,19	1.543.550,64	61,20
1.2.1- ITBI	2.510.000,00	2.510.000,00	333.494,19	1.563.153,86	62,28
1.2.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	53,34	5,33
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	1.500,00	19.656,56	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	6.438.000,00	6.438.000,00	1.243.202,05	5.697.102,31	88,49
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.168.827,72	5.277.184,89	87,95
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	49.000,00	49.000,00	6.974,37	32.933,75	67,21
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	240.000,00	240.000,00	44.511,76	265.456,16	110,61
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ISS	149.000,00	149.000,00	23.087,61	134.610,48	90,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	199,41	13.082,97	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	257.558,43	1.483.533,66	96,33
1.4.1- IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	257.558,43	1.483.533,66	96,33
1.4.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	54.055.000,00	54.055.000,00	7.963.444,18	40.378.953,28	74,70
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.2- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	4.792.015,40	22.548.425,65	72,74
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	19.660,20	88.470,90	88,47
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	71.586,48	348.017,07	77,34
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	4.170,62	4.366,71	87,33
2.6- Cota-Parte IPVA	4.500.000,00	4.500.000,00	782.251,15	3.524.055,70	78,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	71.575.000,00	71.575.000,00	9.996.380,83	55.958.691,96	78,18
FUNDEB					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
4- RECEITA DA APLIC. FINAN. DE OUTROS REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.575.000,00	1.575.000,00	448.038,96	1.811.297,06	115,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.130.000,00	1.130.000,00	236.406,25	1.208.249,59	106,92
5.2- Transferências Diretas do PDDE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas do PNAE	330.000,00	330.000,00	93.136,00	367.408,00	111,34
5.4- Transferências Diretas do PNATE	15.000,00	15.000,00	3.503,48	12.262,18	81,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	98.850,87	151.353,63	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	16.142,36	72.023,66	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	3.260,58	15.482,97	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	3.260,58	15.482,97	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	51.840,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.575.000,00	1.575.000,00	451.299,54	1.878.620,03	119,28
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.811.000,00	10.811.000,00	1.592.538,40	8.075.566,30	74,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	458.752,02	2.773.123,20	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.200.000,00	6.200.000,00	958.402,91	4.509.684,24	72,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.932,04	17.694,18	88,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	14.317,30	69.603,44	77,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5+2.5))	1.000,00	1.000,00	834,10	873,29	87,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	900.000,00	900.000,00	156.300,03	704.587,95	78,29
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.310.000,00	13.310.000,00	2.407.409,01	11.717.327,45	88,03
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.281.000,00	13.281.000,00	2.389.862,40	11.641.757,60	87,66
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	29.000,00	29.000,00	17.546,61	75.569,85	260,59
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.470.000,00	2.470.000,00	797.324,00	3.566.191,30	144,38
ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.310.000,00	13.579.792,92	2.283.808,24	10.799.905,81	79,53
13.1- Com Educação Infantil	8.210.000,00	7.934.498,18	1.315.369,12	6.309.685,08	79,52
13.2- Com Ensino Fundamental	5.100.000,00	5.645.294,74	968.439,12	4.490.220,73	79,54
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.310.000,00	13.579.792,92	2.283.808,24	10.799.905,81	79,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1 FUNDEB 60%					0,00
16.2 FUNDEB 40%					0,00
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB					269.792,92
17.1 - FUNDEB 60%					269.792,92
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16 + 17)					269.792,92
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)					10.530.112,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $(13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100$ %					89,87
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100$ %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2))$ %					10,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					269.792,92
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					269.792,92
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	17.893.750,00	17.893.750,00	2.499.095,20	13.989.672,99	78,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.345.000,00	11.928.155,75	1.963.875,41	9.186.337,99	77,01
23.1 - Creche	12.345.000,00	11.928.155,75	1.963.875,41	9.186.337,99	77,01
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.210.000,00	7.934.498,18	1.315.369,12	6.309.685,08	79,52
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.135.000,00	3.993.657,57	648.506,29	2.876.652,91	72,03
23.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.345.000,00	11.402.494,74	1.793.024,92	8.111.847,83	71,14
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.100.000,00	5.645.294,74	968.439,12	4.490.220,73	79,54
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.245.000,00	5.757.200,00	824.585,80	3.621.627,10	62,91
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	300.000,00	420.000,00	86.535,99	331.850,11	79,01
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	22.990.000,00	23.750.650,49	3.843.436,32	17.630.035,93	74,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.566.191,30
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					75.569,85
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					269.792,92
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
36- CANCEL., NO EXERC., DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					90.014,34
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.001.568,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23 + 24) - 37)					13.296.617,41
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%					23,76

Continua (2/3)

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2014 a Outubro/2014**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2014 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.130.000,00	1.161.200,00	262.829,80	546.781,18	47,09
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	445.000,00	628.972,45	130.681,64	496.792,59	78,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.575.000,00	1.790.172,45	393.511,44	1.043.573,77	58,29
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.565.000,00	25.540.822,94	4.236.947,76	18.673.609,70	73,11
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		13.347,40			90.014,34
46.1 – Executada com Recursos de Importos Vinculados ao Ensino		13.347,40			90.014,34
46.2 – Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00			0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR	
		FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		269.792,92	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		11.641.757,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		10.494.643,20	0,00
49.1 – Orçamento do Exercício		10.494.643,20	0,00
49.2 – Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		75.569,85	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.492.477,17	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 18/11/2014, Hora de emissão 11h e 59m.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE  
Contador

(3/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS  
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro a Outubro de 2014

RREO - ANEXO XII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO			
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até Outubro 2014 (b) % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA(I)	17.520.000,00	17.520.000,00	15.579.738,68 88,92
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	6.061.298,30 101,02
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.510.000,00	2.510.000,00	1.543.497,30 61,49
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	5.264.101,92 87,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	1.483.533,66 96,33
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00 0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	100.000,00	100.000,00	57.265,50 57,26
Outras Receitas de Impostos	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00 100,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	370.000,00	370.000,00	799.162,21 216,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	54.055.000,00	54.055.000,00	40.378.953,28 74,69
Cda-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	13.865.617,25 77,03
Cda-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	4.366,71 87,33
Cda-Parte IPVA	4.500.000,00	4.500.000,00	3.524.055,70 78,31
Cda-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	22.548.425,65 72,73
Cda-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	348.017,07 77,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	100.000,00	100.000,00	88.470,90 88,47
Outras	100.000,00	100.000,00	88.470,90 88,47
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III)=I+II	71.575.000,00	71.575.000,00	55.958.691,96 78,18

RECEITA S A DICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS até Outubro 2014 (d) % (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.891.000,00	5.891.000,00	6.792.705,81 115,30
Provenientes da União	4.688.860,00	4.688.860,00	5.600.209,15 119,43
Provenientes dos Estados	978.690,00	978.690,00	1.046.572,53 106,93
Provenientes dos Municípios	223.250,00	223.250,00	145.924,11 65,36
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	125.428,17 125,43
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.891.000,00	5.891.000,00	6.918.133,98 117,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2014 (f)	% (f/e)x100	até Outubro 2014 (g)	% (g/e)x100
DESPESAS CORRENTES	20.840.250,00	22.302.147,28	19.078.157,69	85,54	18.018.407,65	80,79
Pessoal e Encargos Sociais	13.275.000,00	14.104.785,04	11.369.319,87	80,60	11.366.061,03	80,58
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.565.250,00	8.197.362,24	7.708.837,82	94,04	6.652.346,62	81,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.909.000,00	2.355.718,48	1.852.136,23	78,62	1.328.863,42	56,41
Investimentos	1.909.000,00	2.355.718,48	1.852.136,23	78,62	1.328.863,42	56,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>22.749.250,00</b>	<b>24.657.865,76</b>	<b>20.930.293,92</b>	<b>84,88</b>	<b>19.347.271,07</b>	<b>78,46</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2014 (h)	% (e/desp. saúde) (h/i)x100	até Outubro 2014 (i)	% (e/desp. saúde) (i/j)x100
DESPESAS COM NATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. COM ASSIST. À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINC. DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.381.000,00	8.027.515,76	7.159.447,78	34,20	6.404.704,96	33,10
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	6.081.000,00	7.727.515,76	7.159.447,78	34,20	6.404.704,96	33,10
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INPROCESS. INSCR. INDEVID. EXERC. SEM DISPONIBILIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. COM. DISP. DE CAIXA A VINCUL. AOS RESTOS A PAGAR CANCEL. (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. REC. VINC. PERC. MIN. APLIC. EM AÇÕES/SAÚDE EM EX. ANT. (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>6.381.000,00</b>	<b>8.027.515,76</b>	<b>7.159.447,78</b>	<b>33,67</b>	<b>6.404.704,96</b>	<b>33,10</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	<b>16.368.250,00</b>	<b>16.630.350,00</b>	<b>13.770.846,14</b>	<b>65,79</b>	<b>12.942.566,11</b>	<b>66,89</b>

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI/VI) x 100 - LÍMITE CONSTITUCIONAL (4 e 5)	23,19
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LÍMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII - 15/100 x VIII)	4.549.441,65

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LÍMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	Saldo Inicial	Saldo Final (Não Aplicado)
	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)
	0,00	0,00
		Saldo Final(Não Aplicado)
		0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2014 (l)	% (l/total l)x100	até Outubro 2014 (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	11.306.250,00	12.445.465,76	11.094.492,32	53,00	10.225.688,99	52,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.975.000,00	9.328.000,00	7.689.364,74	36,73	7.135.275,88	36,88
Suporte Profilático e Terapêutico	600.000,00	843.000,00	762.190,29	3,64	688.362,95	3,55
Vigilância Sanitária	570.000,00	570.000,00	403.714,87	1,92	371.449,81	1,91
Vigilância Epidemiológica	338.000,00	511.400,00	393.505,97	1,88	374.535,36	1,93
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	960.000,00	960.000,00	587.025,73	2,80	551.958,08	2,85
TOTAL	22.749.250,00	24.857.865,76	20.930.293,92	100,00	19.347.271,07	100,00

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

2 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 18/11/2014, Hora de emissão 12h e 13m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECR. FAZENDA E ADM.

GRACIELA INES UBER GOMES  
Controlador Interno

KATHIA ELISA GUMIZ HOWE  
Contador

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### LEI N 1842

LEI Nº 1.842/2014 de 25/11/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS NO VALOR DE R\$ 2.082.265,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Mauro Dresch ,Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, faço saber aos habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.082.265,00 (dois milhões oitenta e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

05 -Secretaria de Planejamento e Obras

01 - Serviços de Transportes

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 340.265,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 ..... 80.000,00

09 - Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Gestão de Transito

01 - Serviços Agricultura

Atividade: 2017

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 90.000,00

06 - Secretaria de Educação

01 - Ensino Infantil

Atividade: 2200

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.19 ..... 144.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.18 ..... 228.000,00

02 - Ensino Fundamental

Atividade: 2202 - FUNDEB

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.19 ..... 136.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.18 ..... 239.000,00

04 - Ensino Supletivo

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.01 ..... 40.000,00

05 - Ensino Especial

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 6.000,00

07 - Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2015

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 30.000,00

08 - Secretaria do Turismo Industria e Comércio

01 - Turismo

Atividade: 2016

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 52.000,00

04 - Secretaria de Saúde

01 - Fundo de Saúde

Atividade: 2100 - Atenção Básica PAB

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.64 ..... 180.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.64 ..... 25.000,00

Atividade: 2104 - Recursos Próprios

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.02 ..... 342.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.02 ..... 80.000,00

10 - Secretaria de Assistência Social

03 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2304

Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.00 ..... 70.000,00



Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito do artigo anterior ficam anulados os recursos abaixo:

02 - Gabinete do Prefeito

01 - Manutenção do Gabinete

Projeto: 1002

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 19.920,00

05 - Secretaria de Planejamento e Transportes

01 - Manutenção da Secretaria

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.83 ..... 400.000,00

Atividade: 2214

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.24 ..... 1.300.000,00

03 - Segurança Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.56 ..... 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.54 ..... 70.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.55 ..... 60.000,00

06 - Secretaria de Educação

02 - Ensino Fundamental

Atividade: 2202

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.01 ..... 17.100,00

Atividade: 2203

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.01 ..... 5.000,00

Atividade: 2013

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 5.000,00

Atividade: 2026

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00 ..... 5.580,00

07 -0 Secretaria de Cultura e Esportes

02 - Serviços do esporte

Atividade: 2218

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 1.065,00

08 - Secretaria de Turismo Industria e Comércio

01 - Serviços do Turismo

Atividade: 2016

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 5.000,00

10 - Secretaria de Assistência Social

03 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2306

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 10.000,00

Atividade: 2307

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 ..... 20.000,00

Atividade: 2308

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00 ..... 21.600,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 ..... 25.000,00

Atividade: 2311

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 32.000,00

10 - Secretaria de Assistência Social

01 - Fundo da Infância e Adolescência

Atividade: 2018

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 10.000,00

03 - Secretaria de Administração e Fazenda

01 - Manutenção da Secretaria

Atividade: 2003

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 ..... 25.000,00

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 25 de novembro de 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

**LEI N 1843**

LEI Nº. 1.843/2014 de 25/11/2014

"DENOMINA VIAS PÚBLICAS DO BAIRRO POR DO SOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica Denominadas as seguintes Ruas do Município de Treze Tílias Bairro por do Sol:

- I- RUA RONALD OLIVIO HARTMANN - Rua "A"
- II- RUA OTTO ZEISLER - Rua "B"
- III- RUA EDUARDO GUESSER - Rua "C"
- IV- RUA LUIZ NICHETTI - Rua "D"
- V- RUA ALCINO FERNANDES PADILHA - Rua "G"
- VI- RUA HERBERT BODENBERG - Rua "H"
- VII- RUA ANTÔNIO CARLETTO - Rua "I"
- VIII- RUA ERWIN FELDER - Rua "J"
- IX- RUA IVO COMUNELLO - Rua "M"
- X- RUA ANDREAS HOFFER - Rua "N"
- XI- RUA OTTO LUDESCHER - Ruas "O e P"
- XII- RUA LAURO JUCHEN - Rua "E"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),  
25 de novembro de 2014  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**LEI COMPLEMENTAR 77**

LEI COMPLEMENTAR Nº 77/2014 de 25/11/2014

Dispõe sobre a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, estabelece novos padrões de vencimentos, cria NOVOS CARGOS, ESTABELECE PARÂMETROS DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo I que trata dos "Cargos e classes da parte Permanente do Quadro de Pessoal" da Lei Complementar 39/2011 passa a vigorar com a redação que lhe dá o anexo I da presente Lei de modo que ficam criados os cargos de Médico Especialista em Ginecologia, Obstetrícia e/ou Pediatria.

Art. 2º. A "Tabela de Vencimentos 3" que trata da remuneração do cargo de Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde, I, II e III, para os cargos de médico, do anexo IV da Lei Complementar nº. 39/2011 passa a vigorar com a redação que lhe dá o anexo II desta Lei.

Art. 3º. Fica estabelecido que os profissionais da área médica da Unidade Básica de Saúde poderão, a critério do Secretário Municipal e sob a supervisão deste, contar as seguintes atividades para fins de carga horária:

- I. consultor médico junto a Vigilância Epidemiológica;
- II. consultor e auditor das atividades relacionadas à vacinação;
- III. perícias médicas dos Funcionários Públicos Municipais;
- IV. curso de gestantes;

V. curso de aleitamento materno;

VI. atividades médicas nos centros de educação infantil, entidades assistenciais e comunidades terapêuticas;

VII. palestras nas escolas e empresas;

VIII. atividade de direção clínica e supervisão técnica;

IX. cursos, jornadas e congressos, desde que comprovado o comparecimento e carga horária;

X. participação efetiva em escala de sobreaviso, desde que homologada pelo secretário municipal.

§ 1º. Quando for utilizada a escala de sobreaviso para efeitos de preencher a carga horária regular do cargo, a hora de trabalho será paga no valor de 100% (cem por cento) da remuneração.

§ 2º. A jornada de trabalho do médico poderá ser compensada pelo trabalho extraordinário efetivamente comprovado.

§ 3º. Em todos os casos, quando o trabalho extrapolar a carga horária normal do cargo, o profissional será remunerado pelo valor do sobreaviso ou pelo adicional por horas extras, este já previsto na Lei Complementar Municipal nº. 40/2011.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 25 de novembro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR 77 ANEXO 1

Anexo I

Lei Complementar 77/2014.

### CARGOS E CLASSES DE CARGOS DA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DE PESSOAL

#### ANEXO I - Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo por áreas de atuação/ especialização/ formação	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	40h	22	Administração/ Administração Pública
		II	X	40h	06	Arquitetura Urbanística
		III	XI	40h	03	Biblioteconomia
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Ciências Contábeis
		II	X	20h	01	Controlador Interno
		III	XI	20h	01	Enfermagem
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Engenharia Agrônoma
		II	X	20h	01	Engenharia Ambiental
		III	XI	20h	01	Engenharia Civil
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Farmácia/Bioquímica
		II	X	20h	01	Fisioterapia
		III	XI	20h	01	Nutrição
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Psicologia
		II	X	20h	01	Serviço Social
		III	XI	20h	01	Terapia Ocupacional
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Turismo
		II	X	20h	01	Direito
		III	XI	20h	01	Medicina Veterinária

Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Fiscalização	I	X	40h	04	Fiscalização de Receitas Tributárias Fiscalização de Obras e Posturas
		II	XI	40h	02	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Controladoria Interna	I	X	40h	01	Ciências Contábeis
		II	XI	40h	01	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	40h	04	Odontologia
		II	XIV	40h	01	
		III	XV	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	20h	03	Medicina
			XIII b	20h		
			XIII c	20h	02	
	O nível XIII c refere-se aos cargos de Médico Especialista em Ginecologia, Obstetrícia e/ou Pediatria	II	XIV	20h	01	
		III	XV	20h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Medicina da Família		XV	40h	05	Medicina

**LEI COMPLEMENTAR 77 ANEXO 2**

Anexo II

Lei Complementar Nº 77/2014.

Tabela de Vencimentos 3 - Cargos de Nível Superior em Medicina - Variação = 3%											
Médico especialista em Obstetrícia, Ginecologia ou Pediatria)											
Téc. Mun. Nível Superior Saúde I (20 horas semanais)	XIII b	7.236,34	7.453,43	7.677,03	7.907,34	8.144,56	8.388,89	8.640,56	8.899,78	9.166,77	9.441,77
Téc. Mun. Nível Superior Saúde I (Médico Especialista em Ginecologia, Obstetrícia e/ou Pediatria) (20 horas semanais)	XIII c	8.480,68	8.735,10	8.997,15	9.267,66	9.545,07	9.831,42	10.126,36	10.430,15	10.743,05	11.065,34
Téc. Mun. Nível Superior Saúde II (40 horas semanais)	XIV	9.725,02	10.016,72	10.317,27	10.626,79	10.945,60	11.273,96	11.612,18	11.960,55	12.319,36	12.688,94
Téc. Mun. Nível Superior em Saúde III e Téc. Mun. de Nível Superior em Medicina da Família (40 horas semanais)	XV	14.472,68	14.906,86	15.354,06	15.814,69	16.289,12	16.777,80	17.281,14	17.799,57	18.333,55	18.883,56

**PORTARIA N 124/2014**

PORTARIA Nº 124/14 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. VANESSA SCHUMARCHER, CPF nº 068.160.149-36, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA N 125/2014**

PORTARIA Nº 125/14 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. ODETE MARIA DEITOS, CPF nº 573.391.399-15, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

**PUBLICAÇÕES DE TRÂNSITO**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 492/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJV2406	55447415C	5746/3	06/02/2014	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 493/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM3234	55447097C	5525/0	18/04/2014	181 * XV
MFO5822	55447423C	5410/0	25/03/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 344 494/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDK0288	55447407C	5169/1	15/11/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 495/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDK0288	55447408C	5835/0	15/11/2013	R\$ 127,69	195
MDK0288	55447409C	5967/0	15/11/2013	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 496/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH8677	55447091C	5274/1	02/02/2014	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 497/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR5400	55447416C	5746/3	06/02/2014	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 498/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYO8780	55192256E	5185/1	05/05/2014	167
MBC7400	55192267E	5185/1	05/05/2014	167
MIF7207	55447096C	5967/0	18/04/2014	203 * V
MLL2302	55192263E	5185/1	05/05/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 499/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAP5778	55447081C	6076/0	11/01/2014	R\$ 191,53	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 500/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC3999	55447365C	6041/2	16/04/2014	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRNSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 501/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIF7207	55447082C	6041/2	17/01/2014	R\$ 127,69	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 502/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK7795	55192261E	5185/1	05/05/2014	167
KLH7646	55192276E	5541/1	08/05/2014	181 * XVII
MIA2174	55192275E	5185/1	05/05/2014	167
MMC5512	55192270E	5185/1	05/05/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 503/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJA0019	55192278E	5185/1	08/05/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 504/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIM5602	55192279E	5746/3	08/05/2014	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 505/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BCO0330	55447094C	6610/2	04/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 344 506/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHI9922	55192351E	5010/0	05/08/2014	162 * I
MHI9922	55192352E	6599/2	05/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 344 507/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALD3061	55447433C	5010/0	21/08/2014	162 * I
MKC5989	55447431C	6599/2	21/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 508/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP4614	55192303E	6530/0	26/06/2014	R\$ 127,69	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 509/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL5997	55447366C	7366/2	26/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 510/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCE9664	55192293E	5037/1	31/07/2014	162 * III
MCE9664	55192294E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MCE9664	55192295E	5088/1	31/07/2014	163 c/c 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 511/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGG9304	55192304E	5010/0	15/08/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 512/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGG9304	55192305E	7030/2	15/08/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 513/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP4614	55192291E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 344 514/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXS6902	55192306E	6912/0	16/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 344 515/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAY2018	55192298E	5185/1	12/08/2014	R\$ 127,69	167
MAY2018	55192299E	5185/2	12/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2014 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 52/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 52/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, e de outro lado a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita CNPJ sob o nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua 7 de Setembro nº 888, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, Procurador, inscrito no CPF nº 346.310.039-87, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 52/2014.

Considerando o contrato Administrativo nº 52/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de junho de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 66/2014 e Edital Tomada de Preços 04/2014, com seus anexos PMT, em que consta como objeto a "Contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para ampliação do Pavilhão Industrial 2, localizada na Linha Felipe Schmidt.

Considerando a necessidade do acréscimo do valor ao contrato celebrado com a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### **Cláusula Primeira ACRÉSCIMO DE VALOR:**

Ao presente contrato fica acrescido o valor de R\$ 34.790,79(trinta e quatro mil setecentos e noventa reais e setenta e nove centavos), conforme planilha orçamentária aprovada pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

**Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.**

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis e testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 26 de novembro de 2014.

Enói Scherer  
Prefeito Municipal

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME  
Contratada

Tiago Roberto Berwanger  
CPF: 047.638.489-33  
Sócio- Gerente

Clemente Aloizio Berwanger  
Procurador  
CPF: 346.310.039-87

Leandro Schefer  
Eng.Civil da Prefeitura

Jackson Scherer  
Técnico em Projetos.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 127/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 127/2014

Edital de Pregão Presencial nº 92/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição materiais para show pirotécnico (fogos de artifício) para "show da virada" a realizar-se no dia 31/dezembro/2014.

Entrega das propostas até as 14h45min do dia 10/12/2014

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 26 de novembro de 2014.

Enói Scherer  
Prefeito Municipal

**CONTAS PÚBLICAS Nº 101/2000 - LRF**

Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>2.616.580,68</b>	<b>18,27</b>	<b>14.541.999,25</b>	<b>101,52</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.304.703,78</b>	<b>14.304.703,78</b>	<b>2.575.810,65</b>	<b>18,01</b>	<b>12.252.139,14</b>	<b>85,65</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	690.855,18	690.855,18	167.438,35	24,24	715.974,83	103,64
IMPOSTOS	548.540,65	548.540,65	118.172,28	21,54	533.628,79	97,28
TAXAS	132.314,53	132.314,53	9.727,69	7,35	142.807,66	107,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	39.538,38	395,38	39.538,38	395,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	99.178,40	99.178,40	17.798,45	17,95	80.132,28	80,80
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	99.178,40	99.178,40	17.798,45	17,95	80.132,28	80,80
RECEITA PATRIMONIAL	60.039,70	60.039,70	22.319,31	37,17	107.232,96	178,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	60.039,70	60.039,70	22.319,31	37,17	107.232,96	178,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	571.262,69	571.262,69	142.573,11	24,96	630.395,68	110,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.846.762,12	12.846.762,12	2.202.406,78	17,14	10.661.623,03	82,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.820.012,84	12.820.012,84	2.198.377,71	17,15	10.635.176,81	82,96
Transf. de Conv.	26.749,28	26.749,28	4.029,07	15,06	26.446,22	98,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.605,69	35.605,69	23.274,65	65,37	56.780,36	159,47
Multas e Juros de Mora	14.428,05	14.428,05	3.763,85	26,09	21.822,04	151,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	20.927,64	20.927,64	19.073,80	91,14	34.211,32	163,47
RECEITAS DIVERSAS	250,00	250,00	437,00	174,80	747,00	298,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18.960,66</b>	<b>18.960,66</b>	<b>40.770,03</b>	<b>215,02</b>	<b>2.289.860,11</b>	<b>076,90</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	3.000,00	3.000,00	36.000,00	200,00	120.960,00	032,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	36.000,00	200,00	120.960,00	032,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	14.460,66	14.460,66	3.861,24	26,70	24.843,58	171,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	908,79	0,00	2.144.056,53	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	178.346,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	908,79	0,00	1.965.710,53	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>2.616.580,68</b>	<b>18,27</b>	<b>14.541.999,25</b>	<b>101,52</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>2.616.580,68</b>	<b>18,27</b>	<b>14.541.999,25</b>	<b>101,52</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>2.616.580,68</b>	<b>18,27</b>	<b>14.541.999,25</b>	<b>101,52</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	1.396.656,45	—	—	997.176,53	—
Superávit Financeiro	—	1.396.656,45	—	—	997.176,53	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>5.493.272,72</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.095.603,54</b>	<b>71,13</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.355.408,44</b>	<b>1.612.197,87</b>	<b>14.967.606,31</b>	<b>1.757.856,28</b>	<b>12.335.424,25</b>	<b>2.233.857,01</b>	<b>11.478.136,56</b>	<b>76,69</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.339.428,37	726.427,25	7.065.855,62	1.107.793,65	5.529.612,41	1.109.149,93	5.528.256,13	78,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	2.000,00	286,08	1.528,94	30,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.010.980,07	885.770,62	7.896.750,69	650.062,63	6.803.811,84	1.124.421,00	5.948.351,49	75,33
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>938.256,00</b>	<b>3.881.074,85</b>	<b>4.819.330,85</b>	<b>56.327,03</b>	<b>4.312.864,58</b>	<b>113.278,79</b>	<b>2.617.466,98</b>	<b>54,31</b>
INVESTIMENTOS	885.256,00	3.881.074,85	4.766.330,85	56.327,03	4.264.864,58	105.297,17	2.578.400,21	54,10

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (gf)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>5.493.272,72</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.095.603,54</b>	<b>71,13</b>
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	53.000,00	0,00	53.000,00	0,00	48.000,00	7.981,62	39.066,77	73,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>5.493.272,72</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.095.603,54</b>	<b>71,13</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>5.493.272,72</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.095.603,54</b>	<b>71,13</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>446.395,71</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>5.493.272,72</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.541.999,25</b>	<b>73,38</b>

FONTE:

TUNAPOLIS, 27/11/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

**CONTAS PÚBLICAS Nº 101/2000 - LRF**

Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.323.664,44	19.816.937,16	1.814.183,31	16.648.288,83	2.347.135,80	14.095.603,54	100,00	71,13
LEGISLATIVA	502.779,41	502.779,41	48.626,73	304.610,44	52.746,25	298.838,96	2,12	59,44
AÇÃO LEGISLATIVA	502.779,41	502.779,41	48.626,73	304.610,44	52.746,25	298.838,96	2,12	59,44
Administração	1.721.529,90	1.771.012,76	180.573,31	1.527.723,49	267.425,26	1.414.379,24	10,03	79,86
Administração Geral	1.721.529,90	1.771.012,76	180.573,31	1.527.723,49	267.425,26	1.414.379,24	10,03	79,86
Segurança Pública	36.149,28	162.839,88	3.420,50	109.680,78	2.182,80	106.625,58	0,76	65,48
Policimento	36.149,28	162.839,88	3.420,50	109.680,78	2.182,80	106.625,58	0,76	65,48
Assistência Social	624.704,93	769.868,56	117.337,97	508.928,75	111.845,75	440.373,37	3,12	57,20
Assistência ao Idoso	166.162,16	196.089,51	57.682,67	143.204,99	37.936,42	116.146,02	0,82	59,23
Assistência à Criança e ao Adolescente	147.375,17	120.237,40	7.047,58	103.251,96	18.143,64	90.836,21	0,64	75,55
Assistência Comunitária	311.167,60	453.541,65	52.607,72	262.471,80	55.760,69	233.391,14	1,66	51,46
Saúde	3.152.626,86	4.729.309,98	501.533,18	3.965.555,41	615.831,80	3.178.266,01	22,55	67,20
Atenção Básica	2.042.569,53	3.446.868,65	299.596,11	2.802.511,01	419.456,20	2.150.675,30	15,26	62,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.083.215,69	1.183.302,73	197.802,27	1.126.509,74	188.696,37	1.007.571,84	7,15	85,15
Vigilância Sanitária	15.130,40	38.208,53	614,80	15.883,34	1.709,23	13.197,55	0,09	34,54
Vigilância Epidemiológica	9.711,24	18.557,50	990,00	990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	2.000,00	42.372,57	2.530,00	19.661,32	5.970,00	6.821,32	0,05	16,10
Educação	3.383.406,49	4.046.102,11	499.105,64	3.253.255,74	540.771,17	2.689.242,70	19,08	66,47
Alimentação e Nutrição	72.190,95	62.250,95	13.591,94	47.426,51	14.716,99	45.693,74	0,32	73,40
Ensino Fundamental	1.944.621,84	2.068.922,38	263.554,68	1.651.524,68	303.736,35	1.606.299,54	11,40	77,64
Ensino Médio	137.755,95	125.755,95	16.051,42	76.197,40	23.585,67	76.197,40	0,54	60,59
Ensino Superior	51.000,00	62.000,00	0,00	29.131,80	0,00	29.131,80	0,21	46,99
Educação Infantil	1.092.837,75	1.641.172,83	205.907,60	1.365.975,35	183.232,16	861.920,22	6,11	52,52
Educação Especial	85.000,00	86.000,00	0,00	83.000,00	15.500,00	70.000,00	0,50	81,40
Cultura	364.400,25	455.400,25	25.544,85	389.448,89	26.453,81	386.931,37	2,75	84,97
Difusão Cultural	222.400,25	183.400,25	25.372,35	129.096,41	26.281,31	126.578,89	0,90	69,02
Turismo	40.000,00	40.000,00	0,00	33.317,55	0,00	33.317,55	0,24	83,29
Lazer	102.000,00	232.000,00	172,50	227.034,93	172,50	227.034,93	1,61	97,86
Urbanismo	643.779,96	1.095.719,42	47.862,99	952.878,92	72.388,41	546.611,35	3,88	49,89
Infra-Estrutura Urbana	643.779,96	1.095.719,42	47.862,99	952.878,92	72.388,41	546.611,35	3,88	49,89

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.323.664,44	19.816.937,16	1.814.183,31	16.648.288,83	2.347.135,80	14.095.603,54	100,00	5.721.333,62
Habituação	105.000,00	94.377,71	0,00	56.000,00	11.970,36	45.570,05	0,32	48.807,66
Habituação Urbana	105.000,00	94.377,71	0,00	56.000,00	11.970,36	45.570,05	0,32	48.807,66
Saneamento	387.712,90	454.616,51	23.108,34	385.062,83	44.194,63	314.582,78	2,23	140.033,73
Saneamento Básico Urbano	387.712,90	454.616,51	23.108,34	385.062,83	44.194,63	314.582,78	2,23	140.033,73
Agricultura	1.302.024,07	2.610.774,34	101.556,68	2.450.997,90	144.696,06	2.351.942,72	16,69	258.831,62
Extensão Rural	1.068.024,07	2.361.774,34	55.944,68	2.209.550,69	117.016,52	2.136.522,32	15,16	225.252,02
Promoção da Produção Agropecuária	204.000,00	243.000,00	45.612,00	236.593,75	27.679,54	210.566,94	1,49	32.433,06
Defesa Agropecuária	30.000,00	6.000,00	0,00	4.853,46	0,00	4.853,46	0,03	1.146,54
Indústria	65.000,00	302.993,22	-2.000,00	298.161,41	44.929,19	124.817,95	0,89	178.175,27
Promoção Industrial	65.000,00	302.993,22	-2.000,00	298.161,41	44.929,19	124.817,95	0,89	178.175,27
Comércio e Serviços	100.000,00	80.000,00	0,00	65.000,00	10.652,64	52.063,91	0,37	27.936,09
Promoção Comercial	100.000,00	80.000,00	0,00	65.000,00	10.652,64	52.063,91	0,37	27.936,09
Comunicações	0,00	83.244,25	140,00	77.799,00	140,00	140,00	0,00	83.104,25
Telecomunicações	0,00	83.244,25	140,00	77.799,00	140,00	140,00	0,00	83.104,25
Energia	122.678,40	122.810,67	39.004,84	87.685,86	34.355,49	73.178,36	0,52	49.632,31
Energia Elétrica	122.678,40	122.810,67	39.004,84	87.685,86	34.355,49	73.178,36	0,52	49.632,31
Transporte	1.503.390,11	2.206.606,21	206.393,67	1.966.455,70	322.122,15	1.838.866,54	13,05	367.739,67
Transporte Rodoviário	1.503.390,11	2.206.606,21	206.393,67	1.966.455,70	322.122,15	1.838.866,54	13,05	367.739,67
Desporto e Lazer	220.481,88	240.481,88	21.974,61	199.043,71	36.162,33	192.576,94	1,37	47.904,94
Desporto Comunitário	220.481,88	240.481,88	21.974,61	199.043,71	36.162,33	192.576,94	1,37	47.904,94
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.267,70	40.595,71	0,29	47.404,29
Serviço da Dívida Interna	58.000,00	58.000,00	0,00	50.000,00	8.267,70	40.595,71	0,29	17.404,29

Continua 2/3





Município de TUNAPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.323.664,44	19.816.937,16	1.814.183,31	16.648.288,83	2.347.135,80	14.095.603,54	100,00	5.721.333,62
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.267,70	40.595,71	0,29	47.404,29
Outros Encargos Especiais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>14.323.664,44</b>	<b>19.816.937,16</b>	<b>1.814.183,31</b>	<b>16.648.288,83</b>	<b>2.347.135,80</b>	<b>14.095.603,54</b>	<b>100,00</b>	<b>5.721.333,62</b>

FONTE:

TUNAPOLIS, 27/11/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O.	TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CONTAS PÚBLICAS N° 101/2000 - LRF



Município de TUNAPÓLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.395.116,15</b>	<b>1.719.445,54</b>	<b>1.539.434,00</b>	<b>1.512.864,78</b>	<b>1.287.352,31</b>	<b>1.489.126,63</b>	<b>1.459.862,18</b>	<b>1.357.178,44</b>	<b>1.272.650,64</b>	<b>1.367.721,76</b>	<b>1.402.092,22</b>	<b>1.552.187,46</b>	<b>17.355.022,11</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	40.538,59	51.236,01	47.157,00	60.687,22	77.993,47	125.436,98	46.510,47	60.332,10	60.794,07	48.394,57	62.314,68	105.123,46	690.655,18
I.P.T.U.	13,62	256,37	0,00	104,34	8.190,05	40.961,73	5.861,39	5.317,48	5.535,60	942,28	1.215,69	790,18	69.188,73
I.R.R.F.	14.362,25	20.945,28	7.948,39	6.447,96	22.282,51	13.616,05	14.116,14	12.855,56	12.570,48	13.630,73	13.720,09	22.650,53	127.386,48
I.S.S.	17.193,84	17.801,69	19.446,90	19.956,78	21.549,15	18.834,92	19.653,90	17.644,88	23.271,43	19.335,76	18.053,35	18.576,86	209.619,95
I.T.B.I.	6.679,62	9.386,00	8.800,00	10.218,00	6.835,60	16.980,00	2.120,00	20.620,00	12.889,50	6.920,00	21.240,80	21.924,78	135.342,55
Outras Receitas Tributárias	2.259,26	2.836,77	10.862,31	42.960,14	19.126,16	35.045,28	4.759,04	4.164,18	6.527,06	8.535,80	8.084,96	41.181,11	142.314,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.575,94	6.738,84	7.883,54	7.516,78	7.740,10	8.425,89	7.214,98	8.150,65	7.576,72	7.825,17	7.961,46	9.836,99	94.447,06
RECEITA PATRIMONIAL	7.519,18	8.105,97	9.310,36	11.362,39	10.215,80	9.663,57	11.505,08	10.534,06	11.273,14	10.629,25	9.825,68	12.493,63	60.039,70
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.273,99	82.383,09	44.774,03	57.242,17	70.305,46	50.950,19	58.924,03	91.317,02	53.832,54	60.477,13	75.051,26	67.521,85	571.262,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.280.934,53	1.568.637,06	1.427.945,70	1.339.934,11	1.119.022,05	1.292.327,98	1.326.688,59	1.176.373,55	1.146.236,12	1.237.960,40	1.227.807,53	1.353.268,28	15.247.460,52
Cota-Parte do FPM	480.575,68	740.091,40	594.631,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.852.539,68
Cota-Parte do ICMS	506.638,22	506.481,33	506.729,60	482.251,94	489.233,63	477.066,12	484.964,59	492.008,42	457.216,01	479.669,78	514.323,27	530.268,05	5.738.340,86
Cota-Parte do IPVA	18.104,55	11.180,68	15.647,71	21.073,84	30.397,73	34.394,31	38.083,85	33.864,40	38.021,78	36.397,52	34.177,52	27.131,23	279.423,71
Cota-Parte do ITR	18,07	0,00	18,83	6,16	7,49	35,59	0,00	0,00	0,00	20,10	561,90	1.254,52	2.181,08
Outras Transferências Correntes	136.764,57	184.108,12	182.419,93	77.250,55	109.586,91	234.212,38	105.343,13	101.175,18	169.343,94	153.538,18	163.763,02	295.858,29	1.862.434,20
Transferências da LC 61/1989	7.924,16	8.489,22	8.103,74	6.860,82	6.703,91	7.299,29	7.939,16	7.768,16	7.768,16	8.007,24	7.535,23	8.069,63	82.998,28
Transferências da LC 87/1996	2.105,31	2.105,31	2.141,44	2.141,44	0,00	2.141,44	2.141,44	2.141,44	2.141,44	2.141,44	2.141,44	2.141,44	26.502,72
Transferências do FUNDEB	116.803,77	116.201,00	118.053,09	115.156,46	106.299,09	107.102,75	117.107,12	110.822,49	102.618,16	109.770,09	112.022,21	117.041,28	1.346.997,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.273,92	2.344,57	2.362,77	16.102,11	2.085,43	2.322,02	7.029,03	9.201,06	-7.061,95	1.465,24	19.331,40	3.943,25	35.605,69
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>205.473,05</b>	<b>206.845,83</b>	<b>225.494,29</b>	<b>229.505,21</b>	<b>180.627,02</b>	<b>190.202,41</b>	<b>221.243,48</b>	<b>192.994,38</b>	<b>174.854,59</b>	<b>194.930,27</b>	<b>190.395,48</b>	<b>188.073,55</b>	<b>2.400.718,40</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	205.473,05	206.845,83	225.494,29	229.505,21	180.627,02	190.202,41	221.243,48	192.994,38	174.854,59	194.930,27	190.395,48	188.073,55	2.400.718,40
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.189.643,10</b>	<b>1.512.599,71</b>	<b>1.313.939,71</b>	<b>1.283.359,57</b>	<b>1.106.725,29</b>	<b>1.298.924,22</b>	<b>1.238.608,70</b>	<b>1.164.183,46</b>	<b>1.097.796,05</b>	<b>1.172.791,49</b>	<b>1.211.696,74</b>	<b>1.364.113,91</b>	<b>14.954.381,95</b>

ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRO/SC 027.120/O-5

CLEVERSON NACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

## CONTAS PÚBLICAS Nº 101/2000 - LRF



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	554.765,65	554.765,65	118.836,47	535.639,32	96,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.096,67	80.096,67	2.534,74	69.789,17	87,13
1.1.1- IPTU	76.191,67	76.191,67	2.005,87	68.918,74	90,45
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.540,00	1.540,00	113,97	317,49	20,62
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.785,00	1.785,00	272,09	387,67	21,72
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	580,00	580,00	142,81	165,27	28,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	135.342,55	135.342,55	43.165,58	128.548,68	94,98
1.2.1- ITBI	135.342,55	135.342,55	43.165,58	128.548,68	94,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	211.939,95	211.939,95	36.765,53	197.464,03	93,17
1.3.1- ISS	209.619,95	209.619,95	36.630,21	196.323,93	93,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	580,00	580,00	135,32	715,50	123,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.360,00	1.360,00	0,00	356,80	26,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	380,00	380,00	0,00	67,80	17,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	127.386,48	127.386,48	36.370,62	139.837,44	109,77
1.4.1- IRRF	127.386,48	127.386,48	36.370,62	139.837,44	109,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	12.003.591,98	12.003.591,98	1.892.191,01	9.941.460,06	82,82
2.1- Cota-Parte FPM	5.875.145,33	5.875.145,33	764.586,78	4.621.872,40	78,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.624.162,36	5.624.162,36	764.586,78	4.621.872,40	82,18
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	250.982,97	250.982,97	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.738.340,86	5.738.340,86	1.044.591,32	4.913.761,41	85,63
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	26.502,72	26.502,72	4.282,88	19.272,96	72,72
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	82.998,28	82.998,28	15.604,86	75.848,81	91,39
2.5- Cota-Parte ITR	2.181,08	2.181,08	1.816,42	1.904,59	87,32
2.6- Cota-Parte IPVA	278.423,71	278.423,71	61.308,75	308.799,89	110,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.558.357,63</b>	<b>12.558.357,63</b>	<b>2.011.027,48</b>	<b>10.477.099,38</b>	<b>83,43</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	232.292,81	232.292,81	47.606,66	211.610,37	91,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	114.454,57	114.454,57	23.937,71	123.582,39	107,98
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.739,40	2.739,40	0,00	780,00	28,47
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.340,00	41.340,00	8.504,00	34.016,00	82,28
5.4- Transferências Diretas - PNAE	72.708,84	72.708,84	14.813,38	51.846,83	71,31
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.050,00	1.050,00	351,57	1.385,15	131,92
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	254.216,27	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	254.216,27	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	182.565,12	182.565,12	63.296,14	161.747,70	88,60
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>414.857,93</b>	<b>414.857,93</b>	<b>110.902,80</b>	<b>627.574,34</b>	<b>151,27</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.400.718,40	2.400.718,40	378.469,03	1.988.321,28	82,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.175.029,07	1.175.029,07	152.917,32	924.374,24	78,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.147.668,17	1.147.668,17	208.918,06	982.751,37	85,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.300,54	5.300,54	856,56	3.854,52	72,72
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.599,66	16.599,66	3.120,99	15.169,84	91,39
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	436,22	436,22	363,26	380,87	87,31
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	55.684,74	55.684,74	12.292,84	61.790,44	110,96
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.382.654,34	1.382.654,34	229.483,07	1.118.934,06	80,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.381.454,34	1.381.454,34	229.063,49	1.115.992,74	80,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.200,00	1.200,00	419,58	2.941,32	245,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-1.019.264,06</b>	<b>-1.019.264,06</b>	<b>-149.405,54</b>	<b>-872.328,54</b>	<b>85,58</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.313.461,62	1.379.132,10	229.491,88	1.143.199,64	82,89
13.1- Com Educação Infantil	566.005,62	591.005,62	108.085,11	534.554,59	90,45
13.2- Com Ensino Fundamental	747.456,00	788.126,48	121.406,77	608.645,05	77,23
14- OUTRAS DESPESAS	69.192,72	19.192,72	5.687,86	13.615,04	70,94
14.1- Com Educação Infantil	27.749,09	2.749,09	243,60	735,90	26,77
14.2- Com Ensino Fundamental	41.443,63	16.443,63	5.444,26	12.879,14	78,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.382.654,34	1.398.324,82	235.179,74	1.156.814,68	82,73
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.156.814,68
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					102,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					1,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-3,39
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					15.670,48
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	3.139.589,41	3.139.589,41	502.756,87	2.619.274,85	83,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	954.117,35	954.117,35	162.613,38	732.987,35	76,82
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	44.665,00	44.665,00	8.356,64	32.423,91	72,59
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	44.665,00	44.665,00	8.356,64	32.423,91	72,59
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.745.527,38	1.841.197,30	262.924,65	1.426.233,65	77,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	788.899,63	804.570,11	126.851,03	621.524,19	77,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	956.627,75	1.036.627,19	136.073,62	804.709,46	77,63
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.699.644,73	2.795.314,65	425.538,03	2.159.221,00	77,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-872.328,54
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					2.941,32
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.670,48
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-853.716,74
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.012.937,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,76

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	115.454,57	154.123,19	10.035,35	98.454,09	63,88
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	116.838,24	654.233,32	17.619,88	120.241,91	18,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	232.292,81	808.356,51	27.655,23	218.696,00	27,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.931.937,54	3.603.671,16	453.193,26	2.377.917,00	65,99



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		15.713,98	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.115.992,74	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.123.752,38	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.123.752,38	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.941,32	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		10.895,66	0,00

TUNAPOLIS, 27/11/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.670,48, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

CONTAS PÚBLICAS Nº 101/2000 - LRF



Município de TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	554.765,65	554.765,65	535.639,32	96,55
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	76.191,67	76.191,67	68.918,74	90,45
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	135.342,55	135.342,55	128.548,68	94,98
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	209.619,95	209.619,95	196.323,93	93,66
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	127.386,48	127.386,48	139.837,44	109,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	1.032,99	48,73
Dívida Ativa dos Impostos	3.145,00	3.145,00	744,47	23,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	960,00	960,00	233,07	24,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.003.591,98	12.003.591,98	9.941.460,06	82,82
Cota-Parte FPM	5.875.145,33	5.875.145,33	4.621.872,40	78,67
Cota-Parte ITR	2.181,08	2.181,08	1.904,59	87,32
Cota-Parte IPVA	278.423,71	278.423,71	308.799,89	110,91
Cota-Parte ICMS	5.738.340,86	5.738.340,86	4.913.761,41	85,63
Cota-Parte IPI-Exportação	82.998,28	82.998,28	75.848,81	91,39
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.502,72	26.502,72	19.272,96	72,72
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.502,72	26.502,72	19.272,96	72,72
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.558.357,63</b>	<b>12.558.357,63</b>	<b>10.477.099,38</b>	<b>83,43</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.979.926,86	3.861.088,61	3.217.956,25	83,34	2.995.388,04	77,58
Pessoal e Encargos Sociais	1.085.505,41	1.672.250,56	1.241.538,00	74,24	1.240.796,72	74,20
Outras Despesas Correntes	1.894.421,45	2.188.838,05	1.976.418,25	90,30	1.754.591,32	80,16
DESPESAS DE CAPITAL	172.700,00	868.221,37	747.599,16	86,11	182.877,97	21,06
Investimentos	172.700,00	868.221,37	747.599,16	86,11	182.877,97	21,06

Continua 1/4



Município de TUNAPÓLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	172.700,00	868.221,37	747.599,16	86,11	182.877,97	21,06
Investimentos	172.700,00	868.221,37	747.599,16	86,11	182.877,97	21,06
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.152.626,86	4.729.309,98	3.965.555,41	83,85	3.178.266,01	67,20
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.007.604,54	2.072.988,87	1.668.443,39	42,07	1.072.756,09	33,75
	1.007.354,54	1.474.066,79	1.090.370,82	27,50	890.958,12	28,03
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	250,00	598.922,08	578.072,57	14,58	181.797,97	5,72
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.007.604,54	2.072.988,87	1.668.443,39	42,07	1.072.756,09	33,75
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.145.022,32	2.656.321,11	2.297.112,02	41,78	2.105.509,92	33,45
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,10
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]</b>						
						533.945,01

Continua 2/4





Município de TUNAPÓLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.042.569,53	2.802.511,01	70,67	2.150.675,30	67,67
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.083.215,69	1.126.509,74	28,41	1.007.571,84	31,70
Vigilância Sanitária	15.130,40	38.208,53	0,40	13.197,55	0,42
Vigilância Epidemiológica	9.711,24	18.557,50	0,02	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	2.000,00	19.661,32	0,50	6.821,32	0,21
TOTAL	3.152.626,86	4.729.309,98	100,00	3.178.266,01	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4



Município de TUNAPOLIS - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V(h+i) - (15 \times IIb)/100]$

TUNAPOLIS, 27/11/2014

ENOI SCHERER PREFEITO MUNICIPAL	JANETE REMPEL BIEGER CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5	CLEVERSON INACIO KERKHOFF TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
------------------------------------	--	--

**CONTAS PÚBLICAS Nº 101/2000 - LRF**

Município de TUNAPOLIS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.323.664,44	
Previsão Atualizada		—	14.323.664,44	
Receitas Realizadas		2.616.580,68	14.541.999,25	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	997.176,53	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.323.664,44	
Créditos Adicionais		—	5.493.272,72	
Dotação Atualizada		—	19.816.937,16	
Despesas Empenhadas		1.814.183,31	16.648.288,83	
Despesas Liquidadas		2.347.135,80	14.095.603,54	
Superavit Orçamentário		—	446.395,71	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.814.183,31	16.648.288,83	
Despesas Liquidadas		2.347.135,80	14.095.603,54	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			14.954.381,95	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.000,00	-259.809,02	25.980,90
Resultado Primário		-211.873,74	233.954,88	-110,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	289.235,49	230,00	289.005,49	0,00
EXECUTIVO	289.235,49	230,00	289.005,49	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	18.714,04	0,00	18.714,04	0,00
EXECUTIVO	18.714,04	0,00	18.714,04	0,00
TOTAL:	307.949,53	230,00	307.719,53	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.012.937,74	25%	28,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.143.199,64	60%	102,17
Liquidadas		1.143.199,64		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.617.466,98	2.201.863,87	

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			120.960,00	-117.960,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			14.993,50	1.069,36
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.105.509,92	15,00	20,10
Liquidadas		2.105.509,92		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 27/11/2014

\_\_\_\_\_  
ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

\_\_\_\_\_  
CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 263/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 263/2014  
Data de assinatura: 26/11/2014  
Processo de Licitação n.º 91/2014  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: SIARON MARCON ME  
CNPJ/CPF: 05.534.658/0001-05  
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico  
Valor Global do Aditivo: R\$ 3.355,78

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 122/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 122/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJP8104	55936151	19/12/2002	69200	233	127.69
LXI4501	55936052	16/12/2002	69200	233	127.69
LYF2919	55936152	19/12/2002	69200	233	127.69
LYG7352	55936153	19/12/2002	69200	233	127.69
LYV5832	55935849	11/12/2002	60410	207	127.69
MAM0594	55935568	20/12/2002	73660	252 * VI	85.12
MBO5007	55936054	19/12/2002	69200	233	127.69
MDO0010	55936154	19/12/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 39/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 39/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICR1220	55028166	21/09/1999	69120	232	53.20
LWY7761	55028168	19/10/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXR6218	55933980	19/10/1999	69120	232	53.20
LZC1678	55026397	30/10/1999	70480	244 * II	191.53
LZH0348	55028170	07/11/1999	69120	232	53.20
LZI8691	55028169	19/10/1999	68740	231 * IX	85.12
LZI8691	55028169	19/10/1999	70640	244 * IV	191.53
LZZ4163	55028609	23/11/1999	58350	195	127.69
LZZ4163	55028609	23/11/1999	63940	220 * XIV	191.53
MAJ2040	55933979	24/10/1999	70640	244 * IV	191.53
MAX1147	55028172	17/11/1999	60410	207	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 171/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 171/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM2603	55935774	21/11/2003	52070	169	53.20
LXY5886	55935723	02/12/2003	69200	233	127.69
LYL9859	55593958	25/11/2003	69200	233	127.69
LZV6992	55935776	24/11/2003	69120	232	53.20
LZV6992	55935775	24/11/2003	52070	169	53.20
MBO4277	55593959	25/11/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 132/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 132/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKN3712	55936253	24/02/2003	69200	233	127.69
MCH3677	55935230	28/02/2003	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 322/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 322/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH6502	55595208A	01/03/2006	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 324/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 324/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKZ9208	55594973A	24/03/2006	69200	233	127.69
MBU0263	55595565A	23/05/2006	50100	162 * I	574.61
MCP9441	55595029A	23/03/2006	69200	233	127.69
MFD1202	55595071A	24/02/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 176/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 176/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LWS9975 55593983 12/01/2004 65990 230 \* V 191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 152/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 152/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GUA4353	55936410	18/07/2003	55410	181 * XVII	53.20
IDO0481	55936365	24/07/2003	69200	233	127.69
MBJ8388	55936362	15/07/2003	69200	233	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 196/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 196/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACP4876	55936288	31/05/2004	69200	233	127.69
CHO4613	55936290	31/05/2004	69200	233	127.69
CWD7449	55594253	03/06/2004	55410	181 * XVII	53.20
LYC3481	55936240	02/06/2004	69200	233	127.69
LYI4899	55594158	21/05/2004	69200	233	127.69
LZS7791	55593916	04/06/2004	69200	233	127.69
MAV1133	55594160	08/06/2004	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 144/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 144/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHD0552	55936308	21/05/2003	69200	233	127.69
AIE8644	55936067	21/05/2003	69200	233	127.69
CMD9338	55936127	23/05/2003	69200	233	127.69
JTU5722	55936068	21/05/2003	69200	233	127.69
LWS7346	55935968	18/05/2003	50100	162 * I	574.61
LWS7346	55935968	18/05/2003	65990	230 * V	191.53
LYB0802	55936352	22/05/2003	69200	233	127.69
MBI4740	55936124	23/05/2003	69200	233	127.69
MBL2349	55935703	20/05/2003	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 141/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 141/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BUO1582	55936351	02/05/2003	51690	165	957.69
LYC6682	55936401	30/04/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 868/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 868/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFO9386	54261556E	19/03/2013	65992	230 * V	191.53
AFO9386	54261514E	19/03/2013	64080	221	85.12
AFO9386	54261515E	19/03/2013	50100	162 * I	574.61
ASP0246	54262248E	25/06/2013	67000	230 * XVI	127.69
CDG5748	54261986E	08/06/2013	50450	162 * V	191.53
CTX8608	54261453E	21/03/2013	53980	181 * II	53.20
HVU5993	54261551E	19/03/2013	69200	233	127.69
LNC8318	54261951E	30/04/2013	55414	181 * XVII	53.20
LXC0575	54261315E	08/03/2013	55172	181 * XIV	127.69
MAJ1981	54261033E	20/03/2013	55411	181 * XVII	53.20
MAS4851	54262112E	05/06/2013	65992	230 * V	191.53
MBN9788	54261835E	27/06/2013	69200	233	127.69
MBX8060	54261048E	01/04/2013	55414	181 * XVII	53.20
MCG4737	54261339E	20/03/2013	70301	244 * I	191.53
MDK6838	54262208E	04/06/2013	69200	233	127.69
MDX7581	54262173E	12/06/2013	65992	230 * V	191.53
MHK4191	54261076E	20/03/2013	55414	181 * XVII	53.20
MIO2315	54261466E	31/03/2013	54522	181 * VIII	127.69
MJH7795	55050098D	21/03/2013	73662	252 * VI	85.12
MJY2102	54261369E	19/03/2013	55414	181 * XVII	53.20
MKC8236	54261329E	17/03/2013	50100	162 * I	574.61
MKC8236	54261330E	17/03/2013	65563	230 * I	191.53
MKC8236	54261331E	17/03/2013	66372	230 * IX	127.69
MKM6768	54261146E	19/03/2013	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 360/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 360/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKG0488	55595256A	02/08/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 198/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 198/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX08510	55594301	15/06/2004	69120	232	53.20
MAL4006	55936188	07/06/2004	51850	167	127.69
MBG9430	55594255	09/06/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 117/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 117/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGG2999	55936051	13/11/2002	69200	233	127.69
LXJ0436	55935386	13/11/2002	69200	233	127.69
LXJ2196	55935488	11/11/2002	60500	208	191.53
MAF7073	55935385	13/11/2002	69200	233	127.69
MBE1364	55935384	13/11/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 172/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 172/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHV7641	55936431	05/12/2003	55410	181 * XVII	53.20
LXF4152	55936430	05/12/2003	55410	181 * XVII	53.20
LXZ8633	55935235	03/12/2003	69120	232	53.20
LYK1291	55935234	28/11/2003	60410	207	127.69
MAW4069	55936093	04/12/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 147/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 147/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYE0370	55935707	13/06/2003	69200	233	127.69
LZN8504	55936271	12/06/2003	69200	233	127.69
MBY3442	55935706	10/06/2003	69200	233	127.69
MCJ6632	55935881	20/06/2003	60410	207	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 173/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 173/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEM7373	55593968	10/12/2003	69200	233	127.69
LXL1917	55936434	10/12/2003	69200	233	127.69
LZW5359	55936096	11/12/2003	55410	181 * XVII	53.20
MDL3440	55936436	10/12/2003	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 28/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 28/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIN6102	55027559	08/04/1998	60410	207	127.69
BMS6708	55026478	01/05/1998	52070	169	53.20
BOH3092	55026483	14/05/1998	55500	181 * XVIII	85.12
BOL3957	55027517	21/03/1998	51850	167	127.69
CKO1446	55026465	17/02/1998	55170	181 * XIV	127.69
HQY7548	55027658	13/04/1998	55500	181 * XVIII	85.12
HRA1881	55027688	24/05/1998	60410	207	127.69
IBF6162	55027042	27/03/1998	60500	208	191.53
LWS2617	55027657	10/04/1998	72340	250 * I * a	85.12
LWW5869	55026577	25/04/1998	51690	165	957.69
LWZ8508	55026788	31/03/1998	65990	230 * V	191.53
LXB1469	55027567	06/05/1998	60410	207	127.69
LXC5126	55027681	15/05/1998	60410	207	127.69
LXG3882	55026893	08/02/1998	58350	195	127.69
LXG3882	55026893	08/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXH9968	55027628	09/05/1998	60410	207	127.69

LXN3556	55026785	17/03/1998	70640	244	*	IV	191.53
LXT5387	55027641	19/06/1998	52740	175			191.53
LXV2552	55027068	18/04/1998	70300	244	*	I	191.53
LXV6282	55026468	09/03/1998	69120	232			53.20
LXV6282	55026468	09/03/1998	50100	162	*	I	574.61
LXW4297	55026780	25/01/1998	65990	230	*	V	191.53
LXY9184	55027664	17/04/1998	60410	207			127.69
LXZ5755	55026476	25/03/1998	55170	181	*	XIV	127.69
LYA1344	55027416	12/02/1998	50100	162	*	I	574.61
LYA1572	55026299	09/02/1998	51850	167			127.69
LYE6435	55027620	29/04/1998	57620	188			85.12
LYF2097	55027067	10/04/1998	60410	207			127.69
LYF3107	55026418	28/01/1998	70300	244	*	I	191.53
LYF6670	55026636	23/03/1998	60410	207			127.69
LYH6424	55026791	02/05/1998	59910	206	*	I	191.53
LYI9734	55026324	12/04/1998	55500	181	*	XVIII	85.12
LYN9269	55027705	14/05/1998	60410	207			127.69
LYP9642	55027481	24/02/1998	70480	244	*	II	191.53
LYQ8598	55026645	20/04/1998	53800	181	*	I	85.12
LYV0346	55027667	25/04/1998	60410	207			127.69
LZA7592	55027659	13/04/1998	60410	207			127.69
LZD0099	55027617	29/04/1998	60410	207			127.69
LZD4864	55027561	16/04/1998	60410	207			127.69
LZF5423	55026370	12/04/1998	55500	181	*	XVIII	85.12
LZG1451	55027665	17/04/1998	70480	244	*	II	191.53
LZI7420	55026466	01/03/1998	70300	244	*	I	191.53
LZJ4549	55026424	08/05/1998	69120	232			53.20
LZO5625	55027239	22/05/1998	69120	232			53.20
LZP5069	55027510	09/03/1998	55170	181	*	XIV	127.69
LZQ4419	55027607	09/04/1998	58350	195			127.69
LZQ4419	55027607	09/04/1998	60410	207			127.69
LZQ4419	55027607	09/04/1998	70300	244	*	I	191.53
LZU5821	55027676	11/05/1998	73660	252	*	VI	85.12
LZZ5460	55026321	11/04/1998	60500	208			191.53
MAX7960	55027472	08/02/1998	70300	244	*	I	191.53
MBG4390	55026568	08/02/1998	70300	244	*	I	191.53
MBG4390	55026568	08/02/1998	65990	230	*	V	191.53
MBG5870	55026297	27/01/1998	58350	195			127.69
MBG5870	55026297	27/01/1998	50100	162	*	I	574.61
MF215	55027476	12/02/1998	70300	244	*	I	191.53
MF215	55027477	12/02/1998	65990	230	*	V	191.53
MF215	55027477	12/02/1998	50100	162	*	I	574.61
MF215	55027476	12/02/1998	65800	230	*	IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 57/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 57/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOK7600	55935107	25/08/2001	51850	167	127.69
FLA1462	55935356	29/08/2001	69200	233	127.69
IBC5394	55934657	29/08/2001	69200	233	127.69
ICD9896	55935110	25/08/2001	51850	167	127.69
IIN9801	55935072	31/08/2001	60500	208	191.53
LXR2993	55935073	31/08/2001	60500	208	191.53
LXU9178	55935068	28/08/2001	60500	208	191.53
LXY1188	55935071	31/08/2001	60500	208	191.53
LYB8454	55935200	28/08/2001	69200	233	127.69
LZZ8915	55935074	31/08/2001	60500	208	191.53
MAD1388	55935111	31/08/2001	73660	252 * VI	85.12
MAF2936	55935069	31/08/2001	69200	233	127.69
MAT2893	55934564	29/08/2001	54790	181 * X	85.12
MBD1195	55935065	28/08/2001	55170	181 * XIV	127.69
MBF9308	55935007	27/08/2001	50450	162 * V	191.53
MCA5240	55935070	31/08/2001	60500	208	191.53
MDY6010	55935067	28/08/2001	60500	208	191.53
MEY0040	55935108	25/08/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 139/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 139/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JMC8438	55936050	18/04/2003	51690	165	957.69
LXI3927	55936120	15/04/2003	69200	233	127.69
LZH5852	55935347	11/04/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.089/2014

DECRETO N.º 089/2014, de 24 de novembro de 2014  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 3390.00.00.00.0044.0 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0044.00 - Fundo Especial do Petróleo, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 339000.00.00.0022.0 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 0,04

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0022.55 - Transferências de Convênios - Educação - Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 0,04

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.019 - Manutenção do Ensino Especial

Modalidade 3350.00.00.00.000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 3.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 - Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 3.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 24 de novembro de 2014  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em 24/11/2014

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.090/2014

DECRETO N.º 090/2014, de 25 de novembro de 2014  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.025/2014 de 25 de novembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade 3350.00.00.00.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 4.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade 3390.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de novembro de 2014  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 25/11/2014

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.356/14

DECRETO N.º 11.356/14, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 16.763/14, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Claudir Ricardo Brandalise, Elita Regina Brandalise Maraschin e Andre Luiz Titon Brandalise;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 97,71875 m² (noventa e sete metros e setenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco centésimo de milésimos quadrados), de propriedade de André Luiz Titon Brandalise, Claudir Ricardo Brandalise, Elita Regina Brandalise Maraschin, Catia Rossana Fantin da Silva, Arturo José Fantin, Nadia Elena Fantin e Simone Maria Fantin, constante da matrícula nº 7.753, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 684,0313 m² (seiscentos e oitenta e quatro metros e trezentos e treze décimos de milésimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 16.763/14.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 97,71875 m² (noventa e sete metros e setenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco centésimo de milésimos quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Claudir Ricardo Brandalise, constante da matrícula nº 12.311 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 620,3088m² (seiscentos e vinte metros e três mil e oitenta e oito décimos de milésimos quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 25 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 16/2014 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO E ALARGAMENTO PARA ACOSTAMENTO COM C.A.U.Q, EM PARTE DA RUA LUIZ VIECELI - SANTA GEMA/CETREVI, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS as empresas LB Comércio e Serviços Ltda, Consest Pré-Moldados Ltda ME e Viga Pavimentações e Obras Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 05/12/2014, às 15:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 26 de Novembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### DECRETO Nº 11.355/14

DECRETO N.º 11.355/14, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta dos Processos Administrativos nº 659/93, 11.510/12 e 16.713/11, tendo por objeto pedido de desmembramento de área, formulado por José Machienavie, Pedro José Machienavie e Rosalina Maria Paese Machienavie;

Considerando que os pedidos dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto Municipal nº 9.909/11, de 28 de dezembro de 2011; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando o Parecer da Secretaria Municipal de Planejamento, datado de 24 de novembro de 2014, informando sobre o encerramento da matrícula nº 12.855, criando-se a matrícula nº 27.384, da área remanescente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira-SC;

Considerando a Comunicação Interna nº 87/2014, da Secretaria Municipal de Planejamento solicitando a renovação do respectivo desmembramento, conforme Processos Administrativos;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 2.422,12 m² (dois mil quatrocentos e vinte dois metros e doze décímetros quadrados), de propriedade de Pedro José Machienavie e Rosalina Maria Paese Machienavie, constante da matrícula 27.384, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 3.899,28 m² (três mil, oitocentos e noventa e nove metros e vinte e oito décímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante dos Processos Administrativos nº

659/93, 11.510/12 e 16713/2011.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.354/14

DECRETO Nº 11.354/14, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Determina a formação da Equipe Técnica e da Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19652/14;

DECRETA

Art. 1º Fica formada a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

I - Fladenice Zuleica Bruch;  
II - Lucimar Salete Vincenzi;  
III - Maria Angélica Vanz;  
IV - José Carlos de Oliveira;  
V - Magali Beatriz Augusto;  
VI - Valdenice Maria Schneider;  
VII - Roberta Aparecida Martinez;  
VIII - Marco André Serighelli.

Art. 2º Fica formada a Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

I - Tânia Regina Cesco;  
II - Cátia Baraúna;  
III - Velânia Lazzari;  
IV - Rosangela Comerlato;  
V - Dirceu Paulo Moscon;  
VI - Marco André Serighelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.348/14.

Videira, 25 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 19/2014 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2014

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS GETÚLIO J BRUSCHI, HUGO BRUNS E IVO LANG, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS as empresas Concretos Farroupilha Ltda - EPP, Rodrigues e da Silva Ltda - ME, Ademir Luiz Bogoni - FI EPP, Séculos Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda, Palazzo Construtora Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 26 de novembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 009/2014

Resolução Legislativa nº 009/2014

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Videira (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa.

#### TÍTULO I

#### DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal de Vereadores de Videira é o órgão colegiado do Poder Legislativo do Município de Videira, Estado de Santa Catarina, eleito pelo povo, na forma da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara Municipal de Vereadores tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras, administrativas e de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas por este Regimento Interno.

§1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§2º A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa, por meio de:

I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Leis Delegadas;

V - Medidas Provisórias;

VI - Decretos Legislativos;

VII - Resoluções.

§3º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer

prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCESC -, sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§4º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara Municipal de Vereadores e pelo controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§6º A função de assessoramento consiste em sugerir e solicitar medidas de interesse público, por meio de indicações, ao Poder Executivo Municipal.

§7º A Câmara Municipal de Vereadores exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Poder Executivo Municipal, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§8º A Câmara Municipal de Vereadores exercerá e promoverá, ainda, na consolidação da sua função integrativa e na solução de problemas da comunidade, mesmo que diversos de suas competências privativas, encontros e discussões populares, com a participação da comunidade, através de audiências ou consultas públicas, nas formas previstas em Lei e neste Regimento Interno.

## CAPÍTULO II

### DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 3º A Câmara Municipal de Vereadores tem sua sede na Av. Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, na Cidade de Videira.

§1º A Câmara Municipal de Vereadores poderá reunir-se fora de suas dependências nas hipóteses de Reuniões Solenes ou Reuniões Itinerantes, dentro dos limites territoriais do Município de Videira, devendo a Mesa Diretora tomar todas as providências necessárias para assegurar a publicidade da mudança, condições de funcionamento e segurança para a realização dos trabalhos, dependências, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§2º Em caso de mudança da sede da Câmara Municipal de Vereadores será feita notificação às autoridades e à população, através de editais, jornais de ampla circulação no Município, ou por meio eletrônico, como páginas da internet e-mail, bem como demais meios de comunicação, como rádio e televisão.

§3º Reputam-se nulas as reuniões da Câmara Municipal de Vereadores, realizadas fora de sua sede, com exceção das Reuniões Solenes ou Reuniões Itinerantes e, nos demais casos previstos neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município de Videira.

§4º Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal de Vereadores, de modo que não permita a sua utilização, a Mesa Diretora, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das Sessões enquanto perdurar a situação.

Art. 4º Nos recintos da Câmara Municipal de Vereadores não poderão ser realizados atos estranhos às suas funções, salvo os casos em que estes forem cedidos para reuniões cívicas, culturais, convenções partidárias, quando, e somente nestas oportunidades, será permitida a fixação de símbolos pertinentes aos assuntos tratados.

Art. 5º A segurança dos recintos da Câmara Municipal de Vereadores compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

§1º Se nos recintos da Câmara Municipal de Vereadores for cometida qualquer infração penal o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito.

§2º Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.

Art. 6º Durante as reuniões, as bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Videira deverão estar hasteadas

de forma visível.

## CAPÍTULO III

### DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 7º Os serviços administrativos da Câmara Municipal de Vereadores serão executados sob a direção e orientação do Presidente da Mesa Diretora.

Art. 8º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara Municipal de Vereadores compete a Mesa Diretora, em conformidade com a legislação em vigor.

§1º A Câmara Municipal de Vereadores poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções por Resolução e definição de seus vencimentos, através de lei específica, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora, desde que haja prévia inserção específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o cumprimento dos termos e limites da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º A Câmara Municipal de Vereadores, por seu Presidente, poderá nomear servidores para ocuparem cargos em Comissão ou funções gratificadas, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, para executarem funções de direção, chefia ou assessoramento, respeitado os dispositivos do art. 37, II e V, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município.

§3º A Câmara Municipal de Vereadores manterá o serviço contábil e jurídico próprios, podendo contratar empresa de consultoria para auxiliar os serviços técnicos, bem como periódicos de atualização em área contábil e jurídica.

§4º Os Vereadores podem indagar à Mesa Diretora sobre os serviços da secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal ou apresentar sugestões sobre os mesmos, em proposição encaminhada à Mesa Diretora, que deliberará sobre o assunto no prazo máximo de dez (10) dias.

Art. 9º A correspondência oficial da Câmara Municipal de Vereadores será feita por sua Secretaria ou outro servidor designado, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora.

## CAPÍTULO IV

### DA POSSE DOS VEREADORES

Art. 10. Para habilitar-se à posse o Vereador diplomado apresentará à Mesa Diretora, até 20 de dezembro do ano anterior à instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a declaração de bens, a fonte de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheiro ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, bem como, a declaração de compatibilidade de horário, caso exerça outro cargo ou emprego público.

§1º No ato da posse os Vereadores deverão, se necessário, desincompatibilizarem-se de cargos e funções incompatíveis com o exercício da vereança, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica.

§2º Os Vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar anualmente a declaração de bens e rendimentos, conforme a legislação em vigor.

Art. 11. A Câmara Municipal de Vereadores instalar-se-á em Sessão Solene de Instalação da Legislatura as dez (10) horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, com qualquer número de Vereadores, em lugar designado anteriormente, sob a presidência do mais votado entre os presentes.

§1º Aberta a Sessão Solene de Instalação da Legislatura, o Presidente adotará as seguintes providências:



I - constituirá, com autoridades convidadas, a Mesa Diretora da solenidade;  
II - convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;  
III - convidará um Vereador para servir de Secretário;  
IV - proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;  
V - examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de Vereadores e ao objeto da Sessão;  
VI - tomará o compromisso Solene dos empossados, do seguinte modo:

a) de pé, diante de todos os Vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Videira e as demais leis, cumprir o Regimento Interno desta Casa e desempenhar com lealdade o mandato que me foi outorgado, trabalhando com patriotismo, sempre pelo progresso do Município e bem estar do povo de Videira" e;

b) cada Vereador, de pé, após o chamado do secretário, declarará "assim o prometo" e assinará o termo de posse, do qual será lavrada ata própria.

VII - após a última assinatura, o Presidente declarará Solenemente empossados os Vereadores e instalada a legislatura, proferindo em voz alta: "declaro empossados no cargo de Vereador do Município de Videira os Vereadores que prestaram compromisso".

VIII - a seguir, o Presidente concederá a palavra, por cinco (05) minutos, a um Vereador de cada bancada para falar em nome do partido;

IX - ato contínuo inicia-se a posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, onde o Presidente solicitará os diplomas e declaração de bens escrita, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso exigido pela Lei Orgânica do Município;

X - após, o Presidente concederá a palavra ao Prefeito empossado, pelo tempo de quinze (15) minutos, para o discurso de posse;

XI - em seguida, convidará os presentes para a execução do Hino de Videira;

XII - declarada encerrada a Sessão Solene de Instalação da Legisatura, o Presidente convocará os Vereadores para a Sessão de escolha e posse da Mesa Diretora, meia hora após o encerramento da solenidade, período no qual deverão ser protocoladas as candidaturas individuais ou as chapas no local da Sessão Solene de Instalação da Legisatura;

XIII - havendo, no Plenário, a presença da maioria absoluta dos Vereadores, o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado;

XIV - após a eleição da Mesa Diretora, conhecido o resultado, o Presidente o proclamará e empossará os eleitos nos respectivos cargos, para um mandato de dois (02) anos.

§2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Mesa Diretora.

Art. 12. O Vereador, o Prefeito e o Vice-Prefeito que não tomar posse na Sessão prevista no art. 11, deste Regimento Interno, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da Sessão Solene de Instalação da Legisatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo e aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 13. O Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso em Sessão Plenária Ordinária, exceto durante o período de recesso, quando o fará perante o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º Salvo as hipóteses de caso fortuito, de força maior ou enfermidade comprovada, a posse dar-se-á no prazo máximo de quinze (15) dias, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira Sessão da Legisatura;

II - da diplomação, se concedida a Vereador após iniciada a legislatura; ou

III - da ocorrência do fato que a motivou ou, no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

§2º Tendo prestado compromisso anteriormente, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, bem como o Vereador que reassumir a vaga, sendo seu retorno ao exercício do mandato comunicado ao Plenário pelo Presidente.

Art. 14. Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

## CAPÍTULO V

### DA LEGISLATURA

Art. 15. Legisatura é o período correspondente ao mandato parlamentar de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro Sessões Legislativas Anuais, sendo uma por ano.

## CAPÍTULO VI

### DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS

Art. 16. As Sessões Legislativas Anuais dividem-se em duas Sessões Legislativas Ordinárias, que se desenvolvem de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano, independentemente de convocação.

Parágrafo único. As Sessões Legislativas Ordinárias não serão interrompidas sem a aprovação dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 17. As Sessões Legislativas Extraordinárias são os períodos de recesso da Câmara Municipal de Vereadores, onde se realizarão as reuniões extraordinárias, se convocadas.

Parágrafo único. Durante o período das Sessões Legislativas Ordinárias poderão ocorrer reuniões extraordinárias, em dia ou em hora diversa das reuniões ordinárias, se convocadas de acordo com este Regimento Interno.

## TÍTULO II

### DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 18. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Videira.

Art. 19. Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar nas eleições:

a) da Mesa Diretora;

b) das Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias, Especiais e de Inquéritos.

III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Legislativas;

IV - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;

V - apresentar proposições;

VI - cooperar com a Mesa Diretora para a ordem e eficiência dos trabalhos;

VII - usar os recursos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara Municipal de Vereadores sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.

Art. 20. É dever do Vereador:

I - apresentar-se adequadamente trajado, comparecendo com pontualidade às reuniões.

II - desincompatibilizar-se, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Estadual de Santa Catarina e da Lei Orgânica do Município de Videira, e fazer declaração pública e escrita de bens, no ato da posse, anualmente e ao final do mandato;

III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;

IV - votar as proposições;

V - portar-se com respeito, decore e compenetração de suas responsabilidades de Vereador;

VI - conhecer e seguir às disposições da Lei Orgânica do Município de Videira, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição da República Federativa do Brasil, assim como, deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Vereador deverá obedecer ao inteiro teor do art. 14 da Lei Orgânica do Município de Videira.

Art. 21. A Câmara Municipal de Vereadores poderá instituir, através de Resolução específica, o Código de Ética Parlamentar.

Art. 22. Compete à Mesa Diretora tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores decorrentes do exercício do mandato.

§1º O Vereador estará sujeito à perda do mandato, de acordo com os seguintes preceitos:

I - a perda do mandato do Vereador, por decisão da Câmara Municipal de Vereadores, dar-se-á, nos casos do §3º do art. 15 da Lei Orgânica do Município, sendo que a perda do mandato será decidida pela Câmara de Vereadores, por voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa e o contraditório ao Vereador acusado.

II - a perda do mandato do Vereador deve ser declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na casa, nos casos previstos no §4º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Videira, assegurada ampla defesa e o contraditório ao Vereador acusado, obedecendo às seguintes normas:

a) a Mesa Diretora dará ciência ao Vereador, por escrito, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

b) no prazo de três (03) dias úteis, contado da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;

c) apresentada ou não a defesa, a Mesa Diretora decidirá a respeito no prazo de quarenta e oito (48) horas;

d) a Mesa Diretora tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

§2º Para o efeito do art. 15, II da Lei Orgânica do Município de Videira, considera-se procedimento incompatível com o decore parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara Municipal de Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

III - a perturbação da ordem nas reuniões da Câmara Municipal de Vereadores ou nas reuniões das Comissões;

IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - o desrespeito à Mesa Diretora e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município.

## CAPÍTULO II

### DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 23. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos casos e nas formas previstas abaixo relacionadas:

I - para desempenhar funções de Secretário, Diretor de Órgão da Administração Pública Direta ou Presidente de Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Autarquia ou Fundação do Município de Videira, ou outro cargo público incompatível com o de Vereador, sendo considerado automaticamente licenciado, independente da autorização do Plenário;

II - por moléstias devidamente comprovada ou para tratamento de saúde, com direito a remuneração, nos termos do Regime Geral de Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, cabendo o pagamento dos primeiros quinze (15) dias à Câmara Municipal de Vereadores.

III - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

IV - em razão de licença-gestante ou em licença paternidade;

V - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§1º O Vereador licenciado, nos termos do inciso II, passará a perceber os seus subsídios do INSS, nos termos da lei em vigor, devendo a Câmara Municipal de Vereadores complementar o pagamento, para que não haja redução no valor do seu subsídio, nos termos do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Videira.

§2º Os pedidos de licenças, para tratar de assuntos de interesse particular, não podendo ser inferior a trinta (30) dias, dar-se-á no expediente das reuniões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria e será concedida, independente da autorização do Plenário, e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§3º No caso do inciso II deste artigo, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independente de autorização do Plenário.

§4º No caso do inciso III deste artigo a licença será autorizada pelo Plenário, por prazo determinado, pelo tempo que durar a missão temporária, mediante requerimento escrito e instruído de documentação.

§5º Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa Diretora, devendo ser referendada pelo Plenário se for concedida no período de Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

§6º O Vereador, regularmente licenciado, não perderá o mandato.

Art. 24. O Vereador licenciado nos termos do inciso I deste artigo poderá optar pelo subsídio ou remuneração.

§1º Salvo motivo justificado e as causas previstas neste Capítulo, serão atribuídas faltas ao Vereador que não comparecer às reuniões ordinárias, o que motivará descontos em seus subsídios, conforme previsão Regimental.

§2º Os motivos justificados das faltas, as reuniões, serão:

I - por motivos de saúde;

II - por motivos de óbito de parentes até 3º grau, apreciados e decididos pela Mesa Diretora.

#### Seção única

##### Da Convocação de Suplente

Art. 25. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores convocará o suplente de Vereador, nos casos de ocorrência de vaga por:

I - investidura do titular nas funções definidas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno; ou

II - licença do titular, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações.

§1º O suplente que, convocado, não assumir o mandato em quinze (15) dias perde o direito à suplência naquela oportunidade, sendo convocado o suplente imediato, nos mesmos prazos definidos neste Regimento Interno.

§2º O suplente será convocado no período de recesso da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 26. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de quarenta e oito (48) horas, à Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais cabíveis.  
Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 27. Assiste ao suplente convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência à Mesa Diretora, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, que convocará o suplente imediato para ocupar a vaga.

### CAPÍTULO III DA VAGA DE VEREADOR

Art. 28. As vagas de Vereadores dar-se-ão por:

- I - renúncia;
  - II - cassação do mandato;
  - III - licença, ou;
  - IV - em virtude de falecimento do titular da cadeira na Câmara Municipal de Vereadores.
- Parágrafo único. Além destas, as vagas de Vereadores dar-se-ão nas formas previstas no art. 15, da Lei Orgânica do Município.

Art. 29. A extinção do mandato por cassação só se torna efetiva pela declaração do ato por Decreto Legislativo, ou fato extintivo lavrado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, inserida em ata após a instauração de regular inquérito e processo disciplinar regulamentado por este Regimento Interno e em Lei Federal, cujo julgamento se dará em reunião extraordinária, convocada especialmente para este fim, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

Art. 30. A renúncia de Vereador far-se-á por escrito, com firma reconhecida por autenticidade, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, reputando-se aceita, independente de leitura em reunião ou votação, desde que conferida à necessária publicidade ao ato.

### CAPÍTULO IV DOS LÍDERES

Art. 31. Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara Municipal de Vereadores, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediários autorizados entre estes e os órgãos da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus líderes.

§2º A escolha do líder será comunicada à Mesa Diretora no início de cada legislatura ou após a criação do bloco parlamentar.

§3º O Poder Executivo Municipal poderá constituir liderança do Governo na Câmara Municipal de Vereadores.

§4º Os partidos de oposição ao Governo Municipal, poderão, em conjunto, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§5º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores não poderá ser indicado para exercer a liderança de governo.

§6º Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

Art. 32. Compete aos líderes:

- I - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas;
- II - discutir projetos e encaminhar-lhes à votação, pelo prazo regimental e emendar proposição em qualquer fase de discussão;
- III - usar da palavra em comunicações urgentes;
- IV - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno.

Art. 33. As comunicações urgentes de líderes poderão ser feitas durante as reuniões, exceto na ordem do dia, sendo concedida a palavra a cada líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião.  
Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa do líder, o qual poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

### CAPÍTULO V DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 34. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara Municipal de Vereadores.

§2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço (1/3) dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa Diretora para registro e publicação.

§5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido será revista a composição das Comissões Legislativas, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa Ordinária.

§7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§8º Entende-se por bloco da situação, para efeito deste Regimento Interno, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária alinhada ao Governo Municipal; e oposição, os partidos ou blocos parlamentares que se opõem ao Governo Municipal.

### CAPÍTULO VI DOS SUBSÍDIOS

Art. 35. Os Vereadores farão jus a subsídio mensal fixado em parcela única, por lei específica, cujo projeto é de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até seis meses (06) antes do término da legislatura, observado o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição Estadual de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Videira.

§1º O subsídio dos Vereadores será fixado obedecido os termos do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Videira.

§2º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores será fixado em parcela única, em valor superior ao subsídio fixado para os Vereadores, em cinquenta (50%) por cento.

§3º O subsídio dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como subsídio pelo Prefeito de Videira e obedecerá, também, os limites estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

§4º Os valores dos subsídios serão divididos por reuniões ordinárias realizadas mensalmente pela Câmara Municipal de Vereadores, devendo ser descontados os valores correspondentes às faltas, exceto quando:

- I - em missão temporária, autorizada pelo Plenário da Câmara Municipal de Vereadores;
- II - por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico;



III - por motivo de óbito de parente, mediante apresentação de documento.

**TÍTULO III**  
**DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**CAPÍTULO I**  
**DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**Seção I**  
**Da Composição**

Art. 36. A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal de Vereadores, eleito pelos Vereadores para mandato de dois (02) anos, vedada à recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Parágrafo único. A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nesta ordem.

**Seção II**  
**Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora**

Art. 37. A eleição dos membros da Mesa Diretora somente será válida se presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§1º Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a mesa.

§2º A eleição da Mesa Diretora, para o primeiro ano da legislatura, far-se-á na mesma data em que se realizar a Reunião Solene de Instalação da Legislatura, sob a presidência do Vereador mais votado.

§3º A eleição da Mesa da Câmara Municipal de Vereadores, para o segundo biênio, far-se-á na última reunião ordinária do segundo ano de cada legislatura, considerando-se empossados em 1º de janeiro do ano subsequente.

§4º A eleição da Mesa Diretora será aberta e far-se-á para cada um dos cargos isoladamente, ou por chapa, por maioria dos votos da Câmara Municipal de Vereadores, iniciando-se pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário sucessivamente.

Art. 38. As chapas ou os candidatos isolados que concorrerão à eleição da Mesa Diretora deverão protocolar a inscrição junto ao (a) Secretário(a) da Mesa Diretora até o início da reunião em que se realizará a eleição.

§1º Na constituição da Mesa Diretora é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da casa.

§2º Na ausência dos membros da Mesa Diretora, o Vereador mais votado assumirá a Presidência.

§3º Qualquer componente da Mesa Diretora poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal de Vereadores, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

§4º Somente serão aceitas e protocoladas as chapas ou candidaturas isoladas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretários.

§5º O Vereador só poderá participar de uma chapa.

§6º Havendo desistência justificada de algum membro da chapa inscrita, que deverá ser sempre por escrito, este poderá ser substituído até o início da reunião em que ocorrerá a eleição, exceto para o cargo de Presidente.

Art. 39. A eleição dos membros da Mesa Diretora será feita em turno único e obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - o Presidente determinará que permaneçam no Plenário somente os Vereadores com direito a voto;

II - será colhido o registro escrito dos candidatos, por chapa ou

isoladamente;

III - os Vereadores serão chamados, um a um, para a votação, que será sob a forma nominal e em ordem alfabética;

IV - ao final, o Presidente proclamará o resultado da votação;

V - o secretário preencherá o boletim com o resultado da eleição que será lido pelo Presidente, na ordem decrescente dos votados;

VI - em caso de empate, será considerada eleita a chapa do candidato a Presidente mais votado;

VII - a eleição se encerrará com a proclamação, pelo Presidente, do resultado final e dará posse aos eleitos, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 40. O suplente de Vereador poderá ser eleito para cargo na Mesa Diretora se sua assunção como Vereador for de caráter definitivo.

Art. 41. Os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário.

Art. 42. A composição permanente da Mesa Diretora será modificada em caso de vaga, que ocorrerá quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora por decisão do Plenário ou vier a falecer.

III - licenciar-se do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte (120) dias ou para assumir cargo de confiança em outro Poder;

IV - houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.

Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

Art. 43. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 44. A destituição de membro efetivo da Mesa Diretora, somente poderá ocorrer quando, comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços (2/3) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador, assegurada a mais ampla oportunidade de defesa e do contraditório.

Art. 45. Para o preenchimento do(s) cargo(s) vago(s) na Mesa Diretora, haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte àquela na qual se verificarem a(s) vaga(s), observadas as disposições regimentais.

§1º No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa Diretora.

§2º As eleições previstas no caput deste artigo destinar-se-ão somente a eleger representante para o tempo restante do mandato já iniciado.

**Seção III**  
**Da Competência da Mesa Diretora**

Art. 46. Compete à Mesa Diretora, além de outras atribuições estabelecidas neste Regimento.

I - propor, privativamente, à Câmara Municipal de Vereadores projetos de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como projeto de lei para tratar do regime jurídico do pessoal e a fixação do respectivo

vencimento, assim como a concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais;

II - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

III - providenciar, mediante emenda, a suplementação de dotações do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes do seu próprio orçamento;

IV - apresentar emendas aos projetos de leis do Poder Executivo para a abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

V - elaborar, ouvido o colégio de Líderes e os Presidentes de Comissões Legislativas Permanentes, projeto de Regulamento Interno das Comissões Legislativas;

VI - elaborar o Regulamento dos Serviços da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores;

VII - apresentar à Câmara Municipal de Vereadores, na última reunião ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

VIII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal de Vereadores;

IX - dirigir todos os serviços da Casa durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e nos seus recessos, e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

X - propor a ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou Comissão Legislativa;

XI - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores e seus serviços;

XII - elaborar e expedir, mediante ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Vereadores e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los quando necessário, na forma da lei, comunicando, ao Poder Executivo, estas definições;

XIII - enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

XIV - apresentar emendas aos projetos de leis do Poder Executivo para a abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

XV - dirigir a segurança interna da Câmara Municipal de Vereadores;

XVI - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;

XVII - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato;

XVIII - declarar a perda do mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros, ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas na legislação, assegurada ampla defesa;

XIX - propor projeto de decreto legislativo que suspenda a execução de norma julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Poder Executivo;

XX - realizar e coordenar a realização de Reuniões Solenes ou Reuniões Itinerantes fora da sede da Edilidade;

XXI - deliberar sobre o uso da tribuna livre destinada a sociedade.

Parágrafo único. A Mesa Diretora deliberará sempre por maioria de seus membros, que poderá adotar a forma de Resolução de Mesa.

Art. 47. Compete à Mesa Diretora, juntamente com a Comissão de Finanças e Orçamento, elaborar e encaminhar até o prazo definido na Lei Orgânica Municipal, o Plano de Metas do Poder Legislativo para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

e a Lei Orçamentária Anual, no intuito de serem incluídas nas propostas orçamentárias municipais.

#### Seção IV

##### Do Presidente

Art. 48. O Presidente da Mesa Diretora é o representante legal da Câmara Municipal de Vereadores nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades.

§1º Quanto às atividades legislativas, compete privativamente ao Presidente, além do previsto na Lei Orgânica do Município de Videira:

I - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

II - cientificar os Vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias; das reuniões solenes e itinerantes;

III - interpretar e fazer cumprir o regimento interno;

IV - promulgar as emendas a Lei Orgânica, os Decretos Legislativos e as Resoluções, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não tenha sido promulgada pelo Prefeito;

V - determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;

VI - não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial;

VII - declarar prejudicados os projetos, em face de aprovação de outro, com o mesmo conteúdo e objetivo;

VIII - determinar o desarquivamento de proposições a requerimento do autor;

IX - encaminhar os projetos às Comissões Legislativas competentes;

X - zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito;

XI - dar posse aos membros das Comissões Legislativas Permanentes, Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara Municipal de Vereadores, bem como das Comissões Legislativas de Representação, ouvidos os Líderes de Bancada, que indicarão os seus representantes;

XII - designar os substitutos das Comissões Legislativas referidas no inciso VIII, após consulta às lideranças partidárias;

XIII - declarar a exclusão de Vereador membro da Comissão quando não comparecer injustificadamente a três (03) reuniões ordinárias consecutivas ou cinco (05) reuniões alternadas, indicando-lhe substituto nos termos do inciso XII;

XIV - convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste Regimento Interno;

XV - designar a data e a hora do início das reuniões extraordinárias;

XVI - fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis por ele promulgadas;

XVII - declarar extinto, por Decreto Legislativo, o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei.

XVIII - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos

em Lei, salvo as hipóteses dos incisos I e II do artigo 15 da Lei Orgânica;

XIX - representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou ato municipal.

§2º Quanto às reuniões, compete privativamente ao Presidente:

I - superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos e definir a Ordem do Dia;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara Municipal de Vereadores, com o auxílio de servidores designados;

III - convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;

IV - determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara Municipal de Vereadores;

V - determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;  
VI - declarar a hora destinada ao Expediente ou a Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;  
VII - anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante e declarar os resultados das votações;  
VIII - conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;

IX - interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara Municipal de Vereadores ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a reunião quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;

X - cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia, do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivo;

XI - chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

XII - determinar ao Secretário a anotação da decisão do Plenário no processo competente;

XIII - manter a ordem do recinto da Câmara Municipal de Vereadores, advertir os presentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar força policial necessária para esses fins;

XIV - determinar, na primeira reunião, após sua entrada na Câmara Municipal de Vereadores, a leitura das mensagens sob o regime de urgência;

XV - resolver sobre os requerimentos de sua alçada;

XVI - resolver qualquer questão "de ordem" ou "pela ordem", ou quando omissa o Regimento Interno, submetê-la ao Plenário.

§3º Quanto à administração da Câmara Municipal de Vereadores, compete privativamente ao Presidente:

I - dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais, relativos aos servidores da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores;

II - administrar o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores fazendo lavar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos Servidores do Poder Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa, civil e criminal de servidores faltosos;

III - declarar destituído o membro da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento Interno;

IV - superintender os serviços de Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro;

V - apresentar ao Plenário, até o dia vinte (20) de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

VI - mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara Municipal de Vereadores;

VII - ordenar as despesas da Câmara Municipal de Vereadores e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o(a) Secretário(a) da Câmara Municipal de Vereadores;

VIII - devolver ao Poder Executivo do Município o saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício orçamentário e financeiro, reservando o valor necessário para as primeiras despesas do exercício seguinte, valor este que será abatido do primeiro repasse do mês de janeiro do exercício;

IX - rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara Municipal de Vereadores e da sua Secretaria.

X - aplicar as disponibilidades financeiras da Câmara, obrigatoriamente, em estabelecimento de crédito estatal;

§4º Quanto às relações externas da Câmara Municipal de Vereadores, compete privativamente ao Presidente:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - convocar audiências públicas em dia e hora pré-fixados, garantida ampla divulgação;

III - conceder audiência ao público, em nome da Câmara Municipal de Vereadores, a seu critério, em dias e horas prefixados e amplamente divulgados;

IV - representar a Câmara Municipal de Vereadores judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, prestando informações, se assim for solicitado pelo Poder Judiciário, em todas as medidas judiciais contra a Mesa Diretora ou o Plenário;

V - encaminhar ao Prefeito os requerimentos formulados pelos Vereadores ou Comissões, sobre fato relacionado com matéria em trâmite ou sobre fatos sujeitos à ação fiscalizadora da Câmara Municipal de Vereadores;

VI - encaminhar ao Prefeito a convocação dos titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta para prestarem informações;

VII - encaminhar ao Prefeito convite para prestar informações, sempre que requeridas por quaisquer dos Vereadores;

VIII - dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito horas (48), sempre que se tenha esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara Municipal de Vereadores ou rejeitados na forma regimental;

IX - exercer, em substituição, a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em Lei;

X - representar a Câmara Municipal de Vereadores junto ao Prefeito, às autoridades Federais, Estaduais e perante as entidades privadas em geral, podendo delegar tal representação;

XI - fazer expedir convites para as Reuniões de Instalação da Legislação, Solenes, Itinerantes e audiências públicas, em nome da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 49. Compete, ainda, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

I - executar as deliberações do Plenário;

II - assinar portarias, editais, todo o expediente da Câmara Municipal de Vereadores e demais atos de sua competência;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra os atos seus, da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

I - na hipótese em que é exigido o quorum de dois terços (2/3);

II - nos casos de desempate;

III - quando da eleição da Mesa Diretora;

IV - quando se trate de destituição de membro da Mesa Diretora;

V - quando se trate de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes;

VI - outros casos previstos na Lei Orgânica do Município de Videira.

§2º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado fica impedido de votar.

§3º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

§4º Sempre que tiver necessidade de se ausentar do Município por mais de quinze (15) dias, o Presidente solicitará permissão ao Plenário e, sendo-lhe permitido, passará o cargo ao Vice-Presidente.

Art. 50. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará momentaneamente a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e irá falar na tribuna destinada aos oradores.

Art. 51. O Vereador, no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

#### Seção V

#### Do Vice-Presidente

Art. 52. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, e ainda:

I - promulgar e publicar as Resoluções e Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe

escoar o prazo para fazê-lo; e

II - promulgar e publicar as leis municipais, quando o Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo sem fazê-lo, sob pena de crime de responsabilidade.

§1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Secretário.

§2º Ao substituto do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não lhe é conferida competência para outras atribuições, além da necessária ao andamento dos respectivos trabalhos.

§3º No caso de renúncia ou licença do Presidente após 30 de novembro do segundo ano do mandato da Mesa Diretora, o Vice-Presidente assumirá a Presidência da Mesa Diretora, pela ordem, até completar o mandato em curso.

## Seção VI

### Do Primeiro e do Segundo Secretário

Art. 53. Compete ao Primeiro Secretário:

I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara Municipal de Vereadores;

II - dar conhecimento à Câmara Municipal de Vereadores dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;

III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença ao final da reunião;

IV - apurar as presenças, no caso de votação ou verificação de quorum;

V - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião, lê-la e assiná-la, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente, depois de submetida à apreciação do Plenário;

VI - ler ao Plenário a matéria do Expediente e Ordem do Dia, despachando o respectivo processo e anotando no mesmo, por determinação do Presidente, as decisões do Plenário;

VII - inspecionar os serviços da Secretaria;

VIII - assumir a direção dos trabalhos da reunião plenária na falta do Presidente e Vice-Presidente;

IX - tomar parte em todas as votações.

Parágrafo único. Ausente ou impedido, o Primeiro Secretário será substituído em todas as suas atribuições pelo Segundo Secretário.

Art. 54. Compete ao Secretário substituir o Presidente, quando ausente ou em licença o Vice-Presidente, assumindo, nestes casos, as suas atribuições.

## CAPÍTULO II

### DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS

#### Seção I

##### Disposições Preliminares

Art. 55. Comissões Legislativas são órgãos técnicos, com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer especializados sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração, em caráter permanente ou temporário, cabendo ainda em razão da matéria:

I - discutir e emitir parecer nos projetos de Lei e demais matérias a que forem chamadas a apreciar;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - acompanhar junto ao governo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou

entidades públicas;

VI - acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§1º As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois (02) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocada pelo respectivo Presidente no curso da reunião ordinária da Comissão Permanente.

§2º Das reuniões de Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, em livros próprios, as quais serão assinadas por todos os membros.

Art. 56. As Comissões Legislativas são classificadas em:

I - Permanentes;

II - Temporárias, podendo ser Especiais ou de Inquérito.

§1º As Comissões Legislativas, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes.

§2º As Comissões Legislativas Temporárias terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação.

§3º Na composição das Comissões Legislativas, aplica-se o princípio da representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal de Vereadores.

§4º O Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Legislativa Permanente como membro titular.

§5º Perderá automaticamente o lugar na Comissão o Vereador que se desvincular de seu partido ou não comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco (05) reuniões alternadas, salvo se licenciado ou em missão temporária, justificando antecipadamente por escrito à Comissão.

§6º O Vereador que perder o lugar em uma Comissão, a ela não poderá retornar na mesma Sessão Legislativa Anual.

§7º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Mesa Diretora, no prazo de uma reunião ordinária, acolhendo a indicação feita pelo Líder da Bancada a que pertencia o titular.

§8º O Vereador que se desvincular de sua bancada, perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas Comissões, para as quais tenha sido indicado pela liderança.

§9º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora integrar qualquer tipo de Comissão Legislativa.

§10. Caso a Comissão temporária constituída não seja instalada no prazo regimental ou, expirado o prazo de seu funcionamento sem a apresentação do relatório final será declarada extinta por ato do Presidente da Mesa Diretora, salvo quando verificada a necessidade de prorrogação de prazo.

## Seção II

### Das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 57. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de quatro (04) e com prazo de composição de dois (02) anos, são as seguintes:

I - Legislação, Justiça e Redação Final;

II - Finanças e Orçamento;

III - Obras e Serviços Públicos;

IV - Educação, Saúde e Assistência.

§1º As Comissões Legislativas Permanentes serão constituídas por três (03) Vereadores.

§2º Os membros das Comissões Legislativas Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido designados.

## Subseção I

### Da Constituição das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 58. A constituição das Comissões Legislativas Permanentes da



primeira sessão legislativa far-se-á na reunião seguinte a eleição da Mesa. Para o 2º biênio a constituição das Comissões Permanentes acontecerá após a eleição da Mesa na mesma reunião ordinária, assegurando em ambos os casos a representação proporcional partidária.

Art. 59. Se a constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fizer mediante acordo, na fase da Ordem do Dia se dará à sua proclamação.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma reunião a constituição de todas as Comissões Legislativas Permanentes, será realizada na fase da Ordem do Dia da reunião ordinária subsequente.

Art. 60. Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha dos membros das Comissões Legislativas Permanentes por eleição em Plenário, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§1º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão Legislativa Permanente.

§2º Se os empatados encontrarem-se em igualdade de condições será considerado eleito, dentre os presentes, o Vereador mais votado dentre os concorrentes.

Art. 61. Constituídas as Comissões Legislativas Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os membros presentes, para proceder à eleição do Presidente.

§1º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão Legislativa Permanente será presidida interinamente pelo Vereador mais votado dentre seus membros.

§2º Se vagar o cargo de Presidente proceder-se-á nova eleição para a escolha do sucessor.

Art. 62. Os membros das Comissões Legislativas Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia justificativa, a três (03) reuniões consecutivas ou cinco (05) reuniões alternadas da Comissão, na sessão legislativa anual.

Parágrafo único. A destituição dar-se-á de ofício ou por simples petição escrita de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

Art. 63. No caso de vaga, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Legislativas Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença a vaga.

§1º O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Legislativas Permanentes.

§2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§3º Se a licença ou impedimento somente se referir à participação na Comissão a agremiação política a que pertencer o membro impedido ou licenciado indicará o substituto, respeitado o disposto no §2º do art. 57, deste Regimento Interno.

Art. 64. Será dada ampla publicidade à composição das Comissões Legislativas Permanentes, inclusive por meio eletrônico.

#### Subseção II

Das Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 65. Compete às Comissões Permanentes, entre outras previsões postas pela Lei Orgânica do Município e por este Regimento Interno:

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir-lhes parecer;

II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, quando previstas em lei ou neste regimento;

III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;

IV - elaborar seus regulamentos, se necessário;

V - requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores que outra Comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida;

VI - fiscalizar os atos e o andamento dos programas de Governo, que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades, entidades públicas ou prestadoras de serviços públicos;

VIII - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, convocação dos Secretários Municipais ou representantes dos órgãos da Administração Indireta para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IX - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, convite para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

X - acompanhar e apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XI - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo e da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

XII - propor a suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de Decreto Legislativo;

XIII - averiguar notícias, queixas ou denúncias sobre violação de normas legais, dando-lhes o encaminhamento regimental;

XIV - acompanhar a aplicação das leis municipais pelo Poder Executivo e a eficácia no seu cumprimento;

XV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XVI - solicitar, por meio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; e

XVII - solicitar à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exija atuação de especialista, nos termos da Lei de Licitações.

Parágrafo único. Compete ao Presidente da Comissão indicar o relator para exarar parecer no prazo regimental, cabendo ao outro membro o encargo de secretariar a reunião.

#### Subseção III

Das Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 66. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final:

I - opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa das proposições;

II - manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;

III - manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores;

IV - manifestar-se acerca de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consultas realizadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recursos previstos neste

Regimento;

V - manifestar-se acerca das alterações propostas ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e à Lei Orgânica do Município de Videira;

VI - elaborar a redação final de todos os projetos aprovados, fiscalizando o encaminhamento à aprovação do Plenário, à remessa para a sanção ou veto do Poder Executivo, assim como sua promulgação e publicação.

§1º Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, deve o parecer ir a Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o processo a sua tramitação.

§2º Aprovado o parecer pela ilegalidade ou inconstitucionalidade pelo Plenário em discussão e votação única, a proposição será arquivada; rejeitado, será distribuído às Comissões de Mérito que devam manifestar-se.

§3º Somente as proposições de natureza orçamentária poderão tramitar sem o parecer da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 67. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento:

I - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer prévio e definitivo sobre o Projeto do Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como sobre as suas alterações;

II - exarar parecer sobre as contas do Município;

III - organizar, divulgar e presidir as audiências públicas quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária e do Projeto de Lei do Orçamento Anual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

IV - analisar assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre: proposições referentes à matéria tributária, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou que sejam de interesse ao crédito público; proposições que fixem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e dos Vereadores;

V - celebração de contratos, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;

VI - proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

VII - apresentar as contas do Município no prazo de trinta (30) dias, em caso de omissão do Prefeito ou da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, na forma que dispuser a Lei Orgânica do Município.

Art. 68. É da competência específica da Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos:

I - exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e à execução de serviços pelo Município, da administração direta e indireta, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal, estadual e federal;

II - exarar parecer sobre os seguintes projetos de lei e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:

a) do Plano Diretor e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado(PDDI);

b) do Código de Obras, Edificações e Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

c) do Código de Posturas;

d) relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da Cidade, ao cadastro territorial do Município e ao transporte coletivo;

e) referentes às relações de consumo e direitos do consumidor, bem como a atividades privadas condicionadas à intervenção do poder público municipal, quando não estiverem afetas à discussão de mérito em outra Comissão Permanente;

f) atividades que digam respeito a transporte, comunicações,

indústria, comércio e agricultura, mesmo que se relacionem com atividades privadas, mas sujeitas à deliberação da Câmara Municipal de Vereadores;

Art. 69. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Educação, Saúde e Assistência, analisar e emitir parecer acerca de:

I - ensino e educação;

II - cultura e artes;

III - patrimônio histórico;

IV - esportes;

V - higiene e saúde pública;

VI - obras assistenciais;

VII - requerer informações junto ao(s) Conselho(s) Tutelares(s), secretarias e demais órgãos governamentais, acerca de projetos e políticas voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente;

Art. 70. É vedado às Comissões Legislativas Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição específica.

Art. 71. Quando mais de uma Comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no art. 57 deste Regimento Interno.

#### Subseção IV

##### Da Presidência das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 72. Ao Presidente da Comissão Legislativa Permanente compete:

I - convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessária, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno;

II - convocar reuniões extraordinárias;

III - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, distribuindo-a imediatamente ao relator de sua preferência, independentemente de reunião da Comissão, ou avocá-la;

IV - conceder a palavra a membro da Comissão, pelo tempo que julgar necessário e repreendê-lo quando este se exaltar durante os debates, podendo interrompê-lo quando este estiver falando sobre matéria vencida e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;

V - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;

VI - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

VII - ser representante da Comissão junto à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores;

VIII - dirimir, de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante a Comissão;

IX - votar em todas as deliberações da Comissão;

X - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as reuniões plenárias;

XI - convocar membro substituto para ocupar o lugar do titular que for afastado;

XII - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão.

#### Subseção V

##### Do Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 73. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo de até dez (10) dias contados da distribuição do projeto à Comissão, prorrogáveis por igual prazo, desde que solicitado pela Comissão Legislativa e deliberação favorável do Plenário.

§1º Decorridos os prazos previstos no caput deste artigo, deverá o processo ser devolvido à Presidência da Mesa Diretora, com ou sem parecer, neste caso, o Presidente da Mesa Diretora nomeará

um novo relator para emitir parecer em até três (03) dias.

§2º A negativa na devolução dos autos na forma do §1º implicará na sua reconstituição, dando-se o encaminhamento regimental à proposição.

§3º Apresentadas emendas ou substitutivos nas Comissões de mérito e, esgotada a sua tramitação em todas as Comissões afetas à matéria, será o projeto submetido a novo exame da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, pelo prazo improrrogável de cinco (05) dias e devolvido à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

§4º Apresentadas emendas ou substitutivos em Plenário serão os mesmos submetidos ao novo exame das Comissões originalmente designadas que, sob a direção do Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentarão parecer conjunto no prazo improrrogável de cinco (05) dias, devendo o projeto ser apreciado pelo Plenário na reunião ordinária subsequente à sua devolução.

§5º Em caso de requisição de informações ao Executivo Municipal na forma dos incisos VIII, IX e XVI do art. 65, deste Regimento Interno, o prazo a que se refere o caput permanecerá suspenso até a devolução das informações para a Comissão solicitante.

§6º Quando as informações forem solicitadas a entidades não governamentais ou governamentais que não componham o governo municipal, a tramitação da matéria será suspensa pelo prazo máximo de trinta (30) dias, findo o qual, sem que sejam elas respondidas, cumprirá à Comissão formar juízo sobre a matéria.

§7º Aprovado em Plenário o requerimento para audiência de Comissão, observar-se-ão os prazos estabelecidos no §4º deste artigo.

§8º O estabelecido no §7º fica condicionado à apresentação de fatos novos, devidamente justificados pelo autor do requerimento.

§9º O recesso da Câmara Municipal de Vereadores interrompe todos os prazos considerados nesta subseção.

Art. 74. As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente a maioria dos seus membros.

Art. 75. O parecer, que é o pronunciamento técnico da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, deverá ser por escrito.

§1º O parecer deverá conter, obrigatoriamente:

I - exposição da matéria em exame, em que se dará a individualização da proposição com o seu número de registro na Câmara Municipal de Vereadores, o seu autor e objeto;

II - fundamentação, consistindo nas razões do relator para indicar a admissibilidade ou inadmissibilidade, legalidade ou ilegalidade total ou parcial da matéria, podendo, se assim entender necessário, oferecer substitutivos ou emendas para corrigi-la;

III - decisão da Comissão, com assinatura dos membros que subcreveram o parecer vencedor.

§2º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores devolverá à Comissão o parecer que não atender às exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido no prazo máximo de cinco (05) dias do seu recebimento.

Art. 76. Poderá o membro da Comissão se manifestar contrariamente ao voto do relator, exarando voto em separado, devidamente fundamentado, que, se acolhido pela maioria, passará a constituir o parecer da Comissão.

§1º Exarado o voto em separado, o Presidente da Comissão colocará em votação os pareceres.

§2º Em caso de empate, prevalecerá o voto do relator.

Art. 77. As reuniões ordinárias das Comissões Legislativas Permanentes serão públicas e deverão ocorrer em sala própria da Câmara Municipal de Vereadores, no mínimo, uma vez por semana.

§1º Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria para deliberar.

§2º À hora regulamentar, havendo matéria para deliberar e não havendo quorum para o início da reunião, o Presidente da Comissão aguardará pelo prazo de quinze (15) minutos para que este se complete, e em não ocorrendo, declarará cancelada a reunião, sendo computada a falta dos membros ausentes.

§3º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

§4º As reuniões marcadas para essas datas, serão antecipadas ou transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em feriados ou pontos facultativos municipais.

Art. 78. As Comissões poderão reunir-se durante a realização de reuniões plenárias, desde que esta esteja suspensa, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 79. Poderão participar dos trabalhos das Comissões todos os Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores, técnicos de reconhecida competência, bem como representantes de entidades governamentais e civis que tenham legítimo interesse no esclarecimento dos assuntos submetidos à apreciação das mesmas, sem direito a voto, e terão prazo máximo de dez (10) minutos para manifestação, se assim o desejarem, desde que previamente requerido e autorizado pelo Presidente da Comissão.

Art. 80. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, com o sumário do ocorrido durante sua realização, devendo ser assinadas pelos membros presentes.

Art. 81. Sempre que os membros das Comissões não puderem comparecer às reuniões, deverão justificar a falta.

#### Subseção VI

#### Das Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes

Art. 82. Cada Comissão poderá realizar reuniões de audiências públicas com as entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão, especificamente convocado para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como, para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará e as divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

Art. 83. Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará as autoridades, pessoas interessadas e especialistas ligados às entidades participantes para serem ouvidas.

§1º Na hipótese de haver defensor e opositor, relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de dez (10) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três (03) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

§6º Nas audiências públicas previstas na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão Permanente de Finanças e



Orçamento poderá adaptar as normas definidas nesta subseção, a fim de disponibilizar maior tempo para a exposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Art. 84. Das reuniões de audiências públicas lavrar-se-á ata, arquivando-se no âmbito da Comissão, inclusive com os pronunciamentos escritos e documentos que acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

### Seção III Das Comissões Temporárias

Art. 85. As Comissões Temporárias são:

I - Parlamentares Especiais;

II - de Representação;

III - Parlamentares de Inquérito; e

IV - de Investigação e Processante.

§1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§2º As Comissões Temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenha seus prazos expirados.

§3º Adotar-se-á na composição das Comissões Temporárias o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV deste artigo, que será constituída mediante sorteio em Plenário.

§4º Expirado o prazo do funcionamento da Comissão Temporária sem a apresentação do relatório final, será declarada extinta por ato do Presidente da Mesa Diretora, salvo quando verificada a necessidade de prorrogação de prazo.

### Subseção I Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 86. As Comissões Parlamentares Especiais, constituídas mediante requerimento de no mínimo um terço (1/3) dos Vereadores, e sua constituição sendo aprovada pela maioria absoluta dos Vereadores, serão formadas por no mínimo (03) membros e destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento Interno, revisão da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara Municipal de Vereadores em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, a mesma deverá instalar-se num prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§4º A nomeação dos membros da Comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das Comissões Legislativas permanentes.

§5º A Comissão terá prazo de noventa (90) dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período, a critério do Plenário.

### Subseção II Das Comissões de Representação

Art. 87. As Comissões de Representação, destinadas a representar a Câmara Municipal de Vereadores em evento externo específico, serão designadas pelo Presidente da Mesa Diretora, por iniciativa

própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal de Vereadores se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

### Subseção III Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 88. A Câmara Municipal de Vereadores, a requerimento de um terço (1/3) dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno. §1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de noventa (90) dias, prorrogável por até igual período, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§3º O número de membros que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito não será inferior a três (03) Vereadores, devendo o requerimento ou o projeto de criação definir a composição numérica.

§4º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente, por Resolução de Mesa Diretora, constituir a Comissão, no prazo máximo de dez (10) dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§5º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar de Inquérito, por Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, a mesma deverá instalar-se num prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§6º Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de quinze (15) dias úteis, em que indicará a existência ou não do fato determinado.

§7º Decorrido este prazo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará sobre o relatório preliminar nos três (03) dias úteis subsequentes.

§8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores os Servidores Públicos de seu quadro de pessoal, necessários à realização de seus trabalhos investigatórios.

§9º A Câmara Municipal de Vereadores, por seu Presidente, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto a Comissão Parlamentar de Inquérito, no desempenho de suas atribuições.

§10. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de seus atos e requisições.

Art. 89. A Comissão poderá, excepcionalmente, realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 90. A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente e pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, observado o prazo de dez (10) dias úteis para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento, exceto quando da alçada de autoridade judiciária.

Art. 91. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados, regularmente convocados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidas em datas e horários preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§1º A critério da Comissão Parlamentar de Inquérito poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara Municipal de Vereadores, devendo ser lavrado, também, o competente termo de depoimento.

§2º As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão subsidiariamente das normas contidas no Código de Processo Penal Brasileiro.

Art. 92. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas de plano pelo Presidente da Comissão, desde que relacionados com o fato determinado e objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá, de ofício, sua decisão à uma nova apreciação da Comissão no prazo de vinte e quatro (24) horas.

Art. 93. Ao término dos trabalhos a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões ao Plenário, quando será lido e encaminhado:

I - à Mesa Diretora para as providências de sua alçada, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de Decreto, de Resolução ou indicação, que será incluído na ordem do dia da reunião subsequente à sua apresentação, dando ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico;

II - se for o caso, ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos responsáveis; e

III - se for o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências cabíveis, se esta for a sua competência.

§1º Se a Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, será automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§2º No caso do §1º, a Mesa Diretora encaminhará as informações ao Ministério Público para tomar as providências cabíveis.

#### Subseção IV

#### Da Comissão Parlamentar Processante

Art. 94. As Comissões Parlamentares Processantes - CPP, destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento Interno, cominadas com a perda do mandato;

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento Interno, cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais agentes políticos, por infração político-administrativa prevista na Legislação vigente.

§1º As Comissões Parlamentares Processantes são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos, com no mínimo três (03) membros.

§2º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III deste artigo, o denunciado, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa Diretora contra os quais é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Processante, por Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, a mesma deverá instalar-se num prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador

mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

### CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

Art. 95. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara Municipal de Vereadores e é constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Art. 96. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal de Vereadores, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 97. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria: I - simples, sempre que necessitar mais da metade dos votos dos Vereadores presentes na reunião; II - absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara Municipal de Vereadores; e III - qualificada, sempre que necessitar os votos de dois terços (2/3) ou outra qualificação numérica dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§2º A Lei Orgânica do Município, para ser modificada, exige a deliberação favorável da maioria qualificada de dois terços (2/3) dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores.

§3º As Leis Complementares Municipais, para serem aprovadas ou modificadas exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores.

### TÍTULO IV

#### O PROCESSO LEGISLATIVO

#### CAPÍTULO I

#### DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

##### Seção I

##### Disposições Preliminares

Art. 98. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário.

Parágrafo único. São espécies de proposições:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projeto de Lei Complementar;

III - projeto de Lei Ordinária;

IV - projeto de Decreto Legislativo;

V - projeto de Resolução;

VI - moção;

VII - requerimento;

VIII - recurso;

IX - emendas e substitutivos.

Art. 99. Podem ser autores de Proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

I - o Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores;

III - qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara Municipal de Vereadores;

IV - os Vereadores, individualmente ou em conjunto;

V - a população do Município, nos casos e sob os requisitos definidos na Lei Orgânica Municipal, na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado de Santa Catarina.

§1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara Municipal de Vereadores depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria dos seus membros.

§2º Não sendo indicado, de maneira expressa, os projetos de iniciativa popular serão defendidos em Plenário por qualquer Vereador.

§3º Os projetos de leis e as propostas de Emenda à Lei Orgânica

Municipal de autoria do Poder Executivo serão defendidos em Plenário pelo líder do governo na Câmara Municipal de Vereadores, podendo este, inclusive, solicitar a retirada dos projetos de leis e das propostas de Emenda à Lei Orgânica Municipal, e as demais pelos seus autores.

§4º Todas as proposições deverão ser entregues acompanhadas de versão digital, endereçada ao setor de protocolo da Câmara Municipal de Vereadores.

§5º As proposições protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, até vinte e quatro (24) horas do início da reunião ordinária serão incluídas na pauta da mesma Sessão e lidas durante o expediente.

§6º As proposições, cuja redação estiver em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 95/98 e suas alterações serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§7º Se o autor da proposição não se conformar com a decisão, poderá requerer a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que o auxiliará, através de sua assessoria jurídica.

§8º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§9º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§10. São de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica ou este Regimento Interno exigir determinado número de subscritores.

§11. As proposições deverão apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§12. Somente aos autores caberá o direito de retirada das suas proposições e deverão fazê-lo por escrito ou verbal, este se for durante a fase de discussão em Plenário, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso do autor ao Plenário.

§13. A retirada de proposições será aceita até a fase de sua discussão em Plenário.

§14. Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

§15. Se a proposição tiver parecer favorável de todas as Comissões competentes, somente o Plenário deliberará sobre a sua retirada.

§16. A solicitação de encerramento da tramitação de proposição de iniciativa de Comissão ou da Mesa Diretora só poderá ser feita a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do respectivo colegiado.

§17. Finda a legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

§18. As proposições poderão ser desarquivadas mediante requerimento escrito do autor, dos autores ou de Comissão Permanente, na legislatura subsequente.

§19. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

#### Subseção Única

##### Das Indicações e dos Pedidos de Informação

Art. 100. As Indicações e os Pedidos de Informação são proposições especiais em que o Vereador ou Comissões sugerem medidas, pedem providências ou informações de interesse público ao Poder Executivo Municipal, à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores ou a outros órgãos da administração pública ou não.

Art. 101. As Indicações e os Pedidos de Informações serão lidos no Expediente do Dia e encaminhados aos Chefes dos respectivos poderes ou órgãos, independentemente de deliberação do Plenário. Parágrafo único. O Presidente poderá indeferir as Indicações e os Pedidos de Informações dirigidas ao Chefe do Poder Executivo

Municipal que julgar sem fundamento, genérica, em duplicidade ou similar a outra já apresentada ou em desacordo com os princípios constitucionais que regem a administração pública, fundamentando sua decisão e submetendo-o de ofício ao Plenário.

#### Seção II

##### Das Proposições em Espécie

##### Subseção I

##### Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 102. Proposta de Emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica do Município de Videira, cuja tramitação obedecerá aos termos do art. 31 da Lei Orgânica do Município de Videira.

Parágrafo único. As emendas aprovadas em dois turnos de discussão e votação serão promulgadas pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores no prazo máximo de dez (10) dias de sua aprovação.

##### Subseção II

##### Dos Projetos de Leis

Art. 103. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito.

§1º Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas no parágrafo único do art. 32 da Lei Orgânica do Município de Videira, e exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§2º Os projetos de leis ordinárias e complementares serão aprovados ou rejeitados em dois (02) turnos de discussão e votação.

§3º Os Decretos e Resoluções serão aprovados ou rejeitados em um (01) turno de discussão e votação.

##### Subseção III

##### Dos Projetos de Decretos Legislativos

Art. 104. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal de Vereadores, não sujeitas à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão das contas públicas;

II - concessão de títulos honoríficos;

III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

IV - suspensão de Decretos do Poder Executivo Municipal que extrapolem o seu poder regulamentador;

V - cassação de mandatos;

VI - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma da Lei Orgânica Municipal;

VII - demais assuntos de efeitos externos.

##### Subseção IV

##### Dos Projetos de Resoluções

Art. 105. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal de Vereadores, com efeitos internos, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão de recurso;

II - destituição de membro da Mesa Diretora;

III - normas regimentais;

IV - concessão de diárias e licenças aos Vereadores;

V - criação de Comissões Temporárias;

VI - organização dos serviços da Câmara Municipal de Vereadores;

VII - criação e extinção de cargos da Câmara Municipal de Vereadores;

VIII - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos com efeitos internos.

#### Subseção V Das Moções

Art. 106. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara Municipal de Vereadores sobre determinado assunto. Parágrafo único. São espécies de moção a de aplauso, apoio, apelo ou repúdio.

Art. 107. A Moção deverá ser subscrita por no mínimo um terço (1/3) dos membros da Câmara Municipal de Vereadores, devendo ser lida e, independente de parecer da Comissão, apreciada em discussão e votação únicas.

#### Subseção VI Dos Requerimentos

Art. 108. Requerimento é todo pedido de forma escrita ou verbal, feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, sobre qualquer assunto. Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-lo, os requerimentos estão:

I - sujeitos à decisão e despacho do Presidente; ou

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 109. Serão decididos pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, de forma escrita ou verbal, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - envio de votos de pesar por falecimento;

IV - retirada pelo autor de requerimento escrito ou verbal, ainda não submetido à deliberação do Plenário;

V - verificação de quorum para discussão ou votação;

VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal de Vereadores, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;

VIII - encaminhamento de votação;

IX - suspensão dos trabalhos por tempo determinado;

X - inserção de documentos em ata.

Art. 110 Serão decididos pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, de forma escrita, os requerimentos que solicitem:

I - renúncia de membro da Mesa Diretora;

II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores;

V - arquivamento de proposição na forma deste Regimento Interno;

VI - o desarquivamento das proposições de que trata o art. 145 deste Regimento Interno, respeitadas as disposições ali contidas.

§1º O Presidente é soberano na tomada de decisão sobre os requerimentos citados neste e no art. 109.

§2º O Presidente fica desobrigado a fornecer informações solicitadas, quando informada pela assessoria da Mesa Diretora haver pedido anteriormente formulado pelo mesmo Vereador sobre o mesmo assunto e já respondido no prazo não superior a noventa (90) dias.

Art. 111. Serão decididos pelo Plenário, de forma escrita ou verbal, e lidos sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem:

I - destaque de matéria para votação;

II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal;

III - adiamento de discussão e de votação;

IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

V - prorrogação da reunião para concluir a discussão ou votação das matérias da ordem do dia.

Art. 112. Serão decididos pelo Plenário, de forma escrita ou verbal, e lidos sem discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem:

I - a alteração da pauta da Ordem do Dia;

II - arquivamento de proposição na forma deste Regimento Interno.

Art. 113. Serão decididos pelo Plenário, escritos, discutidos e lidos os requerimentos que solicitem:

I - votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;

II - arquivamento de proposição nos casos do art. 144, III deste Regimento Interno;

III - informações e solicitações encaminhadas a entidades públicas ou particulares;

IV - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal de Vereadores;

V - regime de urgência de que trata o art. 159 deste Regimento Interno;

VI - Constituição das Comissões previstas no art. 86 deste Regimento Interno;

VII - informações ao Poder Executivo Municipal, bem como a qualquer de seus órgãos ou entidades, sempre dirigidos ao Prefeito Municipal.

Art. 114. Os casos não previstos nos artigos anteriores deste Regimento Interno serão decididos pelo Presidente da Mesa.

Art. 115. Os requerimentos ou petições de entidades ou municípios serão lidos no expediente do dia e encaminhados à Comissão pertinente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 116. As representações de outras Edilidades solicitando a manifestação da Câmara Municipal de Vereadores sobre qualquer assunto serão encaminhadas às Comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

#### Seção III Dos Recursos ao Plenário

Art. 117. Da decisão ou omissão do Presidente, em questão de ordem, pela ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo ao recurso, prevalecendo à decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 118. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois (02) dias úteis, contados da ciência da decisão recorrida.

§1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois (02) dias úteis, acatar-lhe, reconsiderando a decisão inicialmente tomada ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de três (03) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.



## Seção IV Das Emendas e dos Substitutivos

Art. 119. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa Diretora, que visam a alterar o projeto a que se referem.

§1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§2º Emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto original, como um artigo, um inciso, uma alínea ou um item.

§3º Emenda substitutiva ou subemenda é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda, sem, contudo, alterar o seu objeto.

§4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§5º As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes de projetos ou substitutivos, alterando o seu objeto.

§6º As emendas de Comissão só serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou apresentadas em Plenário, até o encerramento da discussão da matéria, devendo ser observado o disposto nos §§s 3º e 4º do art. 73 deste Regimento Interno.

§7º O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§8º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário na forma dos arts. 117 e 118 deste Regimento Interno. §9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 120. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão Permanente ou pela Mesa Diretora para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

§1º Não será permitido aos Vereadores, à Comissão ou à Mesa Diretora apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

§2º Aplicam-se no que couberem aos substitutivos, as disposições constantes do art. 119, deste Regimento Interno.

## CAPÍTULO II DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

### Seção I Disposições Gerais

Art. 121. As proposições protocoladas até vinte quatro (24) horas do início da reunião ordinária serão incluídas na pauta da mesma reunião e lidas durante o expediente, sendo despachadas de plano pelo Presidente, que às encaminhará a assessoria jurídica e indicará as Comissões Legislativas Permanentes competentes para a análise da matéria.

§1º Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da assessoria jurídica para emitir parecer prévio, sendo encaminhados imediatamente às Comissões Permanentes pertinentes.

§2º Os projetos serão apreciados inicialmente pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal de Vereadores;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Legislativo;

III - fizer referência à Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - contiver expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal ou deste Regimento Interno.

§3º Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Legislação,

Justiça e Redação Final, o projeto será incluído na ordem do dia da reunião subsequente.

§4º Devidamente notificado sobre a deliberação da Comissão o Autor do Projeto poderá requerer ao Plenário, que deliberará por maioria de votos pelo retorno da matéria para nova apreciação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, na forma do art. 73, §7º, deste Regimento Interno.

§5º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria implicará no arquivamento do projeto.

§6º Rejeitado o parecer, o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das Comissões competentes.

§7º Após haver tramitado em todas as Comissões de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo em qualquer das Comissões, o projeto retornará à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhado diretamente à Mesa Diretora para sua inclusão na Ordem do Dia.

§8º O Projeto que receber parecer contrário de todas as Comissões de mérito competentes para a sua apreciação será tido como rejeitado, devendo ser arquivado sem deliberação pelo Plenário.

Art. 122. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador ou de ofício, fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 123. Todos os pareceres contrários, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, serão impressos em avulsos e deixados à disposição dos Vereadores até duas (02) horas antes do início da reunião em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário.

Art. 124. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 125. Os Projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentados na mesma Sessão Legislativa Anual se contar com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 126. Se houver mais de uma proposição constituindo processos idênticos, deverão ser apensados para a tramitação.

Art. 127. Votada uma proposição, todas as demais que estiverem apensas serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

### Seção II Da Discussão e da Votação Subseção I Disposições Preliminares

Art. 128. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 129. O processo de discussão da proposição inicia-se com a discussão dos pareceres oferecidos pelas Comissões, passando-se imediatamente à discussão do mérito do Projeto propriamente dito.

Art. 130. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 131. As proposições serão submetidas a dois turnos de votação, as matérias relativas a Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município, serão votadas com interstício mínimo de dez (10) dias entre a primeira e a segunda discussão e votação.

Parágrafo único. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 132. O Vereador presente à reunião não poderá escusar-se de votar, devendo abster-se, entretanto, quando tiver ele próprio, parente afim ou consanguíneo até terceiro grau inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

Art. 133. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos deste Regimento Interno, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

#### Subseção II Dos Processos de Votação

Art. 134. São dois (02) os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal aberto.

Parágrafo único. O Processo de votação eletrônica é considerado nominal aberto.

Art. 135. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo constitucional, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 136. No processo simbólico de votação os Vereadores que pretenderem aprovar a matéria deverão permanecer sentados, levantando um dos braços aqueles Vereadores que votarem contrariamente à proposição.

§1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

§2º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado.

Art. 137. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responderem "SIM" ou "NÃO", conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado na ata da reunião.

Art. 138. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta ou de dois terços (2/3).

#### Subseção III Encaminhamento de Votação

Art. 139. A partir do instante em que for encerrada a discussão da matéria, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Parágrafo único. No encaminhamento da votação será assegurada a cada bancada, por seu líder, falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada, independente de inscrição prévia.

#### Subseção IV Dos Destaques

Art. 140. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§2º O requerimento de destaque só será admitido antes de iniciada a votação.

#### Subseção V Da Votação das Emendas e da Redação Final

Art. 141. Havendo emendas, estas serão votadas preferencialmente ao respectivo projeto original, bem como ao substitutivo.

§1º As emendas serão distribuídas e votadas uma a uma, e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o §1º deste artigo.

§3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente, com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.

§5º Os substitutivos serão lidos preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

Art. 142. Somente caberão emendas à redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§1º A redação final será homologada na fase da ordem do dia da reunião ordinária subsequente à redação final exarada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§2º Caso não haja necessidade de correção da redação final, a matéria aprovada poderá ser encaminhada diretamente pelo Presidente para sanção ou promulgação, ficando neste caso, dispensado a redação final exarada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

#### Subseção VI Do Adiamento

Art. 143. O adiamento da discussão ou da votação da proposição poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito, a ser deliberado pelo Plenário.

§1º O requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira, até que o Plenário delibere sobre o mesmo.

§2º Rejeitados todos os requerimentos de adiamento formulados, não se admitirão novos pedidos de adiamentos com a mesma finalidade.

§3º O adiamento da discussão e da votação só poderá ser concedido uma vez para uma mesma proposição, sendo que o adiamento não pode ser superior a uma reunião.

#### Subseção VII Do Arquivamento das Proposições

Art. 144. O arquivamento de proposição dar-se-á até o encerramento da sua discussão:

I - a requerimento escrito proposto pelo autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente, desde que o projeto não tenha recebido emenda ou substitutivo.

II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário.

III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos.

§1º As proposições de autoria da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§2º As proposições arquivadas na forma deste artigo somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.

Art. 145. No início de cada Legislatura, serão arquivados os

processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior não tenham sido submetidas à discussão.

§1º O disposto neste artigo não se aplica às proposições de iniciativa do Poder Executivo.

§2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação regimental, desde que assim o requeira o Líder da Bancada ou seu autor, na forma deste Regimento Interno.

§3º Em proposição de autoria da Mesa Diretora ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação dar-se-á por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário de Comissão de Mérito.

### CAPITULO III

#### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

##### Seção I

###### Do Orçamento Público

###### Subseção I

###### Disposições Preliminares

Art. 146. Respeitadas as disposições expressas nesse Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento Interno para os demais projetos de lei.

Art. 147. Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de reunião ordinária, esta comportará duas fases:

I - Expediente do dia;

II - Ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como único item, exceto as inclusões de vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

###### Subseção II

###### Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 148. Recebidos do Poder Executivo, os Projetos de Leis de Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, o Presidente determinará a autuação do Projeto, independente de leitura, sendo desde logo enviado à Comissão de Finanças e Orçamento, providenciando-se ainda a sua publicação e distribuição de avulsos aos Vereadores.

§1º A Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo máximo de dez (10) dias de seu recebimento, apresentará parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§2º O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas.

§3º Após a publicação do parecer preliminar a Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de sete (07) dias para realizar a(s) audiência(s) pública(s), nos termos dos arts. 82, 83 e 84 deste Regimento Interno.

§4º Realizada a audiência pública, a Comissão abrirá um prazo de cinco (05) dias para apresentação de emendas parlamentares, vedada a sua proposição pela Mesa Diretora, bem como pelas Comissões.

§5º Decorrido o prazo determinado no §4º, a Comissão disporá de dez (10) dias para deliberar sobre o parecer final do relator que deverá apresentá-lo à Comissão no prazo máximo de sete (07) dias, abrindo-se vista aos demais membros da Comissão pelo prazo restante.

§6º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem retificativa à Câmara Municipal de Vereadores para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário enquanto não iniciada a discussão na Comissão de Finanças e Orçamento.

§7º Concluído o parecer final o projeto será devolvido à Mesa Diretora, que publicará o parecer no prazo de vinte e quatro (24) horas, distribuindo-o em avulso a todos os Vereadores.

Art. 149. Os projetos de que trata o art. 148, após cumpridos os

prazos, serão incluídos na Ordem do Dia da reunião seguinte para discussão e votação, que se dará em dois turnos.

§1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§2º A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, através do líder do partido ou do bloco, que poderá falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§3º Aprovado o Projeto com emendas, retornará à Comissão de Finanças e Orçamento, para, dentro do prazo máximo e improrrogável de sete (07) dias, elaborar a redação final, sendo submetida à homologação do Plenário na Sessão ordinária subsequente.

§4º O Presidente prorrogará as reuniões, de ofício, até a finalização da discussão e votação da matéria.

§5º A apreciação de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias terão suas regras definidas nesta subseção.

Art. 150. A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em receso sem que tenha votado o Projeto do Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei do Orçamento Anual.

###### Seção II

###### Da Consolidação das Leis

Art. 151. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§1º O processo de consolidação será regido por lei complementar.

§2º A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§3º Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

###### Seção III

###### Dos Projetos de Lei com Prazo Legal Estabelecido para Apreciação da Câmara

###### Municipal de Vereadores

Art. 152. Considera-se projeto com prazo legal estabelecido para apreciação:

I - projetos de leis orçamentárias (PPA/LDO/LOA) remetidos à Câmara Municipal de Vereadores na forma da Lei Orgânica do Município;

II - projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre as contas da Prefeitura e seus órgãos.

Art. 153. Os projetos de que trata o inciso I do art. 152 deste Regimento Interno obedecerão ao seguinte:

I - numerado e protocolado, será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, que deverá formar juízo sobre a matéria em prazo estabelecido neste Regimento Interno;

II - instruído com o parecer da Comissão ou vencido o prazo para tal, será encaminhado à Ordem do Dia da reunião imediata para votação.

Art. 154. Aplica-se a esta seção, no que couber, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

###### Seção IV

###### Das Contas

Art. 155. Na apreciação das contas do Município, incluídas as da Câmara Municipal recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - após leitura em Plenário, que deverá ocorrer até a terceira reunião subsequente, distribuir cópia do parecer do Tribunal aos



Vereadores, desde que estes o requeiram e despachá-lo imediatamente a Comissão de Finanças e Orçamento que terá quarenta e cinco (45) dias para apresentar seu pronunciamento definitivo, acompanhado o projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição das contas;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de cinco (05) dias para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação da matéria pela Comissão de Finanças e Orçamento, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado a qualquer tempo. §1º Até dez (10) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas;

§2º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura;

§3º Na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes;

§4º A Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou a vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo parecer;

§5º Recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas, no prazo estabelecido no inciso I;

§6º O prazo a que se refere o inciso I interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.

§7º O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado, no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria;

§8º Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Decreto Legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância;

§9º Na reunião em que for submetida à discussão e votação do Plenário a ordem do dia será destinada exclusivamente a matéria e antes de iniciar a discussão do projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até vinte (20) minutos, pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

§10. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§11. Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§12. Rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de até sessenta (60) dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins;

## Seção V

### Da Concessão de Títulos Honoríficos

Art. 156. São títulos honoríficos:

I - Título de Cidadão Honorário Videirense: outorgado à pessoa natural que não tenha nascido no Município de Videira, mas que prestou relevantes serviços à comunidade, de maneira comprovada através de documentos públicos ou particulares autênticos e registros jornalísticos;

II - Título de Cidadão Emérito: outorgado à pessoa natural nascida

no Município de Videira e que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços públicos, de maneira comprovada através de documentos públicos ou particulares autênticos e registros jornalísticos;

III - Diploma Legislativo de Mérito Desportivo: outorgado à pessoa física ou jurídica que tenha realizado relevantes serviços públicos ou se destacaram como atleta, dirigente ou colaborador do esporte;

IV - Diploma Legislativo de Mérito Social: outorgado à pessoa física ou jurídica que tenha se destacado de alguma forma em atividades de cunho cultural, profissional, econômico-social, científico, educacional ou artístico.

Parágrafo único. As honrarias serão conferidas pela entrega de diploma, em que constará o nome do(s) Vereador(es) autor(es) da homenagem.

Art. 157. As concessões de que trata esta seção serão conferidas por Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º O projeto deverá vir instruído com a biografia completa de quem se pretenda homenagear, ou dos dados históricos da entidade, quando for o caso.

§2º Cada Vereador só poderá apresentar um (01) único projeto de Decreto para concessão de títulos honoríficos, por Sessão Legislativa Anual, com uma única indicação de pessoa ou entidade para ser agraciada com título honorífico.

## Seção VI

### Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno

Art. 158. O projeto de Resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno, somente será admitido quando proposto:

I - por um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal de Vereadores;

II - pela Mesa Diretora;

III - pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; ou

IV - por Comissão Especial para esse fim constituída.

## Seção VII

### Da Urgência

Art. 159. Urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de relevância e urgência, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Parágrafo único. Não se dispensa exigência de publicação dos avulsos para as proposições analisadas em regime de urgência.

Art. 160. A urgência poderá ser determinada:

I - pelo Presidente da Mesa Diretora, em projetos de autoria do Poder Executivo e com a solicitação do Prefeito;

II - pelo Plenário, por decisão da maioria simples, por requerimento de qualquer Vereador.

§1º Aprovado o requerimento de urgência, a proposição será apreciada no prazo máximo de trinta (30) dias.

§2º Incluída a matéria na Ordem do Dia e não havendo parecer da(s) Comissão(ões) designada(s), estas deverão emitir parecer imediatamente, dentro da própria reunião, no prazo máximo de meia hora, que será obrigatoriamente concedido pelo Presidente, sendo conjunto este prazo quando mais de uma Comissão tiver de pronunciar-se, findo o qual será a proposição levada a discussão e votação com ou sem parecer.

§3º Neste caso, o Presidente designará relator especial que dará o seu parecer verbalmente.

§4º As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação quando o prazo para apreciação estiver expirado.

Art. 161. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência as

propostas de Emenda à Lei Orgânica, os projetos de lei oriundos do Executivo que versarem sobre matéria orçamentária, exceto os de suplementação e abertura de créditos especiais, e os projetos de leis complementares.

## Seção VIII

### Da Apreciação dos Vetos

Art. 162. Recebido o veto do Prefeito Municipal este será lido em Plenário na primeira reunião que ocorrer, despachado à autuação e análise imediata da Assessoria Jurídica, que terá prazo improrrogável de cinco (05) dias para apresentar seu parecer instrutivo. Parágrafo único. Instruído com o parecer da Assessoria Jurídica, o veto será remetido à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá prazo improrrogável de cinco (05) dias para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na ordem do dia da primeira Sessão que ocorrer.

Art. 163. Não sendo apreciado no prazo legal de trinta (30) dias, proceder-se-á conforme o §4º do art. 41 da Lei Orgânica do Município de Videira.

## Seção IX

### Da Sustação dos Atos Normativos do Poder Executivo

Art. 164. Os atos normativos do Poder Executivo (Decreto do Poder Executivo), que exorbitem o poder regulamentar, poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:

I - por qualquer Vereador;

II - por Comissão, permanente ou especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

Art. 165. Recebido o projeto, a Mesa Diretora oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de dez (10) dias, os esclarecimentos que julgar necessário, colocando o Projeto de Decreto Legislativo à discussão e votação na primeira reunião ordinária que acontecer após transcorrido o prazo dado ao Poder Executivo. Parágrafo único. Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo sustentando ato normativo do Poder Executivo, o Decreto do Poder Legislativo será promulgado e publicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, que remeterá cópia ao Poder Executivo e Judiciário da Comarca.

## TÍTULO V

### DAS REUNIÕES

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 166. As reuniões da Câmara Municipal de Vereadores serão:

I - Ordinárias;

II - Extraordinárias;

III - Solenes;

IV - Preparatórias; e

V - Itinerantes.

Art. 167. O recinto do Plenário é, em reunião, privativo de:

I - Vereador;

II - convidados em visitas oficiais;

III - servidores da Câmara Municipal de Vereadores em serviço de interesse específico em auxílio à Mesa Diretora;

IV - cidadãos autorizados.

Art. 168. Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a presidência da reunião o Vereador mais votado dentre os presentes, que convocará outros, para secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a reunião até que compareça membro titular da Mesa Diretora, que imediatamente

assumirá os trabalhos.

Art. 169. A reunião poderá ser suspensa:

I - pelo Presidente, a seu juízo, no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da ordem do dia;

II - por decisão do Plenário, a requerimento verbal sumário, para:

a) reunião de Comissões Permanentes, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;

b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da reunião.

§1º A suspensão levada a efeito pelo Presidente nos casos previstos no inciso I, será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado à reunião, que terá a sua duração regular.

§2º A suspensão deliberada pelo Plenário nos casos previstos no inciso II, terá duração máxima de trinta (30) minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à reunião.

Art. 170. Qualquer pessoa poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal de Vereadores, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - esteja adequadamente trajado;

II - não porte armas, salvo as exceções previstas em lei;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário, salvo por aplausos;

V - não interpele os Vereadores, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância destes deveres, o Presidente poderá determinar a retirada do recinto, de toda e qualquer pessoa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 171. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à reunião o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§1º Para os fins deste artigo, o livro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário escrever os nomes dos Vereadores ausentes, nos locais destinados a sua assinatura.

§2º Ao final da reunião, o Secretário fará constar do livro de presença os nomes dos Vereadores que, embora o tenham assinado até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e das votações, retirando-se da reunião.

§3º A verificação de presença constará dos anais da Câmara Municipal de Vereadores, em livro com folhas numeradas.

## Seção Única

### Das Reuniões Preparatórias e Itinerantes

Art. 172. Os Vereadores diplomados pela Justiça Eleitoral poderão reunir-se em Reunião Preparatória, não remunerada, até o último dia útil da legislatura anterior, sob a presidência do mais votado, na sala do Plenário, a fim de ultimarem as providências a serem seguidas na Reunião da Instalação da Legislatura e para que lhes sejam apresentados todos os serviços da Câmara Municipal de Vereadores, bem como o andamento normal dos trabalhos legislativos.

Art. 173. Para ultimar os trabalhos nas reuniões preparatórias a Câmara Municipal de Vereadores poderá realizar cursos intensivos com os Vereadores, convidando servidores do quadro ou profissionais habilitados para ministrá-los.

Art. 174. As Reuniões Itinerantes são aquelas realizadas fora do recinto da Câmara Municipal de Vereadores em localidades aprovadas pelo Plenário, computando como reunião ordinária, conforme regulamentação própria.

CAPITULO II  
DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
Seção I  
Disposições Gerais

Art. 175. As reuniões ordinárias serão semanais, devendo ocorrer nas terças-feiras, entre as 18:45hrs e 22:45hrs, com intervalo de 15min entre o Grande Expediente e a Ordem do Dia.

Parágrafo único. As reuniões marcadas para as datas estabelecidas no caput serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em feriados ou pontos facultativos municipais, bem como antecipadas ou postergadas desde que devidamente deliberadas pelo Plenário.

Art. 176. As reuniões ordinárias terão início mediante presença de um terço (1/3) dos Vereadores, assim verificada no livro de presenças.

Art. 177. Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze (15) minutos, prazo este em que persistindo a ausência dos Vereadores, dar-se-á por encerrada a reunião, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 178. À hora regimental, o Presidente declarará aberta a reunião, proferindo as seguintes palavras: "INVOCAMOS A PROTEÇÃO DE DEUS PARA DECLARARMOS ABERTA A PRESENTE REUNIÃO".

Art. 179. A reunião ordinária, com duração máxima de quatro (04) horas, prorrogáveis a requerimento de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário, divide-se em duas (02) partes sucessivas:  
I - do Expediente, dividido em pequeno e grande expediente;

II - da Ordem do Dia.

Parágrafo único. A reunião será encerrada, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do expediente do dia, nos seguintes casos:

I - por falta de quorum regimental para a abertura ou continuação dos trabalhos;

II - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço (1/3) dos Vereadores; ou

III - tumulto grave.

Seção II  
Dos Expedientes  
Subseção I  
Do Pequeno Expediente

Art. 180. O Pequeno Expediente, com duração de até trinta (30) minutos, destina-se à:

I - leitura e votação da ata da reunião anterior;

II - apresentação de proposições à Mesa Diretora;

III - leitura dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal de Vereadores para os quais seja necessário dar a devida publicidade;

IV - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa Diretora ou de Comissão;

V - outros comunicados a juízo do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. Os Vereadores poderão solicitar cópia dos documentos apresentados no Pequeno Expediente, devendo a cópia da ata da reunião anterior ficar a disposição dos Vereadores uma (01) hora antes do início da reunião.

Subseção II  
Do Grande Expediente

Art. 181. O Grande Expediente terá duração máxima de noventa

(90) minutos, divididos proporcionalmente entre os parlamentares com assento na Câmara Municipal de Vereadores e será destinado aos pronunciamentos dos oradores para falar sobre:

I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;

II - questões de interesse público do Município;

III - outras questões de interesse relevante.

§1º A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem de inscrição.

§2º O orador poderá falar no máximo por quinze (15) minutos.

§3º O orador poderá ceder o seu tempo para outro Vereador, independente da bancada que pertença.

Art. 182. Não havendo orador interessado, ou esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passará a Ordem do Dia.

Seção III  
Da Ordem do Dia

Art. 183. A Ordem do Dia, com duração limitada a cento e vinte (120) minutos, destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos escritos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II - proposições aptas, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas Comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores na pauta da Ordem do Dia.

§1º Quando, no curso de uma votação de projeto específico, esgotar-se o tempo destinado à Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§2º A pauta das proposições a serem deliberadas pelo Plenário na Ordem do Dia será publicada no átrio da Câmara Municipal de Vereadores, bem como disponibilizada a todos os Vereadores, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, exceto as proposições em regime de urgência.

Art. 184. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores, assim verificada no livro de presenças.

Art. 185. As matérias incluídas na ordem do dia deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

a) projetos de Decretos Legislativos que tratem de apreciação de contas;

b) projetos de Resolução;

c) vetos do Poder Executivo;

d) projetos do Executivo, com pedido de urgência, deferido pelo Presidente da Mesa Diretora;

e) medidas provisórias.

II - matérias com urgência parlamentar com deferimento do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores;

III - redação final;

IV - matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

Art. 186. A ordem do dia só será modificada no caso de:

I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo líder do governo na Câmara Municipal de Vereadores, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;

II - inserção de projetos que estejam em regime de urgência na forma deste Regimento Interno;

III - inversão de pauta.

Art. 187. A ordem do dia terá item único no caso de discussão e votação dos projetos de lei do Plano Plurianual; Diretrizes Orçamentárias; do Orçamento Anual e julgamento das contas do Prefeito.

Seção IV  
Da Tribuna Livre

Art. 188. A Câmara Municipal de Vereadores oportunizará o uso da Tribuna Livre aos munícipes e entidades representativas do Município, no horário destinado ao Grande Expediente das reuniões ordinárias.

§1º Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada sessão.

§2º O orador poderá dispor de até quinze (15) minutos para discorrer sobre assuntos de interesse do Município, prorrogáveis por mais quinze (15) minutos para responder às perguntas dos Vereadores.

§3º O tempo previsto será distribuído entre até três (03) oradores, devidamente inscritos, mediante ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, atendidos os seguintes requisitos:

I - comprovação de regularidade da entidade através da apresentação de seu Estatuto Social;

II - comprovação de residência e de domicílio eleitoral no Município no caso de inscrição por parte de pessoa física;

III - indicação dos assuntos a serem tratados;

IV - o cidadão que fizer uso da Tribuna Livre somente poderá utilizá-la novamente após um período de trinta (30) dias.

§4º O cidadão que fizer uso da Tribuna Livre não poderá:

I - efetuar ataques a pessoas e entidades;

II - tratar de assuntos que suscitem polêmicas de caráter político e religioso;

III - pronunciar palavras ofensivas ou injuriosas, ofendendo a dignidade e reputação de pessoas e entidades;

IV - abordar assunto diverso do constante do requerimento de inscrição;

V - fazer defesa própria.

§5º Ao orador que infringir o disposto no parágrafo anterior caberá as seguintes penalidades de aplicação imediata pelo Presidente da Mesa:

I - advertência verbal;

II - cassação da palavra.

§6º O Cidadão que tiver sua palavra cassada quando do uso da Tribuna Livre, não mais poderá inscrever-se para fazer uso no transcurso da Sessão Legislativa Anual.

### CAPITULO III

#### DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 189. As reuniões extraordinárias obedecerão, no que couber, o disposto no Título V, Capítulo II, deste Regimento, nos termos da Lei Orgânica do Município de Videira.

§1º As convocações somente se darão em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§2º Nas reuniões extraordinárias, a Câmara Municipal de Vereadores deliberará somente sobre a(s) matéria(s) para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão das convocações.

Art. 190. A convocação do Presidente discriminará o seu objetivo e será:

I - verbal, somente quando feita em reunião;

II - com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores dará ciência da convocação aos Vereadores por meio de comunicação pessoal e escrita, inclusive por meio eletrônico, ou outro meio hábil, com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas em todos os casos, exceto no caso do inciso I deste artigo.

Art. 191. A autoconvocação da Câmara Municipal de Vereadores, no período de recesso parlamentar, será efetivada mediante ofício ao Presidente, subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

### CAPITULO IV

### DA REUNIÃO SOLENE

Art. 192. As Reuniões Solenes, convocadas pelo Presidente, destinam-se a:

I - instalação de legislatura;

II - posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - entrega de títulos honoríficos;

IV comemoração de fato histórico ou relevante para o Município;

V - realização de palestra ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público.

§1º As Reuniões Solenes serão abertas pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminado.

§2º Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores oradores previamente inscritos e os convidados e autoridades designados pelo cerimonial.

§3º As Reuniões Solenes não serão remuneradas.

### CAPITULO V

#### DO USO DA PALAVRA

Art. 193. O Vereador irá fazer uso da palavra durante as reuniões segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão da Tribuna nos seguintes casos:

a) como oradores, desde que devidamente inscritos e autorizados;

b) para discussão de proposição ou de seus respectivos pareceres;

c) nos pronunciamentos pessoais e de lideranças;

II - os Vereadores poderão falar do Plenário para:

a) formular "questões de" e "pela" ordem; ou

b) apartear orador, desde que devidamente autorizado por este, nos casos definidos no art. 196, IX deste Regimento Interno.

§1º Para falar do Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone.

§2º A nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente.

§3º Exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna.

§4º Se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar assento.

§5º Se apesar da advertência e do convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado.

§6º Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones.

§7º Se o Vereador insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente poderá suspendê-la.

§8º Dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou de "Vereador".

§9º Nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 194. As "questões de" e "pela" ordem serão deferidas para:

I - no primeiro caso ("questão de ordem"), para suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento ou quando este for omissivo e para propor o melhor andamento dos trabalhos;

II - no segundo caso ("pela ordem"), para reclamar contra preterição de formalidade regimental;

III - na qualidade de Líder, dirigir comunicação à Mesa Diretora;

IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou

V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º Não se admitirão "questões de" e "pela" ordem quando houver orador na Tribuna.

§2º As "questões de ordem", claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro



de quarenta e oito (48) horas.

§3º Em qualquer fase dos trabalhos da reunião poderá o Vereador falar "pela ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

§4º É vedado formular simultaneamente mais de uma "questão de ordem".

§5º Não poderá ser formulada nova "questão de ordem" havendo outra pendente de decisão.

Art.195. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§1º O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

I - para que o Presidente dê conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da reunião e para colocá-lo em votação;

II - para que o Presidente faça comunicação à Câmara Municipal de Vereadores de caráter urgente e inadiável;

III - para que seja recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou

IV - para que o Presidente suspenda ou encerre a reunião em caso de tumulto grave.

§2º Quando por qualquer motivo, que não a concessão de apartes, o orador for interrompido em sua oração, o prazo de interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 196. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: três (03) minutos;

II - durante a palavra livre, o tempo atribuído a cada Vereador será dividido proporcionalmente definido nos termos do art. 181 deste Regimento Interno;

III - na discussão de:

a) veto: até dez (10) minutos;

b) redação final: até dez (10) minutos;

c) projetos: até dez (10) minutos;

d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: até cinco (05) minutos;

e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: até dez (10) minutos;

f) processo de destituição da Mesa Diretora ou de membros da Mesa Diretora: até dez (10) minutos para cada Vereador e até vinte (20) minutos para o relator e para o denunciado;

g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: até dez (10) minutos para cada Vereador e até vinte (20) minutos para o denunciado ou seu procurador;

h) recursos: até dez (10) minutos.

i) moções: até cinco (05) minutos;

j) requerimentos: até cinco (05) minutos;

IV - em pronunciamentos pessoais e de lideranças: até cinco (05) minutos;

V - para encaminhamento de votação: até cinco (05) minutos;

VI - para declaração de voto: até cinco (05) minutos;

VII - em "questões" e "pela" ordem: até cinco (05) minutos;

VIII - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou indireta: até cinco (05) minutos;

IX - em aparte: até dois (02) minutos.

#### CAPÍTULO VI DOS APARTES

Art. 197. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação, sobre o assunto tratado.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 198. Não serão permitidos apartes:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelos e cruzados;

III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, em questão de ordem.

Parágrafo único. Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

#### CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 199. De cada reunião da Câmara Municipal de Vereadores lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser lida e submetida ao Plenário na reunião subsequente.

§1º A inserção de documentos em ata será objeto de requerimento de qualquer membro da Câmara Municipal de Vereadores e aprovado pela maioria do Plenário.

§2º Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a ata será considerada aprovada, independente de votação.

§3º Não sendo contestado o pedido de retificação, a ata será aprovada com a modificação proposta.

§4º Não havendo consenso quanto à retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito.

§5º O pedido de impugnação da ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na reunião e será objeto de deliberação do Plenário.

§6º Aprovada a ata, será ela assinada pelo Presidente e pelos integrantes da Mesa Diretora.

§7º O resumo da ata aprovada será publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores, até quarenta e oito (48) horas após a sua aprovação, disponibilizado pela internet.

Art. 200. A ata da última reunião da Legislatura será redigida e apreciada, com qualquer número de Vereadores, na mesma reunião, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes, antes desta se encerrar.

#### TÍTULO VI DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 201. Os Secretários e titulares de órgãos da Administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara Municipal de Vereadores para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, podendo importar em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada, conforme o determinado no Decreto-Lei nº 201/67.

§1º A convocação far-se-á através de requerimento subscrito por Vereador ou Comissão, discutido e votado, sem encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§2º O requerimento limitará a convocação à matéria de competência privativa do convocado.

§3º Aprovado o requerimento de convocação, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento. A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de trinta (30) dias a contar do seu recebimento, nos termos do artigo 9º da Lei Orgânica do Município.

§4º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores dará ciência da convocação ao Prefeito, na forma do art. 48, §4º, VI, deste Regimento Interno.

Art. 202. A Câmara Municipal de Vereadores poderá reunir-se em Reunião Extraordinária, em dia e hora previamente estabelecidos, com o fim específico de ouvir e debater com o convocado sobre motivos da convocação.

Art. 203. Independentemente de convocação, poderão os Secretários e Titulares dos Órgãos da Administração Direta e Indireta,

comparecer à Câmara Municipal de Vereadores, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§1º Na reunião especialmente convocada para esse fim, o Secretário ou Titular de Órgão fará uma exposição inicial sobre os motivos que levaram a comparecer à Câmara Municipal de Vereadores, respondendo, a seguir, às interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

§2º Aplicam-se as disposições do art. 207 deste Regimento no caso de comparecimento dos agentes a Câmara Municipal de Vereadores, nos termos do presente artigo.

Art. 204. Sempre que comparecerem à Câmara Municipal de Vereadores, os agentes mencionados terão assento à Mesa Diretora.

## TÍTULO VII

### DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 205. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão Precedentes Regimentais.

Parágrafo único. Os Precedentes Regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 206. Ao final de cada Sessão Legislativa, a Mesa Diretora fará a consolidação de todos os precedentes regimentais, assim como, das modificações feitas no Regimento Interno, sob a forma de Resolução.

## TÍTULO VIII

### DO JULGAMENTO DO PREFEITO E

### DOS VEREADORES POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 207. O julgamento do Prefeito e dos Vereadores, por infração político-administrativa, definida no Decreto-Lei nº 201/67 e na Lei Orgânica do Município, seguirá o seguinte procedimento:

I - quanto ao Prefeito:

a) denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

b) se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação;

c) se o denunciante for o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e este só votará se necessário para completar o quorum de julgamento, sendo convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

d) de posse da denúncia, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, na primeira reunião, determinará sua leitura e consultará a Câmara Municipal de Vereadores sobre o seu recebimento;

e) decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma reunião será constituída a Comissão Processante, com três (03) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

f) recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez (10) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez (10);

g) se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas (02) vezes, no órgão oficial, com intervalo de três (03) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

h) decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de cinco (05) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;

i) se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos,

diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

j) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de pelo menos vinte e quatro (24) horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

k) concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco (05) dias, e após, a Comissão Processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, a convocação de reunião para julgamento;

l) na reunião de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze (15) minutos cada um, e ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas (02) horas, para produzir sua defesa oral;

m) concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia;

n) considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços (2/3), pelo menos, dos membros da Câmara Municipal de Vereadores, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia;

o) concluído o julgamento, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato do Prefeito;

p) se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo;

q) em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

r) o processo a que se refere este inciso deverá estar concluído dentro de noventa (90) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado;

s) transcorrido o prazo, sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos;

II - quanto aos Vereadores o processo de cassação é, no que couber, o estabelecido no inciso I deste artigo.

## TÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 208. Os prazos previstos neste Regimento Interno, quando não se mencionar expressamente "dias úteis", serão contados continuamente e não correrão durante os períodos de recessos da Câmara Municipal de Vereadores, não contando o dia da intimação, contando o último dia do prazo.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á o que for aplicável a Legislação Processual Civil.

Art. 209. A Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores fará reproduzir periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Poder Executivo, a cada um dos Vereadores e às entidades credenciadas e interessadas do Município.

Art. 210. Não haverá expediente no Poder Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Poder Executivo.

Art. 211. A data de vigência deste Regimento ficarão prejudicados quaisquer projetos de Resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do regimento anterior.

Art. 212. Esta Resolução revoga a Resolução nº 04, de 08 de

novembro de 1991.

Art. 213. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Câmara Municipal de Vereadores de Videira, 25 de novembro de 2014.

LOURENÇO BECKER  
Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
1ª Secretária

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO 045/2014

Processo de Licitação 045/2014

Modalidade: Convite 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Carta Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 04 de dezembro de 2014, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Sandro Lunelli, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 27 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



# Consórcios

## AGIR

### DECISÃO FINAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2014 - AGIR

#### DECISÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2014.

OBJETO: Reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

INTERESSADO: Município de Guabiruba.

#### Relatório:

Adoto como relatório, do qual transcrevo parte, o Parecer Administrativo 009/2014, e assim o faço:

"A Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. enviou a esta Agência de Regulação, por meio de documento emitido em 04 de novembro de 2014 e recebido em 11 de novembro do mesmo ano, solicitação de avaliação do pedido de reajuste tarifário aos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde no município de Guabiruba/SC, prestados por aquela concessionária, conforme o Contrato de Concessão nº 003/2003".

Em relação ao pleito encaminhado a esta Agência, a Concessionária indica como índice de reajuste, o percentual de 2,94%, incluindo neste o IGPM acumulado no período de novembro de 2013 a outubro de 2014.

Diante a solicitação, a AGIR, através da Resolução nº 048 de 11 de novembro de 2014, instaura o Procedimento Administrativo nº 018/2014, cujo objeto é o reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

#### Decisão:

Acato o Parecer Administrativo nº 09/2014 e o Parecer Jurídico nº 019/2014, destacando que não são objeto de considerações e/ou decisões, os termos do Contrato de Concessão nº 003/2003, uma vez que o mesmo é objeto de estudos para a adequação à atual legislação que cuida do Saneamento Básico e em especial os serviços de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos (RS) de origem doméstica ou similar, nos termos das legislações.

O pedido formulado pela Concessionária está de acordo com o dispõe o artigo 37 da Lei Federal nº 11.445/2007: "Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais".

Além do exposto, o índice apontado pela Concessionária, conforme o quadro abaixo, também aponta para a correta aplicação da legislação pertinente e abrange o período entre novembro/2013 e outubro/2014, que aponta para o índice acumulado neste período o valor de 2,94%, como demonstrado abaixo:

Quadro 1 - Evolução do IGPM Novembro/2013 a Outubro/2014.

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em%)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número Índice a partir de Jan/93
Out/14	0,28	2,0361	2,9460	1.322,0573
Set/14	0,20	1,7512	3,5414	1.318,3658
Ago/14	-0,27	1,5481	4,8848	1.315,7344
Jul/14	-0,61	1,8230	5,3265	1.319,2965
Jun/14	-0,74	2,4480	6,2484	1.327,3936
Maio/14	-0,13	3,2117	7,8434	1.337,2895
Abr/14	0,78	3,3461	7,9837	1.339,0302
Mar/14	1,67	2,5462	7,3087	1.328,6666
Fev/14	0,38	0,8618	5,7677	1.306,8424
Jan/14	0,48	0,48	5,6729	1.301,8952
Dez/13	0,60	5,5257	5,5257	1.295,6759
Nov/13	0,29	4,8963	5,6096	1.287,9482

Fonte: Adaptado Portal Brasil. Disponível em: < <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Considerado este índice como correto deve-se atentar ainda o dispõe o artigo 39, da Lei Federal nº 11.445/2007: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação".

Por fim, diante de tudo que foi apresentado, analisado e comentado, DEFERE-SE o pleito de reajuste anual requerido pela Concessionária RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC, para assim autorizar a aplicação do índice de 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento) à tarifa incidente, a partir do mês de janeiro de 2015, tendo como base o IGPM acumulado entre os meses de novembro/2013 até outubro/2014, e que seja observado o seguinte:

- a) Que o Município de Guabiruba emita o ato legal, em tempo hábil, ou seja, até o último dia do mês de novembro/2014, em atenção ao artigo 39, caput, da Lei nº 11.445/2007, acima citado, e que este seja publicado nos termos da legislação local vigente, também observando o referido prazo;
- b) Que o ato legal expedido, além da publicação legal, também seja amplamente divulgado nos órgãos da imprensa de abrangência local;
- c) Após as publicações pelo Poder Concedente e pela Concessionária, cópias destas, inclusive onde constem as novas tabelas, deverão ser encaminhadas para a Agência, antes da efetiva aplicação do reajuste para conhecimento e acompanhamento.

Fica determinado ao Município de Guabiruba/SC (Poder Concedente) que relate a esta Agência seus atos de acompanhamento e fiscalização do referido Contrato de Concessão, com ênfase no cumprimento da Cláusula Nona - Dos direitos e obrigações do Poder Concedente, em todos os seus itens, como já tem sido solicitado através de ofícios anteriores expedidos neste mesmo sentido.

Para o cumprimento destas informações, concede-se ao Município o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da intimação desta Decisão.

Recebidas ou não as informações acima solicitadas e as cópias dos atos legais devidamente publicados e publicitados, voltem os autos deste procedimento para a Direção Geral.

Intimem-se os interessados.

Blumenau (SC), em 20 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

---

## CIMCATARINA

---

### **AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0014/2014 - PNEUS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0014/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº0001/2014.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmeras de ar e protetores, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 26 de novembro de 2014

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**BALANCETE DE VERIFICAÇÃO****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não  
Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
<b>Ativo</b>	10000000000000		5.966.529,17	996.254,90	(810.564,45)	6.152.219,62
<b>Ativo circulante</b>	11000000000000		686.546,68	200.463,61	(164.371,48)	722.638,81
<b>Disponível</b>	11100000000000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
<b>Disponível em moeda nacional</b>	11110000000000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
<b>Bancos conta movimento</b>	11112000000000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
<b>Outras contas</b>	11112990000000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
<b>Banco do Brasil s/a</b>	11112990200000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
<b>Banco do Brasil - movimento</b>	11112990201000		164.933,91	147.914,90	(164.371,48)	148.477,33
B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5	11112990201001	F	15.037,35	86,40	(43,66)	15.080,09
B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9	11112990201002	F	53.178,12	300,09	(10.100,08)	43.378,13
B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5	11112990201003	F	17.167,72	98,77	0,00	17.266,49
B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	11112990201004	F	49.895,58	116.590,11	(127.735,07)	38.750,62
B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2	11112990201005	F	10.376,96	59,70	0,00	10.436,66
B. Brasil CIMCATARINA PROLICITA 22436-7	11112990201006	F	19.278,18	30.779,83	(26.492,67)	23.565,34
<b>Créditos em circulação</b>	11200000000000		120.426,70	0,00	0,00	120.426,70
<b>Devedores - entidades e agentes</b>	11220000000000	P	120.426,70	0,00	0,00	120.426,70
<b>Entidades devedoras</b>	11221000000000	P	120.426,70	0,00	0,00	120.426,70
<b>Entidades estaduais, distritais e municipais</b>	11221020000000	P	120.426,70	0,00	0,00	120.426,70
<b>MIP - Fixo</b>	11221020000010	F	4.997,62	0,00	0,00	4.997,62
MATOS COSTA	112210200000101	F	3.247,62	0,00	0,00	3.247,62
TIMBÓ GRANDE	112210200000102	F	1.750,00	0,00	0,00	1.750,00
<b>MIP - Variável</b>	11221020000020	F	91.842,73	0,00	0,00	91.842,73
CAÇADOR	112210200000201	F	34.898,10	0,00	0,00	34.898,10
MATOS COSTA	112210200000203	F	15.499,22	0,00	0,00	15.499,22
TIMBÓ GRANDE	112210200000204	F	41.445,41	0,00	0,00	41.445,41
CALMON	112210200000205	F	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRATIVAS</b>	11221020000030	F	23.586,35	0,00	0,00	23.586,35
MATOS COSTA	112210200000301	F	2.895,24	0,00	0,00	2.895,24
TIMBÓ GRANDE	112210200000302	F	6.111,11	0,00	0,00	6.111,11
CALMON	112210200000303	F	14.580,00	0,00	0,00	14.580,00
<b>Bens e valores em circulação</b>	11300000000000	P	401.186,07	52.548,71	0,00	453.734,78
<b>Estoques</b>	11310000000000	P	401.186,07	52.548,71	0,00	453.734,78
<b>Estoques internos - almoxarifado</b>	11318000000000	P	401.186,07	52.548,71	0,00	453.734,78
Material de Consumo	11318010000000	P	401.186,07	52.548,71	0,00	453.734,78
<b>Ativo permanente</b>	14000000000000		107.522,97	859,96	0,00	108.382,93
<b>Imobilizado</b>	14200000000000		107.522,97	859,96	0,00	108.382,93
<b>Bens móveis e imóveis</b>	14210000000000		107.522,97	859,96	0,00	108.382,93
<b>Bens móveis</b>	14212000000000		107.522,97	859,96	0,00	108.382,93
Aparelhos e Utensílios Domesticos	14212120000000	P	95,00	0,00	0,00	95,00
Maquinas e Equipamentos Energeticos	14212300000000	P	439,49	0,00	0,00	439,49
Equipamentos para Audio, Video e Foto	14212330000000	P	3.779,00	0,00	0,00	3.779,00
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14212340000000	P	8.278,00	0,00	0,00	8.278,00
Equipamentos de Processamentos de Dados	14212350000000	P	16.032,50	0,00	0,00	16.032,50
Maq.equip.utensílios Agri Agrop.e Rodovitarios	14212400000000	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
Mobiliário em Geral	14212420000000	P	18.028,98	0,00	0,00	18.028,98
Veiculos de Tracao Mecanica	14212520000000	P	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Outros Bens Moveis	14212990000000	P	0,00	859,96	0,00	859,96
<b>Ativo compensado</b>	19000000000000		5.172.459,52	794.931,33	(646.192,97)	5.321.197,88
<b>Execução orçamentária da receita</b>	19100000000000		1.227.000,00	295.876,72	(295.876,72)	1.227.000,00
<b>Arrecadação orçamentária - natureza da receita</b>	19110000000000		1.227.000,00	147.938,36	(147.938,36)	1.227.000,00
Receita a Realizar	19111000000000	O	(10.659,29)	0,00	(147.938,36)	(158.597,65)
Receita Realizada	19114000000000	O	1.237.659,29	147.938,36	0,00	1.385.597,65
<b>Arrecadação orçamentária - fonte recursos</b>	19120000000000		0,00	147.938,36	(147.938,36)	0,00
<b>Controle por fonte de recursos</b>	19121000000000		0,00	147.938,36	(147.938,36)	0,00
Arrecadacao Realizada por Fonte	19121010000000	O	1.237.659,29	147.938,36	0,00	1.385.597,65
(r) Outras Arrecadacoes	19121990000000	O	(1.237.659,29)	0,00	(147.938,36)	(1.385.597,65)
<b>Fixação orçamentária da despesa</b>	19200000000000		2.409.411,20	160.000,00	(160.000,00)	2.409.411,20
<b>Dotação orçamentária</b>	19210000000000		2.409.411,20	160.000,00	(160.000,00)	2.409.411,20
<b>Dotação inicial</b>	19211000000000		2.409.411,20	160.000,00	0,00	2.569.411,20
<b>Crédito inicial</b>	19211010000000		1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Originario do Orcamento	19211010100000	O	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
<b>Crédito inicial - suplementar</b>	19211030000000		1.182.411,20	160.000,00	0,00	1.342.411,20
Originario do Orcamento	19211030100000	O	1.182.411,20	160.000,00	0,00	1.342.411,20
<b>Dotação cancelada/remanejada</b>	19219000000000		0,00	0,00	(160.000,00)	(160.000,00)
<b>Alteração da lei orçamentária</b>	19219020000000		0,00	0,00	(160.000,00)	(160.000,00)
(r) Reducao	19219020900000	O	0,00	0,00	(160.000,00)	(160.000,00)
<b>Execução da programação financeira</b>	19300000000000		1.535.148,32	338.254,61	(190.316,25)	1.683.086,68
<b>Disponibilidades financeiras</b>	19320000000000		1.535.148,32	338.254,61	(190.316,25)	1.683.086,68
<b>Outras disponibilidades financeiras</b>	19329000000000		1.535.148,32	338.254,61	(190.316,25)	1.683.086,68
<b>Disponibilidades por fonte de recursos</b>	19329020000000		1.535.148,32	338.254,61	(190.316,25)	1.683.086,68
Disponibilidades por Fonte de Recursos-a Utilizar	19329020100000	C	(513.154,27)	147.938,36	(25.944,77)	(391.160,68)
Disponibilidades por Fonte de Recursos-comprometid	19329020200000	C	679.001,00	25.944,77	(164.371,48)	540.574,29
Disponibilidades por Fonte de Recursos-utilizada	19329020300000	C	1.369.301,59	164.371,48	0,00	1.533.673,07

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-FTRIRW-154598924 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:08

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Compensações ativas diversas	1990000000000000		900,00	800,00	0,00	1.700,00
Responsabilidade por valores, títulos e bens	1991000000000000		900,00	800,00	0,00	1.700,00
Responsabilidades de terceiros	1991100000000000		900,00	800,00	0,00	1.700,00
Outras responsabilidades de terceiros	1991199000000000	C	900,00	800,00	0,00	1.700,00
Responsáveis por Adiantamentos	199119900010000		900,00	800,00	0,00	1.700,00
Luiz Fernando Raldi	199119900010002	C	900,00	800,00	0,00	1.700,00



# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não  
Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
<b>Passivo</b>	2000000000000000		(5.565.920,57)	672.879,85	(807.456,58)	(5.700.497,30)
<b>Passivo circulante</b>	2100000000000000		(166.497,09)	172.330,29	(158.168,66)	(152.335,46)
<b>Depósitos</b>	2110000000000000		(6.508,31)	8.036,64	(7.935,35)	(6.407,02)
<b>Consignações</b>	2111000000000000		(6.508,31)	8.036,64	(7.935,35)	(6.407,02)
<b>Previdência social</b>	2111100000000000		(5.106,00)	5.106,00	(5.019,26)	(5.019,26)
<b>INSS</b>	2111102000000000		(5.106,00)	5.106,00	(5.019,26)	(5.019,26)
INSS sobre Folha de Pagamento	2111102000000001	F	(1.697,30)	1.697,30	(1.600,54)	(1.600,54)
INSS Conduvale	2111102000000003	F	(3.408,70)	3.408,70	(3.418,72)	(3.418,72)
INSS - DANIELA BOTTEGA PONTES	2111102000000004	F	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Tesouro estadual e municipal</b>	2111400000000000		(1.402,31)	2.930,64	(2.916,09)	(1.387,76)
<b>ISS</b>	2111402000000000	F	(1.402,31)	1.397,30	(1.382,75)	(1.387,76)
ISS a Recolher Iomere	2111402000000001	F	(8,94)	8,94	(38,08)	(38,08)
ISS a Recolher Rio das Antas	2111402000000002	F	(89,01)	89,01	(57,28)	(57,28)
ISS a Recolher Lebon Regis	2111402000000003	F	(53,65)	53,65	(129,93)	(129,93)
ISS a Recolher Fraiburgo	2111402000000004	F	(83,99)	83,99	(161,84)	(161,84)
ISS a Recolher Arroio Trinta	2111402000000005	F	(93,53)	93,53	(45,12)	(45,12)
ISS a Recolher Videira	2111402000000006	F	(470,38)	470,38	(394,51)	(394,51)
ISS a Recolher Cacador	2111402000000007	F	(252,67)	252,67	(331,92)	(331,92)
ISS a Recolher Salto Veloso	2111402000000008	F	(10,74)	10,74	(26,27)	(26,27)
ISS a Recolher Matos Costa	2111402000000009	F	(50,89)	50,89	(57,35)	(57,35)
ISS a Recolher Ibiã	2111402000000011	F	(5,01)	0,00	(3,00)	(8,01)
ISS a Recolher Macieira	2111402000000012	F	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS a Recolher Pinheiro Preto	2111402000000013	F	(6,17)	6,17	(17,25)	(17,25)
ISS a Recolher Tangara	2111402000000014	F	(56,32)	56,32	(57,74)	(57,74)
ISS a Recolher Timbo Grande	2111402000000015	F	(98,24)	98,24	(62,46)	(62,46)
ISS a Recolher Frei Rogério	2111402000000016	F	(122,77)	122,77	0,00	0,00
<b>IRRF sobre Folha de Pagamento</b>	2111403000000000	F	0,00	1.434,08	(1.434,08)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Arroio Trinta	2111403000000005	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Cacador	2111403000000009	F	0,00	185,48	(185,48)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Calmon	2111403000000010	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Fraiburgo	2111403000000019	F	0,00	131,15	(131,15)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Ibiã	2111403000000022	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Iomere	2111403000000024	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Lebon Regis	2111403000000033	F	0,00	76,91	(76,91)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Macieira	2111403000000036	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Matos Costa	2111403000000038	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Monte Carlo	2111403000000039	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Pinheiro Preto	2111403000000043	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Rio das Antas	2111403000000049	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Salto Veloso	2111403000000050	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Tangara	2111403000000054	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Timbo Grande	2111403000000055	F	0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Videira	2111403000000060	F	0,00	158,34	(158,34)	0,00
IRRF sobre Folha de Pagamento Brunópolis	2111403000000061		0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Frei Rogério	2111403000000062		0,00	54,29	(54,29)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Irani	2111403000000063	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
<b>Irrf/gdf</b>	2111404000000000		0,00	75,80	(75,80)	0,00
<b>IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	2111404000100000	F	0,00	7,94	(7,94)	0,00
IRRF serv terceiros FEY PROBST & SOUTO ADVOCACIA	2111404000101000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF serv terceiros IPM INFORMÁTICA LTDA	2111404000102000	F	0,00	7,94	(7,94)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Abdon Batista	2111404000200000	F	0,00	67,86	(67,86)	0,00
<b>Outros tributos estaduais e municipais</b>	2111499000000000	F	0,00	23,46	(23,46)	0,00
Outras Restituições	2111499000000002	F	0,00	23,46	(23,46)	0,00
<b>Outros consignatários</b>	2111900000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sindicatos</b>	2111904000000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinser	2111904000000001	F	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Obrigações em circulação</b>	2120000000000000		(159.988,78)	164.293,65	(150.233,31)	(145.928,44)
<b>Obrigações a pagar</b>	2121000000000000		(159.988,78)	164.293,65	(150.233,31)	(145.928,44)
<b>Fornecedores</b>	2121100000000000		(153.616,56)	137.914,90	(124.237,94)	(139.939,60)
<b>do Exercício</b>	2121101000000000		(61.773,73)	137.914,90	(124.237,94)	(48.096,77)
Fornecedores do Exercício	2121101000100000	F	(61.773,73)	137.914,90	(124.237,94)	(48.096,77)
<b>Fornecedores de exercícios anteriores</b>	2121102000000000		(91.842,83)	0,00	0,00	(91.842,83)
Restos a Pagar Processados - Executivo Indiretas	2121102000200000	F	(91.842,83)	0,00	0,00	(91.842,83)
<b>Pessoal a pagar</b>	2121200000000000		0,00	19.962,87	(19.962,87)	0,00
Pessoal a Pagar do Exercício	2121201000000000	F	0,00	19.962,87	(19.962,87)	0,00
<b>Encargos sociais a recolher</b>	2121300000000000		(6.372,22)	6.372,22	(5.988,84)	(5.988,84)
<b>INSS</b>	2121301000000000		(4.672,96)	4.672,96	(4.391,82)	(4.391,82)
INSS do Exercício	2121301000100000	F	(4.672,96)	4.672,96	(4.391,82)	(4.391,82)
<b>INSS - contribuições sobre serviços de terceiros</b>	2121302000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
INSS contribuições s/ serviços de 3ºs - do exercício	2121302000100000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FGTS</b>	2121303000000000		(1.699,26)	1.699,26	(1.597,02)	(1.597,02)
Fgts do Exercício	2121303000100000	F	(1.699,26)	1.699,26	(1.597,02)	(1.597,02)
<b>Obrigações tributárias</b>	2121500000000000		0,00	43,66	(43,66)	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-FTRIRW-154598924 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:08



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 4 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

 Sistema: Todos Considera Encerramento: Não  
 Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
<b>PIS/PASEP</b>	2121509000000000		0,00	43,66	(43,66)	0,00
Pis Pasep do Exercício	2121509000100000	F	0,00	43,66	(43,66)	0,00
<b>Recursos especiais a liberar</b>	2121600000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a pagar</b>	2121602000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados a Liquidar	2121602020000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados Liquidados	2121602030000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Patrimônio líquido</b>	2400000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
<b>Patrimônio/capital</b>	2410000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimonio	2411000000000000	P	(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
<b>Passivo compensado</b>	2900000000000000		(5.172.459,52)	500.549,56	(649.287,92)	(5.321.197,88)
<b>Previsão orçamentária da receita</b>	2910000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
<b>Previsão orçamentária - natureza da receita</b>	2911000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsao Inicial da Receita	2911100000000000	O	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
<b>Previsão orçamentária - fonte de recursos</b>	2912000000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Controle por fonte de recursos</b>	2912100000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Previsao Inicial por Fonte de Recursos	2912101000000000	O	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
(r)outros Controles por Fonte de Recursos	2912199000000000	O	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
<b>Execução orçamentária da despesa</b>	2920000000000000		(2.409.411,20)	500.549,56	(500.549,56)	(2.409.411,20)
<b>Disponibilidades de crédito</b>	2921000000000000		(1.246.374,24)	500.549,56	(336.178,08)	(1.082.002,76)
Credito Disponível	2921100000000000	O	(658.216,07)	185.944,77	(160.000,00)	(632.271,30)
<b>Crédito indisponível</b>	2921200000000000		(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Credito Pre-empenhado Liquido	2921205000000000	O	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
<b>Crédito utilizado</b>	2921300000000000		(587.158,17)	314.604,79	(176.178,08)	(448.731,46)
Credito Empenhado a Liquidar	2921301000000000	O	(511.591,09)	150.233,31	(25.944,77)	(387.302,55)
<b>Crédito liquidado</b>	2921302000000000		(75.567,08)	164.371,48	(150.233,31)	(61.428,91)
Credito Empenhado - Liquidado	2921302010000000	O	(75.567,08)	164.371,48	(150.233,31)	(61.428,91)
<b>Execução da despesa</b>	2924000000000000		(1.163.036,96)	0,00	(164.371,48)	(1.327.408,44)
<b>Emissão de empenho</b>	2924100000000000		(1.163.036,96)	0,00	(164.371,48)	(1.327.408,44)
<b>Empenhos por credor</b>	2924104000000000		(1.163.036,96)	0,00	(164.371,48)	(1.327.408,44)
Valores Pagos	2924104030000000	O	(1.163.036,96)	0,00	(164.371,48)	(1.327.408,44)
<b>Execução da programação financeira</b>	2930000000000000		(1.535.148,32)	0,00	(147.938,36)	(1.683.086,68)
<b>Disponibilidades financeiras</b>	2932000000000000		(1.535.148,32)	0,00	(147.938,36)	(1.683.086,68)
Controle das Disponibilidades de Recursos	2932900000000000	C	(1.535.148,32)	0,00	(147.938,36)	(1.683.086,68)
<b>Execução de restos a pagar</b>	2950000000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Pagos	2952000000000000	C	(5.139,36)	0,00	0,00	(5.139,36)
Restos a Pagar Liquidados	2954000000000000	C	5.139,36	0,00	0,00	5.139,36
<b>Compensações passivas diversas</b>	2990000000000000		(900,00)	0,00	(800,00)	(1.700,00)
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	2991000000000000	C	(900,00)	0,00	(800,00)	(1.700,00)



# **CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 5 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

 Sistema: Todos Considera Encerramento: Não  
 Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
<b>Despesa orçamentária</b>	3000000000000000	F	1.238.604,04	150.233,31	0,00	1.388.837,35
<b>Despesas correntes</b>	3300000000000000	F	1.177.734,60	149.373,35	0,00	1.327.107,95
<b>Pessoal e encargos sociais</b>	3310000000000000	F	227.825,12	25.951,71	0,00	253.776,83
<b>Aplicações diretas</b>	3319000000000000	F	227.825,12	25.951,71	0,00	253.776,83
<b>Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil</b>	3319011000000000	F	175.767,51	19.962,87	0,00	195.730,38
Vencimentos e salários	3319011010000000	F	169.883,77	19.962,87	0,00	189.846,64
Férias indenizadas	3319011420000000	F	3.758,51	0,00	0,00	3.758,51
13º salário	3319011430000000	F	2.125,23	0,00	0,00	2.125,23
<b>Obrigações patronais</b>	3319013000000000	F	52.057,61	5.988,84	0,00	58.046,45
FGTS	3319013010000000	F	13.882,03	1.597,02	0,00	15.479,05
Contribuições previdenciárias - INSS	3319013020000000	F	38.175,58	4.391,82	0,00	42.567,40
<b>Outras despesas correntes</b>	3330000000000000	F	949.909,48	123.421,64	0,00	1.073.331,12
<b>Aplicações diretas</b>	3339000000000000	F	949.909,48	123.421,64	0,00	1.073.331,12
<b>Material de consumo</b>	3339030000000000	F	403.697,74	52.548,71	0,00	456.246,45
Combustíveis e lubrificantes automotivos	3339030010000000	F	2.821,61	140,46	0,00	2.962,07
Material de expediente	3339030160000000	F	1.867,50	0,00	0,00	1.867,50
Material de processamento de dados	3339030170000000	F	2.684,00	0,00	0,00	2.684,00
Material elétrico e eletrônico	3339030260000000	F	386.097,21	52.408,25	0,00	438.505,46
Material para manutenção de veículos	3339030390000000	F	6.879,75	0,00	0,00	6.879,75
Bandeiras, flâmulas e insígnias	3339030500000000	F	283,00	0,00	0,00	283,00
Materiais de consumo - pagto antecipado	3339030960000000	F	2.511,67	0,00	0,00	2.511,67
Outros materiais de consumo	3339030990000000	F	553,00	0,00	0,00	553,00
<b>Passagens e despesas com locomoção</b>	3339033000000000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outras despesas com locomoção	3339033990000000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
<b>Outros serviços terceiros - pessoa física</b>	3339036000000000	F	11.780,00	1.180,00	0,00	12.960,00
Locação de imóveis	3339036150000000	F	10.300,00	1.180,00	0,00	11.480,00
Manutenção e conservação equipamentos	3339036180000000	F	80,00	0,00	0,00	80,00
Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	3339036350000000	F	1.400,00	0,00	0,00	1.400,00
<b>Outros serviços terceiros - pessoa jurídica</b>	3339039000000000	F	533.493,92	69.649,27	0,00	603.143,19
Serviços técnicos profissionais	3339039050000000	F	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Manutenção de software	3339039080000000	F	1.264,00	398,00	0,00	1.662,00
Locação de softwares	3339039110000000	F	12.486,46	3.128,32	0,00	15.614,78
Manutenção e conservação de veículos	3339039190000000	F	5.234,50	0,00	0,00	5.234,50
Serviços de energia elétrica	3339039430000000	F	1.198,25	148,35	0,00	1.346,60
Serviços de comunicação em geral	3339039470000000	F	6.296,79	180,65	0,00	6.477,44
Serviços de seleção e treinamento	3339039480000000	F	0,00	200,00	0,00	200,00
Serviços de telecomunicações	3339039580000000	F	9.581,29	1.603,46	0,00	11.184,75
Serviços gráficos e editoriais	3339039630000000	F	7.574,00	0,00	0,00	7.574,00
Seguros em geral	3339039690000000	F	1.997,61	0,00	0,00	1.997,61
Vale-transporte	3339039720000000	F	1.860,00	100,00	0,00	1.960,00
Serviços bancários	3339039810000000	F	1.849,27	163,80	0,00	2.013,07
Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	3339039960000000	F	2.892,56	800,00	0,00	3.692,56
Despesas de teleprocessamento	3339039970000000	F	4.528,20	768,00	0,00	5.296,20
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3339039990000000	F	473.730,99	62.158,69	0,00	535.889,68
<b>Obrigações tributárias e contributivas</b>	3339047000000000	F	745,02	43,66	0,00	788,68
Contribuição para o PIS/PASEP	3339047120000000	F	465,02	43,66	0,00	508,68
Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	3339047180000000	F	280,00	0,00	0,00	280,00
<b>Despesas de capital</b>	3400000000000000	F	60.869,44	859,96	0,00	61.729,40
<b>Investimentos</b>	3440000000000000	F	60.869,44	859,96	0,00	61.729,40
<b>Aplicações diretas</b>	3449000000000000	F	60.869,44	859,96	0,00	61.729,40
<b>Equipamentos e material permanente</b>	3449052000000000	F	60.869,44	859,96	0,00	61.729,40
Máquinas e equipamentos energéticos	3449052300000000	F	186,00	0,00	0,00	186,00
Equipamentos para áudio,vídeo e foto	3449052330000000	F	1.366,00	0,00	0,00	1.366,00
Equipamentos de processamento de dados	3449052350000000	F	8.930,00	0,00	0,00	8.930,00
Maquinas, instalações e utensílios de escritório	3449052360000000	F	4.137,44	0,00	0,00	4.137,44
Mobiliário em geral	3449052420000000	F	450,00	0,00	0,00	450,00
Veículos de tração mecânica	3449052520000000	F	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Outros equipamentos material permanente	3449052990000000	F	0,00	859,96	0,00	859,96





# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 6 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não  
Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Receita orçamentária	4000000000000000	F	(1.237.659,29)	0,00	(147.938,36)	(1.385.597,65)
Receitas correntes	4100000000000000	F	(1.205.711,29)	0,00	(146.030,36)	(1.351.741,65)
Receita patrimonial	4130000000000000	F	(7.875,82)	0,00	(921,32)	(8.797,14)
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000	F	(7.875,82)	0,00	(921,32)	(8.797,14)
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000	F	(7.875,82)	0,00	(921,32)	(8.797,14)
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501000000000	F	(6.925,92)	0,00	(736,15)	(7.662,07)
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	4132501990000000	F	(6.925,92)	0,00	(736,15)	(7.662,07)
Remuneracao Dep. Bancarios - Municipios Consorciad	4132501990100000	F	(6.925,92)	0,00	(736,15)	(7.662,07)
Remuneração depósito de recursos não vinculados	4132502000000000	F	(949,90)	0,00	(185,17)	(1.135,07)
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	4132502990000000	F	(949,90)	0,00	(185,17)	(1.135,07)
Receita de serviços	4160000000000000	F	(31.028,38)	0,00	0,00	(31.028,38)
Outras receitas de serviços	4160099000000000	F	(31.028,38)	0,00	0,00	(31.028,38)
Outros Serviços - Horas Maquinas	4160099010000000	F	(31.028,38)	0,00	0,00	(31.028,38)
Transferências correntes	4170000000000000	F	(1.157.280,76)	0,00	(145.085,58)	(1.302.366,34)
Transferências intergovernamentais	4172000000000000	F	(1.157.280,76)	0,00	(145.085,58)	(1.302.366,34)
Transferências dos municípios	4172300000000000	F	(1.157.280,76)	0,00	(145.085,58)	(1.302.366,34)
Transferências a consórcios públicos	4172337000000000	F	(1.157.280,76)	0,00	(145.085,58)	(1.302.366,34)
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	4172337000100000	F	(203.910,00)	0,00	0,00	(203.910,00)
ARROIO TRINTA	417233700011021	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
CACADOR	417233700011051	F	(27.360,00)	0,00	0,00	(27.360,00)
CALMON	417233700011053	F	(1.420,00)	0,00	0,00	(1.420,00)
FRAIBURGO	417233700011093	F	(27.360,00)	0,00	0,00	(27.360,00)
IBIAM	417233700011108	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
IOMERÊ	417233700011117	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
LEBON REGIS	417233700011148	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
MACIEIRA	417233700011154	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
MATOS COSTA	417233700011162	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
MONTE CARLO	417233700011167	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
PINHEIRO PRETO	417233700011198	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
RIO DAS ANTAS	417233700011215	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
SALTO VELOSO	417233700011228	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
TANGARÁ	417233700011267	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
TIMBÓ GRANDE	417233700011272	F	(9.450,00)	0,00	0,00	(9.450,00)
VIDEIRA	417233700011289	F	(27.360,00)	0,00	0,00	(27.360,00)
FREI ROGÉRIO	417233700011290	F	(4.560,00)	0,00	0,00	(4.560,00)
BRUNÓPOLIS	417233700011291	F	(6.080,00)	0,00	0,00	(6.080,00)
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	4172337000200000	F	(866.212,26)	0,00	(116.358,08)	(982.570,34)
ARROIO TRINTA	417233700021021	F	(15.006,11)	0,00	(2.819,60)	(17.825,71)
CAÇADOR	417233700021051	F	(293.364,32)	0,00	0,00	(293.364,32)
CALMON	417233700021053	F	(3.094,62)	0,00	0,00	(3.094,62)
FRAIBURGO	417233700021093	F	(134.585,23)	0,00	(14.595,37)	(149.180,60)
IBIAM	417233700021108	F	(8.873,22)	0,00	(250,87)	(9.124,09)
IOMERÊ	417233700021117	F	(15.077,33)	0,00	(3.646,02)	(18.723,35)
LEBON REGIS	417233700021148	F	(31.524,70)	0,00	(10.914,68)	(42.439,38)
MACIEIRA	417233700021154	F	(2.807,52)	0,00	0,00	(2.807,52)
MATOS COSTA	417233700021162	F	(12.448,68)	0,00	(4.886,79)	(17.335,47)
PINHEIRO PRETO	417233700021198	F	(8.947,02)	0,00	(1.309,17)	(10.256,19)
RIO DAS ANTAS	417233700021215	F	(34.511,94)	0,00	(4.338,54)	(38.850,48)
SALTO VELOSO	417233700021228	F	(21.402,78)	0,00	(1.392,58)	(22.795,36)
TANGARÁ	417233700021267	F	(29.390,87)	0,00	(3.287,34)	(32.678,21)
TIMBÓ GRANDE	417233700021272	F	(32.855,67)	0,00	(34.094,38)	(66.950,05)
VIDEIRA	417233700021289	F	(203.977,97)	0,00	(34.822,74)	(238.800,71)
FREI ROGÉRIO	417233700021290	F	(18.344,28)	0,00	0,00	(18.344,28)
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	4172337000300000	F	(10.000,00)	0,00	0,00	(10.000,00)
FRAIBURGO	417233700031093	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
PINHEIRO PRETO	417233700031198	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	4172337000400000	F	(77.158,50)	0,00	(28.727,50)	(105.886,00)
ABDON BATISTA	417233700040100	F	0,00	0,00	(1.410,00)	(1.410,00)
ARROIO TRINTA	417233700041021	F	(4.512,00)	0,00	0,00	(4.512,00)
BRUNOPOLIS	417233700041049	F	(4.512,00)	0,00	0,00	(4.512,00)
CAÇADOR	417233700041051	F	(11.562,00)	0,00	0,00	(11.562,00)
FRAIBURGO	417233700041093	F	(8.178,00)	0,00	(2.726,00)	(10.904,00)
FREI ROGERIO	417233700041094	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
IBIAM	417233700041108	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
IOMERE	417233700041117	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
IRANI	417233700041123	F	(5.640,00)	0,00	(1.410,00)	(7.050,00)
LEBON REGIS	417233700041148	F	(1.300,50)	0,00	(433,50)	(1.734,00)
MACIEIRA	417233700041154	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
MATOS COSTA	417233700041162	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
MONTE CARLO	417233700041167	F	(4.230,00)	0,00	(1.410,00)	(5.640,00)
PINHEIRO PRETO	417233700041198	F	(3.384,00)	0,00	(1.128,00)	(4.512,00)
RIO DAS ANTAS	417233700041215	F	(4.230,00)	0,00	(1.410,00)	(5.640,00)
SALTO VELOSO	417233700041228	F	(4.230,00)	0,00	0,00	(4.230,00)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-FTRIRW-154598924 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:08



# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 7 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
TANGARA	417233700041267	F	(8.460,00)	0,00	0,00	(8.460,00)
VIDEIRA	417233700041273	F	0,00	0,00	(13.160,00)	(13.160,00)
<b>Outras receitas correntes</b>	419000000000000	F	(9.526,33)	0,00	(23,46)	(9.549,79)
<b>Multas e juros de mora</b>	419100000000000	F	(8.613,51)	0,00	0,00	(8.613,51)
<b>Multas de outras origens</b>	419190000000000	F	(8.613,51)	0,00	0,00	(8.613,51)
Multas e juros previstos em contratos	419192700000000	F	(8.613,51)	0,00	0,00	(8.613,51)
<b>Indenizações e restituições</b>	419200000000000	F	(912,82)	0,00	(23,46)	(936,28)
<b>Restituições</b>	419220000000000	F	(912,82)	0,00	(23,46)	(936,28)
Outras restituições	419229900000000	F	(912,82)	0,00	(23,46)	(936,28)
<b>Receitas de capital</b>	420000000000000	F	(31.948,00)	0,00	(1.908,00)	(33.856,00)
<b>Transferências de capital</b>	424000000000000	F	(31.948,00)	0,00	(1.908,00)	(33.856,00)
<b>Transferências intergovernamentais</b>	424200000000000	F	(31.948,00)	0,00	(1.908,00)	(33.856,00)
<b>Transferências dos municípios</b>	424230000000000	F	(31.948,00)	0,00	(1.908,00)	(33.856,00)
<b>Transferências a consórcios públicos</b>	424233700000000	F	(31.948,00)	0,00	(1.908,00)	(33.856,00)
<b>GRUPO DO PROGRAMA 01</b>	424233700010000	F	(26.800,00)	0,00	0,00	(26.800,00)
ARROIO TRINTA	424233700011021	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
CAÇADOR	424233700011051	F	(3.600,00)	0,00	0,00	(3.600,00)
CALMON	424233700011053	F	(200,00)	0,00	0,00	(200,00)
FRAIBURGO	424233700011093	F	(3.600,00)	0,00	0,00	(3.600,00)
IBIAM	424233700011108	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
IOMERÊ	424233700011117	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
LEBON REGIS	424233700011148	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
MACIEIRA	424233700011154	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
MATOS COSTA	424233700011162	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
MONTE CARLO	424233700011167	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
PINHEIRO PRETO	424233700011198	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
RIO DAS ANTAS	424233700011215	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
SALTO VELOSO	424233700011228	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
TANGARA	424233700011267	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
TIMBÓ GRANDE	424233700011272	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
VIDEIRA	424233700011289	F	(3.600,00)	0,00	0,00	(3.600,00)
FREI ROGÉRIO	424233700011290		(600,00)	0,00	0,00	(600,00)
BRUNÓPOLIS	424233700011291		(800,00)	0,00	0,00	(800,00)
<b>GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA</b>	424233700040000		(5.148,00)	0,00	(1.908,00)	(7.056,00)
ABDON BATISTA	424233700040100	F	0,00	0,00	(90,00)	(90,00)
ARROIO TRINTA	424233700041021	F	(288,00)	0,00	0,00	(288,00)
BRUNOPOLIS	424233700041049	F	(288,00)	0,00	0,00	(288,00)
CAÇADOR	424233700041051	F	(738,00)	0,00	0,00	(738,00)
FRAIBURGO	424233700041093	F	(522,00)	0,00	(174,00)	(696,00)
FREI ROGERIO	424233700041094	F	(216,00)	0,00	(72,00)	(288,00)
IBIAM	424233700041108	F	(216,00)	0,00	(72,00)	(288,00)
IOMERÊ	424233700041117	F	(216,00)	0,00	(72,00)	(288,00)
IRANI	424233700041123	F	(360,00)	0,00	(90,00)	(450,00)
LEBON REGIS	424233700041148	F	0,00	0,00	(102,00)	(102,00)
MACIEIRA	424233700041154	F	(216,00)	0,00	(72,00)	(288,00)
MATOS COSTA	424233700041162	F	(522,00)	0,00	(72,00)	(594,00)
MONTE CARLO	424233700041167	F	(270,00)	0,00	(90,00)	(360,00)
PINHEIRO PRETO	424233700041198	F	(216,00)	0,00	(72,00)	(288,00)
RIO DAS ANTAS	424233700041215	F	(270,00)	0,00	(90,00)	(360,00)
SALTO VELOSO	424233700041228	F	(270,00)	0,00	0,00	(270,00)
TANGARA	424233700041267	F	(540,00)	0,00	0,00	(540,00)
VIDEIRA	424233700041289	F	0,00	0,00	(840,00)	(840,00)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 8 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado diminutivo do exercício	5000000000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Resultado extra-orçamentário	5200000000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Decréscimos patrimoniais	5230000000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Desincorporações de ativos	5231000000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Baixa de direitos	5231700000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Devedores - entidades e agentes	5231703000000000		60.502,19	0,00	0,00	60.502,19
Agentes Devedores	5231703020000000	F	60.502,19	0,00	0,00	60.502,19


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 9 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Outubro de 2014 até: Outubro de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado aumentativo do exercício	6000000000000000		(462.055,54)	0,00	(53.408,67)	(515.464,21)
Resultado orçamentário	6100000000000000		(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Mutações ativas	6130000000000000		(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Incorporação de ativos	6131000000000000		(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Aquisições de bens	6131100000000000		(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Bens móveis	6131102000000000		(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Bens Moveis de Uso Permanente	6131102010000000	P	(60.869,44)	0,00	(859,96)	(61.729,40)
Resultado extra-orçamentário	6200000000000000		(401.186,10)	0,00	(52.548,71)	(453.734,81)
Acréscimos patrimoniais	6230000000000000		(401.186,10)	0,00	(52.548,71)	(453.734,81)
Incorporação de ativos	6231000000000000		(401.186,07)	0,00	(52.548,71)	(453.734,78)
Incorporação de bens móveis	6231200000000000		(401.186,07)	0,00	(52.548,71)	(453.734,78)
Bens de estoque	6231202000000000		(401.186,07)	0,00	(52.548,71)	(453.734,78)
Aquisicao	6231202010000000	P	(401.186,07)	0,00	(52.548,71)	(453.734,78)
Desincorporação de passivos	6233000000000000		(0,03)	0,00	0,00	(0,03)
Desincorporação de obrigações	6233100000000000		(0,03)	0,00	0,00	(0,03)
Restos a Pagar	6233105000000000	F	(0,03)	0,00	0,00	(0,03)

Ativo	6.152.219,62	Passivo	5.700.497,30
Despesa	1.388.837,35	Receita	1.385.597,65
Res. Diminutivo	60.502,19	Res. Aumentativo	515.464,21
		Dedução da Receita	0,00
Total	7.601.559,16	Total	7.601.559,16

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

BALANCETE DO RAZÃO



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-01 Balancete do Razão

Período: Outubro de 2014

Sistema: Todos

Pág 1 / 1

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão	
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		Saldo Atual	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Financeiro									
Ativo	478.417,92	1.239.242,24	1.432.299,55	147.914,90	164.371,48	1.387.157,14	1.596.671,03	268.904,03	
Passivo	(298.107,49)	1.444.645,18	1.313.034,78	172.221,71	158.060,08	1.616.866,89	1.471.094,86	(152.335,46)	
Despesa orçamentária	0,00	1.241.099,81	2.495,77	150.233,31	0,00	1.391.333,12	2.495,77	1.388.837,35	
Receita orçamentária	0,00	0,00	1.203.891,01	0,00	146.810,36	0,00	1.350.701,37	(1.350.701,37)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	60.502,19	0,00	0,00	0,00	60.502,19	0,00	60.502,19	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	(0,03)	
Total do sistema Financeiro	180.310,43	3.985.489,42	3.951.721,14	470.369,92	469.241,92	4.455.859,34	4.420.963,06	215.206,71	
Patrimonial									
Ativo	46.653,53	462.055,51	0,00	53.408,67	0,00	515.464,18	0,00	562.117,71	
Passivo	(226.963,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(226.963,96)	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	462.055,51	0,00	53.408,67	0,00	515.464,18	(515.464,18)	
Total do sistema Patrimonial	(180.310,43)	462.055,51	462.055,51	53.408,67	53.408,67	515.464,18	515.464,18	(180.310,43)	
Compensado									
Ativo	297.489,03	4.435.888,56	3.197.329,27	339.054,61	190.316,25	4.774.943,17	3.387.645,52	1.684.786,68	
Passivo	(297.489,03)	12.139,36	1.250.698,65	0,00	148.738,36	12.139,36	1.399.437,01	(1.684.786,68)	
Total do sistema Compensado	0,00	4.448.027,92	4.448.027,92	339.054,61	339.054,61	4.787.082,53	4.787.082,53	0,00	
Orçamentário									
Ativo	0,00	6.111.729,78	2.475.318,58	455.876,72	455.876,72	6.567.606,50	2.931.195,30	3.636.411,20	
Passivo	0,00	5.455.660,19	9.092.071,39	500.549,56	500.549,56	5.956.209,75	9.592.620,95	(3.636.411,20)	
Total do sistema Orçamentário	0,00	11.567.389,97	11.567.389,97	956.426,28	956.426,28	12.523.816,25	12.523.816,25	0,00	
Total Ativo									
Total Ativo	822.560,48	12.248.916,09	7.104.947,40	996.254,90	810.564,45	13.245.170,99	7.915.511,85	6.152.219,62	
Total Passivo									
Total Passivo	(822.560,48)	6.912.444,73	11.655.804,82	672.771,27	807.348,00	7.585.216,00	12.463.152,82	(5.700.497,30)	
Total Despesa									
Total Despesa	0,00	1.241.099,81	2.495,77	150.233,31	0,00	1.391.333,12	2.495,77	1.388.837,35	
Total Receita									
Total Receita	0,00	0,00	1.203.891,01	0,00	146.810,36	0,00	1.350.701,37	(1.350.701,37)	
Total Resultado Diminutivo do Exercício									
Total Resultado Diminutivo do Exercício	0,00	60.502,19	0,00	0,00	0,00	60.502,19	0,00	60.502,19	
Total Resultado Aumentativo do Exercício									
Total Resultado Aumentativo do Exercício	0,00	0,00	462.055,54	0,00	53.408,67	0,00	515.464,21	(515.464,21)	
Total Geral									
Total Geral	0,00	20.462.962,82	20.429.194,54	1.819.259,48	1.818.131,48	22.282.222,30	22.247.326,02	34.896,28	

LUÍZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

**BALANÇO FINANCEIRO****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	147.938,36	1.385.597,65	ORÇAMENTÁRIA	25.944,77	1.776.139,90
Receitas Orçamentárias	147.938,36	1.385.597,65	Despesas Correntes	25.084,81	1.714.260,50
Receitas Correntes	146.030,36	1.351.741,65	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	419.020,22
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	25.084,81	1.295.240,28
Receita Patrimonial	921,32	8.797,14	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	859,96	61.879,40
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	859,96	61.879,40
Receita de Serviços	0,00	31.028,38	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	145.085,58	1.302.366,34	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	23,46	9.549,79	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	1.908,00	33.856,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	1.908,00	33.856,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(130.522,11)	574.016,99	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.928,06	332.486,44
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	60.502,19	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	60.502,19	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	7.826,77	72.126,61	Depósitos	7.928,06	65.719,59
Consignações	7.826,77	72.126,61	Consignações	7.928,06	65.719,59
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00
Restos a Pagar	(138.348,88)	441.388,16	Restos a Pagar	0,00	206.264,66
Obrigações a Pagar	(138.348,88)	441.388,16	Obrigações a Pagar	0,00	206.264,66
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,03	Decréscimos Patrimoniais	0,00	60.502,19
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	164.933,91	297.489,03	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	148.477,33	148.477,33
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	32.205,07	10.897,40	Bancos Conta Movimento	32.346,58	32.346,58
Bancos Conta Vinculada	132.728,84	286.591,63	Bancos Conta Vinculada	116.130,75	116.130,75
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	182.350,16	2.257.103,67	TOTAL	182.350,16	2.257.103,67

Notas:

\_\_\_\_\_  
 LUIZ FERNANDO RALDI  
 Contador  
 CRC/SC 029.696/O-0

\_\_\_\_\_  
 ELÓI RONNAU  
 Diretor Executivo

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Outubro

Valor: Empenhado

Conta	Créditos			Despesas		
	Orcado	Suplementado	Anulado	Valor/Mês	Acumulado	Saldo
<b>Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO</b>						
3300000000000000 - Despesas correntes	1.095.000,00	1.290.577,58	125.000,00	25.084,81	1.714.260,50	546.317,08
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	457.500,00	45.636,48	30.000,00	0,00	419.020,22	54.116,26
3319000000000000 - Aplicações diretas	457.500,00	45.636,48	30.000,00	0,00	419.020,22	54.116,26
3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	318.520,22	0,00
3319011010000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	312.636,48	0,00
3319011420000000 - Férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	3.758,51	0,00
3319011430000000 - 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	2.125,23	0,00
3319013000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	100.500,00	0,00
3319013010000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00	0,00
3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00	0,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	637.500,00	1.244.941,10	95.000,00	25.084,81	1.295.240,28	492.200,82
3339000000000000 - Aplicações diretas	637.500,00	1.244.941,10	95.000,00	25.084,81	1.295.240,28	492.200,82
3339030000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	662,36	523.394,06	0,00
3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	7.046,01	0,00
3339030016000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	662,36	3.190,44	0,00
3339030017000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,99	0,00
3339030026000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	500.214,20	0,00
3339030039000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	6.879,75	0,00
3339030050000000 - Bandeiras, flâmulas e insígnias	0,00	0,00	0,00	0,00	283,00	0,00
3339030060000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	2.511,67	0,00
3339030090000000 - Outros materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	553,00	0,00
3339033000000000 - Passagens e despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80	0,00
3339033900000000 - Outras despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	17.420,00	0,00
3339036000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	13.840,00	0,00
3339036150000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
3339036180000000 - Manutenção e conservação equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00
3339036350000000 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
3339039000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	24.422,45	752.533,42	0,00
3339039050000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
3339039080000000 - Manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136,00	0,00
3339039110000000 - Locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	31.300,29	0,00
3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.234,50	0,00
3339039430000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.418,62	0,00
3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	21.565,45	29.070,94	0,00
3339039480000000 - Serviços de seleção e treinamento	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00
3339039580000000 - Serviços de telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	14.048,51	0,00
3339039630000000 - Serviços gráficos e editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	7.574,00	0,00
3339039690000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997,61	0,00
3339039720000000 - Vale-transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
3339039810000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	3.553,97	0,00





CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Outubro

Valor: Empenhado

Conta		Créditos		Total	Despesas		Saldo
Órgão:	Conta	Orçado	Suplementado		Valor/Mês	Acumulado	
01 - CONSORCIO PÚBLICO	3339039960000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	800,00	3.692,56	0,00
	3339039970000000 - Despesas de teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	1.857,00	6.832,20	0,00
	3339039990000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	640.274,22	0,00
	3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00
	3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
	3339047180000000 - Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00
	3400000000000000 - Despesas de capital	130.000,00	51.833,62	146.833,62	859,96	61.879,40	84.954,22
	3440000000000000 - Investimentos	130.000,00	51.833,62	146.833,62	859,96	61.879,40	84.954,22
	3449000000000000 - Aplicacoes diretas	130.000,00	51.833,62	146.833,62	859,96	61.879,40	84.954,22
	3449052000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	336,00	0,00
	3449052300000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.366,00	0,00
	3449052350000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	8.930,00	0,00
	3449052380000000 - Maquinas, instalações e utensílios de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	4.137,44	0,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3449052420000000 - Mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00
	3449052520000000 - Veículos de tração mecânica	0,00	0,00	0,00	0,00	45.800,00	0,00
	3449052990000000 - Outros equipamentos material permanente	0,00	0,00	0,00	859,96	859,96	0,00
	Total Órgão	1.225.000,00	1.342.411,20	2.407.411,20	25.944,77	1.776.139,90	631.271,30
3990000000000000 - Reserva de contingência	3990000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	3990000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	3999000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Total Órgão	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total Geral		1.227.000,00	1.342.411,20	2.409.411,20	25.944,77	1.776.139,90	633.271,30

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

## Prestação de Contas

## Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Janeiro até Outubro de 2014

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	1.138.000,00	1.351.741,65	213.741,65	
Receita tributária	11000000000000	12.000,00	0,00		12.000,00
Impostos	11100000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Imposto sobre o patrimônio e a renda	11120000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Taxas	11200000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Taxas pela prestação de serviços	11220000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Receita patrimonial	13000000000000	3.600,00	8.797,14	5.197,14	
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	3.600,00	8.797,14	5.197,14	
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	3.600,00	8.797,14	5.197,14	
Receita de serviços	16000000000000	245.400,00	31.028,38		214.371,62
Serviços administrativos	16001300000000	52.260,00	0,00		52.260,00
Serviços recreativos e culturais	16001900000000	1.140,00	0,00		1.140,00
Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos	16002000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Outras receitas de serviços	16009900000000	190.000,00	31.028,38		158.971,62
Transferências correntes	17000000000000	877.000,00	1.302.366,34	425.366,34	
Transferências intergovernamentais	17200000000000	877.000,00	1.302.366,34	425.366,34	
Transferências dos municípios	17230000000000	877.000,00	1.302.366,34	425.366,34	
Outras receitas correntes	19000000000000	0,00	9.549,79	9.549,79	
Multas e juros de mora	19100000000000	0,00	8.613,51	8.613,51	
Multas de outras origens	19190000000000	0,00	8.613,51	8.613,51	
Indenizações e restituições	19200000000000	0,00	936,28	936,28	
Restituições	19220000000000	0,00	936,28	936,28	
Receitas de capital	20000000000000	89.000,00	33.856,00		55.144,00
Alienação de bens	22000000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de bens móveis	22100000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de outros bens móveis	22190000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Transferências de capital	24000000000000	79.000,00	33.856,00		45.144,00
Transferências intergovernamentais	24200000000000	79.000,00	33.856,00		45.144,00
Transferências dos municípios	24230000000000	79.000,00	33.856,00		45.144,00
<b>Total Geral</b>		<b>1.227.000,00</b>	<b>1.385.597,65</b>	<b>158.597,65</b>	

\_\_\_\_\_  
 LUIZ FERNANDO RALDI  
 Contador  
 CRC/SC 029.696/O-0

\_\_\_\_\_  
 ELÓI RONNAU  
 Diretor Executivo

## CONCILIAÇÃO BANCÁRIA



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas  
AN TC-03 Conciliação Bancária  
Período: 01/10/2014 até 31/10/2014

**111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5**

Saldo da Contabilidade			15.080,09	Saldo de Aplicação			0,00	
Saldo Conciliado			15.080,09	Saldo de Extrato			15.080,09	
				Diferença conciliação (I)			0,00	
Pendências Contábeis				Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor	
Total (II)			0,00	Total (III)			0,00	
Diferença Geral (I - II + III)								0,00

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91  
01 Ctr1 - 20.412-9

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9

Saldo da Contabilidade		43.378,13		Saldo de Aplicação		0,00	
Saldo Conciliado		43.378,13		Saldo de Extrato		49.748,39	
				Diferença conciliação (I)		(6.370,26)	
Pendências Contábeis				Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
				Ordens de pagamento a fornecedores não realizados no banco			
				31/10/2014 320 Pagamento não considerado no banco			
Total (II)		0,00		Total (III)		(6.370,26)	
Diferença Geral (I - II + III)							
						0,00	

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91  
Maq. - 20.414-5

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade		17.266,49	Saldo de Aplicação			0,00	
Saldo Conciliado		17.266,49	Saldo de Extrato			17.266,49	
			Diferença conciliação (I)			0,00	
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas  
AN TC-03 Conciliação Bancária  
Período: 01/10/2014 até 31/10/2014

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade	17.266,49	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	17.266,49	Saldo de Extrato	17.266,49
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Total (II)	0,00	Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	38.750,62	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	38.750,62	Saldo de Extrato	38.750,62
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.436,66	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.436,66	Saldo de Extrato	10.436,66
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas  
AN TC-03 Conciliação Bancária  
Período: 01/10/2014 até 31/10/2014

111129902010005 - B.Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.436,66	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.436,66	Saldo de Extrato	10.436,66
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010006 - B. Brasil CIMCATARINA PROLICITA 22436-7

Saldo da Contabilidade	23.565,34	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	23.565,34	Saldo de Extrato	24.365,34
		Diferença conciliação (I)	(800,00)

Pendências Contábeis				Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
				Cheques a compensar			
				31/10/2014	850007	CHEQUE A COMPENSAR	(800,00)
Total (II)				Total (III)			
0,00				(800,00)			
Diferença Geral (I - II + III)							
0,00							

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010007 - B. BRASIL CIMCATARINA PROILUMINA. 22437-5

Saldo da Contabilidade	0,00	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	0,00	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00

Pendências Contábeis				Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00	Total (III)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)				0,00			

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas  
AN TC-03 Conciliação Bancária  
Período: 01/10/2014 até 31/10/2014

111129902010007 - B. BRASIL CIMCATARINA PROILUMINA. 22437-5

Saldo da Contabilidade	0,00	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	0,00	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014

IPM - Informática Ltda

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO\_ SUBFUNÇÃO 4 BIMESTRE****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Julho à Agosto	Até Agosto	Julho à Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.227.000,00	2.409.411,20	157.300,30	1.732.492,22	237.577,63	1.076.667,16	100,00	44,69	1.332.744,04
Administração	650.000,00	753.344,83	152.116,98	563.229,98	78.259,04	313.000,65	29,07	41,55	440.344,18
Administração Geral	650.000,00	753.344,83	152.116,98	563.229,98	78.259,04	313.000,65	29,07	41,55	440.344,18
Cultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Urbanismo	130.000,00	1.207.093,92	2.493,32	1.151.570,04	158.620,98	749.138,03	69,58	62,06	457.955,89
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços Urbanos	120.000,00	1.197.093,92	2.493,32	1.151.570,04	158.620,98	749.138,03	69,58	62,58	447.955,89
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Gestão Ambiental	160.000,00	160.000,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	160.000,00	160.000,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Agricultura	200.000,00	201.972,45	2.690,00	16.642,20	549,30	14.116,05	1,31	6,99	187.856,40
Extensão Rural	200.000,00	201.972,45	2.690,00	16.642,20	549,30	14.116,05	1,31	6,99	187.856,40
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	148,31	412,43	0,04	8,25	4.587,57
Outros encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	148,31	412,43	0,04	8,25	4.587,57
Reserva de Contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Reserva de contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

**Despesa Intra-Orçamentária**

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Julho à Agosto	Até Agosto	Julho à Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.227.000,00	2.409.411,20	157.300,30	1.732.492,22	237.577,63	1.076.667,16	100,00	44,69	1.332.744,04

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/nov/2014

Hora de emissão: 08h e 48m

Notas:

\_\_\_\_\_  
 LUIZ FERNANDO RALDI  
 Contador  
 CRC/SC 029.696/O-0

\_\_\_\_\_  
 ELÓI RONNAU  
 Diretor Executivo



**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 3

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Outubro

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
<b>Receita Orçamentária</b>		
Receita orçamentária	147.938,36	1.385.597,65
Receitas correntes	146.030,36	1.351.741,65
Receita patrimonial	921,32	8.797,14
Receitas de valores mobiliários	921,32	8.797,14
Remuneração de depósitos bancários	921,32	8.797,14
Remuneração depósitos de recursos vinculados	736,15	7.662,07
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	736,15	7.662,07
Remuneracao Dep. Bancarios - Municipios Consorciad	736,15	7.662,07
Remuneração depósito de recursos não vinculados	185,17	1.135,07
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	185,17	1.135,07
Receita de serviços	0,00	31.028,38
Outras receitas de serviços	0,00	31.028,38
Outros Servicos - Horas Maquinas	0,00	31.028,38
Transferências correntes	145.085,58	1.302.366,34
Transferências intergovernamentais	145.085,58	1.302.366,34
Transferências dos municípios	145.085,58	1.302.366,34
Transferências a consórcios públicos	145.085,58	1.302.366,34
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	0,00	203.910,00
ARROIO TRINTA	0,00	9.120,00
CACADOR	0,00	27.360,00
CALMON	0,00	1.420,00
FRAIBURGO	0,00	27.360,00
IBIAM	0,00	9.120,00
IOMERÊ	0,00	9.120,00
LEBON REGIS	0,00	9.120,00
MACIEIRA	0,00	9.120,00
MATOS COSTA	0,00	9.120,00
MONTE CARLO	0,00	9.120,00
PINHEIRO PRETO	0,00	9.120,00
RIO DAS ANTAS	0,00	9.120,00
SALTO VELOSO	0,00	9.120,00
TANGARÁ	0,00	9.120,00
TIMBÓ GRANDE	0,00	9.450,00
VIDEIRA	0,00	27.360,00
FREI ROGÉRIO	0,00	4.560,00
BRUNÓPOLIS	0,00	6.080,00
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	116.358,08	982.570,34
ARROIO TRINTA	2.819,60	17.825,71
CAÇADOR	0,00	293.364,32
CALMON	0,00	3.094,62
FRAIBURGO	14.595,37	149.180,60
IBIAM	250,87	9.124,09
IOMERÊ	3.646,02	18.723,35
LEBON REGIS	10.914,68	42.439,38
MACIEIRA	0,00	2.807,52
MATOS COSTA	4.886,79	17.335,47
PINHEIRO PRETO	1.309,17	10.256,19
RIO DAS ANTAS	4.338,54	38.850,48
SALTO VELOSO	1.392,58	22.795,36
TANGARÁ	3.287,34	32.678,21
TIMBÓ GRANDE	34.094,38	66.950,05
VIDEIRA	34.822,74	238.800,71
FREI ROGÉRIO	0,00	18.344,28
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	0,00	10.000,00
FRAIBURGO	0,00	5.000,00
PINHEIRO PRETO	0,00	5.000,00
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	28.727,50	105.886,00
ABDON BATISTA	1.410,00	1.410,00
ARROIO TRINTA	0,00	4.512,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1071101-022-COEEV-15459775 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:22



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA**

Pág 2 / 3

Prestação de Contas  
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título  
LOA: 2014 Período: Outubro

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
<b>Receita Orçamentária</b>		
BRUNOPOLIS	0,00	4.512,00
CAÇADOR	0,00	11.562,00
FRAIBURGO	2.726,00	10.904,00
FREI ROGERIO	1.128,00	4.512,00
IBIAM	1.128,00	4.512,00
IOMERE	1.128,00	4.512,00
IRANI	1.410,00	7.050,00
LEBON REGIS	433,50	1.734,00
MACIEIRA	1.128,00	4.512,00
MATOS COSTA	1.128,00	4.512,00
MONTE CARLO	1.410,00	5.640,00
PINHEIRO PRETO	1.128,00	4.512,00
RIO DAS ANTAS	1.410,00	5.640,00
SALTO VELOSO	0,00	4.230,00
TANGARA	0,00	8.460,00
VIDEIRA	13.160,00	13.160,00
Outras receitas correntes	23,46	9.549,79
Multas e juros de mora	0,00	8.613,51
Multas de outras origens	0,00	8.613,51
Multas e juros previstos em contratos	0,00	8.613,51
Indenizações e restituições	23,46	936,28
Restituições	23,46	936,28
Outras restituições	23,46	936,28
Receitas de capital	1.908,00	33.856,00
Transferências de capital	1.908,00	33.856,00
Transferências intergovernamentais	1.908,00	33.856,00
Transferências dos municípios	1.908,00	33.856,00
Transferências a consórcios públicos	1.908,00	33.856,00
GRUPO DO PROGRAMA 01	0,00	26.800,00
ARROIO TRINTA	0,00	1.200,00
CAÇADOR	0,00	3.600,00
CALMON	0,00	200,00
FRAIBURGO	0,00	3.600,00
IBIAM	0,00	1.200,00
IOMERÊ	0,00	1.200,00
LEBON REGIS	0,00	1.200,00
MACIEIRA	0,00	1.200,00
MATOS COSTA	0,00	1.200,00
MONTE CARLO	0,00	1.200,00
PINHEIRO PRETO	0,00	1.200,00
RIO DAS ANTAS	0,00	1.200,00
SALTO VELOSO	0,00	1.200,00
TANGARÁ	0,00	1.200,00
TIMBÓ GRANDE	0,00	1.200,00
VIDEIRA	0,00	3.600,00
FREI ROGÉRIO	0,00	600,00
BRUNÓPOLIS	0,00	800,00
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	1.908,00	7.056,00
ABDON BATISTA	90,00	90,00
ARROIO TRINTA	0,00	288,00
BRUNOPOLIS	0,00	288,00
CAÇADOR	0,00	738,00
FRAIBURGO	174,00	696,00
FREI ROGERIO	72,00	288,00
IBIAM	72,00	288,00
IOMERÊ	72,00	288,00
IRANI	90,00	450,00
LEBON REGIS	102,00	102,00
MACIEIRA	72,00	288,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 3 / 3

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Outubro

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
<b>Receita Orçamentária</b>		
MATOS COSTA	72,00	594,00
MONTE CARLO	90,00	360,00
PINHEIRO PRETO	72,00	288,00
RIO DAS ANTAS	90,00	360,00
SALTO VELOSO	0,00	270,00
TANGARA	0,00	540,00
VIDEIRA	840,00	840,00
<b>Total Receita</b>	<b>147.938,36</b>	<b>1.385.597,65</b>
<b>Total Geral</b>	<b>147.938,36</b>	<b>1.385.597,65</b>

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

**RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil  
Resumido  
Razão Contábil para Conciliação  
Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

<b>9317 -111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5 - 18520-5</b>		
Data		Valor
	<b>Saldo Anterior</b>	<b>15.037,35</b>
17/10/2014		
Pagamento de Empenho		(43,66)
	<b>Total dia 17/10/2014</b>	<b>(43,66)</b>
31/10/2014		
Receita Orçamentária		86,40
	<b>Total dia 31/10/2014</b>	<b>86,40</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>15.080,09</b>
<b>19961 -111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9</b>		
Data		Valor
	<b>Saldo Anterior</b>	<b>53.178,12</b>
03/10/2014		
Pagamento de Empenho		(283,00)
	<b>Total dia 03/10/2014</b>	<b>(283,00)</b>
07/10/2014		
Pagamento de Empenho		(1.364,95)
	<b>Total dia 07/10/2014</b>	<b>(1.364,95)</b>
17/10/2014		
Pagamento de Empenho		(5.038,47)
Pagamento de Nota Extra		(1.343,94)
	<b>Total dia 17/10/2014</b>	<b>(6.382,41)</b>
29/10/2014		
Pagamento de Empenho		(100,00)
	<b>Total dia 29/10/2014</b>	<b>(100,00)</b>
31/10/2014		
Pagamento de Empenho		(1.957,24)
Pagamento de Nota Extra		(12,48)
Receita Orçamentária		300,09
	<b>Total dia 31/10/2014</b>	<b>(1.669,63)</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>43.378,13</b>
<b>19962 -111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5</b>		
Data		Valor
	<b>Saldo Anterior</b>	<b>17.167,72</b>
31/10/2014		
Receita Orçamentária		98,77
	<b>Total dia 31/10/2014</b>	<b>98,77</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>17.266,49</b>

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil  
Resumido  
Razão Contábil para Conciliação  
Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

<b>19963 -111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7</b>		
Data		Valor
	<b>Saldo Anterior</b>	<b>49.895,58</b>
03/10/2014		
Pagamento de Nota Extra		(1.397,30)
	<b>Total dia 03/10/2014</b>	<b>(1.397,30)</b>
10/10/2014		
Pagamento de Empenho		(30.903,92)
Receita Orçamentária		18.241,39
	<b>Total dia 10/10/2014</b>	<b>(12.662,53)</b>
11/10/2014		
Receita Orçamentária		18.284,89
	<b>Total dia 11/10/2014</b>	<b>18.284,89</b>
14/10/2014		
Pagamento de Empenho		(52.636,73)
Receita Orçamentária		34.822,74
	<b>Total dia 14/10/2014</b>	<b>(17.813,99)</b>
17/10/2014		
Pagamento de Nota Extra		(3.408,70)
	<b>Total dia 17/10/2014</b>	<b>(3.408,70)</b>
30/10/2014		
Pagamento de Empenho		(27.000,00)
Receita Orçamentária		34.094,38
	<b>Total dia 30/10/2014</b>	<b>7.094,38</b>
31/10/2014		
Pagamento de Empenho		(12.388,42)
Receita Orçamentária		11.146,71
	<b>Total dia 31/10/2014</b>	<b>(1.241,71)</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>38.750,62</b>
<b>19964 -111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2</b>		
Data		Valor
	<b>Saldo Anterior</b>	<b>10.376,96</b>
31/10/2014		
Receita Orçamentária		59,70
	<b>Total dia 31/10/2014</b>	<b>59,70</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>10.436,66</b>

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 3 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil  
Resumido  
Razão Contábil para Conciliação  
Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

19965 -111129902010006 - B. Brasil CIMCATARINA PROLICITA 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	19.278,18
07/10/2014		
Pagamento de Empenho		(334,31)
	Total dia 07/10/2014	(334,31)
08/10/2014		
Receita Orçamentária		4.100,00
	Total dia 08/10/2014	4.100,00
10/10/2014		
Pagamento de Empenho		(4.559,20)
Receita Orçamentária		1.200,00
	Total dia 10/10/2014	(3.359,20)
13/10/2014		
Receita Orçamentária		9.300,00
	Total dia 13/10/2014	9.300,00
14/10/2014		
Pagamento de Empenho		(1.896,59)
	Total dia 14/10/2014	(1.896,59)
15/10/2014		
Receita Orçamentária		535,50
	Total dia 15/10/2014	535,50
17/10/2014		
Pagamento de Empenho		(1.839,52)
Pagamento de Nota Extra		(353,36)
	Total dia 17/10/2014	(2.192,88)
18/10/2014		
Receita Orçamentária		1.500,00
	Total dia 18/10/2014	1.500,00
29/10/2014		
Pagamento de Empenho		(200,00)
	Total dia 29/10/2014	(200,00)
30/10/2014		
Receita Orçamentária		14.000,00
	Total dia 30/10/2014	14.000,00
31/10/2014		
Pagamento de Empenho		(15.812,29)
Pagamento de Nota Extra		(1.497,40)
Receita Orçamentária		144,33
	Total dia 31/10/2014	(17.165,36)
	<b>TOTAL</b>	<b>23.565,34</b>

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/10/2014 até: 31/10/2014

Pág 1 / 2

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
149	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.344900000000000000	01030000	02/10/2014	M.H. PERELLES - ME	859,96	0,00	859,96
Histórico: AQUISIÇÃO DE 4 APARELHOS DE CELULAR NOKIA ASHA 208 DUAL. SOL. FORNECIMENTO 0030/2014, PAL 0028/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0021/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0024/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
150	Global	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	02/10/2014	HBINFOPROVEDOR LTDA ME	1.857,00	0,00	1.857,00
Histórico: REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DATACENTER PARA OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2014 CONFORME CONTRATO 0011/2014 CIMCATARINA.								
151	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	17/10/2014	TELEFÔNICA BRASIL	21.565,45	0,00	21.565,45
Histórico: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP), PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ E DADOS, VIA REDE MÓVEL DISPONÍVEL NACIONALMENTE COM TECNOLOGIA DIGITAL, NA MODALIDADE TIPO PLANO CORPORATIVO PÓS-PAGO, COM FORNECIMENTO DE SIMCARDS CONFORME CONTRATO 0012/2014CIMCATARINA, SOL. FORNECIMENTO 0031/2014, PAL 0027/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO PRESENCIAL 0006/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0023/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
152	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	22/10/2014	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA EGEM	200,00	0,00	200,00
Histórico: REFERENTE INSCRIÇÃO PARA LUIZ FERNANDO RALDI NO CURSO SOBRE O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E NOVOS PROCEDIMENTOS PARA 2015.								
153	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	30/10/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	800,00	0,00	800,00
Histórico: ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.								
154	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	31/10/2014	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	160,36	0,00	160,36
Histórico: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NO CONSORCIO CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0035/2014, PAL 0030/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0023/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0026/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
155	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	31/10/2014	3 S MATERIAL PARA ESCRITORIO LTDA - EPP	58,06	0,00	58,06
Histórico: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0032/2014, PAL 0030/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0023/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0026/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE								
156	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	31/10/2014	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	404,00	0,00	404,00
Histórico: AQUISIÇÃO DE 4 CX DE PAPEL A4, ALCALINO, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210x297MM, 75G/M², RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, CAIXA COM 10 RESMAS CONFORME COLCHETE Nº 14, CAIXA COM 72 UNIDADES.; 2,00 UNID DE MOLHA DEDO, INDICADO PARA O MANUSEIO DE PAPEIS, NÃO TÓXICO, FRASCO CONTENDO 12GR, CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0033/2014, PAL 0030/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0023/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0026/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE								
157	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2002.333900000000000000	01030000	31/10/2014	ELMO PAPELARIA LTDA ME	39,94	0,00	39,94
Histórico: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NO CONSÓRCIO: 1,00 UNID DE CALCULADORA DE MESA, COM 12 DÍGITOS, RESISTENTE A ÁGUA E POEIRA.; 2,00 CX DE COLCHETE Nº 14, CAIXA COM 72 UNIDADES.; 2,00 UNID DE MOLHA DEDO, INDICADO PARA O MANUSEIO DE PAPEIS, NÃO TÓXICO, FRASCO CONTENDO 12GR, CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0034/2014, PAL 0030/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0023/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0026/2014 - CIMCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE								
Total Empenhos Globais						1.857,00	0,00	1.857,00
Total Empenhos Ordinários						2.522,32	0,00	2.522,32
Total Empenhos Estimativos						21.565,45	0,00	21.565,45
Total Geral						25.944,77	0,00	25.944,77

LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEO081101-022-JOCIE-154600413 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:33





**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/10/2014 até: 31/10/2014

Pág 2 / 2

Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEO081101-022-JUOCIE-154600413 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:33

## RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS



## CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

Pag 1 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
03/10/2014	371	IPM INFORMÁTICA LTDA	16746	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	7,94
03/10/2014	356	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	4.801,47
03/10/2014	314	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		50,89
03/10/2014	309	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		6,17
03/10/2014	315	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		98,24
03/10/2014	312	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		470,38
03/10/2014	313	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		122,77
03/10/2014	318	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		53,65
03/10/2014	308	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		93,53
03/10/2014	317	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		8,94
03/10/2014	307	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		83,99
03/10/2014	319	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Cheque	850031	252,67
03/10/2014	316	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		56,32
03/10/2014	311	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		10,74
03/10/2014	310	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		89,01
03/10/2014	355	VIDEBAND IND E COM DE C	2969		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		283,00
SubTotal 03/10/2014									6.489,71
07/10/2014	358	CAIXA ECONOMICA FEDER	GRF092014		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.155,94
07/10/2014	357	CAIXA ECONOMICA FEDER	09/2014		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		209,01
07/10/2014	359	CAIXA ECONOMICA FEDER	GRF09/2014		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		334,31
SubTotal 07/10/2014									1.699,26
10/10/2014	365	HBINFOPROVEDOR LTDA M	12984		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		149,00
10/10/2014	364	HBINFOPROVEDOR LTDA M	2849		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		356,20
10/10/2014	369	REVOLUCION SERVICOS DI	301		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		257,52
10/10/2014	370	REVOLUCION SERVICOS DI	300		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		202,75
10/10/2014	361	REVOLUCION SERVICOS DI	310		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		158,00
10/10/2014	360	REVOLUCION SERVICOS DI	312		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		2.100,13
10/10/2014	363	IVETE REGINA ODORIZZI	9		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		1.180,00
10/10/2014	362	POSTO MACA LTDA	87826		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		155,60
10/10/2014	366	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		30.165,28
10/10/2014	367	GEINFO TECNOLOGIA DA IN	1043		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		240,00
10/10/2014	368	GEINFO TECNOLOGIA DA IN	1053		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		498,64
SubTotal 10/10/2014									35.463,12
14/10/2014	376	OI SA	1410000235745, 1410000197711		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		1.374,98

Identificador: WFC161101-022-FKBGTV-154600518 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:35

IPM - Informática Ltda



# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

Pág 2 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
14/10/2014	375	IPM INFORMÁTICA LTDA	16746		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		521,61
14/10/2014	372	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1012, 1017, 1014, 1015, 1016, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		25.408,25
14/10/2014	373	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		27.000,00
14/10/2014	374	OI SA	1410000183397, 1410000179784		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		228,48
<b>SubTotal 14/10/2014</b>									<b>54.533,32</b>
17/10/2014	321	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.121,33
17/10/2014	322	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		100,21
17/10/2014	320	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		353,36
17/10/2014	323	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		122,40
17/10/2014	380	CELESC DISTRIBUICAO S A	201412644807545		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		157,53
17/10/2014	378	ESCRIMATE COMERCIAL E	19408		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		582,00
17/10/2014	382	INSS	09/2014		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		574,78
17/10/2014	379	INSS	GPS09/2014		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		919,34
17/10/2014	381	INSS	GPS09/2014		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		3.178,84
17/10/2014	324	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		3.408,70
17/10/2014	385	BELLENZIER PNEUS LTDA	36851		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		262,00
17/10/2014	377	EMPRESA BRASILEIRA DE T	161624		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		180,65
17/10/2014	383	ANA PAULA TAVELLA MACH	534		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		389,85
17/10/2014	384	ALUMETAL PLACAS DE IDEI	19560		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		553,00
17/10/2014	386	VIDENET INFORMÁTICA L TI	2019		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		80,00
17/10/2014	387	DELEGACIA DA RECEITA FE	PASEP		1020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Débito Bancário		43,66
<b>SubTotal 17/10/2014</b>									<b>12.027,65</b>
29/10/2014	388	ESCOLA DE GESTAO PUBLI	1292091680		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		200,00
29/10/2014	389	SANTA TEREZINHA TRANSF	4623		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		100,00
<b>SubTotal 29/10/2014</b>									<b>300,00</b>
30/10/2014	390	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1012, 1017, 1014, 1015, 1016, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		27.000,00
<b>SubTotal 30/10/2014</b>									<b>27.000,00</b>
31/10/2014	396	LUIZ FERNANDO RALDI	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Cheque	850007	800,00
31/10/2014	329	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	332	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	334	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	340	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		158,34

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-FKBGTV-154600518 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:35



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/10/2014 até: 31/10/2014

Pág 3 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
31/10/2014	325	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinfo - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		12,48
31/10/2014	342	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		131,15
31/10/2014	327	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	333	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	345	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	339	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		185,48
31/10/2014	326	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		76,91
31/10/2014	338	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	341	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	343	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	335	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	394	ELÓI RONNAU	10/2014		1030000	B. Brasil Cinfo - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.941,64
31/10/2014	331	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		41,81
31/10/2014	392	ELÓI RONNAU	10/2014	Pagamento automático de reti	1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Retenção	1	205,74
31/10/2014	330	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	346	IPM INFORMÁTICA LTDA	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		7,94
31/10/2014	398	BANCO DO BRASIL SA	10/2014		1030000	B. Brasil Cinfo - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		15,60
31/10/2014	397	BANCO DO BRASIL SA	10/2014		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		117,00
31/10/2014	393	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455		1030000	B. Brasil Cinfo - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		12.357,22
31/10/2014	391	ELÓI RONNAU	10/2014		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Retenção	1	2.920,20
31/10/2014	395	ELÓI RONNAU	10/2014		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		14.895,29
31/10/2014	344	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	328	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	336	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		54,29
31/10/2014	337	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil CIMCATARINA PRO	Débito Bancário		67,86
31/10/2014	399	BANCO DO BRASIL SA	10/2014		3030000	B. Brasil Cinfo - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		31,20
SubTotal 31/10/2014									34.793,77
Total Pago Outubro									172.306,83
Total Geral									172.306,83

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-FKBGTV-154600518 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/11/2014 08:35

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.227.000,00	1.227.000,00	317.026,93	25,84	1.385.597,65	112,93	(158.597,65)
RECEITAS CORRENTES	1.138.000,00	1.138.000,00	313.048,93	27,51	1.351.741,65	118,78	(213.741,65)
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Impostos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.600,00	3.600,00	1.969,24	54,70	8.797,14	244,37	(5.197,14)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.600,00	3.600,00	1.969,24	54,70	8.797,14	244,37	(5.197,14)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	245.400,00	245.400,00	3.318,00	1,35	31.028,38	12,64	214.371,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	877.000,00	877.000,00	307.636,24	35,08	1.302.366,34	148,50	(425.366,34)
Transferências Intergovernamentais	877.000,00	877.000,00	307.636,24	35,08	1.302.366,34	148,50	(425.366,34)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	125,45	0,00	9.549,79	0,00	(9.549,79)
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	8.613,51	0,00	(8.613,51)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	125,45	0,00	936,28	0,00	(936,28)
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	89.000,00	89.000,00	3.978,00	4,47	33.856,00	38,04	55.144,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79.000,00	79.000,00	3.978,00	5,04	33.856,00	42,86	45.144,00
Transferências Intergovernamentais	79.000,00	79.000,00	3.978,00	5,04	33.856,00	42,86	45.144,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.227.000,00	1.227.000,00	317.026,93	25,84	1.385.597,65	112,93	(158.597,65)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.227.000,00	1.227.000,00	317.026,93	25,84	1.385.597,65	112,93	(158.597,65)
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	3.239,70	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.227.000,00	1.227.000,00	317.026,93	25,84	1.388.837,35	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	127.411,20	0,00	0,00	101.061,51	0,00	0,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

Superávit Financeiro	0,00	127.411,20	0,00	0,00	101.061,51	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	Setembro à Outubro	Até Outubro (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	43.647,68	1.776.139,90	312.170,19	1.388.837,35	57,64	1.020.573,85
DESPESAS CORRENTES	1.095.000,00	1.165.577,58	2.260.577,58	42.787,72	1.714.260,50	311.310,23	1.327.107,95	58,71	933.469,63
Pessoal e Encargos Sociais	457.500,00	15.636,48	473.136,48	2.684,23	419.020,22	54.996,27	253.776,83	53,64	219.359,65
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	637.500,00	1.149.941,10	1.787.441,10	40.103,49	1.295.240,28	256.313,96	1.073.331,12	60,05	714.109,98
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	16.833,62	146.833,62	859,96	61.879,40	859,96	61.729,40	42,04	85.104,22
Investimentos	130.000,00	16.833,62	146.833,62	859,96	61.879,40	859,96	61.729,40	42,04	85.104,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	43.647,68	1.776.139,90	312.170,19	1.388.837,35	57,64	1.020.573,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	43.647,68	1.776.139,90	312.170,19	1.388.837,35	57,64	1.020.573,85
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	43.647,68	1.776.139,90	312.170,19	1.388.837,35	-	-

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	Setembro à Outubro	Até Outubro (g)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/nov/2014

Hora de emissão: 08h e 45m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI  
Contador  
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo



**CIMVI****RESOLUÇÃO Nº 113, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 113, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$50.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2002 - Gestão de Saneamento Básico	
3390000000000000 - Aplicações Diretas	R\$50.000,00
Total	R\$50.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 21 de novembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente

**CIS/AMARP****PORTARIA Nº 05/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br>      [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)

Portaria nº 05/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomeia Interinamente Marcelo José Borsatti, CPF 425.790.239-68 para exercer o cargo em comissão de Diretor Executivo do CIS-AMARP, em virtude do afastamento, por motivo de doença, da Diretora Executiva por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade a publicação do DOM/SC, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 03/2014 e torna sem efeito a Resolução nº 22/2014.

Videira, 20 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

**ATA 5ª REUNIÃO CISAMARP**

Ata da quinta reunião ordinária do Consorcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP.

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatorze as nove horas e trinta minutos tendo como local o Auditório da AMARP sito a Rua Manoel Roque 99 no município de Videira, realizou-se a reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP. Dando abertura o Diretor Executivo do CIS-AMARP repassou aos presentes a PAUTA sendo: Definição dos aumentos solicitados pelos prestadores; Inclusão do procedimento Laudo do exame de mamografia; Repasse de informações sobre novos prestadores; Informações sobre novo link de Internet; Mutirão de Cataratas HSDS; Fechamento da competência de novembro; Iniciando a reunião, o primeiro assunto em pauta foi os aumentos solicitados por alguns prestadores sendo eles, Policlínica Globo Solicitou aumento nos exames de ecocardiograma para duzentos e trinta reais, teste de esforço para cento e vinte reais, eletrocardiograma cinquenta reais e na consulta especializada setenta reais, solicitaram aumento ainda na consulta especializada, Clínica de Olhos Dr. Auredy A. S. Aguiar Ltda, Clínica Dr. Eduardo Ltda de setenta e cinco a oitenta reais, Clínica Médica Harmonia Vital para oitenta e cinco reais, sendo aprovado pelos presentes

o valor de sessenta reais para a consulta médica em atenção especializada para todos os profissionais que a realizarem a partir de primeiro de janeiro de dois mil e quinze. Solicitaram ainda aumento de valores Comunidade Terapeutica São Francisco para oitocentos e cinquenta reais, não aprovado, Clínica Médica e Imagem Ltda sendo solicitado dez por cento em ultrassonografias e cento e trinta reais de contraste para tomografias, não aprovado, Clínica de Olhos Daniotti exame de eletroneuromiografia não especificando valor de aumento, não aprovado, Gomes e Gomes SS Ltda dez por cento nos exames de endoscopia e colonoscopia, não aprovado, SAMET eletroencefalograma para cento e vinte reais, aprovado, sendo que os novos valores terão vigência a partir de primeiro de janeiro de 2015. Seguindo a pauta como assunto seguinte foi solicitado aos municípios a inclusão do laudo para o exame de mamografia, uma solicitação do município de Videira que foi explicada pela secretária de saúde aos presentes, alguns municípios se posicionaram temendo que a inclusão desse procedimento gere aumento no valor da mamografia, após ampla discussão a inclusão foi aprovada pelo valor de trinta reais. Em relação a renovação dos contratos para o ano de dois mil e quinze, os seguintes prestadores não irão renovar os contratos: Clínica e Cirurgia de Olhos Dr. Seiko S/S Ltda, CDIPSUL Clínica de Diagnóstico por imagem do Sul Ltda e Driussi Serviços Médicos Ltda. Foi repassado aos municípios a informação dos novos prestadores e exames realizados já credenciados no corrente ano e os que irão vigorar a partir de dois mil e quinze. Em seguida o Sr. Marcelo informou aos presentes que o CISAMARP contratou nova empresa prestadora de serviços de Internet, a qual manterá o link em funcionamento vinte e quatro horas por dia e contará com aumento de velocidade, os municípios já informaram que a velocidade melhorou, evitando dessa forma os transtornos que vinham ocorrendo com a lentidão no acesso e as repetidas quedas do link de internet. Foi informado aos municípios sobre o fechamento da competência de novembro que se dará em dez de dezembro sendo a última do ano corrente, também foi repassado aos municípios a informação do saldo utilizado através do programa e solicitado que quem quiser que o programa faça o bloqueio no mês atual quando atingir a cota, que entre em contato informando o valor que tem disponível para que seja alterado no programa informatizado. Foi solicitado pelos presentes ao Diretor do CISAMARP que faça contato com outros profissionais nas áreas de cardiologia, oftalmologia e ortopedia para credenciamento junto ao consórcio. Fizeram-se presentes a reunião os Srs. (as): Selmir Bodanese, Ivanise Pilatti, Karoline Fachini, Luzia Michelina dos Santos, Rosani Luiza Schneider, Maria Eneida F. Dresch, Erica T. Laidnes, Cristiane N. Kossian, Tarcisio Lidani, Rudimar Cornelli, Francisco Jucelino Ribeiro, Jocivania Pesenti, Milto Luiz Borga, Juliana Serighelli, Nilce Pinz, Maria Solange Borsoi, Marjuri Sgarbossa, Ediana Castanheiro, Sibeli Santiam Gaio, Liliane Cordeiro, Almir Arconti, Luiz Carlos de Oliveira, Adriane Vezaro, e Marcelo José Borsatti. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para registro, foi por mim Marcelo José Borsatti lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai por todos os presentes assinada.

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

## ATA 02/2014 ASSEMBLEIA CISAMARP

ATA 02/2014 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS/AMARP. Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, no Auditório da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sito à Rua Manoel Roque, noventa e nove, Bairro Alvorada, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. O Diretor Executivo do CIS/AMARP Sr. Marcelo José Borsatti cumprimentou os presentes e deu início a Primeira Assembléia Geral Ordinária do CIS/AMARP, convidando para compor a mesa, o Presidente do CIS/AMARP, Excelentíssimo Sr. Euzébio Calisto Vieceli, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, o Vice-Presidente do CIS/AMARP, Excelentíssimo Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito do município de Rio das Antas, Excelentíssimo Sr. Emerson Zanella, 2º Vice-Presidente, Prefeito do município de Macieira, Excelentíssimo Sr. Ludovino Labas, 1º Secretário, Prefeito do município de Lebon Régis. Posteriormente, passou a palavra ao Excelentíssimo Sr. Euzébio Calisto Vieceli Presidente do CIS/AMARP, para dar continuidade aos trabalhos. O Sr. Euzébio cumprimentou a mesa e a plenária e os Prefeitos dos municípios consorciados. O Presidente do CIS/AMARP convidou o Gerente de Programa do CIS/AMARP, para leitura e apresentação da Pauta, o Sr. Marcelo José Borsatti cumprimentou a mesa, dizendo que estão em pauta os seguintes itens: ITEM I - Eleição da Diretoria; ITEM II - Eleição do Conselho Fiscal Efetivos e Suplentes; ITEM III - Assuntos Gerais de interesse dos municípios consorciados; Dando continuidade o Sr. Euzébio passou ao primeiro item da Pauta, informando aos presentes que a eleição da nova diretoria se dará nesta data, solicitando a concordância dos presentes na realização da eleição, sendo todos favoráveis a eleição, relatou o presidente que essa diretoria será eleita no presente dia, e que a posse dos eleitos se dará no dia quinze de dezembro do corrente ano, para um período de um ano conforme prevê o artigo treze do estatuto do CISAMARP, em seguida solicitou aos presentes que se candidatassem ao cargo de presidente do CISAMARP, sendo que o Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, prefeito do município de Caçador colocou seu nome a disposição para a presidência, colocado em votação o seu nome foi aprovado por unanimidade, seguindo a eleição todos os postulantes aos cargos foram aprovados por unanimidade, ficando a diretoria para o período de quinze de dezembro de dois mil e quatorze a quinze de dezembro de dois mil e quinze composta da seguinte forma: Presidente Excelentíssimo Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito do Município de Caçador, 1º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Ivo Biazolo, Prefeito do município de Fraiburgo, 2º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do Município de Iomerê, 1º Secretário Excelentíssima Sra. Ivone Mazutti De Geroni, Prefeita do Município de Calmon, 2º Secretário Excelentíssimo Sr. Emerson Zanella, Prefeito do Município de Macieira, da mesma forma foram eleitos os membros para o Conselho Fiscal, ficando assim constituído: Membros efetivos Excelentíssimo Sr. Claudemir Cesca Prefeito do Município de Salto Veloso, que presidirá o Conselho Fiscal, Excelentíssimo Sr. Alcimir Felchilcher, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Excelentíssimo Sr. Wilmar Carelli, Prefeito do Município de Videira, membros suplentes, Excelentíssimo Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito do Município de Rio Das Antas, Excelentíssimo Sr. Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Excelentíssimo Sr. Clovis José Busatto, Prefeito do Município de Ibiam. Ainda em uso da palavra falando sobre o item III assuntos gerais de interesse dos municípios, o presidente solicitou aos municípios que conversem com seus secretários e contadores sobre os repasses financeiros mensais devidos ao CIS-AMARP, pois, há muitos municípios que estão pagando em atraso e outros deixando de quitar suas obrigações, disse também que foi colocado na pasta da reunião planilha dos

pagamentos atualizados até a presente data, elaborado pelo Sr. Marcelo José Borsatti, onde constam as datas dos pagamentos e os meses em atraso, também há nessa pasta resumo elaborado pelo Sr. Clóvis Biscaro com os valores devidos e pagos pelos municípios até o mês de outubro, também solicitou aos presentes a ratificação da portaria número cinco, de vinte de novembro de dois mil e quatorze, a qual foi ratificada pelos presentes, por fim agradeceu aos funcionários do CIS-AMARP, Sra. Beatriz Perotto Preto, no momento afastada em auxílio doença e ao Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor interino, pela parceria, dedicação e bom desempenho nos seus cargos e também aos funcionários da AMARP, que colaboram com o CIS-AMARP, sendo eles os Srs. Humberto Dalpizzol e Clóvis Biscaro e a Sra. Vera Matheus, dizendo ainda da excelente experiência que foi a sua passagem pela Presidência do CIS-AMARP por dois mandatos consecutivos, que nesses dois anos aprendeu muito e sabe mais do que nunca da imensa importância que o consórcio tem junto aos municípios consorciados, deixando essa mensagem como a sua última na presidência do consórcio, nesse momento o Sr. Marcelo José Borsatti, solicitou um aparte e agradeceu a dedicação e disponibilidade do Sr. Euzébio em sempre bem atender os funcionários do CIS-AMARP, todas as vezes que foram necessárias. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP. Eu, Marcelo José Borsatti lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais presentes e posteriormente arquivada para fins documentais. Videira, vinte e um de novembro de dois mil e quatorze.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO DE PINHEIRO PRETO

ALCIR JOSÉ BODANESE  
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO DE ARROIO TRINTA

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO DE CAÇADOR

IVONE MAZUTTI DE GERONI  
PREFEITO DE CALMON

IVO BIAZZOLO  
PREFEITO DE FRAIBURGO

CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO DE IBIAM

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO DE IOMERÊ

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO DE LEBON RÉGIS

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO DE MATOS COSTA

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO DE MACIEIRA

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI  
PREFEITO DE VIDEIRA

MARCELO JOSÉ BORSATTI  
DIRETOR EXECUTIVO CIS-AMARP

